Fleury
Grupo de medicina diagnóstica entra em Santa Catarina com a compra da rede São Lucas, diz a CEO Jeane Tsutsui B7

Detroit
Após décadas de declínio, a cidade mostra que é possível reverter a decadência e retomar o crescimento A14

Investimento direto
Brasil volta à lista dos 25 países mais atraentes para o investimento estrangeiro direto, diz Mark Essler, da Kearney B8

Terça-feira, 23 de abril de 2024
Ano 24 | Número 5986 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO

Governo lança programa de crédito focado em pequenos e microempresários

Financiamento Medidas alcançam setores em que avaliação de Lula vai mal, além de também mirar segmento imobiliário

Estevão Taiar, Renan Truffi, Mariana Assis e Gabriel Shinohara
De Brasília

O governo federal lançou um programa para fortalecer o mercado de crédito, chamado Acredita, voltado especialmente para micro e pequenos empresários — um público em que a gestão Lula é, em geral, mal avaliada. Segundo a União, a iniciativa pode injetar pelo menos R$ 50 bilhões na economia ao longo dos próximos anos — são R$ 37,5 bilhões em três anos e R$ 12 bilhões sem horizonte definido.

Divulgada ontem, a medida provisória (MP) é dividida em quatro eixos. O primeiro é o microcrédito para inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). O saldo dessas operações para pessoas físicas caiu de R$ 12,4 bilhões na máxima histórica de setembro de 2022 para R$ 7,5 bilhões em fevereiro. Os outros três eixos são a renegociação de dívidas e expansão do crédito para um público que vai de microempreendedores individuais (MEIs) a médias empresas; o fortalecimento do mercado secundário de crédito imobiliário, com atuação da Empresa de Gestão de Ativos (Emgea); e proteção cambial para investimentos em projetos "ambientalmente sustentáveis" de longo prazo.

A frente com mais propostas é a direcionada às companhias. Há o Desenrola Pequenos Negócios, com renegociação de dívidas para MEIs, micro e pequenas empresas, pelo qual o valor repactuado até o fim deste ano pode ser "contabilizado para a apuração do crédito presumido dos bancos nos exercícios de 2025 a 2029", e o Procred 360, uma linha de R$ 12 bilhões voltada para MEIs e microempresas, com juro anual de Selic mais 5%. Além disso, há R$ 30 bilhões em crédito com apoio do Sebrae em três anos e renegociação de dívidas com o Pronampe (voltado para companhias de pequeno porte). Para o economista-chefe da MB Associados, Sérgio Vale, "o sentido de algumas medidas é bom", como maior foco no microcrédito para mulheres e proteção cambial para investimentos sustentáveis. "Mas é sempre um problema desses programas nunca vir junto a ideia de que eles serão rigorosamente avaliados, com métricas claras." **Páginas C1, C3 e C4**

Gestão de fortunas

GABRIEL REIS/VALOR

Com US$ 351 bilhões sob gestão no mundo e escritório no Brasil desde 2000, o private banking suíço Lombard Odier descarta aquisições para acelerar seu crescimento e também uma abertura de capital. "É o crescimento de melhor qualidade que queremos alcançar, sempre organicamente. Nos permite construir uma relação duradoura na forma como desenvolvemos a base de clientes e a equipe", diz o sócio e diretor Frédéric Rochat. Página C6

Contra crise, Lula cobra empenho na articulação com Congresso

Renan Truffi, Estevão Taiar, Mariana Assis, Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro
De Brasília

Um dia após o presidente Lula se reunir com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), ministros foram a campo ajudar a estancar a crise entre Planalto e Congresso. Alexandre Padilha (Relações Institucionais) e Rui Costa (Casa Civil) procuraram ontem vice-líderes da base na Câmara para conversar sobre pautas de interesse do Executivo. A turbulência levou Lula a cobrar empenho na articulação política. Entre outros recados, disse que o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Geraldo Alckmin, "tem que ser mais ágil", e que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em vez "de ler um livro, tem que perder algumas horas conversando no Senado e na Câmara". Mais tarde, Haddad disse, sorrindo, que "só faz isso da vida". **Página A7**

PF e Abin apuram invasão a sistema de pagamentos do governo federal

Isadora Peron e Guilherme Pimenta
De Brasília

A Polícia Federal abriu inquérito para apurar a invasão ao Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), órgão responsável pela execução orçamentária do governo federal, e não descarta a participação de servidores no crime. A Agência Brasileira de Inteligência (Abin) também participa da investigação. Há suspeita de que os invasores tenham conseguido desviar recursos da União.

O Tesouro confirmou que houve uso indevido de credenciais, obtidas de modo ilegal, para acesso ao Siafi, mas não mencionou valores. A informação foi revelada pelo jornal "Folha de S.Paulo". "Não foi um hacker que quebrou a segurança. A PF está apurando, rastreando para chegar aos responsáveis", disse o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. **Página A2**

Universalizar o saneamento exige mais R$ 198 bi

Taís Hirata
De São Paulo

Para universalizar os serviços de água e esgoto até 2033, o Brasil precisará de mais R$ 197,5 bilhões em investimentos, que não estão contratados nem em vias de licitação, segundo a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base. Até 2033 são necessários R$ 525,4 bilhões em obras, mas só há R$ 327,9 bilhões encaminhados. Caso as iniciativas se concretizem, o país chegará a 2033 com 93,6% da população com acesso a água tratada, ante 84,9% em 2022, e 73,6% com esgoto (56% em 2022). Para acelerar investimentos, analistas mencionam questões de financiamento e dificuldades para atrair novos prestadores de serviço. "Ainda há receio de risco político", diz Gustavo Magalhães, do Madrona Fialho Advogados. **Página B1**

Idade média da frota do país sobe 2 anos

Marli Olmos
De São Paulo

Em 2023, a idade média da frota brasileira aumentou dois anos em comparação com uma década atrás. Nesse período, a presença de veículos mais velhos, que rodam no país entre 11 e 15 anos, dobrou, de 15% para 31,3%. Enquanto isso, aqueles com até cinco anos de uso, que representavam a maioria há dez anos, caiu de 41,7% para 22,6%.

O resultado reflete um cenário que inclui longo período de restrição ao crédito, com altas taxas de juros, efeitos da pandemia na economia e a extinção do carro popular, que deu lugar a modelos mais sofisticados. A análise sobre o envelhecimento da frota está no "Relatório da frota circulante", pesquisa elaborada pelo Sindipeças.

O Brasil encerrou 2023 com 47 milhões de veículos em circulação. Somadas as motocicletas, o total vai a 60,4 milhões. A maior parte é de automóveis, com 81,5% (38,4 milhões). Os comerciais leves, como picapes, representam 13% (6,2 milhões), os caminhões, 4,6%, (2,2 milhões), e os ônibus, 0,8% (388,9 mil). Do total, 82% se concentram em dez Estados, São Paulo à frente, com 28,5% do total. **Página B2**

Destaques

IG4 faz proposta pela Unigel
A gestora IG4 fez proposta para assumir o comando da Unigel, apurou o **Valor**. As negociações dependem de a família Slezynger aceitar a diluição de sua participação. As conversas começaram há três meses e evoluíram nas últimas semanas. Procurada, a Unigel informou que não negocia a venda de seu controle. **B7**

Milei anuncia superávit de 0,2%
O presidente da Argentina, Javier Milei, anunciou que o país teve superávit de 0,2% do PIB no 1º trimestre, equivalente a 275 bilhões de pesos (US$ 315 milhões). Em rede de rádio e televisão — que ocupou pela terceira vez desde que assumiu a Presidência —, ele comemorou o resultado e renovou o compromisso com o corte de gastos. **A11**

John Deere amplia fábrica
A fabricante de máquinas agrícolas John Deere anunciou investimento de mais de R$ 700 milhões em sua fábrica de Catalão (GO), onde são produzidos pulverizadores e colhedoras de cana. A intenção é ampliar e modernizar a unidade para nacionalizar a linha de pulverizador inteligente da empresa. **B8**

Indicadores

Ibovespa	22/abr/24	0,36 %	R$ 21,5 bi
Selic (meta)	22/abr/24		10,75% ao ano
Selic (taxa efetiva)	22/abr/24		10,65% ao ano
Dólar comercial (BC)	22/abr/24		5,2037/5,2043
Dólar comercial (mercado)	22/abr/24		5,1681/5,1687
Dólar turismo (mercado)	22/abr/24		5,2097/5,3897
Euro comercial (BC)	22/abr/24		5,5399/5,5410
Euro comercial (mercado)	22/abr/24		5,5048/5,5054
Euro turismo (mercado)	22/abr/24		5,5764/5,7564

Sustentabilidade

VALENTINA BUONERBA/DIVULGAÇÃO

O designer californiano Andreu David, que trabalhou em casas como Hermès e Ralph Lauren, hoje comanda a feira têxtil Sourcing at Magic, que busca a sustentabilidade na cadeia da moda — segmento responsável por 10% das emissões globais. Página B6

Congresso recebe amanhã um dos PLs da reforma

Marcelo Ribeiro. Raphael Di Cunto e Jéssica Sant'Ana
De Brasília

O governo decidiu encaminhar ao Congresso, nesta semana, apenas um dos dois projetos de lei complementar que vão regulamentar a reforma tributária sobre o consumo. Segundo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o texto principal, que trata dos novos tributos — a CBS, da União; o IBS, de competência dos Estados e municípios; e o Imposto Seletivo —, deve ser enviado amanhã. Já o projeto de lei complementar que tratará do comitê gestor do IBS e de questões administrativas do novo regime deve ser enviado na semana que vem. Antes de encaminhar o texto ao Legislativo, foram submetidos ao presidente Lula "detalhes" como os itens que terão alíquota zero ou reduzida. . **Página A8**

Entenda o debate sobre o retrocesso da indústria

Pedro Cafardo

Por que a indústria brasileira perdeu sua extraordinária pujança do período 1930 a 1980? Essa pergunta continua provocando divergências e inspirando trabalhos acadêmicos.

Em 26 de março, destacamos aqui um "paper" dos professores Antonio Marquetti (PUC-RS) e Pedro Cezar Dutra Fonseca (UFRGS) que analisa o processo histórico e sugere estratégias para a reindustrialização.

Voltamos ao tema para registrar algumas contestações ao trabalho e réplicas. Em resumo, Marquetti e Fonseca citam vários fatores que levaram à desindustrialização: abandono do projeto nacional e desestruturação do Estado; fortalecimento do poder econômico-político da burguesia financeira, fomentado pela elevação dos juros reais e dos lucros financeiros, enquanto a burguesia industrial perdia espaço; reformas com liberalização do comércio; privatizações de estatais, inclusive de bancos estaduais que financiavam a indústria; aumento da dívida interna por causa dos juros elevados; taxa de câmbio valorizada, com efeito negativo na competitividade da indústria.

Paulo Areas, administrador pela California C. University e empresário, em respeitosa discordância, enumerou seis fatores que considera determinantes para a perda de pujança da indústria:

1. O custo do trabalho no Brasil, em razão de impostos e litigâncias, é exagerado quando comparado aos asiáticos, hoje grandes fabricantes e exportadores.

2. Nas últimas décadas, aumentou brutalmente a carga tributária, o que diminuiu o dinheiro disponível para pessoas físicas e jurídicas.

3. A burocracia é infernal. Exemplo: o Grupo Gerdau, com usinas nos EUA, tem lá cinco pessoas em seu departamento fiscal e aqui, mais de 50.

4. O dinheiro barato emprestado pelo BNDES não era bem fiscalizado, deixando a possibilidade de aplicá-lo no mercado financeiro pelo tomador, em vez de investi-lo no negócio. E os não exportadores não eram punidos, como fizeram os asiáticos

5. O governo permitiu enorme concentração bancária e os bancos só emprestam a prazos curtos e com altíssimas taxas de juros. Comprovante da existência de cartel: entre os dez bancos do mundo com maiores retornos sobre o capital, quatro são brasileiros. Os bancos daqui alegam que isso é fruto de competência. Logo, vale a pergunta: por que então não invadiram os EUA e a Europa para ganhar bilhões baseados na "competência"?

6. O modelo cepalino de fechar mercado para beneficiar os locais criou parques industriais obsoletos e não enriqueceu os países que o adotaram. Já os asiáticos exigiam que empresas exportassem para gerar renda e competir com os melhores do mundo. Isto e outros fatores, como a boa educação pública, fizeram a renda per capita disparar, o que tirou centenas de milhões da miséria.

Outro lado

A coluna ofereceu aos dois economistas autores do "paper" a possibilidade de responder a Areas. Marquetti e Fonseca disseram concordar com alguns pontos e discordar de outros.

A maior discordância é sobre o elevado custo do trabalho no Brasil (item 1). Citaram que o rendimento médio mensal do trabalhador do setor privado em 2023 foi de R$ 2.818 (com carteira) e R$ 2.038 (informal). "Há uma década o custo do trabalho na China ultrapassou o do Brasil. A incapacidade brasileira de elevar a produtividade do trabalho não tem relação com o custo do trabalho. Se tivesse, as empresas investiriam em máquinas e não o fazem: a taxa de investimento foi de apenas 16,5% no país.

Há concordância dos dois economistas sobre a concentração bancária (item 5). No "paper", eles abordam o tema quando falam na hegemonia financeira, já que a concentração é uma face dessa tal hegemonia. "Os juros elevados assolam os consumidores e grande parte das empresas não financeiras. A taxa referencial (Selic) também é alta e propicia ganhos elevados sem necessidade de produzir. O país atrai capital financeiro internacional de curto prazo, o que valoriza a taxa de câmbio e reduz a competitividade da indústria. A taxa de juros no neoliberalismo funciona como um poderoso mecanismo de transferência de renda do setor produtivo para o financeiro."

Marquetti e Fonseca dizem que cabe ao BNDES (item 4) papel de destaque no financiamento das empresas brasileiras em geral. Citam o exemplo da Embraer. Contudo, concordam que houve problemas, como apontado por Areas, como no caso dos campeões nacionais e no financiamento da privatização de estatais. "O banco deveria ser mais exigente em seus financiamentos, e, por exemplo, cobrar metas de emprego, exportação e/ou ambientais. Financiamento público se justifica quando tiver fim social e tem que ser rigorosamente acompanhado pelo órgão financiador, mas muitas vezes o empresariado se opõe a isso."

Os economistas observam que a visão de que a Cepal propunha fechar mercados (item 6) não bate com os documentos da própria Cepal, em que se propõe proteção temporária para indústrias infantes, algo consensual na época. "Se proteções temporárias viraram permanentes, isso foi por ações dos governos."

Os dois economistas entendem que as críticas ao modelo cepalino podem ser, em boa medida, estendidas ao desenvolvimentismo. "O desenvolvimentismo implica criar vantagens competitivas além dos recursos naturais ao combinar a atuação do Estado com o mercado. O primeiro passo consiste em aumentar a capacidade de produzir para o consumo interno e, num segundo, competir internacionalmente. O desenvolvimentismo no Brasil foi abandonado ao longo da década de 1980. O PIB brasileiro cresceu 7,3% ao ano entre 1947 e 1980, quando vigorava o desenvolvimentismo, e 2,1% ao ano entre 1980 e 2023, quando foi abandonado e substituído pelo neoliberalismo. É necessário reconstruir o modelo desenvolvimentista voltado para as questões do século XXI para o país crescer a taxas elevadas, propiciando empregos de qualidade e lucros para as empresas."

Pedro Cafardo é jornalista da equipe que criou o **Valor Econômico** e escreve quinzenalmente às terças-feiras
E-mail: pedro.cafardo@valor.com.br

Gestão pública Participação de servidores no esquema de desvio de recursos não estão descartada

PF e Abin investigam invasão a sistema de pagamento

Isadora Peron e Guilherme Pimenta
De Brasília

A Polícia Federal (PF) abriu inquérito para apurar uma invasão ao Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), órgão responsável pela execução financeira do governo federal, e não descarta a participação de servidores no esquema.

A Agência Brasileira de Inteligência (Abin) também participa da investigação.

A suspeita dos investigadores é de que os invasores tenham conseguido desviar recursos da União por meio do acesso indevido ao sistema. Uma das linhas da apuração é que gestores habilitados para fazer movimentações financeiras tiveram seus acessos usados para fazer transferências indevidas. A informação foi revelada pelo jornal "Folha de S.Paulo".

O Siafi um sistema é ligado ao Tesouro Nacional. O órgão é responsável pela execução orçamentária da administração direta e de autarquias, fundações, empresas públicas federais e das sociedades de economia mista.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que informaria o ocorrido ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e alegou que, até ontem, nem ele sabia da invasão, já que o assunto estava sendo tratado exclusivamente pelo Tesouro com a PF.

"Tenho informação parcial de que problema não é do Siafi. Foi de autenticação de acesso. Isso está sendo apurado", disse Haddad a jornalistas ao deixar o prédio da Fazenda para uma reunião no Planalto.

"Não foi um hacker que quebrou a segurança. A PF está apurando e está rastreando para chegar nos responsáveis", completou o ministro.

Questionado sobre a suspeita de que os autores do ataque terem conseguido emitir ordens bancárias e desviar recursos públicos da União, Haddad disse não saber de valores. "Não tenho essa informação [valores], isso estava em sigilo", se limitou a dizer.

O Tesouro Nacional confirmou, em nota, que houve utilização indevida de credenciais obtidas de modo irregular para acesso ao sistema financeiro do governo federal, mas não falou em valores.

> "Não foi um hacker que quebrou a segurança [do Siafi]"
> *Fernando Haddad*

De acordo com o órgão, as tentativas de realizar operações na plataforma "foram identificadas e não causaram prejuízos à integridade do sistema". "Todas as medidas necessárias vêm sendo tomadas pela STN em resposta ao caso, incluindo a implementação de ações adicionais para reforçar a segurança do sistema", informou.

O Tesouro ainda confirmou a informação prestada pelo ministro Fernando Haddad de que "o episódio não configura uma invasão" por meio de um hacker.

"O Tesouro Nacional trabalha em colaboração com as autoridades competentes para a condução das investigações; e reitera seu compromisso com a transparência, a segurança dos sistemas governamentais e a preservação do adequado zelo das informações, até o término das apurações", informa a nota.

Em nota, a Polícia Federal afirmou que "detém a competência federal da investigação, iniciou as apurações tão logo tomou conhecimento do ocorrido, no dia 5 de abril, e desde então vem conduzindo as diligências em segredo de justiça".

A Abin informou que também acompanha o caso, "em colaboração com as autoridades competentes".

Apenas 45% das creches e pré-escolas adotam leitura

Luiz Fernando Figliagi
De São Paulo

Os momentos de leitura estão presentes na rotina de menos da metade das creches e pré-escolas das crianças brasileiras das cinco regiões do país. A contação de histórias por atividades mediadas por professores da educação infantil ocorreu apenas em 45% das turmas, sendo que 5% foram realizadas sem apoio de planejamento pedagógico.

Os dados são do estudo Avaliação da Qualidade da Educação Infantil: um Retrato pós-Base Nacional Comum Curricular (BNCC), pesquisados com apoio do Itaú Social, do Movimento Bem Maior da Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal e do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Economia Social da Universidade de São Paulo (USP).

Outras práticas de leitura e escrita também não foram observadas em 39% das salas. Em 61% das turmas onde essas atividades ocorreram, 23% não foram pensadas a partir de uma estratégia que garantisse o protagonismo das crianças por meio do brincar.

Para a coordenadora de Educação Infantil do Itaú Social, Juliana Yade, a leitura oferece benefícios importantes. "É indispensável que creches e pré-escolas adotem a mediação da literatura como uma aliada pedagógica, a fim de garantir não somente o acesso à cultura letrada mas também a construção de um olhar crítico da realidade que as cerca", destaca.

A pesquisa mostra que as experiências com as linguagens plásticas, práticas sociais com espaços, tempos e objetos, aparecem em um terço (31%) dos 3.647 grupos, das 1.683 creches e 1.784 pré-escolas públicas observadas.

As experiências com teatro, dança e música poderiam ser mais frequentes. Em 27% das turmas não apareceram essas atividades e em 38% foram visto que essas práticas aconteceram de forma repetitiva ou mecânica.

Para 86% dos responsáveis por crianças na educação infantil, a leitura e contação de histórias contribuem para o processo de letramento. A 5ª edição do Retratos da Literatura aponta que os maiores incentivadores da leitura são os professores: 11%.

LEONOR CALASANS/IEA-USP

Juliana Yade: "É indispensável que creches e pré-escolas adotem a mediação da literatura"

Para haver um maior estímulo ao hábito de ler e outras áreas, diz Yade, é preciso investir no desenvolvimento intelectual, psicológico e físico da criança.

"Seja na creche, seja na pré-escola, quando possibilitamos processos formativos das professoras que apoiem elas a fazer escolhas de livros que estimulem a criatividade por meio de uma escrita literária poética dos diversos gêneros que podem conter na literatura infantil, nós estamos garantindo o desenvolvimento integral [das crianças]", afirma Yade.

Isso, segundo ela, proporciona um ambiente mais seguro na instituição de ensino e na educação infantil, principalmente quando há apoio da família.

O conteúdo foi mapeado entre junho e dezembro de 2021.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Instituições financeiras de desenvolvimento lideram crédito para inovação

Evento que será realizado no próximo dia 25 pela ABDE e pelo BNDES irá discutir o papel de instituições investidoras na nova política de incentivo à indústria

GETTY IMAGES

Nova política industrial do Brasil prevê investimentos de R$ 300 bilhões até 2026 com impactos na saúde, na descarbonização e na redução da fome no país

O Brasil está vivendo um processo de neoindustrialização que vai devolver o setor ao protagonismo dentro da economia nacional. A nova política industrial, que deve receber investimentos de R$ 300 bilhões até 2026, propõe um aprofundamento das questões relacionadas à sustentabilidade, com destaque para a descarbonização, e um olhar social para questões como empregos justos, equidade de gênero e raça.

De acordo com Celso Pansera, presidente da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), a neoindustrialização deve ter impacto em três pontos principais do país: saúde, descarbonização e redução da fome.

"O primeiro ponto é atingir a meta do programa de produção de 70% do consumo do SUS na área da saúde. O segundo será conseguir usar nosso potencial de baixo carbono, por meio de etanol e biomassa, sem falar no potencial eólico e solar do país. E o terceiro ponto é a redução da fome", explica.

Pansera acrescenta que o desenvolvimento dos segmentos vai impulsionar outros setores, gerando um conjunto de ganhos paralelos aos pontos principais que vão trazer bem-estar para a população e um aumento da participação da indústria no PIB brasileiro.

"Um exemplo: quando pensamos em um motor híbrido, precisamos levar em consideração a produção de um sistema, de um chip e uma captação de carbono mais eficiente. É nesse sentido que criamos um conjunto de ecossistemas paralelos que ajuda o Brasil a desenvolver várias áreas de conhecimento, além de exigir melhor formação de recursos humanos, sofisticando os empregos oferecidos. No caso da produção de alimentos para consumo interno, não temos que deixar de produzir o que exportamos, mas precisamos melhorar a agricultura familiar. O país tem quatro milhões de pequenas propriedades agrícolas, porém, menos de 10% são mecanizadas, então há um potencial enorme. E, com a produção de bioinsumos, vai ser possível melhorar a qualidade da terra e o controle de pragas", destaca o presidente da ABDE, instituição criada em 1969 para executar ações de fortalecimento do Sistema Nacional de Fomento e contribuir para o desenvolvimento sustentável — econômico, social e ambiental — do país.

DIVULGAÇÃO/ABDE

"O primeiro ponto é atingir a meta do programa de produção de 70% do consumo do SUS na área da saúde. O segundo será conseguir usar nosso potencial de baixo carbono, por meio de etanol e biomassa, sem falar no potencial eólico e solar do país. E o terceiro ponto é a redução da fome"

Celso Pansera, presidente da ABDE e da Finep

FOMENTO À INOVAÇÃO

O setor industrial vai receber um crédito destinado à inovação, e esse fomento será operacionalizado pelo Sistema Nacional de Fomento, uma rede de instituições financeiras públicas e privadas de todo o país que atuam a níveis regionais e nacional e reúne atores como o BNDES, a Finep e bancos regionais e cooperativos.

"Estamos diante de uma janela de oportunidades histórica. Temos um imenso potencial, e o Brasil é o país do G20 com mais condições de liderar a transição energética e ambiental. O BNDES é a instituição que mais financiou energias renováveis no planeta, e podemos continuar avançando com o hidrogênio verde, a amônia verde e o etanol de segunda geração. Retomando o papel histórico da instituição, em pouco mais de um ano, o BNDES já aprovou R$ 96,9 bilhões em financiamentos à exportação, à inovação e a projetos de sustentabilidade e produtividade", avalia Aloizio Mercadante, presidente do BNDES.

Geraldo Alckmin, vice-presidente do Brasil e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, acredita que as novas iniciativas prometem resultados efetivos para fortalecer a estrutura produtiva do país.

"Todas as iniciativas estão compromissadas com resultados efetivos. Um exemplo tem sido o programa de mobilidade verde Mover, que concede incentivos fiscais para que as empresas do setor automotivo invistam na produção de novas tecnologias de descarbonização. O programa já gerou o maior ciclo de investimento da história do setor automotivo no país, de R$ 125 bilhões. Estamos liderando uma nova geração de políticas públicas e reforma do Estado, alterando os instrumentos e acompanhando os resultados. Vamos continuar trabalhando com afinco para uma neoindustrialização mais competitiva, mais sustentável, mais inovadora e mais exportadora", afirma Alckmin.

DIVULGAÇÃO

"Estamos liderando uma nova geração de políticas públicas e reforma do Estado, alterando os instrumentos e acompanhando os resultados. Vamos continuar trabalhando com afinco para uma neoindustrialização mais competitiva, mais sustentável, mais inovadora e mais exportadora"

Geraldo Alckmin, vice-presidente do Brasil e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

ESPECIALISTAS EM DEBATE

Para discutir o papel das instituições financeiras de desenvolvimento nesse processo, a ABDE e o BNDES vão realizar, na quinta-feira dia 25, das 9h às 13h, no BNDES, o Fórum Debate para o Desenvolvimento — Financiamento à Neoindustrialização: Mobilizando o crédito para a Inovação, que vai contar com a abertura de Celso Pansera, presidente da ABDE e da Finep; Aloizio Mercadante, presidente do BNDES; e Luísa Canziani, deputada federal e presidente da Frente Parlamentar Mista de Apoio ao Sistema Nacional de Fomento.

Para Alckmin, o evento vai evidenciar a importância do financiamento para a nova política industrial:

"O debate sobre o financiamento à neoindustrialização é fundamental para revertermos o processo de desindustrialização do Brasil em um contexto internacional de emergência climática. O financiamento público multiplica investimentos privados. É um jogo de ganha-ganha, que construirá os caminhos necessários para desenvolvermos a inovação e aumentarmos cada vez mais a produtividade da indústria brasileira", comenta.

DIVULGAÇÃO/ MARCOS ANDRÉ PINTO

"Temos um imenso potencial, e o Brasil é o país do G20 com mais condições de liderar a transição energética e ambiental. O BNDES é a instituição que mais financiou energias renováveis no planeta, e podemos continuar avançando com o hidrogênio verde, a amônia verde e o etanol de segunda geração"

Aloizio Mercadante, presidente do BNDES

ACESSE PARA VER A PROGRAMAÇÃO COMPLETA DO EVENTO

PRODUZIDO POR G.lab GLAB.GLOBO.COM

Conjuntura Depois de ficar de fora do grupo de 25 principais receptores de capital externo em 2023, país chega ao 19º lugar do ranking este ano

Brasil volta a ser considerado bom destino para investimento direto

Marcelo Osakabe
De São Paulo

Ausente em 2023 pela segunda vez em 25 anos, o Brasil voltou à lista dos 25 países mais atrativos para o Investimento Estrangeiro Direto (IED) desenvolvido pela consultoria Kearney. O país alcançou a 19ª posição do top 25, seu melhor resultado desde 2017.

Entre as economias em desenvolvimento, o país subiu duas posições e foi considerado o quinto destino mais atraente, à frente do México e atrás apenas da China, dos Emirados Árabes Unidos, da Arábia Saudita e da Índia.

Para Mark Essle, sócio da Kearney no Brasil, a volta brasileira ao ranking é uma boa notícia, ainda que o país esteja longe do seu melhor resultado — entre as décadas de 2000 e o começo da de 2010, chegou a figurar em terceiro lugar. “Sumimos do mapa por causa de várias crises, mas devagar estamos novamente reaparecendo no contexto dessa fragmentação do comércio mundial, do olhar mais cuidadoso dos grandes investidores institucionais sobre onde querem alocar seus recursos”, diz.

O índice de confiança do IED da Kearney é construído com base em entrevistas com executivos de empresas de 30 países com receita anual superior a US$ 500 milhões, e lista mercados com maior potencial de atrair investimento direto nos próximos três anos. Em 2024, os participantes se mostraram mais propensos a ampliar seus investimentos nos próximos três anos: 88% afirmaram que pretendem fazê-lo, contra 82% em 2023.

“Assim como o restante das Américas, o Brasil se beneficia do fato de que está perto dos Estados Unidos, país cuja economia vai muito bem. Neste momento em que o ‘nearshoring’ [tendência das multinacionais de se deslocar para perto de suas matrizes] se fortalece, o IED costumar seguir de perto a dinâmica da disputa geopolítica”, diz Essle. “Ao mesmo tempo, o Brasil também tem relacionamento estreito com a China e com a Europa, consegue caminhar entre os três blocos sem se comprometer com nenhum e é importante que continue assim.”

Uma mostra da importância do contexto geopolítico e do receio sobre medidas protecionista são as mudanças na lista de prioridades que o investidor institucional tem ao pensar sobre onde deseja alocar seu investimento.

Na edição de 2024, eficiência regulatória e facilidade de mobilidade de capitais cresceram e ficaram entre os três interesses mais listados pelos participantes, com 15% e 14% de citações, respectivamente. Eles desbancaram questões como transparência regulatória (13%) e as taxa de juros (11%). A capacidade tecnológica e de inovação se manteve no topo dos interesses dos investidores, com 17% de citações.

Este último, no entanto, não é o caso brasileiro. “Quando olhamos com lupa, o interesse do investidor no Brasil está mais voltado a mineração, ao agronegócio, toda essa indústria de base atrai bastante investidor. A questão é: para não corrermos o risco de ter um novo voo de galinha, é preciso usar essa chance para viabilizar investimentos em infraestrutura e acompanhar essa maior demanda por exportação”, diz Essle.

O relatório cita a intenção, vocalizada pelo ministro dos Transportes, Renan Filho, de que o país quer atrair R$ 180 bilhões em investimentos em rodovias e ferrovias nos próximos três anos. Além destes, o consultor cita a oportunidade de produzir bens com baixa emissão de carbono embutida.

“O Brasil é, entre os grandes países, aquele com matriz energética mais limpa. E a União Europeia já está introduzindo uma taxa sobre pegada de carbono dos produtos vendidos por lá. Isso vai transformar produtos com baixa pegada de carbono comparativamente mais baratos do que aqueles produzidos em países com matriz energética dependente de carvão, por exemplo”, explica. “Muito se fala sobre o Brasil exportar hidrogênio, mas o mais inteligente é mais inteligente usar essa mudança para agregar valor a produtos que já saem daqui, como transformar minério de ferro em aço ‘verde’, por exemplo.”

Entre os vizinhos, destaque para a Argentina, que voltou a figurar no ranking pela primeira vez desde 2013, na 24ª posição. “O governo Javier Milei tem prometido reformas para estabilizar finanças do país, o que atrai o investidor. E as oportunidades lá são parecidas com a do Brasil: a Argentina é muito rica em recursos naturais importantes para a transição energética, como o lítio. Se daqui 30 anos queremos ser emissão líquida zero de carbono, vamos precisar minerar mais do que em todo o restante da história da humanidade”, diz.

Os resultados mais gerais do ranking mostram que as atenções dos investidores permanecem no mundo desenvolvido. Além do Brasil e da Argentina, apenas seis países emergentes figuram no top 25 da Kearney. Os Estados Unidos se mantiveram no topo pelo 12º ano seguido. Já a China, que havia caído para a sétima colocação em 2023, retornou à terceira, ajudada pelo afrouxamento de controle de capitais que o governo em Pequim anunciou no segundo semestre.

Apesar disso, as economias emergentes se saíram melhor neste ano na comparação com o anterior. 84% dos respondentes disseram que planejam manter ou buscar novos investimentos nesses mercados, alta de três pontos percentuais em relação a 2023. “A entrada de México, Brasil e Argentina entre os 25 principais destinos é talvez uma reflexão sobre o crescente movimento associado ao ‘nearshoring’”, diz o relatório.

O Brasil de volta
Os 25 países mais atraentes para o investimento Direto Externo (IDE)

2023	2024	País	Pontuação
1º	1º	EUA	2.340
2º	2º	Canadá	2.235
7º	3º	China (incluindo Hong Kong)	2.210
5º	4º	Reino Unido	2.201
4º	5º	Alemanha	2.198
6º	6º	França	2.130
3º	7º	Japão	2.127
18º	8º	Emirados Árabes Unidos	2.105
8º	9º	Espanha	2.103
10º	10º	Austrália	2.094
-	**19º**	**Brasil**	**1.936**
-	21º	México	1.922
-	24º	Argentina	1.888

Fonte: Kearney 2024 FDICI Confidence Index

País consegue se relacionar com EUA, Europa e China sem se comprometer com nenhum deles
Mark Essle

DIVULGAÇÃO

Mark Essle: proximidade com os Estados Unidos favorece o Brasil

Atividade econômica
Indicadores agregados

	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23	set/23	ago/23	jul/23	jun/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	0,40	0,52	0,70	0,08	-0,01	-0,04	-0,60	0,29	0,25
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-0,3	-1,5	1,5	0,6	0,0	0,2	0,4	-0,4	0,0
Indústria de transformação	-	0,0	0,0	0,4	-0,1	0,2	-0,5	1,1	-0,4	-0,2
Indústrias extrativas	-	-0,9	-6,9	3,8	3,4	-0,5	6,2	-4,9	-1,3	2,9
Bens de capital	-	1,8	9,3	-0,4	-0,9	-0,3	-2,5	5,8	-7,4	-2,3
Bens intermediários	-	-1,2	-2,7	1,8	1,6	0,7	0,7	-0,4	-0,5	-0,3
Bens de consumo	-	1,3	-0,9	1,1	-0,1	-0,9	-1,7	2,4	1,4	0,3
Faturamento real (CNI - %)	-	2,4	0,3	1,8	0,7	-0,4	-0,9	1,3	-2,3	0,5
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	2,3	0,2	1,5	0,6	-0,3	-0,6	0,0	-0,8	0,2
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	1,2	1,0	0,3	0,9	-0,1	0,9	0,6	1,0	0,8
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	1,0	2,8	-1,5	0,2	-0,3	0,8	-0,2	0,9	0,0
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-1,7	2,4	0,1	1,0	0,0	1,0	-0,4	0,3	0,3
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-0,9	0,5	0,5	0,5	-0,3	-0,1	-1,3	0,9	0,4
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6	7,7	7,8	7,9	8,0
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,5	0,6	0,1	0,3	0,5	-0,1	-0,3	0,1	0,2
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4	-0,5	-1,1	1,2	2,2
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	27.980	23.494	26.798	28.786	27.886	29.682	28.713	31.101	28.300	29.600
Importações	20.498	18.186	20.510	19.463	19.097	20.501	19.532	21.468	20.121	19.524
Saldo	7.483	5.308	6.287	9.323	8.789	9.181	9.182	9.633	8.179	10.077

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
set/22	0,1805	0,6814	0,6814	1,0020	1,07	0,5662	0,4670	0,4276	-0,06	23,67	1.212,00
out/22	0,1494	0,6501	0,6501	0,9506	1,02	0,6005	0,4702	0,3964	0,04	23,81	1.212,00
nov/22	0,1507	0,6515	0,6515	0,9519	1,02	0,5811	0,4614	0,3977	0,15	23,81	1.212,00
dez/22	0,2072	0,7082	0,7082	1,0489	1,12	0,6005	0,4670	0,4543	0,17	23,81	1.212,00
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	-	24,38	1.412,00
2024	**0,23**	**2,25**	**2,25**	**3,19**	**3,53**	**2,16**	**1,80**	**1,22**	**0,20**	**0,37**	**6,97**
Em 12 meses*	**1,37**	**7,63**	**7,63**	**11,26**	**12,32**	**6,91**	**5,46**	**4,41**	**2,31**	**1,33**	**8,45**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para abril projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento
Variação no período

Indicadores	4º Tri/23	3º Tri/23	2023	2022	2021	2020
PIB (R$ bilhões) *	2.831	2.741	10.856	10.080	9.012	7.610
PIB (US$ bilhões) **	574	561	2.176	1.952	1.670	1.476
Taxa de Variação Real (%)	0,0	0,0	2,9	3,0	4,8	-3,3
Agropecuária	-5,3	-5,6	15,1	-1,1	0,0	4,2
Indústria	1,3	0,6	1,6	1,5	5,0	-3,0
Serviços	0,3	0,3	2,4	4,3	4,8	-3,7
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	0,9	-2,2	-3,0	1,1	12,9	-1,7
Investimento (% do PIB)	16,1	16,6	16,5	17,8	17,9	16,6

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
* Valores correntes. ** Banco Central

Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência abr/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
*Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-fevereiro		Var.	fevereiro		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita Federal						
Imposto de renda total	**164,9**	**148,2**	**11,33**	**56,5**	**48,1**	**17,37**
Imposto de renda pessoa física	5,6	4,7	19,54	2,9	2,4	21,28
Imposto de renda pessoa jurídica	80,2	78,3	2,37	21,2	20,4	3,83
Imposto de renda retido na fonte	79,2	65,2	21,50	32,3	25,3	27,91
Imposto sobre produtos industrializados	11,9	9,8	22,12	5,5	4,3	29,39
Imposto sobre operações financeiras	10,3	10,1	2,31	5,2	4,7	10,72
Imposto de importação	10,3	8,9	16,36	4,8	3,9	22,26
Cide-combustíveis	0,5	0,0	-	0,2	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	64,9	52,5	23,51	30,5	23,9	27,67
CSLL	43,7	39,2	11,53	11,0	10,4	5,45
PIS/Pasep	18,2	15,1	20,57	8,6	6,9	23,94
Outras receitas	142,4	127,0	12,06	64,2	56,7	13,15
Total	**467,2**	**410,7**	**13,74**	**186,5**	**159,0**	**17,31**

	fev/24		jan/24		fev/23	
	Valor**	Var. %*	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*
ICMS - Brasil	**49,2**	**-18,56**	**60,4**	**-7,24**	**50,7**	**-9,74**
	fev/24		**jan/24**		**fev/23**	
	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*
INSS	**47,9**	**-7,38**	**51,7**	**-32,82**	**44,1**	**-4,61**

Fonte: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação
Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	abr/24	mar/24	2024	2023	12 meses	abr/24	mar/24	dez/23	abr/23
IBGE									
IPCA	-	0,16	1,42	4,62	3,93	-	6.869,14	6.773,27	6.649,99
INPC	-	0,19	1,58	3,71	3,40	-	7.064,43	6.954,74	6.868,53
IPCA-15	-	0,36	1,46	4,72	4,14	-	6.742,72	6.645,93	6.511,32
IPCA-E	-	0,36	1,46	4,72	4,14	-	6.742,72	6.645,93	6.511,32
FGV									
IGP-DI	-	-0,30	-0,97	-3,30	-4,00	-	1.094,76	1.105,54	1.128,81
Núcleo do IPC-DI	-	0,27	1,07	3,48	3,64	-	-	-	-
IPA-DI	-	-0,50	-1,84	-5,92	-6,79	-	1.270,47	1.294,35	1.341,66
IPA-Agro	-	0,92	-1,59	-11,34	-11,56	-	1.756,96	1.785,32	1.926,82
IPA-Ind.	-	-1,02	-1,94	-3,77	-4,89	-	1.073,32	1.094,53	1.117,39
IPC-DI	-	0,10	1,27	3,55	2,93	-	743,02	733,67	725,48
INCC-DI	-	0,28	0,68	3,49	3,36	-	1.095,74	1.088,31	1.061,64
IGP-M	-	-0,47	-0,91	-3,18	-4,26	-	1.113,84	1.124,07	1.152,31
IPA-M	-	-0,77	-1,75	-5,60	-7,05	-	1.310,88	1.334,20	1.389,86
IPC-M	-	0,29	1,41	3,40	3,14	-	726,53	716,46	707,62
INCC-M	-	0,24	0,68	3,32	3,29	-	1.093,50	1.086,15	1.061,07
IGP-10	-0,33	-0,17	-0,73	-3,56	-3,81	1.135,05	1.138,81	1.143,35	1.180,05
IPA-10	-0,56	-0,40	-1,62	-6,02	-6,40	1.344,60	1.352,24	1.366,78	1.436,52
IPC-10	0,21	0,48	1,78	3,43	3,13	733,68	732,11	720,87	711,43
INCC-10	0,33	0,27	1,09	3,04	3,32	1.081,84	1.078,34	1.070,21	1.047,12
FIPE									
IPC	-	0,26	1,18	3,15	2,87	-	683,22	675,27	667,00

Obs.: IPCA-E no 1º trimestre = 1,46%, IGP-M 2ª prévia abr/24 -0,12% e IPC-FIPE 2ª quadrissemana abr/24 0,23%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2023

No prazo legal				
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/2023		-	Campo 7
2ª	30/06/2023		1,00%	
3ª	31/07/2023		2,07%	+
4ª	31/08/2023	Valor da declaração	3,14%	Campo 8
5ª	29/09/2023		4,28%	
6ª	31/10/2023		5,25%	+
7ª	30/11/2023		6,25%	Campo 9
8ª	28/12/2023		7,17%	

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/23 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	fev/24		jan/24		fev/23	
	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Dívida líquida total	**6.693,6**	**60,91**	**6.565,1**	**60,06**	**5.706,7**	**55,70**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-28,1	-0,26	-37,0	-0,34	4,9	0,05
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-743,3	-6,76	-749,0	-6,85	-748,0	-7,30
Dívida fiscal líquida	**7.465,0**	**67,93**	**7.351,1**	**67,26**	**6.449,8**	**62,95**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.340,8	66,80	7.219,4	66,05	6.396,4	62,43
Dívida externa líquida	-647,2	-5,89	-654,3	-5,99	-689,7	-6,73
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.749,5	52,32	5.619,3	51,41	4.806,1	46,91
Governos Estaduais	841,2	7,66	842,3	7,71	807,5	7,88
Governos Municipais	53,5	0,49	54,0	0,49	36,3	0,35
Empresas Estatais	49,4	0,45	49,6	0,45	56,8	0,55
Necessidades de financiamento do setor público	**fev/24**		**jan/24**		**fev/23**	
Fluxos acumulados em 12 meses	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**
Total nominal	**1.015,1**	**9,24**	**991,9**	**9,07**	**565,9**	**5,52**
Governo Federal**	846,6	7,70	818,0	7,48	458,1	4,47
Banco Central	77,9	0,71	86,3	0,79	75,9	0,74
Governo regional	83,0	0,76	80,4	0,74	25,0	0,24
Total primário	**268,2**	**2,44**	**246,0**	**2,25**	**-93,2**	**-0,91**
Governo Federal	-28,6	-0,26	-44,4	-0,41	-301,4	-2,94
Banco Central	0,7	0,01	0,6	0,01	0,5	0,00
Governo regional	-15,2	-0,14	-18,4	-0,17	-58,4	-0,57

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa.** Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.

Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de fevereiro*

Discriminação	Janeiro-fevereiro		Var.	fevereiro		Var.
	2023	2022	%	2024	2023	%
Receita total	**470,7**	**431,7**	**9,05**	**189,4**	**160,4**	**18,05**
Receita Adm. Pela RFB**	320,7	288,6	11,11	120,3	101,3	18,81
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	100,1	94,8	5,61	47,9	46,1	4,01
Receitas Não Adm. Pela RFB	49,9	48,3	3,47	21,1	13,0	61,77
Transferências a Estados e Municípios	**98,5**	**91,6**	**7,52**	**56,9**	**53,0**	**7,29**
Receita líquida total	**372,2**	**340,1**	**9,45**	**132,5**	**107,4**	**23,36**
Despesa Total	**350,6**	**299,4**	**17,12**	**190,9**	**149,8**	**27,42**
Benefícios Precidenciários	140,7	134,1	4,92	71,7	68,1	5,41
Pessoal e Encargos Sociais	59,6	57,5	3,63	28,4	27,5	3,45
Outras Despesas Obrigatórias	78,7	43,8	79,68	51,6	21,0	145,60
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	71,5	63,9	12,00	39,2	33,3	17,60
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**21,6**	**40,7**	**-46,94**	**-58,4**	**-42,4**	**37,71**
Discriminação	**fev/24**		**jan/24**		**fev/23**	
	Valor	**Var. %**	**Valor**	**Var. %**	**Valor**	**Var. %**
Ajustes metodológicos	-0,2	-	0,8	-	-0,1	-
Discrepância estatística	0,8	-27,56	1,1	-140,57	1,6	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-57,8**	**-**	**82,0**	**-**	**-41,0**	**-**
Juros Noninimais	**-56,9**	**-21,18**	**-72,2**	**30,46**	**-57,8**	**23,20**
Result. Nominal do Gov. Central	**-114,7**	**-**	**9,7**	**-**	**-98,8**	**-**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
* Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha

Brasil

RICARDO BOTELHO/MME

Alexandre Silveira: diretoria da Petrobras indicou que dólar e preço do petróleo trouxeram alívio para caixa da estatal

Gestão pública Fertilizantes, refino de petróleo e na indústria naval são áreas estratégicas para governo, que cobra maior empenho da estatal

Silveira vê mudança de postura após Petrobras prometer investimentos

Rafael Bitencourt
De Brasília

A recente demonstração de empenho da Petrobras em fortalecer investimentos em áreas consideradas estratégicas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva proporcionou nesta segunda-feira (22) um momento de trégua nos ataques de integrantes do governo à diretoria da estatal. O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, considera que manifestações do presidente da petroleira, Jean Paul Prates, na semana passada, representaram uma mudança de postura.

"São questões que eu vinha dizendo, que o Brasil não abriria mão dessas políticas, o que demonstra que nós estamos tendo uma correção de rumo fundamental para o desenvolvimento nacional, cumprindo o grande propósito de gerar emprego e renda no país", afirmou Silveira, após participar de seminário.

O governo tem defendido maior dedicação da Petrobras à retomada de investimentos em plantas de fertilizantes, refino de petróleo e na indústria naval. Em março, a crise em torno da distribuição de dividendos extraordinários quase custou o cargo de Prates no comando da empresa.

Investimentos anteriores da Petrobras nesses setores já foram criticados por analistas por questões como baixo retorno, falta de competitividade, atrasos em obras e com custo acima do original.

Silveira também afirmou que a diretoria da Petrobras indicou para o conselho de administração que o recente comportamento do preço internacional do petróleo e do dólar frente ao real trouxe alívio para o caixa da petroleira. Isso, segundo ele, contribui para que o colegiado decida pelo repasse dos dividendos extras aos acionistas.

"Isso está em discussão no conselho, há elementos novos. A diretoria apresentou melhoria da oxigenação da empresa a partir, naturalmente, do aumento do preço do [barril tipo] Brent e também do aumento do preço do dólar. E isso vai ser considerado."

Existe a possibilidade de que a proposta seja votada na Assembleia Geral Extraordinária (AGE), na próxima quinta-feira (25)

> "Todo cargo de confiança, inclusive o meu, deve estar sempre à disposição do presidente"
> *Alexandre Silveira*

O ministro lembrou que essa decisão tem implicações sobre as contas públicas, por gerar receita para a União e, por isso, é uma questão "sempre" considerada.

"Isso tem que ser considerado, ouvido pelo menos os conselheiros da União, na questão econômica, das necessidades fazendárias", afirmou Silveira.

Ele desconversou sobre eventuais orientações do governo ao conselho, mas se referiu indiretamente ao presidente da Petrobras ao lembrar da última rusga entre os dois, quando Prates não atendeu ao pedido do governo de direcionar todo o dividendo extraordinário para uma conta de reserva de remuneração de capital na reunião do conselho.

"Não vamos chamar de orientação, porque é natural. Até aconteceu isso [a abstenção] de fato, que mesmo sendo os conselheiros indicados pela União, naquela decisão final teve um dos conselheiros que resolveu se abster", afirmou.

Questionado novamente sobre a saída de Prates, ele reforçou que a decisão cabe ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "Todo cargo de confiança do presidente da República, inclusive o meu, deve estar sempre à disposição do presidente da República. Ele decide quem sai ou quem entra."

Prates nega crise e diz ter confiança de Lula para continuar no cargo

Lucas Ferraz
De São Paulo

O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, negou qualquer crise na empresa, disse que ainda tem a confiança do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para permanecer no cargo e defendeu a atuação governamental na petrolífera, que perdeu recentemente R$ 55 bilhões em valor de mercado após a decisão de reter a distribuição de dividendos extraordinários aos acionistas.

Na próxima quinta (25), haverá uma assembleia geral ordinária da empresa, que pode decidir pela distribuição de parte dos dividendos extraordinários, estimados em R$ 43,9 bilhões.

"Agora deve ser feita uma assembleia geral extraordinária e nela seria referendada a decisão da distribuição de 50%, que é a proposta que está na mesa e cuja decisão foi adiada na véspera do balanço", afirmou Prates a jornalistas após participar de um evento com investidores, empresários e políticos na capital paulista.

O debate sobre a distribuição dos dividendos extraordinários, iniciado em março, opôs o presidente da Petrobras ao ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, que teve nesse episódio o apoio do presidente Lula. Especulou-se à época que Jean Paul Prates poderia deixar o comando da estatal, o que ele nega.

"O presidente [Lula] conversa comigo a hora que ele quiser, converso com o ministro [Alexandre Silveira] na hora que ele quiser e a hora que eu precisar de orientação, porque é uma empresa com controle governamental, o acionista controlador é o Estado brasileiro e eu sou parte do Estado brasileiro. Não há nenhum problema de relacionamento, a confiança do presidente Lula comigo permanece intacta", disse Prates.

Ele ressaltou ainda que é preciso "desmistificar" essa história de que o presidente da República "não pode falar ou dar orientação" sobre a empresa.

Ao negar crise na empresa, Prates disse também que a Petrobras anunciou em março o "maior e melhor resultado da história" sem incluir nos números a venda de ativos, o que aconteceu no governo anterior de Jair Bolsonaro. "Tivemos recordes operacionais em todas as áreas. Onde está a crise?", questionou o presidente da estatal.

Sobre a redução de valor de mercado da Petrobras, resultado da retenção dos dividendos extraordinários aos acionistas, Prates lamentou, mas disse que a empresa já se recuperou com os recentes movimentos no preço internacional do barril de petróleo.

"Sempre que uma expectativa é frustrada, e aconteceu isso no período, isso favorece movimentos especulativos, infelizmente. Todos estamos sujeitos a isso, inclusive as empresas privadas que estão na bolsa. A questão é tentar evitar isso, sobretudo as falsas crises", afirmou.

ARTIGO

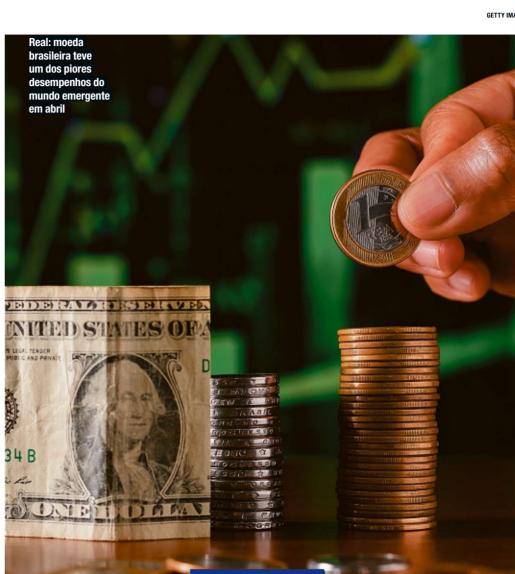
Cenário para decisão do Copom fica mais complexo

GETTY IMAGES

Real: moeda brasileira teve um dos piores desempenhos do mundo emergente em abril

PRINCIPAIS PONTOS:

- O desempenho da moeda brasileira em abril foi um dos piores entre os países emergentes, influenciado por preocupações com a inflação nos EUA e a perspectiva de corte de juros apenas em setembro
- A reversão do "pivô" ou virada do Fed, que inicialmente indicava convergência da inflação e cortes de juros nos EUA, agora mostra uma mensagem de que os juros permanecerão mais altos por mais tempo
- No Brasil, isso complica a situação para o Banco Central, com a possibilidade de um corte de juros menor na próxima reunião do Copom, diante de uma taxa de câmbio elevada e expectativas da Taxa Selic terminal mais próxima de 10%
- Apesar das incertezas, há indícios de uma atividade econômica mais forte no Brasil, com crescimento no primeiro trimestre e indicadores de varejo e serviços robustos, o que pode gerar pressões inflacionárias maiores do que as esperadas
- A expectativa é de um possível corte de meio ponto na próxima reunião do Copom, deixando a porta aberta para futuras decisões, diante de um cenário mais volátil e desafiador

por Paulo Gala*

No mês de abril, a moeda brasileira teve um dos piores desempenhos do mundo emergente. Essa tendência começou com uma inflação mais forte do que a esperada nos Estados Unidos, seguida por dados de atividade robustos. Isso levou a preocupações de que a economia dos EUA não desaceleraria, dificultando o alcance da meta de inflação. Os comentários dos diretores do Fed indicam preocupações com a inflação persistente, o que levou o mercado a acreditar em um corte de juros por lá apenas em setembro.

A reprecificação do momento do corte de juros nos EUA está causando impactos nos mercados dos emergentes, incluindo o Brasil. Esse estresse pode diminuir se houver melhores indicadores de inflação e comentários dos diretores do Fed.

Apesar do cenário desafiador, houve uma alta na atividade econômica brasileira medida pelo IBC-BR em fevereiro, com um aumento de 0,4% em relação a janeiro. No bimestre, houve um forte crescimento de 2,95%, indicando uma economia brasileira mais aquecida em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Os dados de varejo e serviços para a economia brasileira mostram um crescimento robusto no primeiro trimestre que pode trazer pressões inflacionárias ao mercado de trabalho maiores do que as imaginadas.

No final do ano passado, havia a ideia de que as coisas estavam se encaminhando para convergência da inflação e cortes de juros nos EUA, marcando o que foi chamado de pivô ou virada do Fed. Nas últimas semanas, assistimos a uma reversão desse pivô. Basicamente, o Fed mudou sua mensagem de corte de juros no final do ano passado, quando a taxa de dez anos caiu para 3,80, para uma mensagem de que os juros ficarão mais altos por mais tempo.

Os dados do primeiro trimestre nos EUA mostraram mais inflação, mais crescimento e um mercado de trabalho mais robusto do que o esperado. O Fed teve que reajustar sua posição, indicando que talvez não corte os juros tão cedo.

No Brasil, isso complica as coisas para o Banco Central, como indicado pelos comentários de Campos Neto. A perspectiva da próxima reunião, em maio, agora está em aberto, com a possibilidade de um corte de juros menor ou até mesmo nenhum corte.

A situação é complicada, com a taxa de câmbio acima dos R$ 5 e a curva de juros precificando uma Taxa Selic terminal mais próxima de 10%. Olhando para a frente, há incertezas devido à desvalorização da moeda brasileira e à pressão dos juros nos EUA.

Ainda há espaço para um corte de meio ponto; antes, havia um cenário mais claro com corte de 0,5% em maio e possível anúncio de uma desaceleração para 0,25 nos cortes futuros. Agora, o Copom deve possivelmente cortar meio ponto e deixar a porta aberta. Não encerraria o ciclo, mas também não anteciparia os próximos passos.

***Economista-chefe do Banco Master de Investimento. Graduado em Economia pela FEA USP, Gala é mestre e doutor em Economia pela Fundação Getulio Vargas de São Paulo, instituição em que leciona desde 2002. Foi pesquisador visitante nas universidades de Cambridge (RU) e Columbia (NY) e atuou como economista-chefe, gestor de fundos e CEO em instituições do mercado financeiro em São Paulo.**

Saúde Depois de cair durante a pandemia de covid-19, país registra três anos seguidos de aumento no total de registros da doença e de óbitos, aponta ministério da Saúde

Brasil bate recorde e já supera 1.600 mortes por dengue este ano

Folhapress, de São Paulo

O país já registrou, em 2024, 1.657 mortes por dengue, segundo dados do Painel de Monitoramento de Arboviroses do Ministério da Saúde desta segunda-feira (22). É o maior número da série histórica, registrada pela pasta da Saúde desde 2000. O país registra três anos seguidos de recordes de casos de dengue, após um período com menor incidência durante a pandemia de covid-19.

Apesar dos recordes, de acordo com o Ministério da Saúde, há uma tendência de queda dos casos de dengue. Pelo painel disponibilizado, o número de casos da última semana epidemiológica equivale a menos de um terço dos casos registrados na semana anterior.

Já em relação aos casos, o painel aponta 2.221.157 casos confirmados e 3.758.837 casos prováveis. A incidência da doença é maior nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Onze Estados ainda estão sob decretos de emergência.

Além das 1.657 mortes confirmadas, ainda existem 2.205 em investigação.

Segundo o painel, a maioria dos óbitos foi registrada no Estado de São Paulo (352), seguido de Minas Gerais (282), Distrito Federal (277), Paraná (183) e Goiás (122). Acre e Roraima ainda não registraram nenhum óbito por dengue. No país, o total é de 38.921 casos graves da doença. A maior parte está concentrada na região Sudeste.

De acordo com os dados divulgados, todos os Estados tiveram queda no número de casos entre uma semana e outra. Em nota do Ministério da Saúde, a secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente, Ethel Maciel, disse que, apesar dos números menores, "é preciso que todos os cuidados realizados pelos gestores e pela população sejam mantidos".

O Estado de São Paulo contabiliza 701.076 casos confirmados de dengue, sendo que 692.274 são leves, 7.958 são dengue com sinal de alarme e 844 casos graves. Até o momento, a cidade de São Paulo registra a maior quantidade de mortes pela doença (48), seguida por Guarulhos (32), na região metropolitana, Jacareí (21) e Taubaté (16), ambas no Vale do Paraíba.

Segundo a Opas (Organização Pan-Americana da Saúde), os países mais afetados até agora no surto atual são Argentina e Brasil. Apesar de os casos terem estabilizado, a dengue criou uma "situação de emergência" nas Américas.

Artigo recente publicado pelo Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz analisa os óbitos por dengue e aponta ainda que a desassistência e a desatenção ao potencial agravamento que os pacientes podem apresentar são as principais razões associadas às mortes por dengue.

> Doença criou este ano "situação de emergência" nas Américas, afirma Opas

WALTERSON ROSA/MS

Ethel Maciel: "É preciso que todos os cuidados realizados pelos gestores e pela população sejam mantidos"

Na quarta-feira (17), o Ministério da Saúde liberou a ampliação da faixa etária no caso de vacinas com vencimento até 30 de abril. A pasta enfatiza que a faixa etária de 10 a 14 anos deve ser priorizada neste momento.

Em reunião nesta sexta-feira (19), a Frente Nacional de Prefeitos pediu à ministra da Saúde, Nísia Trindade, o envio de mais doses de vacinas contra a dengue. Em carta endereçada à ministra, eles disseram apoiar a ampliação da faixa etária no SUS (Sistema Único de Saúde), mas condicionada ao aumento no número de doses.

Uma vacinação contra a dengue para outras faixas etárias esbarra no número limitado de doses disponibilizadas pela fabricante. A empresa japonesa Takeda tem baixa capacidade na produção do imunizante.

O Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos da Fiocruz teve conversas iniciais com a farmacêutica Takeda para que a tecnologia da vacina Qdenga seja transferida e o imunizante seja produzido no Brasil. Com a produção brasileira, seria possível ampliar a vacinação contra a dengue para outras faixas etárias.

Chikungunya

A capital paulista registrou 785 casos suspeitos de chikungunya, de 1º de janeiro a 17 de abril. Destes, 19 foram positivos para a doença e são autóctones, ou seja, contraídos no município. Eles ocorreram em janeiro (5), fevereiro (8) e março (6). A maior parte dos casos ocorreu na zona norte da cidade, seguidas pela zona sul e zona leste.

Itaipu é mal gerida e tem energia cara, aponta Fiesp

Robson Rodrigues
De São Paulo

Um relatório divulgado pela Fiesp sobre a renovação da tarifa da usina de Itaipu Binacional apontou que a energia da usina é hoje uma das mais caras no portfólio de contratação das distribuidoras, tanto pelo risco cambial quanto por distorções do próprio mercado brasileiro.

O texto aponta que os custos de operação e manutenção da usina são ineficientes, com um quadro de funcionários quase dez vezes superior ao de outras usinas hidrelétricas brasileiras.

"Itaipu vem batendo sucessivos recordes de produtividade: mais energia gerada com menos uso de água. O mesmo não pode ser dito sobre suas despesas operacionais, que superam significativamente as de grandes usinas privadas do país", diz o documento.

Brasil e Paraguai discutem o valor da tarifa da usina para o ano de 2024, mas sem acordo. Para pressionar o Brasil a aumentar a tarifa, o Paraguai chegou a adotar uma medida extrema, bloqueando o orçamento da megausina para o ano de 2024.

De acordo com a Fiesp, enquanto não houver repactuação, os procedimentos para a definição da tarifa de Itaipu continuam válidos. "Ao longo de anos, os consumidores do Centro-Sul do Brasil pagaram por uma energia cara, na expectativa de, em 2023, colher os resultados deste investimento. Com a usina 100% amortizada, será preciso resistir à tentação de manter um 'imposto escondido' nas tarifas de energia", diz o texto.

Poderes Padilha e Rui Costa estiveram com líderes da base para levar pautas de interesse do governo

Lula coloca ministros em campo contra crise

Renan Truffi, Estevão Taiar, Mariana Assis, Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro
De Brasília

Um dia depois de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se reunir com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), ministros foram a campo para ajudar a estancar a crise entre o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional. Auxiliares que atuam mais fortemente na articulação política, Alexandre Padilha (Secretaria de Relações Institucionais) e Rui Costa (Casa Civil) procuraram nessa segunda-feira vice-líderes da base aliada na Câmara para conversar sobre as pautas de interesse do Executivo.

O encontro estava marcado para acontecer na casa do deputado Emanuel Pinheiro Neto (MDB-MT), justamente um dos parlamentares que integra a ala governista. O grupo de vice-líderes é composto por deputados de vários partidos, e não só do PT, como MDB, PDT, PSD, União Brasil, PSB e PCdoB. Até o fechamento desta edição, não havia informações sobre o resultado da reunião.

O convite partiu do líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), na semana passada, em meio à troca de farpas entre Lira e Padilha. O intuito é justamente reunir os deputados governistas para uma conversa mais ampla "sobre política", já que o governo tem sofrido recorrentes problemas na relação com o Parlamento.

"Seria o início de encontros políticos, [para] conversar sobre política. [Vamos] fugir da mesmice de apenas discutir matérias legislativas, emendas e nomeações", explicou um interlocutor do Palácio. Responsável por marcar o jantar, Guimarães admitiu na última sexta-feira que a relação entre Lira e a equipe de articulação política do Palácio do Planalto precisa de "um consertinho aqui" e "outro lá".

A turbulência levou Lula a cobrar de seus ministros nessa segunda-feira (22) mais empenho na articulação política. Após lembrar que o PT só tem 70 deputados de 513 e nove senadores de 81, afirmou durante um evento no Palácio do Planalto: "Isso significa que o [vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Geraldo] Alckmin tem que ser mais ágil, tem que conversar mais. O [ministro da Fazenda, Fernando] Haddad, ao invés de ler um livro, tem que perder algumas horas conversando no Senado e na Câmara, o Wellington [Dias, ministro do Desenvolvimento Social], o Rui Costa passar uma parte do tempo conversando, conversa com bancada A, com bancada B. É difícil, mas a gente não pode reclamar, porque a política é exatamente assim. Ou você faz assim ou não entra na política".

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

Lula teve encontro com o presidente da Câmara, fora da agenda, no domingo

Mais tarde, questionado sobre o comentário Haddad afirmou, sorrindo, que "só faz isso da vida".

Nos bastidores, no entanto, há também uma demanda dentro do governo para que o próprio mandatário se envolva mais nas articulações políticas. Em suas administrações anteriores, Lula realizava frequentes conversas com deputados e senadores aliados. Também promovia eventos no Palácio da Alvorada e convidava parlamentares para integrar suas comitivas em viagens nacionais e internacionais. Isso não tem ocorrido neste mandato, argumentam interlocutores do presidente, o que tem provocado um efeito negativo na interlocução com o Congresso.

Uma exceção foi a recente conversa entre Lira e Lula no domingo. O encontro foi confirmado ao **Valor** por interlocutores próximos.

Na sexta-feira, Lula já havia dado sinal verde para que seus auxiliares agendassem um encontro entre ele e o deputado alagoano. A reunião estava prevista para ocorrer nesta semana, mas assessores próximos dos dois conseguiram antecipar a agenda para esse domingo, 21. Apesar disso, a conversa não foi registrada na agenda de nenhuma das duas autoridades. Procurado, Lira não respondeu.

Lula se predispôs a encontrar com o parlamentar num esforço para atenuar o embate entre o presidente da Câmara e a equipe de articulação política do governo, liderada por Padilha.

Uma das raízes dessa crise política foi a decisão do governo de demitir o primo de Arthur Lira da superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Alagoas. Imediatamente após o desligamento do parente dele do Incra, Rui Costa procurou Lira para negar que Padilha estivesse envolvido nesse episódio. Segundo interlocutores, Costa teria sugerido, inclusive, mostrar as conversas que teve com Padilha, num aplicativo de troca de mensagens, sobre este assunto, como forma de comprovar sua versão dos fatos, mas Lira não teria achado necessário. *(Colaboraram Guilherme Pimenta e Jéssica Sant'Ana)*

INFRAMERICA CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE BRASÍLIA S.A.

CNPJ Nº 15.559.082/0001-86

Aeroporto de Brasília

INFORMAÇÕES IMPORTANTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS

1) Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. 2) As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: a) https://valor.globo.com/valor-ri/; https://www.bsb.aero/institucional/governanca-corporativa. 3) Os números das notas explicativas resumidas não fazem referências à aqui apresentada, e sim às demonstrações financeiras completas divulgadas nos links apresentados acima.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	2023	2022
Ativo		
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	293.440	325.832
Depósitos vinculados	39.641	39.374
Contas a receber de clientes	60.586	67.029
Tributos a recuperar	13.394	5.382
Outros Ativos Circulantes	11.059	11.779
	418.120	**449.396**
Ativo não circulante		
Realizável a longo prazo		
Investimentos	80	80
Ativos de direito de uso	7.411	7.693
Imobilizado	985	1.115
Intangível	2.960.574	3.115.578
Outros Ativos Não Circulantes	257.127	245.176
	3.226.177	**3.369.642**
Total do ativo	**3.644.297**	**3.819.038**

	2023	2022
Passivo		
Passivo circulante		
Salários e encargos sociais	18.403	17.588
Fornecedores	28.490	35.404
Empréstimos e financiamentos	71.270	69.492
Tributos a recolher	16.145	13.395
Compromissos com o poder concedente	832.089	797.939
Outros Passivos Circulantes	78.101	61.578
	1.044.498	**995.396**
Passivo não circulante		
Empréstimos e financiamentos	964.426	1.021.698
Passivos de arrendamento	6.496	6.781
Compromissos com o poder concedente	3.325.664	3.269.889
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	23.851	26.991
Outros Passivos Não Circulantes	67.020	67.174
	4.387.457	**4.392.533**
Total do passivo	**5.431.955**	**5.387.929**
Patrimônio líquido		
Capital social	1.918.878	1.825.000
Prejuízos acumulados	(3.706.536)	(3.393.891)
	(1.787.658)	**(1.568.891)**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**3.644.297**	**3.819.038**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2023	2022
Receita operacional líquida	**499.861**	**418.180**
(-) Custos dos serviços prestados	(344.171)	(319.058)
Lucro operacional bruto	**155.690**	**99.122**
Despesas de comercialização	(12.924)	(16.801)
Despesas administrativas	(38.289)	(44.624)
Outras receitas e despesas operacionais líquidas	83.491	74.251
	32.278	**12.826**
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**187.968**	**111.948**
Resultado financeiro	(516.368)	(588.618)
Resultado operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	**(328.400)**	**(476.670)**
Imposto de renda e contribuição social	15.755	(65.143)
Prejuízo do exercício	**(312.645)**	**(541.813)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	2023	2022
Prejuízo do exercício	**(312.645)**	**(541.813)**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**(312.645)**	**(541.813)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**(328.400)**	**(476.670)**
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(51.193)	78.624
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(8.288)	(10.725)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	27.089	191.643
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**(32.392)**	**259.542**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**325.832**	**66.290**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**293.440**	**325.832**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2023	2022
Valor adicionado a distribuir		
Receita	660.170	592.825
Insumos adquiridos de terceiros	(136.866)	(114.344)
Valor adicionado bruto	**523.304**	**478.481**
Depreciação e amortização	(157.647)	(148.853)
Valor adicionado líquido produzido	**365.657**	**329.628**
Valor adicionado recebido em transferência	61.501	24.823
Valor adicionado total a distribuir	**427.158**	**354.451**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	90.050	87.772
Impostos, taxas e contribuições	71.884	195.051
Remuneração de capitais de terceiros	577.869	613.441
Remuneração de capitais próprios	(312.645)	(541.813)
Valor Adicionado Distribuído	**427.158**	**354.451**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio Líquido
Em milhares de reais

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
31 de dezembro de 2021	**1.565.000**	**(2.852.078)**	**(1.287.078)**
Integralização de capital	260.000	-	260.000
Prejuízo do exercício	-	(541.813)	(541.813)
31 de dezembro de 2022	**1.825.000**	**(3.393.891)**	**(1.568.891)**
Integralização de capital	93.878	-	93.878
Prejuízo do exercício	-	(312.645)	(312.645)
31 de dezembro de 2023	**1.918.878**	**(3.706.536)**	**(1.787.658)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A. ("Inframerica", "Companhia" ou "Concessionária") foi constituída em 18 de maio de 2012, tendo como objeto exclusivo exercer as atividades de ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto de Brasília, conforme o contrato de concessão estabelecido com a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, assinado em 14 de junho de 2012.

Com base no Decreto 7.531/2011, por meio da ANAC, o Governo Federal decidiu conceder à iniciativa privada a gestão dos Aeroportos de Viracopos, Guarulhos e Brasília. A Inframerica apresentou a melhor proposta para a concessão do Aeroporto de Brasília de acordo com o Edital de Leilão 2/2011. A concessão é pelo prazo de 25 anos com início em 24 de julho de 2012. Este prazo pode ser estendido por mais 5 anos, se necessário, para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro. O contrato é dividido em quatro fases: Fase 1-A: Transferência do aeroporto. Fase 1-B: Ampliação do Aeroporto para adequação da infraestrutura e melhoria no nível de serviço. Fase 1-C: Ampliação do Aeroporto para adequação da infraestrutura para recomposição total no nível de serviço estabelecido no Plano de Exploração Aeroportuária - PEA. Fase 2: Cumprir integralmente a obrigação de manter o nível de serviço estabelecido no PEA. A Fase 1-A está dividida em três estágios, sendo o último o início das operações pela Inframerica acompanhada pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, já com todos os custos operacionais e receitas atribuídas à Inframerica. Este estágio teve início em 1º de dezembro de 2012, sendo concluído durante o exercício de 2013. A Fase 1-B: Ampliação do Aeroporto para adequação da infraestrutura e melhoria no nível de serviço, teve início em 2013 e a sua finalização ocorreu em maio de 2014. A Fase 1-C: Contempla as atividades de ampliação do Aeroporto e adequação da infraestrutura para recomposição total do nível de serviço estabelecido no PEA e a sua conclusão se deu em maio de 2016. Atualmente, a Concessão está na Fase 2, em que a Companhia deve cumprir integralmente a obrigação de manter o nível de serviço estabelecido no PEA. A cada evento de Gatilho de Investimento, a Companhia deverá apresentar à ANAC, em até 90 dias, o Projeto Básico dos Investimentos com vistas à manutenção do nível de serviço, previstos no Plano de Gestão de Investimentos - PGI vigente. Ao final da concessão os bens vinculados à exploração do Aeroporto serão revertidos à União sem o direito a qualquer indenização para a Companhia. Como deveres da Inframerica estabelecidos no Contrato de Concessão há o pagamento de Contribuição Fixa e Contribuição Variável ao Poder Concedente e a realização de investimentos para ampliação do Aeroporto de Brasília. **Cláusulas restritivas:** Em dezembro de 2021, a ANAC indeferiu o pedido de reprogramação do pagamento de 50% do valor da outorga de 2021, protocolado pela Companhia em 6 de dezembro de 2021. Ato contínuo, em 20 de janeiro de 2022, a Companhia interpôs mandado de segurança, e em 2 de fevereiro de 2022 foi proferida decisão liminar favorável à Companhia, de modo que a decisão proferida pela ANAC e a exigibilidade do pagamento pela Concessionária da Contribuição Fixa referente ao ano de 2021 estão atualmente suspensos enquanto a decisão liminar estiver vigente. A controladora indireta, *Corporación América Airports S.A.,* em 23 de janeiro de 2024, emitiu carta garantindo que irá aportar recursos por meio de aumento de capital, mútuo ou qualquer outra forma para os próximos doze meses subsequentes com objetivo de suportar o capital circulante e a continuidade de suas operações pelo referido período, em caso de decisão de mérito negativa e definitiva, transitada em julgado, que denegue o mandado de segurança impetrado. Quanto à adimplência, o BNDES através da Carta AST/DEMOB nº 15/2022, informou que, em relação à obrigação de liquidação da outorga fixa em dezembro de 2021, enquanto viger a suspensão da parcela de 2021, o seu não pagamento não será caracterizado como descumprimento contratual. Em 28 de junho de 2023, foi protocolada carta formal junto ao BNDES, apresentando o relatório de rating da garantidora, A.C.I. Airports, declarando o cumprimento da obrigação contratual de manutenção do rating igual ou superior a "B-", para o ano de 2023. As obrigações perante o BNDES estão em dia, e as parcelas seguindo conforme os vencimentos mencionados no contrato. Em dezembro de 2023, por meio da decisão n° 643, a ANAC aprovou o reequilíbrio econômico-financeiro em razão dos prejuízos causados pela pandemia de Covid-19 no ano de 2023, no valor de R$ 86,1 milhões. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro foi realizada por meio de compensação da contribuição fixa de 2023. O pagamento da contribuição fixa foi realizado no dia 18 de dezembro de 2023, e a ANAC por meio da Nota Técnica nº 197/2023/GEIC/SRA (9480698), informou que não restam valores pendentes a serem pagos pela concessionária a título da parcela da Contribuição Fixa. **Continuidade operacional:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R$ 626.378 e o patrimônio líquido negativo de R$ 1.787.658, devido, principalmente, aos compromissos com o Poder Concedente e seus correspondentes encargos financeiros. Para fazer frente a esta obrigação, em adição ao mandado de segurança mencionado acima, estão presentes no plano de negócios da Companhia aportes de capital a serem propostos aos seus acionistas até que a operação entre em capacidade plena e alcance a maturidade, além da manutenção do pleito de Reequilíbrio Econômico-Financeiro - REF perante o poder público para os exercícios futuros. A Companhia, apesar do capital circulante e do patrimônio líquido negativos, possui condições para honrar seus compromissos financeiros de acordo com as perspectivas do negócio, amparados em seu contrato de concessão o qual permite os pleitos de reequilíbrio perante o poder público, além do aporte dos acionistas visando a continuidade da operação, conforme previsto no plano de negócio da Companhia. **Emissão das demonstrações financeiras:** Em 26 de fevereiro de 2024, o Conselho de Administração opinou favoravelmente e sem ressalvas sobre essas Demonstrações Financeiras.

2 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumariadas na Nota 2.1 até 2.18. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Essas demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros mensurados ao valor justo. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os saldos bancários mantidos em conta corrente e em fundos de investimento de renda fixa, prontamente conversíveis e com risco insignificante de mudança de valor. **2.4 Ativos financeiros: Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo por meio do resultado. • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. A Companhia classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: • Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. • Investimentos patrimoniais mantidos para negociação; e investimentos patrimoniais para os quais a Companhia não optou por reconhecer ganhos e perdas por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida para gestão de tais ativos, somente quando o modelo de negócios é alterado. **Reconhecimento e desreconhecimento:** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidos na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. **Mensuração:** No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. **Instrumentos de dívida:** A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com as categorias de mensuração a seguir: • Custo amortizado: os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais, quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. • Valor justo por meio do resultado: os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes, são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo, por meio do resultado, são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem. **Instrumentos patrimoniais:** A Companhia subsequentemente mensura, ao valor justo, todos os investimentos patrimoniais. As variações no valor justo dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são reconhecidas em outros ganhos/perdas na demonstração do resultado quando aplicável. **Impairment:** A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos seus títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. Em geral, leva-se em consideração os valores vencidos há mais de 90 dias ou em menor período, caso já avaliado o risco. A administração entende que a provisão para riscos sobre as contas a receber está adequada e reflete o histórico de perdas. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros, são compensados, e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos, e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos". No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia realizou transações com instrumentos financeiros derivativos com o Banco Votorantim. **2.5 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*). Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante. **2.6 Despesas antecipadas:** As despesas antecipadas, compostas preponderantemente por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro. **2.7 Imposto de renda e contribuição social diferidos:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, se aplicável. Os encargos de imposto de renda e da contribuição social diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço, sobre os correspondentes prejuízo fiscal, base negativa e adições e exclusões temporárias, aplicando-se as alíquotas definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos em 25% e 9%, respectivamente. O imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível para compensação. Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes. **2.8 Demais ativos:** Os ativos são apresentados pelo seu valor de custo de aquisição ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução dos seus valores de recuperação. **2.9 Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os gastos com manutenção e reparo somente serão capitalizados se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. Conforme o OCPC 05 - Contratos de Concessão, por se tratar de um contrato de concessão de exploração da infraestrutura, somente os bens que possam ser retidos ou negociados pelos concessionários, sem interferência do poder concedente, podem ser classificados e contabilizados de acordo com o CPC 27 - Ativo Imobilizado. Os bens adquiridos pela Companhia e vinculados à concessão são classificados como Infraestrutura da Concessão no intangível. Os bens recebidos do poder concedente não devem ser contabilizados e classificados no imobilizado, pois são reversíveis ao final da concessão e não podem ser livremente negociados ou retidos pela Companhia. O poder concedente determina, porém, no Contrato de Concessão, que a Companhia deverá manter controle de inventário atualizado destes bens. **2.10 Intangível:** Nos termos do contrato de concessão e dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a Inframerica atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, bem como operando e mantendo essa infraestrutura durante determinado prazo. O contrato de concessão estabelece que o poder concedente não determina nenhuma remuneração ao ativo financeiro. Dessa forma, a remuneração se dará pela exploração da infraestrutura. As construções efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao poder concedente em contrapartida do direito de cobrar dos usuários do aeroporto pelo serviço prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelos serviços prestados. A amortização do ativo intangível representado pelo reconhecimento do direito de exploração da infraestrutura e os dispêndios realizados para ampliar esta estrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo dos 25 anos da concessão do aeroporto, a qual se iniciou em 24 de julho de 2012, tendo sido adotada a curva de passageiros estimada como base para a amortização. **(a) Direito de concessão (outorga):** A concessão obtida pela Companhia com o poder concedente se enquadra como um contrato de exploração. Dessa forma, o direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, usando uma taxa de juros estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno da concessão. A amortização deste direito é calculada com base na curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão do aeroporto. No momento do reconhecimento inicial, a Companhia separa este direito em duas partes. O valor da primeira parte é estimado com base em quanto vale este direito na hipótese de se manter inalterada a capacidade operacional do aeroporto. Por consequência, a segunda parte refere-se ao valor que a Companhia estima que valha esse direito após a ampliação da capacidade do aeroporto com a adição de todos os encargos financeiros diretamente atribuíveis, de acordo com o estabelecido no CPC 20 (R1) - Custo de Empréstimos. A Companhia começou a usufruir dos benefícios econômicos relacionados a primeira parte desde o início da operação, assim sua amortização também teve início neste momento. Por outro lado, a Companhia só começou a usufruir dos benefícios da segunda parte deste direito após a ampliação da capacidade do aeroporto, portanto sua amortização se iniciou após a conclusão das obras de ampliação. **(b) Infraestrutura da Concessão:** A infraestrutura dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão - não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere à concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente no encerramento do respectivo contrato, sem direito a indenização. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários do aeroporto pela utilização da infraestrutura e explorar receitas comerciais adicionais pela maior disponibilidade da infraestrutura que foi ampliada. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a este ativo. **(c) Softwares:** *As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares.* Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, quando incorridos. **2.11 *Impairment* de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. **2.12 Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. **2.13 Compromissos com o poder concedente:** O poder concedente, Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, estabelece no contrato de concessão que a Companhia pague uma contribuição fixa e outra variável durante todo o período de concessão. As contribuições fixa e variável, estão registradas sob a denominação "Compromissos com o poder concedente" no passivo circulante e não circulante, considerando os prazos de liquidação inferiores e superiores ao prazo de 1 ano, descontados a valor presente, amortizados pelas liquidações financeiras. **(a) Outorga:** A contribuição fixa foi estabelecida no contrato de concessão no valor de R$ 4.501.132, dividido em 25 parcelas anuais iguais e consecutivas corrigidas pelo IPCA. Esta obrigação foi registrada a valor presente. A contrapartida da atualização desta obrigação pela recomposição do valor presente e correção monetária, está relacionada diretamente ao direito de concessão, registrado no ativo intangível. A contrapartida atribuível à primeira parte deste ativo que tem seus benefícios gerados desde o início da operação do aeroporto é registrada no resultado do exercício como despesa financeira. Por sua vez, a contrapartida atribuível à segunda parte deste ativo, é registrada como adição ao seu custo enquanto este ainda estiver em andamento. Após a entrada em operação, os encargos financeiros passam a ser registrados no resultado do exercício. Em 2018 o pagamento da parcela Outorga Fixa foi somente de 8% do valor total, devido a negociação em 2017, que antecipou 46% e postergou os outros 46% para os quatro últimos anos de Concessão, gerando benefício direto ao fluxo de caixa da Companhia. Em 2019 os pagamentos foram retomados de forma integral. Em 2020 o pagamento da parcela da outorga fixa foi de 50% do valor total, os demais 50% foram postergados para as seis últimas parcelas do contrato, conforme previsto na Lei nº 14.034/20 e 4º termo aditivo do contrato de concessão. Em 2021 o valor da parcela da outorga fixa foi de R$ 318 milhões, sendo R$ 21,2 milhões por pagamento direto, R$ 137,8 milhões por compensação no REF-Covid-19 de 2021 e os demais R$ 159 milhões estão aguardando decisão judicial conforme nota 1. A Outorga Fixa de 2022 teve parte do seu pagamento quitada por meio de utilização de créditos concedidos através de Reequilíbrios Econômico-Financeiros reconhecidos pela ANAC, no valor de R$ 81,6 milhões. Para o saldo remanescente, foi apresentado uma oferta de precatórios Federais ao Ministério da Infraestrutura na data de 21 de novembro de 2022. O MInfra emitiu o Ofício de nº 141/2022/DEFOM/SFPP confirmando que a Concessionária está adimplente com suas obrigações, conforme permissão promovida pelas Emendas Constitucionais 113 e 114 de 2021, que autorizaram o pagamento de outorgas, por meio de apresentação dos referidos créditos. A Outorga Fixa de 2023, no valor de R$ 352,7 milhões, teve parte do seu pagamento quitada por meio de utilização de créditos concedidos através de Reequilíbrios Econômico-Financeiros reconhecidos pela ANAC, no valor de R$ 104,5 milhões e o saldo remanescente de R$ 248,2 milhões foi realizado via caixa. **(b) Contribuição Variável:** O poder concedente determina também uma contribuição variável calculada sobre o total das receitas brutas, tarifárias e não tarifárias da Companhia. O percentual aplicado é de 2% até um limite de receita anual estipulado pela ANAC, e após este limite o percentual aplicado é de 4,5%, reconhecidos por competência. O limite estabelecido em 2023, conforme contrato de concessão, foi de R$ 925.135 (Ano 2022 - R$ 884.560), valor já atualizado pela inflação acumulada. O pagamento desta contribuição ocorrerá sempre na data de apresentação das demonstrações financeiras, já auditadas, para a ANAC. O limite estabelecido no contrato de concessão para esta apresentação é no dia 15 de maio do exercício subsequente. **2.14 Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **2.15 Provisões:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. Não foi constituída provisão para manutenção e recuperação da estrutura, pois não foram identificados custos relevantes relacionados no contrato de concessão que obrigam a Companhia a recuperar a infraestrutura explorada. **2.16 Demais passivos:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante. **2.17 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e foram registradas com base na competência contábil. A receita é apresentada líquida dos tributos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **(a) Receitas tarifárias:** A Companhia obtém receitas através da cobrança de tarifas aos usuários da infraestrutura aeroportuária. Os limites máximos de cada tarifa são estabelecidos pelo poder concedente através do Anexo 4 do contrato de concessão e são atualizadas anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. As receitas tarifárias são afetadas ainda por dois indicadores da ANAC: fator X e Q. O fator X foi estabelecido para captar as variáveis associadas a produtividade e eficiência da indústria aeroportuária, podendo gerar efeito positivo ou negativo nas tarifas. O início da sua aplicação ocorreu a partir do terceiro ano da concessão, contados a partir da data de eficácia do contrato, 24 de julho de 2012. O fator Q mensura a qualidade dos serviços prestados através de parâmetros estabelecidos no Plano de Exploração Aeroportuária - PEA, e poderá afetar positiva ou negativamente as tarifas. Para o ano de 2023 o fator Q resultou em uma bonificação de 1,7599% (Ano 2022: 1,7009%) no reajuste tarifário. Conforme estabelecido no contrato de concessão, a cada cinco anos haverá revisão dos parâmetros da concessão que visa preservar o equilíbrio econômico-financeiro. Esta revisão abrange os indicadores de qualidade de serviço que são base para o cálculo do fator Q, a metodologia de cálculo do fator X e a taxa de desconto a ser utilizada no Fluxo de Caixa Marginal. **(b) Receitas não tarifárias:** A Companhia também obtém receitas explorando outras atividades no aeroporto, como cessão de espaços que lhe foram concedidos, estacionamentos e serviços de telecomunicações às empresas e instituições que estão no sítio aeroportuário. Estas receitas não são regidas por nenhuma regra estabelecida pelo poder concedente e são negociadas livremente entre as empresas interessadas. **(c) Receitas de Construção:** A Companhia usa o método do Custo Incorrido para contabilizar seus contratos de prestação de serviços de construção. Segundo a ICPC 01 (R1) e a IFRIC 12, quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados. **2.18 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As normas elencadas a seguir foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023, mas não tiveram impactos materiais para a Companhia: **• Alteração ao IAS 1/CPC 26 (R1) e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. **• Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. **• Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. **• Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "GloBE effective tax rate" ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para o Grupo, em relação às alterações do IAS 12 sobre as regras do modelo Pilar Dois da OCDE, não é aplicável a companhia devido a possuirmos Prejuízo fiscal considerável, portanto não há alíquota efetiva a ser demonstrada, cujos impactos estão mencionados na Nota 27. **Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor: • Alteração ao IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis":** de acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreenderem o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. **• Alteração ao IFRS 16 - "Arrendamentos":** a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. **• Alterações ao IAS 7 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa" e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros:** Evidenciação": a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements - SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliarem os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As novas divulgações incluem as seguintes principais informações: (a) Os termos e condições dos acordos SFAs. (b) Para a data de início e fim do período de reporte: i. O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs. ii. O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento. iii. Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs. (c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b(i). (d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros. O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. Não há outras normas contábeis, IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: **(a) Amortização do ativo intangível:** A amortização do ativo intangível com vida útil definida é realizada dentro do prazo da concessão. O cálculo deve representar o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros, que se dá em função da curva de demanda. No exercício de janeiro a dezembro de 2023 a taxa média acumulada utilizada foi de 3,87% (janeiro a dezembro de 2022 foi de 3,63%), que representa a participação do período no total de passageiros esperado para toda a concessão. **(b) Taxa de desconto:** O ajuste a valor presente da outorga foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 6,81% a.a. conforme contrato de concessão, estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga. **(c) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível para compensação. A administração entende que o ativo fiscal diferido registrado é recuperável considerando as projeções de lucro tributável futuro e estimado com base no plano de negócio e nos orçamentos aprovados, extrapolado para todo o período de concessão. **(d) Provisões:** As provisões são mensuradas com base nas informações e avaliações de seus assessores legais, internos e externos, em montante considerado suficiente para cobrir os gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes dos tributos que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação.

Diretoria

Jorge Arruda Filho - Diretor Presidente
Bruno Souza Ferreira da Silva - Diretor Financeiro
Flávio de Sousa Oliveira - Contador -CRC-DF: 023879/O-4 DF

EXTRATO DE INFORMAÇÕES RELEVANTES DO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis estão disponíveis eletronicamente nos endereços: https://www.bsb.aero/institucional/governanca-corporativa; https://valor.globo.com/valor-ri.
O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 26 de fevereiro de 2024, sem modificações.

Poderes Executivo encaminhará o texto principal, que trará toda a regulamentação relacionada aos novos tributos (CBS, IBS e Seletivo)

Regras da tributária vão ao Congresso nesta quarta

Jéssica Sant'Ana, Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto
De Brasília

O governo decidiu encaminhar nesta semana somente um dos dois projetos de lei complementar previstos para regulamentar a reforma tributária sobre o consumo. A informação foi confirmada nessa segunda-feira pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Segundo ele, o Executivo encaminhará ao Congresso o texto principal, que trará toda a regulamentação relacionada aos novos tributos (a CBS, federal, e o IBS, de competência dos Estados e municípios, e mais o Seletivo). A expectativa é que a proposta seja enviada na quarta-feira (24).

Já o projeto de lei complementar que tratará sobre a regulamentação do comitê gestor e de questões administrativas do novo regime tributário deverá ser enviado na semana que vem.

As declarações foram dadas pelo ministro após ele se reunir com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para validar os detalhes finais do texto.

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

Haddad: "Fechamos com o presidente, não tem mais pendência com ele, agora é um trabalho braçal para fechar o texto"

"Fechamos com o presidente, não tem mais pendência com ele, agora é um trabalho braçal para fechar o texto, mais de 150 páginas, quase 200 páginas", disse Haddad ao deixar a sede do ministério. "Agora está indo o projeto mais robusto", completou.

Haddad não quis comentar quais foram as últimas "polêmicas" em relação ao texto validadas com Lula. "Eram detalhes do que eram alíquota zero, o que era alíquota reduzida, alíquota cheia, são coisas que o presidente quis ver e estar seguro que o texto tem consistência social e não só econômica."

O **Valor** apurou que o ministro levou ao presidente a questão da cesta básica, que terá alíquota zero para alguns alimentos e alíquota reduzida para outros, e do Imposto Seletivo, que incidirá sobre produtos que fazem mal à saúde e ao meio ambiente.

Haddad comentou que a equipe vai "correr" para entregar o texto na quarta-feira, o que pode levar parlamentares a adiarem a sessão do Congresso prevista para esta semana, para a qual está prevista a análise de vetos presidenciais que tendem a ser derrubados.

O **Valor** apurou que a escolha da data faz parte de uma estratégia do governo para derrubar a sessão. A avaliação é que isso pode ocorrer, já que o envio dos textos ofuscaria derrotas impostas ao Executivo.

Apesar do atraso no envio dos textos, o ministro acrescentou que acredita que a regulamentação seja aprovada ainda neste ano.

"Eu acredito que seja completamente possível aprovar e sancionar a regulamentação esse ano. Não há razão para postergar. Por quê? Porque os parâmetros já foram estabelecidos pela Constituição. Não tem como fugir", afirmou o ministro. "Seria até injusto com os presidentes Lira e Pacheco que essa reforma não terminasse no mandato deles", completou o chefe da Fazenda.

Os seguidos atrasos na apresentação dos textos têm incomodado os deputados, que dizem que será difícil aprová-los na Câmara ainda este semestre. De agosto a outubro, a Casa deve ficar praticamente parada por causa das eleições.

A interlocutores, Lira, sinalizou que procuraria Haddad no início desta semana para cobrá-lo e alertá-lo novamente sobre o calendário apertado para o avanço do tema. O alagoano aguarda a chegada do texto para definir detalhes de tramitação, para designar quem fica com a relatoria e para "bater o martelo sobre os caminhos mais pertinentes".

Desde o ano passado, Lira indicou que o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-AL), que relatou a reforma tributária, poderia ficar sem nenhuma relatoria dos projetos de regulamentação, com o argumento de que precisa contemplar outros partidos de sua base de apoio.

Esse posicionamento seria sustentado pela leitura de que a escolha de outros nomes "traria frescor" para o debate, já que, por ter sido relator da proposta de emenda constitucional (PEC), Aguinaldo teria "alguns vícios" em relação ao tema.

Por outro lado, quem defende a designação do líder da Maioria no Congresso para a função avalia que, se Lira quer ter o pacote completo como legado de sua gestão, o ideal é a escolha do paraibano.

Os defensores dessa tese destacam que o calendário é apertado, em função das eleições municipais, e que a experiência de Aguinaldo pode contribuir para que o assunto avance com mais celeridade. Isso porque um parlamentar mais alheio ao tema poderia pedir mais tempo para se debruçar sobre o texto.

No Senado, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), tem sinalizado que repetirá a escalação do senador Eduardo Braga (MDB-AM) para a missão — ele foi relator da reforma no Senado no ano passado.

MÁRIO AGRA/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Renata: parecer modifica projeto, que extinguia gradualmente o benefício

Parecer do projeto que trata do Perse preocupa Ministério da Fazenda

Raphael Di Cunto, Lu Aiko Otta, Marcelo Ribeiro e Jéssica Sant'Ana
De Brasília

O parecer da deputada Renata Abreu (Podemos-SP) ao projeto de lei que restringe o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Serviços (Perse) causou preocupações da equipe econômica do governo, que tenta modificá-lo para aprovação ainda nesta terça-feira na Câmara dos Deputados. A meta é garantir o fim do programa até 2026 e que a renúncia fiscal não ultrapassará R$ 15 bilhões.

Renata fixou em seu parecer que o impacto total do programa para os anos de 2024 a 2027 será de "no máximo R$ 15 bilhões". Mas, da forma como está escrito o texto, o governo entende que terá que batalhar novamente para revogar o benefício (e talvez às vésperas de os deputados tentarem a reeleição, o que torna a tarefa ainda mais difícil). Além disso, cita 2027, quando o programa já teria acabado.

Pelo texto do parecer, a Secretaria da Receita Federal terá que acompanhar a cada bimestre o programa e publicar relatório segmentado por atividade econômica. Caso o custo seja superior aos R$ 15 bilhões, o governo "poderá enviar" no segundo semestre de 2025 um novo projeto de lei para "propor o ajuste proporcional de alíquotas ou expansão de benefícios com o objetivo de adequar o custo fiscal nos exercícios seguintes". Os R$ 15 bilhões ainda seriam corrigidos pela inflação do período.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se reuniu nesta segunda-feira de manhã com os líderes do governo no Congresso e o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, e à noite com os líderes do MDB, PSD, Republicanos e defendeu que o projeto já determine o fim do programa se superar os R$ 15 bilhões em três anos. Se o gasto ficar acima de R$ 5 bilhões em um desses anos, argumentou, deve ser compensado nos outros dois exercícios financeiros.

A renúncia de receita com o Perse é alvo de divergências. O Ministério da Fazenda argumenta que o programa custou R$ 13 bilhões ano passado, valor muito superior às expectativas iniciais, e sugeriu extingui-lo gradualmente. O setor de entretenimento rebate que o custo foi de aproximadamente R$ 6,9 bilhões e que já houve exclusão de parte dos beneficiários em 2023.

O parecer modifica substancialmente o projeto do governo, que tentava extinguir gradualmente o benefício para ajudar a zerar o déficit das contas públicas. A proposta já era um recuo em relação à ideia original, de revogar completamente o programa com o argumento de que as empresas já se recuperaram da pandemia. Ela, contudo, não concordou com a volta gradual dos impostos e manteve a isenção total para as empresas.

O governo ainda fará reuniões, mas já decidiu que o esforço final será para restringir o impacto global da isenção tributária. "O foco será limitar a renúncia a R$ 15 bilhões, sem precisar de lei posterior ou algo assim. É o valor que foi objeto de acordo ano passado", disse o deputado Mauro Benevides Filho (PDT-CE).

Haverá uma limitação apenas para as empresas com faturamento superior a R$ 78 milhões, que são tributadas nos regimes do lucro real ou lucro arbitrado. Elas terão que escolher se utilizam o Perse ou créditos de prejuízo fiscal para diminuírem os impostos que serão pagos. Além disso, precisarão se habilitar previamente na Receita para o Perse.

A Fazenda também tentava reduzir os setores beneficiados de 44 para 12, mas já não considera isso tão importante caso seja aprovado o limite global para o programa, afirmaram parlamentares. Renata Abreu e os partidos da base resistiam a decidir quais setores perderão a isenção de IR, CSLL, PIS e Cofins. A principal mudança será que apenas a empresa que tiver como CNAE principal um dos listados no Perse poderá se beneficiar, sem considerar os CNAEs secundários.

Além disso, a relatora propõe fechar brecha para a venda de empresas falidas unicamente com o objetivo de que o comprador possa usar a isenção tributária do Perse. O parecer proíbe a utilização por empresas que não tiveram faturamento entre 2017 e 2020 e define que o antigo proprietário será responsabilizado por "qualquer conduta ilícita, lesiva ao Tesouro Nacional, em função do uso" do Perse.

CMO deve ter atuação mais alinhada ao governo

Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro e Caetano Tonet
De Brasília

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso será instalada nesta quarta-feira, às 14h30, com uma cúpula que deve agir mais alinhada ao governo Lula (PT) este ano e impor menos dificuldades ao Palácio do Planalto e à equipe econômica do que as enfrentadas ao longo de 2023. As principais funções ficarão com parlamentares do PP, MDB e PSD.

O PL teve a relatoria da Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2024 por causa de um acordo para ajudar na reeleição do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Com isso, o deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP) foi o principal responsável por negociar mudanças nas despesas do primeiro Orçamento elaborado no governo Lula (PT) — e aumentou as emendas parlamentares R$ 5,6 bilhões acima do que previa o acordo entre o Palácio do Planalto e o Legislativo. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vetou. O veto deve ser analisado no Congresso quarta-feira.

Este ano, o responsável pela relatoria do Orçamento será o senador Angelo Coronel (PSD-BA), um dos mais fiéis aliados do presidente Lula no Senado. Ele vai direcionar os recursos da LOA de 2025, ano em que se darão as disputas pela presidência da Câmara e Senado. Dentro do PSD, há expectativa de que isso possa beneficiar o líder do partido na Câmara, o deputado Antonio Brito, que também é do PSD da Bahia e é pré-candidato ao cargo.

As regras para a formulação do Orçamento, presentes na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), também ficarão nas mãos de um parlamentar mais governista do que no ano passado, quando Danilo Forte (CE), da ala mais independente do União Brasil, foi o relator. Desta vez, a função caberá ao MDB do Senado, que deve indicar o senador Confúcio Moura (RO).

Já o presidente da CMO será o deputado Júlio Arcoverde (PP-PI), aliado do presidente nacional do PP, o senador Ciro Nogueira (PI). Arcoverde concorrerá ao cargo na quarta-feira, mas não deve haver disputa. Ele terá o poder de escolher os relatores dos demais projetos que chegarem à comissão, controlar os requerimentos que serão votados e a agenda do colegiado.

Ano passado, a presidência da CMO era desempenhada por uma senadora mais governista, Daniella Ribeiro (PSD-PB). Arcoverde também tem apoiado o governo Lula no Congresso, mas é muito próximo de Nogueira, que tem feito oposição no Senado. A relação o alçou a postos elevados dentro da Câmara, mesmo estando ainda em seu primeiro mandato federal.

Judiciário Decano do Supremo decidiu iniciar um processo de conciliação para debater a demarcação de terras indígenas

Gilmar suspende ações que discutem marco temporal

Isadora Peron
De Brasília

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu suspender as ações que discutem a validade da lei que instituiu o chamado marco temporal e iniciar um processo de conciliação para debater a demarcação de terras indígenas. A decisão foi proferida nessa segunda-feira (22).

A tese do marco temporal prevê que os povos indígenas têm direito apenas às terras que ocupavam ou já disputavam em 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição. Essa posição é defendida por setores ligados ao agronegócio e contestada pelos povos tradicionais.

Gilmar deu um prazo de 30 dias para que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e os representantes do Congresso, além da Advocacia-Geral da União (AGU) e da Procuradoria-Geral da República (PGR), "apresentem propostas no contexto de uma nova abordagem do litígio constitucional discutido nas ações".

A decisão do ministro acontece em um momento de conflito entre os Poderes Legislativo e Judiciário. A demarcação de terras indígenas é um dos temas que têm causado atrito entre ministros e parlamentares.

Em seu despacho, o decano lembrou que, em setembro do ano passado, o STF derrubou a tese do marco temporal e fixou que "a proteção constitucional aos direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam independe da existência de um marco temporal em 5 de outubro de 1988 ou da configuração do renitente esbulho, como conflito físico ou controvérsia judicial persistente à data da promulgação da Constituição".

Ele, no entanto, apontou que antes mesmo da publicação do acórdão do julgamento, o Congresso editou uma lei que ia no sentido contrário das balizas definidas Corte. Também lembrou que o texto teve vários dispositivos barrados pela Presidência da República, mas que os vetos foram derrubados pelos parlamentares e a nova lei acabou promulgada em dezembro.

Para o ministro, essa divergência entre os dois entendimentos pode gerar situação de "severa" insegurança jurídica e levar a decisões em outras instâncias do Poder Judiciário que podem causar graves prejuízos às partes envolvidas, como as comunidades indígenas, os entes federativos e particulares.

Gilmar defendeu ainda que "os métodos autocompositivos não podem ser mais considerados alternativos", impondo-se a chamada dos atores constitucionais a uma "mudança de cultura do litígio constitucional", em especial no tocante a conflitos que envolvem debates político-jurídicos de intenso relevo, "de dificílima resolução não apenas pela via dos métodos heterocompositivos de resolução de conflitos, como pelo próprio processo político regular".

Ele registrou também que será necessário "disposição política" para se chegar a uma solução para o tema. "Para sentar-se à mesa, é necessário disposição política e vontade de reabrir os flancos de negociação, despindo-se de certezas estratificadas, de sorte a ser imperioso novo olhar e procedimentalização sobre os conflitos entre os Poderes, evitando-se que o efeito 'backlash' [efeito rebote] seja a tônica no tema envolvendo a questão do marco temporal."

ANTONIO AUGUSTO/SCO/STF

Gilmar: prazo de 30 dias para apresentação de propostas com nova abordagem

---

INFRAMERICA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 15.428.969/0001-35

INFRAMERICA

INFORMAÇÕES IMPORTANTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS RESUMIDAS

1) Aviso: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentadas a seguir, são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras individuais e consolidadas completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. 2) As demonstrações financeiras individuais e consolidadas completas auditadas, incluindo o relatório do auditor independente, estão disponível no seguinte endereço eletrônico: a) https://valor.globo.com/valor-ri/; 3) Os números das notas explicativas resumidas não fazem referência à aqui apresentada, e sim às demonstrações financeiras individuais e consolidadas completas divulgadas no link informado acima.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Ativo				
Ativo Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	639	746	294.079	326.578
Depósitos vinculados	-	-	39.641	39.374
Contas a receber de clientes	-	-	60.586	67.029
Tributos a recuperar	466	429	13.860	5.811
Outros Ativos Circulantes	61	61	11.120	11.841
	1.166	**1.236**	**419.286**	**450.633**
Ativo não circulante				
Investimentos	-	-	80	80
Ativos de direito de uso	-	-	7.411	7.693
Imobilizado	-	-	985	1.115
Intangível	-	-	2.960.574	3.115.578
Outros Ativos Não Circulantes	-	-	257.127	245.176
	-	**-**	**3.226.177**	**3.369.642**
Total do ativo	**1.166**	**1.236**	**3.645.463**	**3.820.275**

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Passivo				
Passivo circulante				
Salários e encargos sociais	-	-	18.403	17.588
Fornecedores	119	105	28.609	35.509
Empréstimos e financiamentos	-	-	71.270	69.492
Tributos a recolher	3	2	16.148	13.397
Compromissos com o poder concedente	-	-	832.089	797.939
Outros Passivos Circulantes	-	-	78.101	61.578
	122	**107**	**1.044.620**	**995.503**
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	-	-	964.426	1.021.698
Passivos de arrendamento	-	-	6.496	6.781
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	-	-	23.851	26.991
Provisão para passivo a descoberto de investida	911.706	800.134	-	-
Compromissos com o poder concedente	-	-	3.325.664	3.269.889
Outros Passivos Não Circulantes	-	-	67.020	67.174
	911.706	**800.134**	**4.387.457**	**4.392.533**
Total do passivo	**911.828**	**800.241**	**5.432.077**	**5.388.036**
Patrimônio líquido				
Capital social	985.523	937.463	985.523	937.463
Prejuízos acumulados	(1.896.185)	(1.736.468)	(1.896.185)	(1.736.468)
	(910.662)	**(799.005)**	**(910.662)**	**(799.005)**
Não controladores	-	-	(875.952)	(768.756)
Total do patrimônio líquido	**(910.662)**	**(799.005)**	**(1.786.614)**	**(1.567.761)**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**1.166**	**1.236**	**3.645.463**	**3.820.275**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita operacional líquida	-	-	499.861	418.180
(-) Custos dos serviços prestados	-	-	(344.171)	(319.058)
Lucro operacional bruto	-	-	155.690	99.122
Despesas de comercialização	-	-	(12.924)	(16.801)
Despesas administrativas	(189)	(201)	(38.478)	(44.824)
Outras receitas e despesas operacionais líquidas	-	-	83.491	74.251
Participação nos prejuízos de controladas	(159.449)	(276.324)	-	-
	(159.638)	**(276.525)**	**32.089**	**12.626**
Prejuízo (lucro) operacional antes do resultado financeiro	**(159.638)**	**(276.525)**	**187.779**	**111.748**
Resultado Financeiro	(79)	(390)	(516.447)	(589.009)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**(159.717)**	**(276.915)**	**(328.668)**	**(477.261)**
Imposto de renda e contribuição social	-	-	15.755	(65.143)
Prejuízo do exercício	**(159.717)**	**(276.915)**	**(312.913)**	**(542.404)**
Atribuível a:				
Acionistas da Companhia			(159.717)	(276.915)
Participação dos não controladores			(153.196)	(265.489)
			(312.913)	**(542.404)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Prejuízo do exercício	(159.717)	(276.915)	(312.913)	(542.404)
Resultado abrangente do exercício	**(159.717)**	**(276.915)**	**(312.913)**	**(542.404)**
Atribuível a:				
Acionistas da Companhia			(159.717)	(276.915)
Participação dos não controladores			(153.196)	(265.489)
			(312.913)	**(542.404)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**(159.717)**	**(276.915)**	**(328.668)**	**(477.261)**
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(289)	(610)	(51.482)	78.014
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(47.878)	(132.600)	(8.288)	(10.725)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	48.060	133.106	27.271	192.149
Aumento (Redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	**(107)**	**(104)**	**(32.499)**	**259.438**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**746**	**850**	**326.578**	**67.140**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**639**	**746**	**294.079**	**326.578**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração do Valor Adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Valor adicionado a distribuir				
Receita	-	-	660.170	592.825
Insumos adquiridos de terceiros	(188)	(200)	(137.053)	(114.544)
Valor adicionado bruto	**(188)**	**(200)**	**523.117**	**478.281**
Depreciação e amortização	-	-	(157.647)	(148.853)
Valor adicionado líquido produzido	**(188)**	**(200)**	**365.470**	**329.428**
Valor adicionado recebido em transferência	(159.344)	(276.204)	61.606	24.943
Valor adicionado total a distribuir	**(159.532)**	**(276.404)**	**427.076**	**354.371**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	-	-	90.050	87.773
Impostos, taxas e contribuições	-	-	71.884	195.050
Remuneração de capitais de terceiros	185	511	578.055	613.952
Remuneração de capitais próprios	(159.717)	(276.915)	(312.913)	(542.404)
Valor Adicionado Distribuído	**(159.532)**	**(276.404)**	**427.076**	**354.371**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Em milhares de reais

	Subscrito	A integralizar	Capital social	Prejuízos acumulados	Total (Atribuível aos acionistas da Controladora)	Participação dos não controladores	Total
31 de dezembro de 2021	**808.800**	**(4.443)**	**804.357**	**(1.459.553)**	**(655.196)**	**(630.667)**	**(1.285.863)**
Subscrição de capital	128.663	(128.663)	-	-	-	-	-
Integralização de capital	-	133.106	**133.106**	-	**133.106**	127.400	**260.506**
Prejuízos do exercício	-	-	-	(276.915)	**(276.915)**	(265.489)	**(542.404)**
31 de dezembro de 2022	**937.463**	**-**	**937.463**	**(1.736.468)**	**(799.005)**	**(768.756)**	**(1.567.761)**
Subscrição de capital	48.060	(48.060)	-	-	-	-	-
Integralização de capital	-	48.060	**48.060**	-	**48.060**	46.000	**94.060**
Prejuízos do exercício	-	-	-	(159.717)	**(159.717)**	(153.196)	**(312.913)**
31 de dezembro de 2023	**985.523**	**-**	**985.523**	**(1.896.185)**	**(910.662)**	**(875.952)**	**(1.786.614)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Inframerica Participações S.A. ("Inframerica" ou "Companhia") e sua controlada ("Grupo" ou "Consolidado") estão sediadas em Brasília, Distrito Federal. A Companhia é uma sociedade por ações fechada, constituída em 01 de março de 2012, tendo como objeto, conforme estabelecido no contrato de concessão objeto do edital de leilão nº 02/2011 da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, deter a participação acionária na Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A. ("Controlada"), a qual realiza a construção parcial, ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto Internacional de Brasília denominado Presidente Juscelino Kubitschek, bem como outras atividades autorizadas, necessárias ou úteis à execução de seu objeto social, em conformidade com o disposto no Contrato de Concessão. A Companhia detém 51% de participação acionária na Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A. ("Controlada"). **Cláusulas restritivas:** Em dezembro de 2021, a ANAC indeferiu o pedido de reprogramação do pagamento de 50% do valor da outorga de 2021, protocolado pelo Grupo em 6 de dezembro de 2021. Ato contínuo, em 20 de janeiro de 2022, o Grupo interpôs mandado de segurança, e em 2 de fevereiro de 2022 foi proferida decisão liminar favorável ao Grupo, de modo que a decisão proferida pela ANAC e a exigibilidade do pagamento pela Concessionária da Contribuição Fixa referente ao ano de 2021 estão atualmente suspensos enquanto a decisão liminar estiver vigente. A controladora indireta, Corporación América Airports S.A., em 23 de janeiro de 2024, emitiu carta garantindo que irá aportar recursos por meio de aumento de capital, mútuo ou qualquer outra forma para os próximos doze meses subsequentes com objetivo de suportar o capital circulante e a continuidade de suas operações pelo referido período, em caso de decisão de mérito negativa e definitiva, transitada em julgado, que denegue o mandado de segurança impetrado. Quanto à adimplência, o BNDES através da Carta AST/DEMOB nº 15/2022, informou que, em relação à obrigação de liquidação da outorga fixa em dezembro de 2021, enquanto viger a suspensão da parcela de 2021, o seu não pagamento não será caracterizado como descumprimento contratual. Em 28 de junho de 2023, foi protocolada carta formal junto ao BNDES, apresentando o relatório de rating da garantidora, A.C.I. Airports, declarando o cumprimento da obrigação contratual de manutenção do rating igual ou superior a "B-", para o ano de 2023. As obrigações perante o BNDES estão em dia, e as parcelas seguindo conforme os vencimentos mencionados no contrato. Em dezembro de 2023, por meio da decisão n° 643, a ANAC aprovou o reequilíbrio econômico-financeiro em razão dos prejuízos causados pela pandemia de Covid-19 no ano de 2023, no valor de R$ 86,1 milhões. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro foi realizada por meio de compensação da contribuição fixa de 2023. O pagamento da contribuição fixa foi realizado no dia 18 de dezembro de 2023, e a ANAC por meio da Nota Técnica nº 197/2023/GEIC/SRA (9480698), informou que não restam valores pendentes a serem pagos pela concessionária a título da parcela da Contribuição Fixa. **Continuidade operacional:** Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo apresenta capital circulante líquido negativo de R$ 625.334 e o patrimônio líquido negativo de R$ 1.786.614, devido, principalmente, aos compromissos com o Poder Concedente e seus correspondentes encargos financeiros, classificados no passivo circulante. Para fazer frente a esta obrigação, em adição ao mandado de segurança mencionado acima, estão presentes no plano de negócios do Grupo, aportes de capital a serem propostos aos seus acionistas até que a operação entre em capacidade plena e alcance a maturidade, além da manutenção do pleito de Reequilíbrio Econômico-Financeiro - REF, perante o poder público para os exercícios futuros. O Grupo, apesar do capital circulante e do patrimônio líquido negativos, possui condições para honrar seus compromissos financeiros de acordo com as perspectivas do negócio, amparados em seu contrato de concessão o qual permite os pleitos de reequilíbrio perante o poder público, além do aporte dos acionistas visando a continuidade da operação, conforme previsto no plano de negócio do Grupo. **Emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Em 26 de fevereiro de 2024, o Conselho Fiscal opinou favoravelmente e sem ressalvas sobre essas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

2 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sumariadas na Nota 2.1 até 2.18. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros mensurados ao valor justo. A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 3. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Grupo atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Grupo. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os saldos bancários mantidos em conta corrente e em fundos de investimento de renda fixa, prontamente conversíveis e com risco insignificante de mudança de valor. **2.4 Ativos financeiros: Classificação:** O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo por meio do resultado. • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio do Grupo para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. O Grupo classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: • Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. • Investimentos patrimoniais mantidos para negociação; e investimentos patrimoniais para os quais o Grupo não optou por reconhecer ganhos e perdas por meio de outros resultados abrangentes. O Grupo reclassifica os investimentos em títulos de dívida para gestão de tais ativos, somente quando o modelo de negócios é alterado. **Reconhecimento e desreconhecimento:** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidos na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. **Mensuração:** No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. **Instrumentos de dívida:** A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio do Grupo para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. O Grupo classifica seus títulos de dívida de acordo com as categorias de mensuração a seguir: • Custo amortizado: os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais, quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/perdas juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. • Valor justo por meio do resultado: os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes, são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo, por meio do resultado, são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/perdas, no período em que ocorrerem. **Instrumentos patrimoniais:** O Grupo subsequentemente mensura, ao valor justo, todos os investimentos patrimoniais. As variações no valor justo dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são reconhecidas em outros ganhos/perdas na demonstração do resultado quando aplicável. ***Impairment:*** O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. Em geral, leva-se em consideração os valores vencidos há mais de 90 dias ou em menor período, caso já avaliado o risco. A administração entende que a provisão para riscos sobre as contas a receber está adequada e reflete o histórico de perdas. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros, são compensados, e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos, e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Outros ganhos/perdas, líquidos". No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o Grupo realizou transações com instrumentos financeiros derivativos com o Banco Votorantim. **2.5 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*). Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante. **2.6 Despesas antecipadas:** As despesas antecipadas, compostas preponderantemente por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro. **2.7 Imposto de renda e contribuição social diferidos:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, se aplicável. Os encargos de imposto de renda e da contribuição social diferido são calculados com base nas leis tributárias na data do balanço, sobre os correspondentes prejuízo fiscal, base negativa e adições e exclusões temporárias, aplicando-se as alíquotas definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos em 25% e 9%, respectivamente. O imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível para compensação. Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes (Nota 28). **2.8 Demais ativos:** Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação. **2.9 Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os gastos incorridos com manutenção e reparo somente serão capitalizados se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. Conforme o OCPC 05 - Contratos de Concessão, por se tratar de um contrato de concessão de exploração da infraestrutura, somente os bens que possam ser retidos ou negociados pelos concessionários, sem interferência do poder concedente, podem ser classificados e contabilizados de acordo com o CPC 27 - Ativo Imobilizado. Os bens adquiridos pelo Grupo e vinculados à concessão são classificados como Infraestrutura da Concessão no intangível. Os bens recebidos do poder concedente não devem ser contabilizados e classificados no imobilizado, pois são reversíveis ao final da concessão e não podem ser livremente negociados ou retidos pelo Grupo. O poder concedente determina, porém, no Contrato de Concessão, que o Grupo deverá manter controle de inventário atualizado destes bens. **2.10 Intangível:** Nos termos do contrato de concessão e dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, o Grupo atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, bem como operando e mantendo essa infraestrutura durante determinado prazo. O contrato de concessão estabelecido entre a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC e o Grupo não determina nenhuma remuneração em ativos financeiros. Dessa forma, a remuneração se dará pela exploração da infraestrutura. As construções efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelos serviços prestados. A amortização do ativo intangível representado pelo reconhecimento do direito de exploração da infraestrutura e os dispêndios realizados para ampliar esta estrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo dos 25 anos da concessão do aeroporto, a qual se iniciou em 24 de julho de 2012, tendo sido adotada a curva de passageiros estimada como base para a amortização. **(a) Direito de concessão (outorga):** A concessão obtida pelo Grupo com o poder concedente se enquadra como um contrato de exploração. Dessa forma, o direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, usando uma taxa de juros estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno da concessão. A amortização deste direito é calculada com base na curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão do aeroporto. No momento do reconhecimento inicial, o Grupo separa este direito em duas partes. O valor da primeira parte é estimado com base em quanto vale este direito na hipótese de se manter inalterada a capacidade operacional do aeroporto. Por consequência, a segunda parte refere-se ao valor que o Grupo estima que valha esse direito após a ampliação da capacidade do aeroporto com a adição de todos os encargos financeiros diretamente atribuíveis, de acordo com o estabelecido no CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos. O Grupo começou a usufruir dos benefícios econômicos relacionados a primeira parte desde o início da operação, assim sua amortização também teve início neste momento. Por outro lado, o Grupo só começou a usufruir dos benefícios da segunda parte deste direito após a ampliação da capacidade do aeroporto, portanto sua amortização se iniciou após a conclusão das obras de ampliação. **(b) Infraestrutura da Concessão:** A infraestrutura dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão - não é registrada como ativo imobilizado do Grupo porque o contrato de concessão não transfere à concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente no encerramento do respectivo contrato, sem direito a indenização. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários do aeroporto pela utilização da infraestrutura e explorar receitas comerciais adicionais pela maior disponibilidade da infraestrutura que foi ampliada. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a este ativo. **(c) *Softwares:*** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **2.11 *Impairment* de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. **2.12 Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. **2.13 Compromissos com o poder concedente:** O poder concedente, Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, estabelece no contrato de concessão que o Grupo pague uma contribuição fixa e outra variável durante todo o período de concessão. As contribuições fixa e variável, estão registradas sob a denominação "Compromissos com o poder concedente" no passivo circulante e não circulante, considerando os prazos de liquidação inferiores e superiores ao prazo de 1 ano, descontados a valor presente, amortizados pelas liquidações financeiras. **(a) Outorga:** A contribuição fixa foi estabelecida no contrato de concessão no valor de R$ 4.501.132, dividido em 25 parcelas anuais iguais e consecutivas corrigidas pelo IPCA. Esta obrigação foi registrada a valor presente. A contrapartida da atualização desta obrigação pela recomposição do valor presente e correção monetária, está relacionada diretamente ao direito de concessão, registrado no ativo intangível. A contrapartida atribuível à primeira parte deste ativo que tem seus benefícios gerados desde o início da operação do aeroporto é registrada no resultado do exercício como despesa financeira. Por sua vez, a contrapartida atribuível à segunda parte deste ativo, é registrada como adição ao seu custo enquanto este ainda estiver em andamento. Após a entrada em operação, os encargos financeiros passam a ser registrados no resultado do exercício. Em 2018 o pagamento da parcela Outorga Fixa foi somente de 8% do valor total, devido a negociação em 2017, que antecipou 46% e postergou os outros 46% para os quatro últimos anos de Concessão, gerando benefício direto ao fluxo de caixa do Grupo. Em 2019 os pagamentos foram retomados de forma integral. Em 2020 o pagamento da parcela da outorga fixa foi de 50% do valor total, os demais 50% foram postergados para as seis últimas parcelas do contrato, conforme previsto na Lei nº 14.034/20 e 4º termo aditivo do contrato de concessão. Em 2021 o valor da parcela da outorga fixa foi de R$ 318 milhões, sendo R$ 21,2 milhões por pagamento direto, R$ 137,8 milhões por compensação no REF-Covid-19 de 2021 e os demais R$ 159 milhões estão aguardando decisão judicial conforme nota 1. A Outorga Fixa de 2022 teve parte do seu pagamento quitada por meio de utilização de créditos concedidos através de Reequilíbrios Econômico-Financeiros reconhecidos pela ANAC, no valor de R$ 81,6 milhões. Para o saldo remanescente, foi apresentado uma oferta de precatórios Federais ao Ministério da Infraestrutura na data de 21 de novembro de 2022. O MInfra emitiu o Ofício de nº 141/2022/DEFOM/SFPP confirmando que a Concessionária está adimplente com suas obrigações, conforme permissão promovida pelas Emendas Constitucionais 113 e 114 de 2021, que autorizaram o pagamento de outorgas, por meio de apresentação dos referidos créditos. A Outorga Fixa de 2023, no valor de R$ 352,7 milhões, teve parte do seu pagamento quitada por meio de utilização de créditos concedidos através de Reequilíbrios Econômico-Financeiros reconhecidos pela ANAC, no valor de R$ 104,5 milhões e o saldo remanescente de R$ 248,2 milhões foi realizado via caixa. **(b) Contribuição Variável:** O poder concedente determina também uma contribuição variável calculada sobre o total das receitas brutas, tarifárias e não tarifárias do Grupo. O percentual aplicado é de 2% até um limite de receita anual estipulado pela ANAC, e após este limite o percentual aplicado é de 4,5%, reconhecidos por competência. O limite estabelecido em 2023, conforme contrato de concessão, foi de R$ 925.135 (Ano 2022 - R$ 884.560), valor já atualizado pela inflação acumulada. O pagamento desta contribuição ocorrerá sempre na data de apresentação das demonstrações financeiras, já auditadas, para a ANAC. O limite estabelecido no contrato de concessão para esta apresentação é no dia 15 de maio do exercício subsequente. **2.14 Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para o Grupo e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **2.15 Provisões:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. Não foi constituída provisão para manutenção e recuperação da estrutura, pois não foram identificados custos relevantes relacionados no contrato de concessão que obrigam o Grupo a recuperar a infraestrutura explorada. **2.16 Demais passivos:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante. **2.17 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo e foram registradas com base na competência contábil. A receita é apresentada líquida dos tributos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. O Grupo reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **(a) Receitas tarifárias:** O Grupo obtém receitas através da cobrança de tarifas aos usuários da infraestrutura aeroportuária. Os limites máximos de cada tarifa são estabelecidos pelo poder concedente através do Anexo 4 do contrato de concessão e são atualizadas anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. As receitas tarifárias são afetadas ainda por dois indicadores da ANAC: fator X e Q. O fator X foi estabelecido para captar as variáveis associadas a produtividade e eficiência da indústria aeroportuária, podendo gerar efeito positivo ou negativo nas tarifas. O início da sua aplicação ocorreu a partir do terceiro ano da concessão, contados a partir da data de eficácia do contrato, 24 de julho de 2012.

O fator Q mensura a qualidade dos serviços prestados através de parâmetros estabelecidos no Plano de Exploração Aeroportuária - PEA, e poderá afetar positiva ou negativamente as tarifas. Para o ano de 2023 o fator Q resultou em uma bonificação de 1,7599% (Ano 2022: 1,7009%) no reajuste tarifário. Conforme estabelecido no contrato de concessão, a cada cinco anos haverá revisão dos parâmetros da concessão que visa preservar o equilíbrio econômico-financeiro. Esta revisão abrange os indicadores de qualidade de serviço que são base para o cálculo do fator Q, a metodologia de cálculo do fator X e a taxa de desconto a ser utilizada no Fluxo de Caixa Marginal. **(b) Receitas não tarifárias:** O Grupo também obtém receitas explorando outras atividades no aeroporto, como cessão de espaços que lhe foram concedidos, estacionamentos e serviços de telecomunicações às empresas e instituições que estão no sítio aeroportuário. Estas receitas não são regidas por nenhuma regra estabelecida pelo poder concedente e são negociadas livremente entre as empresas interessadas. **(c) Receitas de Construção:** O Grupo usa o método do Custo Incorrido para contabilizar seus contratos de prestação de serviços de construção. Segundo a ICPC 01 (R1) e a IFRIC 12, quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados. **2.18 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As normas elencadas a seguir foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023, mas não tiveram impactos materiais para o Grupo: **• Alteração ao IAS 1/CPC 26 (R1) e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. **• Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. **• Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. **• Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "GloBE effective tax rate" ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para o Grupo, em relação às alterações do IAS 12 sobre as regras do modelo Pilar Dois da OCDE, não é aplicável ao grupo, devido a possuirmos Prejuízo fiscal considerável, portanto, não há alíquota efetiva a ser demonstrada. **Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor: • Alteração ao IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis":** de acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreenderem o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. **• Alteração ao IFRS 16 - "Arrendamentos":** a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. **• Alterações ao IAS 7 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa" e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros:** Evidenciação": a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements - SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliarem os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As novas divulgações incluem as seguintes principais informações: (a) Os termos e condições dos acordos SFAs. (b) Para a data de início e fim do período de reporte: i. O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs. ii. O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento. iii. Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs. (c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b(i). (d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros. O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: **(a) Amortização do ativo intangível:** A amortização do ativo intangível com vida útil definida é realizada dentro do prazo da concessão. O cálculo deve representar o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros, que se dá em função da curva de demanda. No exercício de janeiro a dezembro de 2023 a taxa média acumulada utilizada foi de 3,87% (janeiro a dezembro de 2022 foi de 3,63%), que representa a participação do período no total de passageiros esperado para toda a concessão. **(b) Taxa de desconto:** O ajuste a valor presente da outorga foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 6,81% a.a. conforme contrato de concessão, estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga. **(c) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível para compensação. A administração entende que o ativo fiscal diferido registrado é recuperável considerando as projeções de lucro tributável futuro e estimado com base no plano de negócio e nos orçamentos aprovados, extrapolado para todo o período de concessão. **(d) Provisões:** As provisões são mensuradas com base nas informações e avaliações de seus assessores legais, internos e externos, em montante considerado suficiente para cobrir os gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes dos tributos que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação.

Diretoria

Jorge Arruda Filho - Diretor Presidente
Bruno Souza Ferreira da Silva - Diretor Financeiro
Flávio de Sousa Oliveira - Contador -CRC-DF: 023879/O-4 DF

EXTRATO DE INFORMAÇÕES RELEVANTES DO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas completas estão disponíveis eletronicamente no endereço: https://valor.globo.com/valor-ri.
O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas completas foi emitido em 26 de fevereiro de 2024, sem modificações.

A hora e a vez de um mineiro no Planalto

Andrea Jubé

Entre as raposas felpudas ainda em atuação na política nacional, há quem afirme que falta no entorno do presidente Luiz Inácio Lula da Silva um mineiro com os predicados de Tancredo Neves para dialogar com o Congresso. Se lhe cobravam uma postura mais incisiva, Tancredo devolvia com suavidade: "Não há mineiro que não seja conciliador. Não há mineiro que seja radical".

Nos mandatos anteriores, Lula cercou-se deles no palácio: além do vice José Alencar (morto em 2011), teve José Dirceu na Casa Civil, Luiz Dulci, na Secretaria-Geral, Walfrido dos Mares Guia, na articulação política, Ricardo Berzoini, nas pastas do Trabalho e da Previdência.

Na gestão Lula 3, o presidente não tem mineiros no seu núcleo político mais restrito. Orbitam o gabinete presidencial quase diariamente: os paulistas Alexandre Padilha (articulação política) e Fernando Haddad (Fazenda), o baiano Rui Costa, da Casa Civil, o gaúcho Paulo Pimenta, da Comunicação Social, e o baiano de nascimento, radicado em Sergipe, Márcio Macêdo, da Secretaria-Geral. O único mineiro no primeiro escalão é Alexandre Silveira, ministro de Minas e Energia, que se notabilizou por conquistar a confiança de Lula na velocidade de um raio.

A percepção de alguns decanos da política é de que o time principal de Lula é eclético, mas desunido. Vestem a mesma camisa, mas trocam caneladas nos bastidores, de modo que a quantidade de faltas uns nos outros atravanca a relação com o Congresso. Para um governo que prega menos ódio e mais amor, falta um conciliador.

Consciente da desarticulação do time, Lula convocou uma reunião para sexta-feira (19) no Planalto a fim de colocar ordem na Casa e afinar o diálogo interno. Participaram Padilha, Pimenta, Rui Costa, e os líderes governistas José Guimarães (Câmara), Jaques Wagner (Senado) e Randolfe Rodrigues (Congresso).

Nessa segunda-feira (22), o presidente tornou públicas algumas das recomendações que fez aos auxiliares naquela reunião. Sobrou até para o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Mdic), Geraldo Alckmin, e para o ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias: "O Alckmin tem que ser mais ágil, tem que conversar mais. O Haddad tem que, em vez de ler um livro, perder algumas horas conversando no senado e na Câmara. O Wellington [Dias], o Rui Costa, passar a maior parte do tempo conversando com bancada A, bancada B", exigiu.

Lula levou à luz as cobranças que havia feito entre quatro paredes porque logo após a reunião daquela sexta-feira, em que fez um apelo por harmonia e diálogo, surgiram novas fissuras na relação com o Senado. Circularam vazamentos de que, no encontro, Rui Costa e Guimarães teriam saído em defesa do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e criticado o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), ante a aprovação da emenda constitucional (PEC) que resgatou os "quinquênios", com impacto fiscal de R$ 42 bilhões.

Questionado, Rui Costa negou com veemência o relato, e Pacheco reagiu em nota, alegando que Padilha e os líderes Wagner e Randolfe podem avaliar sua postura com o governo. Sem citar Costa ou Guimarães, emendou: "Com alguns outros, eu mal converso".

Em verdade, Costa gostaria de não transitar fora de seu quadrado, seja para não invadir o território de Padilha, seja porque tem perfil de gestor. Mas a Casa Civil, por definição, é um ministério político, e cada vez mais ele tem sido cobrado a desempenhar esse papel.

No ano passado, foi convocado por Lula a estabelecer uma relação com Arthur Lira, que se indispôs com Padilha. Coube ao líder do União Brasil, Elmar Nascimento, também baiano, aproximar Lira e Costa. Adversários em 2022, Costa e Elmar trocaram farpas na campanha. Com Lula vitorioso, Costa vetou Elmar para o ministério. Meses depois, com Elmar de olho na presidência da Câmara em 2025, ambos estavam conciliados, e fazendo a ponte entre Lira e o Planalto.

Desfiando elogios a Costa, Elmar disse a interlocutores que, se falta ao ex-governador da Bahia traquejo político, ele tem qualidades como pragmatismo e lealdade. Segundo o líder do União, se Costa tem críticas a alguém, são feitas na presença do interlocutor, e não pelas costas.

Para uma reunião convocada por Lula para afinar a articulação política, a nova celeuma com Pacheco foi desnecessária e atrapalhada. Num cenário em que Lira vai a público chamar Padilha de "desafeto", e Pacheco irrita-se com Rui Costa e Guimarães, o presidente estabeleceu que todos os ministros têm o dever de manter diálogo permanente com deputados e senadores.

Padilha é o articulador político por definição e pelo cargo que ocupa, responsável pelo encaminhamento das posições do governo nas votações, e na interface com os parlamentares sobre emendas e cargos. Mas a percepção de Lula é de que uma relação sem sobressaltos com o Legislativo é dever de todos os auxiliares. Para mostrar que jogam juntos, na noite desta segunda-feira, Rui Costa e Padilha participariam de jantar com os vice-líderes do governo na Câmara.

Por falar em Minas Gerais, Lula reencontra-se com Walfrido nesta sexta-feira em Belo Horizonte, na inauguração de uma fábrica de medicamentos. Lula reconhece o valor dos mineiros. Na campanha em 2022, em um ato em Juiz de Fora, declarou que eles sempre querem dialogar. "De conversa em conversa, o mineiro vai ganhando espaço", elogiou.

Andrea Jubé é repórter de Política em Brasília. Escreve às terças-feiras
E-mail andrea.jube@valor.com.br

Judiciário Em palestras em São Paulo, presidente do Supremo falou sobre o papel da Corte e do ministro após a tentativa de golpe em 8 de janeiro

Barroso defende Moraes e diz que críticas são injustas

Marcos de Moura e Souza e Marcela Vilar
De São Paulo

ROVENA ROSA/AGÊNCIA BRASIL

Barroso na Fiesp: "É preciso entender o tipo de adversários da democracia que o Supremo precisou enfrentar"

Acusado por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro de censor da liberdade de expressão nas redes sociais, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes foi defendido publicamente nessa segunda-feira pelo presidente da corte, o ministro Luís Roberto Barroso.

Ao falar dos discursos de ódio, intolerância e extremismo que circulam pelas redes sob o argumento de que são meras expressões de posições pessoais, Barroso disse que no Brasil discursos desse tipo acabaram desaguando no 8 de janeiro de 2023.

"Estamos falando de pessoas que invadiram a sede dos Três Poderes", afirmou ele em encontro com empresários na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) onde palestrou e respondeu a algumas perguntas de convidados.

"Enfrentamos uma situação de risco de golpe de Estado."

Barroso falou do papel do Supremo e de Moraes, em particular. Moraes foi alvo de críticas há alguns dias pelo empresário Elon Musk em razão de ordens judiciais de suspensão de alguns perfis na rede social X. Musk ameaçou não mais cumprir as ordens da Justiça brasileira.

"Há muitas críticas, as críticas fazem parte da vida, mas é preciso entender o tipo de situação que nós enfrentamos, o tipo de adversários da democracia que o Supremo precisou enfrentar. Portanto, eu defendo e acho que são injustas as críticas ao Supremo e injustas as críticas, muitas vezes, ao ministro Alexandre de Moraes", disse.

Barroso ponderou que, fosse outro ministro, algumas questões pontuais poderiam ser decididas de outra forma.

"É claro que se fosse outro ministro poderia conduzir pontualmente alguma coisa de maneira diferente. Mas é preciso reconhecer que ele, corajosamente, ajudou a enfrentar esse estado de coisas e merece, na minha visão, respeito e admiração. Não foram fáceis os momentos que nós vivemos e a um custo pessoal elevado. Custo para a família, custo para os filhos e para a própria vida", disse Barroso.

Mais tarde, em outro evento, esse da Fundação Fernando Henrique Cardoso (FHC), também em São Paulo, Barroso voltou a falar sobre a tentativa de golpe, que teria culminado no dia 8 de janeiro de 2023. Para ele, isso aconteceu no país pelo reflexo de um contexto global de "recessão democrática" com o avanço do extremismo, fomentado pela ascensão da extrema direita.

Segundo Barroso, o "germe do golpe" começou com o ataque às urnas eletrônicas e defesa da necessidade de voto impresso no Brasil. O golpe só não aconteceu, de acordo com o ministro, "porque o comandante do Exército disse que não participaria".

"Isso está sendo apurado ainda, mas nos depoimentos do ajudante de ordem [tenente-coronel Mauro Cid], pelo menos, [a indicação] é que houve essa conversa efetiva. Depois tivemos essa situação que foi o 8 de janeiro. Nós lidamos com um quadro muito complicado e Supremo teve que assumir um pouco o front desse embate com o extremismo", completou Barroso.

> "Enfrentamos uma situação de risco de golpe de Estado"
> *Luís R. Barroso*

Barroso também comentou sobre críticas que parte da sociedade civil e partidos políticos fazem sobre a intervenção do STF sobre os mais variados temas. Segundo ele, não é "o Supremo que se mete em tudo. É a Constituição de 1988 que deu esse papel para o STF proteger a democracia e intervir quando necessário."

"O Supremo discute e decide desde a queima da palha de açúcar à interrupção da gravidez. Há um arranjo constitucional que deu esse tipo de protagonismo e visibilidade ao Supremo que faz com que a gente acabe decidindo algumas das questões mais controvertidas da sociedade brasileira", afirmou.

O resultado é que os ministros "sempre estão tomando alguma decisão que vai desagradar muita gente". Barroso também disse não acreditar que exista ativismo judicial no Brasil e que esses casos, quando ocorrem, são "raríssimos".

A professora de ciência política da Universidade de São Paulo (USP) Marta Arretche afirmou que o Supremo "tem ficado praticamente sozinho" na defesa das instituições democráticas. Segundo ela, partidos políticos têm "terceirizado" para a Corte a proteção da democracia, o que contribui, em parte, para o aumento da polarização.

A mesa de debate tinha como tema "O Brasil na visão das lideranças públicas: O papel do STF na defesa da democracia" e foi realizado em comemoração aos 20 anos da Fundação FHC, na sede do instituto. Também participaram da palestra o diretor geral da Fundação FHC, Sergio Fausto; o diretor da Escola de Direito da Fundação Getulio Vargas (FGV), Oscar Vilhena; e o presidente do conselho curador da Fundação FHC, Celso Lafer, ex-ministro das Relações Exteriores do Brasil.

Drogas e ativismo

Durante palestra na Fiesp, o tema das drogas veio à tona após questionamento sobre ativismo do STF em matérias que seriam dos legisladores.

Barroso disse que o que está sendo discutido pelos ministros do STF não é descriminalização, tampouco uma regra que permita que usuários não sejam presos — porque já está decidido na regra em vigor que usuários não devem ser presos.

"O que o Supremo está decidindo é qual a quantidade que vai distinguir traficante de usuário para que essa escolha não seja feita pela política por critérios discriminatórios. É isso o que o Supremo está decidindo. Simples assim. E uma imensa negativa num universo das narrativas não verdadeiras de que o Supremo está legalizando as drogas", afirmou.

"O Supremo apenas está impedindo que ricos e pobres sejam tratados de maneira diferente."

Ao resgatar 'orçamento secreto', Dino incomoda Congresso

Análise

Maria Cristina Fernandes
São Paulo

O despacho do ministro Flávio Dino da sexta-feira, 19, intimando os presidentes da República e da Câmara e do Senado para que se manifestem em 15 dias sobre o descumprimento da decisão do Supremo Tribunal Federal que pôs fim ao "orçamento secreto" gerou a expectativa de que o processo possa vir a devolver a iniciativa orçamentária ao Executivo. Não apenas com a reversão efetiva do "orçamento secreto" mas também com uma possível inconstitucionalidade das chamadas "emendas pix". O processo iniciado por Dino não é capaz de modificar a decisão do Supremo mas de lhe dar efetividade.

Este movimento, além de afetar o jogo de forças no tabuleiro do Congresso Nacional no ano que antecede a renovação das mesas diretoras, ameaça a emenda que, originalmente, é de autoria da então senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), hoje deputada e presidente do PT. A proposta depois foi encampada pelo deputado Aécio Neves (PSDB-MG) e apadrinhada por todo o Centrão.

Como herdou a vaga da ex-ministra Rosa Weber, relatora da ação que resultou na inconstitucionalidade do "orçamento secreto", Flávio Dino foi o destinatário da ação do Psol que questiona o cumprimento da decisão do STF. A ação tem como um dos "amigos da corte", partes que depõem a favor da ação, a Transparência Brasil, que já foi abertamente atacada pelo ministro Gilmar Mendes, o que não impediu Dino de seguir adiante com o despacho.

Em dezembro de 2022, o STF julgou inconstitucionais as emendas RP9 por meio das quais o esquema do "orçamento secreto" operava com o argumento de que o beneficiário político da emenda se mantinha oculto. A partir daquela decisão, metade daqueles recursos foram redistribuídos para os ministérios e a outra metade voltou para os parlamentares em forma de emendas individuais.

> 'Emendas pix' saltaram de 6,7% do total em 2020 para 31,8% no ano passado

Foi aí que se operaram duas mudanças. Primeiro o relator do orçamento de 2023, senador Marcelo Castro (MDB-PI), ampliou as emendas da Comissão de Desenvolvimento Regional, da qual também era o presidente e que tem por competência apresentar emendas que lideram o orçamento secreto. Como o STF não criminalizou a prática da liberação de emendas em nome de um agente oculto e, sim, as emendas de relator (RP9), a burla migrou para as emendas de comissão.

A segunda mudança foi o aumento na frequência com a qual os parlamentares passaram a se valer das chamadas "emendas pix". Gleisi Hoffmann continua a defendê-las. Diz que essas emendas agilizam a liberação de verbas, compõem o fundo de participação dos municípios e não são secretas. Esta emenda, de fato, ao contrário das RP9, está vinculada ao nome do deputado que a indicou e ao prefeito que a recebeu, mas não se sabe como o recurso é gasto porque o TCU é impedido de fiscalizar.

Nos memoriais da petição que provocou o despacho de Dino informa-se que a decisão do Supremo inflou as "emendas pix". Saltaram de 6,7% em 2020 para 31,8% de todas as emendas individuais em 2023. Nas contas apresentadas, R$ 10,4 bilhões são transferências em que a informação de origem e destino apenas é publicizada na fase de empenho, prévia à transparência, como acontecia com as RP9. Parte ínfima delas, acrescenta o documento, especifica a ação ou o programa nos quais o recurso deve ser aplicado.

O despacho de Dino deixou em alerta as mesas diretoras das duas Casas legislativas onde foram acolhidas as mudanças internas que contornaram a decisão de Rosa por meio das "emendas pix" e de comissão. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), trava embate com o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, em torno do gerenciamento das emendas e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, é o autor da maior pauta-bomba da temporada, a proposta de emenda constitucional que ressuscita os quinquênios. Apesar de o ministro ter se afastado do presidente da República, a quem só voltou a encontrar no jantar da semana passada na casa do decano da Corte, Gilmar Mendes, a decisão acabou sendo acolhida pelos governistas como um reforço para a batalha travada pelo Executivo no Congresso.

Milei anuncia superávit fiscal de 0,2% do PIB no 1º trimestre

De São Paulo

A Argentina teve um superávit fiscal de 0,2% no primeiro trimestre, anunciou ontem o presidente direitista Javier Milei, em cadeia nacional de rádio e TV. No estilo que levou sua campanha eleitoral à vitória em novembro do ano passado, ele também saudou o "sucesso" de suas medidas no combate à inflação e renovou o compromisso de manter os cortes de gastos públicos.

"Estamos aqui para anunciar uma façanha", disse Milei ao destacar que seu governo tinha conseguido um superávit primário de 275 bilhões de pesos (equivalente a cerca de US$ 315 milhões) no primeiro trimestre deste ano. "Contra os prognósticos dos políticos, economistas profissionais, jornalistas comprometidos e todo o establishment comprometido com o vício do gasto público, conseguimos um superávit de 0,2% do PIB nestes primeiros três meses", afirmou.

"Não esperem um novo descontrole dos gastos públicos", afirmou. "O Estado presente acabou. A saída virá do setor privado e da poupança", disse Milei, que destacou os cortes com obras públicas, segundo ele, "historicamente vinculado à farra de corrupção".

"A causa de todos os males da Argentina é o déficit fiscal, alimentado pela emissão monetária", continuou. "Nosso plano está funcionando apesar das críticas. Estamos fazendo o possível e o impossível com os políticos, sindicatos e a imprensa contra."

O próprio Milei já tinha anunciado na sexta-feira, durante evento em Bariloche, com a presença dos principais empresários do país. "Aviso que no dia 22 vamos falar em cadeia nacional, na qual anunciaremos os números fiscais e vou avisar que o primeiro trimestre terminou com um resultado financeiro positivo", disse Milei.

O discurso por cadeia de TV — a terceira convocada por Milei desde que assumiu o cargo, em dezembro — coincide com uma série de reuniões que a equipe econômica do governo faz com a autoridades do FMI. A Argentina busca uma revisão para ajustar o acordo de US$ 44,5 bilhões que o país mantém com o Fundo.

O governo Milei tinha se comprometido com o FMI a alcançar em 2024 uma superávit fiscal primário de 2% do Produto Interno Bruto (PIB).

O organismo de crédito multilateral tem elogiado os resultados que a política econômica do governo Milei tem apresentado. O diretor do FMI para o Hemisfério Ocidental, Rodrigo Valdés, antecipou que, segundo dados preliminares, o país cumpriu com ampla margem as metas correspondentes do atual programa, o que implica que a oitava revisão do plano será aprovada sem problemas.

Analistas e representantes das partes nessas negociações, porém, estão preocupados com a sustentabilidade das reformas promovidas por Milei — muitas das quais têm enfrentado barreiras no Legislativo e no Judiciário.

"Há o receio de que não se alcance consenso político suficiente e que dentro de quatro anos o kirchnerismo regresse", disse um membro do governo ao jornal digital "Âmbito Financiero".

Uma pesquisa da consultoria Zuban-Córdoba y Asociados mostrou na semana passada que a imagem positiva de Milei está hoje em 47% — uma taxa ainda suficiente para manter um bom grau de governabilidade, mas abaixo da imagem positiva de seus antecessores Alberto Fernández (com 60%) e Mauricio Macri (pouco mais de 50%) nos primeiros três meses de governo.

Consulta Resultado nega a Noboa instrumentos para tentar atrair novos investimentos e tentar equilibrar situação fiscal complicada

Equador endurece contra o crime mas rejeita medidas econômicas

Roberto Lameirinhas
De São Paulo

O presidente direitista do Equador, Daniel Noboa, comemorou como vitória pessoal o resultado da consulta popular de domingo, na qual foram aprovadas 9 das 11 propostas apresentadas por seu governo. Mas viu rejeitadas nas urnas duas medidas com as quais pretendia atrair investimentos para o país.

Todos os itens aprovados se referem ao combate do crime organizado, que ganhou força nos últimos anos no Equador e converteu o país em um dos mais violentos da região. Já as duas propostas rejeitadas eram exclusivamente econômicas. Uma delas legitimaria o reconhecimento de arbitragem internacional para disputas comerciais. A outra, alteraria a lei trabalhista para permitir a contratação e remuneração de empregados temporários por hora trabalho.

Os eleitores aprovaram que as Forças Armadas sejam integradas ao trabalho de polícia no combate ao crime, permite a extradição de equatorianos e ampliam penas criminais, entre outras propostas — como uma de controle de armas mais rigoroso.

"A primeira leitura é a de que a população — incluindo os grupos indígenas que se opõem a qualquer proposta de governos de direita — está farta da onda de criminalidade", disse um político da base de Noboa, sob condição de anonimato. "Mas também deixou claro que resistirá a reformas liberalizantes mais profundas", disse.

"Defendemos o país", postou Noboa, de 36 anos, filho de um magnata bilionário das bananas, em sua conta do Instagram. "Agora temos mais ferramentas para lutar contra o crime e devolver a paz às famílias equatorianas", afirmou.

"Noboa se apresenta como vencedor, mas definitivamente não foi o resultado que ele esperava", disse Sebastián Hurtado, diretor da consultoria Prófitas, de Quito. "A rejeição das questões econômicas é frustrante para o setor privado e os investidores no contexto de um governo 'pró-empresas'."

A taxa de homicídios no país — encravado entre Peru e Colômbia — dois dos maiores produtores de cocaína do mundo — passou de 5,8 para cada 100 mil habitantes, em 2019, para 26,7 por 100 mil em 2022 e 45 por 100 mil no ano passado. Dolarizado, o Equador tem sofrido com dificuldades em manter o equilíbrio fiscal em meio ao esforço de combate ao crime.

O custo da violência foi equivalente a cerca de 6% do PIB do Equador em 2022, de acordo com o Instituto de Economia e Paz, um centro de estudos.

E as finanças públicas estão desequilibradas — com um déficit fiscal de 4,8% do PIB em 2023. As receitas do governo caíram 10% no ano passado, para US$ 19,1 bilhões, segundo o independente Observatório de Política Fiscal.

No contexto de um estado de exceção — de "conflito armado interno" —, Noboa sugeriu em fevereiro a possibilidade de adiar por mais um ano o prazo para cessar a exploração do campo petrolífero Bloco 43-ITT, um dos mais produtivos do país, no Parque Nacional Amazônico Yasuní. Mas, sem apoio político, abandonou a ideia. Um referendo em agosto tinha determinado a paralisação da extração de petróleo na Amazônia.

> "Noboa se apresenta como vencedor, mas resultado não foi o que ele esperava"
> *Sebastián Hurtado*

Para fechar as contas, o governo de Noboa busca acordos com instituições de crédito internacionais. "O governo espera fechar um acordo para uma linha de empréstimos estendida de cerca de US$ 2 bilhões com o Fundo Monetário Internacional (FMI), além de um fundo de resiliência adicional de US$ 1 bilhão da entidade para lidar com a crise da covid-19", disse Alberto Acosta-Burneo, economista da consultoria Spurrier Group. "Essas negociações estão bastante avançadas e devem ser concluídas nas próximas semanas", afirmou.

O Equador tem obrigações de dívida externa de US$ 47,4 bilhões com bancos chineses e o FMI. A reputação de mau pagador limita o acesso de Quito ao crédito.

Para Simón Pachano, professor da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), a aprovação das medidas de combate à criminalidade — apesar da rejeição das duas medidas econômicas — deve ao menos atenuar a má imagem do país dos últimos anos. "Um sinal disso foi que os bonos equatorianos subiram, após a divulgação do resultado da consulta." *(Com agências internacionais)*

Cautelosa, China evita retaliar medidas comerciais dos EUA

Josh Xiao e Colum Murphy
Bloomberg

Pequim começa a se transformar em um grande alvo na campanha eleitoral dos EUA e o governo do presidente Xi Jinping tem mostrado resistência a qualquer medida controvertida na segunda maior economia do mundo.

Esse comedimento da China ficou bem à mostra na semana passada, depois de o presidente dos EUA, Joe Biden, ter criticado Pequim como "xenófoba" e prometido triplicar tarifas sobre as exportações de aço e alumínio da China, em um evento de campanha em um Estado com a eleição indefinida, no chamado "cinturão da ferrugem", onde a indústria é forte e postos de trabalho estão em jogo.

No mesmo dia, Washington abriu uma investigação sobre o setor de construção naval da China, derrubando as ações de empresas chinesas. O Congresso também acelerou os esforços para obrigar o TikTok a se desvincular de sua controladora chinesa, a ByteDance Ltd., ao incluí-los em um projeto de lei de auxílio internacional que foi aprovado no sábado.

A resposta da China a tudo isso tem sido relativamente contida. Em uma medida em grande parte simbólica, Pequim impôs tarifas de retaliação sobre o ácido propiônico, um mercado de exportação que em 2023 movimentou apenas US$ 7 milhões para os EUA, segundo dados da alfândega.

Autoridades chinesas minimizaram a investigação sobre transporte marítimo como se tratando de uma questão de "política interna" americana e driblaram as críticas de Biden, que haviam sido direcionadas às políticas de imigração chinesas, questionando se ele, na verdade, não estaria falando sobre os EUA.

Após a reunião entre Xi e Biden em novembro, "os chineses compreenderam que as relações EUA-China não seriam perfeitas, mas que houve uma melhoria em relação ao ano passado", disse Zhu Junwei, ex-pesquisador do Exército de Libertação Popular que agora é diretor de pesquisas americanas no Grandview Institution, um centro de estudos em Pequim. "A China está aprendendo a ser mais prática, mais pragmática — a compartimentar diferentes áreas."

As autoridades chinesas já precisam lutar contra uma longa crise imobiliária e o enfraquecimento da demanda interna, de forma que veem poucos incentivos para entrar em uma escalada nas tensões. Pequim conta com a força do consumidor americano, uma vez que está recorrendo às exportações para atingir sua meta de crescimento anual de cerca de 5%.

Outro motivo para a moderação: as últimas medidas dos EUA têm impacto imediato mínimo. A China vende pouco dos metais que estão no alvo do EUA, e a investigação sobre construção naval levará tempo. O Senado ainda precisa aprovar o projeto de lei do TikTok, e a empresa pode entrar com pedido de mandado judicial se Biden assinar a proposta.

Autoridades de alto escalão da Casa Branca tentam manter linhas de comunicação abertas para proteger o relacionamento. O Secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, chegará à China nesta semana, onde detalhará de que forma o apoio das empresas chinesas à máquina de guerra da Rússia está impactando a segurança europeia, de acordo com um alto funcionário dos EUA.

A viagem de Blinken se dá logo depois da visita da Secretária do Tesouro dos EUA, Janet Yellen, a Pequim no início de abril, e da primeira ligação telefônica entre o novo ministro da Defesa da China e seu equivalente dos EUA.

Embora Pequim possa até dar menos importância para as tarifas, que são em grande medida simbólicas, a possibilidade de o TikTok ser adquirido por uma entidade americana parece preocupar a China. Nos bastidores, funcionários da embaixada chinesa vêm se encontrando reservadamente com assessores parlamentares para fazer lobby contra o projeto, de acordo com notícia do site "Politico".

O governo chinês tem sinalizado que não permitirá uma venda forçada do aplicativo, que tem 170 milhões de usuários americanos e que, segundo funcionários de segurança nacional dos EUA, poderia ser usado para manipular a eleição. A popular plataforma de compartilhamento de vídeos diz estar comprometida em "proteger a integridade" da eleição.

Outra opção é que Pequim aplique medidas internas, que já havia aprovado para controlar exportações de tecnologia e aquisições estrangeiras. Isso lhe permitiria retirar os algoritmos do TikTok, desestimulando vendas, de acordo com o centro de estudos Carnegie Endowment for International Peace.

"A reciprocidade é uma característica fundamental na formulação das políticas comerciais e externas da China", disse Josef Gregory Mahoney, professor de relações internacionais na East China Normal University, em Xanga.

O adversário de Biden, Donald Trump, prometeu impor tarifas de 60% sobre as importações da China se conseguir um segundo mandato. O ressurgimento de uma guerra comercial em 2025 é "um dos maiores riscos" para a China, segundo Larry Hu, economista-chefe especializado em China no Macquarie Group Ltd. "Mas é improvável que ocorra neste ano."

O governo Biden argumenta que suas restrições à venda de semicondutores de ponta — que se intensificaram no ano passado — se enquadram em uma estratégia de "jardim pequeno, cerca alta".

Ainda assim, as preocupações com segurança nacional podem atrapalhar o comércio em outras áreas. Embora a petição dos trabalhadores sindicalizados contra construtoras navais chineses tenha como foco principal reclamações contra subsídios desleais, também há um elemento de segurança nacional entrelaçado no pedido.

"Não acredito que exista uma política que seria vista como dura demais' em relação à China do ponto de vista de Washington", disse Deborah Elms, chefe de política comercial na Hinrich Foundation. "A China, certamente, quer limitar os danos neste ano."

Crescem acusações de antissemitismo em universidades dos EUA

A Universidade Columbia mudou suas aulas para online ontem, enquanto a presidente da instituição, Minouche Shafik, tentava neutralizar os crescentes protestos de alunos pró-palestinos e as acusações de antissemitismo em seu campus. A polícia também prendeu dezenas de manifestantes pró-palestinos na Universidade Yale, em New Haven, Connecticut. As ações se deram após mais de 100 manifestantes terem sido presos em Columbia, em Nova York, na sexta-feira, na primeira intervenção policial na universidade em mais de três décadas. Ambas as instituições disseram que os alunos participantes seriam suspensos. Os protestos em Columbia têm sido constantes desde o início da guerra de Israel contra o grupo terrorista Hamas na Faixa de Gaza. Shafik foi questionada na semana passada por deputados republicanos sobre os esforços para combater o antissemitismo. Na foto, acampamento de manifestantes no campus da Columbia.

Promotor de NY acusa Trump de 'corromper' eleições

Joe Miller
Financial Times, de Nova York

Donald Trump tentou "corromper" as eleições de 2016 quando orientou sua equipe para comprar o silêncio de uma atriz pornô que ameaçou tornar públicas um suposto caso extraconjugal, afirmaram ontem promotores de Manhattan durante os argumentos de abertura no primeiro julgamento criminal contra um ex-presidente dos EUA.

Um dos advogados de Trump, Todd Blanche, rebateu dizendo que seu cliente estava "coberto de inocência" e apenas tentava "proteger sua família, sua reputação e sua marca". O ex-presidente de 77 anos "não estava envolvido" na maneira como os pagamentos foram organizados ou registrados por seus funcionários, com os quais ele "não tinha nenhuma participação", acrescentou Blanche.

As narrativas conflitantes dos eventos que formam o cerne do caso do "dinheiro do silêncio" contra Trump foram apresentadas durante os primeiros ataques do que pode ser o único julgamento criminal contra o candidato republicano à presidência antes da eleição de novembro.

O assistente do promotor distrital, Matthew Colangelo, disse que o ex-presidente e seu círculo interno orquestraram para comprar o silêncio da atriz pornô Stormy Daniels, que havia ameaçado ir à imprensa com sua história de como teve um encontro amoroso com o então astro de televisão em 2006. Trump teria disfarçado as transações por trás do pagamento de US$ 130 mil, acrescentou Colangelo.

Como réu criminal, Trump deve comparecer todos os dias, um requisito que ele reclama que limitará sua campanha para as eleições de novembro. Ele criticou o tribunal e os promotores nas redes sociais e mais uma vez denunciou o caso como uma caça às bruxas a caminho e na saída do tribunal.

Valor ECONÔMICO

Desigualdade segue alta, apesar de renda maior e Bolsa Família

Os indicadores da Pnad Contínua: Rendimento de Todas as Fontes 2023, do IBGE, mostram que o presidente Lula não conseguiu, em seu primeiro ano de mandato, reduzir a desigualdade de renda, que ficou estagnada exatamente no patamar do fim do governo Bolsonaro. Um Bolsa Família turbinado e a recuperação do mercado de trabalho apenas evitaram que a desigualdade avançasse.

O estudo do IBGE constatou que a desigualdade de renda permanece elevada no Brasil, qualquer que seja o indicador utilizado. Os 10% mais ricos, com um rendimento médio domiciliar per capita de R$ 7.580, mantiveram dianteira, ganhando 14,4 vezes mais do que os 40% da população com rendimento menor, de R$ 527 em média. No topo da pirâmide, a vantagem é ainda maior. O 1% mais rico, com R$ 20.664 em média por pessoa por mês, ganha 39,2 vezes mais do que os 40% mais pobres.

Outro indicador tradicional, o índice de Gini, que mede a concentração da distribuição de renda em uma população, ficou estável em 0,518 em 2023, o mesmo patamar de 2022. O IBGE chamou a atenção para o fato de que o Índice de Gini do Brasil vem melhorando desde a década passada. O índice de 0,518 de 2022-2023 é o menor da série, mas alinha-se com países como Angola (0,513) e Moçambique (0,505).

A desigualdade somente não piorou no ano passado por conta do reforço do Bolsa Família e da recuperação do mercado de trabalho. O governo Lula retomou o Bolsa Família, cujo nome Bolsonaro havia mudado para Auxílio Brasil, e manteve o valor de R$ 600, que o ex-presidente havia elevado em plena campanha eleitoral de 2022 na esperança de angariar votos. Lula ainda criou benefícios complementares conforme o número e a idade das crianças das famílias beneficiadas. Desse modo, o valor médio do rendimento per capita nos domicílios que recebiam o Bolsa Família em 2023 cresceu 42,4% em comparação com 2022, para R$ 635. Nos domicílios que não recebiam o benefício o rendimento per capita aumentou 8,6%.

O número de domicílios beneficiados também foi ampliado, de 16,9% em 2022 para 19% em 2023, maior nível da série. Em termos absolutos, 14,7 milhões de domicílios, de um total de 77,7 milhões do país, tinham pessoas que recebiam o Bolsa Família em 2023. O benefício injeta no mercado ao redor de R$ 14 bilhões por mês ou perto de R$ 170 bilhões anuais.

O Bolsa Família passou a ser a fonte de renda de maior peso na conta de outros rendimentos, que inclui ainda o BCP/Loas, aplicações financeiras e bolsas de estudo. Para o IBGE, as transferências como o Bolsa Família contribuíram para elevar a renda de camadas mais pobres da população. Contrabalançaram ainda o efeito do mercado de trabalho, que acentuou a desigualdade ao favorecer o topo da pirâmide da população.

A expansão do mercado de trabalho garantiu emprego para mais 4 milhões de pessoas em 2023. A população com rendimento habitualmente recebido do trabalho passou de 44,5% (95,2 milhões de pessoas) em 2022 para 46% (99,2 milhões) em 2023. Com isso, a massa de rendimento mensal cresceu 11,7% em relação a 2022 e 8,8% em comparação com 2019, alcançando R$ 295,6 bilhões, o maior valor da série histórica da Pnad Contínua.

Nem todos saíram ganhando da mesma forma. A população de renda mais elevada conseguiu melhores salários, o que contribuiu para ampliar a desigualdade. A pesquisa do IBGE constatou que os trabalhadores de nível superior e os empregadores, especialmente os que realizam serviços mais sofisticados nos setores financeiro, de comunicação, informação e administrativo, que são mais bem remunerados, recuperaram o espaço que haviam perdido durante a pandemia. Já os trabalhadores menos escolarizados haviam conseguido retomar o mercado anteriormente e ficaram para trás em 2023. Assim, o rendimento do trabalho dos 10% mais ricos avançou 10,4%, enquanto os 10% com menor rendimento da população conseguiram apenas 1,8% a mais sobre o ano anterior, apesar do reajuste do salário mínimo.

A dependência do Bolsa Família é enorme. Retirados os ganhos com o programa, a desigualdade voltou a piorar em 2023. Da mesma forma, ele foi fundamental para reduzir o número de pessoas na extrema pobreza no país. Sua extensão a mais 8 milhões de pessoas (21,1 milhões de pessoas), depois de duas décadas de sua existência, mostra que a pobreza continua avançando. Os recursos para o Bolsa Família triplicaram nos últimos dois anos, mas sua ampliação com recursos públicos será mais difícil pelos desequilíbrios fiscais que se avolumam.

Seria mais que urgente complementar o programa com portas de saídas, o que só se dará pela qualificação massiva que dê profissão, emprego ou uma fonte de renda autônoma para seus integrantes. Um crescimento robusto, distinto do medíocre dos últimos anos, seria essencial para fortalecer o mercado de trabalho e o ingresso de novos contingentes nele. Isso só será possível com políticas econômicas sensatas, especialmente no campo fiscal, que busquem ampliar a formação da mão de obra, o emprego e a produtividade. Deveria ser esse o rumo do governo.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)

João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep.
Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda
Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização
Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações
Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados
Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

País precisa evoluir no modo que gerencia a água e demais recursos eletroenergéticos. Por **Alexandre Street**

Repensando a gestão energética e o papel das fontes

Com a escalada do uso de energias renováveis intermitentes (eólicas e solares), o Brasil se destaca por seu mix energético. Após grande escalada das eólicas desde 2010, a solar tem se destacado de forma proeminente nos últimos cinco anos com uma forte expansão, tanto na alta tensão como na sua forma distribuída (GD). Em determinados momentos do dia, esta fonte alcança a segunda posição em termos de geração elétrica, atrás apenas das tradicionais hidrelétricas.

Mas apesar de vivermos em um cenário de excesso de oferta de geração, nota-se uma carência na gestão inteligente dos reservatórios hídricos e dos atributos das fontes. Hoje não guardamos a água necessária para compensar a incerteza de amanhã das renováveis, e os geradores se instalam praticamente onde querem na rede, a despeito de sabermos da importância de uma expansão da geração coordenada com a da transmissão. Diante dos desafios inerentes à transição energética e mudanças climáticas, que nos impõe lidar com grandes incertezas associadas ao uso dos recursos de geração renováveis, o país precisa evoluir no modo que gerencia seus recursos eletroenergéticos.

A questão não é apenas quanta energia é gerada, mas como é gerida ao longo do tempo, transportada através da rede e absorvida pelos consumidores. Um sistema elétrico repleto de recursos renováveis intermitentes carece de geradores com muita flexibilidade operativa e de recursos de armazenamento. Neste contexto, um novo sistema de preços, capaz de sinalizar os reais custos de oportunidade dos atributos operativos das fontes, torna-se mais do que necessário — é um imperativo.

Os ancilares abrangem a flexibilidade que os geradores podem oferecer para desviarem do ponto nominal em escalas de milissegundos a minutos. Ou seja, é a flexibilidade de curto prazo necessária para contornar incertezas e fenômenos não modelados no processo da programação via mercado. Eles permitem o operador não só manter o sistema em sincronia em tempo real, contornando as variações instantâneas da carga e geração, mas também compensar a indisponibilidade de geradores e linhas em casos de contingências ou mesmo na compensação de erros maiores nas previsões da geração solar e eólica.

Do outro lado, figuram os produtos de flexibilidade, menos explorados na prática. A definição de flexibilidade pode ser bastante ampla e englobar até mesmo aspectos de rede. Apesar disso, eles têm sido amplamente associados a ofertas que os agentes fazem para oferecer ao operador do sistema uma capacidade adicional de variação da geração, para cima ou para baixo, para ser utilizada em intervalos de tempo bem definidos na programação diária. Em geral, são flexibilidades de capacidade de rampa de geração, ou qualquer outro recurso que reproduza esse efeito, como a redução da demanda.

Da maneira descrita, parece existir uma certa interseção conceitual entre os dois. Contudo, a diferença fica clara pela forma com que ambos são utilizados. De maneira simples, os serviços de flexibilidade visam atrair mais recursos de rampa para a programação nominal do operador, já os serviços ancilares são empregados para todo o resto que esta

FABIO ROSSI/AGÊNCIA O GLOBO

não contemplar na operação de tempo real.

As fontes convencionais controláveis, hidrelétricas e termelétricas, predominam, na prestação de todos esses serviços no Brasil. Quase todos os erros de previsão da geração eólica e solar absorvida pelo sistema hoje são resolvidos pelas hidrelétricas na etapa de ajuste da programação diária e por todas as fontes participantes dos serviços ancilares no tempo real. Assim, dada a grande relevância do papel que a compensação da incerteza, falta de inércia e variabilidade das renováveis assume na transição energética, uma revisão no sistema de remuneração é prioritária. Não obstante, deve-se remunerar toda e qualquer fonte que contribua para esse papel de maneira isonômica. Somente assim poderemos descobrir, e não definir, quais serão as tecnologias e o mix de fontes que irão predominar no futuro do sistema.

Temos amplo cardápio para promover esses serviços: das tradicionais hidrelétricas e termelétricas rápidas já instaladas e operando, passando pelas centrais reversíveis e baterias, até a famosa resposta da demanda, que a depender do preço poderia incentivar o emergente mercado varejista a criar produtos nunca vistos (aqui no Brasil). Mas para que isso funcione, precisamos de um novo esquema de programação diária da geração. Nele, os produtos energia, reservas e flexibilidade de rampas precisam ser cootimizados com garantia de entrega pela rede.

Já no âmbito regulatório, o mercado também precisa ser ajustado para se aproximar à nova realidade operativa. Precisamos de preços que reflitam os custos de oportunidade dos serviços prestados pelas fontes. Da mesma forma como hoje obtemos da programação diária os custos marginais de operação que dão origem ao PLD, preço de curto prazo da energia que liquida as diferenças entre os contratos e geração, obteríamos também os custos marginais desses novos serviços.

Assim, enquanto o PLD remunera os geradores pelo que se espera que vá acontecer no dia seguinte, os preços da flexibilidade e dos serviços ancilares passam a remunerar os agentes de acordo com suas capacidades de variar a energia ao longo das horas e de responder em tempo real. Esses novos preços passariam a complementar o esquema de remuneração por custos marginais, atualmente criticados por não refletirem o valor dos recursos energéticos que permitem absorver a incerteza das renováveis. Eles ajudariam a reequilibrar o valor das fontes refletindo em suas atratividades comerciais os papéis desempenhados de forma transparente e economicamente coerente.

Essa é uma evolução no sistema de preços tão natural e necessária quanto foi a dos preços horários implementada em 2021. Ela encontra respaldo na literatura e na prática da maior parte dos mercados elétricos desenvolvidos do mundo. Mas além disso, para garantirmos a sustentabilidade desses serviços ao longo dos anos, o cálculo do valor da água, realizado pelos modelos de médio e longo prazo, também precisa ser atualizado de forma consistente. Somente assim as hidrelétricas e termelétricas serão coordenadas de forma a guardar a água necessária para garantir esses serviços no futuro.

Um novo sistema com preços de serviços ancilares e flexibilidade cootimizados com a energia não seria a solução de todos os problemas, mas permitiria um norte para investimentos menos míope aos novos papéis das fontes.

Alexandre Street é professor associado do Departamento de Engenharia Elétrica do CTC/PUC-Rio.

Os 30 anos do Real

Mario Mesquita

O corrente ano marca o trigésimo aniversário do Plano Real, que logrou debelar a hiperinflação e, assim, viabilizou os avanços econômicos e sociais das últimas décadas. Tratou-se de um dos principais divisores de águas da economia brasileira no século XX e provavelmente da maior conquista, até aqui, do regime democrático — a menos para aqueles que acham que programas relevantes de transferência de renda e redução de pobreza poderiam ser efetivos em ambiente de instabilidade monetária.

Os desastrosos anos 1980 foram marcados pela crise da dívida externa e hiperinflação, mas o problema inflacionário brasileiro vem de antes. É verdade que o país conviveu com inflação de três dígitos desde o início dos anos 1980, e quatro dígitos entre 1989 e a estabilização, excluindo episódios de malfadados congelamentos de preços. No entanto, o fato é que o Brasil experimentou altas taxas de inflação por boa parte do século passado. Entre o final da década de 1940 e o Plano Real, o país teve quase meio século (espaço de tempo que cobre duas gerações) sem observar inflação anual de um dígito.

Quem nasceu em 1950, por exemplo, apenas foi experimentar inflação anual abaixo de 10% aos 44 anos de idade. A inflação anual média foi cerca de 17% nos anos 1940, 19% nos anos 1950, 47% nos anos 1960, com taxas particularmente elevadas entre 1962 e 1964, 34% nos anos 1970, 270% na década de 1980 e 1840% nos primeiros anos da década de 1990. A escalada inflacionária dos anos 80 e 90 ocorreu a despeito dos citados congelamentos de preços. O governo interveio recorrentemente na vida econômica, forçando quebras de contrato e usualmente promovendo redistribuições de renda a favor de devedores.

Por que o país fez essa opção inflacionária? É um tema complexo, mas creio que a explicação passa por três fatores. Em primeiro lugar, o Brasil cresceu a taxas rápidas até o início dos anos 1980, mesmo acumulando severos desequilíbrios macroeconômicos — até que a conta chegou. Outro ponto é que, por muito tempo, foi popular, na profissão, a teoria da inflação estrutural, que atribuía o processo inflacionário a gargalos de oferta, notadamente no setor agrícola, de certa forma vistos como naturais em uma economia periférica que crescia muito, minimizando ou ignorando por completo a importância das políticas fiscal e monetária para tal estado de coisas, uma visão equivocada. Finalmente, vivemos uma grande ilusão. Desde o final dos anos 1960 e especialmente nos anos 1970, havia certo consenso no establishment brasileiro que a indexação anulava boa parte dos malefícios da inflação. O país era visto como um exemplo de indexação bem-sucedida e de boa convivência com a inflação.

Os diversos mecanismos de indexação de preços (e salários) existentes na economia faziam com que pressões temporárias acabassem sendo perenizadas. Nesse contexto, a inflação duplicou de patamar na virada dos anos 1970 para os anos 1980, devido a uma maxidesvalorização — que visava elevar a taxa de câmbio real — e do aumento da frequência de reajustes salariais, saindo da faixa de 50% para 100%. A inflação dobrou de patamar de novo no início dos anos 1980, depois de outra maxidesvalorização, indo para 200%.

As dificuldades externas levaram o governo, ainda no regime militar, a adotar políticas de ajuste. Estas, ao custo de uma recessão entre 1981 e 1983, lograram mitigar o desequilíbrio externo, mas sem conter as pressões inflacionárias — que, ao contrário, se intensificaram. Nesse período, começaram a ganhar espaço no debate as teorias de inflação inercial, segundo a qual um importante determinante da inflação corrente era a própria inflação passada. Essa visão sobre o processo inflacionário se desenvolveu e se consolidou no Departamento de Economia da PUC do Rio de Janeiro. Do diagnóstico inercial surgiram duas vertentes de estratégias de estabilização: o chamado "choque heterodoxo", que combinava congelamento de preços com desindexação, e a "moeda indexada", que sugeria a substituição da moeda inflacionada por uma unidade de conta estável. A moeda indexada foi a origem intelectual do Plano Real.

Entretanto, a opção, ao longo do governo Sarney e início do governo Collor, foi pelos choques heterodoxos. Diversos planos, baseados em congelamentos de preços, foram adotados, porém abandonados depois. O foco geralmente era quebrar a inércia inflacionária ao menor custo possível em termos de atividade econômica e capital político. Os planos heterodoxos, cirurgias econômicas altamente invasivas, fracassaram de forma estrondosa.

Plano Real foi um divisor de águas da economia brasileira no século XX e talvez a maior conquista do regime democrático

O Plano Real, apesar de partir também do conceito de inflação predominantemente, mas longe de integralmente inercial, foi muito diferente de seus antecessores. A começar pelas condições iniciais. O avanço da renegociação da dívida externa e o forte desempenho da balança comercial permitiram uma significativa recuperação das reservas, que saíram de US$ 9,4 bilhões de 1991 para US$ 32,2 bilhões em 1993. Outra diferença crucial foi que o plano foi pré-anunciado, desde 1993, e seu sequenciamento, ao contrário dos planos anteriores, ocorreu sem surpresas. Finalmente, a utilização da moeda indexada, no formato da Unidade Real de Valor, a URV, foi uma forma elegante e eficiente de promover a desindexação da moeda — saímos da superindexação da moeda anterior, o Cruzeiro Real, para a não indexação do Real.

O plano foi um grande sucesso. Desde o início. Uma colega do Itaú, Júlia Passabom, fez uma tese de doutorado premiada que encontra efeitos do Plano Real praticamente imediatos. As conclusões do seu trabalho são muito interessantes. A tese mostra que, na hiperinflação, cerca de 80% de todos os preços mudam todo mês, contudo apenas 37% depois do Plano Real; outro ponto é que, durante a hiperinflação, a grande maioria das variações de preços é de alta, enquanto no pós-Real a distribuição ficou equilibrada.

O trabalho oferece um exemplo da vida cotidiana. Antes do Plano Real, por conta da hiperinflação e da altíssima frequência de reajustes, era praticamente impossível para os consumidores definir qual loja praticava os preços mais baratos dos produtos. Além disso, o custo de se estabelecer um ranking entre os estabelecimentos tornou-se excessivo. No caso, longe de ser único, de uma garrafa de Coca-Cola, já em julho de 1994, o ranking das lojas passa a ficar muito mais claro e estável para os consumidores.

Os críticos do plano argumentavam que este faria com que "a distribuição de renda brasileira fosse consagrada como a pior do mundo". Não só a redução da inflação contribuiu para reduzir a desigualdade, com queda do índice de Gini, mas também a pobreza no país — o percentual da população em estado de miséria caiu 6,5 pontos percentuais entre 1993 e 1995. E o plano, acusado de eleitoreiro, teria efeitos por décadas. Em um país com desempenho econômico sofrível, não é pouco.

Mario Mesquita é economista-chefe do Itaú Unibanco.

Frase do dia

"Haddad, em vez de ler um livro, tem que perder tempo conversando com o Senado, com a Câmara".

Do presidente Lula, após assinar MP do programa Acredita, pedindo aos ministros que ajudem na articulação política

Cartas de Leitores

Lula e o Congresso

A relação entre o presidente Lula e o Congresso Nacional tem sido tensa e pouco produtiva, prejudicando o avanço de importantes pautas para o Brasil. Sua incapacidade de articular efetivamente com os parlamentares tem resultado em impasses e atrasos legislativos, impactando diretamente na governabilidade. Essa falha na articulação possibilita um cenário propício para o retorno da direita histriônica ao poder, uma vez que a falta de diálogo abre espaço para o surgimento de discursos populistas e extremistas.

A ausência de uma coalizão sólida e a dificuldade em negociar com diferentes correntes políticas fragilizam a estabilidade democrática e econômica do país. Para evitar retrocessos e promover avanços consistentes, é mais que necessário que o presidente Lula reavalie sua estratégia de articulação política e busque um diálogo mais efetivo com o Congresso.

Luciano de Oliveira e Silva
luciano.os@advsp.oabsp.org.br

Três Poderes

A situação está complicada. Os Três Poderes, que deveriam ser independentes e harmônicos, não se limitam ou não exercem as suas específicas funções constitucionais.

O parcial ativismo político do Judiciário almeja a perenidade em suas extrapolações. O Legislativo não exerce o seu dever de corrigir os deslizes dos outros dois Poderes. O agravante é, em núpcias, o Executivo, desde o processo eleitoral até agora, não tem plano de governo, mas com crescente excessivos de gastos, sob o olhar passivo do Legislativo, ignorando a Lei de Responsabilidade Fiscal (que limita os dispêndios à arrecadação).

Assim a conta não fecha. A dívida pública aumenta. Apesar da elevada carga tributária são pífias as contrapartidas e pagar impostos é o que resta aos indefesos contribuintes.

Humberto Schuwartz Soares
hs1071tc@gmail.com

Milícias

As milícias cresceram no Rio de Janeiro ao longo das últimas décadas em conexão com aspirações de políticos e de elementos entrelaçados com esteres, pertencentes à cúpula da segurança pública. Evoluíram a ponto de subjugarem, mediante intimidação, comunidades inteiras, tanto no que se refere à comercialização ilegal de bens e serviços essenciais, entre eles gás e internet, como a projetos irregulares de construção civil. Prestes a atingir o pior dos mundos, no entanto, os mesmos locais, acrescidos de outros, antes relativamente tranquilos, se veem no fogo cruzado de milicianos com facções de traficantes que, segundo informações da mídia, estão rapidamente tomando a dianteira no que diz respeito a controle de áreas.

Com a perspectiva de que a situação está próxima de um perigoso ponto de não retorno, indaga-se: qual é o futuro de nossa sociedade?

Paulo Roberto Gotaç
pgotac@gmail.com

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

A questão importante é qual será o impacto de uma condenação nas eleições? Por **Eric Posner**

O primeiro julgamento de Trump

Diante do início do primeiro caso penal contra Donald Trump na cidade de Nova York, a imprensa abriu mão de sua prática habitual de declarar "julgamentos do século". Seria mais apropriado o "julgamento do mês", já que há outros três por vir. O simples número de julgamentos penais, sob diferentes acusações de pagamentos em troca de silêncio, de retenção de documentos confidenciais e de interferência eleitoral, pareceria suficiente para garantir uma condenação e a expulsão final de Trump da vida pública.

Uma condenação é, de fato, possível e até provável. No entanto, nem a condenação ou nem mesmo passar algum tempo na prisão desqualificariam Trump de concorrer à Presidência. A questão importante é qual impacto uma condenação poderia ter nas escolhas dos eleitores no dia da eleição. Considerando que a maioria das pessoas já tem a cabeça feita a respeito de Trump, estamos falando de um pequeno e nebuloso grupo de eleitores indecisos em alguns dos chamados Estados-pêndulo. Tendo em vista que a maioria dessas pessoas parece ter pouco interesse ou conhecimento em política, provavelmente sabem muito pouco sobre as acusações contra Trump. O dilúvio midiático sobre os julgamentos poderia, enfim, acabar com a ignorância deles.

O julgamento em Nova York se refere a registros comerciais, não a insurreições ou à segurança nacional. O indiciamento acusa Trump de violar um estatuto de Nova York segundo o qual uma pessoa que, com intenção fraudulenta, "faz ou provoca um lançamento falso nos registros contábeis de uma empresa" é culpada de um crime grave se tiver a intenção de ocultar ou cometer outro crime.

O "outro crime" não é claramente identificado na acusação, mas o foco do julgamento provavelmente será uma violação das leis federais de financiamento de campanha (ou possivelmente uma violação da lei eleitoral de Nova York). O então advogado de Trump, Michael Cohen, pagou dinheiro a Stormy Daniels em troca do silêncio da atriz de filmes adultos, que havia ameaçado divulgar a um tabloide um encontro sexual com Trump. Pagar dinheiro a alguém para ajudar uma campanha é uma despesa eleitoral, e Cohen admitiu violar a lei tanto ao fazer um pagamento acima dos limites legais quanto ao deixar de relatá-lo. Trump é acusado de ter orquestrado esse esquema, embora não tenha sido acusado das supostas violações de financiamento de campanha.

O julgamento não mudará o apoio dos trumpistas e pode ser confuso demais para influenciar eleitores independentes que não têm prestado muita atenção à política. Talvez tudo o que importe seja o simbolismo do caso. Os americanos estão dispostos a eleger um presidiário?

As questões legais e os fatos do caso são estranhamente intrincados. O governo dos EUA chegou a investigar Trump por violação das leis federais de financiamento de campanha, mas os advogados do governo provavelmente recearam que um júri considerasse que ele ocultou o pagamento em troca do silêncio da atriz porque isso era pessoalmente embaraçoso, não porque isso ajudaria sua campanha. Isso é o que ocorreu quando o governo processou, mas não conseguiu condenar, John Edwards em conexão com o encobrimento de um caso extraconjugal durante sua campanha primária democrata de 2008.

Alvin Bragg, o promotor federal de Nova York, não precisa provar que Trump violou a lei de financiamento de campanha, apenas que ele pretendia fazê-lo. Como o governo federal não acusou Trump de violações de financiamento de campanha, isso sinaliza que Bragg pode precisar provar a um júri que Trump "pretendia" cometer um crime que o júri achará que Trump não chegou a cometer. Ao adentrar na mente de Trump para descobrir exatamente o que o homem estava pensando há oito anos, o "Virgílio" que servirá de guia para Bragg será Cohen, um ex-presidiário que confessadamente cometeu perjúrio. A atriz Daniels também testemunhará.

Você pode pensar que esse circo de personagens e eventos sórdidos acabaria com as chances eleitorais de Trump de uma vez por todas, assim como o flerte de Edwards destruiu sua carreira política. Isso, porém, seria um erro, um erro que foi cometido mil vezes antes. Para os apoiadores de Trump, cada nova revelação sobre seu comportamento chocante e caráter repulsivo apenas confirma a malevolência de quem a divulga. Na visão deles, a acusação de Bragg contra Trump por violação de registros contábeis é, na verdade, uma tentativa de fazer descarrilar a campanha de Trump para a Presidência, ao distraí-lo e expô-lo à vergonha pública.

A "prova A" dessa teoria poderia ser que Bragg apresentou seu caso de registros contábeis como sendo um de interferência eleitoral, em vez de um pequeno pecado financeiro. Bragg argumenta que Trump é uma ameaça à reputação de Nova York de probidade nos negócios e à democracia nos EUA e, para unir esse amplo abismo, aponta que os registros contábeis falsos ocultaram uma violação de financiamento de campanha que teria convencido as pessoas a votarem contra Trump em 2016 se a tivessem conhecido. Portanto, uma fraude financeira menor se transmuta em uma grande interferência eleitoral.

Essa lógica, contudo, presume que um grande número de eleitores não teria apoiado Trump se tivesse conhecido o caso Daniels — uma proposição inverificável e talvez implausível. Também esbarra no fato inconveniente de que a falsificação de registros contábeis ocorreu após a eleição, não antes dela. Trump pode ter tentado interferir na eleição privando os eleitores de informações sobre (partes de) seu passado escandaloso, mas não está claro que isso tenha afetado o resultado.

Então, até que ponto este julgamento será importante? Ele não mudará o apoio dos eleitores de Trump e pode ser confuso demais para influenciar aqueles eleitores independentes que não têm prestado muita atenção à política eleitoral. Talvez tudo o que importe seja o simbolismo do caso. Se Trump for jogado na prisão, ele sem dúvida se retratará como um prisioneiro político nos moldes de Aleksandr Solzhenitsyn ou Alexei Navalny. Ainda assim, a imagem de Trump sendo levado algemado, ou a imagem (mental) dele sendo revistado na entrada da prisão, provavelmente terá mais impacto nas pessoas do que qualquer coisa revelada no julgamento.

Será que os americanos estão dispostos a eleger um presidiário?

Bem, essa possibilidade não pode ser descartada. ***(Tradução de Sabino Ahumada)***

Eric Posner é professor da Faculdade de Direito da Universidade de Chicago e autor de "How Antitrust Failed Workers".

Especial

Recuperação A transformação do centro empresarial da cidade oferece lições para outros centros urbanos revitalizarem áreas desvalorizadas e atrair investimentos

Detroit mostra que é possível reverter a decadência e retomar o crescimento

Konrad Putzier
Dow Jones

Quase uma década depois de Detroit ter declarado falência, a cidade está emergindo como local da mais improvável explosão imobiliária nos Estados Unidos. Um frenesi de desenvolvimento tomou conta do distrito comercial central de Detroit. Grandes companhias como a Ford e a incorporadora imobiliária Related Cos estão investindo bilhões de dólares em prédios de escritórios e outras propriedades.

Dan Gilbert, natural de Detroit e cofundador bilionário da financiadora imobiliária Rocket Mortgage, está liderando a revitalização da cidade. Seu novo arranha-céu, ainda em construção, recentemente atingiu 207 metros de altura, o que faz dele o segundo prédio mais alto da cidade. Ele fica do outro lado da rua da primeira loja da Gucci no centro de Detroit.

O mercado residencial da cidade também está decolando. Os preços das moradias na área aumentaram 40% desde 2020 e no quarto trimestre do ano passado tiveram a maior alta entre as grandes áreas metropolitanas dos EUA. O número de apartamentos no centro da cidade mais que dobrou para 5.093 desde 2010, segundo a Downtown Detroit Partnership.

JEFF KOWALSKY/BLOOMBERG

A GM está mudando a sua sede para o Renaissance Center em Detroit, um complexo de sete torres conectadas com escritórios, apartamentos, hotel, lojas e serviços

A transformação do distrito empresarial de Detroit oferece lições a outras cidades que lutam para revitalizar suas regiões centrais vazias e tentam evitar serem sugadas para uma espiral negativa.

Cidades de todo o país estão correndo para converter prédios comerciais em prédios de apartamentos. Estão também acrescentando bares, restaurantes e locais de entretenimento para dar mais vida a essas áreas.

Em Detroit, nem tudo está dando certo. As taxas de vacância de escritórios ainda são altas e o tráfego de pedestres não voltou totalmente aos níveis pré-pandemia. A General Motors (GM) ganhou as manchetes na semana passada, quando disse que vai permanecer no centro de Detroit, transferindo sua sede para o empreendimento de Gilbert. Mas a GM ocupará um espaço significativamente menor, num sinal do desafio que é hoje preencher os escritórios à medida que mais funcionários trabalham remotamente.

Mesmo assim, a recuperação do centro de Detroit já está adiantada. Sua abundância de prédios antes vazios ofereceu oportunidades. Muitos têm quase um século, com áreas pequenas e uma bela arquitetura, diz Eric Larson, presidente-executivo da Downtown Detroit Partnership. Esses são exatamente os tipos de edifícios que funcionam bem em conversões para apartamentos.

Em mercados mais vigorosos, como a região central de Manhattan, esses prédios seriam derrubados e substituídos por torres de escritórios com fachadas de vidro e sem personalidade. Mas em Detroit eles permaneceram em ruínas, esperando que alguém com dinheiro e orgulho local viesse convertê-los.

Essa pessoa acabou sendo Gilbert, que mudou a sede de sua companhia de financiamentos imobiliários do subúrbio para o centro da cidade em 2010. "Tínhamos três opções", diz ele. "Estender os contratos de arrendamento, ir para alguma área afastada e construir uma sede — o que na verdade não era interessante para nós — ou ir para o centro e ocupar alguns desses edifícios antigos maravilhosos que realmente amamos."

A segurança foi uma preocupação inicial. A companhia construiu seu próprio aparato de segurança com guardas e câmeras para fazer os funcionários se sentirem seguros. Mas logo percebeu que eles precisavam de um empurrãozinho para ir para o centro da cidade. Gilbert então começou a comprar prédios próximos, em parte para garantir que não caíssem nas mãos de especuladores e se deteriorassem.

Ele chama sua estratégia de desenvolvimento imobiliário de "abordagem Big Bang". O centro precisava de apartamentos, estabelecimentos comerciais e espaços de escritório modernos. "Bem, o que você faz primeiro? Pensamos que precisaríamos fazer tudo ao mesmo tempo para que funcionasse", diz ele.

As empresas de Gilbert compraram mais de 130 propriedades no centro, gastando bilhões de dólares. Seu empreendimento imobiliário, a Bedrock Detroit, converteu a Book Tower, um prédio centenário de 38 andares e estilo renascentista italiano, em apartamentos, um hotel, escritórios, lojas comerciais, espaço para eventos, bares e restaurantes. O projeto de US$ 400 milhões abriu no ano passado.

A Bedrock está construindo seu arranha-céu de 207 metros de altura no local da antiga loja de departamentos Hudson's. Ele terá apartamentos de luxo e um hotel. E o prédio de escritórios vizinho, para onde a GM está se mudando, é parte do projeto.

Durante grande parte do século passado e começo deste, o centro de Detroit esteve mais intimamente associado à decadência urbana do que à renovação. Entre 1950 e 2020, a população de Detroit encolheu dois terços, de mais de 1,8 milhão para cerca de 640 mil habitantes. O crescimento nas áreas suburbanas e o declínio da produção de automóveis deixaram o distrito comercial com muitos prédios vazios e abandonados.

As ruínas enormes da Michigan Central, a ex-estação ferroviária de Detroit, tornou-se um símbolo da decadência urbana. A queda das receitas fiscais ajudou a levar a cidade à falência em 2013.

> "Se alguém tivesse me dito há dez anos que haveria uma loja da Gucci em Detroit, eu teria rido dessa pessoa"
> *Dan Gilbert*

Investimento da Ford. Estimulados pelo empenho de Gilbert, outros começaram a investir dinheiro em projetos imobiliários no centro. A Ford está gastando mais de US$ 900 milhões na reforma da Michigan Central e propriedades próximas. Parte do projeto, uma antiga instalação de processamento de correspondências, foi aberto no ano passado e hoje abriga mais de 90 empresas iniciantes, segundo Josh Sirefman, presidente-executivo da Michigan Central.

O prédio da estação ferroviária deve abrir em junho. O presidente do conselho de administração da Related e também natural de Detroit, Stephen Ross, associou-se à família local Ilitch, donos da Little Caesars Pizza, em um empreendimento de US$ 1,5 bilhão no extremo norte do centro da cidade que incluirá apartamentos, um hotel, escritórios e lojas. Ross também doou US$ 100 milhões para um centro de pesquisas e educação da Universidade de Michigan no centro da cidade, que está sendo construído.

"Uma coisa que as pessoas esquecem é que Detroit tem muito dinheiro antigo e novo", diz Richard Florida, professor de estudos urbanos da Universidade de Toronto.

Os aluguéis de escritórios baixíssimos há muito tempo forçaram os incorporadores a inventar outras coisas para construir. Eles acrescentaram cassinos e instalações esportivas e reformaram cinemas antigos. Isso tornou o centro da cidade menos dependente dos escritórios, uma vantagem na era do trabalho remoto.

"Um urbanista supostamente inteligente provavelmente teria dito para não se fazer isso — gastar bilhões de dólares em estádios e cassinos", diz Florida. "Soa estranho dizer isso, mas de certa forma o centro da cidade parece mais com Miami ou Las Vegas."

A falência e as manchetes sobre a decadência de Detroit também criaram mais urgência na cidade e no Estado para conceder incentivos fiscais aos incorporadores. Isso muitas vezes provoca polêmica, mas os incentivos são importantes porque os aluguéis estão muito baixos para que os projetos tenham retorno de outra forma. O projeto Michigan Central, por exemplo, deverá receber mais de US$ 200 milhões em incentivos fiscais.

"Há um tipo de energia pós-falência", diz Sirefman, presidente-executivo da Michigan Central. Ele trabalhou como chefe de gabinete do vice-prefeito de Nova York Dan Doctoroff na metade dos anos 2000, quando a cidade gastou muito para revitalizar a área da baixa Manhattan, que foi transformada em um bairro próspero com apartamentos, lojas e restaurantes.

"O 11 de setembro [de 2001] em Nova York foi uma coisa terrível. Mas também criou espaço para se pensar grande e fazer grandes coisas. E eu acho que há algo em sair de uma crise que cria foco", disse Sirefman.

Os grandes empreendimentos atraíram pequenos negócios para o centro. Nathan Hamood, fundador da Dessert Oasis Coffee Roasters, abriu um café no piso térreo de um prédio de apartamentos convertido em 2015. Na época, a área em torno do café estava quase vazia. Hamood não tinha dinheiro para fazer uma pesquisa de mercado, mas calculou que as incorporadoras imobiliárias que estavam construindo nos arredores haviam feito o dever de casa.

"Muitos empreendimentos estavam em andamento e sentimos que era uma aposta relativamente segura", diz ele. Por alguns anos, os negócios foram magros. Mas com a inauguração de prédios de apartamentos, os clientes apareceram.

Muito o que fazer ainda. O centro de Detroit ainda oferece desafios. O tráfego de pedestres caiu em relação a 2019, em grande parte devido ao trabalho remoto. Isso significa menos clientes para os negócios locais. O aumento das taxas de juros e os bancos sensíveis ao risco tornaram mais difícil financiar o desenvolvimento. A joint venture entre a Related e a Olympia Development da família Ilitch estava programada para começar a erguer os primeiros escritórios de seu projeto de US$ 1,5 bilhão no ano passado, mas essa decisão foi adiada. "Todos nós sentimos a situação do mercado como um todo", diz Andrew Cantor, que comanda os negócios da Related em Detroit.

A mudança de GM deixará sua velha sede no extremo sul do centro, o Renaissance Center, com um futuro incerto. A montadora é dona da propriedade e a presidente-executiva Mary Barra disse a jornalistas que a companhia está buscando alternativas de uso para o prédio.

"Não precisamos de outra ruína enorme para nos lembrar mais uma vez que, em Detroit nunca conseguiremos subir o suficiente", escreveu Nancy Kaffer, editora da página de Opinião do "Detroit Free Press", em um artigo recente.

Assim como acontece nos centros de outras cidades, as pessoas sem moradia e com problemas de saúde mental ou dependência de drogas podem representar um desafio para os donos de negócios.

A Dessert Oasis contratou uma firma de segurança depois que pessoas agressivas continuaram entrando no café. "Minha equipe não é treinada em trabalhos sociais", diz o fundador Hamood, acrescentando que a situação melhorou recentemente.

Ainda assim, há poucas dúvidas de que o centro de Detroit está dando a volta por cima, quando muitos outros distritos comerciais seguem a direção oposta. "Se alguém tivesse me dito dez anos atrás que haveria uma loja da Gucci em Detroit, eu teria rido dessa pessoa", diz Gilbert. ***(Tradução de Mario Zamarian)***

Mineração
Sólido desempenho operacional deve garantir um bom resultado à Vale no 1º trimestre
B1

Equipamentos Locadoras de máquinas, como a Simak, dirigida por Abreu, ampliam investimentos B4

Veículos Frota brasileira cresce pouco e envelhece em dez anos, mostra Sindipeças B2

Petroquímica Gestora IG4 fez proposta para adquirir o controle da Unigel B7

Água e esgoto País tem R$ 328 bi de obras encaminhadas até 2033, o que garante avanço, mas está aquém do necessário, aponta Abdib

Saneamento tem lacuna de R$ 198 bi para universalização

Taís Hirata
De São Paulo

Para universalizar o acesso a água e esgoto até 2033, o Brasil terá de preencher uma lacuna de ao menos R$ 197,5 bilhões de investimentos que não estão nem contratados nem em vias de serem licitados. O cálculo é de estudo do departamento de economia da Abdib (Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base), obtido em primeira mão pelo **Valor**.

O levantamento aponta que até 2033 são necessários R$ 525,4 bilhões em obras para a universalização. Hoje, já há um total de R$ 327,9 bilhões de investimentos relativamente encaminhados — contratados em concessões vigentes ou previstos em planos de companhias estaduais e governos ou projetados nos contratos em estruturação pelo BNDES.

Embora aquém do necessário para a universalização em 2033, o volume de recursos é significativo, afirma Venilton Tadini, presidente-executivo da Abdib.

O estudo calculou que, caso os R$ 327,9 bilhões de investimentos se concretizem, já haverá um avanço importante: o país chegará a 2033 com um índice de 93,6% da população com acesso a água, contra 84,9% registrados em 2022, segundo os dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). Em relação à rede de esgoto, o atendimento chegará a 73,6% da população, contra 56% em 2022.

Nesse cenário, nenhuma das regiões do país atingirá totalmente a metas de universalização em 2033, mas o quanto faltará para isso varia muito: por exemplo, no Sudeste, o acesso à rede de esgoto chegará a 92%, enquanto no Norte a previsão é que alcance 43,8%, aponta o estudo.

> "Não é o suficiente, mas há um avanço dos investimentos em saneamento"
> *Venilton Tadini*

"Não é o suficiente, mas sem dúvidas há um avanço dos investimentos em saneamento. Esses investimentos não davam um salto há duas décadas, então estamos evoluindo", diz Tadini.

A meta de universalização em 2033 já era vista com ceticismo por especialistas há alguns anos. Karla Bertocco, sócia da Mauá Capital, destaca que a própria lei de 2020 já previa que, em alguns casos, o prazo máximo da universalização poderia chegar a 2040. "A capacidade de pagamento do usuário é limitada. Então se um volume muito grande de investimento é feito de forma acelerada, a conta fica muito cara", diz.

Ewerton de Souza Henriques, diretor do Banco Fator, também observa que hoje diversas concessões em modelagem já trabalham com a data máxima de 2040 para a universalização.

Segundo os cálculos da Abdib, caso a universalização do serviço de água se dê apenas em 2040, será necessário um investimento adicional de R$ 49,7 bilhões, considerando o aumento da população no período. Na projeção de universalização do esgoto em 2041, o adicional será de R$ 33,1 bilhões. Ou seja, deverão ser demandados R$ 82,8 bilhões a mais no total, além dos R$ 525,4 bilhões inicialmente previstos.

"O aumento da participação do setor privado poderá trazer mais eficiência e reduzir essa projeção [feita com base em quocientes calculados a partir de investimentos dos últimos 15 anos], mas é uma hipótese", afirma Roberto Guimarães, diretor de Planejamento e Economia da Abdib.

Para acelerar o ritmo de investimentos e garantir que as obras contratadas saiam do papel, analistas apontam diversos desafios. Um deles é o financiamento. "A capacidade das empresas absorverem investimentos em um montante tão elevado é um problema. Espera-se que as debêntures de infraestrutura possam preencher essa lacuna, mas o cenário de taxas de juros não tem sido favorável. Será preciso ampliar a participação do BNDES e trazer novos atores", diz Henriques.

Analistas também apontam que atrair novos grupos ao setor ainda é difícil. "Tem muito operador e investidor se movimentando, mas ainda há receio de risco político. O fato de as agências reguladoras locais serem menores traz um risco regulatório", afirma Gustavo Magalhães, sócio do Madrona Fialho Advogados.

Outra preocupação é com a cadeia de suprimentos, que nos últimos anos se mostrou um possível gargalo. "O ecossistema do saneamento não é só o operador. Ainda há uma situação difícil em relação aos fornecedores. Agora já há uma maior previsibilidade dos investimentos, o que pode dar condições para que a cadeia se desenvolva. Esse movimento começou, mas não de forma consolidada", diz Bertocco.

Além disso, é preciso que a carteira de novas concessões do BNDES volte a avançar — algo que, apontam analistas, não depende só do banco, mas também da disposição e capacidade dos Estados para viabilizar as licitações.

Para Luana Pretto, presidente-executiva do Instituto Trata Brasil, a maior preocupação são alguns Estados que têm grandes déficits e onde os projetos não têm caminhado. "Por exemplo, o Acre investe uma média de R$ 3 por habitante, como vai atingir a meta? E alguns Estados só terão concessões viáveis se a capital entrar e estão encontrando resistência, como Rondônia", afirma.

Para Tadini, diante do hiato entre os investimentos necessários e os já encaminhados, seria necessária uma ação da União, em especial nas regiões Norte e Nordeste, onde a lacuna é maior. "Esses Estados vão precisar acelerar a entrada do setor privado ou então será preciso definir novas políticas públicas de apoio federal para acelerar a universalização."

Hiato de investimentos

Abdib calcula tamanho do desafio para universalização até 2033*

Projeção de investimentos necessários à universalização

total: R$ 525,4 bilhões
R$ 316,1 bi (60,2%) Esgoto
R$ 209,2 bi (39,8%) Água

Investimentos contratados ou em estudo

total: R$ 329,7 bilhões
R$ 44,3 bilhões Projetos já concedidos
R$ 93,5 bilhões Plano de investimentos das companhias estaduais
R$ 84,7 bilhões Projeção de investimentos recorrentes (Estados e municípios) para os próximos dez anos
R$ 105,4 bilhões Projetos em Estudo no BNDES

Lacuna de investimentos

total: R$ 197,5 bilhões
R$ 60,8 bilhões Água
R$ 136 bilhões Esgoto

Índice de atendimento à população já terá alta significativa caso se concretizem os R$ 329,7 bi de investimentos previstos

	2022		2023	
	Água	Esgoto	Água	Esgoto
Norte	63,7	14,2	81,1	43,8
Nordeste	76,8	31,3	86,2	55,2
Centro-Oeste	89,8	62,1	97,2	76,9
Sudeste	90,8	80,9	98,3	92,0
Sul	91,5	49,6	98,9	71,0
Brasil	84,8	55,7	93,6	73,7

Fontes: ABDIB, SNIS, BNDES; Elaboração: ABDIB. *Premissas usadas: base de atendimento atual do SNIS/22; taxa de crescimento da população do país até 2033 de 0,52% a.a; estimativa de investimentos necessários para a universalização calculado com base em dois quocientes de investimento por habitante de R$ 5.257,05/hab para água e R$ 3.876,04/hab para esgoto

Operação deve garantir bom resultado para a Vale

Mineração

Rafael Rosas
Do Rio

O desempenho operacional da Vale nos três primeiros meses do ano deve garantir um bom resultado para a empresa no balanço do primeiro trimestre, que será divulgado na quarta-feira (24) depois do fechamento do mercado.

O **Valor** compilou estimativas de três bancos: Citi, Itaú BBA e BTG Pactual. A média para o lucro líquido ficou em US$ 1,67 bilhão, o que, caso se confirme, significará queda de 9,09% frente a igual período do ano passado. As projeções variaram de US$ 1,388 bilhão do BTG aos US$ 1,974 bilhão do Itaú BBA.

Para a receita líquida, a projeção média ficou em US$ 8,28 bilhões, o que seria equivalente a uma queda de 1,82% na comparação com o primeiro trimestre do ano passado. As estimativas variaram entre os US$ 7,926 bilhões do BTG e os US$ 8,526 bilhões do Itaú BBA.

Para o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, an sigla em inglês), as projeções variaram dos US$ 3,178 bilhões do BTG aos US$ 3,6 bilhões do Itaú. Na média, ficaram em US$ 3,385 bilhões, o que, caso se confirme, será 5,34% menor que o obtido pela mineradora nos três primeiros meses do ano passado.

As quedas do lucro, da receita e do Ebitda nas projeções estão diretamente influenciadas pelos recuos dos preços. Os valores médios recebidos pela Vale no primeiro trimestre, na comparação com igual trimestre do ano anterior, foram 7,3% menores nos finos de minério de ferro; 18,8% mais baixos no cobre; e 33,3% inferiores no níquel. Nas pelotas, o preço médio realizado foi 5,8% maior que nos três primeiros meses de 2023.

Os analistas Alexander Hacking e Stefan Weskott, do Citi, afirmam que a Vale divulgou, na semana, passada, uma produção "forte" no primeiro trimestre e embarques acima do esperado e lembraram que o crescimento da produção de minério de ferro frente aos três primeiros meses do ano passado foi atribuída, pela mineradora, à maior confiabilidade dos ativos e às maiores compras de minério de terceiros.

Entre janeiro e março, a Vale produziu 79,837 milhões de toneladas de minério de ferro, alta de 6,1% frente ao primeiro trimestre do ano passado, enquanto a produção de pelotas foi de 8,467 milhões de toneladas, crescimento de 1,8% na mesma comparação.

O preço médio realizado dos finos de minério de ferro ficou em US$ 100,7 por tonelada, acima dos US$ 97 por tonelada esperados pelo banco, assim como o preço médio das pelotas, que ficou em US$ 171,9 por tonelada no primeiro trimestre, contra uma expectativa de US$ 157 por tonelada do Citi.

> "É o primeiro trimestre em vários anos no qual a Vale bate nosso modelo"
> *Citi*

LEO PINHEIRO/VALOR

Produção em alta: Vale reportou quase 80 milhões de toneladas de minério de ferro no primeiro trimestre do ano, aumento de 6,1% sobre igual período de 2023

"Esse é o primeiro trimestre que podemos lembrar em vários anos no qual a Vale bate nosso modelo", dizem os analistas do Citi, acrescentando que "é apenas um trimestre, mas ainda assim um sinal encorajador de que a meta agora pode ser conservadora". O Citi prevê lucro de US$ 1,649 bilhão, receita de US$ 8,388 bilhões e Ebitda de US$ 3,378 bilhões.

O Itaú BBA, em relatório assinado por Daniel Sasson, Edgard Pinto de Souza, Marcelo Furlan Palhares e Barbara Soares, também faz boa avaliação da produção divulgada pela mineradora na semana passada.

Os analistas lembram que a produção de finos e minério e pelotas ficou 2% acima das estimativas do banco, assim como o preço médio realizado nos finos de minério, uma vez que o Itaú BBA previa US$ 94 por tonelada.

Como resultado, a projeção do banco para o Ebitda da Vale nos três primeiros meses de 2024 foi elevada de US$ 3,2 bilhões para US$ 3,6 bilhões — embora ainda se mantenha cerca de 2% abaixo do realizado pela companhia entre janeiro e março de 2023.

Nas operações de metais básicos, o Itaú BBA destaca que os preços realizados nas vendas de níquel e cobre foram menores que o previsto, resultado, segundo o banco, de uma performance abaixo do esperado para a divisão de metais básicos da mineradora.

9,09%
é média de queda esperada para lucro

A companhia produziu, entre janeiro e março, 81,9 mil toneladas métricas de cobre, uma alta de 22,2% na comparação anual, e 39,5 mil toneladas métricas de níquel, queda de 3,7% frente ao primeiro trimestre do ano passado. As vendas de cobre somaram 76,8 mil toneladas, alta de 22,5%, enquanto as vendas de níquel recuaram 17,5%, para 33,1 mil toneladas.

Em termos de preços, a tonelada de cobre foi vendida, em média, por US$ 7.687, enquanto a tonelada de níquel comercializada teve preço médio de US$ 16.848 no primeiro trimestre.

Mobilidade A participação de veículos mais velhos, que rodam no país na faixa de 11 a 15 anos, passou de 15% para 31,3% entre 2014 e 2023

Idade média da frota brasileira cresce dois anos em uma década

Marli Olmos
De São Paulo

Em 2023, a idade média da frota brasileira aumentou dois anos em comparação com uma década atrás. Nesse período, a presença de veículos mais velhos, que rodam no país entre 11 e 15 anos, dobrou, de 15% para 31,3%. Enquanto isso, a fatia da faixa de até cinco anos de uso, que representava a maioria há dez anos, caiu de 41,7% para 22,6%. O resultado reflete um quadro que soma um longo período de restrição ao crédito, com altas taxas de juros, efeitos da pandemia na economia e também o "sumiço" do carro popular, que deu lugar a modelos mais sofisticados.

A análise dos motivos do envelhecimento da frota de veículos brasileira compõe a mais recente edição do "Relatório da frota circulante", uma das mais respeitadas pesquisas sobre o tema e anualmente elaborada pelo Sindicato Nacional da Indústria de Componentes (Sindipeças). Prestes a ser divulgado, o trabalho serve à comunidade automotiva, principalmente o segmento de peças de reposição.

O Brasil fechou 2023 com 47 milhões de veículos em circulação. Com motocicletas, o total vai a 60,4 milhões. A maior parte é de automóveis, com 81,5% (38,4 milhões). Os comerciais leves, como picapes, representam 13% (6,2 milhões), os caminhões, 4,6%, (2,2 milhões de unidades), e ônibus (0,8%), com 388,9 mil.

Do total, 82% dos veículos se concentram em dez Estados, com São Paulo na frente, com 28,5% do total.

O estudo do Sindipeças leva em conta os veículos que saem de circulação depois de determinado tempo de uso, seja porque não podem circular mais — "viraram galinheiro de sítio", como costumam brincar alguns integrantes do setor — ou porque se envolveram em acidentes que resultaram em perda total. O cálculo abrange, ainda, os furtos sem recuperação.

O envelhecimento dos veículos que circulam pelas ruas e estradas do país se fez sentir em todos os segmentos. No caso dos automóveis, no relatório de 2014, a idade média ficou em oito anos e sete meses. Na pesquisa referente a 2023, a média subiu para 11 anos e um mês. Também ficaram mais velhos os caminhões — quase três anos de diferença —, ônibus e motocicletas.

O impacto positivo da atual queda nas taxas de juros na demanda de veículos vai demorar a ter o efeito da reversão da tendência de envelhecimento da frota, segundo os pesquisadores do Sindipeças. A expectativa é que em 2024 o quadro não se altere muito, segundo George Rugitsky, diretor de economia e mercados do Sindipeças e responsável pelo estudo.

Mas, com o tempo, o crescimento de vendas dos modelos zero-quilômetro fará com que a frota brasileira rejuvenesça. "À medida que os juros caem aumenta o poder aquisitivo", diz.

Segundo ele, o resultado do último estudo reflete um longo período em que a venda à vista avançou como consequência dos juros elevados, tirando, consequentemente, do mercado as faixas de consumidores que dependem de financiamento.

Além disso, afirma Rugitsky, a demanda também se retraiu porque os preços subiram, em parte, pelo acréscimo de itens de segurança, que passaram a atender a novas leis, e também de equipamentos eletrônicos, voltados ao entretenimento e sistemas de navegação, por exemplo.

O estudo do Sindipeças também aponta a longa crise de escassez semicondutores durante o pico da pandemia. Com produção concentrada na Ásia, esses chips eletrônicos passaram a ser disputados por toda a indústria eletrônica, o que levou a sucessivas interrupções de produção de veículos nas fábricas de todo o mundo.

Além dos motivos listados pelo executivo do Sindipeças, existe outro, nitidamente notado pelo consumidor nos últimos anos: o "sumiço" do carro popular, um tipo de veículo que na década passada ajudava a garantir uma frota mais renovada.

Nos últimos anos, ao mesmo tempo em que reduziram a oferta de carros básicos, as montadoras ampliaram a de "SUVs" (utilitários esportivos), com mais itens de sofisticação e conforto. Nenhuma esconde que a mudança de estratégia visa aumento de lucratividade por modelo.

Esse conjunto de fatores se traduziu na lenta evolução da produção e das vendas. Entre 2020 e 2023, a fabricação de veículos novos (média de 2,2 milhões de unidades no período) não conseguiu se aproximar das 2,9 milhões de unidades em 2019. Os resultados estão bem distantes das 3,7 milhões de unidades em 2013.

"Se continuarmos nesse ritmo de produção e venda também o mercado de reposição [de peças] vai encolher", destaca Rugitsky.

Essa realidade se manteve inalterada em 2023. O total de veículos em circulação registrou aumento de 0,5% em relação ao ano anterior, sendo que em 2022 havia sido de 0,6%. Em 2023, a frota cresceu só 0,5% em relação a um ano atrás. Por isso, na média, envelheceu.

Segundo descrito no trabalho, "desde 2020 tem sido morno o incremento da frota circulante no país, notando-se variações levemente decrescentes no período entre 2021 e 2023".

Segundo Rugitsky, o Sindipeças defende a adoção da inspeção veicular como um procedimento obrigatório e periódico, fiscalizado pelos órgãos de trânsito.

Comum em países da Europa, a inspeção serve para obrigar o dono de um veículo a mantê-lo em condições seguras e tira das ruas os que oferecem riscos.

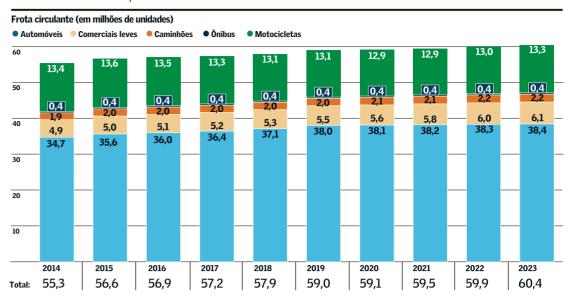
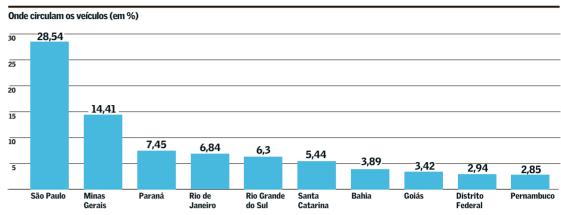
"Estamos discutindo isso há 20 anos e vamos continuar insistindo", destaca Rugitsky. "O governo só tem a ganhar porque uma frota segura reduz acidentes e, consequentemente, gastos com saúde."

"Uma inspeção veicular obrigatória acaba levando a uma renovação da frota, naturalmente", afirma o diretor do Sindipeças.

81,5%
é participação dos automóveis na frota

> "A inspeção veicular obrigatória acaba levando a uma renovação"
> *George Rugitsky*

Mais quilômetros rodados

Frota brasileira cresce pouco e envelhece

Idade média da frota

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Automóveis	9 anos e 5 m.	9 anos e 6 m.	9 anos e 8 m.	10 anos e 2 m.	10 anos e 4 m.	10 anos e 8 m.	11 anos e 1 m.
Comerciais leves	7 anos e 8 m.	7 anos e 9 m.	8 anos e 2 m.	8 anos e 4 m.	8 anos e 6 m.	8 anos e 8 m.	8 anos e 9 m.
Caminhões	11 anos	11 anos e 3 m.	11 anos e 6 m.	11 anos e 6 m.	11 anos e 9 m.	11 anos e 9 m.	12 anos e 2 m.
Ônibus	10 anos e 1 mês	10 anos e 3 m.	10 anos e 6 m.	10 anos e 6 m.	11 anos e 1 mês	11 anos e 3 m.	11 anos e 3 m.
Média	9 anos e 3 m.	9 anos e 5 m.	9 anos e 7 m.	10 anos	10 anos e 3 m.	10 anos e 6 m.	10 anos e 8 m.
Motocicletas	7 anos e 3 m.	7 anos e 8 m.	8 anos	8 anos e 3 m.	8 anos e 4 m.	8 anos e 4 m.	8 anos e 3 m.

O Brasil tem **4,3** habitantes por veículo e **2,3** economicamente ativos / veículo

14,3% é o percentual de modelos importados na frota brasileira

67,3% para **46,9%**, é quanto caiu a participação dos veículos com até 10 anos

17,1% para **21,7%**, é quanto cresceu a fatia dos veículos com 16 a 20 anos ou mais no mesmo período

Fonte: Assessoria de Mercado de Reposição e Assessoria de Economia do Sindipeças

Curtas

Focus ganha arbitragem

A Focus Energia, empresa que foi incorporada pela Eneva em 2021, obteve uma vitória na Câmara de Comércio Internacional em uma disputa contra a fabricante chinesa de painéis solares Risen. A sentença arbitral determina que a Risen pague à Focus US$ 73,6 milhões (R$ 381 milhões) em indenização por quebra de um contrato assinado em 2018. O foro federal de Nova Iorque constatou que a Risen violou os termos do contrato, que previa preços fixos e que os riscos em relação à matéria-prima da fabricação eram da Risen.

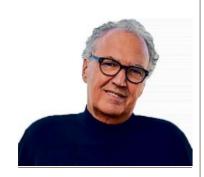
Ensino a distância

Entre as quatro companhias de ensino superior listadas em bolsa, a Cogna é o grupo com o maior volume de alunos em cursos de pedagogia e formação de professores a distância. Na líder do setor, 14,2% do alunos estão matriculados na graduação de pedagogia e 6,1% em cursos de formação de professores, segundo levantamento do Citi. Na sequência vem a Yduqs, com 9% dos alunos inscritos nesses cursos, sendo metade em pedagogia e outra metade em formação de professores. Na Ser Educacional, a proporção é de 4,4% (pedagogia) e 1,2% (formação de professores). Na Ânima, é 2,7% (pedagogia) e 1,3% (professores). Na sexta-feira, o Conselho Nacional de Educação (CNE), ligado ao MEC, divulgou diretrizes para essas duas graduações indicando que 50% do conteúdo precisa ser ministrado presencialmente.

Bimbo tem lucro menor

O grupo Bimbo, dono das marcas Pullman, Ana Maria e Rap10, registrou lucro líquido de 2,37 bilhões de pesos mexicanos no primeiro trimestre, queda de 41,8% em base anual. As receitas caíram 6%, para 93,22 bilhões de pesos mexicanos.

O trabalho pode ser flex; a cultura, não

Gestão

Nizan Guanaes

Imagine você contratar uma pessoa para trabalhar na sua empresa pelo Zoom. Ela está chegando na empresa, primeiro dia, e o que ela enxerga é um monte de carinhas na tela, trocando mensagens pelo chat, compartilhando planilhas e docs. O que se informa ao novo colaborador sobre a empresa? Nessa situação, quase nada.

A tela é fria, o sucesso é quente. Estratégias e tecnologias mudam com velocidade. Mas há uma coisa que tem outro tempo, ou está fora do tempo, e distante das telas e planilhas: a cultura.

Construir cultura neste mundo tecnológico é um desafio. E a cultura é a alma da empresa, o seu DNA. Ela é necessária porque, sem a alma, sobra uma estrutura que não sente. Sem emoção, não tem tesão. O que faz a empresa sentir, o que a leva para frente, é a cultura.

Jeff Bezos criou a Amazon cultivando a cultura da Amazon. É possível ver no YouTube vídeos dele moço, comandando uma empresa ainda deficitária, diante de jornalistas céticos com seus primeiros resultados. Mas é possível ver também a extrema confiança de Bezos em seu modo de falar, na sua postura. E isso veio da cultura empresarial que ele tinha na cabeça: uma Amazon com visão de longo prazo, centrada no cliente, na eficiência, nos dados e na inovação.

O segredo não é (só) a cultura estar bem delineada na cabeça do fundador. É como essa cultura é transmitida ao time. Para isso, é preciso uma estratégia efetiva de comunicação. A cultura precisa ser projetada para dentro e para fora. Fabricio Bloisi, CEO e fundador do iFood, diz de maneira clara: "Eu cuido das pessoas, e as pessoas cuidam da empresa".

As pessoas falam muito em sair da sua zona de conforto, mas querem trabalhar de casa, uma zona de conforto. É muito difícil construir a cultura da empresa com as pessoas trabalhando só de casa. Aí o home office acaba sendo "home home". Não tem office na casa das pessoas. O office entra pelo Zoom, pelo Teams, mas sai na hora que o call acaba. Não tem corredor, não tem cafezinho, não tem subtexto.

Eu sei que falar essas coisas não é sexy. Os jovens querem trabalhar remoto da praia, do exterior. Isso é um avanço. Eu não estou defendendo o fim da semana flex. Estou defendendo o fim da cultura flex. Todo mundo vai voltar ao trabalho presencial de segunda a sexta? Não. Mas eu estou construindo um escritório porque nem eu nem as minhas pessoas aguentávamos mais trabalhar só por Zoom.

Estive em Porto Alegre para palestrar no South Summit e comentei essas coisas por lá porque o Rio Grande do Sul, como a Bahia, tem uma cultura muito forte. O futuro do Rio Grande do Sul está nesse seu DNA, nessa cultura abarcante. Assim como Salvador, que vive uma epifania cultural. A cidade pensa com sua cabeça, não se curva aos grandes centros.

O agro também. O agronegócio tem uma forma de pensar que vem das pessoas que trabalham no agro e que é distinta da forma de pensar do empresário urbano. Isso é cultura. Não é à toa que a espetacular ascendência econômica do agro coincide com a espetacular ascendência da cultura sertaneja, moderada pelo pop, porque o agro agora é pop.

Steve Jobs dizia que as grandes coisas não são feitas por uma pessoa, mas por um time. A cola que une o time vencedor da Apple é a sua cultura. Ela segue viva e forte mesmo depois da morte de Jobs. Quando ele foi afastado da Apple, nos anos 1990, a companhia quase afundou. Quando ele voltou, pediu uma campanha que expressasse a alma da empresa, a sua verdadeira cultura. Sugeriram "We are Back". Todos aprovaram, menos ele. Uma concorrência foi lançada, e a campanha escolhida foi a inesquecível "Think Different", que era uma mensagem para fora e para dentro. Ela exibia pessoas geniais como Picasso, Einstein, Callas, Gandhi, Miles Davis e a maçã colorida da Apple com o slogan "Pense Diferente". Esse slogan é a cultura da Apple. Foi um sucesso.

Então, CMOs e CEOs, fica a pergunta: Quem está cuidando da cultura da sua empresa neste mundo que é flex? Não será como foi antes, mas decididamente não pode ser só Zoom.

Nizan Guanaes é estrategista da N. ideias
Instagram nizan_n.ideas

Linha amarela Novas empresas disputam fatia com tradicionais grupos para atender a forte demanda de obras de infraestrutura e agronegócio

Locadoras de máquinas vão investir R$ 1 bi para novos equipamentos

Cristian Favaro
De São Paulo

A locação de máquinas da linha amarela (como pás-carregadeira e trator de esteira) tem crescido no Brasil e feito grupos se movimentarem. As principais empresas do setor deverão investir ao menos R$ 1 bilhão neste ano para compra de equipamentos para fazer frente à demanda em obras de infraestrutura e agronegócio no país, apurou o **Valor**.

Novas empresas como a Simak (cisão da Manserv, de serviços de manutenção), e Addiante (joint venture entre Gerdau e Randon) disputam espaço com grupos de capital aberto já consolidados como a Vamos, da holding Simpar, e Armac, que teve seu IPO em 2021.

A frota de máquinas da linha amarela no Brasil é estimada em 400 mil ativos (considerando as vendas nos últimos 20 anos), sendo 20% delas na mão de locadoras, segundo dados da Associação Brasileira de Tecnologia para Construção e Mineração (Sobratema). O percentual tem crescido, uma vez que os equipamentos são caros e o dinheiro no mercado é escasso diante do atual cenário de juro.

A entrante Simak, fundada em 2023 após a cisão de ativos da Manserv, tem planos de investir R$ 560 milhões neste ano para elevar sua frota de 1,6 mil para 2,1 mil equipamentos, disse Anderson Abreu, CEO da empresa. No primeiro ano o faturamento totalizou R$ 240 milhões.

"O pós-covid mostrou que muitas empresas adotaram a estratégia de 'asset light'. Equipamentos pesados são investimentos volumosos", disse. O executivo citou estudos do BTG apontando que o segmento de linha amarela, até 2030, deverá atingir 790 mil ativos, sendo 30% com locadoras.

Hoje o país tem cerca de 45 mil empresas ligadas ao setor de locação voltado para construção. Deste total, 10% estão no setor de linha amarela — e apenas 150 delas faturam acima de R$ 25 milhões por ano, mostrando um mercado bastante pulverizado.

Gustavo Couto, CEO da Vamos, disse que a maior concorrência hoje é visível. Mas a empresa aposta na capilaridade e sinergia dos seus negócios de equipamentos, caminhões e linha amarela para continuar crescendo. "Do lado do caminhão, tem uma empilhadeira, uma máquina agrícola", disse.

A Vamos tem cerca de 1,2 mil máquinas de linha amarela. No ano passado, investiu R$ 300 milhões no segmento, quantia que deve ser mantida neste ano. "Esse segmento não está apenas na obra, mas no agro, na operação de aterro sanitário, mineração", afirmou Couto. Considerando todo o portfólio da empresa, eram 45.727 ativos ao fim do quarto trimestre, sendo 35.520 caminhões.

"Esse segmento não está apenas na obra, mas no agro, na operação de aterro sanitário, na mineração"
Gustavo Couto

"Temos um ritmo de quase R$ 5 bilhões de investimento ao ano (em máquinas e caminhões) e a gente acredita que vai continuar a crescer. Não tem motivo para a gente diminuir o ritmo", disse.

Outra empresa a apostar no negócio é a WPX, que pretende investir R$ 100 milhões neste ano na compra de equipamentos. Fundada em 2015, a empresa está de olho no grande volume de obras rodoviárias no horizonte e na tendência de terceirização de frota das grandes construtoras, disse Amadeu Martinelli, diretor de novos negócios da empresa.

"O agro é segmento que a gente quer atuar", afirmou Martinelli. O agro enfrenta resistência de parte dos produtores mais tradicionais, que veem a propriedade da máquina como sinônimo de progresso. As novas gerações, entretanto, estão mais abertas à mudanças.

Além disso, a rotação de culturas nas propriedades e a menor janela entre as safras — com a safrinha sendo até mais representativa do que a safra em algumas culturas — favorecem a locação. Na grande maioria, os contratos de aluguel são de longo prazo e precisam de um forte giro dos ativos locados para valer a pena.

O vice-presidente da Sobratema, Eurimilson Daniel, explicou que o segmento de máquinas passou por forte transformação após a operação Lava Jato, que minou a força de empresas relevantes na época, como a Odebrecht (hoje Novonor).

"Foi uma mudança na economia que favoreceu as locadoras. Antes você tinha meia dúzia de empresas no Brasil que dominavam as grandes obras. Após a Lava Jato, os agentes construtores não são mais as construtoras, mas fundos de investimento. Eles contratam as construtoras. Então uma rodovia de mil km era asfaltada apenas por uma construtora antes, hoje são 10", disse Daniel.

Menores, as empresas passaram a focar investimentos no seu negócio principal e a locação tem crescido. "Nos últimos 10 anos, a gente calcula a participação das locadoras em 20% (da indústria, para fim de métricas), mas esse percentual tem subido e está acima dos 25% mais recentemente."

As vendas de máquinas apresentaram queda de 20% em 2023 contra o ano anterior. Mas o recuo veio diante da forte procura em 2022 na esteira do represamento de demanda na pandemia. Durante o caos sanitário, a falta de componentes provocou o atraso na entrega de máquinas. "Em 2021 e 2022 chegamos a ter espera de seis meses por máquina. Em 2023 vimos um mercado mais normalizado (com 80% da linha em até 30 dias de entrega)", disse Daniel.

DIVULGAÇÃO

Anderson Abreu, da Simak: "O pós-covid mostrou que muitas empresas adotaram a estratégia de 'asset light'"

Mercado em recuperação

Vendas de equipamentos e máquinas no Brasil

Fonte: Levantamento da Associação Brasileira de Tecnologia para Construção e Mineração (Sobratema), com números de empresas, ABIMAQ, ANFIR e ANFAVEA. *Estimado. **Previsão

Vacância de galpões cai devagar e aluguel supera inflação

Imóveis

Ana Luiza Tieghi
De São Paulo

A vacância de condomínios logísticos no Brasil segue em queda, mas em ritmo lento. Já o preço cobrado pelas locações subiu 7,4% no país em um ano, acima da inflação. No Estado de São Paulo, onde está quase 50% da área de condomínios logísticos, a alta chegou a 8,94%.

Os dados são da consultoria JLL e apontam vacância de 9,8% no primeiro trimestre, recuo de 1 ponto percentual em um ano. Em São Paulo a vacância foi de 11,2%, menos 0,8 ponto. A consultoria CBRE , que também mensura os dados do setor, encontrou 10,9% de vacância no Estado, taxa estável.

André Romano, gerente de industrial e logística da JLL, alerta que os preços devem continuar subindo, porque novos galpões são mais caros. "A janela está se fechando para os inquilinos, temos pouca vacância nas coisas mais antigas."

O setor de condomínios logísticos tem comportamento mais "controlado" do que o de lajes corporativas, explica Marcela Ramos, gerente sênior da CBRE, porque a velocidade de construção é maior. "Você aprova o empreendimento e em seis meses coloca de pé, para os escritórios são de três a quatro anos". Desenvolvedores conseguem segurar e liberar novos projetos conforme demanda e preço.

"Mercado está com disponibilidade baixa em qualidade e tamanho"
Rodrigo Couto

A perspectiva da CBRE é de alta contínua dos preços em São Paulo neste ano, porque o novo estoque de galpões deve ser de até 850 mil m^2, inferior ao de 2023. Para a JLL, o novo estoque em todo o país deve ficar estável sobre o ano passado.

A elevação do aluguel contribui para que regiões que não estavam tão viáveis para desenvolvedores, como Campinas e Jundiaí, voltem a ser, diz Rodrigo Couto, diretor da área industrial e logística da CBRE.

Elas disputam ocupantes com áreas com incentivos fiscais, caso de Extrema (MG). A reforma tributária deve bagunçar esse cenário. Como explica Couto, o benefício fiscal está garantido até 2032. É o suficiente para que a região continue demandada por ocupantes. Já os desenvolvedores estariam com um pé atrás. O problema não é conseguir locar agora, mas a incerteza sobre a venda do ativo, em alguns anos, para fundos de investimento imobiliário (FIIs).

A Fulwood desenvolve galpões na região e o CEO, Gilson Schilis, afirma que, para eles, é um investimento que segue "fazendo todo o sentido". "Não só em Extrema, mas Pouso Alegre e Betim também", diz. A empresa entregou um projeto em fevereiro em Betim e tem um outro previsto para Pouso Alegre.

A Fulwood tem hoje vacância de 5% e prevê 55 mil m^2 em novas entregas no ano, em Guarulhos. Há mais 605 mil m^2 no pipeline para os próximos anos, e Schilis conta que a empresa quer acrescentar outros 338 mil m^2.

A demanda pela venda de ativos tem sido fraca, afirma, mas ele espera uma recuperação nos próximos meses, com mais interesse dos FIIs. Para Schilis, o valor da locação ainda está comprimido, ao se considerar que o custo de construção subiu "quase 60%" em cinco anos.

O entorno de São Paulo não deve perder atratividade. "As empresas estão vindo cada vez mais perto dos consumidores, para a distribuição ser mais eficiente, mesmo que pagando preços mais altos", diz Ramos. Couto destaca que para grandes ocupantes, que precisam de mais de 50 mil m^2 em um único condomínio, há hoje apenas duas opções disponíveis em um raio de 120 km da capital. "O mercado está com disponibilidade muito baixa em qualidade e tamanho".

7,4%
foi o reajuste anual na locação no Brasil

A GLP é uma das empresas que faz galpões para grandes ocupantes. Em 2023, alugou um espaço de 135 mil m^2 para a Shein, em Guarulhos. Ao todo, atingiu 371 mil m^2 em novas locações no ano, o maior volume do setor.

Mauro Dias, presidente da GLP no Brasil, diz que a empresa está investindo em áreas para entrega rápida. "No nosso fundo novo, o foco é o raio de até 15 km de São Paulo, vemos bastante potencial." A operação urbana exige galpões menores e em locais estratégicos.

A companhia segue também com portfólio na região metropolitana. Para 2024, planeja entregar 144 mil m^2, em Cajamar. A GLP começou o ano com vacância de 8%.

A CBRE projeta para o Estado de São Paulo uma queda de dois pontos na vacância neste ano, mais perto dos 9%. A JLL prevê estabilidade no indicador nacional.

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Dom Bue Gastronomia Ltda. Epp -** CNPJ: 06.311.461/0001-61 - Endereço: Rua Dom Pedro I, Nº 193, Bairro Cidade Nova I, Indaiatuba/sp - Requerente: Ingressolive Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Requerido: **Egesa Engenharia S/A -** CNPJ: 17.186.461/0001-01 - Endereço: Rua Henriqueto Cardinalli, 200, Bairro Olhos D Água - Requerente: Ricardo Rissato - Vara/Comarca: 2a Vara Empresarial de Belo Horizonte/MG

Requerido: **Flashbel Comercial Cosméticos Ltda. -** CNPJ: 05.592.666/0001-08 - Endereço: Rua General Francisco Glicério, 1150, Sobreloja 15, Centro, Suzano/sp - Requerente: Piatã Fundo de Investimento Renda Fixa Longo Prazo Crédito Privado - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Pedido redistribuído.

Requerido: **J Silva Serviços e Distribuição Ltda., Atual Razão Social de Potiquímica Indústria e Distribuidora de Produtos Químicos Ltda. -** CNPJ: 12.997.542/0001-60 - Endereço: Rua Jurubatuba, 1350, Cjto. 917, Centro, São Bernardo do Campo/sp - Requerente: Nova Trigo Resinas Termoplásticas Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem da 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Requerido: **Muriel do Brasil Indústria de Cosméticos Ltda. -** Endereço: Rua Forte do Rio Branco, 854, Galpões 01, 02, 05 e 06, Parque São Lourenço - Requerente: Piatã Fundo de Investimento Renda Fixa Longo Prazo Crédito Privado - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Pedido redistribuído.

Requerido: **Yago Fundo de Investimento Imobiliário Fii -** CNPJ: 18.265.829/0001-81 - Endereço: Rua Iguatemi, 151, 19º Andar, Bairro Itaim Bibi - Requerente: Brl Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários S/A e Yago Fundo de Investimento Imobiliário Fii - Vara/Comarca: 36a Vara Cível de São Paulo/SP - Observação: Pedido redistribuído.

Falências Decretadas

Empresa: **Mp Informática Ltda. ME -** CNPJ: 26.204.770/0001-40 - Endereço: Rua Rodrigues Caldas, 726, Sala 409, Bairro Santo Agostinho - Administrador Judicial: Crociati & Hora Sociedade de Advogados, Representada Pelo Dr. Márcio Crociati - Vara/Comarca: 1a Vara Empresarial de Belo Horizonte/MG

Reformas de Sentença de Falência

Empresa: **Kotar Comércio de Metais Eireli -** CNPJ: 33.310.213/0001-79 - Endereço: Rua Hilda Del Nero Bisquolo, 102, Sala 1812, Edifício The One Office Tower, Bairro Jardim Flórida, Jundiaí/sp - Requerente: Lawsec S/A - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP - Observação: Face ao pedido de recuperação judicial impetrado pela requerida, foi revogada a sentença de quebra.

Recuperação Judicial Requerida

Empresa: **Auto Viação Paraíso Ltda. -** CNPJ: 10.808.849/0001-40 - Endereço: Rua Padre Nestor Sampaio, 140, Bairro Luzia - Vara/Comarca: 14a Vara de Aracaju/SE

Empresa: **Cecília Istak Dib, Nome Fantasia Lanchonete Rockão -** CNPJ: 80.207.889/0001-11 - Endereço: Rua Governador Manoel Ribas, 82, Centro - Vara/Comarca: Vara Cível de Sengés/PR

Empresa: **Creche e Escola Vovó Elza Ltda. -** CNPJ: 44.486.594/0001-68 - Endereço: Quadra Qr 511, Cjto. 08, Lote 03, Samambaia Sul - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, Brasília/DF

Empresa: **Md Resinas Eireli -** CNPJ: 33.458.005/0001-11 - Endereço: Rua Campos Salles, 2112, Bairro Jardim Claudina, Itararé/sp - Vara/Comarca: Vara Cível de Sengés/PR

Empresa: **Monte Castelo Excalibur Promoções e Eventos Ltda. -** CNPJ: 17.560.519/0001-27 - Endereço: Rua João Francisco de Oliveira, 434 B, Núcleo Dr. Sampaio Vida, Mauá/sp - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem da 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Empresa: **Monte Castelo Promoções e Eventos Ltda. -** CNPJ: 16.586.258/0001-51 - Endereço: Rua João Francisco de Oliveira, 434 C, Núcleo Dr. Sampaio Vida, Mauá/sp - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem da 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Empresa: **Monte Castelo Rei Arthur Promoções e Eventos Ltda. -** CNPJ: 12.244.089/0001-10 - Endereço: Rua João Francisco de Oliveira, 434 D, Núcleo Dr. Sampaio Vida, Mauá/sp - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem da 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Empresa: **Neves & Rodriguez Construtora e Serviços Ltda. -** CNPJ: 03.812.114/0001-24 - Endereço: Rua João Francisco de Oliveira, 434, Núcleo Dr. Sampaio Vida, Mauá/sp - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem da 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Empresa: **Rachid Miguel Dib Neto -** CNPJ: 11.607.759/0001-53 - Endereço: Fazenda Santa Rita de Cássia, S/nº, Bairro Itopava, Itararé/sp - Vara/Comarca: Vara Cível de Sengés/PR

Empresa: **Radine Empreendimentos Ltda. -** CNPJ: 14.157.665/0001-18 - Endereço: Rua General Osório, 145, Centro - Vara/Comarca: Vara Cível de Sengés/PR

Empresa: **Stop Boi Alimentos Ltda. -** CNPJ: 44.212.999/0001-08 - Endereço: Rua Eridano, 90, Galpão 01, Bairro Jardim do Colégio, Embu Das Artes/sp - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Recuperação Extrajudicial Requerida

Empresa: **Global Lubrificantes Ltda. -** CNPJ: 37.279.022/0001-42 - Endereço: Estrada Geraldo Costa Camargo, 472, Galpão 69, Loteamento Adventis, Hortolândia/sp - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Empresa: **Global Lubrificantes Pr Ltda. -** CNPJ: 39.439.004/0001-06 - Endereço: Rua Antonio Lacerda Braga, 960, Sala 12, Bairro Cidade Industrial, Curitiba/pr - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Empresa: **Hde's Soluções Empresariais e Locação de Bens Ltda. -** CNPJ: 37.502.921/0001-62 - Endereço: Rua Dr. Alexander Fleming, 829, Bairro Nova Campinas, Campinas/sp - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Empresa: **Tech Lubrificantes Comercial Ltda. -** CNPJ: 16.920.223/0001-07 - Endereço: Rua Dr. Emílio Ribas, 188, Sala 71, Bairro Cambuí, Campinas/sp - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Empresa: **Top Oil Comércio de Lubrificantes Ltda. -** CNPJ: 23.539.407/0001-97 - Endereço: Estrada Velha Guarulhos a São Miguel, 3241, Sala 07, Bairro Jardim Arapongas, Guarulhos/sp - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Alto Uruguai Indústria e Comércio de Óleos Ltda., Nome Fantasia Marechal Bio Energia -** CNPJ: 26.764.968/0001-88 - Endereço: Rodovia SC 480, Km 140, Centro, Bairro Marechal Bormann, Chapecó/sc - Administrador Judicial: Aj Ruiz Consultoria Empresarial S/a, Representada Pela Dra. Joice Ruiz Bernier - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC

Empresa: **Servimed Comercial Ltda. -** CNPJ: 44.463.156/0001-84 - Endereço: Av. Nações Unidas, 37,quadra 37, Bauru/sp - Administrador Judicial: Cabezón Administração Judicial Eireli, Representada Pelo Dr. Ricardo de Moraes Cabezón - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 3ª e 6ª Rajs/SP

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a **Agenda tributária**.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

Associação de Ensino Social Profissionalizante

CNPJ/MF 51.549.301/0001-00

www.espro.org.br

Balanços patrimoniais em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2023	2022
Ativo circulante		**51.429**	**45.344**
Caixa e equivalentes de caixa - Recursos livres	5	14.751	16.177
Caixa e equivalentes de caixa - Recursos restritos	5	54	721
Contas a receber - Recursos livres	7	28.609	23.633
Contas a receber - Recursos restritos	7	-	219
Adiantamentos a funcionários	9	677	2.207
Despesas antecipadas	10	4.871	1.944
Outros créditos	11	2.467	443
Ativo não circulante		**117.444**	**93.087**
Aplicações financeiras	6	104.646	81.177
Depósitos judiciais	8	12.354	11.469
Contas a receber	7	3	-
Outros créditos	11	441	441
Imobilizado	12	10.020	8.383
Direito de uso	13	18.339	11.770
Intangível	13	2.312	1.673
		30.671	**21.826**
Total do ativo não circulante		**148.115**	**114.913**
Total do ativo		**199.544**	**160.257**

Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	2023	2022
Passivo circulante		**19.755**	**17.034**
Contas a pagar e fornecedores	14	2.790	2.062
Arrendamentos	15	3.874	1.826
Obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias	16	11.857	9.416
Benefícios a pagar	17	225	1.878
Adiantamentos de clientes	18	432	270
Projetos a executar	19	485	640
Subvenção a realizar	20	54	930
Outros passivos circulantes	-	38	12
Passivo não circulante		**17.518**	**11.536**
Arrendamentos	15	14.677	10.042
Contas a pagar e fornecedores	14	636	607
Provisão para contingências	21	2.205	887
Patrimônio líquido	22	**162.271**	**131.687**
Patrimônio social	-	131.120	109.289
Ajustes de avaliação patrimonial	-	567	600
Superávits dos exercícios	-	30.584	21.798
Total do passivo e patrimônio líquido		**199.544**	**160.257**

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Associação de Ensino Social Profissionalizante - Espro ("Associação" ou "Espro"), é uma Associação de direito privado, filantrópica, sem fins econômicos, beneficente de assistência social com prazo indeterminado regida por seu Estatuto Social e pela Legislação correlatas. A Associação promove a integração ao mundo do trabalho de adolescentes e jovens de 14 a 24 anos, e o exercício da cidadania de suas famílias e munícipes, em caráter complementar à rede socioassistencial, sem distinção de gênero, cor, etnia, credo político, religioso, contemplando prioritariamente aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social. Nos termos do artigo 3º do seu estatuto social o Espro visa promover a integração de adolescentes e jovens ao mundo do trabalho, nos termos do inciso III do artigo 203 da Constituição Federal, Lei Orgânica da Assistência Social e legislação aplicável, bem como contribuir para o resgate e fortalecimento dos seus vínculos familiares e comunitários. Os programas, projetos e ações socioassistenciais desenvolvidos refletem estratégias intersetoriais de diversas políticas públicas que visam dotar os adolescentes, jovens e seus familiares de conhecimentos específicos, habilidades e atitudes para a inclusão ao mundo do trabalho e promoção da qualidade de vida por meio de obtenção de conhecimentos específicos e, consequentemente, a ampliação de renda e potencialização da capacidade produtiva. A Associação possui os principais registros sociais nos âmbitos federal, estadual e municipal, que regulamentam a sua atuação social, inclusive com comprovação de atuação filantrópica no âmbito da Assistência Social através da manutenção e renovação trienal do Certificado de Entidades de Assistência Social - CEBAS, de acordo com a Lei Complementar nº 187/2021, Decreto 8.242/2014 - vigente até a entrada em vigor do decreto 11.791/2023 - portaria 952/23 do MDS, e Resolução 33/12 do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS. (vide Nota Explicativa nº 23). A prestação de contas do Espro cumpre os requisitos estabelecidos pela administração pública, vinculados ao Ministério do Trabalho e Emprego, antigo Ministério da Cidadania atual Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Ministério dos direitos humanos e demais órgãos correlatos. A Associação destina integralmente seus recursos no território nacional e na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos estatutários. Ademais, o Espro não aceita doações e legados contrários à sua finalidade, natureza, objetivos ou a lei. O Espro cumpre o depreendido no art 3º.da lei complementar 187/2021 (CEBAS), não distribuindo aos seus conselheiros, associados, instituidores ou benfeitores seus resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto, e, na hipótese de prestação de serviços a terceiros, públicos ou privados, com ou sem cessão de mão de obra, não transferindo a esses terceiros os benefícios relativos à imunidade prevista no § 7º do art. 195 da Constituição Federal. A Associação não remunera os membros componentes de sua diretoria, conselheiros, associados ou equivalentes e não distribui ou concede vantagens em nenhuma circunstância. Os recursos recebidos e resultados obtidos são destinados integralmente à manutenção de suas unidades de serviços dentro do município de sua sede, filiais, polos, unidades, departamentos e núcleos de atividades no atendimento e desenvolvimento de novos formatos e modelos, acompanhando a evolução tecnológica e social, mantendo a oferta gratuita aos públicos assistidos. **2. Base de apresentação das demonstrações contábeis: a) Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Associação findas em 31/12/2023, foram elaboradas de acordo com as normas brasileiras de contabilidade, consubstanciadas nos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e nas disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos, ITG 2002 R1, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que visam orientar o atendimento às exigências legais dos procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros. A aprovação das demonstrações contábeis foi chancelada pela Administração em assembleia geral realizada no dia 10/04/2024. **b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto os ativos financeiros não derivativos que são mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Associação. Todas as demonstrações contábeis apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas brasileiras de contabilidade exige que a Administração da Associação faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão inclusas nas seguintes notas explicativas: • Perdas esperadas em crédito de liquidação duvidosa (PECLD) (Nota Explicativa nº 7 - item c); • Valor residual do ativo imobilizado e intangível (Notas Explicativas nºs 12 e 13); e • Provisão para contingências (Nota Explicativa nº 21). **3. Políticas contábeis materiais:** A fim de proporcionar um entendimento de como a Administração forma seus julgamentos a respeito de eventos futuros, incluindo as premissas utilizadas nas estimativas e a sensibilidade desses julgamentos para diferentes variáveis e condições, abaixo são apresentadas as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. **a) Instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros não derivativos:** Os instrumentos financeiros mantidos pela Associação são ativos e passivos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Os saldos referentes aos ganhos ou perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou passivo circulante, sendo as variações do valor justo registradas, respectivamente, nas contas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras". **Recebíveis:** Recebíveis são ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 (doze) meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Em 31/12/2023 e 2022, os recebíveis abrangem contas a receber (Nota Explicativa nº 7) e outros créditos (Nota Explicativa nº 11). **Passivos financeiros não derivativos:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Associação tem o seguinte passivo financeiro não derivativo: contas a pagar e outras contas a pagar. Esses passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros demonstrados pelo valor de aplicação, acrescidos dos rendimentos correspondentes até a data do balanço, desmembrando em 02 (duas) classificações livres e restritos (livres destinados a suprir as necessidades da Associação e restritos para suprir projetos regidos por contratos). **c) Apuração do resultado:** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o princípio da competência. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. **d) Contas a receber:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado. As perdas esperadas em crédito de liquidação duvidosa ("PECLD") foram constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber. **e) Adiantamentos a funcionários:** Referem-se a créditos com funcionários provenientes de antecipações de despesas de viagens e valores de folha de pagamento cuja apropriação da despesa ocorrerá em exercício seguinte. **f) Despesas antecipadas:** Referem-se à aquisição antecipada de benefícios (vale-transporte, vale-alimentação/refeição, assistência médica e odontológica) a serem distribuídos a colaboradores e aprendizes, bem como pagamento de prêmios de seguros, cujo período de vigência beneficia o exercício seguinte e estão representados pelo seu valor nominal. **g) Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis a um ativo. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos-futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas dos exercícios correntes e comparativos são as seguintes: • **Imóveis** - 20 e 58 anos; • **Instalações** - 10 anos; • **Máquinas e equipamentos** - 10 anos; • **Móveis e utensílios** - 10 anos; e • **Equipamentos de informática** - 05 anos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos periodicamente e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **h) Ativo intangível:** O ativo intangível de vida útil definida é composto por direitos de uso, software e o desenvolvimento de conteúdo próprio, sendo esse último a ser utilizado como material didático aos jovens que participam dos programas sociais elencados na Nota Explicativa nº 23. A amortização é feita utilizando o método linear à taxa de 20% a.a. para softwares e a amortização com o pagamento do conteúdo do material didático. **i) Redução ao valor recuperável:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Os itens dos ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida são testados para fins de ajuste ao valor recuperável quando há indícios de existência de perdas. **j) Demais ativos circulantes e não circulantes:** Os demais ativos circulantes estão apresentados aos valores de custo, que não excedem o valor de realização. **k) Passivos circulantes e não circulantes:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço patrimonial. **l) Benefícios a pagar:** Referem-se a valores a pagar a fornecedores de benefícios, cujo vencimento é posterior a data de encerramento do exercício. **m) Adiantamento de clientes:** Refere-se a adiantamento de clientes sobre salários e benefícios de vale-transporte, alimentação e refeição, cuja apropriação se dará nos períodos subsequentes ao reconhecimento em exercício social. A contrapartida desses adiantamentos encontra-se nas contas a receber de clientes. **n) Provisões:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Associação tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas e, quando aplicável, atualizadas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **o) Arrendamentos:** Todos os arrendamentos são contabilizados mediante o reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento, exceto por: arrendamentos de ativos de baixo valor; e arrendamentos cujos prazos são de 12 meses ou menos. Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos contratuais devidos ao arrendador durante o prazo do arrendamento, sendo a taxa de desconto determinada por referência à taxa inerente ao arrendamento, a menos que (como é tipicamente o caso) isso não seja prontamente determinável, caso em que a taxa de empréstimo incremental da Associação, no começo do arrendamento é usada. Os pagamentos variáveis de arrendamento são incluídos apenas na mensuração do passivo de arrendamento se depender de um índice ou taxa. Nesses casos, a mensuração inicial do passivo de arrendamento assume que o elemento variável permanecerá inalterado durante todo o prazo do arrendamento. Outros pagamentos variáveis de arrendamento são registrados no período a que se referem. **Natureza dos arrendamentos da Associação:** A Associação arrenda vários imóveis nas localidades onde atua e máquinas e equipamentos para a Matriz. Em alguns casos, os contratos de arrendamento preveem que os pagamentos aumentem a cada ano pela inflação ou, em outros, sejam redefinidos periodicamente para as taxas de aluguéis do mercado. Em outros, o valor do aluguel é fixado ao longo do prazo da locação. Arrendamentos de imóveis e máquinas e equipamentos compreendem apenas pagamentos fixos durante o período do arrendamento. O Espro não tem pagamentos de aluguel variável nos seus contratos de arrendamento em 31/12/2023, os valores dos passivos de arrendamento de imóveis não são reduzidos pelo valor dos pagamentos que seriam evitados com o exercício de cláusulas de interrupção antecipada do contrato, visto que foi considerado razoavelmente certo de que a Associação não tem intenção de interromper os referidos contratos durante a vigência deles. **p) Patrimônio social:** Representa o patrimônio inicial da Associação, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição que são empregados integralmente nos objetivos sociais da Associação, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1. **q) Gratuidade:** A Associação mantém escrituração contábil regular, registra suas receitas, despesas e aplicação de recursos em gratuidade de forma segregada, destacando-se aquelas que devem ser utilizados em prestação de contas nos órgãos governamentais, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) ITG 2002 R1. **r) Demonstração dos fluxos de caixa:** A Administração da Associação apresenta a demonstração de fluxo de caixa de acordo com o CPC 03R2 usando o método indireto, segundo o qual o resultado líquido é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesas associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento. **4. Gerenciamento de risco financeiro:** A Associação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco do preço dos serviços prestados; e • Risco de taxa de juros. Essa nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Associação a cada um dos riscos mencionados, os objetivos da Associação, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco. **Estrutura do gerenciamento de risco:** As políticas de gerenciamento de risco da Associação são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Associação, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Associação. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Associação caso um parceiro ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento. Contas a receber: os riscos de créditos com clientes são gerenciados pela renovação dos contratos e constituição de PECLD, se necessário. A Administração da Associação limita sua exposição a riscos de crédito ao investir apenas em títulos de renda fixa e apenas com contrapartes de primeira linha. A Administração da Associação não espera que qualquer contraparte falhe em cumprir com suas obrigações. **Risco de liquidez:** É o risco em que a Associação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Associação na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Associação ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **Risco de preço dos serviços prestados:** Esse risco é gerenciado e reduzido, uma vez que o principal componente do custo se refere aos salários dos aprendizes firmados em moeda nacional e de acordo com o dissídio da categoria. **Risco de taxas de juros:** Esse risco é gerenciado e reduzido, uma vez que a Associação possui suas aplicações financeiras em taxas pós-fixadas.

5. Caixa e equivalentes de caixa:	2023	2022
Caixa	41	37
Bancos - movimento - livres	268	80
Aplicações financeiras - livres	14.442	16.060
Aplicações financeiras - restritos	54	721
Total	**14.805**	**16.898**
Caixas e equivalentes de caixa		
Livres	14.751	16.177
Restritos	54	721
Total (i)	**14.805**	**16.898**

A Associação mantém a parcela disponível do superávit dos exercícios aplicados financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1. As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um risco baixo de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa e são remuneradas as taxas que variam entre 100% e 110,5% do certificado de deposito interbancário "CDI". Os rendimentos das aplicações financeiras não estão sujeitos à incidência de impostos, devido a Associação gozar de imunidade de tributos federais. Os recursos com restrição são valores com destinação definida especificamente para aplicação em projetos de socioaprendizagem estipulados por contratos estabelecidos entre as partes. **(i)** A redução apresentada entre os exercícios de 2023 e 2022 refere-se a decisão da administração em diversificar o portifólio de aplicação financeira de longo prazo, sendo necessário transferir os recursos conforme abordado na Nota Explicativa nº 6. A movimentação das aplicações financeiras no ativo circulante em 31/12/2023 e de 2022 está demonstrada a seguir:

	2023	2022
Bradesco	1.606	1.004
Bradesco (FUMCAD)	-	156
Itaú	11.028	13.575
Caixa Econômica Federal	166	149
Santander	335	171
Banco do Brasil	1.307	1.161
Banco do Brasil (Condeca)	54	565
Total aplicações livres e restritos	**14.496**	**16.781**
Movimentação no exercício		
Saldo inicial	**16.781**	**20.413**
Resgates (aplicações) líquido	(6.263)	(7.387)
Rendimentos	4.268	3.755
Perdas em rendimentos **(ii)**	(290)	-
Saldo final	**14.496**	**16.781**

(ii) Trata-se de aplicações com remuneração a juros de mercado, sujeitas a oscilações e instabilidade econômicas, políticas e governamentais. **6. Aplicações financeiras - não circulante:** A movimentação das aplicações financeiras no ativo não circulante em 31/12/2023 e de 2022 está demonstrada a seguir:

	Indexador (ii)	Prazo de resgate	2023	2022
Pós-fixado	Selic-0,01	Indeterminado	31.986	28.532
Pós-fixado	IPCA 5,22	Agosto/2030	7.172	6.740
Pós-fixado	IPCA 5,29	Agosto/2035	2.496	139
Pós-fixado	IPCA 5,13	Agosto/2026	3.322	3.096
Fundo Topázio	CDI - 13% a.a	Indeterminado	26.674	23.604
Fundo Soberano	CDI - 12,88% a.a	Indeterminado	32.996	3.645
Fundo Trust	CDI - 12,28% a.a	Indeterminado	-	15.421
Total das aplicações não circulante			**104.646**	**81.177**
Movimentação no exercício: Saldo inicial			**81.117**	**58.346**
Resgates(aplicações) líquido			14.171	15.246
Rendimentos			10.019	7.585
Perdas em rendimentos **(i)**			(721)	-
Saldo final			**104.646**	**81.177**

(i) Trata-se de aplicações com remuneração a juros de mercado, sujeitas a oscilações e instabilidade econômicas, políticas e governamentais. **(ii)** Indexador média anual do exercício de 2023. **Renda variável - não circulante:** Os recursos monetários foram distribuídos em produtos disponíveis no mercado financeiro, como fundos de investimentos que adotam estratégia de gestão ativa por meio de alocação de recursos em títulos públicos federais e em títulos privados que possuem maior expectativa de retorno. A administração objetiva manter esses títulos aplicados até a data do vencimento contratualmente estabelecido. As aplicações financeiras foram contabilizadas de acordo com os seus respectivos vencimentos (circulante e não circulante), conforme determinação da ITG 2002R1 - Demonstração dos fluxos de caixa. Embora algumas aplicações financeiras tenham prazo de vencimento indeterminado, elas estão classificadas como não circulante, uma vez que a Administração não tem interesse em resgatá-las, tendo as rentabilidades destas aplicações indexadas pelo CDI-longo prazo e seu resgate estará condicionado à deliberação do Conselho Diretor da Associação.

7. Contas a receber: a) Composição:

Ativo circulante	2023	2022
Contas a receber - recursos livres	28.609	23.633
Contas a receber - recursos restritos	-	219
Total	**28.609**	**23.852**
Ativo não circulante		
Contas a receber	3	-
Total contas a receber	**28.612**	**23.852**

	2023	2022
Contas a receber de clientes	28.087	23.413
Clientes a faturar	1.492	747
Projeto - Fundação Banco do Brasil **(ii)**	192	444
Subvenção a receber	-	219
Venda de ativo imobilizado	-	110
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	(1.159)	(1.081)
Total (i)	**28.612**	**23.852**

(i) A variação apresentada entre os exercícios trata-se de aumento de clientes e no faturamento no exercício de 2023, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 23. **(ii)** Projeto "Fundação Banco do Brasil: denominado como "Conexão Jovem Mercado", firmado em parceria com a Fundação Banco do Brasil e terá duração de 18 meses conforme objeto definido na Nota Explicativa nº 19 (i). Os valores em aberto serão recebidos durante o exercício de 2024 de acordo com cronograma estabelecido.

***b) Aging list* de contas a receber clientes:**	2023	2022
A vencer	**25.933**	**21.641**
Vencido: De 01 a 30 dias	989	683
De 31 a 60 dias	37	73
De 61 a 90 dias	19	23
De 91 a 180 dias	58	23
De 181 a 365 dias	67	22
Há mais de 365 dias	985	948
Total	**28.087**	**23.413**

c) Movimentação da PECLD:	2023	2022
Saldo no início do exercício	**(1.081)**	**(1.024)**
Adições	(262)	(95)
Reversões	184	38
Saldo no final do exercício	**(1.159)**	**(1.081)**

O saldo de contas a receber de clientes está integralmente composto por recebíveis no mercado nacional.

8. Depósitos judiciais:	2023	2022
Trabalhistas	195	215
Tributário	12.159	11.254
Total	**12.354**	**11.469**

Compõe-se, substancialmente, de Execução Fiscal ajuizada pela municipalidade de São Paulo, com o objetivo de cobrança de dívida, relativa a pretendida exigência de ISS - Impostos Sobre Serviços de qualquer natureza, referente aos exercícios de 2008 e 2009, originários dos autos de infração nº 66.805.392 e nº 66.805.422, ambos lavrados em 19/11/2013 e multas constantes da certidão de dívida nº 501.670-3/2018-3, no total de R$7.892.077. Os assessores jurídicos entendem que o êxito nesta ação é possível, por este motivo apresentaram embargos à execução com garantia via deposito judicial na totalidade da dívida com multa e juros no valor de R$9.435.046,10 atualizado mensalmente pela TR + juros de 0,5% a.m. A administração com base nesta expectativa de desfecho favorável, não registrou qualquer passivo com relação a esta causa.

9. Adiantamentos a funcionários:	2023	2022
Adiantamentos **(i)**	242	1.770
Férias	394	396
Abono PIS	41	41
Total	**677**	**2.207**

São classificados como adiantamentos a parcela dos valores pagos a colaboradores e aprendizes que por regime de competência serão reconhecidos como despesa no período subsequente. **(i)** No exercício de 2023, os pagamentos dos benefícios (vale transporte) foram disponibilizados através da compra do benefício direto na empresa credenciada, conforme Nota Explicativa nº 10. No exercício de 2022 os pagamentos eram disponibilizados antecipadamente em espécie.

10. Despesas antecipadas:	2023	2022
Benefícios **(i)**	4.793	1.888
Seguros	78	41
Despesa com prestação de serviços	-	15
Total	**4.871**	**1.944**

São recursos a executar e consistem em valores antecipados aos fornecedores oriundos de transações comerciais, que serão baixados no período subsequente. **(i)** Aumento decorrente da alteração operacional no método de compra do benefício de vale transporte durante o exercício de 2023, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9.

11. Outros créditos:

Ativo circulante	2023	2022
Seguro/caução de aluguéis **(i)**	2.460	437
Impostos antecipados	7	6
Total	**2.467**	**443**
Ativo não circulante		
Títulos de capitalização de aluguel	441	441
Total outros créditos	**2.908**	**884**

Outros créditos são valores exigidos antecipadamente por fornecedores ou por força de lei, que poderão ser resgatados, recuperados ou compensados em períodos futuros. **(i)** A variação na rubrica Seguro/Caução de aluguel, refere-se às cauções dos novos contratos de aluguel das novas sedes das filiais São Paulo/SP e Brasília/DF. Já os reconhecimentos dos novos contratos de aluguel foram efetuados no direito de uso e arrendamentos, sem efeito caixa. **12. Imobilizado:** O ativo imobilizado da Associação está integralmente localizado no Brasil e é empregado integralmente em suas atividades. Os detalhes do ativo imobilizado estão demonstrados nas tabelas a seguir:

a) Movimentação do custo de 31/12/2022 a 31/12/2023:	2022	Adições	Baixas	2023
Imóveis	2.591	-	(301)	2.290
Reformas e benfeitorias em imóveis de terceiros **(i)**	8.109	2.289	(30)	10.368
Reformas e benfeitorias em imóveis de próprios	743	-	-	743
Instalações	1.185	139	(23)	1.301
Máquinas e equipamentos	904	96	(40)	960
Móveis e utensílios	4.022	413	(40)	4.395
Terrenos	569	-	(42)	527
Equipamentos de informática	6.412	1.230	(76)	7.566
Total	**24.535**	**4.167**	**(552)**	**28.150**

(i) Benfeitorias nas novas sedes das filiais de São Paulo/SP e Brasília/DF, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11. **b) Movimentação da depreciação de 31/12/2022 a 31/12/2023:**

	2022	Adições	Baixas	2023
Imóveis	(987)	(63)	300	(750)
Reformas e benfeitorias em imóveis de terceiros	(5.546)	(873)	-	(6.419)
Reformas e benfeitorias em imóveis próprios	(147)	(52)	-	(199)
Instalações	(86)	(18)	-	(104)
Aparelho de som, vídeo e imagem	(277)	(71)	-	(348)
Copa e cozinha	(24)	(4)	-	(28)
Ar-condicionado	(588)	(73)	10	(651)
Máquinas e equipamentos	(253)	(4)	-	(257)
Móveis e utensílios	(1.739)	(98)	-	(1.837)
Equipamentos de informática	(5.533)	(1.005)	10	(6.528)
Aparelhos e equipamentos telefônicos	(165)	(26)	-	(191)
Mobiliário para sala de aula	(740)	(11)	-	(751)
Total	**(16.085)**	**(2.298)**	**320**	**(18.063)**

c) Movimentação do custo de 31/12/2021 a 31/12/2022:	2021	Adições	Baixas	Transferências	2022
Imóveis	2.827	17	(236)	(17)	2.591
Reformas e benfeitorias em imóveis de terceiros	7.577	553	(21)	-	8.109
Reformas e benfeitorias em imóveis de próprios	743	-	-	-	743
Instalações	1.139	46	-	-	1.185
Máquinas e equipamentos	801	103	-	-	904
Móveis e utensílios	3.987	39	(4)	-	4.022
Terrenos	569	-	-	-	569
Equipamentos de informática	5.878	632	(115)	17	6.412
Total	**23.521**	**1.390**	**(376)**	**-**	**24.535**

d) Movimentação da depreciação de 31/12/2021 a 31/12/2022:	2021	Adições	Baixas	2022
Imóveis	(1.059)	(58)	130	(987)
Reformas e benfeitorias em imóveis de terceiros	(4.765)	(781)	-	(5.546)
Reformas e benfeitorias em imóveis próprios	(88)	(59)	-	(147)
Instalações	(67)	(19)	-	(86)
Aparelho de som, vídeo e imagem	(218)	(59)	-	(277)
Copa e cozinha	(21)	(3)	-	(24)
Ar-condicionado	(511)	(77)	-	(588)
Máquinas e equipamentos	(248)	(5)	-	(253)
Móveis e utensílios	(1.633)	(106)	-	(1.739)
Equipamentos de informática	(4.492)	(1.041)	-	(5.533)
Aparelhos e equipamentos telefônicos	(147)	(18)	-	(165)
Mobiliário para sala de aula	(733)	(7)	-	(740)
Total	**(13.982)**	**(2.233)**	**130**	**(16.085)**

Demonstrações de resultado para os exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Notas	2023	2022
Receitas da atividade de assistência social		**169.025**	**129.171**
Receita de gerenciamento de socioaprendizagem	23	167.652	128.622
Subvenção Fumcad	23	-	38
Despesa Subvenção Fumcad	23	-	(38)
Subvenção Condeca	23	555	-
Despesa Subvenção Condeca	23	(446)	-
Doações - formação para o mundo do trabalho (FMT)	23	1.264	549
Despesas da atividade de assistência social		**(230.413)**	**(183.035)**
Programa de socio aprendizagem	23	(220.729)	(177.154)
Formação para o mundo do trabalho (FMT)	23	(8.844)	(5.247)
Programa aprender e transformar	23	-	(604)
Geração de renda e empreendedorismo	23	(840)	-
Ser e conviver	23	-	(30)
Déficits das atividades de assistência social		**(61.388)**	**(53.864)**
Receita e despesas com estágio		**(2.447)**	**(2.819)**
Receitas	25	957	482
Despesas	25	(3.404)	(3.301)
Receitas e despesas gerais		**80.013**	**65.577**
Receita de prestação de serviços	24	79.967	65.073
Voluntariado	30	472	379
Outras receitas	27	2.384	2.837
Outras despesas	27	(2.810)	(2.712)
Superávit operacional antes do resultado financeiro		**16.178**	**8.894**
Receitas financeiras	28	15.859	13.266
Despesas financeiras	28	(1.453)	(362)
		14.406	**12.904**
Superávits dos exercícios		**30.584**	**21.798**

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
Superávits dos exercícios	30.584	21.798
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes dos exercícios	**30.584**	**21.798**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Patrimônio social	Avaliação patrimonial	Superávits dos exercícios	Total
Saldos em 31/12/2021	**97.360**	**633**	**11.896**	**109.889**
Incorporação do superávit do exercício de 2020	11.896	-	(11.896)	-
Superávit do exercício	-	-	21.798	21.798
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	33	(33)	-	-
Saldos em 31/12/2022	**109.289**	**600**	**21.798**	**131.687**
Incorporação do superávit do exercício de 2022	21.798	-	(21.798)	-
Superávit do exercício	-	-	30.584	30.584
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	33	(33)	-	-
Saldos em 31/12/2023	**131.120**	**567**	**30.584**	**162.271**

e) Resumo do ativo imobilizado:	Custo	Depreciação	Impairment	Líquido
Saldos em 31/12/2023	**28.150**	**(18.063)**	**(67)**	**10.020**
Saldos em 31/12/2022	**24.535**	**(16.085)**	**(67)**	**8.383**

13. Direito de uso e intangível: Os detalhes do direito de uso e intangível estão demonstrados nas tabelas a seguir: **a) Movimentação 31/12/2022 a 31/12/2023:**

	2022	Adições	Remensuração	Baixas	2023
Direito de uso	14.497	-	8.706	(265)	23.388
Depreciação do direito de uso	(3.177)	(2.058)	-	186	(5.049)
Total do direito de uso	**11.770**	**(2.058)**	**8.706**	**(79)**	**18.339**
Intangível (custo)					
Cessão de uso de Software	3.338	2.773	-	(1.858)	4.253
Licença de Livros/M. didático	885	-	-	-	885
Total	**4.223**	**2.773**	**-**	**(1.858)**	**5.138**
Intangível (amortização)					
Cessão de uso de Software	(1.675)	(276)	-	-	(1.951)
Licença de Livros/M. didático	(875)	-	-	-	(875)
Total	**(2.550)**	**(276)**	**-**	**-**	**(2.826)**
Total do intangível	**1.673**	**2.497**	**-**	**(1.858)**	**2.312**

b) Movimentação 31/12/2021 a 31/12/2022:

	2021	Adições	Remensuração	Baixas	2022
Direito de uso	9.352	-	5.595	-	14.497
Depreciação do direito de uso	(1.682)	(1.495)	-	-	(3.177)
Total do direito de uso	**7.670**	**4.100**	**5.595**	**-**	**11.770**
Intangível (custo)					
Cessão de uso de Software	3.475	844	-	(981)	3.338
Licença de Livros/M.didático	885	-	-	-	885
Total	**4.360**	**844**	**-**	**(981)**	**4.223**
Intangível (amortização)					
Cessão de uso de Software	(1.100)	(575)	-	-	(1.675)
Licença de Livros/M.didático	(588)	(354)	-	67	(875)
Total	**(1.688)**	**(929)**	**-**	**67**	**(2.550)**
Total do intangível	**2.672**	**(85)**	**-**	**(914)**	**1.673**

Os ativos intangíveis compreendem direitos de cessão uso dos softwares adquiridos, o desenvolvimento de conteúdo próprio a ser utilizado como material didático aos jovens que participam dos programas sociais e direitos estabelecidos nos arrendamentos.

14. Contas a pagar e fornecedores

Circulante	2023	2022
Credores diversos	29	21
Aluguéis a pagar	26	18
Fornecedores de materiais	527	206
Fornecedores de serviços	2.208	1.817
Total	**2.790**	**2.062**
Não circulante		
Fornecedores de serviços	636	607
Total	**636**	**607**
Total contas a pagar e fornecedores	**3.426**	**2.669**

A rubrica de contas a pagar e fornecedores é constituída por gastos realizados na aquisição de materiais de escritório, higiene e limpeza, contratação de prestação de serviços de água, luz, gás, telefone, serviços de vigilância, manutenção predial e demais recursos operacionais com prazo de pagamento previsto em períodos futuros.

15. Arrendamentos

Circulante	2023	2022
Matriz (aluguel)	1.324	1.220
Filial Campinas (aluguel)	426	360
Filial Brasília (aluguel)	204	-
Filial São Paulo (aluguel)	1.560	-
Filial Porto Alegre (aluguel)	120	18
Matriz (máquinas e equipamentos)	240	228
Total	**3.874**	**1.826**
Não circulante		
Matriz (aluguel)	7.217	8.542
Filial Campinas (aluguel)	684	1.080
Filial Brasília (aluguel)	680	-
Filial São Paulo (aluguel)	5.720	-
Filial Porto Alegre (aluguel)	330	-
Matriz (máquinas e equipamentos)	46	420
Total	**14.677**	**10.042**
Total arrendamentos	**18.551**	**11.868**

Arrendamento	31/12/2022	Juros	Pagamentos	Adições/ Remensuração	31/12/2023
Matriz (aluguel)	9.762	(179)	(1.132)	90	8.541
Filial Campinas (aluguel)	1.440	(27)	(303)	-	1.110
Filial Brasília (aluguel)	-	-	-	884	884
Filial São Paulo (aluguel)	-	-	-	7.280	7.280
Filial Porto Alegre (aluguel)	18	(7)	(13)	452	450
Matriz (máquinas e equipamentos)	648	(26)	(336)	-	286
Total passivo	**11.868**	**(239)**	**(1.784)**	**8.706**	**18.551**
Passivo circulante	**1.826**				**3.874**
Passivo não circulante	**10.042**				**14.677**

Arrendamento	31/12/2021	Juros	Pagamentos	Adições/ Remensuração	31/12/2022
Matriz (aluguel)	8.007	(100)	(1.209)	3.064	9.762
Filial Campinas (aluguel)	33	(28)	(275)	1.710	1.440
Filial Porto Alegre (aluguel)	36	(18)	-	-	18
Matriz (máquinas e equipamentos)	-	(19)	(154)	821	648
Total passivo	**8.076**	**(165)**	**(1.638)**	**5.595**	**11.868**
Passivo circulante	**1.351**				**1.826**
Passivo não circulante	**6.725**				**10.042**

Os futuros pagamentos mínimos de arrendamento compreendem os montantes devidos pela Associação ao arrendador pela obrigação oriunda de transferência do direito de uso do ativo durante o prazo do arrendamento, em 31/12/2023 são conforme a seguir.

Período	**31/12/2023**
2024	3.874
2025	3.652
2026 em diante	11.025
Valor presente dos pagamentos de arrendamento em 31/12/2023	**18.551**

Demonstrações dos fluxos de caixas - método indireto para os exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2023	2022
Superávits dos exercícios	30.584	21.798
Ajustes por: Depreciação e amortização	2.574	3.162
Depreciação do direito de uso	2.058	1.495
Rendimento sobre aplicação financeira	(14.287)	(11.341)
Valor residual de ativo imobilizado/intangível baixado e ajustado	2.169	1.160
Perda (reversão) esperada em crédito de liquidação duvidosa	78	57
Juros de arrendamento	239	165
Variações monetárias	(907)	(833)
Provisão(reversão) de contingências trabalhistas	1.318	(639)
Resultado líquido ajustado	**23.348**	**15.024**
Aumento (redução) nos ativos		
Em contas a receber - Recursos livres	(5.054)	(4.634)
Em contas a receber - Recursos restritos	216	8
Em adiantamentos a funcionários	1.530	(660)
Em despesas antecipadas	(2.927)	(213)
Em depósitos judiciais	22	141
Em outros créditos	(2.024)	119
Aumento (redução) nos passivos		
Em contas a pagar	757	(218)
Em obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias	2.441	709
Em benefícios a pagar	(1.653)	342
Em adiantamentos de clientes	162	(148)
Em projetos a executar	(155)	640
Em outros passivos circulantes	26	(69)
Em subvenção	(876)	22
	(7.535)	(3.961)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**15.813**	**11.063**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Resgates (aplicações) em aplicações financeiras	(9.182)	(11.490)
Aquisição de imobilizado	(4.167)	(1.390)
Aquisição de intangível	(2.773)	(844)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(16.122)**	**(13.724)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de arrendamento	(1.784)	(1.638)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	**(1.784)**	**(1.638)**
Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa	**(2.093)**	**(4.299)**
No final do exercício	14.805	16.898
No início do exercício	16.898	21.197
Variação do caixa e equivalentes de caixa	**(2.093)**	**(4.299)**

16. Obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias:	2023	2022
Provisão de férias e encargos	9.987	7.864
Contribuições sociais	1.686	1.433
Obrigações trabalhistas a pagar	75	79
Outros impostos e contribuições a recolher	109	40
Total	**11.857**	**9.416**

17. Benefícios a pagar:	2023	2022
Vale refeição/alimentação **(i)**	23	1.796
Assistência odontológica	70	54
PCMSO	50	-
Benefícios avulsos	82	28
Total	**225**	**1.878**

(i) A variação trata-se da mudança na forma de pagamento de compra de benefícios, sendo que no exercício de 2023 passou a ser pago antecipadamente, conforme mencionado na Nota explicativa nº 10, e de acordo com o decreto nº 11.678 de 30/08/2023 que regulamenta as disposições relativas ao Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).

18. Adiantamentos de clientes:	2023	2022
Adiantamentos de clientes	432	270
Total	**432**	**270**

Adiantamentos de clientes representam os benefícios (vale-transporte, vale-refeição e vale-alimentação) de aprendizes para o próximo mês, adiantados pelos clientes.

19. Projetos a executar:	2023	2022
Fundação Banco do Brasil **(i)**	305	460
Coopersucar **(ii)**	180	180
Total	**485**	**640**

(i) Projeto "Conexão Jovem Mercado": Educação para o Futuro (Manaus/AM) em parceria com a Fundação Banco do Brasil, tem por objeto preparar jovens frequentes de escolas públicas para a vida adulta e sua inserção no mundo do trabalho, desenvolver competências socioemocionais, cognitivas, integrar tecnológicas digitais e a capacidade técnica para inserção ao mundo do trabalho; **(ii)** Projeto "Desenvolvendo Competências na Indústria 4.0", em parceria com a Coopersucar, atuará no desenvolvimento pessoal e profissional de jovens em situação de vulnerabilidade social concluintes do ensino médio entre 18 e 23 anos, residentes nos entornos dos municípios de São José do Rio Preto/SP, Ribeirão Preto/SP, Santos/SP e São Paulo/SP. O projeto tem o objeto de despertar o espírito empreendedor e orientar jovens quantos as exigências do mundo do trabalho. **20. Subvenções a realizar:** A Associação tem direitos a receber provenientes de convênios firmados com órgãos públicos, para executar projetos relacionados aos seus objetivos estatutários da Entidade, o Espro tem a obrigação de prestar conta dos valores recebidos, mantendo documentação comprobatória disponível para verificações dos gastos realizados de acordo com a ITG 2022-CPC07. Atualmente, os convênios firmados são: Condeca - Secretaria de Desenvolvimento Social - Governo do Estado de São Paulo, firmou Termo de Fomento objetivando a execução do projeto Programa de Formação para o Mundo do Trabalho, com recursos dos direitos da criança e dos adolescentes.

A realizar	Subvenção a realizar 2022	Recebimentos/ Rendimentos	Utilização	Subvenção a realizar 2023
Fumcad	365	-	(365)	-
Condeca	565	43	(554)	54
Total	**930**	**43**	**(919)**	**54**

A realizar	Subvenção a realizar 2021	Recebimentos/ Rendimentos	Utilização	Subvenção a realizar 2022
Fumcad	399	4	(38)	365
Condeca	509	56	-	565
Total	**908**	**60**	**(38)**	**930**

21. Provisão para contingências: A Associação é considerada Parte (Polo Passivo) em ações judiciais e administrativas, decorrentes do modelo operacional, envolvendo substancialmente questões previdenciárias e trabalhistas. A Administração da Associação, no acompanhamento das demandas judiciais, ações e baseada nas análises, previsões e orientações de seus assessores jurídicos e ainda na experiência referente às matérias e quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas estimadas com as ações em curso. **a) Movimentação das contingências:**

Contingências	2022	Adição	Reversão	Pagamento	2023
Trabalhistas	887	2.347	(1.029)	-	2.205

Contingências	2021	Adição	Reversão	Pagamento	2022
Trabalhistas	1.526	1.258	(1.646)	(251)	887

Contingências trabalhistas: A Administração considera como características fundamentais para constituição das obrigações quando for provável que ocorra o desembolso de recursos na sua liquidação e que o valor dessa liquidação possa ser mensurado com segurança. Desta forma é estruturado continuamente estudos considerando as principais características dos processos trabalhistas e os históricos de perdas. A Administração estabelece controle de premissas diferenciadas de segregação dos processos trabalhistas com naturezas distintas dos processos recorrentes da operação da Associação e, quando pertinente adota percentuais diferenciados para estimativas de perdas. **Contingências tributárias:** Execução fiscal ajuizada pela municipalidade de São Paulo, com o objetivo de cobrança de dívida, relativa a pretendida exigência de ISS referente aos exercícios de 2008 e 2009, com depósito judicial como garantia, devidamente atualizado em 2023 no valor de R$12.159 (R$11.254 em 31/12/2022). Execução avaliada com risco de ganho possível descartando a necessidade de constituição de provisionamento. **22. Patrimônio líquido: a) Patrimônio social:** Os superávits da Associação são empregados integralmente nos seus objetivos sociais comentados na Nota Explicativa nº 1. O patrimônio social acumula valores recebidos de ajustes contábeis e parcelas de superávit/déficit de exercícios anteriores. O superávit do exercício é incorporado ao patrimônio social, em conformidade com as exigências legais, estatutárias e de acordo com a ITG 2002R1, item 17. **b) Dissolução ou extinção:** A dissolução da Associação, quando se verificar a impossibilidade da continuação de suas atividades e a posterior destinação específica do patrimônio deverá ser aprovada por 2/3 (dois terços) dos associados com direito a voto, em Assembleia Geral convocada especialmente para este fim. Dissolvida a Associação, pagos todos os compromissos, o remanescente de seus bens reverterá em benefício de uma entidade sem fins lucrativos de assistência social congênere e que, preferencialmente, tenha sede e atividade preponderante no Estado de São Paulo, a ser definida pela assembleia geral convocada para deliberar sobre a dissolução da Associação. **c) Ajuste de avaliação patrimonial:** Decorrente dos efeitos do reconhecimento do custo atribuído de imobilizado (imóveis e terrenos), realizados no exercício de 2010.

23. Receitas, custos e despesas socioassistenciais:

Receitas da atividade de assistência social	2023	2022
Receita de gerenciamento de socio aprendizagem	167.652	128.622
Subvenção Condeca	555	-
Subvenção Fumcad	-	38
Doações - Formação para o Mundo do Trabalho (FMT)	1.264	549
Total	**169.471**	**129.209**
Despesas da atividade de assistência social		
Programa de socioaprendizagem	(220.729)	(177.154)
Formação para o Mundo do Trabalho (FMT)	(8.844)	(5.247)
Programa aprender e transformar	-	(604)
Geração de renda e empreendedorismo	(840)	-
Ser e conviver	-	(30)
Despesa subvenção Condeca	(446)	-
Despesa subvenção Fumcad	-	(38)
Total	**(230.859)**	**(183.073)**
Déficits das atividades de assistência social	**(61.388)**	**(53.864)**
Quantidades de atendimento aos programas		
Socio aprendizagem	145.254	161.326
Formação para o Mundo do Trabalho (FMT)	22.317	16.237
Geração de renda e empreendedorismo	2.119	-
Aprender e Transformar	-	1.870
Ser e Conviver	-	93
Total	**169.690**	**179.526**

Recursos empregados com os programas por natureza:

	Formação socioprofissional 2023	Formação socioprofissional 2022	FMT 2023	FMT 2022	Ser e conviver 2023	Ser e conviver 2022	Aprender e transformar 2023	Aprender e transformar 2022	Geração de renda e empreendedorismo 2023	Geração de renda e empreendedorismo 2022
Recursos humanos	(197.095)	(158.186)	(5.625)	(3.337)	-	(19)	-	(384)	(534)	-
Utilidades e serviços	(9.140)	(7.336)	(1.246)	(739)	-	(4)	-	(85)	(118)	-
Provisões	(1.976)	(1.586)	(268)	(159)	-	(1)	-	(19)	(26)	-
Suporte aos programas	(3.512)	(2.819)	(479)	(284)	-	(2)	-	(32)	(44)	-
Estrutura física	(9.006)	(7.227)	(1.226)	(728)	-	(4)	-	(84)	(118)	-
Total	**(220.729)**	**(177.154)**	**(8.844)**	**(5.247)**	**-**	**(30)**	**-**	**(604)**	**(840)**	**-**

As receitas das atividades socioassistenciais, referem-se ao repasse efetuado pelas empresas parceiras para custeio da folha de pagamento, encargos e benefícios dos jovens aprendizes, que estão sob a gestão administrativa de vínculo empregatício pela Associação. A rubrica doações - Formação para o Mundo do Trabalho (FMT) compõe somatória das contribuições para subsídio à ampliação de atendimentos no referido programa. A Associação mantém com os benfeitores o compromisso contínuo de prestação de contas qualitativa e financeira da execução das atividades e relacionamento transparente, em formato individual quando estabelecido e publicamente em divulgação consolidada em relatório anual de atividades. Em 2023 os programas sociais foram reestruturados, onde os programas Ser e Conviver e Aprender e Transformar, foram descontinuados e simultaneamente foi criado o programa denominado Geração de renda e empreendedorismo, o que trouxe um maior investimento em recursos que aprimoraram e modernizaram o programa. Devido a insegurança instalada no centro de São Paulo, a filial São Paulo não pode usar na totalidade sua capacidade de atendimento, o que demonstrou uma pequena queda nos atendimentos sociais, sem o reflexo na base ativa de jovens na socioaprendizagem que teve um aumento substancial de aprendizes, por isso o aumento da receita e dos custos.

24. Receita de prestação de serviços:	2023	2022
Taxas administrativas de gerenciamento	32.924	24.343
Cursos e treinamentos	47.043	40.730
Total (i)	**79.967**	**65.073**

Adicionalmente aos repasses do custo operacional com folha de pagamento de jovens aprendizes, as empresas parceiras remuneram a prestação de serviços de gestão do vínculo empregatício, através de taxas administrativas de aprendizagem. Os treinamentos ministrados aos aprendizes pela Associação são custeados integralmente pelas empresas parceiras (pessoa jurídica) não recaindo qualquer ônus aos usuários, que participam dos programas de modo inteiramente gratuito. **(i)** Aumento substancial em jovens ativos na socioaprendizagem, conforme demonstrado na Nota explicativa nº 23. **Os programas e projetos desenvolvidos em 2023 foram: (i)** Programa de Socioaprendizagem; **(ii)** Projeto Formação para o Mundo do Trabalho (FMT); **(iii)** Geração de Renda e Empreendedorismo. **i) Programa de Socioaprendizagem:** O Programa de socioaprendizagem tem por escopo a formação humana (político-cidadã) e profissional metódica de jovens e adolescentes no contexto das Políticas Públicas, Políticas de Trabalho e Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e legislação correlata. **Resultados alcançados:** O desenvolvimento das competências e habilidades dos adolescentes e jovens através do estreitamento de vínculos, diálogo aberto e pertinente as temáticas desenvolvidas, proporcionou momentos de reflexão para situações de risco social através de atividades desafiadoras, estimulantes e descontraídas. Os impactos causados pela pandemia, foram pautas constantes, sempre enaltecendo a percepção e a importância do autocuidado relacionados a saúde física e mental. Os recursos tecnológicos se tornaram ferramentas aliadas, viabilizando o agendamento e realização de atendimentos sociais aos adolescentes e núcleos familiares, resguardando o sigilo e permitindo maior efetividade das ações. **ii) Projeto Formação para o Mundo do Trabalho (FMT):** Tem por foco a formação geral de adolescentes e jovens para inclusão no mundo do trabalho, visando contribuir para a construção de novos conhecimentos, formação de atitudes, valores e a realização do seu projeto de vida, que oportuniza, ao longo do curso, o desenvolvimento de competências como comunicação, empatia, inter e intrapessoalidade, liderança e trabalho em equipe, por meio da construção de uma apresentação que busque elucidar a visão do adolescente e jovem acerca de seu futuro e do mundo do trabalho. **Resultados alcançados:** • Ampliação do universo informacional, artístico e cultural dos adolescentes e jovens; • Desenvolvimento de potencialidades, habilidades e competências, propiciando sua formação cidadã e inserção ao mundo do trabalho; • Alcance da autonomia e protagonismo social, por meio de vivências. **iii) Geração de Renda e Empreendedorismo:** Principal objetivo empoderar indivíduos em situação de vulnerabilidade social, proporcionando-lhes oportunidades por meio da aquisição de conhecimentos especializados, desenvolvimento de habilidades. A iniciativa abrange uma variedade de temas, visando potencializar a capacidade produtiva dos participantes através de processos de formação técnica e prática. Dessa forma, o projeto busca não apenas fornecer ferramentas essenciais para a inserção no mercado de trabalho, mas também estimular a inclusão produtiva dos beneficiários, capacitando-os a gerar renda de maneira digna e sustentável. **Resultados alcançados:** O Projeto Geração de Renda e Empreendedorismo contribui para a melhoria da qualidade de vida familiar, possibilitando a ampliação da renda e a potencialização da capacidade produtiva. **25. Estágio:** Em 2023, a Associação deu continuidade aos trabalhos como agente integrador de estágio, exercendo papel importante como auxiliar no processo de aperfeiçoamento de estágio, exercendo funções de acordo com a Lei nº 11.788 - 25/10/2008.

Receita e despesas com estágio	2023	2022
Receita	957	482
Despesas	(3.404)	(3.301)
Total	**(2.447)**	**(2.819)**
Quantidades estágio: Estagiários	914	649
Total	**914**	**649**

26. Imunidade (isenção) usufruída: A Associação é imune de impostos e de contribuições para a Seguridade Social por força do artigo 150, inciso VI, alínea "c" e do § 7º do artigo 195, da Constituição Federal. Ademais, cumpre integralmente todos os requisitos previstos no Código Tributário Nacional para gozo da imunidade tributária. Conforme artigo 3º. da Lei Complementar nº 187/21 "Farão jus a imunidade de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição Federal as entidades beneficentes que atuem nas áreas da saúde, da educação e da assistência social, certificadas nos termos desta Lei Complementar". A Associação, a título de demonstração, vem evidenciando suas contribuições sociais usufruídas com base na Lei nº 8.212/1991, em sua redação primitiva. Esses valores anuais equivalem à Isenção (Imunidade) usufruída:

	2023	2022
INSS - Cota patronal e terceiros	34.075	27.685
Cofins sobre faturamento	7.700	7.276
PIS sobre folha	1.679	1.310
Total	**43.454**	**36.271**

Os recursos de imunidade usufruídos foram integralmente aplicados nos programas sociais conforme informado na Nota Explicativa nº 23. **27. Outras receitas e despesas:** Em 31/12/2023 e 2022, a rubrica de despesas gerais, administrativas e outras receitas era composta da seguinte forma:

Outras receitas	2023	2022
Outras receitas	1.324	31
Reversão/desconto obtido	-	2.314
Receita com venda de ativos	1.060	492
Total	**2.384**	**2.837**
Outras despesas: Recursos humanos	(1.285)	(1.194)
Suporte aos programas sociais	(118)	(97)
Provisões	(523)	(480)
Estrutura física	(52)	(435)
Utilidades e serviços	(832)	(506)
Total	**(2.810)**	**(2.712)**

28. Receitas e despesas financeiras:	2023	2022
Rendimentos de aplicações financeiras - ativo circulante	4.268	3.755
Rendimentos de aplicações financeiras - ativo não circulante	10.019	7.585
Outras receitas financeiras	1.572	1.926
Total de receita	**15.859**	**13.266**
Juros sobre arrendamento mercantil	(239)	(165)
Perdas em rendimentos de aplicações financeiras	(1.011)	-
Despesas financeiras	(203)	(197)
Total de despesas	**(1.453)**	**(362)**
Resultado financeiro	**14.406**	**12.904**

continua...

INÊS249

Empresas

Desempenho Na semana passada grandes empresas de tecnologia perderam US$ 950 bi em valor de mercado, mas ontem os investidores voltaram a comprar seus papéis

'Big techs' divulgam balanços nesta semana e projeção é de salto no lucro

Valor, com agências de notícias

As "Sete Magníficas" — Apple, Amazon, Alphabet, Meta, Tesla, Microsoft e Nvidia — perderam um combinado de US$ 950 bilhões em valor de mercado na semana passada, a maior perda já registrada. Mas nesta segunda-feira os investidores voltaram a comprar seus papéis nas bolsas de valores de Nova York.

O índice Nasdaq Composite, que registra queda de 2,73% nos últimos sete dias, subiu 1,11% ontem *(ver gráfico)*.

Os investidores estão com expectativa positiva sobre os balanços do primeiro trimestre das "big techs", em especial sobre o impacto da inteligência artificial nos negócios dessas companhias. Microsoft, Alphabet, Meta e Intel publicam seus resultados nesta semana.

Cerca de 180 empresas do S&P 500, que representam mais de 40% de sua capitalização de mercado, devem apresentar seus relatórios de resultados nesta semana. As apostas são altas para "Sete Magníficas", cujos lucros devem crescer quase 40% em comparação com um ano atrás, de acordo com a Bloomberg Intelligence. O foco nos ganhos acontece depois de uma debandada alimentada por temores geopolíticos e sinais de que o Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos) não terá nenhuma pressa em cortar as taxas de juro.

A projeção de aumento de 40% é o maior voto de confiança nos lucros desde que a pesquisa começou, em outubro de 2022. O S&P 500 passou de 5.000 pontos nesta segunda-feira, interrompendo uma queda de seis dias. O Nasdaq 100 subiu 1%, com a Nvidia na liderança dos ganhos entre as grandes empresas de tecnologia. A Apple foi eleita a melhor escolha para 2024 pelo Bank of America, com base no otimismo sobre seus próximos resultados.

Como a IA é considerada a chave para os lucros futuros, sua contribuição para o mix de ganhos é o foco principal dos operadores, segundo uma equipe do Bank of America que inclui Ohsung Kwon e Savita Subramanian.

Nasdaq Composite
Em pontos

Variações

1,11%	-2,73%	27,99%
No dia	Em 7 dias	12 meses

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Nem todos estão otimistas. Para Jonathan Golub, do UBS, as grandes empresas de tecnologia estão perdendo força, já que há um esfriamento do ímpeto de lucros de que o setor desfrutava. Ele rebaixou a recomendação do setor para as "Seis Grandes" ações de tecnologia — de Alphabet, Apple, Amazon, Meta, Microsoft e Nvidia — de acima da média do mercado para neutra.

Esta semana é importante para os mercados, já que os ganhos das grandes empresas de tecnologia e os principais dados da inflação nos EUA , a serem divulgados na sexta-feira, têm potencial de redefinir a trajetória de curto prazo do mercado, segundo Jeremy Straub, da Coastal Wealth. "Se os lucros das grandes empresas de tecnologia e os dados da inflação da sexta-feira decepcionarem, isso pode estender a duração e a profundidade desta correção atual do mercado de ações", observou ele. "Embora seja possível que o mercado de ações ainda tenha mais espaço para cair, continuamos construtivos em relação às ações para 2024."

As expectativas moderadas sobre cortes nas taxas de juro pelo Fed (o banco central dos EUA) abalaram as ações americanas nas últimas semanas. Mas a história mostra que pode não haver nada a temer: se o passado servir de exemplo, é provável que os mercados de ações tenham um bom desempenho em uma época de taxas de juro mais elevadas e por mais tempo.

Em ocasiões anteriores de altas taxas de retorno dos bônus, o S&P 500 teve um retorno de preço médio de 13,9%, em relação a um ganho médio de 6,5% durante períodos em que as taxas estavam em queda, segundo dados da BMO Capital Markets, cuja série histórica começa em 1990. "Acreditamos que as tendências recentes de crescimento mais forte do que o esperado nos EUA devem ser positivas para a economia e os lucros das empresas, pelo menos no primeiro semestre deste ano", diz Anthony Saglimbene, da Ameriprise. "Mas é provável que o preço pago por esse cenário seja termos a inflação alta e juros mais elevados por mais tempo do que o esperado no início do ano." ***(Com Bloomberg e Dow Jones Newswires)***

TikTok se prepara para os tribunais

Rede social

Ryan McMorrow
Financial Times, de Pequim

A rede social TikTok está se preparando para uma longa batalha judicial contra o projeto de lei dos Estados Unidos que ameaça proibir o aplicativo em seu maior mercado se sua proprietária chinesa, a ByteDance, se recusar a vender a plataforma de vídeos.

A Câmara dos Deputados dos EUA aprovou no sábado um pacote de projetos de lei de segurança nacional que inclui o que resultaria na proibição do TikTok no país se a controladora chinesa ByteDance não se desfizer do aplicativo. Em resposta, Michael Beckerman, chefe de políticas públicas do TikTok nos EUA, disse à sua equipe que se o projeto se tornar lei, a empresa "iria aos tribunais para contestá-la". "Esta legislação é uma clara violação dos direitos dos 170 milhões de usuários americanos do TikTok, previstos na primeira emenda (da Constituição)", escreveu ele em um memorando aos funcionários, segundo fontes que o leram. "Continuaremos a lutar."

O pacote de projetos, que também prevê destinação de recursos para a Ucrânia e Israel, foi enviado ao Senado dos EUA, que deve aprová-lo esta semana e mandá-lo para sanção do presidente Joe Biden. "Este é o começo, e não o fim, deste longo processo", diz Beckerman na carta aos funcionários. O TikTok deve fazer na quarta-feira uma reunião com todos os funcionários para discutir a situação nos EUA.

As fontes disseram que é provável que o advogado geral da ByteDance, Erich Andersen — que também lidera a equipe jurídica do TikTok e seria o responsável por orientar sua estratégia jurídica —, deixe o cargo antes de que qualquer batalha judicial comece. Andersen entrou na ByteDance em 2020, vindo da Microsoft. Com quatro anos no cargo, ele tem direito a um grande pacote de remuneração em ações. Uma série de executivos do TikTok nos EUA deixaram a empresa após um período de quatro anos, como a ex-diretora de operações Vanessa Pappas.

A ByteDance já recorreu outras vezes aos tribunais americanos para frustrar várias tentativas de proibição nos EUA, no que foi bem-sucedida.

No ano passado, um juiz federal impediu Montana de proibir o aplicativo em dispositivos no Estado antes de que a medida entrasse em vigor. O juiz concluiu que a proibição provavelmente violava o direito à liberdade de expressão previsto na primeira emenda da Constituição americana.

Antes de encerrar seu mandato em 2020, o ex-presidente Donald Trump tentou proibir o aplicativo em uma ordem executiva que também pretendia forçar a venda do TikTok. Os tribunais impediram sua implementação e o presidente Joe Biden desistiu da disputa jurídica depois de tomar posse.

Enquanto isso, o executivo da União Europeia informou na segunda-feira que deu ao TikTok 48 horas para responder a questões sobre a possibilidade de que ele tenha infringido as leis do bloco. As agências reguladoras receiam que um programa de recompensas que oferece pontos e vouchers para os usuários de seu aplicativo TikTok Lite na França e na Espanha seja viciante e prejudicial para a saúde mental das crianças. ***(Colaborou Javier Espinoza, de Bruxelas) (Tradução de Lilian Carmona)***

Ex-designer de grife de luxo tenta deixar a moda mais sustentável

Consumo

Natália Flach
De São Paulo

A indústria da moda é uma das maiores poluidoras do mundo. De acordo com levantamento do Parlamento Europeu, a produção de peças de vestuário e acessórios responde por 10% das emissões globais de gás carbônico — mais do que a soma das emissões de voos internacionais e transporte marítimo. Andreu David, designer nascido em Los Angeles, queria estar no mundo da moda desde criança, estudou para isso e chegou a trabalhar nas grifes de luxo Hermès, em Paris, e Ralph Lauren, em Nova York. Mas decidiu mudar de rumo. "Eu não queria mais fazer parte do problema, queria ter a liberdade para trabalhar nas soluções", diz David, em entrevista ao **Valor**.

Em 2019, o designer assumiu a presidência da feira têxtil Sourcing at Magic, que joga luz à sustentabilidade na produção de artigos de moda. Também se tornou professor na faculdade Otis Art and Design, em Los Angeles.

A próxima edição da Sourcing acontecerá em agosto, em Las Vegas (EUA), e deve reunir mais de 10,8 mil participantes e cerca de 1,6 mil expositores, entre fabricantes, fornecedores e prestadores de serviços globais dos setores de vestuário, calçados, têxteis, materiais e componentes, tecidos e aviamentos. O objetivo é negócios na América do Norte.

Segundo David, a feira dá destaque aos expositores que conquistam o selo de sustentabilidade da Hey Social Good, empresa que verifica quão sustentável uma companhia é a partir de 200 critérios. Esses critérios estão alinhados aos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU). "De uma média de 200 companhias que se cadastram, apenas 20 conquistam o selo", disse o executivo, na semana passada em São Paulo, a fabricantes brasileiros de produtos têxteis. A vinda de David ao país tem um objetivo claro: atrair empresas brasileiras para o evento.

A expectativa é que o tamanho do mercado dos EUA e a demanda por produtos sustentáveis acabem por influenciar as exportações brasileiras, levando o país a conquistar participação de mercado – que hoje é inexistente, segundo dados do governo dos Estados Unidos, compilados pelo Office of Textile and Apparel (Otexa). A China, por sua vez, responde por 22,5% desse mercado e o Vietnã, por 18,5%. "Se a China diminuir sua participação de mercado em 1%, isso abre uma oportunidade de US$ 2 bilhões em negócios", afirma David.

A seguir, os principais trechos da entrevista:

Valor: *Quando decidiu trabalhar com moda?*

Andreu David: Sabia que ia fazer carreira no setor aos cinco anos e, aos 12, aprendi a costurar. Fiz primeiro graduação em marketing, em Los Angeles, e depois fui para Nova York estudar design de moda na prestigiada Parsons. Moda está no meu sangue.

Valor: *Pensou em ter a sua marca?*

David: Designers costumam sonhar em ter a sua própria marca, mas eu não. Eu queria fazer algo significativo. Durante a minha carreira, quando entrei em contato com a importância da sustentabilidade, percebi que não fazer parte do problema da indústria já era um passo rumo à. Então, decidi ir para a Sourcing pela possibilidade de ter influência nesse sentido. A indústria tem trabalhado de forma irresponsável por anos, e agora eu tenho a oportunidade de promover mudanças.

Valor: *Como?*

David: Além do cargo que ocupo na Sourcing, sou professor na faculdade Otis Art and Design, em Los Angeles, e todos os meus alunos falam sobre sustentabilidade. Isso mostra que houve uma mudança de mentalidade das gerações mais novas. Mas ainda precisa acontecer na velha guarda. O ponto é que as principais marcas continuam produzindo sem levar a sustentabilidade em conta, pois precisam de custos baixos para entregar lucros maiores para os investidores. Mas esse cenário está mudando, pois há pressão dos consumidores até mesmo nas fábricas da China.

Valor: *Os consumidores do segmento de luxo têm essa mentalidade de sustentabilidade?*

David: Os clientes desse segmento podem pagar por peças de qualidade que duram mais. A geração mais nova está interessada nisso. Se não tiverem condições de pagar uma peça de luxo, vão comprar em revendas. Tanto é que esse mercado se tornou um importante canal de vendas para as marcas. Mas tudo tem a ver com condições econômicas. Uma família com recursos limitados não pode pagar por certos produtos sustentáveis. Acho que nunca vamos conseguir vencer essa barreira, pois trata-se de um limitador econômico. Mas se você puder influenciar o fabricante, pelo lado de matéria-prima, para que tome decisões responsáveis, então, o resultado vai chegar até o consumidor.

VALENTINA BUONERBA/DIVULGAÇÃO

"Se você influenciar o fabricante, o resultado vai chegar até o consumidor"
Andreu David

Valor: *Como o Brasil se coloca nesse mercado em termos de sustentabilidade?*

David: O Brasil é um dos mercados mais avançados nesse sentido, com as empresas indo atrás de certificações. O que precisa é expandir o mercado, levando os seus produtos para fora do país.

Ver a íntegra no site do Valor

Curtas

Zendesk no Brasil

O Brasil pode se tornar o segundo maior mercado da empresa de tecnologia Zendesk nos próximos cinco a dez anos, impulsionado pela adoção de ferramentas de inteligência artificial nos software de atendimento ao cliente, disse ao **Valor** o CEO Tom Eggemeier. Um dos fatores que facilitam a adoção de inteligência artificial no atendimento ao cliente no Brasil é a determinação do governo de que uma solicitação para falar com um atendente humano deve ser atendida no máximo em um minuto. Isso ajuda as empresas a buscar ferramentas que resolvam o tema sem ter que envolver uma pessoa. ***(Felipe Laurence, de São Paulo)***

Executivo da Disney

Aaron LaBerge, executivo de tecnologia de alto escalão, está saindo da empresa de entretenimento Disney, segundo a Dow Jones. A saída ocorre em meio a várias iniciativas de alto risco na companhia, que trabalha para construir um futuro centrado em streaming. LaBerge esteve envolvido em projetos importantes — esforços de streaming da ESPN até a integração do Hulu com o Disney+. La Berge não se pronunciou.

Empresas

Petroquímica Aporte no grupo em crise financeira estaria atrelado à diluição da família Slezynger

Gestora IG4 tem interesse no controle da Unigel

Taís Hirata e Mônica Scaramuzzo
De São Paulo

A gestora IG4 fez proposta para adquirir o controle da Unigel, apurou o **Valor**. As negociações dependem da disposição da família Slezynger de abrir mão do controle do negócio e aceitar a diluição na petroquímica, segundo fontes.

As conversas começaram há três meses e evoluíram nas últimas semanas, de acordo com pessoas a par do assunto.

Com dívidas de R$ 3,9 bilhões, a companhia fechou acordo com os credores acerca dos detalhes finais do plano de recuperação extrajudicial homologado em fevereiro, e tem até 20 de maio para buscar a adesão da maioria simples dos titulares dos créditos a serem reestruturados, e assegurar a execução do plano.

Segundo uma fonte, mesmo que feche o acordo, a reestruturação da Unigel é o típico caso de empurrar para frente a dívida da companhia e não resolver o problema crucial. Seria preciso uma injeção de "equity" e que a família ceda o controle para que uma reestruturação ampla seja feita no grupo. A IG4 estaria disposta a participar da reestruturação dos negócios.

Procurada, a Unigel informou que não negocia a venda de controle. "A família é detentora da Unigel há, aproximadamente, 60 anos e não tem nenhuma intenção de sair do negócio". A IG4 não quis comentar o assunto.

A família tem contado com a assessoria do empresário Pedro Wongtschowski, acionista minoritário e ex-chairman da Ultrapar, para conduzir a reestruturação da companhia, que está em dificuldades financeiras.

Wongtschowski poderia assessorar o grupo a partir do conselho — o ex-presidente do Ultra já fez parte do colegiado da Unigel, há cerca de uma década, em um momento em que a companhia estava fortemente endividada, por causa dos investimentos em expansão e na aquisição de operações no Brasil e no México, e lutava para superar uma grave crise financeira.

R$ 1 bi
é o prejuízo do grupo até setembro

O papel de Wongtschowski será de um conselheiro, mas ainda não está claro se ele vai assumir uma função, de fato, no colegiado da empresa. O empresário também estava sendo cotado para assumir o posição de CEO, mas não há um consenso nesse sentido ainda. Toda a carreira de Wongtschowski está ligada ao grupo Ultra — ele foi o braço direito de Paulo Cunha.

Fundador do grupo, Henri Slezynger segue à frente do conselho de administração. Um de seus filhos, Marc, ocupa a vice-presidência. Hoje, dois dos cinco assentos do colegiado estão vagos.

De janeiro a setembro do ano passado, a companhia acumulou prejuízo líquido de R$ 1 bilhão. A receita líquida somou R$ 4,11 bilhões, queda de 45% na comparação anual, e o resultado operacional (Ebitda) ajustado ficou negativo em R$ 276 milhões, comparável a R$ 1,65 bilhão positivo um ano antes. A empresa ainda não divulgou o balanço do quarto trimestre, que estava previsto para início de abril.

Fleury volta às compras após fusão com laboratório

Saúde

Beth Koike
De São Paulo

Em sua primeira aquisição após a fusão com o Hermes Pardini, em março do ano passado, o Fleury fechou a compra de 100% do laboratório São Lucas, de Santa Catarina, por R$ 69,8 milhões.

O valor equivale a 5,4 vezes o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) do ativo. Trata-se de um múltiplo bem inferior ao patamar das aquisições realizadas na fase de bonança do setor, em 2020, quando esse indicador chegava a ser o dobro.

Questionada se essa transação pode ser um indicativo de retomada das aquisições e com valores menores na área da saúde, Jeane Tsutsui, presidente do Fleury, disse que o ativo foi realmente negociado em múltiplos interessantes, mas que a taxa de juros ainda está elevada. A executiva lembrou que, apesar da alavancagem do Fleury ser baixa (1,2 vez o Ebitda), a prioridade da companhia é a disciplina financeira. Desde 2017, a empresa de medicina diagnóstica comprou 17 ativos entre laboratórios e clínicas médicas.

A aquisição do São Lucas, com cinco laboratórios distribuídos nas cidades de Itajaí e Balneário Camboriú, marca a entrada do Fleury em Santa Catarina. Até então, o grupo estava presente na região por meio do Hermes Pardini que processa exames para laboratórios locais.

Com faturamento de R$ 47 milhões nos últimos 12 meses, o São Lucas é um laboratório tradicional na região, fundado há 60 anos. Um dos pontos que chama atenção é que um terço de sua receita vem de procedimentos pagos por clientes particulares. Em geral, no mercado, cerca de 90% dos exames são feitos via planos de saúde. Além disso, no sul do país, a maioria dos hospitais e laboratórios tem forte dependência das Unimeds como fontes pagadoras — o que em geral afugenta os investidores.

JULIO BITTENCOURT/VALOR

"Múltiplo da aquisição foi de 5,4 vezes o Ebitda"
Jeane Tsutsui

"O São Lucas reúne os três pilares que buscamos numa aquisição: entrada em nova praça, alinhamento cultural com marca de forte reputação e atende aos nossos parâmetros financeiros", disse a presidente do Fleury. A marca São Lucas será mantida dentro da companhia, que é dona de 41 bandeiras de laboratórios de medicina diagnóstica.

Ela lembrou ainda que, apesar da fusão com o Hermes Pardini que fez a companhia dobrar de tamanho, o Fleury continua interessado em aquisições na área de medicina diagnóstica. Atualmente, o grupo está presente em 14 Estados com unidades de atendimento. No negócio de prestação de serviços, a companhia processa exames para 7 mil laboratórios no país.

A compra do São Lucas não precisa ser submetida ao Conselho de Administração de Defesa Econômica (Cade) devido ao valor, cujos recursos estão saindo do caixa do Fleury.

Em 2023, a companhia encerrou com receita líquida pró-forma de R$ 7,2 bilhões, o que representa alta de 9,7% sobre 2022. O Ebitda subiu 10% para R$ 1,8 bilhão e a margem do respectivo indicador ficou estável em 25,2%. O lucro líquido (contábil) avançou 51,7% para R$ 467 milhões.

Curta

Demanda aérea melhora

A demanda por transporte aéreo no mercado doméstico melhorou em março, com a indústria conseguindo recuperar parte significativa da sua capacidade do pré-pandemia. O setor, entretanto, segue abaixo de 2019, antes dos impactos da covid-19. Em março, a demanda por transporte aéreo no mercado doméstico brasileiro subiu 1,4% ante igual mês de 2023. Na comparação com igual mês de 2019, teve leve queda de 0,13%. Mesmo assim, o indicador melhorou quando comparado ao registrado em fevereiro deste ano, quando a retração na demanda ante fevereiro de 2019 havia sido maior, de 3,4%. Já a oferta de assentos caiu 0,2% em março na comparação com 2023. Ante 2019, saltou 0,79%. Os dados foram divulgados nesta segunda-feira (22) pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Agro 4.0

Por GLOBORURAL

Estratégia Startup de Vinhedo (SP), que já atua nas cadeias de algodão e carnes bovina e de frango, abrirá novas frentes com aporte de R$ 2 milhões

Ecotrace agora quer rastrear couro e café

Marcos Fantin
De São Paulo

A Ecotrace, startup brasileira que atua na rastreabilidade de cadeias de commodities e que já atende boa parte do segmento de carne bovina, está se preparando para atuar também em outros segmentos. Para dar o novo passo, a empresa levantou mais de R$ 2 milhões em uma rodada de investimento.

Ao todo, 192 investidores participaram do aporte. A empresa levantou os recursos por meio da plataforma de investimentos em startups Captable e concluiu a rodada em pouco mais de 20 dias.

A companhia quer usar os recursos para ampliar seu portfólio e alcançar novos mercados do agronegócio. Hoje, o carro-chefe da empresa é a indústria de carne bovina — a startup, que tem JBS, Minerva e FriGol em sua lista de clientes, já é responsável, sozinha, por rastrear 40% de toda a carne que o Brasil exporta. A Ecotrace também atua nos segmentos de algodão e carne de frango.

A empresa nasceu em Vinhedo (SP) em 2018. Entre a fundação da startup e o mês de julho de 2023, passaram por seu sistema de rastreabilidade 12,3 milhões de cabeças de gado, 88 milhões de aves e 45 milhões de fardos de algodão, segundo a companhia.

"Na ampliação do portfólio, o primeiro mercado em que devemos é o de couro. Identificamos que existe uma pressão muito grande sobre a indústria automobilística para que ela utilize couro sustentável", disse ao **Valor** Flavio Redi, cofundador e principal executivo da Ecotrace.

"A indústria de automóveis está sob pressão para ser sustentável"
Flavio Redi

Segundo ele, a startup tem planos de ingressar também em outros segmentos de commodities, como palma, café, citros e feijão. "Algumas empresas desses setores já nos procuraram para saber como poderiam entrar na rastreabilidade", afirmou. Redi acredita ainda que a demanda pelo serviço pode crescer na cadeia do algodão, sobre a qual, disse o empresário, a pressão aumentou recentemente.

Com o crescimento da demanda, a startup projeta forte expansão de suas operações nos próximos anos. A empresa faturou R$ 7 milhões em 2023, prevê receita de R$ 11,4 milhões neste ano e tem a expectativa de quintuplicar esse valor até 2028.

O sistema de rastreio da Ecotrace baseia-se em blockchain e inteligência artificial. "Começamos fotografando tudo dentro dos frigoríficos para gerar evidência para os importadores. Fizemos nossa visão computacional evoluir com inteligência artificial e treinamos os nossos algoritmos", disse Redi. Hoje, a inteligência artificial da Ecotrace é capaz de identificar, de forma autônoma, contusões e contaminações nas carcaças bovinas.

DIVULGAÇÃO

Flavio Redi, da Ecotrace: demanda por serviços de rastreabilidade em culturas como palma, café, citros e feijão

A empresa levantou os recursos por meio de um "equity crowdfunding", modalidade em que pessoas físicas podem investir no projeto e receber uma participação societária da empresa. Dos 192 participantes da rodada, 71 são investidores qualificados, critério da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que para classificar pessoas físicas ou jurídica que tenham mais de R$ 1 milhão em investimentos ou alguma certificação aceita pela autarquia. A cota mínima era de R$ 1,9 mil. A máxima para investidores não qualificados era de R$ 20 mil. Não havia teto para os qualificados.

Nos últimos dois anos, quase 3 mil investidores pessoas físicas realizaram aportes em agtechs, segundo Leonardo Zamboni, diretor de marketing da Captable. Na plataforma, disse ele, o aporte médio em startups do agro é de R$ 6 mil por investidor.

valor.com.br

Pastagens

Yara e MyCarbon acertam parceria

A Yara, uma das líderes globais de fertilizantes, e a MyCarbon, subsidiária da Minerva para originação e comercialização de créditos de carbono, acertaram uma parceria para recuperar pastos degradados por meio de práticas regenerativas. As empresas esperam aumentar a uniformidade das pastagens e calculam que podem elevar em 25% a produtividade das forragens para pastagens anuais de inverno e em 63% a produtividade de forragens em áreas tropicais perenes.

valor.com.br/agro

Pesquisa

Soja ganha bioinsumo multifuncional

Após quatro anos de pesquisa, estudiosos ligados à Embrapa anunciaram a criação de bioinsumo para o cultivo de soja com dupla função: de estímulo ao crescimento da planta e de combate a fungos. O produto é o primeiro inoculante líquido multifuncional a ser aplicado no tratamento de sementes ou no sulco de plantio da oleaginosa, e promete auxiliar na redução no uso de fertilizantes químicos nitrogenados. O desenvolvimento foi realizado em parceria com a empresa Innova Agrotecnologia.

valor.com.br/agro

Comércio

Malásia habilita mais quatro frigoríficos

Mais quatro frigoríficos do Brasil receberam autorização para exportar carne de frango halal (abatido segundo os preceitos islâmicos) para a Malásia. Entraram na lista as unidades da BRF localizadas em Dourados (MS) e Dois Vizinhos (PR), a planta da JBS Aves em Trindade do Sul (RS) e a da Vibra Agroindustrial em Sete Lagoas (MG). Antes do anúncio de ontem, três plantas brasileiras tinham aval para embarcar à Malásia — duas da BRF e uma da Jaguafrangos, de Jaguapitã (PR).

valor.com.br/agro

INÊS249

Agronegócios

Por GLOBORURAL

Logística Com queda do frete marítimo, valor para escoar via RS e MA caiu 19% no ano passado

Custo de transporte de grãos para a Ásia recua no país

DIVULGAÇÃO/APPA

Porto de Paranaguá respondeu por 16% das exportações de soja e 4% dos embarques de milho no 1º trimestre

Fernanda Pressinott
De São Paulo

O custo do transporte de grãos do Brasil até os portos da Ásia e da Europa caiu em 2023 em praticamente todos os corredores logísticos usados para escoamento, apesar das turbulências ocorridas na esteira da guerra na Faixa de Gaza, iniciada em outubro do ano passado.

As rotas que tiveram maior desvalorização no ano foram as dos portos do Rio Grande do Sul e do Maranhão. O custo de transporte dos grãos que saíram pelo porto de Rio Grande com destino à China caiu 19%. Foi a mesma queda registrada no custo para escoamento pelo porto de São Luiz, também para o mercado chinês, conforme um levantamento feito pelo Grupo de Pesquisa e Extensão em Logística da Escola Superior "Luiz de Queiroz" (EsalqLog).

Segundo Thiago Péra, coordenador do grupo, o que gerou o alívio nesse custo foi a redução do preço do frete marítimo entre 2022 e 2023, o que compensou a alta no transporte rodoviário registrada no período.

Os fretes marítimos começaram a recuar em 2022, mas ainda estavam acima dos patamares pré-pandemia. No último trimestre de 2023, a guerra no Oriente Médio e os ataques houthis no Mar Vermelho fizeram os fretes marítimos disparar para níveis acima de 2022, mas os valores cederam recentemente e já voltaram para patamares abaixo da média daquele ano, observa o advogado Larry Carvalho, especialista em logística.

As melhores opções de originação para os compradores de grãos brasileiros são o Rio Grande do Sul e Maranhão, já que ambos os Estados têm uma distância mais curta entre a zona produtora e o porto. Por outro lado, o custo do frete da soja que sai de Mato Grosso — maior Estado produtor do país — teve uma redução de 6% na comparação entre 2022 e 2023 quando escoados pelos portos do Arco Norte, e de apenas 4% quando transportado pelo Porto de Santos (SP), segundo o estudo.

O custo para levar os grãos para a Europa, considerando o porto de Hamburgo, na Alemanha, como destino, também teve queda mais relevante nas rotas de saída por Rio Grande do Sul e Maranhão — o declínio foi de 13% e 11%, respectivamente. Já o custo para levar cargas de grãos desde Mato Grosso até o porto alemão, seja pelo Arco Norte, seja pelo porto de Santos, chegou a registrar um leve aumento, de 1% em ambos os casos.

Os portos do Arco Norte já se mostram bem mais competitivos do que os do Sudeste e Sul para os grãos colhidos nas fazendas localizadas no norte de Mato Grosso, enquanto para as propriedades localizadas na região central do Estado, a competição é mais acirrada.

"Os grãos do Brasil andam em média 2 mil quilômetros até os portos. É uma distância muito grande, com perdas de produto durante o caminho", observa Thiago Péra, da Esalqlog.

Embora esses custos tenham diminuído na comparação anual, o preço da soja caiu ainda mais. Por isso, a participação do custo logístico no custo total de aquisição do grão pelos importadores asiáticos e europeus acabou sendo maior em 2023 do que em 2022, acrescenta o pesquisador.

Para os chineses, o custo logístico da soja originada em Mato Grosso, pelo porto de Santos, passou de 19,7% do total do valor pago em 2022, para 23,5% em 2023. Pelo porto de Barcarena, a participação do frete aumentou 3,6 pontos percentuais, para 22,9% do total.

O mesmo fenômeno ocorreu para os europeus. A participação do frete da soja levada de Mato Grosso à Europa pelo porto de Santos aumentou até 4 pontos percentuais, alcançando 22% do custo total da soja exportada ao continente em 2023. "O menor preço da soja eleva percentualmente a participação da logística, mas os compradores gastaram menos no geral", diz Péra.

Apesar da acomodação recente, projeções indicam que os custos do frete tendem a subir no longo prazo, já que falta armazenagem para aliviar a pressão das safras de grãos crescentes, como indicou o banco holandês Rabobank em relatório recente.

Custo da soja para Xangai
Valores em US$ por tonelada

Corredores	2022	2023	Variação (%)
Mato Grosso – porto de Barcarena	130,49	123,57	-6
Maranhão – porto de São Luis	102,63	83,49	-19
Piaui – porto de São Luis	106,12	88,47	-17
Mato Grosso – porto de Santos	131,82	126,88	-4
Rio Grande do Sul – porto de Rio Grande	86,43	70,37	-19

Custo soja para Hamburgo /Europa
Valores em US$ por tonelada

Corredores	2022	2023	Variação (%)
Mato Grosso – porto de Barcarena	112,19	113,35	1
Maranhão – porto de São Luis	89,90	78,86	-11
Piaui – porto de São Luis	93,39	84,84	-9
Mato Grosso – porto de Santos	124,12	124,92	1
Rio Grande do Sul – porto de Rio Grande	78,92	68,57	-13

Participação do custo de transporte no custo total para aquisição de soja pelos chineses (%)

Corredores	2022	2023
Mato Grosso – porto de Barcarena	19,50	22,90
Maranhão – porto de São Luis	15,50	15,90
Piaui – porto de São Luis	16,30	16,70
Mato Grosso – porto de Santos	19,70	23,50
Rio Grande do Sul – porto de Rio Grande	12,90	13,00

Participação do custo de transporte no custo total para aquisição de soja pelos europeus (%)

Corredores	2022	2023
Mato Grosso – porto de Barcarena	17,30	22,00
Maranhão – porto de São Luis	12,00	12,70
Piaui – porto de São Luis	14,60	16,10
Mato Grosso – porto de Santos	18,80	22,00
Rio Grande do Sul – porto de Rio Grande	12,00	12,70

Fonte: EsalqLog

Arco Norte avança em embarques de milho

De São Paulo

Os portos do Arco Norte foram responsáveis por 43,3% das exportações de milho no primeiro trimestre, o que representou um aumento de participação de quase sete pontos percentuais em relação ao mesmo período do ano passado, de acordo com o Boletim Logístico da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). No mesmo período de 2023, a movimentação do cereal pelo Arco Norte representou 36,2% do total.

A maior parte das exportações ainda seguiu ocorrendo pelo Centro-Sul, mas a participação dos portos dessa região diminuiu. O porto de Santos respondeu por 32% da movimentação do milho no trimestre, em comparação a 25% no mesmo período de 2023.

O porto de Paranaguá (PR) escoou 4% do milho no período, abaixo dos 18,8% de um ano atrás. Pelo porto de São Francisco do Sul (SC) saíram 15,1% dos volumes embarcados, ante 11,5% um ano antes.

Já as exportações de soja continuaram concentradas pelos portos do Centro-Sul. O Porto de Santos respondeu por 35,9% dos embarques do trimestre, em relação a 43,3% do ano anterior. Já o Arco Norte foi a via de escoamento de 35,3% das exportações da oleaginosa, frente a 37,5% no mesmo período do ano passado. Por Paranaguá saíram 16% das vendas, em relação a 8,7% um ano antes. *(FP)*

Guerra na Ucrânia puxa alta do trigo

Commodities

Paulo Santos
De São Paulo

O acirramento das tensões entre Rússia e Ucrânia fez os preços do trigo dispararem na bolsa de Chicago na sessão de ontem. A reboque, milho e soja também tiveram valorização na bolsa americana. Os contratos do trigo com vencimento em julho, os de segunda posição e os mais negociados, tiveram alta de 3,66% e fecharam a US$ 5,8750 o bushel.

No último fim de semana, a Rússia disparou mísseis contra instalações portuárias na Ucrânia. Os ataques atingiram o porto ucraniano de Pivdennvyi, e destruíram produtos agrícolas que seriam destinados a países da Ásia e da África, relatou a consultoria Royal Rural.

De acordo com Ronaldo Fernandes, analista da Royal Rural, os preços subiram não apenas por causa dos novos ataques, mas também pela declaração de Joe Biden, presidente dos Estados Unidos, que prometeu ainda mais recursos para os ucranianos após as ofensivas russas.

"O Congresso americano deu sinais de que vai liberar mais verba para apoiar a Ucrânia. Moscou, por sua vez, afirma que o apoio dos EUA contribuirá para uma catástrofe. Sob esse contexto, o mercado passa a entender que a guerra pode se arrastar por muito mais tempo do que se imaginava", observou. A invasão russa a territórios ucranianos completou dois anos em fevereiro.

Fernandes afirmou ainda que os agentes de mercado tentaram precificar o "pior dos cenários" para a escalada na guerra. No entanto, isso não significa o início de uma nova tendência para o mercado de trigo, segundo o analista. "Se amanhã, de repente, a Rússia receber uma nova sanção do Ocidente e recuar com sua estratégia militar, o mercado volta ao normal", disse.

O milho também subiu em Chicago. Os contratos para julho avançaram 1,52%, a US$ 4,4975 o bushel. Geralmente, os movimentos de preço do milho e trigo têm correlação na bolsa, já que ambos são utilizados na indústria de ração animal.

Já os contratos da soja para julho subiram 0,92%, para US$ 11,7650 o bushel. A alta foi influenciada também pela valorização do óleo de soja no mercado internacional. De acordo com Fernandes, a escalada na guerra entre Ucrânia e Rússia também gera incertezas no mercado de óleos vegetais, uma vez que os dois países são os maiores exportadores de óleo de girassol do mundo.

3,66%
foi a alta do trigo na bolsa de Chicago

Reflexos da guerra
Preços futuros dos grãos em Chicago

Soja - Cotação* diária
Em centavos de US$/bushel

Variações

0,92%	-9,36%	-18,81%
No dia	No ano	12 meses

Milho - Cotação* diária
Em centavos de US$/bushel

Variações

1,52%	-7,08%	-26,90%
No dia	No ano	12 meses

Trigo - Cotação* diária
Em centavos de US$/bushel

Variações

3,66%	-8,13%	-12,70%
No dia	No ano	12 meses

Fonte: Dow Jones Newswires. Elaboração: Valor Data *Segunda posição

John Deere vai ampliar fábrica

Máquinas

De São Paulo

A fabricante de máquinas agrícolas John Deere anunciou ontem que investirá mais de R$ 700 milhões para ampliar a infraestrutura de sua fábrica de máquinas agrícolas em Catalão (GO). A empresa produz colhedoras de cana e pulverizadores na unidade.

A expansão vai adicionar mais de 20 mil metros quadrados à planta, que tem hoje 69 mil metros quadrados, afirmou Edison Drescher, diretor da fábrica, em nota. Segundo a empresa, o projeto de expansão vai criar 400 novos postos de trabalho nos próximos 60 meses. Desse total, 100 serão empregos diretos e 300, indiretos.

Com o investimento, a John Deere também vai nacionalizar a produção de sua ferramenta de pulverização inteligente. O sistema utiliza visão computacional, inteligência artificial e aprendizagem de máquina para identificar plantas daninhas na lavoura e aplicar herbicidas na quantidade exata.

Recentemente, a John Deere anunciou uma série de investimentos para aumentar sua estrutura física no país. A lista inclui imóveis e terrenos para a ampliação de escritórios e de unidades operacionais e de tecnologia. *(FP)*

Estratégia
Ecotrace levanta R$ 2 milhões e planeja oferecer serviços de rastreabilidade para couro e café
B7

F.D.A Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A • CNPJ n° 35.742.218/0001-04

À Acionista

A Administração da F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A. em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício de 2023, bem como o Relatório dos Auditores Independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição da acionista, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

A Companhia

A F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A. (F.D.A. ou Companhia) foi constituída, nos termos de seu Estatuto Social, em 04.12.2019 e destina-se à geração de energia elétrica. Tem a Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT ou Controladora) como única acionista. Por sua vez, a Copel GeT é controlada pela Companhia Paranaense de Energia (Copel).

- **FDA em números**

	2023	2022	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	895.047	938.780	(4,7)
Caixa e equivalentes de caixa	353.241	284.624	24,1
Títulos e valores mobiliários	16.388	14.750	11,1
Receita operacional bruta	847.270	831.376	1,9
Deduções da receita	(91.821)	(88.374)	3,9
Receita operacional líquida	755.449	743.002	1,7
Custos e despesas operacionais	(432.953)	(398.843)	8,6
Resultado das atividades	322.496	344.159	(6,3)
Ebitda ou Lajida	450.228	478.591	(5,9)
Resultado financeiro	26.634	24.714	7,8
IRPJ/CSLL	115.615	123.452	(6,3)
Lucro operacional	349.130	368.873	(5,4)
Lucro líquido do exercício	233.515	245.421	(4,9)
Patrimônio líquido	634.052	563.168	12,6
Dividendos	221.839	233.150	(4,9)
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	2,0	1,3	53,8
Liquidez geral (índice)	1,8	1,0	80,0
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou lajida/receita operacional líquida) (%)	59,6	64,4	(7,5)
Margem operacional (lucro operacional/receita operacional líquida) (%)	46,2	49,6	(6,9)
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	30,9	33,0	(6,4)
Participação de capital de terceiros (%)	29,2	40,0	(27,0)
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) (1)	41,5	35,0	18,6

(1) LL ÷ (PL inicial)

1. Gestão *Esg* (Ambiental, Social e Governança)

A FDA tem a tradição do grupo Copel, que é pioneira na gestão de questões ambientais, sociais e de governança corporativa. Ao longo de sua história, a Copel consolidou-se como um grupo comprometido em prover energia e soluções para o desenvolvimento sustentável da sociedade, sendo o primeiro do setor elétrico a aderir ao Pacto Global das Organizações das Nações Unidas - ONU, em 2000.

O crescimento econômico, a responsabilidade socioambiental, a inovação e a excelência em governança são conceitos intrínsecos à estratégia de negócios da Companhia e a Copel tem orgulho de estar na vanguarda da preservação da biodiversidade e de programas socioambientais, conforme as diretrizes da Política de Sustentabilidade da Companhia.

Para difundir e materializar esse compromisso, a Copel desenvolve ações e programas que beneficiam a comunidade, o meio ambiente e o público interno. A trajetória da Copel rumo à sustentabilidade prioriza a inovação nos processos, a qualidade dos serviços prestados e a transparência na gestão.

Outras informações sobre as práticas adotadas pela Companhia e o desenvolvimento sustentável podem ser acessadas no endereço https://copelsustentabilidade.com.

- **Referencial Estratégico**

A Companhia adota as diretrizes expressas no referencial estratégico da Copel, que balizam sua gestão e orientam todas as ações e decisões internas e externas. São elas:

Missão: Prover energia e soluções para o desenvolvimento com sustentabilidade.

Visão: Ser referência nos negócios em que atua gerando valor de forma sustentável.

Valores:

- **Ética:** Resultado de um pacto coletivo que define comportamentos individuais alinhados a um objetivo comum.
- **Respeito às pessoas:** Consideração com o próximo.
- **Dedicação:** Capacidade de se envolver de forma intensa e completa no trabalho, contribuindo para a realização dos objetivos da organização.
- **Transparência:** Prestação de contas das decisões e realizações da empresa para informar seus aspectos positivos ou negativos a todas as partes interessadas.
- **Segurança e Saúde:** Ambiente de trabalho saudável, em que os trabalhadores e os gestores colaboram para o uso de processo de melhoria contínua da proteção e promoção da segurança, saúde e bem-estar de todos.
- **Responsabilidade:** Condução da vida da empresa de maneira sustentável, respeitando os direitos de todas as partes interessadas, inclusive das futuras gerações, e o compromisso com a sustentação de todas as formas de vida.
- **Inovação:** Aplicação de ideias em processos, produtos ou serviços, de forma a melhorar algo existente ou construir algo diferente e melhor.

2. Governança Corporativa

A FDA segue as diretrizes de governança corporativa da sua Controladora, que abrange um conjunto eficiente de mecanismos, tanto de incentivos quanto de monitoramento, a fim de assegurar que o desempenho dos administradores esteja sempre alinhado com o melhor interesse da Copel e dos stakeholders. Atualmente, a Controladora (Copel) está listada no Nível 1 de Governança da B3 (bolsa de valores do Brasil), atende aos dispositivos da Lei Federal nº 6.404/1976, às regras da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e às demais legislações aplicáveis no Brasil. No exterior, a Controladora cumpre as normas da *Securities and Exchange Commission* - SEC e da *New York Stock Exchange* - NYSE, nos Estados Unidos; e do Latibex, da *Bolsa y Mercados Españoles*, na Espanha. Os principais documentos e políticas de governança da Companhia podem ser conferidos no endereço eletrônico da Copel.

2.1. Estrutura de Governança

A Companhia segue as práticas e políticas de governança adotadas pela Copel no tocante à Assembleia Geral de Acionistas, Conselho Fiscal, Conselho de Administração e Diretoria Reunida.

A descrição completa da estrutura administrativa e demais informações relevantes estão disponíveis em https://www.copel.com/hpcweb/institucional/portal-da-transparencia/institucional/

2.2. Integridade

Programa de Integridade

Tem por finalidade o correto tratamento aos desvios éticos e de conduta e principalmente a implementação de medidas anticorrupção adotadas para prevenção, detecção e remediação de atos lesivos à Companhia, que envolvam, por exemplo, a ocorrência de suborno, propina, conflito de interesses, fraudes em processos de licitação e pagamentos, entre outros.

O programa se destina a todos os empregados, fornecedores, terceirizados, estagiários, prestadores de serviços e contratados e, para cumprimento de sua função, está fundamentado em: liderança e estrutura; análise de risco; políticas e procedimentos; comunicação e treinamentos; e monitoramento do programa; sendo cinco pilares que, de forma interdependente, sustentam o desenvolvimento e aperfeiçoamento constante de todos os mecanismos adotados.

3. Desempenho Operacional

Em 02.03.2020, a Copel GeT transferiu para F.D.A. a concessão da UHE Governador Bento Munhoz da Rocha Neto (GBM ou Foz do Areia) com a assinatura de contrato de Concessão junto à Aneel com mesmo prazo da concessão original. A UHE GBM possui potência instalada de 1.676,0 MW e garantia física de 575,3 MW médios.

No ambiente regulatório, a F.D.A. aderiu à repactuação do risco hidrológico na parcela da garantia física não comprometida com contratos repactuados no Ambiente de Contratação Regulada - ACR nos termos da Lei nº 14.052/2020, regulamentada pela Resolução Normativa Aneel nº 895/2020, que proveu a compensação dos riscos de natureza não hidrológica por meio de extensão das outorgas dos agentes de geração hidráulica participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE.

Em 24 de novembro de 2022, foi sancionada a Lei Estadual nº 21.272, que autorizou o Estado do Paraná a realizar oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias e/ou units, desta forma, possibilitando a transformação da Copel, Controladora indireta da FDA, em companhia de capital disperso e sem acionista controlador (Corporação).

Em 11 de agosto de 2023 ocorreu a liquidação financeira da oferta base secundária de ações de titularidade do Estado do Paraná. Em decorrência dessa operação, a Copel cumpriu com os requisitos para fins de obtenção de novo contrato de concessão para a usina de GBM, nos termos da Lei nº 9.074/1995. O novo contrato de concessão deverá ser celebrado com o Poder Concedente em 2024.

Usina em operação em 31.12.2023 - Características Físicas

Usina	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Propriedade %	Potência Instalada (MW) Proporc.	Garantia Fisica (MW Médios) Proporc.	Início de Operação Comercial	Vencimento de Outorga
UHE Gov. Bento Munhoz da Rocha Netto (Foz do Areia-FDA)	1.676,0	575,3	100%	1.676,0	575,3	01.10.1980	21.12.2024
TOTAL	1.676,0	575,3		1.676,0	575,3		

Garantia Física Realizada e Esperada

Garantia física GWh/ano proporcional	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
UHE Gov. Bento Munhoz da Rocha Netto (Foz do Areia-FDA)	5.288,2	5.039,6	5.036,4	4.972,2	4.972,2	4.972,2	4.985,8
TOTAL	5.288,2	5.039,6	5.036,4	4.972,2	4.972,2	4.972,2	4.985,8

Modelo de Negócio e Condições no ACR

Usinas	Modelo de Negócio em 1º/jan/2024	Preço no ACR em 1º/jan/2024	Data e índice de reajuste no ACR
UHE Gov. Bento Munhoz da Rocha Netto (Foz do Areia-FDA)	100% ACL	não aplicável	não aplicável

4. Desempenho Econômico-Financeiro (em milhares de reais)

4.1 Receita Operacional Líquida

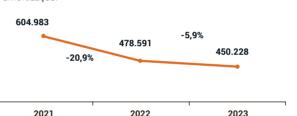
Em 2023, a Receita Operacional Líquida teve acréscimo de R$ 12.447, representando 1,7% de aumento em relação a 2022, decorrente da maior venda de energia em contratos com a Copel Mercado Livre:

4.2 Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais, tiveram aumento de R$ 34.110, representando 8,5% de aumento em relação a 2022, devido principalmente ao aumento da energia elétrica comprada para revenda junto a CCEE:

4.3 Ebitda ou lajida

Dados Ebitda/Lajida	2023	2022	2021
Lucro líquido	233.515	245.421	361.255
Despesas com tributos sobre os lucros	115.615	123.452	185.725
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	(26.634)	(24.714)	(10.865)
Lajir/Ebit	**322.496**	**344.159**	**536.115**
Depreciação e Amortização	127.732	134.432	68.868
Lajida/Ebitda	**450.228**	**478.591**	**604.983**
Receita Operacional Líquida - ROL	755.449	743.002	702.024
Margem do Ebitda% (Ebitda ÷ ROL)	**59,6%**	**64,4%**	**86,2%**

O Ebitda da Companhia em 2023 foi de R$ 450.228 apresentando redução de R$ 28.363 ou 5,9% em relação a 2022, devido a maior compra de energia impactado parcialmente pela redução da redução da depreciação e amortização.

4.4 Resultado Financeiro

O resultado financeiro apresentou acréscimo de R$ 1.920 devido principalmente ao aumento da renda de aplicações financeiras.

Marcio Raphael Ploszaj
Diretor Técnico

Adriano Fedalto
Diretor Administrativo Financeiro

Demonstrações Financeiras

em 31 de dezembro de 2023 e 2022 em milhares de reais

Balanços Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	353.241	284.624
Clientes	5	84.309	88.764
Outros créditos		252	2
Imposto de renda e contribuição social	6	2.586	1.620
Outros tributos a recuperar	6	1.180	1.225
Estoques		16	-
Despesas antecipadas	20	578	569
		442.162	**376.804**
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Títulos e valores mobiliários	7	16.388	14.750
Outros tributos a recuperar	6	675	650
Outros créditos		1.859	475
		18.922	**15.875**
Imobilizado	8	**318.527**	**315.167**
Intangível	9	**115.436**	**230.934**
		452.885	**561.976**
TOTAL DO ATIVO		**895.047**	**938.780**

PASSIVO	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
CIRCULANTE			
Partes relacionadas	19	865	913
Fornecedores	10.1	23.045	23.379
Imposto de renda e contribuição social	6	122.906	130.875
Outras obrigações fiscais	6	4.871	5.516
Dividendos a pagar	14.3	55.460	125.978
Encargos setoriais a recolher	11	1.177	2.343
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	12	369	826
Outras contas a pagar	10.2	9.311	7.689
		218.004	**297.519**
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	35.267	73.025
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	12	7.724	5.068
		42.991	**78.093**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	14.1	409.508	409.508
Reserva legal	14.2	58.164	46.488
Dividendo adicional proposto	14.4	166.380	107.172
		634.052	**563.168**
TOTAL DO PASSIVO		**895.047**	**938.780**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 em milhares de reais

	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	15	**755.449**	**743.002**
Custos Operacionais	16	**(423.760)**	**(387.998)**
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		**331.689**	**355.004**
Despesas Operacionais	16		
Despesas com vendas		(2)	(7)
Despesas gerais e administrativas		(4.647)	(5.708)
Outras despesas operacionais		(4.544)	(5.130)
		(9.193)	**(10.838)**
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO e dos tributos		**322.496**	**344.166**
Resultado Financeiro	17		
Receitas financeiras		27.294	25.236
Despesas financeiras		(660)	(522)
		26.634	**24.714**
LUCRO OPERACIONAL		**349.130**	**368.880**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	6		
Imposto de renda e contribuição social		(153.372)	(163.186)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		37.757	39.734
		(115.615)	**(123.452)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**233.515**	**245.428**
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - em reais	14.5	**0,57024**	**0,59932**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 em milhares de reais

	31.12.2023	31.12.2022
LUCRO LÍQUIDO EXERCÍCIO	**233.515**	**245.428**
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**233.515**	**245.428**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Reserva legal	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022		**409.508**	**34.217**	**257.394**	**-**	**701.119**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	245.421	245.421
Deliberação do dividendo adicional proposto		-	-	(257.394)	-	(257.394)
Destinação proposta à A.G.O.:						-
Reserva legal		-	12.271	-	(12.271)	-
Dividendos	14.3	-	-	-	(125.978)	(125.978)
Dividendo adicional proposto	14.3	-	-	107.172	(107.172)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**409.508**	**46.488**	**107.172**	**-**	**563.168**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	233.515	233.515
Deliberação do dividendo adicional proposto		-	-	(107.172)	-	(107.172)
Destinação proposta à A.G.O.:						-
Reserva legal		-	11.676	-	(11.676)	-
Dividendos	14.3	-	-	-	(55.459)	(55.459)
Dividendo adicional proposto	14.3	-	-	166.380	(166.380)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**409.508**	**58.164**	**166.380**	**-**	**634.052**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 em milhares de reais

	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		**233.515**	**245.421**
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais:			
Encargos não realizados - líquidas		-	(1.128)
Depreciação e amortização	16	128.391	134.834
Imposto de renda e contribuição social	6.3	153.372	163.186
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.3	(37.757)	(39.734)
Constituição para programas de pesquisa e desenvolvimento	12.1	7.127	7.045
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas		2	7
Resultado das baixas do imobilizado	8.2	27	-
Juros sobre mútuos recebidos		-	(8.766)
		484.677	**500.865**
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		4.453	(26.049)
Estoque		(16)	-
Outros créditos		(1.634)	(406)
Imposto de renda e contribuição social		(966)	679
Outros tributos a recuperar		20	(193)
Despesas antecipadas		(9)	(535)
		1.848	**(26.504)**
Aumento (redução) dos passivos			
Partes relacionadas		(48)	387
Fornecedores		(334)	(10.243)
Outras obrigações fiscais		(591)	1.893
Encargos setoriais a recolher		(1.166)	(2.383)
Pesquisa e desenvolvimento	12.1	(5.587)	(5.042)
Outras contas a pagar		1.622	4.731
		(6.104)	**(10.657)**
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**480.421**	**463.704**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(161.341)	(80.650)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**319.080**	**383.054**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		(1.638)	(3.346)
Recebimento de empréstimos concedidos a partes relacionadas		-	179.264
Recebimento de juros sobre empréstimos concedidos a partes relacionadas		-	1.987
Aquisições de imobilizado		(15.675)	(1.175)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		**(17.313)**	**176.730**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(233.150)	(343.193)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		**(233.150)**	**(343.193)**
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**68.617**	**216.591**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	284.624	68.033
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	353.241	284.624
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**68.617**	**216.591**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 em milhares de reais

1. Contexto Operacional

A F.D.A Geração de Energia Elétrica S.A. (Foz do Areia, FDA, Companhia), com sede na Rua José Izidoro Biazetto, 158, Curitiba, Estado do Paraná, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) e controlada indiretamente pela Companhia Paranaense de Energia (Copel), que tem por objeto a geração de energia elétrica, por meio da exploração da UHE Governador Bento Munhoz da Rocha Neto (UHE GBM ou Foz do Areia), usina com potência instalada de 1.676,0 MW e garantia física de 575,3 MW médios.

Em 24.11.2022, a Lei 21.272 do Estado do Paraná autorizou a transformação da Copel em companhia de capital disperso e sem acionista controlador ("Corporação") por meio de oferta pública secundária de ações e/ou Units de emissão da Copel e propriedade do Controlador. Em 11.08.2023 foi efetuada a liquidação da oferta pública de ações de modo que, a partir desta data, o Estado do Paraná deixou de ser o acionista controlador da Copel e, consequentemente, não tem mais o controle indireto das subsidiárias da Copel. Deste modo, a FDA fica desobrigada do cumprimento das obrigações previstas na Lei 13.303/16 e demais obrigações aplicáveis às sociedades de economia mista.

A transformação da Copel em "Corporação" possibilitará, nos termos da Lei 9.074/95 a renovação integral da Concessão da Usinas Hidrelétricas Governador Bento Munhoz da Rocha Netto - GBM ("Foz do Areia") por 30 anos contados a partir da assinatura do novo contrato de concessão. O pagamento do respectivo bônus de outorga, estipulado em R$ 1.680.222 conforme documentos base da Portaria Interministerial dos Ministérios de Minas e Energia e da Fazenda - MME/MF nº 01, de 30.03.2023, ocorrerá em até 20 dias após a assinatura do contrato, com atualização pela taxa Selic pro rata die sobre valor do bônus de outorga a partir de 1º.01.2024 até seu efetivo pagamento. A conclusão deste processo de renovação da concessão está, neste momento, aguardando a convocação pelo Poder Concedente para assinatura do novo contrato.

2. Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Diretoria declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 11.04.2024.

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, as quais são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.3.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia, exceto aqueles que envolvem estimativas, estão incluídas na NE nº 3.1 - Instrumentos financeiros: definição da categoria dos instrumentos financeiros.

2.3.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas que podem levar a ajustes significativos aos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nos 3.2 e 8 - Imobilizado: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nos 3.3 e 8 - Redução ao valor recuperável de ativos: definição de premissas, determinação da taxa de desconto e previsão dos fluxos de caixa;

COPEL

- NEs nos 3.4 e 9 - Intangível: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nos 3.5 e 13 - Provisões para litígios e passivos contingentes: estimativa de perdas em processos judiciais;
- NEs nos 3.6 - Reconhecimento da receita: estimativa de valores não faturados.;
- NEs no 3.7 - Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia: previsão de valores que serão faturados pela CCEE;
- NEs nos 3.8 e 6 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: previsão de lucros tributáveis futuros.

2.4 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individualmente ou coletivamente, podem levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Companhia conta com o suporte financeiro de sua Controladora.

3. Políticas Contábeis Materiais

A seguir são apresentadas as informações materiais das políticas contábeis da Companhia.

3.1 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método de valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

Depois do reconhecimento inicial os ativos financeiros somente são reclassificados se a Companhia mudar o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e esta reclassificação deve ocorrer de forma prospectiva.

A Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.1.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.1.2 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.1.3 Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.4 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que lhe são atribuíveis.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros para a empresa.

3.3 Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

3.3.1 Ativos financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas para toda existência dos ativos financeiros que não possuírem componentes de financiamento significativos, considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vencido, número de dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor na carteira de recebíveis.

3.3.2 Ativos não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras; em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

3.4 Intangível

Ativo composto por softwares adquiridos de terceiros ou gerados internamente, mensurados pelo custo total de aquisição diminuído das despesas de amortização pelo prazo de cinco anos, além do saldo constituído pela repactuação do risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015 e alterações posteriores, proveniente do valor recuperado do custo com o fator de ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE (Generation Scaling Factor - GSF). O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga, com amortização linear até o final do novo prazo de concessão.

3.5 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Os valores que correspondem à parcela principal da provisão são reconhecidos no resultado operacional ou no ativo e a atualização monetária, se houver, é reconhecida no resultado financeiro. Provisões socioambientais são registrados em contrapartida ao ativo quando incorridos durante a fase de implantação de empreendimentos ou, ainda, após a entrada em operação comercial, quando considerados condicionantes para obtenção/renovação das licenças de operação e manutenção.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em nota explicativa quando for provável o reconhecimento de benefícios econômicos futuros, para os ativos, ou quando a probabilidade de saída de recursos for avaliada como possível, no caso dos passivos.

3.6 Reconhecimento da Receita

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente principalmente do suprimento de energia elétrica.

A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos, a estimativa de preço e o volume fornecido.

3.7 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizadas em determinado mês, pelo PLD - Preço de Liquidação das Diferenças correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

3.8 Tributos

3.8.1 Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, 15%, acrescidos de 10% sobre o que exceder R$ 240 anuais, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social.

O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, observado o limite de 30% do lucro tributável no período, não estando sujeitos a prazo prescricional.

3.8.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, baseada em seu histórico de rentabilidade e na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em suas projeções internas elaboradas para prazos razoáveis aos seus negócios de atuação, constitui crédito fiscal diferido sobre as diferenças temporárias das bases de cálculo dos tributos e sobre prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são aplicados sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores apropriados nas demonstrações financeiras, os quais são reconhecidos somente na medida em que seja provável que exista lucro tributável, para o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais, compensados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são divulgados por seu valor líquido caso haja direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

3.8.3 Outros tributos a recuperar e outras obrigações fiscais

As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e Imposto sobre Serviços - ISS das alíquotas vigentes, assim como à tributação pelo Programa de Integração Social - PIS e pela Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Cofins. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da Cofins são apresentados deduzidos dos custos operacionais na demonstração do resultado.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do ICMS, PIS e da Cofins relacionados às aquisições de bens são apresentados deduzido do custo de aquisição dos respectivos ativos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou no não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

3.9 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1°.01.2023

A partir de 1°.01.2023 estão vigentes as alterações a seguir, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia:

(i) CPC 26 / IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS: alteração nas divulgações de principais políticas contábeis para informações materiais da política contábil (a partir de 1º.01.2023);
(ii) CPC 50 / IFRS 17: novo pronunciamento para contratos de seguros, em substituição ao CPC 11 / IFRS 4 - a Companhia não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro (a partir de 1º.01.2023);
(iii) CPC 23 / IAS 8: atualização das definições de estimativas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
(iv) CPC 32 / IAS 12: alterações no tratamento do imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação e atualizações decorrentes das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois (a partir de 1º.01.2023).

3.10 Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios seguintes estarão vigentes as alterações abaixo:

i) CPC 26 / IAS 1: requisitos para classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes e para apresentação de Passivo Não Circulante com Covenants (a partir de 1º.01.2024);
ii) CPC 06 / IFRS 16 - Arrendamentos: alterações relacionadas a operações de "sale and leaseback" (a partir de 1º.01.2024);
iii) CPC 03 / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 / IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: requisitos para divulgação de acordos de financiamento de fornecedores (a partir de 1º.01.2024);
iv) CPC 02 / IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (a partir de 1º.01.2025);
v) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações de normas.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e bancos conta movimento	4.861	6.910
Aplicações financeiras de liquidez imediata	348.380	277.714
	353.241	**284.624**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários – CDBs, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas entre 100% e 101,0% (entre 96% e 101,0% em 2022) da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Clientes

	Saldos vincendos	Vencidos a mais de 90 dias	31.12.2023	31.12.2022
Contratos bilaterais	52.392	33	52.425	63.190
CCEE	31.884	-	31.884	25.574
	84.276	**33**	**84.309**	**88.764**

6. Tributos

6.1 Impostos de renda e contribuição social e outros tributos

	31.12.2023	31.12.2022
Ativo circulante		
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	2.586	1.620
ICMS a recuperar	1.180	1.225
	3.766	2.845
Ativo não circulante		
ICMS a recuperar	57	323
Outros tributos a compensar	618	327
	675	**650**
Passivo circulante		
Imposto de renda e contribuição social a recolher	122.906	130.875
PIS/Pasep e Cofins a recolher	4.273	4.715
Outros tributos	598	801
	127.777	**136.391**

6.2 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

	Saldo em 1º.01.2022	Reconhecido no resultado	Saldo em 31.12.2022	Reconhecido no resultado	Saldo em 31.12.2023
Ativo não circulante					
Provisão para P&D e PEE	670	807	1.477	-	1.477
Perdas de créditos esperadas (PECLD)	-	2	2	1	3
Provisões de passivo omisso	172	1.059	1.231	(110)	1.121
	842	**1.868**	**2.710**	**(109)**	**2.601**
(-) Passivo não circulante					
Repactuação do Risco Hidrológico (GSF)	113.601	(37.866)	75.735	(37.866)	37.869
	113.601	**(37.866)**	**75.735**	**(37.866)**	**37.869**
Líquido	**(112.759)**	**39.734**	**(73.025)**	**37.757**	**(35.268)**

A projeção da realização dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo e passivo não circulantes está baseada no período médio de realização de cada item constante do ativo e passivo diferido.

Os critérios utilizados para a realização de cada item estão relacionados com a previsibilidade de realização do valor principal que originou a diferença temporária.

A seguir está apresentada a projeção de realização dos créditos fiscais diferidos:

	Ativo	Passivo
2024	1.861	(37.869)
2025	738	-
	2.599	**(37.869)**

6.3 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	31.12.2023	31.12.2022
Lucro antes do IRPJ e CSLL	**349.130**	**368.873**
IRPJ e CSLL (34%)	**(118.703)**	**(125.416)**
Efeitos fiscais sobre:		
Despesas indedutíveis	(1.579)	(1.583)
Incentivos fiscais	4.645	3.524
Outros	22	24
IRPJ e CSLL correntes	**(153.372)**	**(163.186)**
IRPJ e CSLL diferidos	**37.757**	**39.734**
Alíquota efetiva - %	33,1%	33,5%

7. Títulos e Valores Mobiliários

A Companhia possui títulos e valores mobiliários que rendem taxas de juros variáveis. O prazo desses títulos varia de 15 a 42 meses a partir do final do período de relatório

Categoria	Indexador	31.12.2023	31.12.2022
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	96,0 a 98,3% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI	16.388	14.750

8. Imobilizado

8.1 Imobilizado por classe de ativos

	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2023	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2022
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	2.337.872	(2.336.462)	1.410	2.337.872	(2.336.406)	1.466
Máquinas e equipamentos	583.007	(302.774)	280.233	577.537	(292.054)	285.483
Edificações	654.260	(642.938)	11.322	654.260	(641.799)	12.461
Terrenos	15.193	-	15.193	15.203	-	15.203
Móveis e utensílios	1.351	(1.115)	236	1.360	(1.105)	255
	3.591.683	**(3.283.289)**	**308.394**	**3.586.232**	**(3.271.364)**	**314.868**
Em curso						
Custo	10.133	-	10.133	299	-	299
	10.133	**-**	**10.133**	**299**	**-**	**299**
	3.601.816	**(3.283.289)**	**318.527**	**3.586.531**	**(3.271.364)**	**315.167**

8.2 Mutação do imobilizado

	Saldo em 1º.01.2023	Aquisições	Depreciação	Baixas	Trans- ferências	Saldo em 31.12.2023
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	1.465		(56)	-	-	1.409
Máquinas e equipamentos	285.479	-	(11.054)	(15)	5.815	280.225
Edificações	12.461	-	(1.139)	-	-	11.322
Terrenos	15.203	-	-	(10)	-	15.193
Móveis e utensílios	260	-	(39)	(2)	26	245
	314.868	**-**	**(12.288)**	**(27)**	**5.841**	**308.394**
Em curso						
Custo	299	15.675	-	-	(5.841)	10.133
	299	**15.675**	**-**	**-**	**(5.841)**	**10.133**
Total	**315.167**	**15.675**	**(12.288)**	**(27)**	**-**	**318.527**

	Saldo em 1º.01.2022	Aquisições	Depreciação	Transferências	Saldo em 31.12.2023
Em serviço					
Reservatórios, barragens, adutoras	8.329		(6.864)	-	1.465
Máquinas e equipamentos	294.959	-	(10.918)	1.438	285.479
Edificações	13.628	-	(1.167)	-	12.461
Terrenos	15.203	-	-	-	15.203
Móveis e utensílios	299	-	(39)	-	260
	332.418	**-**	**(18.988)**	**1.438**	**314.868**
Em curso					
Custo	562	1.175	-	(1.438)	299
	562	**1.175**	**-**	**(1.438)**	**299**
Total	**332.980**	**1.175**	**(18.988)**	**-**	**315.167**

Em 25.03.2023, após encerramento da parada programada para inspeção da unidade geradora 3 da UHE GBM, foi identificada uma avaria isolada no anel de desgaste superior do rotor da turbina. Os procedimentos de recuperação foram concluídos em dezembro de 2023 e a montagem do equipamento na usina está em andamento, com retorno da operação da unidade geradora previsto para ocorrer até abril de 2024.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos nos exercícios de 2023 e de 2022.

8.3 Taxas médias de depreciação

Taxas médias de depreciação (%)	31.12.2023	31.12.2022
Geração		
Edificações	3,24	3,24
Equipamento geral	6,25	6,25
Máquinas e equipamentos	3,40	3,40
Geradores	3,33	3,33
Reservatórios, barragens e adutoras	3,59	3,12
Turbina hidráulica	3,35	2,50

9. Intangível

Taxas médias de depreciação (%)	em serviço	Total
Em 1º.01.2022	**346.433**	**346.433**
Quotas de amortização - concessão (a)	(115.491)	(115.491)
Quotas de amortização - outros intangíveis (b)	(8)	(8)
Em 31.12.2022	**230.934**	**230.934**
Quotas de amortização - concessão (a)	(115.490)	(115.490)
Quotas de amortização - outros intangíveis (b)	(8)	(8)
Em 31.12.2023	**115.436**	**115.436**

(a) Amortização durante o período de concessão/autorização a partir do início da operação comercial do empreendimento.
(b) Taxa anual de amortização: 20%.

A Administração não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos intangíveis em 2023 e 2022.

10. Fornecedores e Outras contas a pagar

10.1 Fornecedores

	31.12.2023	31.12.2022
Energia elétrica - CCEE	64	-
Materiais e serviços	3.681	4.432
Materiais e serviços - O&M - Copel GeT	4.131	3.994
Encargos de uso da rede elétrica	14.748	14.563
Encargos de uso da rede elétrica - Copel GeT	421	390
	23.045	**23.379**

10.2 Outras contas a pagar

	31.12.2023	31.12.2022
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	9.084	7.576
Taxa de fiscalização Aneel	173	99
Outras obrigações	54	14
Circulante	**9.311**	**7.689**

11. Encargos Setoriais a Recolher

O saldo provisionado em 31.12.2023 e 31.12.2022 se refere a Reserva Global de Reversão - RGR.

12. Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

Conforme a Lei nº 9.991/2000 e regulamentações complementares, as concessionárias e permissionárias de geração de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida regulatória em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 31.12.2023	Saldo em 31.12.2022
FNDCT	-	205	-	205	459
MME	-	103	-	103	229
P&D	1.054	61	6.670	7.785	5.206
	1.054	**369**	**6.670**	**8.093**	**5.894**
			Circulante	**369**	**826**
			Não circulante	**7.724**	**5.068**

Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT

12.1 Mutação da Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

	FNDCT	MME	P&D		
	circulante	circulante	circulante	não circulante	Total
Em 1º.01.2022	**442**	**221**	**133**	**2.693**	**3.195**
Constituições	2.818	1.409	845	1.973	7.045
Juros Selic	-	-	-	402	402
Recolhimentos	(2.801)	(1.401)	(840)	-	(5.042)
Em 31.12.2022	**459**	**229**	**138**	**5.068**	**5.894**
Constituições	2.850	1.426	855	1.996	7.127
Juros Selic	-	-	-	659	659
Recolhimentos	(3.104)	(1.552)	(931)	-	(5.587)
Em 31.12.2023	**205**	**103**	**62**	**7.723**	**8.093**

13. Provisões para Litígios e Passivos Contingentes

A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.5 são atendidos. Os passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

Em 31.12.2023 a Companhia não apresenta provisões para litígios, bem como não possui passivos contingentes.

14. Patrimônio Líquido

14.1 Capital Social

Em 31.12.2023, o capital social integralizado é de R$ 409.508 (R$ 409.508 em 31.12.2022) é composto por 409.508.878 (409.508.878 em 31.12.2022) ações ordinárias, sem valor nominal, pertencentes a Copel GeT.

14.2 Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

14.3 Proposta de distribuição de dividendos

	31.12.2023	31.12.2022
Base de cálculo para os dividendos		
Lucro líquido do exercício	233.515	245.421
Reserva legal (5%)	(11.676)	(12.271)
	221.839	**233.150**
Dividendos propostos		
Dividendos	55.459	125.978
Dividendo adicional proposto (*)	166.380	107.172
	221.839	**233.150**

(*) De acordo com o § 6° do art. 202 da lei 6.404/76, os lucros não destinados nos termos do art. 193 a 197 (Reserva Legal, Reservas Estatutárias, para contingência, de retenção de lucros ou de lucros a realizar), deverão ser distribuídos como dividendos.

14.4 Dividendo adicional proposto

Em 28.04.2023, a Assembleia Geral aprovou o pagamento do dividendo adicional proposto registrado em 31.12.2022, no valor de R$ 107.172.

14.5 Lucro líquido básico e diluído por ação

	31.12.2023	31.12.2022
Numerador básico e diluído		
Lucro líquido básico e diluído alocado por classes de ações	233.515	245.421
Denominador básico e diluído		
Média ponderada das ações	409.508.878	409.508.878
Lucro líquido básico e diluído alocado por classes de ações	**0,57024**	**0,59932**

(*) De acordo com o § 6° do art. 202 da lei 6.404/76, os lucros não destinados nos termos do art. 193 a 197 (Reserva Legal, Reservas Estatutárias, para contingência, de retenção de lucros ou de lucros a realizar), deverão ser distribuídos como dividendos.

15. Receita Operacional Líquida

	31.12.2023	31.12.2022
Contratos bilaterais - Copel Comercialização S.A.	808.671	789.693
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	38.584	41.660
Outras receitas operacionais	15	23
Receita Bruta	**847.270**	**831.376**
(-) PIS/Pasep e Cofins	(78.371)	(76.901)
(-) Encargos Setoriais	(13.450)	(11.473)
	755.449	**743.002**

16. Custos e Despesas Operacionais

	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	31.12.2023	31.12.2022
Energia elétrica comprada para revenda - CCEE	(61.983)	-	-	-	(61.983)	(28.632)
Encargos de uso da rede elétrica	(159.227)	-	-	-	(159.227)	(148.610)
Pessoal e administradores	-	-	(3.036)	-	(3.036)	(2.790)
Planos previdenciário e assistencial	-	-	(356)	-	(356)	(297)
Material	(1.644)	-	-	-	(1.644)	(853)
Serviços de terceiros	(30.974)	-	(1.078)	-	(32.052)	(38.783)
Depreciação e amortização	(127.724)	-	(8)	-	(127.732)	(134.432)
Taxa de fiscalização da Aneel	-	-	-	(1.637)	(1.637)	(1.596)
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	-	(10)
Perdas de créditos, provisões e reversões	-	(2)	-	-	(2)	(7)
Compensação Financ.p/Utiliz.Rec.hídricos	(36.847)	-	-	-	(36.847)	(36.847)
Outros custos e despesas operacionais	(5.361)	-	(169)	(2.907)	(8.437)	(5.986)
	(423.760)	(2)	(4.647)	(4.544)	(432.953)	(398.843)

17. Resultado Financeiro

	31.12.2023	31.12.2022
Receitas financeiras		
Juros e encargos sobre mútuo	-	8.766
Rendimento de aplicações financeiras	28.269	17.525
(-) Pis/Cofins sobre receitas financeiras	(1.331)	(1.231)
Outras receitas financeiras	356	176
	27.294	**25.236**
(-) Despesas financeiras		
Juros sobre P&D e PEE (NE nº 12.1)	659	401
Outras despesas financeiras	1	121
	660	**522**
Líquido	**26.634**	**24.714**

18. Instrumentos Financeiros

18.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2023 Valor contábil	31.12.2023 Valor justo	31.12.2022 Valor contábil	31.12.2022 Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	353.241	353.241	284.624	284.624
Títulos e valores mobiliários (b)	7	2	16.388	16.388	14.750	14.750
			369.629	**369.629**	**299.374**	**299.374**
Custo amortizado						
Clientes (a)	5		84.309	84.309	88.764	88.764
			84.309	**84.309**	**88.764**	**88.764**
Total dos ativos financeiros			**453.938**	**453.938**	**388.138**	**388.138**
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)	10		23.045	23.045	23.379	23.379
Total dos passivos financeiros			**23.045**	**23.045**	**23.379**	**23.379**

Os níveis de hierarquia oara aouração do valor justo são apresentados a seguir:
Nível 1: informações obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

Apuração dos valores justos:

a) Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.

b) Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.

18.2 Gerenciamento de riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

18.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Companhia administra o risco de crédito sobre seus ativos financeiros considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.

Adicionalmente, a Companhia atua na gestão de contas a receber implementando políticas específicas de cobrança e/ou exigência de garantias financeiras e suspendendo o fornecimento e/ou o registro de energia e a prestação do serviço, conforme estabelecido em contrato e normas regulamentares.

18.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação dos passivos financeiros em cada faixa de tempo.

	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total 31.12.2023
31.12.2023				
Fornecedores	22.536	509	-	23.045
	22.536	**509**	**-**	**23.045**
31.12.2022				
Fornecedores	22.703	615	61	23.379
	22.703	**615**	**61**	**23.379**

18.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 / IFRS 7(R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto na data destas demonstrações financeiras estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável consideraram-se os saldos com a variação dos indicadores previstos na mediana das expectativas de mercado para 2024 do Relatório Focus do Bacen (CDI/Selic - 9,00%). Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base 31.12.2023	Cenários projetados - dez.2023 Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/Selic	16.388	17.863	17.494	17.125
		16.388	**17.863**	**17.494**	**17.125**

18.2.4 Risco quanto à escassez de energia

A maior parte da capacidade instalada no país atualmente é proveniente de geração hidrelétrica, o que torna o Brasil e a região geográfica em que a Companhia opera sujeitos a condições hidrológicas que são imprevisíveis, devido a desvios não cíclicos da precipitação média. Condições hidrológicas extremamente desfavoráveis podem acarretar, entre outras coisas, a implementação de programas abrangentes de economia de eletricidade, tais como racionalização ou até redução obrigatória de consumo, como racionamentos.

Considerando a forte geração eólica no Nordeste, a geração de biomassa no Sudeste e o período chuvoso com energias naturais afluentes que elevaram os reservatórios para valores confortáveis durante os anos de 2022 e 2023, estima-se que o risco de falta energia em 2024 esteja minimizado.

Os critérios de garantia de suprimento de energia estão atualmente estabelecidos pelo Conselho Nacional de Política Energética – CNPE. Com fundamento, os órgãos responsáveis mantêm os indicadores de risco de déficit de energia dentro da margem de segurança em todos os subsistemas.

18.2.5 Risco quanto aos impactos do GSF

O Mecanismo de Realocação de Energia - MRE é um sistema de redistribuição de energia gerada, característico do setor elétrico brasileiro, que deve sua existência ao entendimento, à época, de haver necessidade de operação centralizada associada a preço ótimo calculado centralmente, conhecido como PLD. Como os geradores não possuem controle sobre sua produção, cada usina recebe determinada quantidade virtual de energia a qual pode ser comprometida por meio de contratos. Esse valor, que possibilita registros de contratos, é conhecido como Garantia Física - GF e também é calculado centralmente. Diferentemente do PLD, que é calculado semanalmente, a GF é recalculada, por lei, a cada cinco anos, com limite de aumento ou redução, restringido a 5% por revisão ou a 10% no período da concessão.

Os contratos necessitam ter lastro. Isto é realizado, sobretudo, por meio de alocação de energia gerada, recebimento do MRE ou compra. O GSF é a relação entre toda a geração hidrelétrica dos participantes do MRE e o somatório da GF de todas as usinas do MRE. Basicamente, o GSF é utilizado para calcular quanto cada usina receberá de geração para lastrear sua GF. Assim, conhecendo o GSF de um dado mês, a Companhia poderá saber se necessitará lastrear seus contratos com compras.

Sempre que o resultado da multiplicação do GSF pela GF for menor que o somatório dos contratos, será necessário efetuar compra no curto prazo. No entanto, para a situação em que o resultado da multiplicação do GSF pela GF for maior que o total dos contratos, será recebida a diferença valorada ao PLD.

Para as usinas com contratos no Ambiente de Contratação Livre - ACL, a principal forma de gerenciar o risco de GSF baixo é não comprometer toda a GF com contratos bem como a recompra oportuna de energia intra-anual, abordagens atualmente adotadas pela Companhia.

Os riscos com o GSF estão bastante reduzidos devido à melhora do cenário hidrológico em 2022 e em 2023.

18.2.6 Risco de não prorrogação da concessão

A prorrogação das concessões de geração e transmissão de energia, alcançadas pela Lei nº 9.074/1995, é disciplinada pela Lei nº 12.783/2013, alterada pela Lei nº 14.052/2020 no que diz respeito ao prazo para solicitação de prorrogação de concessões pelo regime de cotas de garantia física.

De acordo com a referida lei, a concessionária deve solicitar a prorrogação da concessão com antecedência mínima de 36 meses da data final do contrato ou ato de outorga para usinas de geração de energia hidrelétrica e empreendimentos de transmissão de energia elétrica, e de 24 meses, para as usinas de geração termelétrica. O Poder Concedente poderá antecipar os efeitos da prorrogação em até 60 meses do advento do termo contratual ou do ato de outorga, inclusive, definindo a tarifa ou as receitas iniciais para os empreendimentos de geração (RAG – Receita Anual de Geração).

As concessões de geração de energia hidrelétrica poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 anos.

Em 2018 foi publicado o Decreto nº 9.271/2018, alterado pelos Decretos nº 10.135/2019, nº 10.893/2021 e n° 11.307/2022, que regulamentou a outorga dos contratos de concessão no setor elétrico associada à privatização por meio de alienação do controle de titular de concessão de serviço público de geração de energia elétrica, tendo como um dos condicionantes a alteração do regime de exploração para Produtor Independente de Energia - PIE. De acordo com o Decreto, a manifestação de alienação da concessão deverá ocorrer em até 42 meses do advento do termo contratual e a eventual alienação em até 12 meses do final da concessão. Se não ocorrer a alienação do controle do empreendimento dentro do prazo determinado, a usina deverá ser licitada pelo poder concedente podendo a mesma concessionária participar do leilão, caso reúna as condições de habilitação.

A Companhia teve seu período de concessão estendido devido aos efeitos do GSF (Generation Scaling Factor), pois estabeleceu-se a compensação por meio de extensão do prazo de outorga da usina contemplada pela Lei nº 13.203/2015, culminando na homologação do prazo de extensão da outorga desta usina por meio das Resoluções Homologatórias nº 2.919/2021 e nº 2.932/2021.

Em 25.11.2022 a Copel manifestou junto ao poder concedente o interesse na obtenção da outorga por trinta anos para a UHE Governador Bento Munhoz da Rocha Netto. Em 12.04.2023 foi publicada a Portaria Nº 726/2023, estabelecendo as condições complementares à outorga do novo contrato de concessão. Conforme descrito na NE nº 1, foi concluído o processo de transformação da Copel em "Corporação", o que possibilitará a manutenção de 100% de participação da Companhia na usina.

18.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

19. Transações com Partes Relacionadas

Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo 31.12.2023	Ativo 31.12.2022	Passivo 31.12.2023	Passivo 31.12.2022	Receita 31.12.2023	Receita 31.12.2022	Custo/Despesa 31.12.2023	Custo/Despesa 31.12.2022
Controlador								
Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT)								
Dividendos	-	-	55.460	125.978	-	-	-	-
Contratos de mútuo (a)	-	-	-	-	-	8.766	-	-
Compartilhamento de estrutura (b)	-	-	652	691	-	-	-	-
Serviços de operação e manutenção	-	-	4.131	3.994	-	-	(26.731)	(28.921)
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	421	389	-	-	(7.357)	(7.563)
Entidades sob controle comum								
Copel Distribuição S.A.								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(417)	(88)
Compartilhamento de estrutura (b)	-	-	175	176	-	-	-	-
Consumo de energia	-	-	-	-	-	-	(77)	(563)
Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.								
Compartilhamento de estrutura (b)	-	-	38	45	-	-	-	-
Copel Comercialização S.A.								
Suprimento de energia elétrica	52.393	63.157	-	-	800.879	783.490	-	-
Energia elétrica para revenda	-	-	-	-	-	-	(41.472)	(17.357)
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(57)	(51)
Marumbi Transmissora de Energia S.A.								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(113)	(110)
Uirapuru Transmissora de Energia S.A.								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(115)	(118)
Nova Asa Branca I Energ. Renov								
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	924	774	-	-
Nova Asa Branca II Energ. Renov								
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	798	666	-	-
Nova Asa Branca III Energ. Renov								
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	718	319	-	-
Nova Eurus IV Energ. Renov								
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	1.049	879	-	-
GE Boa Vista								
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	413	348	-	-
GE Farol								
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	367	310	-	-
GE Olho D'Agua								
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	1.541	1.287	-	-
GE São Bento do Norte								
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	1.875	1.567	-	-
São Bento do Norte I S.A.								
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	-	27	-	-
São Bento do Norte II S.A.								
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	-	27	-	-
Central Eólica SRMN II SA								
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	106	-	-	-
Empreendimentos controlados em conjunto pela Copel GeT								
Caiuá Transmissora de Energia								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(49)	(49)
Integração Maranhense Transmissora								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(213)	(215)
Matrinchã Transmissora de Energia								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(1.184)	(1.269)
Guaraciaba Transmissora de Energia								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(611)	(574)
Paranaíba Transmissora de Energia								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(745)	(823)
Cantareira Transmissora de Energia								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(595)	(646)
Mata de Santa Genebra Transmissora								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(1.357)	(1.377)
Pessoal chave da administração								
Honorários e encargos sociais (c)	-	-	-	-	-	-	(270)	(260)
Planos previdenciários e assistenciais	-	-	-	-	-	-	(11)	(6)
Outras partes relacionadas (d)								
Lactec	-	-	-	-	-	-	**(1.027)**	**(115)**
Companhia de Saneamento do Paraná						**-**	**(44)**	**(47)**
Simepar	-	-	**83**	-	-	-	**(996)**	**(862)**

(a) Em 19.04.2021, foi assinado contrato de mútuo entre a FDA (mutuante) e Copel GeT (mutuária), com aprovação de limites acrescidos de IOF e juros remuneratórios de 119% do CDI, a fim de proporcionar recursos para o financiamento das atividades e negócios da empresa e vigência até 31.12.2021. Em 23.12.2021, foi assinado o primeiro termo aditivo ao contrato de mútuo, prorrogando a vigência do contrato por mais 15 meses, com vigência até 31.03.2023. Em 27.05.2022 foi liquidado o valor total do mútuo.

(b) despesas de pessoal e administradores conforme contrato de compartilhamento celebrado com a Controladora. As transações relevantes com partes relacionadas estão demonstradas acima. As transações decorrentes das operações em ambiente regulado são faturadas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores e as demais transações são registradas de acordo com termos e condições acordadas entre as partes, com os preços de mercado praticados pela Companhia.

(c) A Companhia não possui planos de benefícios de longo prazo para os Administradores.

(d) O Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - Lactec é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip, na qual a Copel é uma associada. O Lactec mantém contratos de prestação de serviços e de pesquisa e desenvolvimento com a Copel GeT, FDA e UEG Araucária, submetidos a controle prévio ou a posteriori, com anuência da Aneel. A Sanepar é uma entidade de economia mista controlada pelo Estado do Paraná. O Sistema Meteorológico do Paraná - Simepar é uma unidade complementar do Serviço Social Autônomo Paraná Tecnologia, vinculado à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. O Simepar mantém contratos com a Companhia de prestação de serviços de previsão do tempo, laudos meteorológicos, análise de ampacidade, mapeamento e análise de ventos e descargas atmosféricas.

20. Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos seguros contratados pela Companhia está demonstrada a seguir:

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Riscos Nomeados	24.08.2024	252.400
Seguro D&O (a)	28.03.2025	121.033

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 29.12.2023, de R$ 4,8413.

Curitiba, 11 de abril de 2024

Marcio Raphael Ploszaj
Diretor Técnico

Adriano Fedalto
Diretor Administrativo-Financeiro

Michael Luiz de Souza
Contador CRC-PR-058084/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
FDA Empreendimentos Eólicos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações de resultado, de resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Transações significativas com partes relacionadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 19 às demonstrações financeiras, relativa a saldos e transações com partes relacionadas. A Companhia realiza transações com partes relacionadas em montantes significativos e condições específicas definidas entre as partes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 11 de abril de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Jonas Dal Ponte
Contador
CRC nº RS 058908/O-1

Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.

Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A • CNPJ/MF 10.979.076/0001-64

Mensagem do Diretor Executivo

A Administração da Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. (Cutia ou Companhia), subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A., e controlada indireta da Companhia Paranaense de Energia (Copel), na condição de controladora de 13 Sociedades de Propósito Específico - SPEs, que formam dois complexos de parques eólicos denominados Cutia e Bento Miguel, em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2023, acompanhadas do relatório do auditor independente. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição do acionista, a quem a Diretoria prestará os esclarecimentos adicionais necessários.

• PERFIL ORGANIZACIONAL

A Companhia

Constituída em 22.06.2009, a Companhia atua no segmento de energia e tem por objeto, especificamente, o desenvolvimento, a implantação e exploração de projetos de energia elétrica a partir de fontes eólicas, comercialização de energia elétrica, bem como a gestão de participações societárias.

Em 31.10.2014, sete controladas da Companhia, Complexo Cutia, venderam energia eólica no 6º Leilão de Energia de Reserva - LER. Por meio de contratos com prazo de suprimentos de 20 anos, foram negociados 71,4 MW médios pelo preço à época de R$ 144,00/MWh (preço teto do leilão).

O Complexo Cutia, composto por sete parques eólicos, possuem em conjunto, 86 aerogeradores com potência de 180,6 MW e garantia física de 71,4 MW médios, todos no município de São Bento do Norte, no Rio Grande do Norte.

Empreendimentos	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Geração (GWh) (1)	Preço/ MWh (2)	Início de Operação Comercial	Vencimento de Outorga
Usina de Energia Eólica Cutia S.A.	23,1	9,6	84,8	244,40	22.12.2018	05.01.2042
Usina de Energia Eólica Guajiru S.A.	21,0	8,3	67,8	244,40	29.12.2018	05.01.2042
Usina de Energia Eólica Esperança do Nordeste S.A.	27,3	9,1	71,2	244,40	29.12.2018	11.05.2050
Usina de Energia Eólica Jangada S.A.	27,3	10,3	99,3	244,40	29.12.2018	05.01.2042
Usina de Energia Eólica Maria Helena S.A.	27,3	12,0	97,0	244,40	29.12.2018	05.01.2042
Usina de Energia Eólica Paraíso dos Ventos do Nordeste S.A.	27,3	10,6	94,3	244,40	05.01.2019	11.05.2050
Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.	27,3	11,5	93,2	244,40	29.12.2018	11.05.2050
Total das Eólicas	**180,6**	**71,4**	**607,6**			

(1) Valores referentes ao total bruto gerado em 2023. (2) Preço atualizado até dezembro/2023.

Em 28.11.2014, outras seis controladas da Companhia, Complexo Bento Miguel, venderam energia eólica no 20º Leilão de Energia Nova (A-5) realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel. Foram negociados 58,7 MW médios pelo preço à época de R$ 136,97/MWh (preço teto do leilão), por meio de contratos de disponibilidade com prazo de suprimento de 20 anos.

O complexo Bento Miguel, formado por seis parques eólicos, conta com 63 aerogeradores, cuja potência total soma 132,3 MW e garantia física de 58,7 MW médios, todos no munícipio de São Bento do Norte, no Rio Grande do Norte, mesma região geográfica do Complexo Cutia.

Empreendimentos	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Geração (GWh) (1)	Preço/ MWh (2)	Início de Operação Comercial	Vencimento de Outorga
Central Geradora Eólica São Bento do Norte I S.A.	23,1	10,1	81,7	231,50	31.01.2019	04.08.2050
Central Geradora Eólica São Bento do Norte II S.A.	23,1	10,8	88,3	231,50	29.01.2019	04.08.2050
Central Geradora Eólica São Bento do Norte III S.A.	23,1	10,2	73,8	231,50	09.04.2019	04.08.2050
Central Geradora Eólica São Miguel I S.A.	21,0	9,3	64,7	231,50	14.02.2019	04.08.2050
Central Geradora Eólica São Miguel II S.A.	21,0	9,1	64,7	231,50	02.02.2019	04.08.2050
Central Geradora Eólica São Miguel III S.A.	21,0	9,2	63,7	231,50	14.02.2019	04.08.2050
Total das Eólicas	**132,3**	**58,7**	**436,9**			

(1) Valores referentes ao total bruto gerado em 2023. (2) Preço atualizado até dezembro/2023.

• ORGANOGRAMA PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA POSIÇÃO EM 31/12/2023

Companhia Paranaense de Energia - COPEL

Copel Geração e Transmissão S.A. 100,0%

Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. 100,0%

- Usina de Energia Eólica Cutia S.A. 100,0%
- Usina de Energia Eólica Guajiru S.A. 100,0%
- Usina de Energia Eólica Jangada S.A. 100,0%
- Usina de Energia Eólica Maria Helena S.A. 100,0%
- Usina de Energia Eólica Potiguar S.A. 100,0%
- Usina de Energia Eólica Esperança do Nordeste S.A. 100,0%
- Usina de Energia Eólica Paraíso dos Ventos do Nordeste S.A. 100,0%
- Central Geradora Eólica São Bento do Norte I S.A. 100,0%
- Central Geradora Eólica São Bento do Norte II S.A. 100,0%
- Central Geradora Eólica São Bento do Norte III S.A. 100,0%
- Central Geradora Eólica São Miguel I S.A. 100,0%
- Central Geradora Eólica São Miguel II S.A. 100,0%
- Central Geradora Eólica São Miguel III S.A. 100,0%

• DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Consolidado	2023	2022	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	2.088.184	2.101.406	(0,6)
Caixa e equivalentes de caixa	321.755	253.350	27,0
Títulos e valores mobiliários	85.288	58.432	46,0
Dívida total	842.477	875.239	(3,7)
Dívida líquida	435.434	563.457	(22,7)
Receita operacional bruta	233.408	224.024	4,2
Deduções da receita	(8.949)	(8.815)	1,5
Receita operacional líquida	224.459	215.209	4,3
Custos e despesas operacionais	(178.777)	(176.264)	1,4
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	45.682	38.945	17,3
Ebitda ou Lajida (a)	153.793	146.121	5,3
Resultado financeiro	(45.742)	(70.826)	35,4
IRPJ/CSLL	(15.866)	(13.080)	21,3
Prejuízo operacional	(60)	(31.881)	(99,8)
Prejuízo do exercício	(15.926)	(44.961)	(64,6)
Patrimônio líquido	1.151.432	1.167.358	(1,4)
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	3,6	3,4	5,9
Liquidez geral (índice)	0,5	0,4	25,0
Margem do Ebitda ou Lajida (a) (Ebitda ou lajida/receita operacional líquida) (%)	68,5	67,9	0,9
Dívida total sobre o patrimônio líquido (%)	73,2	75,0	(2,4)
Margem operacional (lucro ou prejuízo operacional/receita operacional líquida) (%)	-	(14,8)	(100,0)
Margem líquida (prejuízo/receita operacional líquida) (%)	(7,1)	(20,9)	(66,0)
Participação de capital de terceiros (%)	44,9	44,4	1,1
Rentabilidade do patrimônio líquido (prejuízo/patrimônio líquido inicial) (%)	(1,4)	(3,7)	(62,2)

(a) EBITDA ou LAJIDA - Lucros antes dos juros, impostos, depreciação e amortização.

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos ao acionista, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

Curitiba, 28 de março de 2024.

Marcio Raphael Ploszaj
Diretor Técnico

Adriano Fedalto
Diretor Administrativo-Financeiro

Demonstrações Financeiras

em 31 de dezembro de 2023 e 2022 em milhares de reais

Balanços Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 em milhares de reais

ATIVO	NE nº	Controladora 31.12.2023	Controladora 31.12.2022	Consolidado 31.12.2023	Consolidado 31.12.2022
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	86.067	61.044	321.755	253.350
Clientes	5	-	-	27.748	39.289
Dividendos a receber	10.1	10.931	7.492	-	-
Outros créditos		-	-	920	31
Imposto de renda e contribuição social		5.562	3.156	10.516	5.969
Outros tributos a recuperar		-	-	1	1
Despesas antecipadas		-	3	1.479	708
Partes relacionadas	10	335	8.491	232	8.369
		102.895	**80.186**	**362.651**	**307.717**
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Títulos e valores mobiliários	6	83.739	56.993	85.288	58.432
Depósitos judiciais		23	23	48	26
Outros tributos a recuperar		-	-	53	47
		83.762	**57.016**	**85.389**	**58.505**
Investimentos	7	**1.925.093**	**1.935.747**	**-**	**-**
Imobilizado	8	**-**	**4.238**	**1.624.972**	**1.734.253**
Intangível	9	**-**	**-**	**389**	**385**
Direito de uso	15	**-**	**546**	**14.783**	**546**
		2.008.855	**1.997.547**	**1.725.533**	**1.793.689**
TOTAL DO ATIVO		**2.111.750**	**2.077.733**	**2.088.184**	**2.101.406**

PASSIVO	NE nº	Controladora 31.12.2023	Controladora 31.12.2022	Consolidado 31.12.2023	Consolidado 31.12.2022
CIRCULANTE					
Obrigações sociais e trabalhistas		33	34	33	34
Partes relacionadas	10	6	6	2.204	2.161
Fornecedores	11	32	21	10.831	10.343
Imposto de renda e contribuição social		-	-	2.433	2.322
Outras obrigações fiscais		69	66	1.455	1.432
Empréstimos e financiamentos	12	29.770	27.443	29.770	27.443
Debêntures	13	24.014	25.664	24.014	25.664
Passivo de arrendamentos	15	-	10	295	10
Outras contas a pagar	14	-	-	31.020	20.223
		53.924	**53.244**	**102.055**	**89.632**
NÃO CIRCULANTE					
Partes relacionadas	10	117.701	31.611	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	10.104	5.429
Empréstimos e financiamentos	12	482.977	505.876	482.977	505.876
Debêntures	13	305.716	316.256	305.716	316.256
Passivo de arrendamentos	15	-	593	16.390	593
Outras contas a pagar	14	-	-	19.421	8.864
Provisões para litígios	16	-	2.795	89	7.398
		906.394	**857.131**	**834.697**	**844.416**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	17	1.431.746	1.431.746	1.431.746	1.431.746
Prejuízo acumulado		(280.314)	(264.388)	(280.314)	(264.388)
		1.151.432	**1.167.358**	**1.151.432**	**1.167.358**
TOTAL DO PASSIVO		**2.111.750**	**2.077.733**	**2.088.184**	**2.101.406**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 em milhares de reais

	NE nº	Controladora 31.12.2023	Controladora 31.12.2022	Consolidado 31.12.2023	Consolidado 31.12.2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	18	**-**	**-**	**224.459**	**215.209**
Custos Operacionais	19				
Custos Operacionais		-	-	(171.515)	(163.016)
		-	**-**	**(171.515)**	**(163.016)**
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		**-**	**-**	**52.944**	**52.193**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais					
Despesas com vendas	19	-	-	22	57
Despesas gerais e administrativas	19	(1.442)	(1.335)	(10.667)	(11.305)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	19	1.650	(325)	3.383	(2.000)
Resultado da equivalência patrimonial	7	52.668	36.518	-	-
		52.876	**34.858**	**(7.262)**	**(13.248)**
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**52.876**	**34.858**	**45.682**	**38.945**
Resultado Financeiro	20				
Receitas financeiras		17.542	13.444	42.033	30.959
Despesas financeiras		(86.344)	(93.263)	(87.775)	(101.785)
		(68.802)	**(79.819)**	**(45.742)**	**(70.826)**
LUCRO (PREJUIZO) OPERACIONAL		**(15.926)**	**(44.961)**	**(60)**	**(31.881)**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	21				
Imposto de renda e contribuição social		-	-	(11.191)	(9.580)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	(4.675)	(3.500)
		-	**-**	**(15.866)**	**(13.080)**
LUCRO (PREJUIZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**(15.926)**	**(44.961)**	**(15.926)**	**(44.961)**
RESULTADO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ATRIBUÍDO AO ACIONISTA DA EMPRESA CONTROLADORA - em reais	17.2				
Ações ordinárias		(0,01111)	(0,03139)		

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 em milhares de reais

	Controladora 31.12.2023	Controladora 31.12.2022	Consolidado 31.12.2023	Consolidado 31.12.2022
LUCRO (PREJUIZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**(15.926)**	**(44.961)**	**(15.926)**	**(44.961)**
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**(15.926)**	**(44.961)**	**(15.926)**	**(44.961)**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 em milhares de reais

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**1.431.746**	**(219.427)**	**1.212.319**
Prejuízo do exercício	-	(44.961)	(44.961)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.431.746**	**(264.388)**	**1.167.358**
Prejuízo do exercício	-	(15.926)	(15.926)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.431.746**	**(280.314)**	**1.151.432**

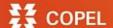
As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 em milhares de reais

	NE nº	Controladora 31.12.2023	Controladora 31.12.2022	Consolidado 31.12.2023	Consolidado 31.12.2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo do exercício		**(15.926)**	**(44.961)**	**(15.926)**	**(44.961)**
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais:					
Encargos e variações monetárias não realizadas - líquidas		86.341	93.263	87.769	93.261
Imposto de renda e contribuição social	21	-	-	11.191	9.580
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	-	-	4.675	3.500
Resultado da equivalência patrimonial		(52.668)	(36.518)	-	-
Depreciação e amortização		15	23	108.111	107.176
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas		(1.624)	332	(6.168)	1.958
Resultado das baixas de imobilizado		-	-	(4)	10
Resultado baixas de direito de uso de ativos e passivo de arrrendamentos líquidos		(66)		1.422	(10)
		16.072	**12.139**	**191.070**	**170.514**
Redução (aumento) dos ativos					
Clientes	5	-	-	11.563	15.888
Dividendos recebidos		29.969	12.974	-	-
Outros créditos		-	-	(889)	278
Imposto de renda e contribuição social		(2.406)	(1.971)	(4.547)	(3.771)
Outros tributos a recuperar		-	-	(6)	(18)
Despesas antecipadas		3	32	(771)	(8)
Depósitos Judiciais		-	-	(22)	(3)
Partes relacionadas	10	8.156	(10)	8.137	(24)
		35.722	**11.025**	**13.465**	**12.342**
Aumento (redução) dos passivos					
Obrigações sociais e trabalhistas		(1)	-	(1)	-
Partes relacionadas	10	116.004	123.793	43	(350)
Fornecedores	11	11	(26)	488	745
Outras obrigações fiscais		3	30	23	(62)
Outras contas a pagar		-	(1)	21.354	17.539
		116.017	**123.796**	**21.907**	**17.872**
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**167.811**	**146.960**	**226.442**	**200.728**
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(11.080)	(10.064)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	12.2	(41.325)	(42.693)	(41.325)	(42.693)
Encargos de debêntures pagos	13.2	(24.430)	(22.362)	(24.430)	(22.362)
Encargos de passivos de arrendamento pagos	15.2	(30)	(50)	(1.448)	(50)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**102.026**	**81.855**	**148.159**	**125.559**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Resgates (aplicações) financeiras		(26.746)	(9.947)	(26.856)	(10.262)
Alienação de imobilizado	8.1	4.238		4.238	
Aquisições de imobilizado e intangível	8.1 e 9	-	-	(2.382)	(7.779)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		**(22.508)**	**(9.947)**	**(25.000)**	**(18.041)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	12.2	(26.607)	(24.369)	(26.607)	(24.369)
Amortização de principal de debêntures	13.2	(27.882)	(31.185)	(27.882)	(31.185)
Amortização de principal de passivos de arrrendamentos	15.2	(6)	(7)	(265)	(7)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		**(54.495)**	**(55.561)**	**(54.754)**	**(55.561)**
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**25.023**	**16.347**	**68.405**	**51.957**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	61.044	44.697	253.350	201.393
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	86.067	61.044	321.755	253.350
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**25.023**	**16.347**	**68.405**	**51.957**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

COPEL

Notas Explicativas Demonstrações Financeiras

em 31 de dezembro de 2023
em milhares de reais

1. Contexto Operacional

A Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. (Cutia, Companhia ou Controladora), com sede na Rua Jose Izidoro Biazetto, 158, Bloco A, Curitiba - PR, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) e controlada indireta da Companhia Paranaense de Energia (Copel), que tem por objeto, especificamente, o desenvolvimento, a implantação e exploração de projetos de energia elétrica a partir de fontes eólicas localizadas no município de São Bento do Norte, no estado do Rio Grande do Norte, comercialização de energia elétrica, bem como a gestão de participações societárias.

1.1 Participações societárias

A Companhia é controladora das Sociedades de Propósito Específico abaixo, as quais tem como atividade principal a geração de energia elétrica proveniente de fontes eólicas:

Controladas	Autorização	Vencimento
Central Geradora Eólica São Bento do Norte I S.A.	Portaria n° 349/2015	04.08.2050
Central Geradora Eólica São Bento do Norte II S.A.	Portaria n° 348/2015	04.08.2050
Central Geradora Eólica São Bento do Norte III S.A.	Portaria n° 347/2015	04.08.2050
Central Geradora Eólica São Miguel I S.A.	Portaria n° 352/2015	04.08.2050
Central Geradora Eólica São Miguel II S.A.	Portaria n° 351/2015	04.08.2050
Central Geradora Eólica São Miguel III S.A.	Portaria n° 350/2015	04.08.2050
Usina de Energia Eólica Guajiru S.A.	REA nº 3.256/2011	05.01.2042
Usina de Energia Eólica Jangada S.A.	REA nº 3.257/2011	05.01.2042
Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.	Portaria MME nº 179/2015	11.05.2050
Usina de Energia Eólica Cutia	REA nº 3.258/2011	05.01.2042
Usina de Energia Eólica Maria Helena S.A.	REA nº 3.259/2011	05.01.2042
Usina de Energia Eólica Esperança do Nordeste S.A.	Portaria MME nº 183/2015	11.05.2050
Usina de Energia Eólica Paraíso dos Ventos do Nordeste S.A.	Portaria MME nº 182/2015	11.05.2050

2. Base de Preparação

As demonstrações financeiras individuais da Controladora e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Diretoria declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração da Companhia em 28.03.2024.

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Cutia e de suas controladas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.3.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas estão incluídas na NE nº 3.2 - Instrumentos Financeiros: definição da categoria dos instrumentos financeiros.

2.3.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas que podem levar a ajustes significativos aos valores dos ativos e passivos no próximo exercício:

- NEs nº 3.3 e 8 - Imobilizado: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nos 3.4 e 9 - Intangível: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nº 3.5 e 8.1 - Redução ao valor recuperável de ativos: definição de premissas, determinação da taxa de desconto e previsão dos fluxos de caixa;
- NEs nº 3.6 e 16 - Provisões para litígios e passivos contingentes: estimativa de perdas em processos judiciais;
- NEs nº 3.7 e 18 - Reconhecimento de receita: estimativa de valores não faturados;
- NEs nº 3.8 e 21 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: previsão de lucros tributáveis futuros;
- NEs nº 3.9 e 15 - Direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos: definição da taxa de juros para os contratos.

2.4 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individualmente ou coletivamente, podem levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Companhia e suas controladas contam com o suporte financeiro da Copel GeT.

3. Políticas Contábeis Materiais

A seguir são apresentadas as informações materiais das políticas contábeis da Companhia.

3.1 Base de Consolidação

3.1.1 Método de equivalência patrimonial

Os investimentos em controladas são reconhecidos nas demonstrações financeiras da controladora com base no método de equivalência patrimonial.

Conforme esse método, os investimentos são inicialmente registrados pelo valor de custo e o seu valor contábil é aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação da investidora no lucro, no prejuízo e em outros resultados abrangentes gerados pelas investidas, após a aquisição. Esse método deve ser descontinuado a partir da data em que o investimento deixar de se qualificar como controlada.

As distribuições de resultados reduzem o valor contábil dos investimentos.

Quando necessário, para cálculo das equivalências patrimoniais, as demonstrações financeiras das investidas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às da Controladora.

3.1.2 Controladas

As controladas são as entidades em que a investidora está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com elas e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre as entidades.

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

Os saldos de ativos, passivos e resultados das controladas são consolidados linha a linha e os saldos decorrentes das transações entre as empresas consolidadas são eliminados.

3.2 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

Depois do reconhecimento inicial os ativos financeiros somente são reclassificados se a Companhia mudar o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e esta reclassificação deve ocorrer de forma prospectiva.

A Companhia e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos bem como não possuem instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes nem passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.2.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.2.2 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.2.3 Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.2.4 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.3 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que lhe são atribuíveis.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela Aneel, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros relativos a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros.

3.4 Intangível

Ativo composto pelas faixas de servidão para passagem de linha de transmissão, mensurados pelo custo total de aquisição diminuído das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

3.5 Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

3.5.1 Ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia e suas controladas aplicam a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas para toda existência dos ativos financeiros que não possuírem componentes de financiamento significativos, considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo, número de dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

As contas a receber de clientes são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios para isso incluem, entre outras coisas, a incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com a Companhia ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas.

3.5.2 Ativos não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras; em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

3.6 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Os valores que correspondem à parcela principal da provisão são reconhecidos no resultado operacional ou no ativo e a atualização monetária, se houver, é reconhecida no resultado financeiro. Provisões socioambientais são registrados em contrapartida ao ativo quando incorridos durante a fase de implantação de empreendimentos ou, ainda, após a entrada em operação comercial, quando considerados condicionantes para obtenção/renovação das licenças de operação e manutenção.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em nota explicativa quando for provável o reconhecimento de benefícios econômicos futuros, para os ativos, ou quando a probabilidade de saída de recursos for avaliada como possível, no caso dos passivos.

3.7 Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia e suas controladas esperam receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas no resultado quando do suprimento de energia, medição ou condição contratual e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente principalmente do suprimento de energia elétrica de fontes alternativas de suas controladas.

A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos, a estimativa de preço e o volume fornecido.

Tendo em vista que as empresas de geração eólica estão sujeitas a montantes mínimos de geração, a Companhia entende que está sujeita a contraprestação variável, e por esta razão, constitui provisão pela não performance com base nas estimativas de geração anual, deduzindo da receita.

3.8 Imposto de renda e contribuição social

Na controladora, a tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, 15%, acrescidos de 10% sobre o que exceder R$ 240 anuais, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social. O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, observado o limite de 30% do lucro tributável no período, não estando sujeitos a prazo prescricional.

A Companhia, baseada em seu histórico de rentabilidade e na de expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em suas projeções internas elaboradas para prazos razoáveis ao seu negócio de atuação, constitui ou não crédito fiscal diferido sobre as diferenças temporárias das bases de cálculo dos tributos e sobre prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são aplicados sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores apropriados nas demonstrações financeiras, os quais são reconhecidos somente na medida em que seja provável que exista lucro tributável, para o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais, compensados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são divulgados por seu valor líquido caso haja direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

Nas controladas, o imposto de renda e a contribuição social são apurados trimestralmente com base no Lucro Presumido. O imposto de renda é calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o percentual de 8% da receita bruta de venda de energia (produto), acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R$ 60 no trimestre e a contribuição social é calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre o percentual de 12% da receita bruta de venda de energia (produto).

Além disso, o imposto de renda calculado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para as parcelas dos lucros que excederem a R$ 60 no trimestre, e a contribuição social calculada pela alíquota de 9%, também incidem sobre as receitas financeiras auferidas nos resgates de aplicações financeiras, deduzidos os tributos incidentes (Imposto sobre Operações Financeiras - IOF). Sobre a receita financeira provisionada são reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos.

3.9 Direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos

Quando da celebração de um contrato de arrendamento, o direito de uso de ativos é registrado a valor presente, em contrapartida de um passivo de arrendamento de mesmo valor, exceto para contratos que atendam critérios de isenção da norma contábil (arrendamentos de curto prazo, de baixo valor ou que preveem remuneração variável). Após a mensuração inicial, a amortização do ativo de direito de uso é contabilizada no resultado operacional e os juros do passivo de arrendamento no resultado financeiro. Quando da atualização monetária dos contratos, os ativos e passivos são remensurados para refletir as alterações nos pagamentos do arrendamento. Para definição da taxa de juros, a Companhia utiliza como base a taxa nominal praticada na última captação de recursos do grupo Copel, desconsiderando captações subsidiadas ou incentivadas.

3.10 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2023

A partir do exercício de 2023 estão vigentes as alterações a seguir, sem impactos nas demonstrações contábeis da Companhia:

(i) CPC 26 / IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS: classificação de passivos como circulantes ou não circulantes e alteração nas divulgações de políticas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
(ii) CPC 50 / IFRS 17: novo pronunciamento para contratos de seguros, em substituição ao CPC 11 / IFRS 4 (a partir de 1º.01.2023);
(iii) CPC 23 / IAS 8: atualização das definições de estimativas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
(iv) CPC 32 / IAS 12: alterações no tratamento do imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação (a partir de 1º.01.2023);

3.11 Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios seguintes estarão vigentes as alterações nos seguintes pronunciamentos:

(i) CPC 26 / IAS 1: requisitos para classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes e para apresentação de Passivo Não Circulante com *Covenants* (a partir de 1º.01.2024);
(ii) CPC 06 / IFRS 16 - Arrendamentos: alterações relacionadas a operações de "*sale and leaseback*" (a partir de 1º.01.2024);
(iii) IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: requisitos para divulgação de acordos de financiamento de fornecedores (a partir de 1º.01.2024);
(iv) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações de normas.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e bancos conta movimento	396	220	15.181	17.272
Aplicações financeiras de liquidez imediata	85.671	60.824	306.574	236.078
	86.067	**61.044**	**321.755**	**253.350**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e são remuneradas entre 96% e 101% da taxa da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Clientes

Consolidado	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Saldo 31.12.2023	Saldo 31.12.2022
Concessionárias e permissionárias				
Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR / Contrato de Energia de Reserva - CER (*)	24.686	2.951	27.637	38.705
CCEE	140	-	140	590
Suprimento de energia elétrica	**24.826**	**2.951**	**27.777**	**39.295**
(-) Perdas de créditos esperadas	**(21)**	**(8)**	**(29)**	**(6)**
	24.805	**2 .943**	**27.748**	**39.289**
Circulante			**27.748**	**39.289**
Não circulante			**-**	**-**

(*) Variação decorre da medição de geração anual e quadrienal conforme marco contratual.

Em 31.12.2023 e 31.12.2022 o valor de Perdas de Créditos Esperadas é insignificativo devido a existência de garantias vinculadas aos contratos.

6. Títulos e valores mobiliários

Categoria	Indexador	Controladora 31.12.2023	Controladora 31.12.2022
Cotas de fundos de investimentos	-	83.739	27.748
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	96% a 98% do CDI	-	29.245
		83.739	**56.993**
Circulante		**-**	**-**
Não circulante		**83.739**	**56.993**

Categoria	Indexador	Consolidado 31.12.2023	Consolidado 31.12.2022
Cotas de fundos de investimentos	-	83.739	56.993
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	96% a 98% do CDI	1.549	1.439
		85.288	**58.432**
Circulante		**-**	**-**
Não circulante		**85.288**	**58.432**

Os recursos referentes ao CDB são vinculados à garantia financeira do Contrato de Uso do Sistema de transmissão e tem prazo de até 54 meses a partir do final do período do relatório. Os recursos referentes a Cotas de Fundos de investimentos são vinculados aos contratos de empréstimos financiamentos com o BNDES.

7. Investimentos

Controladora	Saldo em 1º.01.2023	Equivalência patrimonial	Redução de capital	Deliberação Dividendos Adicionais	Dividendos Propostos	Saldo em 31.12.2023
Controladas						
Central Geradora Eólica São Bento do Norte I S.A.	136.694	5.382	-	(3.822)	(1.279)	136.975
Central Geradora Eólica São Bento do Norte II S.A.	139.709	6.807	-	(4.995)	(1.617)	139.904
Central Geradora Eólica São Bento do Norte III S.A.	143.047	4.178	-	-	(992)	146.233
Central Geradora Eólica São Miguel I S.A.	137.297	1.824	(15.358)	(1.708)	(433)	121.622
Central Geradora Eólica São Miguel II S.A.	125.417	2.687	-	(173)	(638)	127.293
Central Geradora Eólica São Miguel III S.A.	139.142	2.568	(14.556)	(366)	(610)	126.178
Usina de Energia Eólica Guajiru S.A.	121.348	2.257	-	(1.208)	(536)	121.861
Usina de Energia Eólica Jangada S.A.	166.034	6.435	-	(2.405)	(1.529)	168.535
Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.	158.119	5.076	-	(3.174)	(1.205)	158.816
Usina de Energia Eólica Cutia S.A.	200.590	349	-	-	-	200.939
Usina de Energia Eólica Maria Helena S.A.	155.730	8.846	-	-	(447)	164.129
Usina de Energia Eólica Esperança do Nordeste S.A.	156.600	(666)	-	(1.398)	-	154.536
Usina de Energia Eólica Paraíso dos Ventos do Nordeste S.A.	156.020	6.925	-	(3.228)	(1.645)	158.072
	1.935.747	**52.668**	**(29.914)**	**(22.477)**	**(10.931)**	**1.925.093**

A redução de capital foi realizada mediante utilização do saldo do contas a pagar para as controladas (NE nº 10).

Controladora	Saldo em 1º.01.2022	Equivalência patrimonial	Redução de capital	Dividendos Propostos	Saldo em 31.12.2022
Controladas					
Central Geradora Eólica São Bento do Norte I S.A.	149.702	5.365	(17.099)	(1.274)	136.694
Central Geradora Eólica São Bento do Norte II S.A.	151.890	7.011	(17.527)	(1.665)	139.709
Central Geradora Eólica São Bento do Norte III S.A.	160.198	(126)	(17.025)	-	143.047
Central Geradora Eólica São Miguel I S.A.	135.469	2.397	-	(569)	137.297
Central Geradora Eólica São Miguel II S.A.	137.690	2.340	(14.556)	(57)	125.417
Central Geradora Eólica São Miguel III S.A.	137.633	1.631	-	(122)	139.142
Usina de Energia Eólica Guajiru S.A.	134.901	1.696	(14.846)	(403)	121.348
Usina de Energia Eólica Jangada S.A.	182.021	3.376	(18.561)	(802)	166.034
Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.	175.331	6.088	(22.242)	(1.058)	158.119
Usina de Energia Eólica Cutia S.A.	217.878	(36)	(17.252)	-	200.590
Usina de Energia Eólica Maria Helena S.A.	177.656	283	(22.209)	-	155.730
Usina de Energia Eólica Esperança do Nordeste S.A.	172.315	1.962	(17.211)	(466)	156.600
Usina de Energia Eólica Paraíso dos Ventos do Nordeste S.A.	171.881	4.531	(19.316)	(1.076)	156.020
	2.104.565	**36.518**	**(197.844)**	**(7.492)**	**1.935.747**

8. Imobilizado

A Companhia e suas controladas registram no ativo imobilizado os bens utilizados nas instalações administrativas e industriais para geração de energia elétrica.

Consolidado	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2023	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2022
Em serviço						
Máquinas e equipamentos	2.136.644	(527.422)	1.609.222	2.136.647	(420.131)	1.716.516
Edificações	3.612	(613)	2.999	3.612	(485)	3.127
Móveis e utensílios	23	(5)	18	21	(5)	16
	2.140.279	**(528.040)**	**1.612.239**	**2.140.280**	**(420.621)**	**1.719.659**
Em curso						
Custo	12.733	-	12.733	14.594	-	14.594
	12.733	**-**	**12.733**	**14.594**	**-**	**14.594**
	2.153.012	**(528.040)**	**1.624.972**	**2.154.874**	**(420.621)**	**1.734.253**

8.1 Mutação do imobilizado

Consolidado	Saldo em 1º.01.2022	Aquisições	Depreciação	Transferências	Saldo em 31.12.2022	Aquisições	Depreciação	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2023
Em serviço										
Máquinas e equipamentos	1.817.471	-	(107.025)	6.069	1.716.516	-	(107.293)	-	-	1.609.223
Edificações	3.254	-	(127)	-	3.127	-	(128)	-	-	2.999
Móveis e utensílios	18	-	(1)	-	16	-	(2)	(4)	8	18
	1.820.743	**-**	**(107.153)**	**6.069**	**1.719.659**	**-**	**(107.423)**	**(4)**	**8**	**1.612.240**
Em curso										
Custo	12.884	15.948	-	(14.238)	14.594	2.384	-	(4.238)	(8)	12.732
	12.884	**15.948**	**-**	**(14.238)**	**14.594**	**2.384**	**-**	**(4.238)**	**(8)**	**12.732**
	1.833.627	**15.948**	**(107.153)**	**(8.169)**	**1.734.253**	**2.384**	**(107.423)**	**(4.242)**	**-**	**1.624.972**

A taxa média de depreciação é de 5,02% a.a. (5,02% em 2022). A companhia não possui compromissos assumidos com seus fornecedores de equipamentos e serviços para construção das usinas.

A Administração não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos em 2023 e 2022.

A baixa de imobilizado em curso no valor de R$ 4.238 refere-se a venda de estudos e projetos EOL ALTO ORIENTE I e II para a Copel GeT. A transação foi realizada pelo valor de custo, sem ganho apurado.

9. Intangível

A Companhia e suas controladas registram no ativo intangível as servidões de passagem de linha. Estão mensurados pelo custo total de aquisição menos as perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Administração não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos intangíveis.

Consolidado	em serviço	em curso	Total
Em 31.12.2022	**385**	**-**	**385**
Aquisições	4	-	4
Em 31.12.2023	**389**	**-**	**389**

COPEL

10. Partes relacionadas

10.1 Saldos com partes relacionadas

O quadro a seguir apresenta os saldos de Partes Relacionadas destacados em linhas específicas do balanço patrimonial:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Ativo Circulante				
Controlador				
Copel Geração e Transmissão S.A				
Contas a receber (a)	-	8.169	-	8.169
Controladas				
Dividendos a receber				
Central Geradora Eólica São Bento do Norte I S.A.	1.279	1.274	-	-
Central Geradora Eólica São Bento do Norte II S.A.	1.617	1.665	-	-
Central Geradora Eólica São Bento do Norte III S.A.	992	-	-	-
Central Geradora Eólica São Miguel I S.A.	433	569	-	-
Central Geradora Eólica São Miguel II S.A.	638	57	-	-
Central Geradora Eólica São Miguel III S.A.	610	122	-	-
Usina de Energia Eólica Guajiru S.A.	536	403	-	-
Usina de Energia Eólica Jangada S.A.	1.529	802	-	-
Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.	1.205	1.058	-	-
Usina de Energia Eólica Cutia S.A.	-	-	-	-
Usina de Energia Eólica Maria Helena S.A.	-	-	-	-
Usina de Energia Eólica Esperança do Nordeste S.A.	447	466	-	-
Usina de Energia Eólica Paraíso dos Ventos do Nordeste S.A.	1.645	1.076	-	-
Entidades sob controle comum				
Compartilhamento de estrutura (b)	335	322	232	200
Passivo Circulante				
Controladores				
Copel Geração e Transmissão S.A				
Compartilhamento de estrutura (b)	4	4	1.727	1.684
Entidades sob controle comum				
Copel Distribuição S.A.				
Compartilhamento de estrutura (b)	2	2	477	477
Controladas - Contas a pagar (c)				
Central Geradora Eólica São Bento do Norte I S.A.	8.202	441	-	-
Central Geradora Eólica São Bento do Norte II S.A.	9.964	-	-	-
Central Geradora Eólica São Bento do Norte III S.A.	8.607	-	-	-
Central Geradora Eólica São Miguel I S.A.	7.761	15.357	-	-
Central Geradora Eólica São Miguel II S.A.	7.355	-	-	-
Central Geradora Eólica São Miguel III S.A.	7.355	14.557	-	-
Usina de Energia Eólica Guajiru S.A.	8.064	373	-	-
Usina de Energia Eólica Jangada S.A.	9.385	-	-	-
Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.	11.252	-	-	-
Usina de Energia Eólica Cutia S.A.	9.210	324	-	-
Usina de Energia Eólica Maria Helena S.A.	12.078	559	-	-
Usina de Energia Eólica Esperança do Nordeste S.A.	8.700	-	-	-
Usina de Energia Eólica Paraíso dos Ventos do Nordeste S.A.	9.768	-	-	-
Total Ativo	11.266	15.983	232	8.369
Total Passivo	117.707	31.617	2.204	2.161

(a) Refere-se à transferência de projetos em desenvolvimento para a Controladora.

(b) A Companhia registrou gastos com atividades corporativas entre controladoras e entidades sob controle comum, referentes a pessoal e administradores, conforme contrato de compartilhamento assinado entre as partes. As atividades estão concentradas nas suas controladoras e entidades sob controle comum.

(c) As Controladas da Cutia são intervenientes junto aos contratos de financiamento de debêntures e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES da Companhia, as quais, por força contratual, transferem recursos visando manter os saldos relativos à cessão fiduciária de recebíveis provenientes da receita de venda de energia elétrica conforme exigência contratual (NE nº 12 e 13). Em 2022 e 2023, parte do saldo foi baixado mediante redução de capital nas Controladas (NE nº 7).

10.2 Outras transações com partes relacionadas

O quadro a seguir apresenta os saldos decorrentes das demais transações com partes relacionadas efetuadas pela Companhia:

	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Controladores								
Copel Geração e Transmissão S.A								
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	-	-	-	29
Operação e manutenção	-	-	444	364	-	-	5.232	4.778
Entidades sob controle comum								
Suprimento de energia elétrica								
Copel Distribuição S.A.	-	-	-	-	7.079	6.698	-	-
FDA Geração de Energia Elétrica S.A.	-	-	-	-	-	-	-	54
Encargos de uso do sistema de transmissão			-	-				
Marumbi Transmissoria de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	13	13
Integração Maranhense Transmissora de Energia	-	-	-	-	-	-	22	22
Uirapuru Transmissoria de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	13	13
Matrinchã Transmissoria de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	118	123
Paranaiba Transmissora de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	74	79
Mata de Santa Genebra Transmissora de Energia	-	-	-	-	-	-	131	136
Cantareira Transmissora de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	60	61
Pessoal chave da administração								
Honorários	-	-	-	-	-	-	599	625
Encargos socias	-	-	-	-	-	-	137	138
Plano previdenciário							30	15
	-	-	444	364	7.079	6.698	6.399	6.071

As transações relevantes com partes relacionadas estão demonstradas acima. As transações decorrentes das operações em ambiente regulado são faturadas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores e as demais transações são registradas de acordo com termos e condições cordadas entre as partes, com os preços de mercado praticados pela Companhia.

Em 2023 a Companhia vendeu para Copel GeT, estudos e projetos EOL Alto Oriente I e II no valor de R$ 4.238 (NE 8.1). A transação foi realizada pelo valor de custo, sem ganho apurado.

No que diz respeito à remuneração do pessoal chave da administração, a Companhia não possui obrigações adicionais além dos benefícios de curto prazo divulgados no quadro acima e nas notas explicativas referenciadas.

11. Fornecedores

Controladora	31.12.2023	31.12.2022
Materiais e serviços	32	21
Circulante	**32**	**21**
Não circulante	-	-

Consolidado	31.12.2023	31.12.2022
Materiais e serviços	9.089	8.644
Energia elétrica	8	-
Encargos de uso da rede elétrica	1.734	1.699
	10.831	10.343
Circulante	**10.831**	**10.343**
Não circulante	-	-

12. Empréstimos e Financiamentos

O contrato teve o objetivo de financiar a construção e implantação dos empreendimentos eólicos e tem como garantia penhor de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios.

Controladora e Consolidado Contrato BNDES	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Taxa efetiva	Pagamento de encargos	Valor do contrato	31.12.2023	31.12.2022
18204611	10.10.2018	192	15.07.2035	2,04% acima da TJLP	8,37%	Mensal	619.405	521.972	543.337
Total moeda nacional								**521.972**	**543.337**
							Dívida bruta	**521.972**	**543.337**
							(-) Custo de transação	**(9.225)**	**(10.018)**
							Dívida líquida	**512.747**	**533.319**
							Circulante	**29.770**	**27.443**
							Não circulante	**482.977**	**505.876**

O contrato contém cláusula que requer a manutenção do Índice de cobertura do serviço da dívida - ICSD igual ou acima de 1,2 de modo que o descumprimento poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

Caso o índice esteja no intervalo entre 1,10 e 1,20, a Companhia deverá elevar o valor dos recursos aplicados na Conta Reserva a título de complementação do ICSD, de forma que a totalidade dos recursos mantidos nesta conta atinja o índice de 1,20. O prazo para complementação será de até 2 (dois) dias úteis contados da divulgação das demonstrações financeiras.

Em 31.12.2023, a Companhia apurou ICSD de 1,22, além de cumprir com todas as demais condições e compromissos acordados.

12.1 Vencimentos das parcelas de longo prazo

31.12.2023	Controladora e consolidado		
	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida líquida
2025	31.185	(795)	30.390
2026	33.692	(796)	32.896
2027	36.401	(797)	35.604
2028	39.328	(800)	38.528
2029	42.490	(799)	41.691
Após 2029	308.311	(4.443)	303.868
	491.407	(8.430)	482.977

12.2 Mutação de empréstimos e financiamentos

Controladora e consolidado	Total
Em 1º.01.2022	**552.759**
Encargos	47.622
Amortização - principal	(24.369)
Pagamento - encargos	(42.693)
Em 31.12.2022	**533.319**
Encargos	47.360
Amortização - principal	(26.607)
Pagamento - encargos	(41.325)
Em 31.12.2023	**512.747**

13. Debêntures

As debêntures tiveram por objetivo a construção e implantação dos complexos Eólicos Cutia e Bento Miguel.

Emissão	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Taxa efetiva	Pagamento de encargos	Valor do contrato	31.12.2023	31.12.2022
1ª	20.03.2019	26	15.12.2031	IPCA + 5,8813%	IPCA + 6,83%	Semestral	360.000	349.555	360.894
								349.555	**360.894**
							Dívida bruta	**349.555**	**360.894**
							(-) Custo de transação	**(19.825)**	**(18.974)**
							Dívida líquida	**329.730**	**341.920**
							Não circulante	**24.014**	**25.664**
							Circulante	**305.716**	**316.256**

Debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476. Interveniente garantidora: Copel. Agente fiduciário: Pentágono S.A. DTVM.

O contrato contém cláusula que requer a manutenção do Índice de cobertura do serviço da dívida - ICSD igual ou acima de 1,2 de modo que o descumprimento poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. O índice é calculado com os valores das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Caso o índice esteja no intervalo entre 1,10 e 1,20, a Companhia deverá elevar o valor dos recursos aplicados na Conta Reserva a título de complementação do ICSD, de forma que a totalidade dos recursos mantidos nesta conta atinja o índice de 1,20. O prazo para complementação será de até 2 (dois) dias úteis contados da divulgação das demonstrações financeiras.

Em 31.12.2023, a Companhia apurou ICSD de 1,22, além de cumprir com todas as demais condições e compromissos acordados.

13.1 Vencimentos das parcelas de longo prazo

31.12.2023	Controladora e consolidado		
	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida líquida
2025	35.118	(2.458)	32.660
2026	46.824	(2.471)	44.353
2027	42.142	(2.485)	39.657
2028	42.142	(2.505)	39.637
2029	49.166	(2.511)	46.655
Após 2029	107.697	(4.943)	102.754
	323.089	(17.373)	305.716

13.2 Mutação de debêntures

Controladora e consolidado	Total
Em 1º.01.2022	**349.875**
Encargos	24.308
Variação monetária	21.284
Amortização - principal	(31.185)
Pagamento - encargos	(22.362)
Em 31.12.2022	**341.920**
(-) Custo da transação (a)	(3.016)
Encargos	26.408
Variação monetária	16.730
Amortização - principal	(27.882)
Pagamento - encargos	(24.430)
Em 31.12.2023	**329.730**

(a) referente à contraprestação financeira (waiver) paga em decorrência do processo de transformação da Copel em Corporação (sociedade com capital disperso e sem acionista controlador). Foi realizada Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre o consentimento para a realização da operação, mediante contraprestação financeira (waiver fee), de modo que a alteração de controle acionário não caracterizasse um evento de vencimento antecipado das dívidas da Companhia.

14. Outras Contas a Pagar

	Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022
Desvio de geração - empreendimentos eólicos (NE nº 22.2.4)	48.518	27.327
Outras obrigações (a)	1.923	1.760
	50.441	**29.087**
Circulante	**31.020**	**20.223**
Não circulante	**19.421**	**8.864**

(a) Referem-se principalmente aos compromissos acordados (Termos de Ajuste de Conduta - TAC) e aprovados entre as Controladas Jangada, Potiguar e Esperança do Nordeste e os órgãos competentes pelo descumprimento de condicionante das Licenças de Instalação e Operação.

15. Direito de Uso e Passivo de arrendamentos

Com a adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 a Companhia reconheceu Ativo de direito de uso e Passivo de arrendamentos conforme segue:

15.1 Direito de uso de ativos

Controladora e Consolidado	Saldo em 1º.01.2022	Adições	Amortização	Saldo em 31.12.2022	Adições	Amortização	Baixas	Saldo em 31.12.2023
Imóveis	516	53	(23)	546	17.116	(688)	(2.191)	14.783
Equipamentos								-
	16	53	(23)	546	17.116	(688)	(2.191)	14.783

15.2 Passivo de arrendamentos

15.2.1 Mutação do passivo de arrendamentos

Consolidado	Total
Saldo em 1º.01.2022	**557**
Adições	10
Ajuste por Remensuração	43
Encargos	50
Pagamento - principal	(7)
Pagamento - encargos	(50)
Saldo em 31.12.2022	**603**
Adições	17.116
Encargos	1.448
Pagamento - principal	(265)
Pagamento - encargos	(1.448)
Baixas	(769)
Saldo em 31.12.2023	**16.685**

A Companhia define a taxa de desconto com base na taxa de juros nominal praticada na captação de recursos da Companhia, desconsiderando captações subsidiadas ou incentivadas. As taxas de juros aplicadas variam de 11,65% a 15,55% a.a.

15.2.2 Vencimentos das parcelas de longo prazo

Controladora e Consolidado	
2025	1.742
2026	1.742
2027	1.742
2028	1.742
2029	1.742
Após 2029	27.014
Valores não descontados	**35.724**
Juros embutidos	(19.334)
Saldo passivo arrendamento em 31.12.2023	**16.390**

15.3 Impacto pela projeção de inflação nos fluxos de caixa descontados

Em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração e na remensuração do passivo de arrendamento e do direito de uso, a Companhia utilizou a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada, conforme vedação imposta pela norma.

No entanto, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro, o quadro a seguir apresenta os saldos comparativos entre a informação registrada em conformidade com o CPC 06 (R2) e o valor que seria registrado se considerada a inflação projetada:

Consolidado e controladora	Saldo conforme o CPC 06 (R2) IFRS 16	Saldo com projeção da inflação	%
Passivo de arrendamentos	16.685	21.010	25,92%
Direito de uso de ativos	14.783	15.991	8,17%
Despesa Financeira	1.448	1.822	25,83%
Despesa de amortização	688	748	8,72%

15.4 Compromissos de arrendamentos e aluguéis

Para os arrendamentos de ativos de baixo valor, tais como computadores, impressoras e móveis, arrendamento de curto prazo, e aqueles cujo pagamento é feito com base em remuneração variável, os valores estão reconhecidos na demonstração de resultado como custos e/ou despesas operacionais (NE n° 19).

16. Provisões para litígios e passivos contingentes

A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.6 são atendidos.

A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais a Companhia e suas controladas respondem na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiro, sendo que a resolução final depende das conclusões dos processos judiciais. Por esse motivo, essa informação não é fornecida.

16.1 Mutação das provisões para litígios

Controladora	Saldo em 1º.01.2022	Adições e Reversões	Saldo em 31.12.2022	Reversões	Reversão de Variação monetária	Saldo em 31.12.2023
Cíveis						
Cíveis e direito administrativo (a)	2.395	359	2.754	(1.582)	(1.172)	-
Servidões de passagem	32	(32)	-	-	-	-
Desapropriações e patrimoniais	37	4	41	(41)	-	-
	2.464	331	2.795	(1.623)	(1.172)	-

Consolidado	Saldo em 1º.01.2022	Adições	Saldo em 31.12.2022	Adições e Reversões	Variação monetária	Adições no imobilizado em curso	Saldo em 31.12.2023
Cíveis							
Cíveis e direito administrativo (a)	2.425	4.896	7.321	(6.149)	(1.172)	-	-
Servidões de passagem (b)	32	4	36	-		5	41
Desapropriações e patrimoniais (b)	37	4	41	6		1	48
	2.494	4.904	7.398	(6.143)	(1.172)	6	89

(a) Discussão de processos administrativos, principalmente ação que questiona a remuneração de arrendadores dos terrenos onde estão localizados os parques eólicos. Em 02.2023 houve decisão favorável a Cutia e a provisão foi revertida.

(b) Ações judiciais decorrentes de divergência entre o valor de servidão avaliado pela Companhia e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrículas, entre outras).

A Companhia efetuou mudança voluntária quanto ao registro da atualização monetária sobre provisões para litígios. Os valores que eram registrados como despesas operacionais passaram a ser reconhecidos como despesas financeiras. Nas demonstrações do resultado do exercício consolidadas de 2023 o montante de R$ 1.172 (R$ 1.172 na Controladora) foi revertido como despesa financeira (NE nº 20). Caso essa mudança voluntária de prática contábil estivesse sendo aplicada no exercício findo em 31.12.2022, o valor da reclassificação de despesas operacionais para despesas financeiras seria de R$ 346 na demonstração do resultado do exercício consolidada (R$ 360 na Controladora). Considerando as análises quantitativas e qualitativas realizadas pela Companhia, a Administração concluiu que o efeito dessa mudança voluntária na forma de registro da atualização monetária sobre provisões para litígios é imaterial para as demonstrações financeiras já publicadas nos exercícios anteriores tendo em vista que esta mudança não impacta o balanço patrimonial, o lucro líquido do exercício, a geração de caixa da Companhia e nem o atendimento a cláusulas restritivas de contratos de dívidas (*Covenants*).

16.2 Passivo contingente

Passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Trabalhistas (a)	-	-	22	-
	-	-	22	-

(a) Refere-se à responsabilidade solidária por ação trabalhista movida contra prestador de serviço contratado.

17. Patrimônio Líquido

17.1 Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2023, no valor de R$ 1.431.746 (R$ 1.431.746 em 31.12.2022), é composto por 1.431.744.994 ações ordinárias em 31.12.2023 (1.431.744.994 em 31.12.2022), sem valor nominal, pertencentes à Copel Geração e Transmissão S.A.

17.2 Resultado Líquido básico e diluído por ação

	31.12.2023	31.12.2022
Numerador básico e diluído		
Resultado líquido básico e diluído alocado por classes de ações, atribuído à acionista controladora		
Resultado Líquido Lucro (Prejuízo)	(15.926)	(44.961)
Denominador básico e diluído		
Média ponderada das ações (em milhares)		
Ações ordinárias	1.431.744.994	1.431.744.994
Resultado líquido do período básico e diluído por ação atribuído à acionista controladora		
Resultado por ação ordinária	(0,01111)	(0,03139)

18. Receita Operacional Líquida

Consolidado	31.12.2023	31.12.2022
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR / Contrato de Energia de Reserva - CER / Bilaterais	254.376	240.844
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	222	645
Outras Receitas	357	-
(-/+) Provisão / Reversão para não performance de geração	(21.190)	(17.465)
(-) PIS/Pasep e Cofins	(9.306)	(8.815)
	224.459	215.209

19. Custos e Despesas operacionais

Consolidado	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	31.12.2023	31.12.2022
Energia elétrica comprada para revenda	(64)	-	-	-	(64)	(246)
Encargos de uso da rede elétrica	(16.232)	-	-	-	(16.232)	(15.203)
Pessoal e administradores	-	-	(7.938)	-	(7.938)	(6.980)
Planos previdenciário e assistencial	-	-	(933)	-	(933)	(739)
Material	(2.106)	-	-	-	(2.106)	(67)
Serviços de terceiros	(34.925)	-	-	-	(34.925)	(33.078)
Depreciação e amortização	(108.096)	-	(15)	-	(108.111)	(107.176)
Provisões e reversões (a) e (b)	-	22	-	6.146	6.168	(1.958)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(10.092)	-	(1.781)	(2.763)	(14.636)	(10.817)
	(171.515)	22	(10.667)	3.383	(178.777)	(176.264)

(a) Valor positivo decorrente da revesrão de PECLD em 2023 (b) Valor positivo devido a reversão de provisões de litígios cíveis e administrativos

Controladora	Custos operacionais	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	31.12.2023	31.12.2022
Pessoal e administradores	-	(24)	-	(24)	(34)
Planos previdenciário e assistencial	-	(3)	-	(3)	(3)
Serviços de terceiros	-	(384)	(48)	(432)	(313)
Depreciação e amortização	-	(15)	-	(15)	(23)
Provisões e reversões (a)	-	-	1.624	1.624	(332)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (b)	-	(1.016)	74	(942)	(955)
	-	(1.442)	1 .650	208	(1.660)

(a) Valor positivo decorrente da reversão de provisões de litígios cíveis e administrativos (b) Valor positivo porque refere-se a Outras Receitas

19.1 Compromissos estimados de arrendamentos e aluguéis não canceláveis

Consolidado	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total 31.12.2023
Arrendamento de terrenos	2.872	14.372	68.482	85.726

No saldo dos outros custos e despesas operacionais líquidos, estão contidos valores de arrendamento de terrenos para os quais, após a entrada em operação dos empreendimentos, os pagamentos são variáveis em função da receita auferida, aplicando um percentual sobre a receita bruta menos as deduções previstas em contrato (impostos, taxas e contribuições).

20. Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	17.299	13.404	40.816	30.480
Multas contratuais	-	-	936	358
Juros sobre liquidações na CCEE	-	-	12	56
Outras receitas financeiras	243	40	269	65
	17.542	**13.444**	**42.033**	**30.959**
(-) Despesas financeiras				
Variação monetária e encargos da dívida	87.483	93.213	87.483	93.213
IOF sobre o rendimento de aplicações financeiras	3	-	3	-
Variação monetária de litígios (a)	(1.172)	-	(1.172)	
Perdas esperadas sobre Multas Contratuais	-	-	-	8.291
Outras despesas financeiras	30	50	1.461	281
	86.344	**93.263**	**87.775**	**101.785**
Líquido	**(68.802)**	**(79.819)**	**(45.742)**	**(70.826)**

(a) valor negativo porque houve a reversão provisão

21. Imposto de Renda e Contribuição Social

Controladora	31.12.2023	31.12.2022
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	**(15.926)**	**(44.961)**
IRPJ e CSLL (34%)	**(5.415)**	**(15.287)**
Efeitos fiscais sobre:		
Equivalência patrimonial	17.907	12.416
Despesas indedutíveis	58	(1.080)
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL não constituídos	(23.381)	(26.662)
IRPJ e CSLL correntes	-	-
IRPJ e CSLL diferidos	-	-
Alíquota efetiva - %	**0,0%**	**0,0%**

Em 31.12.2023 e 31.12.2022 a Companhia não reconheceu saldo de créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais e bases negativas no montante de R$ 81.075 (R$ 56.771 em 31.12.2022) por não haver razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para absorção dos referidos ativos.

Consolidado	31.12.2023		31.12.2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR / Contrato de Energia de Reserva - CER / Bilaterais	254.376	254.376	240.844	240.844
Receita de Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	222	222	645	645
Outras Receitas	357	357	-	-
Alíquota sobre a receita bruta	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	**20.368**	**30.552**	**19.319**	**28.979**
Receita Financeira	24.491	24.491	17.515	17.515
(-) Receita Financeira Provisionada	(13.761)	(13.761)	(10.304)	(10.304)
Base de cálculo Receita Financeira	**10.730**	**10.730**	**7.211**	**7.211**
(=) Base de cálculo	**31.098**	**41.282**	**26.530**	**36.190**
Aliquotas vigentes	15%	9%	15%	9%
Adicional	10%		10%	
Imposto de renda e contribuição social	**7.470**	**3.721**	**6.322**	**3.258**
Receita Financeira Provisionada	13.761	13.761	10.304	10.304
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**3.437**	**1.238**	**2.574**	**926**

22. Instrumentos Financeiros

22.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Controladora	NE nº	Nível	31.12.2023		31.12.2022	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	86.067	86.067	61.044	61.044
Títulos e valores mobiliários (b)	6	1	83.739	83.739	56.993	56.993
			169.806	**169.806**	**118.037**	**118.037**
Total dos ativos financeiros			**169.806**	**169.806**	**118.037**	**118.037**
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)	11		32	32	21	21
Empréstimos e financiamentos (c)	12		521.973	464.071	543.337	464.091
Debêntures (d)	13		349.555	342.205	360.894	343.987
Total dos passivos financeiros			**871.560**	**806.308**	**904.252**	**808.099**

Os dois níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:
Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

Consolidado	NE nº	Nível	31.12.2023		31.12.2022	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	321.755	321.755	253.350	253.350
Títulos e valores mobiliários (b)	6	1	44.757	44.757	56.993	56.993
Títulos e valores mobiliários (b)	6	2	40.531	40.531	1.439	1.439
			407.043	**407.043**	**311.782**	**311.782**
Custo amortizado						
Clientes (a)	5		27.748	27.748	39.289	39.289
			27.748	**27.748**	**39.289**	**39.289**
Total dos ativos financeiros			**434.791**	**434.791**	**351.071**	**351.071**
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)	11		10.831	10.831	10.343	10.343
Empréstimos e financiamentos (c)	12		521.973	464.071	543.337	464.091
Debêntures (d)	13		349.555	342.205	360.894	343.987
Total dos passivos financeiros			**882.359**	**817.107**	**914.574**	**818.421**

Os dois níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:
Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

Apuração dos valores justos:

a) Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.

b) Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.

c) Utilizado como premissa básica o custo da última captação realizada pela Companhia, CDI + spread de 2,19%, para desconto do fluxo de pagamentos esperado.

d) Calculado conforme cotação da última negociação no mercado secundário através do preço médio do Preço Unitário - PU em 31.12.2023, obtido junto à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - Anbima.

22.2 Gerenciamento de riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

22.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

Consolidado Exposição ao risco de crédito	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e equivalentes de caixa (a)	321.755	253.350
Títulos e valores mobiliários (a)	85.288	58.432
Clientes (b)	27.748	39.289
	434.791	**351.071**

a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos considerando sua política em aplicar os recursos financeiros em instituições bancárias federais ou em bancos privados com baixo risco de crédito, conforme *rating* local das principais agências classificadoras.

b) Risco de perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, relacionado a fatores internos e externos. A companhia considera baixo esse risco de crédito pois possui histórico imaterial de perdas e, também, por manter contratos regulados com distribuidores de energia elétrica que, por regra do setor, mantém Contratos de Constituição de Garantias - CCG para cumprimento dos pagamentos. Além disso, possui contratos de venda de energia garantidos pela Conta de Energia de Reserva - CONER que é administrada pela CCEE. A Companhia considera baixo esse risco de crédito pois espera que o saldo seja compensado futuramente com débitos junto à CCEE.

22.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

Consolidado	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo Total
31.12.2023							
Fornecedores	-	10.831	-	-	-	-	10.831
Empréstimos e financiamentos	NE nº 12	5.711	11.505	51.879	278.947	466.614	814.656
Debêntures	NE n° 13	-	-	46.685	252.893	220.900	520.478
		16.542	**11.505**	**98.564**	**531.840**	**687.514**	**1.345.965**

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil - Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os próximos 3 anos. A partir de 2028, repetem-se os indicadores de 2027 até o horizonte da projeção.

Controladora	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo Total
31.12.2023							
Fornecedores	-	32	-	-	-	-	32
Empréstimos e financiamentos	NE nº 12	5.711	11.505	51.879	278.947	466.614	814.656
Debêntures	NE n° 13	-	-	46.685	252.893	220.900	520.478
		5.743	**11.505**	**98.564**	**531.840**	**687.514**	**1.335.166**

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

Conforme divulgado nas NEs nºs 12 e 13, a Companhia tem empréstimos e financiamentos e debêntures com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que podem exigir a antecipação do pagamento dessas obrigações.

22.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto na data das demonstrações financeiras, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data das demonstrações financeiras e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação dos indicadores (CDI/Selic: 9%, IPCA: 3,86% e TJLP: 6,43%) previstos na mediana das expectativas de mercado para 2023 do Relatório Focus do Bacen, exceto a TJLP, que considera a projeção interna da Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base 31.12.2023	Cenários projetados - dez.2023		
			Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/Selic	40.531	7.676	5.757	3.838
		40.531	**7.676**	**5.757**	**3.838**
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	Alta TJLP	521.973	(33.564)	(41.955)	(50.346)
Debêntures	Alta IPCA	349.555	(13.493)	(16.866)	(20.239)
		871.528	**(47.057)**	**(58.821)**	**(70.585)**

22.2.4 Risco de não performance dos empreendimentos eólicos

Os contratos de compra e venda de energia por fonte eólica, comercializados por meio de leilões regulados, possuem cláusulas de performance de geração, as quais estabelecem um montante mínimo de entrega de energia, com periodicidade anual e/ou quadrienal. Os empreendimentos estão sujeitos a fatores climáticos associados às incertezas da velocidade de vento, o que pode implicar em produção de energia inferior ao montante mínimo de energia contratada. Tal descumprimento contratual pode comprometer receitas futuras da Companhia.

O saldo consolidado registrado no passivo referente a não performance está demonstrado na NE nº 14.

O aumento do passivo em 2023 se deve ao fato de que os montantes a pagar estavam suspensos até 31.12.2023 em virtude das discussões no setor a respeito da restrição da geração dos parques eólicos (*constrained-off*). Além disso, após perturbação ocorrida no Sistema Interligado Nacional - SIN em 15.08.2023, o ONS, de forma preventiva, elevou a frequência de eventos de *constrained-off*, o que aumentou a restrição de geração de empreendimentos eólicos situados na região Nordeste.

22.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

O endividamento em relação ao patrimônio líquido é apresentado a seguir:

Endividamento	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Empréstimos e financiamentos	512.747	543.337	512.747	543.337
Debêntures	329.730	360.894	329.730	360.894
(-) Caixa e equivalentes de caixa	86.067	61.044	321.755	253.350
(-) Títulos e Valores Mobiliários - garantias de contratos de dívidas	83.739	56.993	85.288	58.432
Dívida líquida ajustada	**672.671**	**786.194**	**435.434**	**592.449**
Patrimônio líquido	1.151.432	1.167.358	1.151.432	1.167.358
Endividamento do patrimônio líquido ajustado	**0,58**	**0,67**	**0,38**	**0,51**

23. Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos seguros contratados pela Companhia está demonstrada a seguir:

Consolidado Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Seguro D&O (a)	28.03.2025	121.033
Seguro Riscos Operacionais (*)	29.03.2024	2.209.803
Seguro de Responsabilidade Civil Geral	28.03.2025	30.000
Garantia Judicial	23.10.2026	1.924
Garantia Judicial	24.11.2026	1.327

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 29.12.2023, de R$ 4,8413.
(*) Em fase final de contratação para nova vigência.

24. Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa

24.1 Transações que não envolvem caixa

Em 31.12.2023 houve contabilização da redução de capital aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 27.12.2022, nas controladas Central Geradora Eólica São Miguel I e na Central Geradora Eólica São Miguel III, no total de R$ 29.914, conforme disposto na NE nº 7. A referida redução se deu mediante utilização do saldo do contas a pagar para as controladas, no período de 2018 a 2022, referente à proporção da qual as controladas devem participar para o cumprimento das cláusulas financeiras do contrato de financiamento com o BNDES.

Conforme a NE nº 15, as adições e ajustes por remuneração ocorridos no direito de uso de ativos totalizaram R$ 17.116 (R$ 53 em 31.12.2022), sendo que tal reconhecimento teve como contrapartida a rubrica de passivo de arrendamentos.

As transações acima não envolveram caixa, motivo pelo qual não estão mencionadas na demonstração dos fluxos de caixa.

Curitiba, 28 de março de 2024

Marcio Raphael Ploszaj
Diretor Técnico

Adriano Fedalto
Diretor Administrativo-Financeiro

Tatiane Ramthun Gumz
Contadora CRC PR 050498/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Determinamos que não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 28 de março de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Jonas Dal Ponte
Contador
CRC nº RS 058908/O-1

INÊS249

São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A.

Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A • CNPJ 13.985.420/0001-16

À Acionista

A administração da São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. (São Bento Energia ou Companhia), Sociedade Anônima de Capital Fechado, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2023, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e informa que a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição da acionista, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais, se necessários.

A Companhia

A São Bento Energia, localizada no Município de Curitiba, no Estado do Paraná, é controladora (100% das ações) das SPEs GE Boa Vista S.A., GE Farol S.A., GE Olho D'Água S.A. e GE São Bento do Norte S.A., produtoras de energia eólica, as quais formam o Complexo Eólico São Bento.

As quatro SPEs do Complexo Eólico São Bento, localizado no Município de São Bento do Norte, no Estado do Rio Grande do Norte, sagraram-se vencedoras no 2° Leilão de Energia Proveniente de Fontes Alternativas de Geração, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, realizado em 26.08.2010, conforme o Edital de Leilão da Aneel nº 07/2010.

A energia do Complexo Eólico São Bento é comercializada por meio de Contratos de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEARs por 20 anos.

A seguir são apresentadas as principais informações do parque gerador e da energia produzida:

Empreendimentos	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Geração (GWh) (1)	Preço/ MWh (2)	Início de Operação Comercial	Vencimento de Outorga
Boa Vista	14,0	5,2	35,31	300,40	25.02.2015	28.04.2046
Farol	20,0	8,8	63,10	291,70	25.02.2015	20.04.2046
Olho d'Água	30,0	12,8	101,10	291,70	25.02.2015	01.06.2046
São Bento do Norte	30,0	11,3	94,90	291,70	25.02.2015	19.05.2046
Total das Eólicas	**94,0**	**38,1**	**294,4**			

(1) Valores referentes ao total bruto gerado em 2023.
(2) Preço atualizado até dezembro/2023.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em R$ mil (exceto quando indicado de outra forma)	2023	2022	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	506.887	508.364	(0,3)
Caixa e equivalentes de caixa	127.367	80.005	59,2
Títulos e valores mobiliários	119.408	154.051	(22,5)
Dívida total	136.447	155.615	(12,3)
Dívida líquida	(110.328)	(78.441)	40,7
Receita operacional bruta	89.408	88.498	1,0
Deduções da receita	(11.877)	(12.417)	(4,3)
Receita operacional líquida (ROL)	77.531	76.081	1,9
Custos e despesas operacionais	(54.422)	(48.650)	11,9
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	23.109	27.431	(15,8)
Ebitda ou Lajida	40.469	44.633	(9,3)
Resultado financeiro	18.177	10.964	(65,8)
IRPJ/CSLL	(14.079)	(11.831)	19,0
Lucro operacional	41.286	38.395	7,5
Lucro líquido do exercício	27.207	26.564	2,4
Patrimônio líquido	250.633	248.815	0,7
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	1,5	0,9	66,7
Liquidez geral (índice)	1,0	1,0	-
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou Lajida/ROL) (%)	52,2	58,7	(11,1)
Dívida total sobre o patrimônio líquido (%)	54,4	62,5	(13,0)
Margem operacional (lucro operacional/ROL) (%)	53,3	50,5	5,5
Margem líquida (lucro líquido/ROL) (%)	35,1	34,9	0,6
Participação de capital de terceiros (%)	50,6	51,1	(1,0)
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) (1)	10,9	11,6	(6,0)

(1) LL ÷ (PL inicial)

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos a acionista, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

Curitiba, 11 de abril de 2024

Marcio Raphael Ploszaj
Diretor Técnico

Adriano Fedalto
Diretor Administrativo-Financeiro

Demonstrações Financeiras

em 31 de dezembro de 2023 e 2022
em milhares de reais

Balanços Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 em milhares de reais

ATIVO	NE nº	Controladora 31.12.2023	Controladora 31.12.2022	Consolidado 31.12.2023	Consolidado 31.12.2022
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	45.528	1.752	127.367	80.005
Clientes	5	-	-	14.202	9.252
Dividendos a receber	6	3.616	33.760	-	-
Outros créditos		148	148	543	3.571
Imposto de renda e contribuição social		721	259	2.392	2.375
Outros tributos a recuperar		-	-	-	7
Despesas antecipadas		7	7	1.873	1.362
		50.020	**35.926**	**146.377**	**96.572**
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Títulos e valores mobiliários	7	100.181	136.719	119.408	154.051
Depósitos judiciais		26	23	26	23
Outros créditos		-	-	45	-
Outros tributos a recuperar		-	-	19	9
		100.207	**136.742**	**119.498**	**154.083**
Investimentos	8	**234.795**	**235.648**	**-**	**-**
Imobilizado	9	**-**	**-**	**241.012**	**257.709**
		335.002	**372.390**	**360.510**	**411.792**
TOTAL DO ATIVO		**385.022**	**408.316**	**506.887**	**508.364**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	NE nº	Controladora 31.12.2023	Controladora 31.12.2022	Consolidado 31.12.2023	Consolidado 31.12.2022
CIRCULANTE					
Partes relacionadas	6	2.673	2.676	387	388
Fornecedores	10	18	8	1.765	4.723
Imposto de renda e contribuição social		314	368	1.292	872
Outras obrigações fiscais		-	-	1.665	1.379
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	21.137	21.001
Dividendos a pagar	6	6.462	22.563	6.462	22.563
Outras contas a pagar	14	-	-	66.181	52.809
		9.467	**25.615**	**98.889**	**103.735**
NÃO CIRCULANTE					
Partes relacionadas	6	124.085	133.408	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		356	37	3.635	360
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	115.310	134.614
Outras contas a pagar	14	-	-	37.939	20.398
Provisões para litígios	12	481	441	481	442
		124.922	**133.886**	**157.365**	**155.814**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	13.1	173.622	173.622	173.622	173.622
Reserva legal	13.2	7.357	5.997	7.357	5.997
Reserva de retenção de lucros	13.2	50.269	50.269	50.269	50.269
Dividendo adicional proposto	13.3	19.385	18.927	19.385	18.927
		250.633	**248.815**	**250.633**	**248.815**
TOTAL DO PASSIVO		**385.022**	**408.316**	**506.887**	**508.364**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 em milhares de reais

	NE nº	Controladora 31.12.2023	Controladora 31.12.2022	Consolidado 31.12.2023	Consolidado 31.12.2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	15	-	-	77.531	76.081
Custos Operacionais	19	-	-	(48.171)	(43.435)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		-	-	29.360	32.646
Outras Receitas (Despesas) Operacionais					
Despesas com vendas		-	-	(14)	(2)
Despesas gerais e administrativas	16	(424)	(268)	(2.488)	(4.454)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	(1)	(35)	(3.749)	(759)
Resultado da equivalência patrimonial	8	15.226	17.492	-	-
		14.801	**17.189**	**(6.251)**	**(5.215)**
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		14.801	17.189	23.109	27.431
Resultado Financeiro	17				
Receitas financeiras		18.819	14.168	31.575	25.759
Despesas financeiras		(39)	-	(13.398)	(14.795)
		18.780	**14.168**	**18.177**	**10.964**
LUCRO OPERACIONAL		33.581	31.357	41.286	38.395
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	18				
Imposto de renda e contribuição social		(6.056)	(4.781)	(10.805)	(11.520)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(318)	(12)	(3.274)	(311)
		(6.374)	**(4.793)**	**(14.079)**	**(11.831)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		27.207	26.564	27.207	26.564
RESULTADO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - em reais	13.4				
Ações ordinárias		0,15670	0,15300	0,15670	0,15300

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 em milhares de reais

	Controladora 31.12.2023	Controladora 31.12.2022	Consolidado 31.12.2023	Consolidado 31.12.2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	27.207	26.564	27.207	26.564
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	27.207	26.564	27.207	26.564

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2022		173.622	4.668	50.269	-	-	228.559
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	26.564	26.564
Destinação proposta à A.G.O.:							
Reserva legal	13.2	-	1.329	-	-	(1.329)	-
Dividendos	13.3	-	-	-	-	(6.308)	(6.308)
Dividendos adicional proposto	13.2	-	-	-	18.927	(18.927)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		173.622	5.997	50.269	18.927	-	248.815
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	27.207	27.207
Deliberação do dividendo adicional proposto		-	-	-	(18.927)	-	(18.927)
Destinação proposta à A.G.O.:							
Reserva legal	13.2	-	1.360	-	-	(1.360)	-
Dividendos	13.3	-	-	-	-	(6.462)	(6.462)
Dividendos adicional proposto	13.2	-	-	-	19.385	(19.385)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023		173.622	7.357	50.269	19.385	-	250.633

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 em milhares de reais

	NE nº	Controladora 31.12.2023	Controladora 31.12.2022	Consolidado 31.12.2023	Consolidado 31.12.2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		**27.207**	**26.564**	**27.207**	**26.564**
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais:					
Encargos e variações monetárias não realizadas - líquidas		41	-	13.366	5.971
Imposto de renda e contribuição social	18	6.056	4.781	10.805	11.520
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	319	12	3.274	311
Resultado da equivalência patrimonial	8	(15.226)	(17.492)	-	-
Depreciação	9	-	-	17.360	17.202
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	16	-	35	14	37
Resultado das baixas de imobilizado	9	-	-	-	1.165
		18.397	**13.900**	**72.026**	**62.770**
Redução (aumento) dos ativos					
Clientes		-	-	(4.965)	(279)
Dividendos recebidos		46.222	2.273	-	-
Outros créditos		-	-	2.983	(202)
Imposto de renda e contribuição social		(462)	47	(17)	(1.603)
Outros tributos a recuperar		-	-	(3)	1.262
Despesas antecipadas		-	28	(511)	5
Partes relacionadas		-	-	-	203
Depósitos judiciais		(3)	(3)	(3)	(3)
		45.757	**2.345**	**(2.516)**	**(617)**
Aumento (redução) dos passivos					
Partes relacionadas		(9.326)	28.762	(1)	(173)
Fornecedores		10	(8)	(2.958)	1.139
Outras obrigações fiscais		-	-	286	680
Outras contas a pagar		-	(102)	30.913	24.565
		(9.316)	**28.652**	**28.240**	**26.211**
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**54.838**	**44.897**	**97.750**	**88.364**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(6.110)	(4.675)	(10.385)	(12.300)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	11.2	-	-	(11.926)	(13.585)
Encargos de empréstimos concedidos a partes relacionadas recebidos		-	-	-	9.795
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		48.728	40.222	75.439	72.274
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações financeiras		36.538	(33.918)	34.643	(36.312)
Recebimento de empréstimos concedidos a partes relacionadas		-	-	-	59.500
Aquisições de imobilizado	9	-	-	(664)	(999)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO (GERADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		36.538	(33.918)	33.979	22.189
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Amortizações de principal de empréstimos e financiamentos	11.2	-	-	(20.566)	(20.351)
Dividendos pagos		(41.490)	(6.781)	(41.490)	(6.781)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(41.490)	(6.781)	(62.056)	(27.132)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		43.776	(477)	47.362	67.331
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	1.752	2.229	80.005	12.674
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	45.528	1.752	127.367	80.005
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		43.776	(477)	47.362	67.331

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

em 31 de dezembro de 2023 e 2022
em milhares de reais

1. Contexto Operacional

A São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. (São Bento Energia, Companhia ou Controladora) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede à Rua José Izidoro Biazetto, 158, Curitiba - PR, e tem como objetivo principal o desenvolvimento, execução e operação de projetos de energia elétrica, além da gestão, mediante participações societárias, de sociedades que desempenhem essas mesmas atividades. Possui a Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) como único acionista. Por sua vez, a Copel GeT é controlada pela Companhia Paranaense de Energia (Copel).

Suas operações são representadas substancialmente pela participação de 100% do capital social das controladas a seguir relacionadas (NE nº 1.1).

Para a produção de energia pelas referidas controladas existem contratos firmados de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade disponibilidade de energia elétrica, na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, decorrente do resultado do 2º Leilão de Energia Proveniente de Fontes Alternativas de Geração, realizado em agosto de 2010.

1.1 Concessões e Autorizações

Usina eólica	Autorização	Vencimento
GE Boa Vista S.A	Portaria MME nº 276/2011 - EOL Dreen Boa Vista	28.04.2046
GE Farol S.A.	Portaria MME nº 263/2011 - EOL Farol	20.04.2046
GE Olho D'Água S.A.	Portaria MME nº 343/2011 - EOL Dreen Olho D'Água	01.06.2046
GE São Bento do Norte S.A.	Portaria MME nº 310/2011 - EOL Dreen São Bento do Norte	19.05.2046

2. Base de Preparação

As demonstrações financeiras individuais da Controladora e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Diretoria declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi aprovada pela Administração da Companhia em 11.04.2024.

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia e de suas controladas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, as quais são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.3.1 Julgamentos

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis com efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas:

- NE nº 3.1 e 8 - Base de consolidação e investimentos: avaliação sobre a existência de controle;
- NE nº 3.2 - Instrumentos financeiros: definição da categoria dos instrumentos financeiros.

2.3.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas que podem levar a ajustes significativos aos valores dos ativos e passivos no próximo exercício:

- NEs nos 3.3 e 9 – Imobilizado: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nos 3.4 e 5 – Perdas de crédito esperadas: estimativa de valores que não serão recebidas
- NEs nos 3.4 e 9 - Redução ao valor recuperável de ativos: definição de premissas, determinação da taxa de desconto e previsão dos fluxos de caixa;
- NEs nos 3.5 e 12 - Provisões para litígios e passivos contingentes: estimativa de perdas em processos judiciais;
- NEs nos 3.6 e 15 - Reconhecimento de receita: estimativa de valores não faturados;
- NE nº 3.7 - Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE: previsão de valores que serão faturados pela CCEE; e
- NEs nos 3.8 e 18 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: previsão de lucros tributáveis futuros.

2.4 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional, a Companhia e suas controladas contam com o suporte financeiro de sua Controladora (Copel GeT) e, portanto, não prejudicando a capacidade financeira de curto prazo da Companhia.

3. Políticas Contábeis Materiais

A seguir são apresentadas as informações materiais das políticas contábeis da Companhia.

3.1 Base de consolidação

3.1.1 Método de equivalência patrimonial

Os investimentos em controladas (no balanço da Controladora) são reconhecidos nas demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial.

Conforme esse método, os investimentos são inicialmente registrados pelo valor de custo e o seu valor contábil é aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação da investidora no lucro, no prejuízo e em outros resultados abrangentes gerados pelas investidas, após a aquisição. Esse método deve ser descontinuado a partir da data em que o investimento deixar de se qualificar como controlada.

COPEL

As distribuições de resultados reduzem o valor contábil dos investimentos.

Quando necessário, para cálculo das equivalências patrimoniais, as demonstrações financeiras das investidas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às da Controladora.

3.1.2 Controladas

As controladas são as entidades em que a investidora está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre as entidades.

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

Os saldos de ativos, passivos e resultados das controladas são consolidados linha a linha e os saldos decorrentes das transações entre as empresas consolidadas são eliminados.

3.2 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

Depois do reconhecimento inicial os ativos financeiros somente são reclassificados se a Companhia mudar o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e esta reclassificação deve ocorrer de forma prospectiva.

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.2.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.2.2 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.2.3 Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.2.4 Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação. São demonstrados ao valor justo e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidas reconhecidas no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

3.2.5 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.3 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que lhe são atribuíveis.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros para a Companhia.

3.4 Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

3.4.1 Ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas para toda existência dos ativos financeiros que não possuírem componentes de financiamento significativos, considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo, número de dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

3.4.2 Ativos não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras e em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

3.5 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Os valores que correspondem à parcela principal da provisão são reconhecidos no resultado operacional ou no ativo e a atualização monetária, se houver, é reconhecida no resultado financeiro. Provisões socioambientais são registrados em contrapartida ao ativo quando incorridos durante a fase de implantação de empreendimentos ou, ainda, após a entrada em operação comercial, quando considerados condicionantes para obtenção/renovação das licenças de operação e manutenção.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em nota explicativa quando for provável o reconhecimento de benefícios econômicos futuros, para os ativos, ou quando a probabilidade de saída de recursos for avaliada como possível, no caso dos passivos.

3.6 Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia e suas controladas esperam receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas no resultado quando do suprimento de energia, medição ou condição contratual e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente principalmente do suprimento de energia elétrica.

A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos, a estimativa de preço e o volume fornecido.

Tendo em vista que as empresas de geração eólica estão sujeitas a montantes mínimos de geração, a Companhia entende que está sujeita a contraprestação variável e, por esta razão, constitui provisão pela não performance com base nas estimativas de geração anual, deduzindo da receita.

3.7 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizadas em determinado mês, pelo PLD - Preço de Liquidação das Diferenças correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

3.8 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social foram apurados trimestralmente com base no Lucro Presumido. O imposto de renda é calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o percentual de 8% da receita bruta de venda de energia (produto), acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R$ 60 no trimestre e a contribuição social é calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre o percentual de 12% da receita bruta de venda de energia (produto).

Além disso, o imposto de renda calculado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para as parcelas dos lucros que excederem a R$ 60 no trimestre, e a contribuição social calculada pela alíquota de 9%, também incidem sobre as receitas financeiras auferidas nos resgates de aplicações financeiras, deduzidos os tributos incidentes (Imposto sobre Operações Financeiras - IOF). Sobre a receita financeira provisionada são reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos.

3.9 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2023

A partir de 1°.01.2023 estão vigentes as alterações a seguir, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia:

(i) CPC 26 / IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS: alteração nas divulgações de principais políticas contábeis para informações materiais da política contábil (a partir de 1º.01.2023);
(ii) CPC 50 / IFRS 17: novo pronunciamento para contratos de seguros, em substituição ao CPC 11 / IFRS 4 - a Companhia não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro (a partir de 1º.01.2023);
(iii) CPC 23 / IAS 8: atualização das definições de estimativas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
(iv) CPC 32 / IAS 12: alterações no tratamento do imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação e atualizações decorrentes das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois (a partir de 1º.01.2023).

3.10 Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios seguintes estarão vigentes as alterações abaixo:

(i) CPC 26 / IAS 1: requisitos para classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes e para apresentação de Passivo Não Circulante com Covenants (a partir de 1º.01.2024);
(ii) CPC 06 / IFRS 16 - Arrendamentos: alterações relacionadas a operações de "sale and leaseback" (a partir de 1º.01.2024);
(iii) CPC 03 / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 / IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: requisitos para divulgação de acordos de financiamento de fornecedores (a partir de 1º.01.2024);
(iv) CPC 02 / IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (a partir de 1º.01.2025);
(v) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas decorrentes destas alterações de normas.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e bancos conta movimento	3	40	6.414	6.051
Aplicações financeiras de liquidez imediata	45.525	1.712	120.953	73.954
	45.528	**1.752**	**127.367**	**80.005**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos líquidos de imposto de renda auferidos até a data de encerramento do período e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a Operações Compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações, dependendo da incidência de IOF e do prazo de liquidez negociado no momento da contratação, são remuneradas entre 100,0% e 101,0% (entre 96,0% e 101,0% em 2022) da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5. Clientes

Consolidado	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos a mais de 90 dias	31.12.2023	31.12.2022
Contratos regulados	9.556	4.369	1	13.926	8.878
CCEE	291	-	-	291	374
(-) Perdas de créditos esperadas	(15)	-	-	(15)	-
	9.832	**4.369**	**1**	**14.202**	**9.252**

Em 31.12.2023 o valor de Perdas de Créditos Esperadas é insignificativo devido a existência de garantias vinculadas aos contratos.

6. Partes relacionadas

O quadro abaixo apresenta os saldos da Controladora com suas partes relacionadas.

	Controladora	
	31.12.2023	31.12.2022
Ativo circulante		
Controladas		
GE Boa Vista S.A. - dividendos	202	725
GE Farol S.A. - dividendos	409	20.577
GE Olho D'Água S.A. - dividendos	1.227	9.475
GE São Bento do Norte S.A. - dividendos	1.778	2.983
	3.616	**33.760**
Passivo circulante		
Controlador		
Copel Geração e Transmissão - dividendos	6.462	22.563
Controlador (a)		
Copel Geração e Transmissão	2	-
Controladas (b)		
GE Boa Vista S.A.	377	377
GE Farol S.A.	148	148
GE Olho D'Água S.A.	223	223
GE São Bento do Norte S.A.	1.922	1.922
Entidade sob controle comum (a)		
Copel Distribuição S.A.	1	-
Cutia Empreendimentos Eólicos S. A.	-	6
	9.135	**25.239**
Passivo não circulante		
Controladas (b)		
GE Boa Vista S.A.	19.982	16.813
GE Farol S.A.	19.446	35.918
GE Olho D'Água S.A.	39.736	40.504
GE São Bento do Norte S.A.	44.921	40.173
	124.085	**133.408**

a) A Companhia registrou gastos com atividades corporativas entre controladoras e entidades sob controle comum, referentes a pessoal e administradores, conforme contrato de compartilhamento assinado entre as partes. As atividades estão concentradas nas suas controladoras e entidades sob controle comum.

b) A São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. é interveniente junto ao financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) da Companhia, o qual, por força contratual, transfere recursos visando manter os saldos relativos à cessão fiduciária de recebíveis provenientes da receita de venda de energia elétrica conforme exigência contratual (NE nº 11).

Adicionalmente, o quadro a seguir apresenta os saldos de transações com partes relacionadas presentes no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício consolidados da Companhia:

Consolidado Parte Relacionada / Natureza da Operação	Ativo 31.12.2023	Ativo 31.12.2022	Passivo 31.12.2023	Passivo 31.12.2022	Receita 31.12.2023	Receita 31.12.2022	Custo / Despesa 31.12.2023	Custo / Despesa 31.12.2022
Controladores								
Copel GeT								
Dividendos	-	-	6.462	22.563	-	-	-	-
Mútuo (a)	-	-	-	-	-	7.868	-	-
Compartilhamento de estrutura (b)	-	-	286	286	-	-	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(81)	(72)
Entidade sob controle em comum								
Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.								
Compartilhamento de estrutura (b)	-	-	21	21	-	-	-	-
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	-	(2)
Marumbi Transmissora de Energia S.A.								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	-	(3)
Uirapuru Transmissora de Energia S.A.								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	-	(4)
Copel Distribuição S.A. (Copel Dis)								
Compartilhamento de estrutura (b)			81	81	-	-	-	-
FDA Geração de Energia S.A.								
Energia elétrica para revenda	-	-	-	-	-	-	(4.196)	(3.512)
Pessoal chave da administração (c)								
Honorários e encargos sociais (NE nº 16)	-	-	-	-	-	-	(124)	(137)
Planos previdenciários e assistenciais	-	-	-	-	-	-	(5)	(3)

a) Em 19.04.2021, foi assinado contrato de mútuo entre GE Boa Vista S.A., GE Farol S.A., GE Olho D'Água S.A. e GE São Bento do Norte S.A. (mutuantes) e Copel Geração e Transmissão S.A. (mutuária), com aprovação de limites acrescidos de IOF e juros remuneratórios de 100% do CDI acrescidos de 2% a.a., a fim de proporcionar recursos para o financiamento das atividades e negócios da empresa. O valor foi quitado em 28.11.2022.

b) A Companhia e suas controladas registraram gastos com atividades corporativas entre controladoras e entidades sob controle comum, referentes a pessoal e administradores, conforme contrato de compartilhamento assinado entre as partes. As atividades estão concentradas nas suas controladoras e entidades sob controle comum.

c) A Companhia e suas controladas não possuem planos de benefícios de longo prazo para os Administradores.

7. Títulos e Valores Mobiliários

As controladas possuem títulos e valores mobiliários que rendem taxas de juros variáveis. O prazo desses títulos varia de 14 a 42 meses a partir do final do período de relatório.

Categoria	Indexador	Controladora 31.12.2023	Controladora 31.12.2022	Consolidado 31.12.2023	Consolidado 31.12.2022
Cotas de fundos de investimentos	CDI (a)	100.181	136.719	118.895	153.588
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	96% a 98,3% do CDI	-	-	513	463
Não circulante		**100.181**	**136.719**	**119.408**	**154.051**

(a) Certificado de Depósito Interbancário - CDI

Os recursos referentes a Cotas de fundos de investimentos são vinculados aos contratos de empréstimos financiamentos com o BNDES (NE n°11) e os CDBs são vinculados à garantia financeira do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão.

8. Investimentos

Controladora	Saldo em 1º.01.2022	Equivalência patrimonial	Dividendos Propostos	Saldo em 31.12.2023	Equivalência patrimonial	Deliberação dividendo adicional proposto	Dividendos Propostos	Saldo em 31.12.2023
GE Boa Vista S.A.	25.336	1.397	(332)	26.401	849	(995)	(201)	26.054
GE Farol S.A.	49.794	4.244	(1.008)	53.030	1.719	(3.023)	(409)	51.317
GE Olho D'Água S.A.	87.241	5.872	(1.395)	91.718	5.164	(4.184)	(1.225)	91.473
GE São Bento do Norte S.A.	59.939	5.979	(1.421)	64.497	7.494	(4.261)	(1.779)	65.951
	222.310	**17.492**	**(4.156)**	**235.646**	**15.226**	**(12.463)**	**(3.614)**	**234.795**

9. Imobilizado

A Companhia e suas controladas registram no ativo imobilizado os bens utilizados nas instalações administrativas e industriais para geração de energia elétrica.

Consolidado	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2023	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2022
Em serviço						
Máquinas e equipamentos	357.189	(118.267)	238.922	357.189	(100.923)	256.266
Edificações	447	(96)	351	447	(80)	367
Móveis e utensílios	13	(5)	8	12	(4)	8
	357.649	**(118.368)**	**239.281**	**357.648**	**(101.007)**	**256.641**
Em curso						
Custo	1.730	-	1.730	1.068	-	1.068
	1.730	**-**	**1.730**	**1.068**	**-**	**1.068**
	359.379	**(118.368)**	**241.011**	**358.716**	**(101.007)**	**257.709**

Consolidado	Saldo em 1º.01.2022	Adições	Depreciação	Baixas	Saldo em 31.12.2022	Adições	Depreciação (a)	Capitalizações	Saldo em 31.12.2023
Em serviço									
Máquinas e equipamentos	274.617	-	(17.185)	(1.165)	256.267	-	(17.343)	-	238.924
Edificações	383	-	(16)	-	367	-	(16)	-	351
Móveis e utensílios	8	-	(1)	-	7	-	(1)	3	9
	275.008	**-**	**(17.202)**	**(1.165)**	**256.641**	**-**	**(17.360)**	**3**	**239.284**
Em curso									
Custo	69	999	-	-	1.068	664	-	(3)	1.729
	69	**999**	**-**	**-**	**1.068**	**664**	**-**	**(3)**	**1.729**
	275.077	**999**	**(17.202)**	**(1.165)**	**257.709**	**664**	**(17.360)**	**-**	**241.013**

(a) Taxa média de depreciação de 4,94% (4,94% em 2022).

A Administração não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos em 2023 e 2022.

10. Fornecedores

Consolidado	31.12.2023	31.12.2022
Materiais e serviços	1.248	4.175
Encargos de uso da rede elétrica	517	548
Circulante	**1.765**	**4.723**

11. Empréstimos e Financiamentos

Contrato BNDES	Empresa	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	Consolidado 31.12.2023	Consolidado 31.12.2022
11211521	GE Farol	19.03.2012	192	15.06.2030	2,34% a.a. acima da TJLP	54.100	26.207	29.888
11211531	GE Boa Vista	19.03.2012	192	15.06.2030	2,34% a.a. acima da TJLP	40.050	19.374	22.096
11211541	GE S.Bento do Norte	19.03.2012	192	15.06.2030	2,34% a.a. acima da TJLP	90.900	43.940	50.112
11211551	GE Olho D'Água	19.03.2012	192	15.06.2030	2,34% a.a. acima da TJLP	97.000	46.927	53.519
							136.448	**155.615**
						Circulante	**21.137**	**21.001**
						Não circulante	**115.310**	**134.614**

Destinação: construção e implantação de centrais geradoras eólicas.
Garantias: Penhor de ações (GE Farol, GE Boa Vista, GE S.B.Norte and GE Olho D'Água); cessão fiduciária de recebíveis provenientes da receita de venda venda de energia elétrica produzidas pelo projeto; cessão fiduciária das máquinas e equipamentos montados ou construídos com os recursos a eles vinculados.

11.1 Vencimentos das parcelas de longo prazo

	Consolidado
2025	20.653
2026	20.653
2027	20.653
2028	20.653
2029	20.653
Após 2029	12.045
	115.310

11.2 Mutação de empréstimos e financiamentos

Consolidado	Total
Em 1º.01.2022	**174.788**
Encargos	13.565
Variação monetária e cambial	1.198
Amortização - principal	(20.351)
Pagamento - encargos	(13.585)
Em 31.12.2022	**155.615**
Encargos	11.858
Variação monetária	1.467
Amortização - principal	(20.566)
Pagamento - encargos	(11.926)
Em 31.12.2023	**136.448**

11.3 Cláusulas contratuais restritivas - *covenants*

Os contratos de empréstimos e financiamentos contêm cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar a participação acionária da Companhia no capital social das controladas que represente alteração de controle sem a prévia anuência. O descumprimento das condições contratadas poderá implicar em multas ou na declaração de vencimento antecipado das dívidas.

Em 31.12.2023, todos os indicadores financeiros medidos anualmente e compromissos acordados foram integralmente atendidos.

A Companhia tem expectativa de que todos os indicadores financeiros, medidos anualmente, sejam cumpridos em 2024.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos:

Empresa	Instrumento Contratual	Indicador Financeiros	Limite
São Bento Energia, Investimento e Participações	Contrato de Cessão BNDES	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3
GE Boa Vista S.A.	BNDES Finem nº 11211531		
GE Farol S.A.	BNDES Finem nº 11211521		
GE Olho D´Água S.A.	BNDES Finem nº 11211551		
GE São Bento do Norte S.A.	BNDES Finem nº 11211541		

Financiamento a empreendimentos - Finem

12. Provisões para Litígios e Passivos Contingentes

A Companhia e suas controladas respondem por processos judiciais de natureza trabalhista e fiscal. A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, atualizou as estimativas de perda em provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, no montante de R$ 481 em 31.12.2023 (R$ 442 em 31.12.2022) quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.5 são atendidos. Não houve quitações durante o exercício.

Os passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

Em 31.12.2023, as contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras avaliadas pelos assessores jurídicos como de risco de perda possível, no montante de R$ 58.056 (R$ 52.727 em 31.12.2022), são principalmente de natureza tributária decorrente de exigência fiscal das prefeituras a título de ISS em serviço de construção civil prestado por terceiro.

A Companhia efetuou mudança voluntária quanto ao registro da atualização monetária sobre provisões para litígios. Os valores que eram registrados como despesas operacionais passaram a ser reconhecidos como despesas financeiras. Nas demonstrações do resultado do exercício consolidadas de 2023 o montante de R$ 39 (R$ 39 na Controladora) foi lançado como despesa financeira (NE nº 17). Caso essa mudança voluntária de prática contábil estivesse sendo aplicada no exercício findo em 31.12.2022, o valor da reclassificação de despesas operacionais para despesas financeiras seria de R$ 35 na demonstração do resultado do exercício consolidada (R$ 35 na Controladora). Considerando as análises quantitativas e qualitativas realizadas pela Companhia, a Administração concluiu que o efeito dessa mudança voluntária na forma de registro da atualização monetária sobre provisões para litígios é imaterial para as demonstrações financeiras já publicadas nos exercícios anteriores tendo em vista que esta mudança não impacta o balanço patrimonial, o lucro líquido do exercício, a geração de caixa da Companhia e nem o atendimento a cláusulas restritivas de contratos de dívidas (*Covenants*).

13. Patrimônio Líquido

13.1 Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2023 monta a R$ 173.622 (R$ 173.622, em 31.12.2022), composto por 173.621.468 ações ordinárias pertencentes a Copel GeT.

13.2 Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros é constituída mediante retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a reserva legal, os juros sobre o capital próprio e os dividendos.

COPEL

13.3 Proposta de distribuição de dividendos

Controladora	31.12.2023	31.12.2022
Base de cálculo para os dividendos		
Lucro líquido do exercício	27.207	26.564
Reserva legal (5%)	(1.360)	(1.329)
	25.847	**25.235**
Dividendos propostos		
Dividendos mínimos obrigatórios	6.462	6.308
Dividendo adicional proposto (*)	19.385	18.927
	25.847	**25.235**
Valor do dividendo por ação	**0,000149**	**0,000145**

(*) De acordo com o § 6° do art. 202 da lei 6.404/76, os lucros não destinados nos termos do art. 193 a 197 (Reserva Legal, Reservas Estatutárias, para contingência, de retenção de lucros ou de lucros a realizar), deverão ser distribuídos como dividendos.

Conforme as disposições legais e estatutárias vigentes, a base de cálculo dos dividendos é obtida a partir do lucro líquido, diminuído da quota destinada à reserva legal.

A distribuição dos dividendos é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas ao final do exercício, exceto o dividendo adicional proposto que aguarda a deliberação em Assembleia dos Acionistas.

13.4 Lucro líquido básico e diluído por ação

	31.12.2023	31.12.2022
Numerador básico e diluído		
Resultado líquido básico e diluído alocado por classes de ações		
Lucro Líquido do Exercício	27.207	26.564
Denominador básico e diluído (em milhares de ações)		
Média ponderada das ações		
Ações ordinárias	173.621.468	173.621.468
Resultado líquido do período básico e diluído por ação		
Resultado por ação ordinária	0,15670	0,15300

14. Outras Contas a Pagar

	Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022
Provisão de não performance de geração de energia (19.2.4)	104.046	73.182
Outras contas a pagar	74	25
	104.120	**73.207**
Circulante	**66.181**	**52.809**
Não circulante	**37.939**	**20.398**

15. Receita Operacional Líquida

Consolidado	31.12.2023	31.12.2022
Contratos de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR (leilão) e Bilaterais	116.741	109.721
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	4.232	3.445
(-) Provisão para não performance de geração	(31.565)	(24.668)
(-) PIS/Pasep e Cofins	(4.106)	(3.817)
(-) ICMS Substituição Tributária	(7.771)	(8.600)
	77.531	**76.081**

16. Custos e Despesas Operacionais

Controladora	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	31.12.2023	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	31.12.2022
Pessoal e administradores	(13)	-	(13)	(21)	-	(21)
Planos previdenciário e assistencial	(1)	-	(1)	(2)	-	(2)
Serviços de terceiros	(201)	-	(201)	(125)	-	(125)
Perdas de créditos, provisões e reversões	-	-	-	-	(35)	(35)
Outras despesas operacionais	(209)	(1)	(210)	(120)	-	(120)
	(424)	**(1)**	**(425)**	**(268)**	**(35)**	**(303)**

Consolidado	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	31.12.2023	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	31.12.2022
Energia elétrica comprada para revenda - CCEE	(4.227)	-	-	-	(4.227)	(3.679)	-	-	-	(3.679)
Encargos de uso da rede elétrica	(6.029)	-	-	-	(6.029)	(5.156)	-	-	-	(5.156)
Pessoal e administradores	-	-	(1.337)	-	(1.337)	-	-	(1.203)	-	(1.203)
Planos previdenciário e assistencial	-	-	(157)	-	(157)	-	-	(126)	-	(126)
Material	(112)	-	-	-	(112)	(102)	-	-	-	(102)
Serviços de terceiros	(15.971)	-	1.479	-	(14.492)	(12.902)	-	(2.008)	-	(14.910)
Depreciação e amortização	(17.360)	-	-	-	(17.360)	(17.202)	-	-	-	(17.202)
Perdas de créditos, provisões e reversões	-	(14)	-	-	(14)	-	(2)	-	(35)	(37)
Arrendamento e aluguéis	(3.119)	-	-	-	(3.119)	(2.427)	-	-	-	(2.427)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(1.353)	-	(2.473)	(3.749)	(7.575)	(1.967)	-	(1.117)	(724)	(3.808)
	(48.171)	**(14)**	**(2.488)**	**(3.749)**	**(54.422)**	**(43.435)**	**(2)**	**(4.454)**	**(759)**	**(48.650)**

16.1.1 Compromissos estimados de arrendamentos e aluguéis não canceláveis

	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total 31.12.2023
Arrendamento de terrenos	1.717	6.784	21.483	29.984

No saldo dos outros custos e despesas operacionais líquidos, estão contidos valores de arrendamento de terrenos para os quais, após a entrada em operação dos empreendimentos, os pagamentos são variáveis em função da receita auferida, aplicando um percentual sobre a receita bruta menos as deduções previstas em contrato (impostos, taxas e contribuições).

17. Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	18.795	14.112	30.423	17.423
Juros sobre mútuo (NE nº 6)	-	-	-	7.939
Juros sobre liquidações na CCEE	-	-	128	191
Acréscimos moratórios sobre faturas de energia	-	-	44	15
Outras receitas financeiras	24	56	980	191
	18.819	**14.168**	**31.575**	**25.759**
(-) Despesas financeiras				
Variação monetária e encargos da dívida	-	-	11.858	13.565
Variação monetária litígios	39	-	39	-
Outras despesas financeiras	-	-	1.501	1.230
	39	**-**	**13.398**	**14.795**
Líquido	**18.780**	**14.168**	**18.177**	**10.964**

18. Imposto de Renda e Contribuição Social

Controladora	31.12.2023		31.12.2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita Financeira	18.819	18.819	14.168	14.168
(-) Receita Financeira Provisionada	(937)	(937)	(35)	(35)
Base de cálculo Receita Financeira	**17.882**	**17.882**	**14.133**	**14.133**
(=) Base de cálculo	**17.882**	**17.882**	**14.133**	**14.133**
Alíquotas vigentes	15%	9%	15%	9%
Adicional	10%		10%	
Imposto de renda e contribuição social	**4.447**	**1.609**	**3.509**	**1.272**
Receita Financeira Provisionada	937	937	35	35
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**234**	**84**	**9**	**3**

Consolidado	31.12.2023		31.12.2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita de Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado	116.338	116.338	109.721	109.721
Receita de Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	4.233	4.233	3.445	3.445
ICMS Substituição tributária	(7.770)	(7.770)	(8.600)	(8.600)
Alíquota sobre a receita bruta	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	**9.024**	**13.537**	**8.365**	**12.549**
Receita Financeira	31.575	31.575	25.687	25.687
(-) Receita Financeira Provisionada	(9.631)	(9.631)	(912)	(912)
Base de cálculo Receita Financeira	**21.944**	**21.944**	**24.775**	**24.775**
(=) Base de cálculo	**30.968**	**35.481**	**33.140**	**37.324**
Alíquotas vigentes	15%	9%	15%	9%
Adicional	10%	-	10%	-
Imposto de renda e contribuição social	**7.612**	**3.193**	**8.161**	**3.359**
Receita Financeira Provisionada	9.631	9.631	912	912
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**2.407**	**867**	**229**	**82**

19. Instrumentos Financeiros

19.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Consolidado	NE nº	Nível	31.12.2023 Valor contábil	31.12.2023 Valor justo	31.12.2022 Valor contábil	31.12.2022 Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	127.367	127.367	80.005	80.005
Títulos e valores mobiliários (b)	7	2	119.408	119.408	154.051	154.051
Custo amortizado						
Clientes (a)	5		14.202	14.202	9.252	9.252
Total dos ativos financeiros			**260.977**	**260.977**	**243.308**	**243.308**
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)			1.765	1.765	4.723	4.723
Empréstimos e financiamentos (c)	11		136.447	127.995	155.615	162.646
Total dos passivos financeiros			**138.212**	**129.760**	**160.338**	**167.369**

Os dois níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:
Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

Apuração dos valores justos

a) Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.

b) Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.

c) Utilizado como premissa básica o custo da última captação realizada pela Copel, CDI + spread de 2,19%, para desconto do fluxo de pagamentos esperado.

19.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

19.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou de contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

Consolidado	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e equivalentes de caixa (a)	127.367	80.005
Títulos e valores mobiliários (a)	119.408	154.051
Clientes (b)	14.202	9.252
	260.977	**243.308**

a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.

b) Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. A Companhia considera baixo esse risco de crédito pois possui histórico imaterial de perdas e, também, por manter contratos regulados com distribuidores de energia elétrica que, por regra do setor, mantêm Contratos de Constituição de Garantias - CCG para cumprimento dos pagamentos.

19.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício.

As projeções econômico-financeiras de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias.

As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil - Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os próximos 3 anos. A partir de 2028, repetem-se os indicadores de 2027 até o horizonte da projeção.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo.

Consolidado	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	1 a 5 anos	Passivo Total
31.12.2023							
Empréstimos e financiamentos	11	2.289	5.388	23.889	109.778	33.751	175.095
Fornecedores	10	1.763	-	-	-	-	1.763
		4.052	**5.388**	**23.889**	**109.778**	**33.751**	**176.858**

Conforme divulgado na NE nº 11.3, a Companhia e suas controladas têm empréstimos e financiamentos com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que podem exigir a antecipação do pagamento destas obrigações.

19.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2023, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base, foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável consideraram-se os saldos com a variação dos indicadores (CDI/Selic: 9,0% e TJLP: 6,43%) previstos na mediana das expectativas de mercado para 2024 do Relatório Focus do Bacen, exceto a TJLP, que considera a projeção interna da Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantem o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Consolidado Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base 31.12.2023	Cenários projetados - dez.2023 Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/SELIC	119.407	10.746	8.060	5.374
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos - BNDES	Alta TJLP	(136.448)	(8.773)	(10.967)	(13.161)

19.2.4 Risco de não performance dos empreendimentos eólicos

Os contratos de compra e venda de energia por fonte eólica, comercializados por meio de leilões regulados, possuem cláusulas de performance de geração, as quais estabelecem um montante mínimo de entrega de energia, com periodicidade anual e/ou quadrienal. Os empreendimentos estão sujeitos a fatores climáticos associados às incertezas da velocidade de vento, o que pode implicar em produção de energia inferior ao montante mínimo de energia contratada. Tal descumprimento contratual pode comprometer receitas futuras da Companhia.

O saldo consolidado registrado no passivo referente a não performance está demonstrado na NE nº 14.

O aumento do passivo em 2023 se deve ao fato de que os montantes a pagar estavam suspensos até 31.12.2023 em virtude das discussões no setor a respeito da restrição da geração dos parques eólicos (*constrained-off*). Além disso, após perturbação ocorrida no Sistema Interligado Nacional - SIN em 15.08.2023, o ONS, de forma preventiva, elevou a frequência de eventos de *constrained-off*, o que aumentou a restrição de geração de empreendimentos eólicos situados na região Nordeste.

19.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio. O endividamento em relação ao patrimônio líquido é apresentado a seguir:

Consolidado	31.12.2023	31.12.2022
Empréstimos e financiamentos	136.447	155.615
(-) Caixa e equivalentes de caixa	127.367	80.005
(-) Títulos e valores mobiliários	119.408	154.051
Dívida líquida	**(110.328)**	**(78.441)**
Patrimônio líquido	250.633	248.815
Endividamento em relação ao patrimônio líquido	**(0,44)**	**(0,32)**

20. Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos seguros contratados pela Companhia está demonstrada a seguir:

Consolidado Apólice	Término da vigência	Importância segurada GE Boa Vista S.A	GE Farol S.A	GE Olho D´Água	GE São Bento do Norte S.A
Seguro D&O (a)	28.03.2025	121.033	121.033	121.033	121.033
Riscos Operacionais	25.08.2024	83.873	129.006	186.719	184.530
Responsabilidade Civil Geral	28.03.2025	30.000	30.000	30.000	30.000
Garantia Judicial - Município São Bento do Norte	13.09.2026	10.361	10.419	14.317	18.937
Garantia de Pagamento - CHESF	18.11.2024	-	-	202	-
Garantia de Pagamento - CHESF	19.11.2024	91	133	-	202

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 29.12.2023, de R$ 4,8413.
Os seguros de garantia contratados possuem como avalista a Companhia Paranaense de Energia - Copel.

Curitiba, 11 de abril de 2024

Marcio Raphael Ploszaj
Diretor Técnico

Adriano Fedalto
Diretor Administrativo-Financeiro

Michael Luiz de Souza
Contador CRC-PR-058084/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações de resultado, de resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 11 de abril de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Jonas Dal Ponte
Contador
CRC nº RS 058908/O-1

COPEL

SRMN Holding S.A.

Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A • CNPJ 30.656.993/0001-15

À Acionista

A Administração da SRMN Holding S.A. (SRMN Holding ou Companhia), Sociedade de Propósito Específico - SPE, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2023, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e informa que a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição do acionista, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais, se necessários.

• **PERFIL ORGANIZACIONAL**

A Companhia

Constituída em junho de 2018, a Companhia é uma subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. e controlada indireta da Companhia Paranaense de Energia (Copel) desde 30.01.2023 após aquisição de seu controle junto a EDP Renováveis. Na condição de Holding, é controladora de 5 Sociedades de Propósito Específico - SPEs, que formam um complexo de parque eólico denominado Santa Rosa & Mundo Novo (SRMN). Atua no segmento de energia e tem por objeto, especificamente, a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, a exploração do potencial das Centrais Eólicas SRMN I, II, III, IV e V a comercialização da energia a ser gerada por esse empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral e de gestão de participações societárias relacionados a essas atividades.

Em 20.12.2017, as 5 controladas da Companhia, venderam energia eólica no Leilão de Energia 05/2017. Por meio de contratos com prazo de suprimentos de 20 anos, foram negociados 67,1 MW médios pelo preço de R$ 108,25/MWh.

Os cinco parques eólicos possuem, em conjunto, potência de 155,4 MW e garantia física de 92,8 MW médios, todos localizados nos municípios de São Tomé (Fazenda Mundo Novo) e Lajes (Fazenda Santa Rosa), no Rio Grande do Norte.

A seguir são apresentadas as principais informações dos parques geradores:

Empreendimentos	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Geração (GWh) (1)	Preço/MWh (2)	Início de Operação Comercial	Vencimento de Outorga
Complexo Eólico SRMN						
Central Eólica SRMN I S.A.	33,6	17,3	132,50	137,00	08.02.2022	03.06.2053
Central Eólica SRMN II S.A.	29,4	17,2	147,20	137,00	01.12.2021	03.06.2053
Central Eólica SRMN III S.A.	33,6	21,5	171,60	137,00	05.01.2022	03.06.2053
Central Eólica SRMN IV S.A.	33,6	21	170,20	137,00	01.01.2022	03.06.2053
Central Eólica SRMN V S.A.	25,2	15,8	110,80	137,00	18.12.2021	03.06.2053
Total das Eólicas	**155,4**	**92,8**	**732,30**			

(1) Valores referentes ao total bruto gerado em 2023.
(2) Preço atualizado até dezembro/2023.

• **ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO EM 31.12.2023**

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL

COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. 100,0%

SRMN HOLDING S.A. 100,0%

100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Central Eólica SRMN I S.A.	Central Eólica SRMN II S.A.	Central Eólica SRMN III S.A.	Central Eólica SRMN IV S.A.	Central Eólica SRMN V S.A.

• **DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

Em R$ mil (exceto quando indicado de outra forma)	2023	2022	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	808.809	816.822	(1,0)
Caixa e equivalentes de caixa	34.551	58.037	(40,5)
Títulos e valores mobiliários	18.623	16.899	10,2
Dívida total	542.722	559.152	(2,9)
Dívida líquida	489.548	484.216	1,1
Receita operacional bruta	113.754	110.188	3,2
Deduções da receita	(7.676)	(5.010)	53,2
Receita operacional líquida	106.078	105.178	0,9
Custos e despesas operacionais	(43.337)	(49.367)	(12,2)
Lucro antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	62.741	55.811	12,4
Ebitda ou Lajida (a)	87.598	77.675	12,8
Resultado financeiro	(40.223)	(44.218)	9,0
IRPJ/CSLL	(4.190)	(4.475)	(6,4)
Lucro (Prejuízo) operacional	14.788	9.510	55,5
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	10.598	5.035	110,5
Patrimônio líquido	223.692	215.612	3,7
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	1,1	0,7	57,1
Liquidez geral (índice)	0,1	0,2	(50,0)
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou Lajida/ROL) (%)	82,6	73,9	11,8
Dívida total sobre o patrimônio líquido (%)	242,6	259,3	(6,4)
Margem operacional (lucro ou prejuízo operacional/receita operacional líquida) (%)	13,9	9,0	54,4
Margem líquida (lucro líquido ou prejuízo/receita operacional líquida) (%)	10,0	4,8	108,3
Participação de capital de terceiros (%)	72,3	73,6	(1,8)
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) (1)	4,9	4,4	11,4

(1) LL ÷ (PL inicial)

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos ao acionista, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

Curitiba, 18 de abril de 2024.

Marcio Raphael Ploszaj
Diretor Técnico

Adriano Fedalto
Diretor Administrativo-Financeiro

Demonstrações Financeiras

em 31 de dezembro de 2023 e 2022 em milhares de reais

Balanços Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 em milhares de reais

ATIVO	NE nº	Controladora 31.12.2023	Controladora 31.12.2022	Consolidado 31.12.2023	Consolidado 31.12.2022
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.566	909	34.551	58.037
Clientes	5	-	-	14.660	4.592
Dividendos a receber		2.971	757	-	-
Outros créditos		-	3	3.228	9.731
Estoques		-	-	2.079	2.015
Imposto de renda e contribuição social		-	-	136	78
Outros tributos a recuperar		-	-	-	5.857
Despesas antecipadas		3	-	169	151
		4.540	**1.669**	**54.823**	**80.461**
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	18.623	16.899
Partes relacionadas	10	-	-	11	5.485
		-	**-**	**18.634**	**22.384**
Investimentos	7	**221.675**	**213.964**	**-**	**-**
Imobilizado	8	**-**	**-**	**730.670**	**713.977**
Intangível	9	**-**	**-**	**4.682**	**-**
		221.675	**213.964**	**753.986**	**736.361**
TOTAL DO ATIVO		**226.215**	**215.633**	**808.809**	**816.822**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	NE nº	Controladora 31.12.2023	Controladora 31.12.2022	Consolidado 31.12.2023	Consolidado 31.12.2022
CIRCULANTE					
Partes relacionadas	10	2	-	790	-
Fornecedores	11	4	21	28.748	31.770
Imposto de renda e contribuição social		-	-	929	1.289
Outras obrigações fiscais		-	-	507	6.027
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	14.258	73.621
Dividendos a pagar	14.3	2.517	-	2.517	-
Outras contas a pagar		-	-	4.111	580
		2.523	**21**	**51.860**	**113.287**
NÃO CIRCULANTE					
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	199	-
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	528.464	485.531
Outras contas a pagar		-	-	3.020	2.392
Provisões para litígios	13	-	-	1.574	-
		-	**-**	**533.257**	**487.923**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Atribuível aos acionistas da empresa controladora					
Capital social	14.1	206.388	206.388	206.388	206.388
Reserva legal	14.2	1.056	527	1.056	527
Reserva de retenção de lucros	14.2	8.697	8.697	8.697	8.697
Dividendo adicional proposto	14.3	7.551	-	7.551	-
		223.692	**215.612**	**223.692**	**215.612**
TOTAL DO PASSIVO		**226.215**	**215.633**	**808.809**	**816.822**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 em milhares de reais

	NE nº	Controladora 31.12.2023	Controladora 31.12.2022	Consolidado 31.12.2023	Consolidado 31.12.2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	15	-	-	106.078	105.178
Custos Operacionais					
Custos Operacionais	16	-	-	(43.337)	(49.367)
		-	**-**	**(43.337)**	**(49.367)**
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		-	-	62.741	55.811
Outras Receitas (Despesas) Operacionais					
Despesas com vendas	16	-	-	(14)	-
Despesas gerais e administrativas	16	(84)	(75)	(6.773)	(1.667)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	-	-	(943)	(416)
Resultado da equivalência patrimonial	7	10.682	5.110	-	-
		10.598	**5.035**	**(7.730)**	**(2.083)**
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		10.598	5.035	55.011	53.728
Resultado Financeiro	17				
Receitas financeiras		-	-	3.113	3.613
Despesas financeiras		-	-	(43.336)	(47.831)
		-	**-**	**(40.223)**	**(44.218)**
LUCRO (PREJUIZO) OPERACIONAL		10.598	5.035	14.788	9.510
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	18				
Imposto de renda e contribuição social		-	-	(3.991)	(4.470)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	(199)	(5)
		-	**-**	**(4.190)**	**(4.475)**
LUCRO (PREJUIZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		10.598	5.035	10.598	5.035
RESULTADO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - em reais	14.4				
Ações ordinárias		0,06496	0,03086		

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 em milhares de reais

	Controladora 31.12.2023	Controladora 31.12.2022	Consolidado 31.12.2023	Consolidado 31.12.2022
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO EXERCÍCIO	10.598	5.035	10.598	5.035
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	10.598	5.035	10.598	5.035

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2022		**110.624**	**275**	**3.914**	**-**	**-**	**114.813**
Lucro líquido do exercício						5.035	5.035
Aumento de Capital		95.764	-	-	-	-	95.764
Destinação proposta à A.G.O.:							
Reserva Legal	14.3	-	252	-	-	(252)	-
Dividendos	14.3	-	-	-	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	14.3	-	-	4.783	-	(4.783)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**206.388**	**527**	**8.697**	**-**	**-**	**215.612**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	10.598	10.598
Destinação proposta à A.G.O.:							
Reserva Legal	14.3	-	529	-	-	(529)	-
Dividendos	14.3	-	-	-	-	(2.518)	(2.518)
Dividendo adicional proposto	14.3	-	-	-	7.551	(7.551)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**206.388**	**1.056**	**8.697**	**7.551**	**-**	**223.692**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 em milhares de reais

	NE nº	Controladora 31.12.2023	Controladora 31.12.2022	Consolidado 31.12.2023	Consolidado 31.12.2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		**10.598**	**5.035**	**10.598**	**5.035**
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais:					
Encargos e variações monetárias não realizadas - líquidas		-	-	43.178	43.898
Imposto de renda e contribuição social		-	-	3.991	4.470
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	200	5
Resultado da equivalência patrimonial		(10.682)	(5.110)	-	-
Depreciação		-	-	24.854	21.864
Resultado das baixas de imobilizado		-	-	-	306
		(84)	**(75)**	**82.821**	**75.578**
Redução (aumento) dos ativos					
Clientes	5	-	-	(10.068)	4.523
Dividendos recebidos	7	756	-	-	-
Outros créditos		3	(2)	6.503	(10.415)
Estoques		-	-	(64)	-
Imposto de renda e contribuição social		-	-	(58)	(3.340)
Outros tributos a recuperar		-	-	5.857	-
Despesas antecipadas		(3)	-	(18)	(151)
Partes relacionadas	10	-	-	5.474	-
		756	**(2)**	**7.626**	**(9.383)**
Aumento (redução) dos passivos					
Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	-	4.358
Partes relacionadas	10	2	197.644	790	22.940
Fornecedores	11	(17)	(55)	(3.022)	(11.021)
Outras obrigações fiscais		-	-	(5.520)	-
Outras contas a pagar		-	-	4.158	(1.560)
		(15)	**197.589**	**(3.594)**	**14.717**
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**657**	**197.512**	**86.853**	**80.912**
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(4.351)	(3.088)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos		-	-	(45.268)	(20.811)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**657**	**197.512**	**37.234**	**57.013**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações financeiras	6	-	-	(1.724)	66.485
Redução de capital em controladas		-	(77.083)	-	-
Aquisições de imobilizado	8	-	-	(44.656)	(26.283)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO (GERADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		**-**	**(77.083)**	**(46.380)**	**40.202**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Ingressos de empréstimos e financiamentos		-	-	-	70.485
Amortizações de principal de empréstimos e financiamentos	12	-	-	(14.340)	(11.250)
Ingresso de obrigações com partes relacionadas		-	(1.305)	-	(1.305)
Redução de capital		-	(118.243)	-	(118.243)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		**-**	**(119.548)**	**(14.340)**	**(60.313)**
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**657**	**881**	**(23.486)**	**36.902**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	909	28	58.037	21.135
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	1.566	909	34.551	58.037
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**657**	**881**	**(23.486)**	**36.902**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

em 31 de dezembro de 2023 e 2022 em milhares de reais

1. Contexto Operacional

A SRMN Holding S.A. (SRMN, Companhia ou Controladora), com sede na Rua Jose Izidoro Biazetto, 158, Bloco A, Curitiba - PR, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) e controlada indireta da Companhia Paranaense de Energia (Copel) desde 30.01.2023. Tem por objeto, especificamente, o desenvolvimento, a implantação e exploração de projetos de energia elétrica a partir de fontes eólicas localizadas no estado do Rio Grande do Norte, comercialização de energia elétrica, bem como a gestão de participações societárias.

1.1 Participações societárias

A Companhia é controladora das Sociedades de Propósito Específico abaixo, as quais tem como atividade principal a geração de energia elétrica proveniente de fontes eólicas:

Controladas	Autorização	Início operação comercial	Vencimento
Central Eólica SRMN I S.A.	Despacho Aneel nº 387/2022	08.02.2022	03.06.2053
Central Eólica SRMN II S.A.	Despacho Aneel nº 3.827/2021	01.12.2021	03.06.2053
Central Eólica SRMN III S.A.	Despacho Aneel nº 11/2022	05.01.2022	03.06.2053
Central Eólica SRMN IV S.A.	Despacho Aneel nº 4.218/2021	01.01.2022	03.06.2053
Central Eólica SRMN V S.A.	Despacho Aneel nº 4.056/2021	18.12.2021	03.06.2053

Em junho de 2018 o Parque Eólico foi autorizado pela ANEEL a explorar a atividade de geração de energia na modalidade de produtor independente por 35 anos, com término da autorização em junho de 2053.

Em 20 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas, venderam 67,1 MW médio de energia no Leilão de Energia 05/2017, por meio dos projetos de geração eólica SRMN I, II, III, IV e V localizados no estado do Rio Grande do Norte, região nordeste do Brasil.

O contrato de venda da energia no Ambiente de Contratação Regulado - ACR se deu pelo prazo de 20 anos, ao preço à época de R$ 108,25/MWh.

2. Base de Preparação

As demonstrações financeiras individuais da Controladora e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Diretoria declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração da Companhia 18.04.2024.

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Aventura e de suas controladas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.3.1 Julgamentos

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas con-

COPEL

tábeis com efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas:

- NE nº 3.2 - Instrumentos financeiros: definição da categoria dos instrumentos financeiros.

2.3.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas com uma possibilidade razoável de levar a ajustes significativos nos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro:

- NEs nº 3.3 e 8 - Imobilizado: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nº 3.4 e 8.1 - Redução ao valor recuperável de ativos: definição de premissas, determinação da taxa de desconto e previsão dos fluxos de caixa;
- NEs nº 3.5 e 14 - Provisões para litígios e passivos contingentes: estimativa de perdas em processos judiciais;
- NEs nº 3.6 e 16 - Reconhecimento de receita: estimativa de valores não faturados;
- NEs nº 3.7 e 19 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: previsão de lucros tributáveis futuros;

2.4 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individualmente ou coletivamente, podem levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Companhia e suas controladas contam com o suporte financeiro de sua Controladora.

3. Políticas Contábeis Materiais

3.1 Base de Consolidação

3.1.1 Método de equivalência patrimonial

Os investimentos em controladas são reconhecidos nas demonstrações financeiras da controladora com base no método de equivalência patrimonial.

Conforme esse método, os investimentos são inicialmente registrados pelo valor de custo e o seu valor contábil é aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação da investidora no lucro, no prejuízo e em outros resultados abrangentes gerados pelas investidas, após a aquisição. Esse método deve ser descontinuado a partir da data em que o investimento deixar de se qualificar como controlada.

As distribuições de resultados reduzem o valor contábil dos investimentos.

Quando necessário, para cálculo das equivalências patrimoniais, as demonstrações financeiras das investidas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às da Controladora.

3.1.2 Controladas

As controladas são as entidades em que a investidora está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com elas e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre as entidades.

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

Os saldos de ativos, passivos e resultados das controladas são consolidados linha a linha e os saldos decorrentes das transações entre as empresas consolidadas são eliminados.

3.2 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

Depois do reconhecimento inicial os ativos financeiros somente são reclassificados se a Companhia mudar o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e esta reclassificação deve ocorrer de forma prospectiva.

A Companhia e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos bem como não possuem instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes nem passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.2.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.2.2 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.2.3 Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.2.4 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.3 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que lhe são atribuíveis.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela Aneel, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros relativos a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros.

3.4 Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

3.4.1 Ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia e suas controladas aplicam a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas para toda existência dos ativos financeiros que não possuírem componentes de financiamento significativos, considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo, número de dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

As contas a receber de clientes são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios para isso incluem, entre outras coisas, a incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com a Companhia ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas.

3.4.2 Ativos não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras; em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

3.5 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Os valores que correspondem à parcela principal da provisão são reconhecidos no resultado operacional ou no ativo e a atualização monetária, se houver, é reconhecida no resultado financeiro. Provisões socioambientais são registrados em contrapartida ao ativo quando incorridos durante a fase de implantação de empreendimentos ou, ainda, após a entrada em operação comercial, quando considerados condicionantes para obtenção/renovação das licenças de operação e manutenção.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em nota explicativa quando for provável o reconhecimento de benefícios econômicos futuros, para os ativos, ou quando a probabilidade de saída de recursos for avaliada como possível, no caso dos passivos.

3.6 Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia e suas controladas esperam receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas no resultado quando do suprimento de energia, medição ou condição contratual e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente principalmente do suprimento de energia elétrica de fontes alternativas de suas controladas.

A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos, a estimativa de preço e o volume fornecido.

Tendo em vista que as empresas de geração eólica estão sujeitas a montantes mínimos de geração, a Companhia entende que está sujeita a contraprestação variável, e por esta razão, constitui provisão pela não performance com base nas estimativas de geração anual, deduzindo da receita.

3.7 Imposto de renda e contribuição social

Na controladora, a tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, 15%, acrescidos de 10% sobre o que exceder R$ 240 anuais, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social. O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, observado o limite de 30% do lucro tributável no período, não estando sujeitos a prazo prescricional.

A Companhia, baseada em seu histórico de rentabilidade e na de expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em suas projeções internas elaboradas para prazos razoáveis ao seu negócio de atuação, constitui crédito fiscal diferido sobre as diferenças temporárias das bases de cálculo dos tributos e sobre prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são aplicados sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores apropriados nas demonstrações financeiras, os quais são reconhecidos somente na medida em que seja provável que exista lucro tributável, para o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais, compensados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são divulgados por seu valor líquido caso haja direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

Nas controladas, o imposto de renda e a contribuição social são apurados trimestralmente com base no Lucro Presumido. O imposto de renda é calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o percentual de 8% da receita bruta de venda de energia (produto), acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R$ 60 no trimestre e a contribuição social é calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre o percentual de 12% da receita bruta de venda de energia (produto).

Além disso, o imposto de renda calculado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para as parcelas dos lucros que excederem a R$ 60 no trimestre, e a contribuição social calculada pela alíquota de 9%, também incidem sobre as receitas financeiras auferidas nos resgates de aplicações financeiras, deduzidos os tributos incidentes (Imposto sobre Operações Financeiras - IOF). Sobre a receita financeira provisionada são reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos.

3.8 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2023

A partir do exercício de 2023 estão vigentes as alterações a seguir, sem impactos nas demonstrações contábeis da Companhia:

(i) CPC 26 / IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS: classificação de passivos como circulantes ou não circulantes e alteração nas divulgações de políticas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
(ii) CPC 50 / IFRS 17: novo pronunciamento para contratos de seguros, em substituição ao CPC 11 / IFRS 4 (a partir de 1º.01.2023);
(iii) CPC 23 / IAS 8: atualização das definições de estimativas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
(iv) CPC 32 / IAS 12: alterações no tratamento do imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação (a partir de 1º.01.2023);

3.9 Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios seguintes estarão vigentes as alterações nos seguintes pronunciamentos:

(i) CPC 26 / IAS 1: requisitos para classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes e para apresentação de Passivo Não Circulante com Covenants (a partir de 1º.01.2024);
(ii) CPC 06 / IFRS 16 – Arrendamentos: alterações relacionadas a operações de "*sale and leaseback*" (a partir de 1º.01.2024);
(iii) IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: requisitos para divulgação de acordos de financiamento de fornecedores (a partir de 1º.01.2024);
(iv) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações de normas.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e bancos conta movimento	1.566	909	6.850	58.037
Aplicações financeiras de liquidez imediata	-	-	27.701	-
	1.566	**909**	**34.551**	**58.037**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e são remuneradas entre 94% e 100% da taxa da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5. Clientes

Consolidado	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	31.12.2023	31.12.2022
Concessionárias e permissionárias				
Contrato de Comercialização de Energia Elétricano Ambiente Regulado - CCEAR	9.183	2.253	11.436	2.198
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	762	-	762	2.394
Contratos bilaterais	2.462	-	2.462	-
Suprimento de energia elétrica	**12.407**	**2.253**	**14.660**	**4.592**
Circulante			**14.660**	**4.592**

Em 31.12.2023 e 31.12.2022 não há registro significativo de perdas de crédito esperadas devido a existência de garantias vinculadas aos contratos.

6. Títulos e valores mobiliários

Categoria	Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022
Cotas de fundos de investimentos (a)	18.623	16.899
Não circulante	**18.623**	**16.899**

(a) Contas de reserva destinadas ao cumprimento de contratos de financiamento.

7. Investimentos

	Saldo em 1º.01.2022	Equivalência Patrimonial	Aumento de Capital	Dividendos Propostos	Saldo em 31.12.2022	Equivalência Patrimonial	Dividendos Propostos	31.12.2023
Controladas								
Central Eólica SRMN I S.A.	26.455	(378)	10.571	-	36.648	(1.854)	-	34.794
Central Eólica SRMN II S.A.	29.656	656	24.740	(156)	54.896	2.610	(619)	56.887
Central Eólica SRMN III S.A.	26.539	1.164	15.211	-	42.914	3.849	(908)	45.855
Central Eólica SRMN IV S.A.	26.592	3.603	10.140	(586)	39.749	5.062	(1.201)	43.610
Central Eólica SRMN V S.A.	22.529	65	17.178	(15)	39.757	1.015	(242)	40.530
					213.964	**10.682**	**(2.970)**	**221.676**

8. Imobilizado

A Companhia e suas controladas registram no ativo imobilizado os bens utilizados nas instalações administrativas e industriais para geração de energia elétrica.

Consolidado	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2023	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2022
Em serviço						
Máquinas e equipamentos	695.667	(46.396)	649.271	698.989	(21.855)	677.134
Edificações	11.373	(736)	10.637	11.373	(638)	10.735
Móveis e utensílios	100	(7)	93	74	(4)	70
	707.140	**(47.139)**	**660.001**	**710.436**	**(22.497)**	**687.939**
Em curso						
Custo	70.669	-	70.669	26.038	-	26.038
	70.669	**-**	**70.669**	**26.038**	**-**	**26.038**
	777.809	**(47.139)**	**730.670**	**736.474**	**(22.497)**	**713.977**

8.1 Mutação do imobilizado

Consolidado	Saldo em 31.12.2022	Aquisições	Depreciação	Transferências (a)	Saldo em 31.12.2023
Em serviço					
Máquinas e equipamentos	677.134	-	(24.729)	(3.134)	649.271
Edificações	10.735	-	(98)	-	10.637
Móveis e utensílios	71	-	(4)	26	93
	687.940	**-**	**(24.831)**	**(3.108)**	**660.001**
Em curso					
Custo	26.039	44.656	-	(26)	70.669
	26.039	**44.656**	**-**	**(26)**	**70.669**
	713.979	**44.656**	**(24.831)**	**(3.134)**	**730.670**

(a) Transferência para o Intangível (NE nº 9.1)

Em setembro de 2023, a Administração da Companhia julgou necessário reavaliar a estimativa de vida útil dos ativos relacionados diretamente a operação do Complexo Eólico, com a revisão das taxas de depreciação dos ativos. As alterações foram tratadas de forma prospectiva a partir de outubro de 2023 e acresceram a quota desse exercício de 2023 em aproximadamente R$ 2.331. A Companhia aprimorou o detalhamento dessa nota explicativa refletindo esse detalhamento no saldo de dezembro de 2022.

A taxa média de depreciação é de 4,5% a.a. (em 2022 era 4,5%). A companhia não possui compromissos assumidos com seus fornecedores de equipamentos e serviços para construção das usinas.

A Administração não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos em 2023 e 2022.

9. Intangível

A Companhia e suas controladas registram no ativo intangível as servidões de passagem de linha. Estão mensurados pelo custo total de aquisição menos as perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Administração não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos intangíveis.

Consolidado	Custo	Amortização acumulada	31.12.2023
Em serviço			
Servidão	1.277	(84)	1.193
Outros	2.044	(129)	1.915
	3.321	**(213)**	**3.108**
Em curso			
Custo	1.574	-	1.574
	1.574	**-**	**1.574**
	4.895	**(213)**	**4.682**

9.1 Mutação do Intangível

Consolidado	em serviço	em curso	Total
Em 31.12.2022	**-**	**-**	**-**
Aquisições	-	1.574	1.574
Transferências de imobilizado (NE nº 8.1)	3.134	-	3.134
Quotas de amortização (a)	(26)	-	(26)
Em 31.12.2023	**3.108**	**1.574**	**4.682**

(a) Amortização durante o período de autorização a partir do início da operação comercial do empreendimento

10. Partes relacionadas

10.1 Saldos com partes relacionadas

O quadro a seguir apresenta os saldos de Partes Relacionadas destacados em linhas específicas do balanço patrimonial:

	Controladora	
	31.12.2023	31.12.2022
Ativo circulante		
Controladas		
Central Eólica SRMN II S.A. - dividendos	620	156
Central Eólica SRMN III S.A. - dividendos	908	-
Central Eólica SRMN IV S.A. - dividendos	1.202	586
Central Eólica SRMN V S.A. - dividendos	241	15
	2.971	**757**
Passivo circulante		
Controlador		
Copel Geração e Transmissão - dividendos	2.517	-
Controlador (a)		
Copel Geração e Transmissão	2	-
	2.519	**-**

(a) A Companhia registrou gastos com atividades corporativas entre controladoras e entidades sob controle comum, referentes a pessoal e administradores conforme contrato de compartilhamento assinado entre as partes. As atividades estão concentradas nas suas controladoras e entidades sob controle comum.

10.2 Outras transações com partes relacionadas

O quadro a seguir apresenta os saldos decorrentes das demais transações com partes relacionadas efetuadas pela Companhia:

Consolidado Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo		Passivo		Receita		Custo/Despesa	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Controladores								
Copel GeT								
Dividendos a pagar	-	-	2.517	-	-	-	-	-
Compartilhamento de estrutura	-	-	591	-	-	-	-	-
EDP Renováveis Brasil S.A. (*)								
Compartilhamento de estrutura	-	-	-	-	-	-	-	(644)
Entidade sob controle em comum								
CE Monta Verde VI (*)								
Venda de energia	-	1.438	-	-	-	-	-	-
Boqueirão I (*)								
Venda de energia	-	4.047	-	-	-	9.541	-	-
Central Eólica Aventura S.A.								
Compartilhamento de Capex	11	-	-	-	-	-	-	-
EDP Comercializadora de Energia (*)								
Venda de energia	-	-	-	-	-	11.765	-	-
Compra de energia	-	-	-	-	-	-	-	(2.138)
Outras despesas	-	-	-	-	-	-	-	(27)
Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.								
Compartilhamento de estrutura	-	-	36	-	-	-	-	-
Copel Distribuição S.A. (Copel Dis)								
Venda de energia	-	-	-	-	7.312	-	-	-
Compartilhamento de estrutura	-	-	163	-	-	-	-	-
Pessoal chave da administração								
Honorários e encargos sociais	-	-	-	-	-	-	(1.278)	(3.059)
Planos previdenciários e assistenciais	-	-	-	-	-	-	(161)	-

(*) Empresas que eram partes relacionadas em 2022

As transações relevantes com partes relacionadas estão demonstradas acima. As transações decorrentes das operações em ambiente regulado são faturadas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores e as demais transações são registradas de acordo com termos e condições acordadas entre as partes, com os preços de mercado praticados pela Companhia.

A Companhia não possui planos de benefícios de longo prazo para os Administradores.

11. Fornecedores

Consolidado	31.12.2023	31.12.2022
Materiais e serviços	28.389	31.075
Encargos de uso da rede elétrica	359	-
Partes Relacionadas	-	695
Circulante	**28.748**	**31.770**

12. Empréstimos e Financiamentos

Os contratos tiveram o objetivo de financiar a construção e implantação dos empreendimentos eólicos e contém cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar a participação acionária da Companhia no capital social das controladas que represente alteração de controle sem a prévia anuência. O descumprimento das condições contratadas poderá implicar em multas ou na declaração de vencimento antecipado das dívidas.

Contrato BNDES	Empresa	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	Consolidado 31.12.2023	Consolidado 31.12.2022
18720193955241	Central Eólica SRMN I S.A.	30.04.2019	252	15.05.2043	IPCA + 2,3323%	110.922	117.161	120.862
18720193965240	Central Eólica SRMN II S.A.	30.04.2019	252	15.05.2043	IPCA + 2,3323%	97.057	101.752	105.288
18720193875242	Central Eólica SRMN III S.A.	30.04.2019	252	15.05.2043	IPCA + 2,3323%	110.922	118.104	121.674
18720193985243	Central Eólica SRMN IV S.A.	30.04.2019	252	15.05.2043	IPCA + 2,3323%	110.922	119.697	122.325
18720193995244	Central Eólica SRMN V S.A.	30.04.2019	252	15.05.2043	IPCA + 2,3323%	83.192	87.849	90.963
							136.448	**155.615**
						Dívida bruta	**544.563**	**561.112**
						(-) Custo de transação	**(1.841)**	**(1.958)**
						Dívida líquida	**542.722**	**559.154**
						Circulante	**14.258**	**73.621**
						Não circulante	**528.464**	**485.531**

Destinação: construção e implantação de centrais geradoras eólicas.
Garantias: Fiança bancária

Em 31.12.2023, todos os indicadores financeiros medidos anualmente e compromissos acordados foram integralmente atendidos.

12.1 Vencimentos das parcelas de longo prazo

Consolidado	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida líquida
2025	14.471	(94)	14.377
2026	16.012	(94)	15.918
2027	17.308	(94)	17.214
2028	18.699	(97)	18.602
2029	20.090	(94)	19.996
Após 2029	443.628	(1.271)	442.357
	530.208	**(1.744)**	**528.464**

12.2 Mutação de empréstimos e financiamentos

Consolidado	Total
Em 1º.01.2022	**477.173**
Ingressos	70.485
Encargos	43.358
Amortização - principal	(11.054)
Pagamento - encargos	(20.810)
Em 31.12.2022	**559.152**
Encargos	43.179
Amortização - principal	(14.340)
Pagamento - encargos	(45.269)
Em 31.12.2023	**542.722**

12.3 Cláusulas contratuais restritivas - covenants

Em 31.12.2023, todas as condições contratuais estabelecidas, tais como manutenção de fiança bancária e relacionadas a vencimento antecipado foram integralmente cumpridas e eventual descumprimento poderá implicar restrição, multa e/ou vencimento antecipado das dívidas.

13. Provisões para litígios e passivos contingentes

A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.5 são atendidos.

A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais a Companhia e suas controladas respondem na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiro, sendo que a resolução final depende das conclusões dos processos judiciais. Por esse motivo, essa informação não é fornecida.

13.1 Provisões para litígios

Consolidado	Saldo em 01.01.2022	Adições e Reversões	Saldo em 31.12.2023	Adições e Reversões	Transferências / Outros	Saldo em 31.12.2023
Servidões de passagem (a)	-	-	-	1.574	-	1.574
	-	-	-	1.574	-	1.574

(a) Ações judiciais decorrentes de divergência entre o valor de servidão avaliado pela Companhia e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrículas, entre outras).

13.2 Passivo contingente

Passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação. Em 31.12.2023 e 31.12.2022 a Companhia e suas controladas não possuem passivos contingentes.

14. Patrimônio Líquido

14.1 Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2023, no valor de R$ 206.388 (R$ 206.388 em 31.12.2022), é composto por 163.172.000 (em 2022 eram 163.172.000) de ações ordinárias sem valor nominal, pertencentes à Copel Geração e Transmissão S.A.

14.2 Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros ocorre mediante a retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e da proposição dos dividendos.

Conforme estabelecido no art. 199 da lei 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

14.3 Proposta de distribuição de dividendos

	31.12.2023	31.12.2022
Cálculo dos dividendos		
Lucro líquido do exercício	10.598	5.035
Reserva legal (5%)	(529)	(252)
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	10.069	4.782
Dividendos mínimos obrigatórios	**2.518**	**1.196**
Dividendos adicionais propostos (*)	**7.551**	**-**
Total de dividendos	**10.069**	**1.196**
Valor do dividendo por ação	**0,061708**	**0,007330**

(*) De acordo com o § 6° do art. 202 da lei 6.404/76, os lucros não destinados nos termos do art. 193 a 197 (Reserva Legal, Reservas Estatutárias, para contingência, de retenção de lucros ou de lucros a realizar), deverão ser distribuídos como dividendos.

14.4 Resultado Líquido básico e diluído por ação

	31.12.2023	31.12.2022
Numerador básico e diluído		
Resultado líquido básico e diluído alocado por classes de ações, atribuído à acionista controladora		
Lucro Líquido	10.598	5.035
Denominador básico e diluído		
Média ponderada das ações (em milhares)		
Ações ordinárias	163.172.000	163.172.000
Resultado líquido do período básico e diluído por ação atribuído à acionista controladora		
Resultado por ação ordinária	0,06496	0,03086

15. Receita Operacional Líquida

Consolidado	31.12.2023	31.12.2022
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR / Bilaterais	111.850	107.876
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	1.904	2.312
(-/+) Provisão / Reversão para não performance de geração	(3.623)	(1.025)
(-) PIS/Pasep e Cofins	(4.053)	(3.985)
	106.078	**105.178**

16. Custos e Despesas operacionais

Consolidado	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas operacionais, líquidas	31.12.2023	31.12.2022
Energia elétrica comprada para revenda	(3.499)	-	-	-	(3.499)	(6.978)
Encargos de uso da rede elétrica	(2.922)	-	-	-	(2.922)	(3.584)
Pessoal e administradores	-	-	(1.278)	-	(1.278)	(3.059)
Planos previdenciário e assistencial	-	-	(161)	-	(161)	-
Material	(554)	-	-	-	(554)	(1.174)
Serviços de terceiros	(9.368)	-	(3.129)	-	(12.497)	(11.976)
Depreciação e amortização	(24.857)	-	-	-	(24.857)	(21.863)
Provisões e reversões	-	(14)	-	-	(14)	-
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(2.137)	-	(2.205)	(943)	(5.285)	(2.820)
	(43.337)	**(14)**	**(6.773)**	**(943)**	**(51.067)**	**(51.454)**

Controladora	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas operacionais, líquidas	31.12.2023	31.12.2022
Pessoal e administradores	-	-	(3)	-	(3)	-
Serviços de terceiros	-	-	(68)	-	(68)	-
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	-	-	(13)	-	(13)	(75)
	-	**-**	**(84)**	**-**	**(84)**	**(75)**

16.1 Compromissos estimados de arrendamentos e aluguéis não canceláveis

Consolidado	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total 31.12.2023
Imóveis	1.493	5.659	40.422	47.574

No saldo dos outros custos e despesas operacionais líquidos, estão contidos valores de arrendamento de terrenos para os quais, após a entrada em operação dos empreendimentos, os pagamentos são variáveis em função da receita auferida, aplicando um percentual sobre a receita bruta menos as deduções previstas em contrato (impostos, taxas e contribuições).

17. Resultado Financeiro

	Consolidado 31.12.2023	Consolidado 31.12.2022
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	3.090	3.310
Multa contratual	5	-
Juros recebidos	12	301
Outras receitas financeiras	6	2
	3.113	**3.613**
(-) Despesas financeiras		
Variação monetária e encargos da dívida	43.179	43.359
IOF sobre o rendimento de aplicações financeiras	12	-
Outras despesas financeiras	145	4.472
	43.336	**47.831**
Líquido	**(40.223)**	**(44.218)**

18. Imposto de Renda e Contribuição Social

Consolidado	31.12.2023 IRPJ	31.12.2023 CSLL	31.12.2022 IRPJ	31.12.2022 CSLL
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR / Contrato de Energia de Reserva - CER / Bilaterais	111.850	111.850	107.876	107.876
Receita de Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	1.904	1.904	2.312	2.312
Alíquota sobre a receita bruta	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	**9.100**	**13.650**	**8.816**	**13.223**
Receita Financeira	3.113	3.113	3.613	3.613
(-) Receita Financeira Provisionada	(3.424)	(3.424)	-	-
Base de cálculo Receita Financeira	**(311)**	**(311)**	**3.613**	**3.613**
(=) Base de cálculo	**8.789**	**13.339**	**12.429**	**16.836**
Aliquotas vigentes	15%	9%	15%	9%
Adicional	10%		10%	
Imposto de renda e contribuição social	**2.173**	**1.201**	**2.861**	**1.609**
Reflexo de tributos de períodos anteriores	**436**	**181**	**-**	**-**
Alíquota Efetiva	**2,33%**	**1,24%**	**2,65%**	**1,49%**
Receita Financeira Provisionada	584	584	24	24
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**146**	**53**	**4**	**1**

19. Instrumentos Financeiros

19.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Controladora	NE nº	Nível	31.12.2023 Valor contábil	31.12.2023 Valor justo	31.12.2022 Valor contábil	31.12.2022 Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	1.566	1.566	909	909
Partes Relacionadas			248	248	757	757
Total dos ativos financeiros			**1.566**	**1.566**	**1.666**	**1.666**
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)	9		4	4	21	21
Total dos passivos financeiros			**4**	**4**	**21**	**21**

Os dois níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:
Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Consolidado	NE nº	Nível	31.12.2023 Valor contábil	31.12.2023 Valor justo	31.12.2022 Valor contábil	31.12.2022 Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	34.551	34.551	58.037	58.037
Títulos e valores mobiliários (b)	6	2	18.623	18.623	16.899	16.899
Adiantamento a fornecedores (Outros Créditos)			-	-	9.731	9.731
Despesas antecipadas			3	3	151	151
Partes Relacionadas			-	-	13.694	13.694
			53.177	**53.177**	**98.512**	**98.512**
Custo amortizado						
Clientes (a)	5		14.660	14.660	4.592	4.592
			14.660	**14.660**	**4.592**	**4.592**
Total dos ativos financeiros			**67.837**	**67.837**	**1 03.104**	**1 03.104**
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)	10		28.748	28.748	31.770	31.770
Empréstimos e financiamentos (c)	11		544.563	544.563	559.152	559.152
Outras contas a pagar			-	-	581	581
Total dos passivos financeiros			**573.311**	**573.311**	**591.503**	**591.503**

Os dois níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:
Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

Apuração dos valores justos

a) Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.

b) Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.

c) Contratos junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB que tem o valor justo similar ao valor contábil, tendo em vista as características contratuais para construção de infraestrutura específica.

19.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

19.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou de contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

Consolidado Exposição ao risco de crédito	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e equivalentes de caixa (a)	34.551	58.037
Títulos e valores mobiliários (a)	18.623	16.899
Clientes (b)	14.660	4.592
	67.834	**79.528**

a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.

b) Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. A companhia considera baixo esse risco de crédito pois possui histórico imaterial de perdas e, também, por manter contratos regulados com distribuidores de energia elétrica que, por regra do setor, mantém Contratos de Constituição de Garantias - CCG para cumprimento dos pagamentos. Além disso, possui contratos de venda de energia garantidos pela Conta de Energia de Reserva - CONER que é administrada pela CCEE. A Companhia considera baixo esse risco de crédito pois espera que o saldo seja compensado futuramente com débitos junto à CCEE

19.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil - Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os próximos 3 anos. A partir de 2028, repetem-se os indicadores de 2027 até o horizonte da projeção.

Consolidado	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo Total
31.12.2023						
Fornecedores	28.493	159	96	-	-	28.748
Empréstimos e financiamentos	2.242	5.696	21.488	131.579	851.433	1.012.438
	30.735	**5.855**	**21.584**	**131.579**	**851.433**	**1.041.186**

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

Controladora	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo Total
31.12.2023						
Fornecedores	4	-	-	-	-	4
	4	**-**	**-**	**-**	**-**	**4**

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

Conforme divulgado na NE no 12, a Companhia tem empréstimo e financiamentos com cláusulas contratuais restritivas (covenants) que podem exigir a antecipação do pagamento dessas obrigações.

19.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado. A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto na data das demonstrações financeiras, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data das demonstrações financeiras e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação dos indicadores (CDI/Selic: 9%, IPCA: 3,86%) previstos na mediana das expectativas de mercado para 2023 do Relatório Focus do Bacen, que considera a projeção interna da Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base 31.12.2023	Cenários projetados - dez.2023 Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/Selic	18.623	1.676	1.257	838
		18.623	**1.676**	**1.257**	**838**
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	IPCA+2,57%	(544.563)	(21.020)	(26.276)	(31.529)
		(544.563)	**(21.020)**	**(26.276)**	**(31.529)**

19.2.4 Risco de não performance dos empreendimentos eólicos

Os contratos de compra e venda de energia por fonte eólica estão sujeitos às cláusulas de performance, as quais preveem uma geração mínima anual e quadrienal da garantia física comprometida no leilão. Os empreendimentos estão sujeitos a fatores climáticos associados às incertezas da velocidade de vento. O não atendimento do que está disposto no contrato pode comprometer receitas futuras da Companhia. O saldo consolidado registrado no passivo referente a não performance em 31.12.2023 é de R$ 3.621.

19.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio. O endividamento em relação ao patrimônio líquido é apresentado a seguir:

Endividamento	Controladora 31.12.2023	Controladora 31.12.2022	Consolidado 31.12.2023	Consolidado 31.12.2022
Empréstimos e financiamentos	-	-	542.722	559.152
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.566)	(909)	(34.551)	(58.037)
(-) Títulos e Valores Mobiliários	-	-	(18.623)	(16.899)
Dívida líquida	**(1.566)**	**(909)**	**489.548**	**484.216**
Patrimônio líquido	223.692	215.612	223.692	215.612
Endividamento em relação ao patrimônio líquido	**(0,01)**	**-**	**2,19**	**2,25**

20. Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos seguros contratados pela Companhia está demonstrada a seguir:

Consolidado Apólice	Término da vigência	Importância Segurada Central Eólica SRMN I S.A.	Central Eólica SRMN II S.A.	Central Eólica SRMN III S.A.	Central Eólica SRMN IV S.A.	Central Eólica SRMN V S.A.
Riscos Operacionais	28.11.2024	120.602	108.752	136.509	137.859	101.656
Seguro D&O (a)	28.03.2025	121.033	121.033	121.033	121.033	121.033
Responsabilidade Civil Geral	28.03.2025	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 29.12.2023, de R$ 4,8413.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
SRMN Holding S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da SRMN Holding S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações de resultado, de resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da SRMN Holding S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório datado de 1º de março de 2023 com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 18 de abril de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Jonas Dal Ponte
Contador
CRC nº RS 058908/O-1

Gestão de fortunas Lombard Odier, de Rochat, vê expansão orgânica no Brasil, com oferta de carteiras 'offshore' C6

Ações Bolsa de valores de Nova York estuda passar a operar 24 horas por dia C2

Segurança BlackRock reforça proteção de executivos após reação 'anti-woke' nos EUA C6

Mercados Ibovespa sobe com alívio externo e Petrobras; dólar recua a R$ 5,16 C2

Conjuntura Oferta de linhas e renegociação de dívidas compõem um dos eixos de programa voltado principalmente a MEI e MPMEs

Em meio a baixa popularidade, MP de crédito mira empreendedor

Estevão Taiar, Renan Truffi e Mariana Assis
De Brasília

O governo federal lançou ontem uma medida provisória (MP) para fortalecer o mercado de crédito. As propostas são voltadas principalmente a micro e pequenos empresários — público que, segundo pesquisas internas, avalia negativamente o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Parte dos recursos virá do remanejamento de fundo criado para o Desenrola, programa de renegociação de dívidas de pessoas físicas. Segundo a União, a iniciativa tem potencial de injetar ao menos R$ 50 bilhões, por meio de crédito, na economia ao longo dos próximos anos. Para analistas, as propostas vão na direção certa, mas é preciso acompanhar a eficácia delas.

A MP é dividida em quatro eixos. O primeiro é o microcrédito para inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). Dados do Banco Central (BC) mostram que o saldo de microcrédito para pessoas físicas caiu de R$ 12,4 bilhões na máxima histórica de setembro de 2022 para R$ 7,5 bilhões em fevereiro. O recorde do saldo foi acompanhado por um salto da inadimplência do segmento, em um momento no qual a oferta atingia até negativados.

Os outros três eixos da MP são: renegociação de dívidas e expansão do crédito para um público que vai desde microempreendedores individuais (MEIs) até médias empresas; fortalecimento do mercado secundário de crédito imobiliário; e proteção cambial para investimentos em projetos ambientalmente sustentáveis de longo prazo. Todas as frentes foram reunidas em um só programa, o Acredita.

O lançamento foi realizado em cerimônia no Palácio do Planalto, com a presença de ministros, presidentes de bancos públicos, como Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, e empresários.

"Estamos criando condições para as pessoas terem acesso ao sistema financeiro", disse Lula, chamando atenção para o fato de a maior parte do programa ser voltada para a população de baixa renda e pequenas empresas. Segundo ele, "não tem nada mais imprescindível para uma sociedade" do que oportunidade e crédito.

O eixo com mais propostas é aquele direcionado às empresas, contendo o Desenrola Pequenos Negócios, com renegociação de dívidas para MEIs e micro e pequenas empresas, permitindo que o valor renegociado até o fim deste ano seja "contabilizado para apuração do crédito presumido dos bancos nos exercícios de 2025 a 2029". "O incentivo não gera nenhum gasto para 2024, e nos próximos anos o custo máximo estimado em renúncia fiscal é muito baixo, da ordem de R$ 18 milhões em 2025, apenas R$ 3 milhões em 2026, e sem nenhum custo para o governo em 2027", disse o Ministério da Fazenda em nota.

> "Sentido é bom, mas é um problema desses programas não vir junto a ideia de que serão avaliados rigorosamente"
> *Sérgio Vale*

Outras medidas do eixo são: Procred 360, linha de R$ 12 bilhões voltada para MEIs e microempresas, com taxa anual de juros de Selic mais 5% e entrada em vigor em 60 dias e que contará com R$ 4 bilhões do Fundo Garantidor de Operações (FGO) do Desenrola; R$ 30 bilhões em crédito com apoio do Sebrae pelos próximos três anos, a partir de capitalização realizada pelo próprio Sebrae que deixou o Fundo de Aval para a Micro e Pequena Empresa (Fampe) com patrimônio líquido de R$ 2 bilhões; e renegociação para dívidas com o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe).

Um segundo eixo é baseado na concessão de R$ 7,5 bilhões, também pelos próximos três anos, de microcrédito produtivo para pessoas inscritas no CadÚnico. Para isso, será criado um FGO específico, que neste ano receberá aporte de R$ 500 milhões originários do FGO do Desenrola. Metade das concessões será destinada a mulheres.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, destacou no evento o eixo voltado ao fortalecimento do mercado secundário de crédito imobiliário. A medida permite que a Empresa Gestora de Ativos (Emgea) atue como securitizadora no secundário. De acordo com Haddad, "não tem país com desenvolvimento econômico elevado sem a construção civil". O ministro afirmou que o crédito imobiliário representa 9% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, contra cerca de 30% em outros países emergentes e "mais de 100%" em economias avançadas.

Por fim, a MP implantou novo mecanismo para incentivar investimentos estrangeiros de longo prazo em projetos sustentáveis. O instrumento foi elaborado em parceria com BC e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e caberá ao Conselho Monetário Nacional (CMN) regulamentar questões como encargos financeiros e prazos.

Haddad destacou que os dois últimos eixos "começaram a ser desenvolvidos" pelo diretor de Política Monetária do BC, Gabriel Galípolo, quando este ainda era secretário-executivo do Ministério da Fazenda. Galípolo estava na plateia do evento.

Na avaliação de Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados, "o sentido de algumas propostas colocadas na MP é bom", como maior foco no microcrédito para mulheres e proteção cambial para investimentos sustentáveis. "Mas é sempre um problema desses programas nunca vir junto a ideia de que eles serão rigorosamente avaliados, com métricas claras", disse.

Ele também afirmou que medidas em tramitação no Congresso para diminuir o spread bancário deveriam "ser o foco", já que têm o "potencial de ajudar estruturalmente muito mais pessoas".

Nicola Tingas, economista-chefe da Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi), destacou o fortalecimento dos empréstimos para beneficiários do CadÚnico, MEIs e micro, pequenas e médias empresas, cuja falta de recursos "é uma das vulnerabilidades da economia". Por isso, avalia, as medidas ajudam na manutenção do emprego. "O programa lubrifica financeiramente a população de baixa renda até média renda e de micro até média empresa."

Em nota, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) afirmou que as medidas "chegam em momento oportuno e se alinham a plataformas consolidadas e bem-sucedidas" que o setor já opera, "permitindo injeção de mais recursos para as empresas em situação vulnerável".

Leia mais na página C3 e C4

Pacote de estímulo
Medidas visam fomentar crédito e investimentos

Público	Medidas
Inscritos no CadÚnico, informais, mulheres, pequenos produtores rurais	R$ 7,5 bilhões em microcrédito, dos quais metade para mulheres
Micro e pequenas empresas	Desenrola para MEIs e MPEs; crédito para MEIs e microempresas; renegociação do Pronampe; R$ 30 bilhões em crédito via Sebrae e Fampe
Construção civil	Atuação da Emgea como securitizadora
Investidores estrangeiros	Hedge cambial para investimentos sustentáveis

Fontes: Presidência da República e Ministério da Fazenda

Emgea terá 'fundo imobiliário' para impulsionar habitação

Edna Simão
De Brasília

Assinada ontem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a medida provisória do crédito vai permitir que a Empresa Gestora de Ativos (Emgea) compre carteiras de crédito imobiliário de bancos públicos e privados e, a partir disso, crie uma espécie de "fundo de investimento" para que as cotas sejam vendidas em mercado.

Em entrevista ao **Valor**, o presidente da empresa, Fernando Pimentel, disse que a medida tem como objetivo criar um mercado de crédito imobiliário de "segunda geração" e, com isso, dar liquidez para os bancos alavancarem seus empréstimos voltados para a compra da casa própria.

Diante da nova atribuição, ele disse que, até o mês de maio, o Conselho Nacional de Desestatização (CND) deve aprovar a retirada da Emgea do Programa Nacional de Desestatização (PND). Pimentel destacou que seria algo totalmente incoerente manter a companhia no PND diante deste novo cenário.

A Emgea foi criada em 2001 para administrar créditos vencidos e contratos descasados de financiamento imobiliário da Caixa firmados na década de 90. Nos últimos anos, no entanto, a empresa ficou sem função e o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro a incluiu no PND com a intenção de liquidá-la, o que não teve tempo de levar adiante.

Pimentel disse que, ao contrário do que acontecia no passado, em que a empresa administrava créditos considerados "podres" da Caixa, a ideia agora é comprar carteiras de qualidade para que o fundo que será criado consiga ter uma rentabilidade adequada para atrair investidores.

Segundo ele, a Emgea vai utilizar algo em torno de R$ 8,5 bilhões que tem a receber neste ano do Tesouro, referente ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), para a compra de carteiras de crédito. Somente em maio, a empresa deve receber R$ 1,3 bilhão. Cerca de R$ 1,5 bilhão em recursos próprios poderão ser utilizados no negócio. "O Tesouro não vai colocar dinheiro", destacou. "Não tem risco para a União. O risco será de mercado", complementou.

Pimentel acredita que as cotas do fundo, composto pelas carteiras adquiridas de bancos, deverão despertar interesse de fundos de pensão nacionais e estrangeiros. Isso porque, esse novo fundo será modulado para assegurar uma remuneração de cerca de IPCA mais 6% ao ano. Para isso, além das carteiras de crédito imobiliário, o fundo poderá ser composto também por outros títulos públicos de forma a garantir um retorno "adequado".

A modelagem do fundo será desenhada por um grupo de trabalho, composto por representantes da empresa, Ministério da Fazenda, Banco Central (BC) e agentes de mercado. A expectativa é que o fundo comece operar ainda no fim do ano.

Para o presidente da Emgea, a compra de carteiras de crédito imobiliário pela empresa pode aumentar a liquidez dos bancos para que estes possam ampliar os empréstimos para a compra da casa própria neste momento em que os recursos da caderneta de poupança estão cada vez mais escassos. Pimentel destacou ainda que a medida não é voltada para a Caixa Econômica Federal e sim para todas as instituições financeiras, porém, admite que o banco público pode ser um dos principais beneficiados devido ao tamanho de sua carteira.

INÊS249

Ibovespa
Em pontos

127.549 — 125.573
2/abr/24 — 22/abr/24

alta de **0,36%**

Bolsas internacionais
Variações no dia 22/abr/24 - em %

Bolsa	Variação
Dow Jones	0,67
S&P 500	0,87
Euronext 100	0,46
DAX	0,70
CAC-40	0,22
Nikkei-225	1,00
SSE Composite	-0,67

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

Jan/2025 — Jan/2026
9,97 — 9,95 — 10,21 — 10,07 — 10,49 — 10,30
2/abr/24 — 11/abr — 22/abr/24

Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$

queda de **0,59%** em relação ao real

Índice de Renda Fixa Valor
Base = 100 em 31/12/99

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercados Ibovespa se guia por bom desempenho das ações da estatal e fecha em alta, mesmo com pressão do juro longo; dólar recua a R$ 5,16

Alívio externo e Petrobras dão apoio a ativos domésticos

Matheus Prado, Gabriel Roca, Arthur Cagliari e Eduardo Magossi
De São Paulo

O alívio nas tensões geopolíticas no fim de semana, diante da ausência de uma escalada no conflito entre Israel e Irã, abriu espaço para que os ativos de risco se recuperassem na sessão de ontem. As bolsas de Nova York subiram e, no mercado doméstico, o câmbio se apreciou e o Ibovespa fechou em alta, com apoio da Petrobras, cujas ações reagiram positivamente à indicação de que 50% dos dividendos extraordinários serão pagos.

Sem novidades relevantes vindas do Oriente Médio, os mercados globais encontraram espaço para um alívio nos preços, que foram bastante pressionados nas últimas semanas. Em Nova York, o índice Dow Jones subiu 0,67%; o S&P 500 ganhou 0,87%; e o Nasdaq teve alta de 1,11%, em uma sessão em que, mais uma vez, as "big techs" brilharam. A Nvidia foi um dos principais destaques, com alta de 4,35%, no momento em que os agentes aguardam balanços corporativos.

O ambiente macro, porém, continua exatamente o mesmo. Sem indicadores e eventos relevantes, os mercados se fiaram às expectativas já consolidadas de que os juros terão de ficar altos por mais tempo nos EUA. Não por acaso, o retorno da T-note de dez anos terminou a sessão de ontem praticamente estável, a 4,614%.

A dinâmica externa foi refletida no comportamento dos ativos domésticos, que, porém, se viram embalados por outros assuntos. A taxa do DI para janeiro de 2025 caiu de 10,355% na sexta-feira para 10,32%. No entanto, houve alta dos juros de longo prazo, com a taxa do DI para janeiro de 2029 passando de 11,225% pata 11,305%.

Os participantes do mercado, assim, continuam a ver um ambiente mais difícil para cortes mais agressivos na Selic, o que, não por acaso, continuou a produzir revisões para cima nas projeções para a taxa básica de juros neste ano. Ontem, foi a vez do J.P. Morgan elevar sua projeção para o juro básico de 9,5% para 10%.

Não por acaso, ontem, em evento, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, destacou os desafios fiscais da dívida global em geral e, em relação ao Brasil, notou que as taxas das NTN-Bs (títulos públicos indexados à inflação) de longo prazo acima de 6% explicam o motivo de a bolsa não subir. De acordo com a Anbima, a NTN-B para 2045 tinha taxa de 6,07% ontem.

2,43% foi a alta das ações ordinárias da Petrobras ontem

Ontem, o Ibovespa conseguiu encerrar o pregão em alta de 0,36%, aos 125.573 pontos. O movimento, contudo, se deveu, em boa parte, ao desempenho das ações da Petrobras. Os papéis ordinários apresentaram ganho de 2,43% e os preferenciais, de 2,39%, após o conselho da empresa decidir distribuir 50% dos dividendos extraordinários represados no primeiro trimestre e não descartar a distribuição de mais capital ao longo do ano.

Nesse sentido, Filipe Villegas, estrategista de ações da Genial Investimentos, nota que a mudança de postura do governo em relação ao tema permitiu que as ações da petroleira voltassem a se aproximar de suas máximas históricas. "Deve ter sido bem explicado internamente, principalmente, por se tratar de um dinheiro que pode fazer falta para fechar o Orçamento. Mas entendo que o macro local, em âmbito geral, piorou com questões fiscais de volta ao radar e a queda de popularidade do presidente dando margem para propostas menos alinhadas com a visão do mercado."

A melhora no humor local e global teve impacto positivo no câmbio na sessão de ontem e o real esteve entre os melhores desempenhos do dia. O dólar fechou em queda de 0,59%, a R$ 5,1687.

Em relação ao mercado global, Villegas diz que a mudança na precificação de cortes de juros nos Estados Unidos influenciou muito a percepção de risco e o desmonte de posições no mercado de juros pode ter provocado precificação exagerada nos ativos locais. "Será que realmente só vamos ter mais um corte na Selic? Entendo que, se o cenário não piorar mais, existe espaço para uma melhora técnica nos juros e em ações mais alavancadas e sensíveis às taxas", afirma.

Para o estrategista, a temporada de balanços americana será importante para o mercado local, já que os bons resultados dos últimos trimestres fizeram com que a piora do cenário macro pouco afetasse as bolsas de Nova York. "Se os resultados e, consequentemente, as bolsas americanas piorarem, o Brasil, que está enfraquecido internamente, tende a sofrer junto", alerta.

ANNA CAROLINA NEGRI/VALOR

Villegas, da Genial, acredita que temporada de balanços dos EUA será importante para a dinâmica do mercado local

Campos Neto vê cenário incerto para indicar próximo passo

Gabriel Shinohara
De Brasília

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, afirmou ontem que há muita incerteza no cenário para dar um "guidance", ou orientação futura, da política monetária. Campos Neto explicou que decidiu expor uma "gradação" de cenários na semana passada para dar mais transparência no que será feito.

Essa gradação foi reforçada por ele ontem, em evento da Legend Investimentos em São Paulo. O primeiro cenário seria o de diminuição de incertezas. "A gente volta para nossa forma de atuação que tinha começado". O outro cenário é o aumento de incerteza ficar por mais tempo e criar ruídos crescentes. "Aí gente tem que trabalhar em como vai ser o pace [ritmo], a gente diminuir o pace".

No terceiro cenário, a incerteza e a volatilidade sobem mais ainda e afetam o balanço de riscos. No outro cenário, "é quando isso chega a um ponto onde muda as variáveis de tal forma que fazem com que a realidade que a gente projetou não seja mais a verdadeira e aí a gente muda o que chama de cenário base".

Na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), em março, a taxa básica de juros foi reduzida de 11,25% ao ano para 10,75% com sinalização de mais um corte de 0,5 ponto percentual apenas para a próxima reunião, marcada para os dias 7 e 8 de maio.

Campos Neto ressaltou que a incerteza sobre a desinflação global está muito maior. Citando o exemplo dos Estados Unidos, o presidente do BC disse que os motivos que se atribuíam para a desinflação naquele país, como aluguéis, imigração ou desinflação na China, não estavam se mostrando "muito verdade". Ele também mencionou a incerteza sobre guerra entre Israel e o Hamas, destacando que há um grupo que acredita que o conflito pode arrefecer e outro achando que pode escalar novamente.

Segundo o presidente do BC, há ainda outros temas relevantes no Brasil e globalmente, como o quadro fiscal. Campos Neto ressaltou que a dívida dos países cresceu durante a pandemia, com os gastos para combater a crise, e o mundo deve "entrar em um período em que vamos ter as consequências". Ele mencionou ainda que a sustentabilidade da dívida ficará mais no foco e relatou que, nas reuniões no Fundo Monetário Internacional (FMI) da semana passada em Washington, das quais participou, o tema teve destaque. "Nesse sentido, no Brasil passa a ser mais importante porque as pessoas vão começar a falar mais desse assunto".

Campos Neto ainda comentou sobre o comportamento dos mercados. O presidente do Banco Central relatou que ouviu em Washington que o mercado está bem e concordou, mas afirmou que os investidores hoje têm uma percepção de que, a qualquer problema, "os governos vão vir e resgatar os mercados", e ressaltou que a questão é que os resgates são feitos com dívida e há cada vez menos espaço para isso no cenário global.

O chefe da autoridade monetária também voltou a falar sobre a proposta de emenda à Constituição (PEC) 65/23, que prevê autonomia financeira do órgão. Campos Neto disse acreditar que vai chegar um momento de maturidade para a aprovar a proposta. "Eu acho que tem ambiente para aprovar, sim", afirmou. Segundo Campos Neto, é difícil inovar sem autonomia financeira e administrativa.

De acordo com o presidente do BC, a proposta seria de modernização. Ele disse que ainda é necessário esclarecer alguns pontos do projeto ao governo e que sente uma "boa vontade" no Senado para aprovação.

Em outra frente, afirmou que o BC sofre com um problema de cortes de investimento. "A gente chega em um risco de alguma hora falar assim: como a gente vai conseguir rodar o Pix?".

Bolsa de Nova York estuda operar 24 horas por dia

Jennifer Hughes
Financial Times, de Nova York

A bolsa de valores de Nova York (Nyse) abriu uma consulta aos participantes do mercado de ações sobre a possibilidade de passar a operar 24 horas por dia. A enquete ocorre enquanto os reguladores examinam minuciosamente um pedido para a constituição da primeira bolsa de ações com transações 24 horas por dia, 7 dias por semana.

A consulta da Nyse, que faz parte da Intercontinental Exchange, foi divulgada pela equipe de análise de dados e não pela administração, mas destaca o crescente interesse em negociar ações de empresas como Nvidia ou Apple durante a noite, entre 20h e 4h, no horário do leste dos EUA.

A questão se tornou um tema urgente nos últimos anos, motivado em parte pela operação 24 horas por dia, 7 dias por semana, das negociações de criptomoedas e pelo aumento da atividade dos investidores de varejo, inicialmente estimulado pelos "lockdowns" da pandemia de coronavírus.

As bolsas de valores tornaram-se um tanto atrasadas num mundo em que outros grandes mercados — incluindo os de títulos do Tesouro dos EUA, das principais moedas e de futuros de índices de ações — podem ser negociados 24 horas por dia, de segunda a sexta-feira.

Várias corretoras de varejo, entre elas Robinhood e Interactive Brokers, agora oferecem acesso 24 horas por dia, durante a semana, às ações dos EUA, com negociações combinadas com suas participações internas ou conduzidas por meio de um local de negociação conhecido como "dark pool", como o Blue Ocean, em que as ações são frequentemente negociadas por investidores de varejo asiáticos durante o dia.

Uma bolsa funcionando durante toda a madrugada, no entanto, seria uma mudança radical na forma como a negociação tardia é percebida devido à sua forte supervisão regulatória em comparação com os dark pools. As bolsas são supervisionadas diretamente pela Securities and Exchange Commission (SEC, a comissão de valores mobiliários americana) e analisadas quanto à sua estabilidade e segurança, além de necessitarem de aprovação para proceder com qualquer alteração de regras.

As negociações nas bolsas também fazem parte dos registros oficiais dos preços de negociação, o que significa que a atividade noturna teria maior probabilidade de definir o tom inicial para as negociações em horário normal.

"Não tenho ideia de quanto volume eles farão no meio da noite. Sou a favor de deixar o mercado decidir" *James Angel*

A consulta da Nyse questionou os entrevistados se eles consideram que as negociações 24 horas por dia deveriam ocorrer nos finais de semana ou apenas durante cinco dias, como os investidores deveriam ser protegidos contra oscilações de preços e como os seriam escalados profissionais para as sessões noturnas.

Também perguntou se as pessoas concordavam que "o tempo gasto pensando em negociações noturnas seria melhor empregado em negociações regulares no horário de mercado".

A pesquisa ocorre no momento em que a startup 24 Exchange (24X), apoiada pelo fundo Point72 Ventures de Steve Cohen, busca a aprovação da SEC para lançar a primeira bolsa 24 horas por dia. O pedido é a segunda tentativa da 24X, que retirou uma proposta no ano passado por questões operacionais e técnicas.

Até sexta-feira, não houve questionamentos em relação à última proposta da 24X. A SEC tem vários meses para examinar os planos.

"Não tenho ideia de quanto volume eles farão no meio da noite. Mas não cabe realmente à SEC decidir se é comercialmente viável ou não", disse James Angel, professor de finanças da Universidade de Georgetown, que apresentou uma carta apoiando o plano da 24X.

"Sou a favor de deixar o mercado decidir. Se der certo, estaremos todos em melhor situação e, se não der, bem, os investidores da bolsa perderão com isso."

O comitê que supervisiona os registros consolidados das bolsas começou a se reunir, segundo duas fontes, para examinar as questões envolvidas na mudança para a negociação de 24 horas – incluindo quem deverá arcar com os custos. As câmaras de compensação, que auxiliam na liquidação das negociações, também funcionam em horários determinados.

O interesse institucional na negociação overnight foi silenciado devido à liquidez relativamente fraca oferecida e às preocupações em torno do risco de liquidação, entre outras questões.

As ofertas atuais dos notívagos permitem apenas que os traders do varejo coloquem pedidos de forma "limitada", em que declaram o preço pelo qual comprariam ou venderiam. Se isso não for atendido, o pedido expira, não preenchido, na manhã seguinte.

"Há procura por negociações 24 horas por dia, mas não é necessariamente de todo o mercado", disse um corretor institucional, que alertou que a gestão de equipes nesses horários poderia ser uma questão espinhosa.

"As coisas já acontecem fora do horário normal e você precisa estar atento a isso até certo ponto – mas isso é muito diferente de algo que acontece, digamos, com a Apple às 2h ou mesmo às 16h de um sábado. O que fazer, então?"

Empreendedorismo Medidas chegam em momento de retração do segmento após pico histórico em 2022 e alta na inadimplência

Governo reformula microcrédito para injetar R$ 7,5 bi até 2026

Gabriel Shinohara
De Brasília

O novo programa de microcrédito voltado para inscritos no CadÚnico foi lançado em um momento em que o saldo do segmento está em trajetória de queda após atingir níveis historicamente altos nos últimos meses de 2022. Informações do Banco Central (BC) mostram que o saldo direcionado para pessoas físicas caiu de R$ 12,4 bilhões na sua máxima histórica de setembro de 2022 para R$ 7,5 bilhões no último mês de fevereiro.

Agora, segundo o Ministério da Fazenda, a intenção é realizar por volta de 1,25 milhão de transações de microcrédito até 2026 injetando cerca de R$ 7,5 bilhões na economia neste período. O formato é diferente do último programa de estímulo ao microcrédito, o SIM Digital, que tinha condições flexíveis até para negativados. A Caixa Econômica Federal emprestou quase R$ 3 bilhões nesse programa.

Especialistas indicam que a elevação do saldo em 2022 e a alta da inadimplência nos meses seguintes estão ligados ao SIM Digital. A inadimplência do microcrédito direcionado para pessoas físicas, que no início de 2022 estava no patamar de 4% chegou a bater 21,3% em maio de 2023 e registava 8,1% em fevereiro deste ano. Já a inadimplência do programa da Caixa no SIM Digital chegou a 88% na metade de 2023. A Caixa informou que não opera mais a essa linha de crédito e que aplica os mesmos procedimentos de recuperação de crédito utilizada em outros produtos.

Saldo de microcrédito

Dados mostram queda após elevação em 2022 - R$ milhões

Fonte: Banco Central do Brasil

O coordenador do Centro de Microfinanças da FGV EAESP, Lauro Gonzalez, ressalta que o saldo do microcrédito já vinha aumentando antes do programa da Caixa que, "no fundo foi uma facilidade a mais no ano eleitoral". O professor destaca que quando há uma variação tão grande em uma série histórica que não é pequena, "alguma coisa estranha aconteceu, tipicamente" e nesse caso, foi o fim desse programa "que puxou os números para baixo".

O chefe de investimentos da Conta Black, Genilson Jr, explica que essa linha da Caixa tinha a obtenção facilitada, inclusive para negativados. "Era menos burocrático para o cliente conseguir acessar. É óbvio, se você tem uma linha de crédito que faz pelo aplicativo e outra que você precisa ter uma série de conversas para poder liberar, você acaba indo para o mais fácil".

O novo programa do governo se encaixa no Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), que deve seguir algumas regras como usar metodologia de concessão que faz uma avaliação de riscos considerando grau de endividamento, situação financeira e capacidade de geração de resultados. Outra exigência é realizar a orientação sobre o planejamento do negócio e acompanhamento da operação.

> "Linha de crédito da Caixa tinha obtenção facilitada, inclusive para negativados" *Genilson Jr.*

A presidente da Associação Brasileira de Entidades Operadoras de Microcrédito e Microfinanças (Abcred), Isabel Baggio, tem conversado com o governo em diversas instâncias e defendido uma política de crédito acompanhado, que pode ser "um pouco mais caro, um processo um pouco mais lento e não é massificado, mas dá segurança para receber o recurso e não criar problema para as pessoas".

Para Baggio, as microfinanças só podem ser bem-sucedidas se tiverem o acompanhamento do tomador. Ela explica, por exemplo, a metodologia do agente de crédito, uma figura comercial que faz a captação dos clientes e acompanha a situação dos tomadores. "Chegando alguém que tem a intenção de receber esse crédito, nós vamos até a casa da pessoa, entendemos a renda familiar, a capacidade de pagamento deles é como eles se comportam em relação a todo o custo familiar e a gente analisa a renda familiar para ver se essa família tem condições", disse.

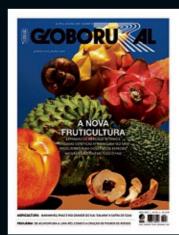
CLAUDIO BELLI/VALOR

Lauro Gonzales, da FGV: microcrédito é diferente de "crédito micro"

Ana Cláudia Werner disse que está conseguindo aumentar seu negócio por causa do microcrédito. A moradora de Lajes, Santa Catarina, conta que o empreendimento começou com uma pizzaria, passou para uma marmitaria, a Garage Marmitaria, e agora está abrindo uma pastelaria no mesmo imóvel. Com o último empréstimo que pegou, a empreendedora disse que comprou um fogão, um forno, material para pintar as paredes, colocou piso na parte de trás do fogão e mandou fazer panfletos de divulgação.

"Eles nos conhecem, conhecem a história, o que você quer, visitam o empreendimento, fazem toda uma análise, lógico, do crédito dos nossos avalistas, da realidade da gente porque mesmo você tendo um problema de restrição, tem toda uma análise do seu histórico, mas a gente consegue isso e consegue o apoio".

Lauro Gonzalez, da FGV, destaca que o microcrédito é diferente de "crédito micro" e tem como característica uma proximidade com o tomador para que a concessão seja sustentável e não "predatória". O professor cita alguns métodos do microcrédito, como o agente de crédito e os empréstimos em grupo com aval solidário, em que se uma pessoa do grupo não conseguir pagar o empréstimo, as outras pagam por ela.

Segundo Gonzalez, esses métodos podem ser adaptados e combinados com novas tecnologias. "Por exemplo, você não vai imaginar que uma pessoa não vai usar o celular, WhatsApp, para falar com as pessoas. Ela não precisa mais estar presente fisicamente com a mesma intensidade, ela pode combinar a presença física com virtual, para além do fato de que informações podem ser coletadas de maneira virtual."

Financiamento Para Décio Lima, fundo de aval para micro e pequenas empresas reduz risco com inadimplência e reforça interesse de agentes do mercado no setor

Sebrae busca atrair bancos privados para viabilizar R$ 30 bi em crédito

Gabriel Shinohara
De Brasília

O diretor-presidente do Sebrae, Décio Lima, afirmou que as instituições financeiras terão interesse em emprestar para os pequenos negócios utilizando a garantia do Fundo de Aval para Micro e Pequena Empresa (Fampe), que foi capitalizado e, nas contas da entidade, pretende viabilizar mais de R$ 30 bilhões de crédito nos próximos três anos.

Segundo Lima, o interesse das instituições financeiras pelo fundo será um "processo natural". De acordo com o governo, os bancos públicos federais, "os principais sistemas cooperativistas", os bancos de desenvolvimento regionais e os bancos privados, por meio do BNDES, vão poder operar. "Nós temos um fundo garantidor e o sistema financeiro adora quando tem um fundo garantidor, porque o dinheiro que ele está dando é garantido. Então, isso vai ser um processo natural", disse.

Segundo Lima, antes da capitalização, o fundo tinha capacidade de emprestar cerca de R$ 1 bilhão. Agora, o presidente do Sebrae aposta que as taxas de juros mais baixas e a pulverização serão estimulados pela competição no mercado. "Um grande desafio a partir de agora é fazer esse dinheiro chegar na mão do micro e do pequeno empreendedor, para ele fazer escala, para ele ter segurança nos seus investimentos", disse

Sobre as taxas de juros, Lima ressaltou que elas são definidas pelas instituições financeiras que vão conceder o crédito, mas afirmou que, com o fundo garantidor, as taxas vão "despencar" porque "não tem que se falar em risco". "Vai ter uma disputa em que naturalmente a queda [dos juros], além do risco, vai ser significativa, porque todos vão querer atrair esses clientes para o seu negócio, sejam os [bancos] privados, sejam os públicos, seja o sistema cooperativado", afirmou.

Lima disse que, antes do lançamento do programa, já havia uma construção do tema com os agentes financeiros, como o BNDES, os bancos de desenvolvimento e as cooperativas. "Foi uma política construída junto com o sistema."

O regramento do Fampe determina que será possível garantir até 80% de um financiamento.

A pesquisa Pulso dos Pequenos Negócios de fevereiro, promovida pelo Sebrae, mostra que 27% dos pequenos negócios buscaram empréstimos bancários nos últimos três meses e apenas 41% deles conseguiram.

O Fampe, com patrimônio de R$ 2 bilhões, poderá viabilizar até R$ 30 bilhões e atender pelo menos 1 milhão de empresários, segundo o Sebrae. Lima explicou que, para viabilizar a capitalização do Fampe, o Sebrae extinguiu um banco de crédito interno que "não tinha razão absolutamente da sua existência".

Além dos valores, Lima afirmou que o Sebrae está preparado para fornecer o crédito assistido aos pequenos empreendedores. Nesse tema, ressaltou que a entidade atualmente conta com capilaridade em âmbito nacional e que as parceiras com instituições financeiras vão possibilitar que o crédito alcance todos os municípios no país.

De acordo com o diretor-presidente, haverá uma plataforma permanente para auxiliar o empresário, além de contatos telefônicos e por WhatsApp com os pequenos empresários. A ideia é seguir a política de um crédito orientado. "Nós não vamos apenas dar o crédito, nós vamos ajudar as pessoas a fazer os investimentos no seu pequeno negócio com segurança", disse.

A capitalização do fundo faz parte do programa Acredita, lançado ontem pelo governo federal e que conta com políticas de crédito para pequenos empresários, microempreendedores individuais (MEIs) e inscritos no Cadastro Único. O programa também tem medidas para o crédito imobiliário e alterações na proteção cambial com o objetivo de facilitar investimentos em projetos sustentáveis no Brasil.

R$ 2 bi
é o patrimônio do Fampe, que poderá viabilizar R$ 30 bi de crédito

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

"Um grande desafio é fazer esse dinheiro chegar na mão do micro e do pequeno empreendedor"
Décio Lima

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 22/04/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	15.635,6449620	0,07	0,36	2,83
IRF-M	1+**	20.070,3813430	0,06	-0,71	0,65
IRF-M	Total	18.174,5083190	0,06	-0,38	1,29
IMA-B	5***	9.136,9937330	0,05	-0,27	1,78
IMA-B	5+****	11.246,7465680	0,03	-1,60	-3,09
IMA-B	Total	9.829,1064630	0,04	-0,96	-0,79
IMA-S	Total	6.605,1853720	0,04	0,65	3,36
IMA-Geral	Total	8.071,7730800	0,04	-0,10	1,54

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	08/04	05/04	Há 1 semana	No fim de março	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	29,65	31,69	31,88	28,05	30,12	33,72
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	25,89	27,17	24,61	23,95	26,45	26,82
Conta garantida pré - a.a.	41,26	42,96	45,31	44,57	52,30	50,90
Desconto de duplicata pré - a.a.	23,81	24,60	24,56	23,97	22,73	28,00
Vendor pré - a.a.	15,69	15,61	15,36	15,36	15,91	18,71
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	17,62	16,28	15,30	15,40	17,73	22,90
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	17,18	17,96	17,54	16,99	17,69	18,78
Conta garantida pós - a.a.	23,06	23,74	24,70	24,49	25,22	27,26
ACC pós - a.a.	8,49	8,10	8,93	9,04	8,61	8,34
Factoring - a.m.	3,33	3,33	3,30	3,30	3,34	3,65

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	22/04/24	19/04/24	Há 1 semana	No fim de março	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3100	5,3200	5,3400	5,3100	4,8000
1 mês	-	5,3300	5,3300	5,3224	5,3214	4,8153
3 meses	-	5,3479	5,3481	5,3506	5,3526	4,6291
6 meses	-	5,3901	5,3898	5,3888	5,3886	4,3035
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,9100	3,9070	3,8990	3,9090	2,9020
1 mês	-	3,9129	3,9129	3,9121	3,9118	2,8848
3 meses	-	3,9254	3,9252	3,9239	3,9233	2,4674
6 meses	-	3,9426	3,9429	3,9414	3,9413	1,9736
1 ano	-	3,7367	3,7233	3,6738	3,6566	0,8835
Euribor ***						
1 mês	-	3,837	3,846	3,855	3,853	2,956
3 meses	-	3,892	3,888	3,892	3,903	3,261
6 meses	-	3,846	3,820	3,851	3,874	3,601
1 ano	-	3,732	3,693	3,669	3,682	3,854
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,00
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,00
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,00
T-Bill (1 mês)	5,38	5,38	5,38	5,38	5,36	3,31
T-Bill (3 meses)	5,39	5,39	5,35	5,36	5,37	5,07
T-Bill (6 meses)	5,37	5,37	5,36	5,31	5,30	5,04
T-Note (2 anos)	4,98	4,98	4,92	4,63	4,60	4,18
T-Note (5 anos)	4,66	4,67	4,62	4,22	4,19	3,66
T-Note (10 anos)	4,61	4,62	4,60	4,20	4,20	3,58
T-Bond (30 anos)	4,72	4,71	4,72	4,35	4,38	3,78

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	abr/24*	mar/24	fev/24 (Mês)	jan/24	dez/23	nov/23	Ano* (Acumulado)	12 meses**
Selic	0,64	0,83	0,80	0,97	0,89	0,92	3,28	12,35
CDI	0,64	0,83	0,80	0,97	0,89	0,92	3,28	12,35
CDB (1)	0,73	0,75	0,75	0,78	0,85	0,98	3,04	10,72
Poupança (2)	0,60	0,53	0,51	0,59	0,57	0,58	2,25	7,60
Poupança (3)	0,60	0,53	0,51	0,59	0,57	0,58	2,25	7,60
IRF-M	-0,38	0,54	0,46	0,67	1,48	2,47	1,29	14,03
IMA-B	-0,96	0,08	0,55	-0,45	2,75	2,62	-0,79	11,81
IMA-S	0,65	0,86	0,82	0,99	0,92	0,91	3,36	12,58
Renda Variável								
Ibovespa	-1,98	-0,71	0,99	-4,79	5,38	12,54	-6,42	25,74
Índice Small Cap	-7,15	2,15	0,47	-6,55	7,05	12,46	-10,95	24,13
IBrX 50	-1,13	-0,81	0,91	-4,15	5,31	12,01	-5,14	24,88
ISE	-5,45	1,21	1,99	-4,96	6,04	15,06	-7,24	26,03
IMOB	-10,54	1,10	1,27	-8,46	8,69	14,85	-16,15	41,74
IDIV	0,39	-1,20	0,91	-3,51	6,90	10,70	-3,43	27,20
IFIX	-0,83	1,43	0,79	0,67	4,25	0,66	2,07	23,44
Dólar Ptax (BC)	4,17	0,26	0,60	2,32	-1,91	-2,41	7,50	-1,66
Dólar Comercial (mercado)	3,06	0,86	0,71	1,75	-1,28	-2,49	6,52	-1,06
Euro (BC) (4)	2,65	0,07	0,25	0,54	-0,63	0,75	3,54	-2,29
Euro Comercial (mercado) (4)	1,76	0,71	0,38	-0,34	0,32	0,36	2,53	-1,60
Ouro B3	-	10,65	1,64	7,39	-0,98	-2,85	20,77	8,20
Inflação								
IPCA	-	0,16	0,83	0,42	0,56	0,28	1,42	3,93
IGP-M	-	-0,47	-0,52	0,74	0,59	0,50	-0,91	-4,26

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 22/abr/24. ** Até mar/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 17/04/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.436.167,95					8.563,05	66.571,29	200.451,15	144.566,44
RF Indexados (2)	152.122,20	-0,12	-0,69	0,91	9,04	-223,14	-1.259,52	-30,89	-4.985,12
RF Duração Baixa Soberano (2)	691.242,83	0,04	0,48	2,92	11,50	6.382,02	40.619,35	64.892,03	43.505,94
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	806.018,77	0,04	0,53	3,34	13,02	658,60	9.919,77	27.098,25	17.815,57
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	128.235,82	0,04	0,05	3,36	12,62	111,40	4.933,47	25.386,90	31.584,27
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	168.330,23	0,02	0,13	2,54	8,73	4,23	679,94	-1.018,33	-5.482,41
RF Duração Livre Soberano (2)	230.469,34	0,00	0,20	2,46	10,88	-131,17	-762,61	7.426,01	-8.855,23
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	677.331,49	0,00	0,30	2,80	11,69	672,94	1.030,82	15.690,08	-12.331,39
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	318.778,81	0,04	0,06	2,86	13,54	705,38	8.902,80	40.993,19	94.007,76
Ações	599.879,64					-47,90	-1.255,74	-1.280,57	27.014,84
Ações Indexados (2)	11.011,00	-0,19	-3,18	-7,45	16,85	-24,83	381,19	1.308,77	-646,50
Ações Índice Ativo (2)	34.031,37	-0,27	-4,32	-7,33	16,11	-18,53	-84,37	-1.322,16	-3.447,88
Ações Livre	217.151,22	-0,44	-5,03	-5,46	19,94	10,07	-954,58	-735,44	-12.426,54
Fechados de Ações	123.961,96	-0,20	-2,09	-4,51	3,90	7,07	-193,53	-1.122,78	28.515,75
Multimercados	1.651.994,79					156,02	-9.638,09	-38.974,87	-177.515,58
Multimercados Macro	160.662,88	-0,25	-1,48	-0,32	6,94	-46,13	-3.596,23	-13.452,80	-45.096,08
Multimercados Livre	621.644,99	-0,11	-0,39	1,22	10,24	372,97	366,51	4.714,16	-45.730,00
Multimercados Juros e Moedas	53.438,41	-0,07	0,09	2,71	11,95	-2,85	-1.067,95	-3.215,96	-13.548,64
Multimercados Invest. no Exterior (2)	736.343,07	-0,10	0,24	2,32	12,27	-196,44	-5.780,94	-28.157,83	-66.588,25
Cambial	6.186,38	-0,43	4,61	9,52	12,48	-6,42	-110,35	-284,16	-1.628,09
Previdência	1.403.337,45					72,05	2.541,25	13.747,81	39.695,77
ETF	40.476,92					730,28	-581,02	-2.939,60	-416,98
Demais Tipos	1.960.605,42					461,62	5.084,59	35.490,31	37.470,20
Total Fundos de Investimentos	**7.138.043,13**					**9.467,08**	**57.527,35**	**170.719,75**	**31.716,39**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.581.027,60**					**2.007,50**	**14.244,37**	**10.779,42**	**74.301,46**
Total Fundos Off Shore (4)	**47.439,24**					-	-	-	-
Total Geral	**8.766.509,96**					**11.474,58**	**71.771,72**	**181.499,17**	**106.017,85**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de fevereiro de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	22/04/24	19/04/24	Há 1 semana	No fim de março	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,75	10,75	10,75	10,75	10,75	13,75
Selic - taxa over ao ano	10,65	10,65	10,65	10,65	10,65	13,65
Selic - taxa over ao mês	1,2050	1,2050	1,2050	1,2050	1,2050	1,5236
Selic - taxa efetiva ao ano	10,65	10,65	10,65	11,00	11,00	13,65
Selic - taxa efetiva ao mês	0,8874	0,8874	0,8874	0,8317	0,8317	0,9181
CDI - taxa over ao ano	10,65	10,65	10,65	10,65	10,65	13,65
CDI - taxa over ao mês	1,2050	1,2050	1,2050	1,2050	1,2050	1,5236
CDI - taxa efetiva ao ano	10,65	10,65	10,65	11,00	11,00	13,65
CDI - taxa efetiva ao mês	0,8874	0,8874	0,8874	0,8317	0,8317	0,9181
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,63
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9959
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,03
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9514
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,41	10,43	10,30	10,36	10,41	13,62
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,33	10,37	10,17	10,05	10,08	13,47
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,51	10,54	10,52	10,66	10,66	13,64
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,46	10,48	10,40	10,50	10,54	13,64
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,40	10,43	10,30	10,37	10,40	13,62
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,37	10,40	10,23	10,25	10,27	13,58
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,34	10,37	10,17	10,06	10,09	13,48
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	10,32	10,37	10,17	9,85	9,85	12,81

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 22/04/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em mai/24	99.719,20	10,653	74.753	10,652	10,658	10,658
Vencimento em jun/24	98.897,73	10,490	49.113	10,488	10,508	10,500
Vencimento em jul/24	98.125,80	10,443	241.333	10,436	10,458	10,446
Vencimento em ago/24	97.251,15	10,399	1.980	10,390	10,410	10,410
Vencimento em set/24	96.429,01	10,355	5.540	10,350	10,375	10,370
Vencimento em out/24	95.647,92	10,336	286.435	10,330	10,380	10,345
Vencimento em nov/24	94.799,18	10,323	687	10,330	10,350	10,350
Vencimento em dez/24	94.102,75	10,317	5.928	10,315	10,345	10,345
Vencimento em jan/25	93.347,20	10,298	1.103.018	10,290	10,360	10,320
Vencimento em fev/25	92.551,84	10,298	91	10,305	10,320	10,320
Vencimento em mar/25	91.834,68	10,298	522	10,295	10,330	10,330

Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em mai/24	5.178,86	-0,39	248.010	5.167,50	5.222,00	5.175,50
Vencimento em jun/24	5.192,43	-0,39	1.210	5.184,00	5.198,50	5.184,00
Vencimento em jul/24	5.207,07	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em ago/24	5.224,19	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em set/24	5.239,38	-	0	0,00	0,00	0,00

Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em mai/24	5.522,05	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em jun/24	5.544,51	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em jul/24	5.567,61	-	0	0,00	0,00	0,00

Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jun/24	127.093	0,21	84.265	126.130	127.645	127.380
Vencimento em ago/24	129.101	0,21	15	129.300	129.300	129.300
Vencimento em out/24	131.126	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 22/04/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,2037	5,2043	-0,43	4,17	7,50	3,06
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,1681	5,1687	-0,59	3,06	6,52	2,18
Dólar Turismo (R$/US$)	5,2097	5,3897	-0,45	3,49	6,78	2,74
Euro (BC) - (R$/€)	5,5399	5,5410	-0,53	2,65	3,54	0,02
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	5,5048	5,5054	-0,61	1,76	2,53	-0,74
Euro Turismo (R$/€)	5,5764	5,7564	-0,47	2,05	2,66	-0,25
Euro (BC) - (US$/€)	1,0646	1,0647	-0,10	-1,45	-3,68	-2,95
Ouro*						
B3 (R$/g)[1] [2]	-	-	-	-	20,77	5,57
Nova York (US$/onça troy)[1]	-	2.326,17	-2,53	3,56	12,64	17,21
Londres (US$/onça troy)[1]	-	2.361,45	-0,85	7,00	14,50	18,90

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ¹ Última cotação. ² Contrato = 250g

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	22/04/24	19/04/24	No fim de mar/24	No fim de dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	157.572,08	157.622,45	171.154,28	173.997,89	-0,03	-7,94	-9,44
Valor-Coppead Mínima Variância	94.837,67	94.938,98	96.143,88	93.533,91	-0,11	-1,36	1,39

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/ Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
Raízen (1)	mar/24	mar/34	120	1.000	6,45	-	-
Raízen (1)	mar/24	mar/54	360	500	6,95	-	-
Banco do Brasil (1)	mar/24	mar/31	84	750	6,3	-	-
Votorantim Cimentos (2)	02/04/24	02/04/34	120	500	5,75	5,896	-
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 22/04/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Títulos sustentáveis (green bonds). (2) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond)

ADR - Índices

Em 22/04/24

Índice	22/04/24	19/04/24	Em 28/03/24	Em 29/12/23	Em 22/04/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	173,05	170,38	177,78	165,54	152,70	1,57	-2,66	4,54	13,33
S&P BNY Emergentes	317,68	311,73	327,04	312,75	279,45	1,91	-2,86	1,58	13,68
S&P BNY América Latina	209,58	206,80	215,02	225,28	184,46	1,34	-2,53	-6,97	13,62
S&P BNY Brasil	209,47	206,86	214,40	232,95	183,06	1,26	-2,30	-10,08	14,42
S&P BNY México	326,64	323,21	342,11	331,67	302,76	1,06	-4,52	-1,51	7,89
S&P BNY Argentina	233,58	216,19	211,50	178,27	118,07	8,04	10,44	31,03	97,83
S&P BNY Chile	139,79	140,20	147,40	162,12	157,97	-0,29	-5,16	-13,77	-11,51
S&P BNY Índia	2.764,99	2.743,74	2.755,62	2.923,01	2.767,52	0,77	0,34	-5,41	-0,09
S&P BNY Ásia	199,38	195,86	206,96	189,60	168,21	1,80	-3,66	5,16	18,53
S&P BNY China	301,65	291,13	306,36	336,11	328,11	3,61	-1,54	-10,25	-8,06
S&P BNY África do Sul	215,19	226,56	205,76	199,87	245,22	-5,02	4,58	7,67	-12,25
S&P BNY Turquia	25,79	25,34	23,46	22,45	21,66	1,79	9,94	14,86	19,05

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
03/04 a 03/05	0,0850	0,5854	0,5854	0,7556
04/04 a 04/05	0,0807	0,5811	0,5811	0,7512
05/04 a 05/05	0,0462	0,5464	0,5464	0,7065
06/04 a 06/05	0,0227	0,5228	0,5228	0,6829
07/04 a 07/05	0,0486	0,5488	0,5488	0,7189
08/04 a 08/05	0,0843	0,5847	0,5847	0,7549
09/04 a 09/05	0,0840	0,5844	0,5844	0,7546
10/04 a 10/05	0,0836	0,5840	0,5840	0,7542
11/04 a 11/05	0,0808	0,5812	0,5812	0,7513
12/04 a 12/05	0,0569	0,5572	0,5572	0,7173
13/04 a 13/05	0,0211	0,5212	0,5212	0,6812
14/04 a 14/05	0,0567	0,5570	0,5570	0,7171
15/04 a 15/05	0,0824	0,5828	0,5828	0,7530
16/04 a 16/05	0,0844	0,5848	0,5848	0,7550
17/04 a 17/05	0,0599	0,5602	0,5602	0,7603
18/04 a 18/05	0,0672	0,5675	0,5675	0,7677
19/04 a 19/05	0,0362	0,5364	0,5364	0,7264

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 22/04/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	125.573	0,36	-1,98	-6,42	20,32
IBrX	53.108	0,39	-1,70	-5,92	20,67
IBrX 50	21.075	0,40	-1,13	-5,14	21,14
IEE	86.431	0,32	-2,51	-8,98	11,27
SMLL	2.095	0,42	-7,15	-10,95	15,55
ISE	3.491	0,13	-5,45	-7,24	17,04
IMOB	847	0,18	-10,54	-16,15	23,08
IDIV	8.762	0,32	0,39	-3,43	23,12
IFIX	3.380	-0,33	-0,83	2,07	20,12
Variação % em dólares					
Ibovespa	24.129	0,79	-5,90	-12,95	16,74
IBrX	10.205	0,82	-5,63	-12,48	17,08
IBrX 50	4.049	0,83	-5,08	-11,76	17,55
IEE	16.608	0,76	-6,41	-15,33	7,96
SMLL	403	0,86	-10,87	-17,16	12,12
ISE	671	0,56	-9,23	-13,71	13,57
IMOB	163	0,62	-14,12	-22,00	19,42
IDIV	1.684	0,76	-3,62	-10,17	19,46
IFIX	649	0,10	-4,79	-5,05	16,55

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 22/04/24	19/04/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	284	288	-4,0	-10,0	-61,0
África do Sul	364	365	-1,0	-15,0	38,0
Argentina	1.143	1.214	-71,0	-309,0	-764,0
Brasil	215	217	-2,0	5,0	20,0
Colômbia	278	285	-7,0	9,0	13,0
Filipinas	81	78	3,0	1,0	23,0
México	167	169	-2,0	-1,0	0,0
Peru	110	111	-1,0	4,0	8,0
Turquia	248	251	-3,0	-19,0	-28,0
Venezuela	15.222	15.292	-70,0	-2.901,0	-8.870,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
ago/23	344.177	10/04/24	352.975
set/23	340.324	11/04/24	352.230
out/23	340.247	12/04/24	352.839
nov/23	348.406	15/04/24	351.796
dez/23	355.034	16/04/24	351.557
jan/24	353.563	17/04/24	351.850
fev/24	352.705	18/04/24	351.813
mar/24	355.008	19/04/24	351.917

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	22/04/24	19/04/24	18/04/24	17/04/24	16/04/24	15/04/24
Índice	2.098,18	2.096,90	2.090,60	2.088,19	2.086,90	2.094,65
Var. no dia	0,06%	0,30%	0,12%	0,06%	-0,37%	-0,24%
Var. no mês	-0,28%	-0,34%	-0,64%	-0,76%	-0,82%	-0,45%
Var. no ano	1,60%	1,53%	1,23%	1,11%	1,05%	1,43%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 22/04/24

Moeda	Em US$ * Compra	Venda	Em R$ ** Compra	Venda
Baht (Tailândia)	37,0500	37,0800	0,14030	0,14050
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,2037	5,2043
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,2512	36,3421	0,1432000	0,1436000
Boliviano (Bolívia)	6,8600	7,0100	0,7423	0,7586
Colon (Costa Rica)	497,4400	503,5900	0,010330	0,010460
Coroa (Dinamarca)	7,0070	7,0080	0,7425	0,7427
Coroa (Islândia)	141,0100	141,3100	0,03682	0,03691
Coroa (Noruega)	11,0290	11,0320	0,4717	0,4719
Coroa (Rep. Tcheca)	23,7450	23,7540	0,2191	0,2192
Coroa (Suécia)	10,9122	10,9138	0,4768	0,4769
Dinar (Argélia)	134,3005	134,8538	0,03859	0,03875
Dinar (Kuwait)	0,3082	0,3083	16,8787	16,8861
Dinar (Líbia)	4,8643	4,8866	1,0649	1,0699
Direitos Especiais de Saque ***	1,3145	1,3145	6,8403	6,8411
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6726	3,6729	1,4168	1,4171
Dirham (Marrocos)	10,1500	10,1550	0,5124	0,5127
Dólar (Austrália)***	0,6439	0,6441	3,3507	3,3521
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,2037	5,2043
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,5594	2,6045
Dólar (Canadá)	1,3718	1,3725	3,7914	3,7938
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,2320	6,3082
Dólar (Cingapura)	1,3627	1,3628	3,8184	3,8191
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,2037	5,2043
Dólar (Hong Kong)	7,8363	7,8365	0,6640	0,6641
Dólar (Nova Zelândia)***	0,5907	0,5911	3,0738	3,0763
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7468	6,8260	0,7623	0,7714
Euro (Comunidade Européia)***	1,0646	1,0647	5,5399	5,5410
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	2,8592	2,9164
Franco (Suíça)	0,9117	0,9121	5,7052	5,7083
Guarani (Paraguai)	7412,9100	7425,8600	0,0007008	0,0007021
Hryvnia (Ucrânia)	39,6000	39,9000	0,1304	0,1314
Iene (Japão)	154,7700	154,7800	0,03362	0,03363
Lev (Bulgária)	1,8364	1,8372	2,8324	2,8340
Libra (Egito)	48,1000	48,2000	0,1080	0,1082
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000058	0,000058
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00040	0,00040
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2337	1,2341	6,4198	6,4226
Naira (Nigéria)	1230,0000	1232,0000	0,00422	0,00423
Lira (Turquia)	32,4889	32,5383	0,1599	0,1602
Novo Dólar (Taiwan)	32,6120	32,6420	0,15940	0,15960
Novo Sol (Peru)	3,6925	3,6926	1,4092	1,4094
Peso (Argentina)	872,0000	872,5000	0,00596	0,00597
Peso (Chile)	951,0000	951,6000	0,005468	0,005473
Peso (Colômbia)	3918,4900	3918,9900	0,001328	0,001328
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2168	0,2168
Peso (Filipinas)	57,4900	57,5100	0,09048	0,09053
Peso (México)	17,1260	17,1280	0,3038	0,3039
Peso (Rep. Dominicana)	58,7600	59,2800	0,08778	0,08857
Peso (Uruguai)	38,5100	38,5400	0,13500	0,13510
Rande (África do Sul)	19,1485	19,1635	0,2715	0,2718
Rial (Arábia Saudita)	3,7508	3,7510	1,3873	1,3875
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001239	0,0001239
Ringgit (Malásia)	4,7750	4,7810	1,0884	1,0899
Rublo (Rússia)	93,4320	94,0780	0,05531	0,05570
Rúpia (Índia)	83,3590	83,4140	0,06238	0,06243
Rúpia (Indonésia)	16230,0000	16240,0000	0,0003204	0,0003207
Rúpia (Paquistão)	278,2000	278,4000	0,01869	0,01871
Shekel (Israel)	3,7735	3,7760	1,3781	1,3792
Won (Coréia do Sul)	1378,6300	1379,0800	0,003773	0,003775
Yuan Renminbi (China)	7,2438	7,2440	0,7183	0,7184
Zloty (Polônia)	4,0558	4,0573	1,2826	1,2832

	Cotações Ouro Spot (2)	Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Venda
Dólar Ouro	2335,84	0,01332	390,6682	390,7132

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	22/04/24	19/04/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	38.239,98	37.986,40	0,67	-3,94	1,46	13,11	32.417,59	39.807,37
EUA	Nova York	Nasdaq-100	17.210,89	17.037,65	1,02	-5,72	2,29	32,38	12.725,11	18.339,44
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	15.451,31	15.282,01	1,11	-5,67	2,93	27,99	11.799,16	16.442,20
EUA	Nova York	S&P 500	5.010,60	4.967,23	0,87	-4,64	5,05	21,22	4.055,99	5.254,35
Canadá	Toronto	S&P/TSX	21.807,37	21.807,38	0,00	-1,62	4,05	5,38	18.737,39	22.361,78
México	Cidade do México	IPC	56.551,90	55.862,85	1,23	-1,42	-1,45	4,39	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.344,21	1.332,13	0,91	0,84	12,47	10,55	1.046,70	1.415,24
Venezuela	Caracas	IBVC	63.631,22	Feriado	-1,37	14,40	10,03	115,29	28.508,77	66.016,25
Chile	Santiago	IPSA	6.374,35	6.365,09	0,15	-4,06	2,85	21,95	5.226,93	6.726,52
Peru	Lima	S&P/BVL General	27.752,60	27.756,91	-0,02	-2,17	6,91	24,55	21.161,78	29.727,98
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.268.375,75	1.189.209,84	6,66	4,52	36,43	336,03	281.752,49	1.316.204,44
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.502,71	1.495,88	0,46	-1,55	7,68	8,29	3.425,66	4.057,14
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	17.860,80	17.737,36	0,70	-3,42	6,62	12,46	14.687,41	18.492,49
França	Paris	CAC-40	8.040,36	8.022,41	0,22	-2,02	6,59	6,12	6.795,38	8.205,81
Itália	Milão	FTSE MIB	33.724,82	33.922,16	-0,58	-2,95	11,11	21,55	26.051,33	34.759,69
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	3.863,26	3.827,75	0,93	0,46	4,19	0,97	3.290,68	3.872,45
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.635,67	2.607,91	1,06	-1,27	15,42	25,06	1.962,58	2.751,08
Espanha	Madri	IBEX-35	10.890,20	10.729,50	1,50	-1,67	7,80	15,66	8.918,30	11.111,30
Grécia	Atenas	ASE General	1.420,40	1.392,62	1,99	-0,14	9,84	27,81	1.085,11	1.434,87
Holanda	Amsterdã	AEX	866,51	860,01	0,76	-1,73	10,13	13,69	714,05	886,67
Hungria	Budapeste	BUX	65.125,52	65.045,06	0,12	-0,40	7,43	47,67	43.367,52	67.407,86
Polônia	Varsóvia	WIG	84.463,90	83.206,02	1,51	2,08	7,65	35,34	61.875,44	84.664,91
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.515,47	6.295,12	3,50	3,74	1,86	5,09	5.729,40	6.609,90
Rússia	Moscou	RTS*	1.174,17	1.173,68	0,04	3,27	8,37	15,21	969,33	1.174,17
Suécia	Estocolmo	OMX	2.511,41	2.502,07	0,37	-0,27	4,72	11,80	2.049,65	2.550,50
Suíça	Zurique	SMI	11.327,77	11.296,40	0,28	-3,43	1,71	-1,16	10.323,71	11.790,46
Turquia	Istambul	BIST 100	9.645,02	9.693,46	-0,50	5,50	29,11	92,43	4.400,76	9.814,19
Israel	Tel Aviv	TA-125	1.957,36	-	1,21	-3,74	4,35	14,99	1.608,42	2.040,82
África do Sul	Joanesburgo	All Share	73.551,13	73.363,56	0,26	-1,32	-4,35	-5,60	69.451,97	78.977,88
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	37.438,61	37.068,35	1,00	-7,26	11,88	31,07	28.416,47	40.888,43
Austrália	Sidney	All Ordinaries	7.902,00	7.817,40	1,08	-3,09	0,93	5,04	6.960,20	8.153,70
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.678,26	1.686,56	-0,49	-3,97	-8,68	-18,77	1.433,10	2.117,94
China	Xangai	SSE Composite	3.044,60	3.065,26	-0,67	0,11	2,34	-7,77	2.702,19	3.395,00
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.629,44	2.591,86	1,45	-4,27	-0,97	3,34	2.277,99	2.757,09
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	16.511,69	16.224,14	1,77	-0,18	-3,14	-17,75	14.961,18	20.396,97
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	73.648,62	73.088,33	0,77	0,00	1,95	23,46	59.632,35	75.038,15
Indonésia	Jacarta	JCI	7.073,82	7.087,32	-0,19	-2,95	-2,74	3,69	6.618,92	7.433,32
Tailândia	Bangcoc	SET	1.349,52	1.332,08	1,31	-2,06	-4,68	-13,40	1.332,08	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	19.411,22	19.527,12	-0,59	-4,35	8,26	24,41	15.370,73	20.796,20

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

SEGUROS Unimed

Unimed Seguros Patrimoniais S.A.

CNPJ/MF nº 12.973.906/0001-71 - NIRE 35.3.0038781-3
("Companhia")

Extrato da Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada em 28/03/2024

Aos 28/03/2024, às 10h, na sede social, com a totalidade dos acionistas. **Mesa:** Presidente: Fabiano Catran; Secretária: Monique Ribeiro de Faria Secanechia. **Deliberações Unânimes: (i)** Aprovar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, publicados em 28/02/2024, no seguinte periódico: Jornal Valor Econômico, fls. B33 a B34, na página do mesmo jornal na internet, devidamente arquivado perante a JUCESP nº 92.096/24-4, em sessão de 08/03/2024. **(ii)** Aprovar a destinação do resultado apurado do exercício social encerrado em 31/12/2023, cujo lucro líquido atingiu o montante de R$ 15.416.818,90, da seguinte forma, conforme previsto nos termos do artigo 31 do Estatuto Social da Companhia: (a) R$ 770.840,94 destinados para a constituição de reserva legal; (b) R$ 3.500.000,00 destinados à distribuição de lucro sob a forma de dividendos, conforme deliberado na AGE, realizada em 13/12/2023, considerando como data-base para o pagamento a posição acionária dos acionistas na data de realização da referida assembleia geral; e (c) R$ 11.145.977,96 será destinado para a Reserva de Investimento e Capital de Giro. **(iii)** Consignar que o Conselho Fiscal não foi instalado, por não ter havido solicitação dos acionistas. **Em AGE: (i)** Aprovar a remuneração bruta, anual e global dos Administradores da Companhia, na forma do artigo 152 da Lei nº 6.404/76, será de até R$ 7.350,00. Nada mais. São Paulo, 28/03/2024. **Mesa: Fabiano Catran -** Presidente e **Monique Ribeiro de Faria Secanechia -** Secretária. **JUCESP** nº 142.044/24-6 em 09/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Gestão de fortunas Grupo suíço bicentenário modela estratégia de expansão pela via orgânica, a fim de manter atendimento de butique

Lombard Odier se desafia a crescer no Brasil sem aquisições

GABRIEL REIS/VALOR

Rochat: "Vemos players de gestão de patrimônio cada vez maiores com consolidação; gostamos de manter o tamanho humano"

Adriana Cotias
De São Paulo

Com US$ 351 bilhões em gestão de fortunas globalmente, o private banking suíço Lombard Odier quer quebrar a barreira de crescer no Brasil sem precisar comprar nada. Todos os estrangeiros que conquistaram uma fatia relevante no país nessa área ganharam atalhos via aquisições, a exemplo dos pares Credit Suisse, hoje do UBS, ou o Julius Baer Family Office.

Segundo Frédéric Rochat, sócio e diretor do banco desde 2012, o grupo como é conhecido hoje é fruto da fusão de duas instituições financeiras familiares bicentenárias, Lombard Odier e Darier Hentsch, em 2000. Desde então, não houve nenhum outro movimento de consolidação, foi tudo orgânico. E é essa a lógica que vai prevalecer no Brasil, onde o private banking inaugurou o seu escritório em 2020, em plena pandemia de covid-19.

"[Crescer sem aquisições] Está no cerne do modelo da Lombard Odier. Não estamos listados [em bolsa], somos uma instituição privada estruturada como uma 'partnership'. É o crescimento de melhor qualidade que queremos alcançar, sempre organicamente", diz Rochat, que recebeu o **Valor** no escritório local em recente passagem pelo Brasil. "Os críticos dirão que é muito lento, que seria mais agradável fazer aquisições. Dizemos que sim, é mais lento, é preciso ter paciência, mas nos permite construir uma qualidade duradoura na forma como desenvolvemos a base de clientes e a equipe. Podemos escolher a dedo nossos clientes, novos membros da equipe, integrá-los à nossa cultura."

Para Rochat, a indústria de gestão de fortunas, não só no Brasil, mas também na Europa e no mundo, está passando por um momento de bifurcação. "Vemos os players de gestão de patrimônio se tornando cada vez maiores com uma consolidação forte. Adotamos uma abordagem diferente. Gostamos de manter o tamanho humano."

O executivo cita que US$ 351 bilhões em recursos de investidores é pouco comparado ao tamanho de grandes grupos financeiros — UBS e CS combinados reúnem cerca de US$ 4 trilhões. Mas a dimensão da Lombard é aquela em que Rochat diz que pode conhecer todos os clientes, "individual e pessoalmente". Os conglomerados financeiros tendem à padronização, diz, por isso o plano é seguir como uma butique, de capital fechado.

"Ser listado publicamente seria bom para aquisições, para aumentar o patrimônio. Mas pode haver aquela tensão inerente, com pressões de curto prazo para reportar os melhores resultados para os acionistas versus o interesse de longo prazo dos clientes", continua Rochat. "Devido a essas pressões, muitos dos grandes bancos encaram o negócio de gestão de patrimônio como um canal de distribuição de produtos. Nunca nos vimos como vendedores de produtos. Oferecemos o melhor aconselhamento possível de longo prazo, somos consultores confiáveis. Os clientes são inteligentes, sabem que tipo de modelo preferem."

Apesar de fisicamente ser um novato no Brasil, as relações com o país somam quase oito décadas, afirma o executivo, atendendo empreendedores brasileiros e suas famílias a partir da base em Genebra. "Foi um passo natural abrir o escritório em São Paulo, significa um forte compromisso nos aproximarmos e oferecer mais comodidade aos investidores", diz Rochat. "Estamos muito satisfeitos com a base de clientes que estamos desenvolvendo em São Paulo, estamos no alvo. O Brasil é um mercado estrategicamente importante, temos respeito pelo desempenho econômico e muita admiração pelo tecido empreendedor do país."

> "Ser listado seria bom para aquisições. Mas traria pressões de curto prazo"
> *Frédéric Rochat*

O executivo não abre as metas específicas para a operação local. Mas uma fatia mais justa seria de 1% a 2% do volume que o grupo tem sob o guarda-chuva globalmente, segundo Marc Braendlin, chefe do Lombard Odier para a América Latina.

O objetivo, segundo Rochat, não é bater de frente com os grandes grupos de private banking que atuam no mercado local, mas ser um complemento à oferta com alternativas em moeda forte, incluindo ativos com foco em sustentabilidade.

Ele sabe que competir com os juros brasileiros e retornos "imbatíveis" acima da inflação, não é algo trivial para um gestor de fortunas estrangeiro. Mas vê disposição para a diversificação de empresários que já têm o risco dos seus negócios no Brasil, seja em alternativas ilíquidas, atreladas à economia real no exterior, seja nas líquidas, já que a renda fixa internacional passou a ter taxas mais atrativas. "Há muitos empresários que desejam naturalmente aumentar a sua exposição em ativos privados. E os mercados mais profundos ainda são hoje os EUA e a Europa."

A abordagem sustentável, Rochat entende como a capacidade do gestor de investimentos mapear os caminhos da transição climática e identificar quais empresas sairão mais fortes, incluindo-as no portfólio, e quais vão perder, removendo-as. "Sistemas ou setores econômicos inteiros serão virados de cabeça para baixo, algumas companhias vão sair fortalecidas, outras vão ter seus modelos de negócios seriamente desafiados."

Por trás disso está a crença de que as práticas responsáveis tendem a ser um motor de desempenho financeiro, mas não basta ter uma ótima pontuação ambiental, social e de governança (ESG).

Nesse campo, o Brasil poderia ser um atrator de capital estrangeiro, um tipo de exposição que o Lombard Odier pode ter por meio de gestoras de private equity internacionais, já listadas em bolsa, e que financiam projetos locais. "Para o Brasil uma das suas prioridades nos próximos anos será provavelmente criar um ambiente econômico correto para atrair cada vez mais o investimento direto", diz Rochat.

Não é um mercado fácil para o capital externo, acrescenta Braendlin, embora haja potencial em setores como energia, infraestrutura e logística. "Mas não é suficiente, há muitos outros países onde faltam investimentos."

Nota curiosa, diz Rochat, é que o primeiro contato entre o Lombard Odier e o Brasil remonta a 1870, quando a instituição participou da subscrição de uma oferta pública para financiar a primeira empresa de óleo e gás do Rio de Janeiro. À época, a coroa chegou a conceder outorgas para exploração de petróleo e minerais pelo prazo de 90 anos.

BlackRock reforça segurança após reação 'anti-woke'

Louis Ashworth e Brooke Masters
Financial Times, de Londres e Nova York

A BlackRock mais que triplicou seus gastos com segurança para Larry Fink no ano passado, depois que o presidente do conselho de administração e CEO da gestora de ativos se tornou um alvo de ativistas "anti-woke" e teóricos da conspiração.

A gestora com US$ 10,5 trilhões em ativos pagou US$ 563.513 para "melhorar os sistemas de segurança" das residências de Fink durante 2023, além de US$ 216.837 em salários de guarda-costas, segundo consta nos dados de remuneração executiva da BlackRock encaminhados às autoridades reguladoras neste mês.

O chefe da maior gestora de recursos do mundo, que tem 71 anos, foi apontado por grupos conservadores e extremistas como parte de uma reação contra o uso pela BlackRock de critérios de investimentos baseados em fatores ambientais, sociais e de governança (ESG na sigla em inglês).

A BlackRock foi bastante citada nos debates das primárias para as eleições presidenciais americanas entre os adversários de Donald Trump, na disputa dentro do Partido Republicano pela nomeação à candidatura presidencial. Vivek Ramaswamy, um dos candidatos, chamou Fink de "o rei do complexo industrial woke e do movimento ESG".

Fink disse na ocasião que as referências feitas nos debates eram "um triste comentário sobre a situação da política americana". Os escritórios da BlackRock também têm sido alvos de protestos periódicos de ativistas climáticos que afirmam que ela não tem feito o suficiente para promover a descarbonização da economia.

Em 2022, a gestora de ativos elaborou planos para a segurança pessoal de Fink e do presidente da BlackRock, Robert Kapito, depois de um relatório feito por um grupo especializado em segurança. A companhia disse que os serviços de segurança eram "do interesse da companhia e seus acionistas", devido ao "valor crítico" que a dupla proporcionava ao negócio.

A BlackRock não é a única empresa dos EUA a aumentar os gastos com a segurança de seu executivo-chefe. O pacote de remuneração de 2023 do presidente da Disney, Bob Iger, incluiu um custo de US$ 1,2 milhão com "serviços de segurança e equipamentos", segundo informou o grupo de entretenimento em documentos protocolados este ano. Isso representou um aumento em relação aos gastos do ano anterior, de US$ 830.437. Iger reassumiu o cargo de presidente-executivo em novembro de 2022, quando a Disney estava sendo duramente criticada por ser "excessivamente woke".

Os grupos farmacêuticos Pfizer e Moderna, que enfrentaram críticas de grupos extremistas por suas vacinas contra a covid-19, também gastaram muito com a segurança de seus CEOs no ano passado. A Moderna pagou US$ 1,53 milhão por serviços de segurança a Stéphane Bancel, depois de não divulgar nenhum pagamento relacionado à segurança no ano anterior.

A Pfizer pagou US$ 789.495 "por proteção adicional de segurança" para o seu presidente-executivo Albert Bourla, citando "aumento dos riscos de segurança, incluindo ameaças contra nossos executivos". Ela gastou US$ 800.687 em 2022. O grupo disse que os pagamentos cobriram "serviços apropriados de segurança residencial", além de consultoria de segurança e outros serviços relacionados.

Jamie Dimon, o presidente-executivo do J.P. Morgan, recebeu US$ 150.645 "pelo custo de serviços de segurança residencial, pessoal em viagens e relacionados" durante 2023, um aumento de quase quatro vezes em relação ao ano anterior. O banco informou que o número mais recente incluiu "despesas únicas relacionadas a instalações e atualizações de sistemas".

David Solomon, presidente-executivo do Goldman Sachs, recebeu US$ 29.990 a título de medidas de segurança pessoal durante o ano, número menor que o de 2022, de US$ 31.610.

A fabricante de carros elétricos Tesla registrou despesas de cerca de US$ 2,4 milhões para seu executivo-chefe, Elon Musk, com outros US$ 500 mil gastos nos primeiros dois meses deste ano.

Bolsa, o lugar de regularidade e tartarugas

Palavra do gestor

Cássio Beldi e Augusto César Rodrigues

Quando as pessoas pensam no investimento em bolsa de valores, o que vem à cabeça é o "stock picking", ou seja, saber quais são as melhores ações para investir. A formação de um portfólio seria a consequência da escolha de ações individuais. As pessoas nunca pensam que talvez o melhor caminho seja escolher, de largada, um processo de investimento e, a partir dele, formar um portfólio. Em linguagem técnica, isso pode significar escolher um fator. Uma analogia boa é a pescaria. A primeira coisa para uma boa pescaria é pescar onde tem peixe, certo? Digamos que o fator é o rio que tem peixes, ou seja, a maior probabilidade de retornos superiores.

Os fatores são fruto de pesquisas acadêmicas que mostraram que portfólios que seguem um conjunto estrito de regras têm resultados superiores. Os fatores estão presentes no mundo todo e seguem existindo ao longo do tempo. Por incrível que pareça, mesmo conhecidos, eles não desaparecem e têm resultados superiores, ainda que oscilando ao longo do tempo.

Qual o segredo? O investidor tem que seguir a estratégia fatorial de forma sistemática e consistente ao longo do tempo, ignorando ganância e medo. Estranho? Não se pensarmos nos ralis de regularidade e nas tartarugas. Em um rali de regularidade, não ganha o carro mais rápido, ganha o mais regular. No conto de La Fontaine "A Lebre e a Tartaruga", quem ganhou a corrida foi a tartaruga.

Um desses fatores é o "value investing", ou investir em empresas baratas. Isso significa o investidor seguir uma ou algumas métricas de fundamentos da empresa para comprar e vender ações baratas. As métricas podem ser, por exemplo, P/L (preço/lucro) ou EBIT/EV (lucro operacional/enterprise value). O importante é comprar ações baratas. Seguindo a métrica escolhida, o investidor monta a carteira, fica com os papéis por algum tempo e depois disso revê as suas posições, também de acordo com a mesma métrica. Neste momento, alguns papéis são vendidos, e outros, comprados. Esse ciclo de compras e vendas deve ser observado sempre. Pura regularidade.

Vamos dar alguns números para ilustrar o que estamos descrevendo. Entre 31 de maio de 2007 e 31 de dezembro de 2023, o índice S&P/B3 Valor Aprimorado teve um retorno anualizado de 12,97% ao ano, contra um retorno do Ibovespa de 8,86% ao ano. Sem entrar nos detalhes do cálculo do S&P/B3 Valor Aprimorado, ele leva em consideração, entre outros fatores, o P/L de uma ação para formar uma carteira de 30 papéis. Fácil? Em 23 de fevereiro de 2024, estatais (Petrobras, Banco do Brasil, Cemig, Banrisul e Copasa) eram aproximadamente 31% da carteira do índice. Muita gente não tem apetite para investir em estatais, quanto mais para que elas sejam quase um terço da carteira.

O leitor mais atento pode estar pensando "o resultado é ótimo, mas a volatilidade deve ser maior que aquela do Ibovespa". A volatilidade anualizada no período do índice S&P/B3 Valor Aprimorado foi de 25,79%, contra 22,94% do Ibovespa. Esse mesmo leitor pode ter concluído que ele tinha razão. Particularmente, achamos que a volatilidade compensou, mas as coisas vão melhorar. Digamos que esse foi um rali de regularidade com umas curvas no caminho. Que tal mais retorno e menos volatilidade ao mesmo tempo?

Agora, é a vez de vermos o investimento em ações de baixa volatilidade. O princípio de formação e giro da carteira de investimento é o mesmo que descrevemos acima, o que muda é a métrica. Agora, um elemento fundamental para decidir pela compra ou venda das ações é a volatilidade do preço. Baixa oscilação dos preços é o principal critério para compra e manutenção das ações. Para exemplificar, vamos usar o índice S&P/B3 Baixa Volatilidade. No mesmo período citado acima, esse índice teve um retorno anualizado de 14,27% ao ano, batendo o índice S&P/B3 Valor Aprimorado e o Ibovespa. A volatilidade anualizada do índice S&P/B3 Baixa Volatilidade foi de 16,46% no período. Mais retorno com menos volatilidade, um total contrassenso do tradicional binômio de risco/retorno em finanças. Um prêmio para a tartaruga.

Qual o milagre? O comportamento humano, que cria anomalias como essas. Investimento em empresas maduras costuma ser visto como "sem graça". Para ilustrar, em 23 de fevereiro de 2024, aproximadamente 41% da carteira estava em "utilities" (empresas de energia, saneamento e gás). Muitos investidores não toleram esse tipo de concentração e querem ter alguma empresa com um (alegado) futuro de crescimento pela frente.

Os céticos vão dizer que os índices que citamos acima são teóricos e impossíveis de serem replicados na prática. Isso não é verdade. Eles são formados a partir do Broad Market Index Brasil, também calculado pela S&P DJI. Em geral, o BMI Brasil tem as 200 ações mais líquidas do mercado, o que exclui as empresas muito pequenas, ou seja, os índices são passíveis de serem aplicados na prática. Viva a tartaruga!

Cássio Beldi é sócio da Guadua Capital

Augusto César Rodrigues é sócio da Guadua Capital
E-mail contato@guaduacapital.com.br

TRT-SP
Negada indenização a atendente por acidente de bicicleta na ida ao trabalho
valor.globo.com/legislacao

Opinião Jurídica
Assessoria de M&A: efeitos da desistência imotivada
E2

STF
Ministros julgarão direito de mulher transexual a pensão
valor.globo.com/legislacao

Penal Volume representa aumento de 727% em relação a 2022, segundo levantamento feito pelo escritório Martinelli Advogados

Coaf bate recorde em 2023 com multas que somam R$ 38 milhões

Beatriz Olivon e Guilherme Pimenta
De Brasília

O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) aplicou um valor recorde de multas em 2023, considerando a série histórica (desde 1998) — retirado o ano de 2018, que teve desempenho fora da curva por causa de uma penalidade elevada contra uma única empresa. No ano passado, as multas somaram R$ 38 milhões, incluindo pessoas físicas e jurídicas, decorrentes do julgamento de 26 processos administrativos.

O aumento é de 727% em relação a 2022 e de 122% em relação a 2021, segundo levantamento realizado pelo escritório Martinelli Advogados. Os valores decorrentes da aplicação de multas em processos administrativos instaurados no Coaf são passíveis de inscrição em dívida ativa do Banco Central, compondo resultado a ser transferido ao Tesouro.

Um dos principais fatores que têm levado a uma tendência de aumento no valor de multas aplicadas é o aprimoramento da abordagem baseada em risco, segundo o Coaf explicou em resposta ao **Valor**. Por essa abordagem, que se contrapõe à chamada abordagem baseada em regras, diversos atores do sistema de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo e da proliferação de armas de destruição em massa (PLD/FTP) concentram esforços e recursos nos casos de maior risco.

Apesar de a ideia central da abordagem ser simples, a maneira de concretizar envolve alguns desafios, de acordo com o conselho. É preciso desenvolver uma matriz de riscos para priorizar ações de fiscalização, priorizando a efetividade, por exemplo.

O Coaf explica que é o aprimoramento desse tipo de ferramenta ao longo dos anos que viabilizou um sistema cada vez mais acurado das situações a serem tratadas seja na fiscalização ou no julgamento dos processos sancionadores. Com isso, há uma tendência natural à seleção de casos de maior valor, de acordo com o conselho.

Do total das multas, R$ 32,4 milhões foram aplicadas ao setor de joias, pedras e metais preciosos, R$ 5,25 milhões ao setor de bens de luxo ou de alto valor e R$ 642 mil ao de fomento comercial (factoring).

A Associação Brasileira de Factoring, Securitização e Empresas Simples de Crédito (Abrafesc) reconhece a importância do papel regulatório e fiscalizatório do Coaf. Em 2023, por meio do Sinfac-SP, principal sindicato estadual da categoria, 334 profissionais de 201 factorings participaram de cursos com esclarecimentos sobre como proceder para atender à regulamentação do Coaf. Atualmente, a entidade disponibiliza três cursos de ensino à distância para empresas sobre o assunto.

R$ 32 mi
é a soma das multas contra o setor de joias

Segundo Diego Lima, do Martinelli Advogados, geralmente esses setores são os principais alvos de multas. A lei prevê quais devem prestar informações e ainda existem áreas que, embora não elencadas, estão submetidas a outros órgãos de fiscalização.

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban), que representa um dos setores que prestam informações ao Coaf, informou que todos os bancos têm áreas de prevenção à lavagem de dinheiro estruturadas e que se utilizam de ferramentas de tecnologia e inteligência artificial para o monitoramento das transações e geração de alertas de novas tipologias de lavagem de dinheiro, melhorando a qualidade da comunicação ao conselho.

"Diversas investigações deflagradas pelas polícias [Federal e Civil] e ministérios públicos tiveram sua origem nas comunicações de operações suspeitas que os bancos encaminharam ao Coaf a partir do monitoramento e comunicação de operações suspeitas", informou a federação. Em 2023, foram cerca de 5 milhões de comunicações de operações financeiras efetuadas pelos bancos entre operações suspeitas e em espécie acima de R$ 50 mil.

O Coaf atua de forma independente em relação às autoridades de investigação criminal, inclusive para a aplicação de sanções administrativas, ainda que uma esfera possa subsidiar a outra em casos nos quais se identifique conexões. Eventuais desdobramentos de ações de supervisão do conselho em trabalhos de investigação penal podem ou não ocorrer, conforme o caso. A depender da situação pode acontecer o inverso: o desdobramento de trabalhos de investigação penal em ações de supervisão do Coaf.

"O conselho sempre vai fazer um processo de análise e levantamento de informações. Se houver indícios de lavagem de dinheiro não é o Coaf que dá o encaminhamento penal do caso. Ele repassa para a autoridade policial, que pode complementar a investigação", afirma Lima.

As multas do Coaf são aplicadas quando a empresa deixa de prestar alguma informação relevante, descumpre obrigação acessória, informa de maneira indevida ou até informa demais. Segundo Lima, já teve empresa multada por "informar demais", comunicando uma operação que não tinha acontecido. "Pode ter sido um erro, mas é comunicação indevida e é aplicada multa", diz.

Os principais motivos que levaram aos processos e à aplicação das multas em 2023 foram irregularidades na manutenção de cadastros de clientes e operações, deficiência na implementação de controles internos de PLD/FT (Sistema de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destruição em Massa) e a falta ou irregularidades nas comunicações obrigatórias ao conselho.

Em um dos casos julgados em 2023, dois administradores de uma empresa foram multados e inabilitados temporariamente para o exercício do cargo de administrador devido ao descumprimento do dever de manutenção de registros e por conta de comunicação realizada de forma indevida ao Coaf.

Diego Lima vê uma tendência de intensificação das penalidades por parte do órgão, por conta de investimentos em ferramentas tecnológicas e no intercâmbio de informações com outros órgãos. O advogado pondera que o Coaf não é um órgão policial, mas de inteligência financeira.

DIVULGAÇÃO

Advogado Diego Lima: tendência de intensificação das penalidades

Destaques

Alienação fiduciária

A 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que a multa de 50% sobre o valor originalmente financiado em contrato de alienação fiduciária, prevista no artigo 3º, parágrafo 6º, do Decreto-Lei nº 911/1969, não pode ser aplicada quando a sentença de improcedência da ação de busca e apreensão é revertida em recurso. Na origem do caso, o banco credor, alegando falta de pagamento das prestações, ajuizou ação de busca e apreensão de um carro comprado mediante alienação fiduciária. O veículo foi apreendido liminarmente, mas o devedor quitou as parcelas em aberto, e o juízo determinou que o bem lhe fosse devolvido imediatamente. O veículo, entretanto, não pôde ser restituído porque já havia sido alienado a terceiro pelo banco. O juízo, então, proferiu sentença de improcedência do pedido e determinou que o banco pagasse ao devedor fiduciante o equivalente ao valor de mercado do carro na data da apreensão, além da multa de 50% do valor financiado, conforme o disposto no Decreto-Lei nº 911/1969. O Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL) reformou a sentença para que a ação de busca e apreensão fosse julgada procedente, por entender que, ao purgar a mora, o devedor teria reconhecido implicitamente a procedência da ação. No entanto, como o banco alienou o carro prematuramente e sem autorização judicial, o acórdão manteve a condenação da instituição financeira a pagar o valor do bem acrescido da multa de 50% sobre o financiamento (REsp 1994381).

Justiça cancela cobrança milionária de IRPJ

Marcela Villar
De São Paulo

Uma empresa de tecnologia japonesa conseguiu anular no Judiciário um auto de infração que cobrava R$ 207 milhões a mais de Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL sobre uma importação de produtos. A decisão é juíza Silvia Figueiredo Marques, da 26ª Vara Cível Federal de São Paulo, que considerou ilegal uma norma da Receita Federal sobre o chamado "preço de transferência".

As regras de preço de transferência são aplicadas para evitar que empresas brasileiras usem suas vinculadas ou coligadas no exterior para sonegar impostos.

Para a magistrada, a Instrução Normativa (IN) nº 243/2002, que regulamentou a Lei nº 9.430/96, "foi além dos limites", "inovou no mundo jurídico" e violou a Constituição Federal. A sentença é celebrada pelos contribuintes por conta da jurisprudência dividida no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Enquanto a 1ª Turma deu razão às empresas (AREsp 511736), a 2ª Turma foi a favor do Fisco (Resp 178614). Pela divergência, a controvérsia deve ser julgada pela 1ª Seção, ainda sem data marcada. Segundo a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), existem 265 processos sobre o tema, sendo 153 (quase 60% dos casos) no Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3).

As ações começaram a chegar no Judiciário após a maioria das companhias ter recorrido até a última instância do Conselho Administrativo Recursos Fiscais (Carf), onde os julgamentos foram desfavoráveis. Apesar de poucos processos, há casos em que as autuações da Receita às multinacionais chegam a R$ 1 bilhão — com multa, juros e correções em uma só operação.

De acordo com tributaristas, a IN mudou os métodos de cálculo nas importações e exportações por parte vinculadas, o que teria gerado aumento da carga tributária. "A IN afronta o princípio da legalidade da Constituição, porque criou tributo sem previsão legal", afirma o advogado tributarista Gustavo Taparelli, sócio do Abe Advogados, que atuou no caso da multinacional japonesa.

Nesse processo, a operação discutida na Justiça foi uma importação de insumos e matérias-primas em 2010. A montagem foi feita no Brasil, com a venda das mercadorias finais. Em 2014, porém, a Receita identificou supostas ilegalidades na aplicação do método de Preço de Revenda menos Lucro (PRL60). Segundo o órgão, deveria ter sido usada a metodologia prevista na IN 243.

Por isso, multou a empresa sob o argumento de que ela reduziu indevidamente a base tributável do IRPJ e CSLL. A suposta distorção fez com que a autoridade fiscal aumentasse a base de cálculo em R$ 220 milhões, o que gerou um auto de infração de R$ 149 milhões na época. Hoje, com as correções, o valor a ser pago está em R$ 207 milhões.

DIVULGAÇÃO

"A IN afronta o princípio da legalidade da Constituição"
Gustavo Taparelli

Após a última decisão desfavorável no Carf em 2023, a empresa entrou com uma ação anulatória de débito fiscal na Justiça federal de São Paulo. E, recentemente, veio a sentença favorável. A juíza Silvia Figueiredo Marques entendeu que a norma da Receita "desbordou da mera interpretação, na medida em que criou novos conceitos e métricas a serem considerados no cálculo do preço-parâmetro, não previstos, sequer de forma implícita, no texto legal então vigente".

A instrução normativa, acrescenta, "tendo extrapolado os limites permitidos pela Constituição da República, já que inovou no mundo jurídico, deve ser afastada". Ela anulou os débitos tributários contra a companhia e ainda condenou a União em honorários advocatícios e a pagar as despesas do processo (nº 5027622-74.2023.4.03.6100).

Por meio de nota, a PGFN informa que vai recorrer. De acordo com o órgão, "a metodologia de cálculo exposta na IN/SRF nº 243/2002 simplesmente regulamenta o disposto no artigo 18 da Lei nº 9.430/1996, em estrita conformidade à real intenção do legislador: evitar a transferência indireta de lucros para o exterior nas operações praticadas entre partes vinculadas, através do controle dos preços dos bens importados".

Na nota, a PGFN reconhece que a matéria não está pacificada, mas destaca decisões favoráveis à Fazenda Nacional (processos nº 5018845-76.2018.4.03.6100 e nº 5003625-15.2017.4.03.6119).

Para o advogado Felipe Cerrutti Balsimelli, sócio do Pinheiro Neto Advogados, a IN majora a base de cálculo do IRPJ e CSLL porque permite deduzir um montante de custo menor em comparação à lei. A banca tem 20 ações sobre o tema, com pelo menos três decisões favoráveis, inclusive sem necessidade de depósito de garantia.

Apenas três turmas do TRF-3, de acordo com Balsimelli, julgam a matéria — a 3ª tem mais decisões desfavoráveis aos contribuintes; já a 4ª e 6ª, em maioria, favoráveis. No STJ, ele entende que as empresas têm grandes chances de levarem a tese, pela mudança na composição da 1ª Seção, composta pelos ministros da 1ª e 2ª Turmas.

"Existe uma tendência pró-Fisco, porém, tivemos trocas de ministros na 2ª Turma, então a matéria está aberta", afirma. "Acreditamos que os contribuintes têm chance considerável de ter uma definição favorável."

Essa discussão jurídica foi encerrada em 2012, porque uma nova lei (nº 12.715) sobre preço de transferência foi promulgada para internalizar as mudanças feitas pela IN. "O governo federal coloca uma lupa dentro das operações para evitar manipulação de preço. É o objetivo da legislação buscar um parâmetro de preço para a mercadoria, para evitar a transferência de lucro para fora", afirma Taparelli.

No ano passado, a legislação foi modificada mais uma vez, por meio da Lei nº 14.596. Foram excluídos os métodos de cálculo que usam margens fixas e adotado o princípio de "arm's length", usado por países que fazem parte da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), para evitar distorções nos preços de importação e exportação e desvio de lucro entre países.

Assessoria de M&A: efeitos da desistência imotivada

Opinião Jurídica

Sebastião Ventura Pereira da Paixão Jr.

Considerando-se a seguinte situação fática: respeitada assessoria financeira de fusões e aquisições, após prestar serviços de alta densidade técnica por 15 meses, na véspera da assinatura do contrato translativo vinculante, acabou surpreendida por inesperada e imotivada desistência do cliente (empresa T), colocando por terra toda a negociação até então desenvolvida. Além do mero dissabor pelo desfecho imprevisto, a assessoria financeira viu-se prejudicada na expectativa de receber substantiva remuneração pactuada, tendo ainda que arcar com elevados custos do serviço técnico desenvolvido por mais de ano.

Diante do comportamento surpreendente e contraditório da empresa T — que demonstrava categórico interesse na venda do ativo, participando e anuindo com o avançar de cada etapa negocial —, indaga-se: haveria dever de pagamento da remuneração de sucesso (success fee), cujo dever de adimplência estaria perfectibilizado com a assinatura do contrato vinculante? Em outras palavras, o rompimento inesperado, na noite anterior à assinatura definitiva, atrairia consequências patrimoniais à parte declinante, especialmente face os longos 15 meses de trabalho prestado pela assessoria de M&A? Ou, em lógica reversa, seria a desistência, mesmo que intempestiva, um risco natural da negociação e, portanto, impassível de qualquer repercussão econômica ou indenizatória?

De pronto, oportuno lembrar lição clássica do professor Clóvis Verissimo do Couto e Silva que, ao vislumbrar a obrigação como um processo entre deveres principais e secundários (anexos ou instrumentais), fez realçar que "nos negócios bilaterais, o interesse, conferido a cada participante da relação jurídica (mea res agitur), encontra sua fronteira nos interesses do outro figurante, dignos de serem protegidos. O princípio da boa-fé opera, aqui, significativamente, como mandamento de consideração", vindo a concluir: "de alguns negócios brotam obrigações cujo adimplemento se pode considerar como realizado, ainda que não se obtenha o fim do contrato".

Deitadas as premissas acima, resta claro que o comportamento das partes durante o iter contratual assinala efeitos jurídicos concretos, ainda mais quando contraditórios e lesivos a interesses patrimoniais legítimos. Sabidamente, nos contratos de assessoria de M&A, parte substancial ou mesmo a integralidade da remuneração é condicionada a sucesso futuro, qual seja o fechamento do negócio. Todavia, tal closing negocial não se opera por milagroso ato de império ou por abstratas conjecturas espirituais. É o andar exitoso de cada etapa da negociação — da originação, ao mergulho nos números da empresa, a criação e desenvolvimento das avenidas de crescimento, o valuation, o preparo e apresentação do information memorandum, a atração de investidores potenciais, a apresentação de propostas não vinculantes, a due diligence, a oferta vinculante e a assinatura do contrato definitivo (entre outras subfases negociais) — que traduz o sucesso total da operação de M&A.

Nesse contexto complexo encadeado, há que se observar o efetivo cumprimento de cada etapa negocial, bem como o comportamento das partes contratuais com vistas ao bom andamento e consequente conclusão da transação. A partir desses elementos objetivos, cabível avaliar, casuisticamente, se eventual desistência imotivada será — ou não — capaz de atrair responsabilidade indenizatória.

Ora, como bem destacado pelo professor Couto e Silva, há negócios capazes de gerar obrigações tidas por adimplidas "ainda que não se obtenha o fim do contrato". No caso, a assessoria financeira contratada cumpriu com 100% dos seus deveres e obrigações contratualmente previstas. A negociação avançou até seu ponto culminante, vencendo com êxito todas as etapas prévias. E, detalhe: tudo com ciência e anuência da empresa T (contratante). Logo, se no ato da assinatura do termo vinculante, a vendedora contratante, por força de uma noite mal dormida, resolve implodir a negociação, traindo a confiança legítima consolidada no curso negocial, tal gesto produz incontornáveis consequências legais.

Sobre o ponto, o egrégio Superior Tribunal de Justiça (STJ) possui indicativa linha jurisprudencial: a) teoria da confiança: "a defraudação da confiança constitui o verdadeiro fundamento da obrigação de indenizar", pois "o direito deve proteger o vínculo que se forma pela repetição de atos que tenham teor jurídico, pelo simples e aqui tantas vezes repetido motivo: protege-se a confiança depositada por uma das partes na conduta de seu parceiro negocial" (DJe 08.06.2017); b) teoria da perda de uma chance: "na responsabilidade civil pela perda de uma chance, o valor da indenização não equivale ao prejuízo final, devendo ser obtido mediante valoração da chance perdida, como bem jurídico autônomo" e "quanto maior a probabilidade de verificação do evento frustrado, mais deve o valor da indenização se aproximar da expressão econômica daquele mesmo evento" (DJe 11.05.2022). Além, é claro, de inúmeros precedentes reconhecendo o dever de indenizar quando violada a boa-fé objetiva (artigo 422, CC).

De tudo, sobressai firme sustentação jurídica no sentido do dever da empresa T indenizar os danos e prejuízos patrimoniais suportados pela assessoria financeira contratada. Eventual dúvida poderá recair no "quantum" a ser pago, mas jamais com relação ao direito indenizatório de fundo.

Sebastião Ventura Pereira da Paixão Jr. é advogado e conselheiro do Instituto Millenium

COMPANHIA AGRÍCOLA QUATÁ

CNPJ/MF Nº 45.631.926/0001-13 - NIRE 35.300.088.042

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - REALIZADA EM 22/03/2024

Data, Hora e Local: 22/03/2024, às 11h30, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.400, 3º andar, Itaim Bibi, São Paulo/SP ou ainda de modo digital via videoconferência pela plataforma digital *Microsoft Teams,* disponibilizada pela Companhia Agrícola Quatá ("Companhia"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **Convocação:** Realizada por escrito, na forma prevista no Artigo 20, §1º, do Estatuto Social da Companhia. **Presenças:** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração: Presidente, Francisco Amaury Olsen, Vice-Presidente, Carmen Tonanni e Conselheiros Luiz Zillo Neto, Miguel Zillo, Antonio José Zillo, José Marcos Lorenzetti e Raphael Lorenzetti Losasso. Presentes, também, os Conselheiros Consultivos Independentes, Britaldo Pedrosa Soares e José Aurélio Drummond Junior. **Mesa:** Francisco Amaury Olsen – Presidente, Carolina Giovani Santos – Secretária. **Ordem do dia:** Deliberar sobre a prestação de Aval pela Companhia para a Contratação de Nota de Credito à Exportação ("NCE") ou instrumento equivalente entre a Açucareira Quatá S.A. e o Banco Bocom BBM S.A.. **Deliberações:** Abertos os trabalhos e instalada a presente Reunião, o Presidente colocou em exame, discussão e votação as matérias da ordem do dia, deliberando os membros do Conselho de Administração, por unanimidade, e sem quaisquer ressalvas ou restrições, o quanto segue: **(i)** da concessão de aval pela Companhia para a Contratação de NCE ou instrumento equivalente no valor de R$ 70.000.000,00 entre a Açucareira Quatá S.A. e o Banco Bocom BBM S.A.; e **(ii)** da autorização para os Diretores praticarem os atos necessários para formalização e/ou implementação das deliberações ora aprovadas, incluindo repactuações e renegociações. **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo a sessão para que se lavrasse a presente ata, a qual, depois de lida, discutida e achada conforme, foi aprovada e assinada pelos membros da Mesa e por todos os Conselheiros presentes. **Mesa**: Francisco Amaury Olsen (Presidente); e Carolina Giovani Santos (Secretária). **Conselheiros presentes**: Francisco Amaury Olsen (Presidente), Carmen Tonanni (Vice-Presidente) e Conselheiros: Luiz Zillo Neto, Miguel Zillo, Antonio José Zillo, José Marcos Lorenzetti, Raphael Lorenzetti Losasso, Britaldo Pedrosa Soares e José Aurélio Drummond Jr. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo/SP, 22/03/2024. Carolina Giovani Santos – Secretária. **Jucesp** nº 142.337/24-9 em sessão de 09/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Hypera S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 02.932.074/0001-91 - NIRE 35.300.353.251 - Código CVM nº 21.431

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 18 de abril de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada em 18 de abril de 2024, às 10:00 horas, de modo exclusivamente digital, por meio de videoconferência. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, por videoconferência: Srs. Alvaro Stainfeld Link, Bernardo Malpica Hernandez, Eliana Helena de Gregório Ambrosio Chimenti, Esteban Malpica Fomperosa, Flair José Carrilho, Hugo Barreto Sodré Leal, Luciana Cavalheiro Fleischner Alves de Queiroz, Maria Carolina Ferreira Lacerda e Mauro Rodrigues da Cunha. **3. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Presidente do Conselho de Administração, Sr. Alvaro Stainfeld Link, que convidou a mim, Juliana Aguinaga Damião Salem, para secretariá-lo. **4. Ordem do Dia:** Analisar, discutir e deliberar sobre a ***(a)*** distribuição de juros sobre capital próprio; e ***(b)*** autorização aos administradores. **5. Deliberações:** Instalada a reunião, após a discussão das matérias, os membros do Conselho de Administração presentes, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram o quanto segue: **(a) Distribuição de juros sobre capital próprio:** (a.i) Na forma do Estatuto Social da Companhia, aprovar a distribuição de juros sobre o capital próprio, de R$ 0,09724 por ação ordinária, com retenção de imposto de renda na fonte, equivalente ao montante total bruto de R$ 61.550.835,08 (sessenta e um milhões, quinhentos e cinquenta mil, oitocentos e trinta e cinco reais e oito centavos), observado o disposto no item (a.iv) abaixo. (a.ii) O valor ora aprovado corresponde aos juros sobre capital próprio referente ao patrimônio de 2023 e, na medida do necessário, a anos anteriores ainda não pagos. (a.iii) O montante líquido a ser distribuído na forma de juros sobre capital próprio será imputado, *ad referendum* da Assembleia Geral de Acionistas, ao montante total de dividendos que vier a ser declarado pelos acionistas da Companhia para o exercício social de 2024, na forma da legislação e da regulamentação aplicáveis. (a.iv) Consignar que o pagamento dos juros sobre capital próprio a serem distribuídos será realizado até o final do exercício social de 2025, em data a ser oportunamente definida pela Companhia, com base na posição acionária constante dos registros da Companhia ao final de 23 de abril de 2024. A partir de 24 de abril de 2024 as ações serão negociadas "ex-juros sobre capital próprio". Entre esta data e a data do pagamento não incidirá qualquer atualização monetária sobre o montante declarado. **(b) Autorização aos Administradores:** (b.i) A autorização aos administradores da Companhia para praticarem todos os atos necessários à efetivação da deliberação tomada nos termos da presente ata. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada pelos conselheiros presentes. São Paulo, 18 de abril de 2024. Mesa: **Alvaro Stainfeld Link -** Presidente; **Juliana Aguinaga Damião Salem -** Secretária. Conselheiros Presentes: **Alvaro Stainfeld Link, Bernardo Malpica Hernandez, Eliana Helena de Gregório Ambrosio Chimenti, Esteban Malpica Fomperosa, Flair José Carrilho, Hugo Barreto Sodré Leal, Luciana Cavalheiro Fleischner Alves de Queiroz, Maria Carolina Ferreira Lacerda, Mauro Rodrigues da Cunha.**

CIAVAL Administradora de Bens e Direitos SPE S.A. - Em Liquidação

CNPJ/MF nº 29.270.070/0001-41 - NIRE 35.3.0051139-5

Edital de Convocação - 01ª Chamada - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Convocamos os acionistas da CIAVAL Administradora de Bens e Direitos SPE S.A. - Em Liquidação ("Companhia"), para participarem, no dia 30 de abril de 2024, às 10 horas, da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a ser realizada de forma exclusivamente digital, sendo, considerada, nos moldes do artigo 5º, §3º da Resolução CVM nº 81/22, realizada a Assembleia em sua sede social, localizada à Avenida São Luís, 50, conjunto 32-E, República, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01046-926, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** a) Examinar, discutir e votar as contas do liquidante e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e b) Examinar, discutir e votar o relatório de contas e operações praticadas no âmbito da liquidação da Companhia, bem como sobre o relatório e o balanço do estado da liquidação, na forma do artigo 213 da Lei 6.404/76. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** a) Homologar o aumento do capital social da Companhia, com admissão de novos acionistas. **Informações Gerais:** Nos termos do artigo 126 da Lei 6.404/76, para participar da Assembleia Geral, os acionistas ou seus representantes, deverão apresentar à Companhia: (i) quando se tratar de pessoa física: (a) original, cópia simples ou autenticada do documento de identidade (RG ou RNE e CPF) do acionista; (b) original, cópia simples ou autenticada (mecânica ou digitalmente por meio de certificado digital emitido por autoridade certificadora vinculada ao ICP-Brasil) do instrumento de outorga de poderes de representação com reconhecimento de firma do outorgante ou com assinatura digital por meio de certificado digital emitido por autoridade certificadora vinculada ao ICP-Brasil, como alternativa ao reconhecimento de firma; (ii) quando se tratar de pessoa jurídica: (a) original, cópia simples ou autenticada (mecânica ou digitalmente por meio de certificado digital emitido por autoridade certificadora vinculada ao ICP-Brasil) dos atos societários que comprovem a representação legal do acionista; (b) original, cópia simples ou autenticada (mecânica ou digitalmente por meio de certificado digital emitido por autoridade certificadora vinculada ao ICP-Brasil) da última consolidação do Contrato/Estatuto Social do acionista; (c) original, cópia simples ou autenticada do documento de identidade (RG ou RNE e CPF) dos representantes legais do acionista; (d) original, cópia simples ou autenticada (mecânica ou digitalmente por meio de certificado digital emitido por autoridade certificadora vinculada ao ICP-Brasil) da certidão simplificada da Junta Comercial do Estado sede do acionista; e (e) original, cópia simples ou autenticada (mecânica ou digitalmente por meio de certificado digital emitido por autoridade certificadora vinculada ao ICP-Brasil) do instrumento de outorga de poderes de representação com reconhecimento de firma do outorgante ou com assinatura digital por meio de certificado digital emitido por autoridade certificadora vinculada ao ICP-Brasil, como alternativa ao reconhecimento de firma; (iii) em qualquer caso, quando representado por procurador: (i) apresentar, além dos documentos acima (a) original, cópia simples ou autenticada do documento de identidade (RG ou RNE e CPF) do procurador; e (ii) observar que (a) a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 01 (um) ano, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei 6.404/76; (b) a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, nos termos do artigo 654, §1º e §2º da Lei 10.406/2002; (b) as pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, conforme previsto no artigo 126, §1º, da Lei 6.404/76; (c) as pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão se fazer representar por procurador constituído na forma dos seus documentos societários, conforme definido no processo CVM RJ2014/3578, julgado em 2014.11.04; (iv) quando se tratar de acionista estrangeiro: (a) tradução juramentada para português dos documentos tratados acima, sendo dispensado o reconhecimento de firma dos signatários por Tabelião Público, o apostilamento ou a legalização em Consulado Brasileiro caso o país de emissão do documento não seja signatário da Convenção da Haia (Convenção da Apostila); e (v) em todos os casos, seja informado e-mail do acionista para recebimento do link para participação da Assembleia Geral. A Companhia solicita que os documentos tratados acima lhe sejam direcionados com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da Assembleia Geral, aos cuidados do Sr. Liquidante - Lucas Saulo Pinheiro França, com cópia obrigatória para o advogado da Companhia, Dr. Leonardo Luiz de Campos Machado Filho, com escritório profissional sito à Rua Correia de Melo, 92, sala 809-A, Chácara Santo Antônio, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04726-220 e endereço eletrônico leonardo.machado@camposmachado.adv.br, a fim de serem conferidos e, estando em conformidade, haja a habilitação do acionista na Assembleia Geral, ou, conforme o caso, seja solicitada a complementariedade dos documentos apresentados. A Companhia, tendo em vista a adoção da Assembleia Geral na modalidade exclusivamente eletrônica, encaminhará para todos os acionistas devidamente habilitados, link para acessar acompanhamento da Assembleia Geral com antecedência de 02 (duas) horas à 01 (uma) hora da realização da Assembleia. Sem prejuízo do disposto nesse Edital, os Acionistas ainda poderão se fazer presente mediante exercício de voto por Boletim de Voto a Distância, que o pode ser obtido diretamente no site da Companhia (www.ciaval.com.br) ou com os advogados da Companhia, por meio do endereço de e-mail leonardo.machado@camposmachado.adv.br. Os Boletins de Voto a Distância, para sua validade em Assembleia Geral, devem ser encaminhados diretamente à Companhia aos cuidados do Sr. Liquidante - Lucas Saulo Pinheiro França, com cópia obrigatória para o advogado da Companhia, Dr. Leonardo Luiz de Campos Machado Filho, com escritório profissional sito à Rua Correia de Melo, 92, sala 809-A, Chácara Santo Antônio, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04726-220 e endereço eletrônico leonardo.machado@camposmachado.adv.br até 24 (vinte e quatro) horas antes da realização da Assembleia Geral. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral encontram-se à disposição dos acionistas na sede e no site da Companhia. **Lucas Saulo Pinheiro França - Liquidante.**

AÇUCAREIRA QUATÁ S.A.

CNPJ Nº 60.855.574/0001-73 - NIRE 35300051556

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - REALIZADA EM 22/03/2024

Data, Hora e Local: 22/03/2024, às 10h00, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.400, 3º andar, Itaim Bibi, Cidade de São Paulo/SP ou ainda de modo digital via videoconferência pela plataforma digital *Microsoft Teams*. **Convocação**: Realizada por escrito, na forma prevista no Artigo 20, §1º, do Estatuto Social da Açucareira Quatá S.A. ("Companhia"). **Presenças**: Presente os seguintes membros do Conselho de Administração: Presidente, Francisco Amaury Olsen, Vice-Presidente, Carmen Tonanni e Conselheiros Luiz Zillo Neto, Miguel Zillo, Antonio José Zillo, José Marcos Lorenzetti e Raphael Lorenzetti Losasso. Presentes, também, os Conselheiros Consultivos Independentes, Britaldo Pedrosa Soares e José Aurélio Drummond Junior. **Mesa**: Sr. Francisco Amaury Olsen – Presidente; e Sra. Carolina Giovani Santos – Secretária. **Ordem do Dia**: Deliberar sobre a renovação do Plano Anual de Seguros ("PAS"). **Deliberações:** Abertos os trabalhos e instalada a Reunião, o Presidente da Mesa colocou em exame, discussão e votação a matéria constante da Ordem do Dia, deliberando, os membros do Conselho de Administração, conforme materiais apresentados, aprovados e arquivados na sede da Companhia, aprovaram, por unanimidade, sem quaisquer restrições e/ou ressalvas, pela aprovação da renovação do PAS, para o período de 01/04/2024 até 31/03/2025, com prêmio de até R$13,8 milhões de reais no agregado para todas as apólices e coberturas. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos para a lavratura desta ata, a qual foi lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os Conselheiros presentes. **Assinaturas:** Francisco Amaury Olsen – Presidente; e Carolina Giovani Santos – Secretária. **Conselheiros:** Francisco Amaury Olsen, Carmen Tonanni, Luiz Zillo Neto, Miguel Zillo, Antonio José Zillo, José Marcos Lorenzetti e Raphael Lorenzetti Losasso. **Conselheiros Consultivos Independentes:** Britaldo Pedrosa Soares e José Aurelio Drummond Junior. A presente ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio. São Paulo/SP, 22/03/2024. Carolina Giovani Santos – Secretária. **Jucesp** nº 142.659/24-1 em sessão de 09/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

ABREVIS - Associação Brasileira de Empresas de Vigilância e Segurança

CNPJ nº 62.937.172/0001-43

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam pelo presente Edital, convocadas as Empresas Filiadas a esta Associação e em gozo de seus direitos para a Assembleia Geral Ordinária, a se realizar no dia 29 de abril de 2024, sendo a 1ª convocação às 14:30 horas e a 2ª convocação às 15:00 horas, na sede da entidade, à Rua Bernardino Fanganiello, 691 - Casa Verde - São Paulo - SP. Ressaltamos que a participação na Assembleia será realizada exclusivamente por videoconferência, em link que estará disponível aos associados, com a devida antecedência. **Pauta:** Apreciação e Aprovação das Contas da Diretoria relativas ao exercício de 2023. São Paulo, 23 de abril de 2024.

José Jacobson Neto - Presidente.

COMUNICADO

Despacho Coordenador 18/04/2024
Processo: 024.00017976/2024-10
Interessado: Coordenadoria Geral de Administração
Assunto: Pagamento de Contas de Utilidade Pública Comgás

Trata a presente Pagamento de contas de utilidade pública Comgás, conforme solicitação Documento de Formalização de Demanda (DFD) 0020526252.

À vista das manifestações constantes dos autos, destacada a Informação 0025149544, considerando o valor estimado da contratação pretendida **referente à INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 06/2024**, de acordo com o artigo 74, da Lei 14.133/2021 e atualizações, bem como **AUTORIZO** o pagamento de despesas com serviço de fornecimento de gás encanado, por intermédio da COMPANHIA DE GÁS DE SÃO PAULO - COMGÁS, CNPJ 61.856.571/0001-17, no valor total de **R$ 11.045,37 (onze mil quarenta e cinco reais e centavos).**

IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A. CNPJ/MF Nº 92.791.243/0001- 03 NIRE Nº43300002799 COMPANHIA ABERTA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 1. Data, hora e local: Em 11 de março de 2024, às 16:30 horas na sede social da Companhia, na Av. Carlos Gomes, nº 400, salas 502/503, Bairro Boa Vista, em Porto Alegre/RS, CEP: 90.480-900, por vídeo conferência. **2. Presenças e Mesa:** A reunião contou com a totalidade dos membros do Conselho de Administração, tendo sido presidida por Péricles Pereira Druck. **3. Ordem do Dia:** (i) Tomar conhecimento do pedido de renúncia do membro do Conselho de Administração e Vice-Presidente; (ii) em substituição, eleger novo membro para o Conselho de Administração da Companhia, com fundamento no caput do Artigo 150 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e no § 2º do Artigo 10 do Estatuto Social da Companhia; e (iii) em substituição, ao Vice-Presidente, com fundamento no §1º do art.10 do Estatuto Social da Companhia eleger novo Vice-Presidente do Conselho de Administração. **4. Deliberações:** Colocadas as matérias em discussão e posterior votação, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade de votos: (i) tomar conhecimento do pedido de renúncia do Sr. **Eurito de Freitas Druck**, brasileiro, diretor de empresas, casado com comunhão total de bens, residente e domiciliado em Porto Alegre, RS, na Rua Coronel Lucas de Oliveira, nº 1133, apto. 1201, Bairro Bela Vista, CEP: 90440-011, inscrito no CPF/MF Nº 032.111.427.20 e CI-SJS/R RG Nº 8004132968, expedida em 21.12.2001, ao cargo de Conselheiro de Administração da Companhia e Vice-Presidente, reeleito em 24 de abril de 2023, por motivos de ordem pessoal. O Presidente do CA, em nome dos demais membros, agradeceu ao Sr. Eurito por todo o seu apoio, dedicação e contribuições que tanto ajudaram na construção da visão de médio e longo prazo da Companhia. (ii) em substituição, eleger o Sr. **Carlos Fernando Couto de Oliveira Souto**, brasileiro, advogado, casado, com separação parcial de bens, residente e domiciliado em Porto Alegre, RS., na Rua Eng. Ildefonso Simões Lopes, 201, casa 18, Bairro Três Figueiras, CEP 91.330-180, inscrito no CPF/MF sob o nº. 469.694.890-00 e Carteira de Identidade SSP/PC RS nº. 7022007335, expedida em 28/10/87, como novo membro do Conselho de Administração, conforme o caput do Artigo 150 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e no § 2º do Artigo 10 do Estatuto Social da Companhia; (iii) em substituição, ao Vice-Presidente, com fundamento no §1º do art.10 do Estatuto Social da Companhia, eleger como Vice-Presidente do Conselho de Administração, o Sr. **Paulo Iserhard**, atualmente membro independente do CA. (iv) os eleitos cumprirão mandato até a Assembleia Geral que aprovar as contas do exercício de 2024, sendo investidos imediatamente nos cargos mediante assinatura do termo de posse no livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração e respectiva declaração de desimpedimento. (v) Dessa forma, a composição do Conselho de Administração passa a ser a seguinte: Péricles Pereira Druck - Presidente; Paulo Iserhard - Vice-Presidente; Paulo Sérgio Viana Mallmann; Roberto Faldini, Maria Cristina Capocchi Ricciardi e Carlos Fernando Couto de Oliveira Souto. **6. Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que, lida e achada conforme foi por todos assinada. (Assinaturas: Péricles Pereira Druck, Paulo Iserhard, Paulo Sérgio Viana Mallmann, Roberto Faldini, Maria Cristina Capocchi Ricciardi e Carlos Fernando Couto de Oliveira Souto). **7. Declaração:** Declaro, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, que a presente é cópia fiel da ata transcrita em livro próprio. Porto Alegre, 11 de março de 2024. Péricles Pereira Druck - Presidente do Conselho de Administração. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certifico registro sob o nº 10323520 em 15/04/2024 da Empresa IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A., CNPJ 92791243000103 e protocolo 241232961 - 12/04/2024. Autenticação: C261F96174C253195FE-356A91043EA3B6F36592. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 1. Data, hora e local: Realizada em 21 de março de 2024, às 16:00 horas, na sede social da Irani Papel e Embalagem S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida Carlos Gomes, nº 400, Salas 502/503, Edifício João Benjamim Zaffari, Bairro Boa Vista, Porto Alegre/RS, CEP 90.480-900, de forma exclusivamente digital, por videoconferência. **2. Convocação e Mesa:** A reunião foi convocada tempestivamente, nos termos do artigo 11, do Estatuto Social da Companhia e da cláusula 3.4. do Regimento Interno do Conselho, e presidida por Péricles Pereira Druck. **3. Ordem do dia:** Deliberar sobre a atualização semestral do Convênio para Compartilhamento de Custos que contempla sinergias de atuação dos quadros da **Irani Papel e Embalagem S.A.** ("Companhia") e da **Companhia Habitasul de Participações** ("CHP"). **4. Deliberação:** Aprovar, por unanimidade, conforme manifestação favorável do Comitê de Auditoria, a atualização semestral do Convênio para Compartilhamento de Custos entre a **Companhia** e a **CHP**, controladas pelo mesmo Grupo Econômico, visando economia de escala e eficiência de custos. O valor mensal a ser reembolsado pela CHP à Companhia, face ao compartilhamento de custos, será de R$ 202.957,70, a partir de abril/2024 até setembro/2024. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que foi por todos assinada.(assin.:Péricles Pereira Druck, Presidente do Conselho de Administração; Paulo Iserhard, Vice-Presidente do Conselho de Administração; Roberto Faldini, membro efetivo-independente do Conselho de Administração; Maria Cristina Capocchi Ricciardi, membro efetivo independente do Conselho de Administração; Paulo Sérgio Viana Mallmann, membro efetivo do Conselho de Administração e Carlos Fernando Couto de Oliveira Souto, membro efetivo do Conselho de Administração). **6. Declaração:** Declaro que a presente é cópia fiel da ata transcrita em livro próprio. Porto Alegre, 21 de março de 2024. Péricles Pereira Druck - Presidente do Conselho de Administração. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certifico registro sob o nº 10323524 em 15/04/2024 da Empresa IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A., CNPJ 92791243000103 e protocolo 241233135 - 12/04/2024. Autenticação: 3AEEF6D1A138DB62142D63F1D73D919DC97812. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

COMPANHIA AGRÍCOLA QUATÁ

CNPJ Nº 45.631.926/0001-13- NIRE 35300088042

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 27/03/2024

Data, Hora e Local: 27/03/2024, às 10h30, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.400, 3º andar, Itaim Bibi, São Paulo/SP, admitindo-se também a participação remota por videoconferência. **Convocação**: Realizada por escrito, na forma prevista no Artigo 20, §1º, do Estatuto Social da Companhia Agrícola Quatá S.A. ("CAQ" ou "Companhia"). **Presenças**: Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração: Presidente, Francisco Amaury Olsen, Vice-Presidente, Carmen Tonanni, os Conselheiros Luiz Zillo Neto, Miguel Zillo, Antonio José Zillo, José Marcos Lorenzetti, Raphael Lorenzetti Losasso e, também, os Conselheiros Consultivos Independentes, Britaldo Pedrosa Soares e José Aurélio Drummond Junior. **Mesa**: Sr. Francisco Amaury Olsen – Presidente; e Sra. Carolina Giovani Santos - Secretária. **Ordem do Dia**: Re-ratificar a deliberação que constou na Ata da Reunião do Conselho de Administração de 01/03/2024 sobre a concessão de aval para a antecipação de recebíveis da Copersucar. **Deliberações:** Abertos os trabalhos e instalada a Reunião, o Presidente da Mesa colocou em exame, discussão e votação as matérias constantes da Ordem do Dia, os membros do Conselho de Administração, re-ratificaram a Ata da Reunião do Conselho de Administração de 01/03/2024 às 11h30, protocolada perante a Junta Comercial de São Paulo - JUCESP nº 0.443.728/24-0 em 25/03/2024, para constar conforme segue: **(i)** provaram, por unanimidade e sem quaisquer restrições e/ou ressalvas, a concessão de aval pela CAQ à contratação de fiança pela Açucareira Quatá S.A. de até R$ 240 MM, com custo médio de 1,5% a.a. e prazo de até 120 dias, em caso de formalização do convenio de desconto dos recebíveis da Copersucar pela Açucareira Quatá S.A.. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos para a lavratura desta ata, a qual foi lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os Conselheiros presentes. **Assinaturas:** Francisco Amaury Olsen – Presidente; e Carolina Giovani Santos – Secretária. **Conselheiros:** Francisco Amaury Olsen, Carmen Tonanni, Luiz Zillo Neto, Miguel Zillo, Antonio José Zillo, José Marcos Lorenzetti e Raphael Lorenzetti Losasso. **Conselheiros Consultivos Independentes:** Britaldo Pedrosa Soares e José Aurelio Drummond Junior. Certifico que a ata rerratificada foi registrada na JUCESP sob nº 130.308/24-9 em sessão de 28/03/2024 e que a presente ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio.São Paulo/SP, 01/04/2024. Carolina Giovani Santos – Secretária. **Jucesp** nº 142.274/24-0 em sessão de 09/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Reforma Estatutária

CONVOCAÇÃO

De acordo com o disposto no art. 52 do Estatuto Social, ficam convocados os sócios da Sociedade Harmonia de Tênis, para comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se na sede desta Sociedade, no período das 12h às 22h de **10 de junho de 2024,** segunda-feira, para deliberarem sobre o indicado na ordem do dia, a saber:

Ordem do dia:

1º) eleição da Mesa Diretora da Assembleia;

2º) Aprovação de alteração do Estatuto Social, consoante texto do Parecer Conclusivo apresentado pela Comissão Relatora e aprovado pelo Conselho Deliberativo em reunião realizada no dia 4 de março último.

Serão observados os seguintes procedimentos:

Instalação e encerramento: a Assembleia será instalada às 12h, em primeira e única convocação, com a presença de no mínimo de quarenta sócios com direito a voto, e será encerrada às 22h.

Direito de voto: o direito de voto será exercido pelo próprio sócio, o qual deverá estar assim inscrito, até o último dia do mês anterior ao da assembleia, há dez anos. Deverá, ainda, não estar cumprindo sanção disciplinar e, estar quite com a Sociedade e seus prepostos, quanto a débitos vencidos até o fim desse mesmo mês.

Validade, Deliberações e Apuração: a validade da Assembleia, bem como as deliberações e apuração de votos, observarão o disposto no artigo 52 do Estatuto Social. As deliberações serão tomadas, por votos secretos favoráveis de, no mínimo, a maioria simples de votos válidos dos sócios presentes.

São Paulo, 23 de abril de 2024.

Marcelo Bandeira de Mello

Presidente do Conselho Deliberativo

UHE São Simão Energia S.A.

CNPJ/MF nº 27.352.303/0001-20 - NIRE nº 35.300.502.329

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam os Acionistas da **UHE São Simão Energia S.A.** ("Companhia") convocados para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 30 de abril de 2024, em primeira convocação às 8h30min, e em segunda convocação às 9h, exclusivamente de forma digital, por meio de plataforma a ser disponibilizada pela Companhia, para deliberar sobre as seguintes matérias: (1) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do relatório dos auditores independentes; (2) deliberar sobre a destinação dos resultados do referido exercício social, cujos documentos relacionados encontram-se à disposição dos Acionistas, na sede social da Companhia. São Paulo, 19 de abril de 2024. **A Administração.** (19, 20 e 23/04/2024)

Anaconda Industrial e Agrícola de Cereais S.A.

CNPJ n.º 60.728.029/0001-16 - NIRE n.º 35.300.047.184

Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Srs. Acionistas a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Sociedade, a ser realizada na sede social localizada na Avenida Venceslau de Queiros, nº 44, São Paulo, Capital, no dia 30 de abril de 2024, às 9:00 horas, a fim de deliberarem sobre: **(i)** Tomar conhecimento do Relatório da Administração, examinar e deliberar sobre as contas da Diretoria, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) Deliberar sobre a distribuição trimestral de Juros sobre Capital Próprio; (iii) deliberar sobre a distribuição e pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos; e (iv) Fixar a remuneração global anual da Administração e Conselho de Administração. São Paulo, 19 de abril de 2024. **Angela Martins Guido Rios** - Presidente do Conselho de Administração. **(19, 20 e 23/04/2024)**

BBD Participações S.A.

CNPJ nº 07.838.611/0001-52 – NIRE 35.300.335.295

Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária
Edital de Convocação

Convidamos os acionistas desta Sociedade a reunirem-se em Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária a serem realizadas cumulativamente no dia 30 de abril de 2024, às 11h30, na sede social, Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, a fim de: **Assembleia Geral Extraordinária:** Examinar, discutir e votar proposta do Conselho de Administração para alterar parcialmente o Estatuto Social, no "caput" do Artigo 22, alterando a quantidade mínima de 10 (dez) para 5 (cinco) membros naquele Órgão. **Assembleia Geral Ordinária:** 1. tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31.12.2023; 2. deliberar sobre proposta do Conselho de Administração para destinação do lucro líquido do exercício de 2023; 3. eleger os membros do Conselho de Administração; e 4. fixar a remuneração dos Administradores. Osasco, SP, 19 de abril de 2024. Luiz Carlos Trabuco Cappi - *Presidente do Conselho de Administração.*

Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A.

CNPJ nº 04.270.778/0001-71

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes da Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços (Santander Corretora de Seguros) relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - (CFC).
Patrimônio Líquido e Resultado
Em 31 de dezembro de 2023, a Santander Corretora de Seguros atingiu um patrimônio líquido no montante de R$6.564.171 (31/12/2022 - R$6.213.918). Em 31 de dezembro de 2023, o lucro líquido apresentado no exercício foi de R$1.971.449 (31/12/2022 - R$1.416.629).
Ativos e Passivos
Em 31 de dezembro de 2023, os ativos da Santander Corretora de Seguros atingiram R$7.520.266 (31/12/2022 – R$6.698.594), destacando instrumentos de patrimônio no valor de R$1.160.722 (31/12/2022 - R$2.967.435), investimentos em controlada e controlada em conjunto de R$562.893 (31/12/2022 - R$826.712), ativos fiscais no valor de R$116.415 (31/12/2022 - R$35.918), empréstimos e adiantamentos de clientes no valor de R$2.904.015 (31/12/2022 - R$1.480.864) e derivativos R$2.225.428 (31/12/2022 - R$810.126).
No passivo destaca-se no total de passivos fiscais R$465.281 (31/12/2022 - R$296.964).
Investimentos em Controlada e Controlada em Conjunto
Em 31 de dezembro de 2023, a Santander Corretora de Seguros mantém investimentos em empresas controladas em conjunto no valor de R$562.893 (31/12/2022 - R$826.712), sendo: R$226.917 (31/12/2022 - R$496.571) na Webmotors S.A.; R$246.083 (31/12/2022 - R$243.649) na TecBan - Tecnologia Bancária S.A.; R$ 1.607 (31/12/2022 - R$1.254) na Hyundai Corretora de Seguros S.A, R$84.701 (31/12/2022 - R$84.698) na CSD Central de Serviços de Registro e R$ 3.585 em 2023 na Biomas - Serviços Ambientais.
Auditoria Independente
A política de atuação da Santander Corretora na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander.
A Santander Corretora de Seguros informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria das demonstrações financeiras.
Ademais, a Santander Corretora confirma que a PricewaterhouseCoopers representa à Administração que dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.

São Paulo, 16 de abril de 2024.
A Diretoria Executiva

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

ATIVO	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidades	3	**18.093**	**9.624**
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado		**6.294.193**	**5.288.871**
Empréstimos e adiantamentos a clientes	6.a	2.750.937	1.331.565
Instrumentos de patrimônio	5	1.160.722	2.967.435
Instrumentos de dívida		157.106	179.745
Derivativos	7	2.225.428	810.126
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		**226.067**	**216.123**
Outros valores com instituições de crédito	4	72.989	66.824
Empréstimos e adiantamentos a clientes	6	153.078	149.299
Participações em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto	8	**562.893**	**826.712**
Ativos Não Correntes Mantidos para Venda		**2.725**	**-**
Ativo Tangível	9	**5.908**	**49.911**
Ativo Intangível	10	**4.262**	**5.557**
Ativos Fiscais		**116.415**	**35.918**
Correntes		33.624	30.132
Diferidos	14.c	82.791	5.786
Outros Ativos	11	**289.710**	**265.878**
Total do Ativo		**7.520.266**	**6.698.594**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado		**262.047**	**7.669**
Derivativos		262.047	7.669
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		**31.481**	**52.061**
Outros passivos financeiros		31.481	52.061
Provisões	13	**65.500**	**40.021**
Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões		65.500	40.021
Passivos Fiscais		**465.281**	**296.964**
Correntes		67.520	117.386
Diferidos	14.c	397.761	179.578
Outros Passivos	15	**133.670**	**89.513**
Total do Passivo		**957.978**	**486.228**
Patrimônio Líquido	16	**6.564.171**	**6.213.918**
Capital social		3.470.068	2.555.533
Reservas		3.094.103	3.658.385
Outros Resultados Abrangentes		**(1.880)**	**(1.552)**
Total do Patrimônio Líquido		**6.562.291**	**6.212.366**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**7.520.266**	**6.698.594**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**2.555.533**	**2.255.436**	**3.881**	**-**	**4.814.850**
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Planos de Benefícios a Funcionários		-	-	(5.433)		**(5.433)**
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	1.416.629	**1.416.629**
Reserva Legal	16.b	-	70.831	-	(70.831)	**-**
Dividendos mínimos obrigatórios	16.b	-	-	-	(13.458)	**(13.458)**
Reserva para Equalização de Dividendos	16.b	-	666.170	-	(666.170)	**-**
Reserva para Reforço de Capital de Giro	16.b	-	666.170	-	(666.170)	**-**
Outros		-	(222)	-	-	**(222)**
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**2.555.533**	**3.658.385**	**(1.552)**	**-**	**6.212.366**
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**2.555.533**	**3.658.385**	**(1.552)**	**-**	**6.212.366**
Aumento de Capital	16.b	914.535	(914.535)	-	-	**-**
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Planos de Benefícios a Funcionários		-	-	(328)	-	**(328)**
Dividendos Intermediários	16.d	-	(1.600.000)		-	**(1.600.000)**
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	1.971.449	**1.971.449**
Destinações						
Reserva Legal	16.b	-	98.572	-	(98.572)	**-**
Dividendos mínimos obrigatórios	16.d	-	-	-	(19.998)	**(19.998)**
Reserva para Equalização de Dividendos	16.b	-	926.440	-	(926.440)	**-**
Reserva para Reforço de Capital de Giro	16.b	-	926.439	-	(926.439)	**-**
Outros		-	(1.198)	-	-	**(1.198)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**3.470.068**	**3.094.103**	**(1.880)**	**-**	**6.562.291**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Receitas com juros e similares	17	386.608	499.905
Despesas com juros e similares	18	(6.719)	(13.169)
Receita Líquida com Juros		**379.889**	**486.737**
Receitas de tarifas e comissões	19	1.684.798	1.882.784
Despesas de tarifas e comissões	20	(168.829)	(162.476)
Resultado de equivalência patrimonial	8	50.010	65.135
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	21	**700.410**	**284.222**
Ativos (Passivos) financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado		612.065	622.611
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado		88.345	(338.389)
Variações cambiais (líquidas)	22	141.926	-
Outras receitas (despesas) operacionais		1.703	5.322
Total de Receitas		**2.789.907**	**2.561.724**
Despesas administrativas		(294.529)	(243.131)
Despesas com pessoal	23	(210.437)	(174.844)
Outras despesas administrativas	24	(84.092)	(68.287)
Depreciação e amortização		(2.704)	(5.548)
Ativo tangível	9.b	(1.409)	(4.631)
Ativo intangível	10	(1.295)	(917)
Provisões (líquidas)	13.b	(46.177)	45.173
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda	25	954.475	-
Lucro Operacional Antes da Tributação		**3.400.972**	**2.358.219**
Impostos sobre renda	14.a	(1.429.523)	(941.589)
Lucro Líquido do Exercício		**1.971.449**	**1.416.629**
Lucro por Ação (em Reais)			
Lucro básico e diluído por 1.000 ações (em Reais - R$)			
Ações ordinárias		274,42	197,19
Lucro líquido atribuído (em Reais - R$)			
Ações ordinárias		1.971.449	1.416.629
Média ponderada das ações emitidas - básica e diluída			
Ações ordinárias		7.184	7.184

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Lucro Líquido do Exercício	**1.971.449**	**1.416.629**
Outros Resultados Abrangentes:	**(328)**	**5.433**
Ganhos e Perdas Atuariais	**(328)**	**5.433**
Planos de Benefícios a Funcionários	236	5.782
Impostos sobre renda	(564)	(349)
Total do Resultado Abrangente	**1.971.121**	**1.422.062**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
1. Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro líquido do exercício		**1.971.449**	**1.416.629**
Ajustes ao lucro		**144.992**	**(71.726)**
Depreciação do ativo tangível	9	1.409	4.631
Amortização do ativo intangível	10	1.295	917
Provisões (líquidas)	13	46.177	(45.173)
Impostos sobre a renda diferidos	14.a	141	37.052
Resultado de Equivalência Patrimonial		(50.010)	(65.135)
Atualização de depósitos judiciais		(4.190)	(3.405)
Ganhos líquidos na alienação do ativo imobilizado, investimentos e ativos não correntes mantidos para venda		150.170	-
Atualização de impostos a compensar		-	(565)
Outros		-	(47)
(Aumento) decréscimo líquido nos ativos e passivos operacionais		**300.300**	**(608.693)**
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		(9.944)	(121.141)
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado		414.051	(288.591)
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado		254.377	7.669
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		(20.580)	33.807
Outros ativos e passivos		(337.604)	(240.437)
Impostos pagos	**14.a**	**(1.185.161)**	**(665.232)**
Total do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (1)		**1.231.580**	**70.978**
2. Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Investimentos		**(3.585)**	**(83.284)**
Ativo tangível	9	-	(11)
Ativo intangível	10	-	(1.079)
Aquisição de Controlada, menos caixa líquido na aquisição		(3.585)	(82.194)
Alienação		**360.009**	**26.210**
Ativo tangível		42.594	-
Alienação de Controlada		317.415	-
Dividendos Recebidos		20.466	26.210
Total do fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (2)		**356.424**	**(57.074)**
3. Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Dividendos pagos		(1.600.000)	(9.964)
Total do Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (3)		**(1.600.000)**	**(9.964)**
Aumento (Redução) Líquida no Caixa e Equivalentes de Caixa (1+2+3)		**8.469**	**3.940**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**9.624**	**5.681**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**18.093**	**9.624**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto operacional, apresentação das demonstrações financeiras e outras informações
a) Contexto operacional
A Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços (Santander Corretora de Seguros) é uma sociedade por ações de capital fechado, domiciliada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A, Vila Olímpia, São Paulo-SP, e é uma sociedade integrante do Conglomerado Santander.
As receitas da Santander Corretora de Seguros no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão representadas, por serviços prestados a partes relacionadas, empresas do Conglomerado Santander, conforme apresentado na Nota 28.e, e pela negociação de contratos de compra e venda de energia.
As Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 16 de abril de 2024.
b) Base da apresentação das Demonstrações Financeiras
Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - (CFC). Todas as informações relevantes especificamente relacionadas às demonstrações financeiras da Santander Corretora de Seguros, e somente com relação a estas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às informações utilizadas pela Santander Corretora de Seguros em sua administração.
A Santander Corretora de Seguros é controlada pelo Banco Santander, investimentos estes que totalizam o equivalente à 100% do capital Social da Santander Corretora de Seguros. As normas destacadas acima não prevêem a apresentação de demonstrações financeiras consolidadas, não obstante, o Banco Santander foi consultado e não fez objeção quanto a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas pela controladora.
c) Estimativas utilizadas
Os resultados e a apuração do patrimônio são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos administradores da Santander Corretora de Seguros na elaboração das Demonstrações Financeiras. A Santander Corretora de Seguros faz estimativas e premissas que afetam os valores informados de ativos e passivos dos períodos futuros. Todas as estimativas e premissas requeridas, em conformidade com o CPC, são as melhores estimativas de acordo com a norma aplicável.
Nas Demonstrações Financeiras, as estimativas são feitas pela administração da Santander Corretora de Seguros e da entidade em ordem para quantificar certos ativos, passivos, receitas e despesas e divulgações de notas explicativas.
- Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros são discutidos nas notas 2.c e 2.e.
- Provisão para perdas sobre créditos são discutidos em detalhes na nota 2.i.
- Perdas de valor recuperável sobre determinados ativos que não financeiros são discutidos em detalhes nas notas 2.i.
- A vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis são discutidos em detalhes nas notas 2.i.
- Outros ativos são discutidos na nota 2.m.
- Provisões, ativos e passivos contingentes são discutidos em detalhes na nota 2.n.
- Reconhecimento e realização de impostos diferidos são discutidos em detalhes na nota 2.r.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuras, que podem afetar as Demonstrações Financeiras. As principais premissas que podem afetar essas estimativas, além das anteriormente mencionadas, dizem respeito aos seguintes fatores:
- Mudanças nas taxas de juros;
- Mudanças nos índices de inflação;
- Regulamentação governamental e questões fiscais;
- Processos ou disputas judiciais adversas;
- Mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro; e
- Mudanças nas condições econômicas e comerciais nos âmbitos regional, nacional e internacional.

d) Gestão do capital
A gestão do capital considera os níveis regulatórios e econômicos. O objetivo é alcançar uma estrutura de capital eficiente nos termos de custos e *compliance*, cumprindo os requerimentos do órgão regulador e contribuindo para atingir as metas de classificação de agências de rating e expectativas dos investidores. O gerenciamento de capital inclui securitização, venda de ativos, aumento de capital através da emissão de ações, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos.
Do ponto de vista econômico, o gerenciamento de riscos procura otimizar a criação de valores na Santander Corretora de Seguros e nas diferentes unidades de negócios. Para este fim, a gestão do capital, RORAC (retorno no risco ajustado do capital) e dados da criação de valores para cada unidade de negócio são gerados, analisados e enviados trimestralmente para o comitê de gerenciamento. Dentro da estrutura do processo interno de avaliação da adequação do capital (Acordo da Basileia II), o grupo utiliza um modelo de mensuração do capital econômico com o objetivo de afirmar que tem capital disponível suficiente para suportar todos os riscos da atividade em diferentes cenários econômicos, com os níveis de solvência acordado pelo grupo.
A fim de gerir adequadamente o capital da Santander Corretora de Seguros, é essencial estimar e analisar futuras necessidades, em antecipação das várias fases do ciclo de negócio. Projeções de capital regulatório e econômico são feitos baseados em projeções financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, etc.) e em cenários macroeconômicos estimados pelo serviço de pesquisa econômica. Estas estimativas são utilizadas pela Santander Corretora de Seguros como referência para o plano de ações gerenciais (emissões, securitizações, etc.) necessários para atingir seus objetivos.

2. Políticas contábeis e critérios de apuração
As políticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras foram os seguintes:
a) Moeda funcional e de apresentação
As Demonstrações Financeiras da Santander Corretora de Seguros estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação destas demonstrações.
b) Participações em Controladas em Conjunto
i. Participações em joint ventures (entidades sob controle conjunto)
Joint ventures são participações em entidades que não são subsidiárias, mas que são controladas em conjunto por duas ou mais entidades não relacionadas. Isso se reflete em acordos contratuais nos quais duas ou mais entidades ("empreendedoras") adquirem participações em entidades ("entidades sob controle conjunto") ou possuem operações ou detêm ativos, de modo que as decisões financeiras e operacionais estratégicas que afetem a joint venture dependem da decisão unânime das empreendedoras.
Nas demonstrações financeiras, as participações em entidades sob controle conjunto são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, ou seja, a participação da Santander Corretora de Seguros nos ativos líquidos da investida, levando em conta os dividendos recebidos das eliminações de capital e de outros derivados. Informações relevantes sobre as empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial pela Santander Corretora de Seguros são fornecidas na nota 8.
O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo. A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso.
c) Definições e classificação dos instrumentos financeiros
c.1) Definições
"Instrumento financeiro" é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a Santander Corretora de Seguros e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade. "Instrumentos de patrimônio" é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.
"Derivativo Financeiro" é o instrumento financeiro cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou *rating* de crédito), no qual o investimento inicial é muito baixo, em comparação com outros instrumentos financeiros com resposta similar às mudanças dos fatores de mercado, e geralmente é liquidado em data futura.
c.2) Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração
Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias utilizadas para fins de gestão e mensuração, salvo quando é obrigatória sua apresentação como "Ativos não correntes mantidos para venda" ou se forem referentes a "Disponibilidades", "Derivativos" e "Investimentos em Coligadas", os quais são contabilizados separadamente.
Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:
- **Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação:** essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de hedge, cujo modelo de negócio primário do Banco é de negociá-los frequentemente.
- **Ativos financeiros não destinados a negociação mensurados obrigatoriamente a valor justo no resultado:** essa categoria inclui os ativos financeiros que não atenderam aos critérios estabelecidos no Teste SPPI (somente pagamento de principal e juros), sendo que esses ativos se referem basicamente a adiantamentos de contratos de compra de energia, cuja marcação a mercado está atrelada a oscilação de preço da commodity energia.

Dadas as características desses contratos os mesmos são considerados alavancados perante o CPC 48 e por essa razão seguem classificados nessa categoria.
- **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes:** são demonstrados ao valor justo. Resultados decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos no item ajuste ao valor de mercado no patrimônio líquido, com exceção das perdas cumulativas por não recuperação, os quais são reconhecidos no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de declínio no valor justo por não recuperação, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.
- **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** essa categoria inclui os financiamentos concedidos a terceiros, com base em sua natureza, independentemente do tipo de tomador e da forma de financiamento.

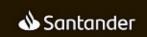
c.3) Classificação dos ativos financeiros para fins de apresentação
Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:
- "Disponibilidades": saldos de caixa e equivalentes de caixa.
- "Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado": inclui os empréstimos concedidos pela Santander Corretora de Seguros, bem como créditos de leasing financeiro e outros saldos devedores de natureza financeira em favor da Santander Corretora de Seguros, tais como cheques sacados contra instituições financeiras, saldos credores em relação a câmaras de compensação e agências de liquidação por transações em bolsa de valores e mercados organizados, bônus pagos à vista, chamadas de capital, créditos de taxas e comissões por garantias financeiras e saldos devedores resultantes de transações não originadas em operações e serviços bancários, tais como cobrança de aluguéis e itens similares.
- "Empréstimos e outros valores com instituições de crédito": créditos de qualquer natureza em nome de instituições financeiras.
- "Empréstimos e adiantamentos a clientes": inclui saldos devedores de todos os demais créditos e empréstimos cedidos pela Santander Corretora de Seguros, incluindo operações no mercado aberto por meio de contrapartes centralizadas.
- "Instrumentos de dívida": bônus e outros títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e são emitidos de forma física ou escritural.
- "Instrumentos de patrimônio": instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, entidades controladas em conjunto ou coligadas. As quotas de fundos de investimento não consolidados estão incluídas nesta rubrica.
- "Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação": essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de hedge, cujo modelo de negócio primário do Banco é de negociá-los frequentemente.

c.4) Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração
Os passivos financeiros são classificados, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:
- **Passivo financeiro ao custo amortizado:** passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento, não incluídos em nenhuma das categorias anteriores e resultantes de atividades de tomada de financiamentos realizadas por instituições financeiras.
- **Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação**: essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços, os derivativos financeiros não considerados hedge accounting e os passivos financeiros resultantes da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados ("Posições vendidas").

c.5) Classificação dos passivos financeiros para fins de apresentação
Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:
- "Outros passivos financeiros": inclui o valor das obrigações de pagamento com natureza de passivos financeiros não incluídas nas demais rubricas e os passivos sujeitos a contratos de garantia financeira, exceto se classificados como duvidosos.
- "Derivativos": inclui o valor justo com saldo negativo do Banco dos derivativos.

d) Captações, emissões e outros passivos
Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro.
Dentre os critérios de reconhecimento inicial de passivos, cabe menção àqueles instrumentos de natureza composta, os quais são assim classificados, dado a existência de um instrumento de dívida (passivo) e um componente de patrimônio líquido embutido (derivativo).
O registro de instrumento composto consiste na conjugação de (i) um instrumento principal, o qual é reconhecido como um passivo genuíno da entidade (dívida) e (ii) um componente de patrimônio (derivativo de conversibilidade em ações ordinárias).
A emissão de "*Notes*" deve ser registrada em conta específica do passivo e atualizada de acordo com as taxas pactuadas e ajustadas pelo efeito de variação cambial, quando denominado em moeda estrangeira. Todas as remunerações referentes a esses instrumentos, tais como juros e variação cambial (diferença entre a moeda funcional e a moeda em que o instrumento foi denominado) devem ser contabilizadas como despesas do exercício, obedecendo ao regime de competência.
e) Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo
Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente, até prova em contrário, ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada exercício, da seguinte forma:
e.1) Mensuração dos ativos financeiros
Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, sem dedução de custos estimados de transação que seriam eventualmente incorridos quando de sua alienação, exceto ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, instrumentos de patrimônio, cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva e derivativos financeiros que tenham como objeto instrumentos de patrimônio dessa espécie e que sejam liquidados mediante a entrega desses instrumentos.
O "valor justo" de um instrumento financeiro em uma determinada data é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo ("preço cotado" ou "preço de mercado").
Caso não exista preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, seu valor justo é estimado com base nas técnicas de avaliação normalmente adotadas pela comunidade financeira internacional, levando-se em conta as características específicas do instrumento a ser mensurado e sobretudo as diversas espécies de riscos associados a ele.
Todos os derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial ao valor justo desde a data do negócio. Quando o valor justo é positivo, são reconhecidos como ativos; quando negativo, como passivos. As mudanças do valor justo dos derivativos desde a data do negócio são reconhecidas na rubrica "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros" da demonstração do resultado. Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros padrão incluídos nas carteiras de ativos ou passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado é considerado equivalente ao seu preço cotado diariamente; se, por razões excepcionais, não for possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos negociados em mercado de balcão.
O valor justo dos derivativos negociados em mercado de balcão é considerado equivalente à soma dos fluxos de caixa futuros resultantes do instrumento, descontados a valor presente na data da mensuração ("valor presente" ou "fechamento teórico"), adotando-se técnicas de avaliação comumente adotadas pelos mercados financeiros: Valor Presente Líquido - VPL, modelos de precificação de opções e outros métodos.
Os "Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado" são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos. O "custo amortizado" é o custo de aquisição de um ativo ou passivo financeiro, adicionados ou subtraídos, conforme o caso, os pagamentos do principal e a amortização acumulada (incluída na demonstração do resultado) da diferença entre o custo inicial e o valor no vencimento. No caso dos ativos financeiros, o custo amortizado inclui, além disso, as eventuais reduções por não-recuperação ou impossibilidade de cobrança. No caso dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado objeto de hedge em hedges de valor justo, são reconhecidas as alterações do valor justo desses ativos relacionadas ao(s) risco(s) objeto dos hedges.
A "Taxa de juros efetiva" é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de renda fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de renda variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.
Os instrumentos de patrimônio cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva são mensurados ao custo de aquisição, ajustado, conforme o caso, às perdas por não-recuperação relacionadas.
Os valores pelos quais os ativos financeiros são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima da Santander Corretora de Seguros ao risco de crédito na data de cada uma das demonstrações financeiras. Além disso, a Santander Corretora de Seguros recebeu garantias e outros incrementos de crédito para mitigar sua exposição ao risco de crédito, os quais compreendem principalmente hipotecas, cauções em dinheiro, instrumentos de patrimônio, fianças, ativos arrendados mediante contratos de leasing e locação, ativos adquiridos mediante compromissos de recompra, empréstimos de títulos e derivativos.
e.2) Mensuração dos passivos financeiros
Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, conforme definido anteriormente, exceto os incluídos nas rubricas "Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado" e os passivos financeiros designados como objeto de hedge (ou instrumentos de proteção) em hedges de valor justo, os quais são mensurados ao valor justo.
e.3) Reconhecimento de variações do valor justo
Como regra geral, variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na demonstração do resultado, sendo distinguidas entre aquelas decorrentes do provisionamento de juros e ganhos similares - reconhecidas na rubrica "Receitas com juros e similares" ou "Despesas com juros e similares", conforme apropriado - e aquelas decorrentes de outros motivos, reconhecidas por seu valor líquido na rubrica "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) ".
Ajustes devido a variações no valor justo decorrentes de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos temporariamente no patrimônio líquido na rubrica "Outros resultados abrangentes". Itens debitados ou creditados a essa conta permanecem no patrimônio líquido da Santander Corretora de Seguros até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são debitados à demonstração do resultado.
f) Baixa de ativos e passivos financeiros
O tratamento contábil de transferências de ativos financeiros depende da extensão em que os riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos são transferidos a terceiros:
1. Se a Santander Corretora de Seguros transfere substancialmente todos os riscos e benefícios a terceiros, venda incondicional de ativos financeiros, venda de ativos financeiros com base em um contrato que preveja a sua recompra pelo valor justo na data da recompra, venda de ativos financeiros com uma compra de opção de compra ou uma venda de opção de venda que esteja significativamente fora do preço, securitização de ativos na qual o transferidor não retenha uma dívida subordinada ou conceda uma melhoria de crédito aos novos titulares e outras hipóteses similares, o ativo financeiro transferido é baixado e quaisquer direitos ou obrigações retidos ou criados na transferência são reconhecidos simultaneamente.
2. Se a Santander Corretora de Seguros retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido, venda de ativos financeiros com base em um contrato que preveja a sua recompra a um preço fixo ou ao preço de venda mais juros, um contrato de empréstimo de títulos no qual o tomador se compromete a devolver os mesmos ativos ou ativos similares e outras hipóteses similares, o ativo financeiro transferido não é baixado e continua a ser mensurado pelos mesmos critérios utilizados antes da transferência. Contudo, os seguintes itens são reconhecidos:
a) Um passivo financeiro correspondente, por um valor igual à contraprestação recebida; esse passivo é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado.
b) A receita do ativo financeiro transferido não baixado e qualquer despesa incorrida com o novo passivo financeiro.
1. Se a Santander Corretora de Seguros não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido - venda de ativos financeiros com uma opção de compra comprada ou uma opção de venda lançada que não esteja significativamente fora do preço, securitização de ativos na qual o cedente retenha uma dívida subordinada ou outro tipo de melhoria de crédito em relação a uma parcela do ativo transferido e outras hipóteses similares - é feita a seguinte distinção:
a) Se o cedente não retém o controle do ativo financeiro transferido, o ativo é baixado e quaisquer direitos ou obrigações retidos ou criados na transferência são reconhecidos.
b) Se o cedente retém o controle, ele continua a reconhecer o ativo financeiro transferido por um valor equivalente à sua exposição a variações de valor e reconhece um passivo financeiro associado ao ativo financeiro transferido. O valor contábil líquido do ativo transferido e do respectivo passivo é o custo amortizado dos direitos e das obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado ao custo amortizado, ou o valor justo dos direitos e das obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado ao valor justo.
g) Compensação de ativos e passivos
Ativos e passivos financeiros são compensados, ou seja, registrados no balanço pelo seu valor líquido, apenas se houver atualmente um direito legalmente executável de compensar os montantes reconhecidos e pretendem liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.
h) Compras normais de ativos financeiros
As compras normais de ativos financeiros são reconhecidas na data de transação. Os ativos são revertidos quando os direitos de receber fluxos de caixa expirarem ou quando a Santander Corretora de Seguros tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade.
i) Ativos financeiros não recuperáveis
i.1) Definição
Um ativo financeiro é considerado não recuperável quando há prova objetiva da ocorrência de eventos que:
- Ocasionem um impacto adverso sobre os fluxos de caixa futuros estimados na data da transação, no caso de instrumentos de dívida (empréstimos e títulos de dívida).
- Signifiquem que seu valor contábil não pode ser integralmente recuperado, no caso de instrumentos de patrimônio.
- Decorrentes da violação de cláusulas ou termos de empréstimos, e
- Por ocasião do processo de falência.

Como regra geral, sempre que os eventos acima forem observados, o valor contábil de ativos financeiros não recuperáveis é ajustado através do registro de uma provisão para perda a débito da despesa como "Perdas com ativos financeiros (líquidas) " na demonstração do resultado. A reversão de perdas previamente registradas é reconhecida na demonstração do resultado no exercício em que a redução ao valor recuperável diminuir e puder ser relacionada objetivamente a um evento de recuperação.
i.2) Instrumentos de dívida registrados ao custo amortizado
O valor de uma perda para apuração do valor recuperável de um instrumento de dívida mensurado ao custo amortizado é igual à diferença entre seu valor contábil do ativo e o valor presente de seus fluxos de caixa futuros estimados (excluindo futuras perdas de crédito que não foram incorridos), descontados os juros efetivos originais do ativo financeiro (ou seja, a taxa efetiva de juros calculada no reconhecimento inicial), sendo apresentado como uma redução do saldo do ativo e reconhecido na demonstração dos resultados.
Ao estimar os fluxos de caixa futuros de instrumentos de dívida, os seguintes fatores são levados em conta:
- Todos os valores que se espera obter ao longo da vida remanescente do instrumento, incluindo, conforme o caso, as garantias prestadas. A perda por não-recuperação também leva em conta a probabilidade de cobrança de juros provisionados a receber;
- Os vários tipos de riscos a que cada instrumento está sujeito; e
- As circunstâncias em que previsivelmente as cobranças serão efetuadas.

Esses fluxos de caixa são posteriormente descontados utilizando-se a taxa de juros efetiva da operação.
Especificamente em relação ao ajuste no valor recuperável decorrente da materialização do risco de insolvência das contrapartes (risco de crédito), um instrumento de dívida torna-se não recuperável por motivo de insolvência quando há evidência de deterioração da capacidade de pagamento da contraparte, seja por estar em atraso ou por outros motivos.
A Santander Corretora de Seguros através da sua área de riscos aplica políticas, métodos e procedimentos para mitigar sua exposição no risco de crédito decorrente de insolvência atribuível a contrapartes.

Continua...

INÊS249

...Continuação

Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A.

CNPJ nº 04.270.778/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Essas políticas, métodos e procedimentos são aplicados na concessão, no exame e na documentação de instrumentos de dívida, passivos contingentes e outros compromissos, na identificação do valor recuperável e no cálculo dos valores necessários para cobrir o respectivo risco de crédito.

Os procedimentos aplicados na identificação, mensuração, controle e diminuição da exposição ao risco de crédito, são baseados em nível individual ou agrupados por semelhança.

• Clientes com gestão individualizada: clientes do segmento de Atacado, instituições financeiras e determinadas empresas. A gestão do risco é executada através de uma análise complementada por ferramentas de suporte à tomada de decisões com base em modelos de avaliação do risco interno.

• Clientes com gestão padronizada: pessoas físicas e empresas não enquadrados como clientes individualizados. A gestão do risco baseia-se em modelos automatizados de tomada de decisões e de avaliação do risco interno, complementados, quando o modelo não é abrangente ou preciso o bastante, por equipes de analistas especializados nesse tipo de risco. Os créditos relacionados a clientes padronizados, normalmente, são considerados como não recuperável quando possuem experiência histórica de perdas e atraso maior que 90 dias.

No tocante à provisão para perdas por redução ao valor recuperável de risco de crédito, a Santander Corretora de Seguros avalia todos os empréstimos. Os empréstimos são avaliados individualmente quanto a redução do valor recuperável ou avaliados em conjunto quanto a redução ao valor recuperável. Os empréstimos contabilizados como custo amortizado, que não são avaliados individualmente quanto a redução ao valor recuperável, são avaliados em conjunto quanto a redução ao valor recuperável, sendo agrupados considerando a similaridade de risco. Os empréstimos individualmente avaliados quanto a redução ao valor recuperável não é inclusa em saldos avaliados em conjunto quanto a redução ao valor recuperável.

A Santander Corretora de Seguros avalia primeiro se existe evidência objetiva de perda no valor recuperável individualmente para ativos financeiros que sejam individualmente significativos, e individual ou coletivamente para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos.

Para medir individualmente a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados quanto a redução ao valor recuperável, a Santander Corretora de Seguros considera as condições da contraparte, tais como sua situação econômica e financeira, nível de endividamento, capacidade de geração de renda, fluxo de caixa, administração, governança corporativa e qualidade de controles internos, histórico de pagamentos, experiência no setor, contingências e limites de crédito, bem como características de ativos, como sua natureza e finalidade, tipo, suficiência e garantias de nível de liquidez e valor total de crédito, e também com base na experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Para medir a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados coletivamente quanto a redução ao valor recuperável, a Santander Corretora de Seguros separa os ativos financeiros em grupos levando em consideração as características e similaridades de risco de crédito, ou seja, de acordo com o segmento, tipo de ativos, garantias e outros fatores associados à experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Em alguns casos, os dados observáveis necessários para estimar o montante de uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo financeiro podem ser limitados ou deixar de ser totalmente relevantes para as circunstâncias atuais.

Nesses casos, a entidade usa sua experiência julgamental para estimar o valor de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Da mesma forma, a entidade usa sua experiência julgamental para ajustar os dados observáveis de um grupo de ativos financeiros para refletir as circunstâncias atuais.

A perda por redução ao valor recuperável é calculada usando modelos estatísticos que levam em consideração os seguintes fatores:

• Exposição à inadimplência ou "EAD" é o valor da exposição de risco na data de inadimplência pela contraparte.

De acordo com IFRS, o grau de exposição utilizado para este cálculo é a exposição real tal qual divulgada no balanço patrimonial.

• Probabilidade de inadimplência, ou "PD", é a probabilidade da contraparte não cumprir suas obrigações de pagamento de principal e/ou juros.

PD é medido com utilização de horizonte de tempo de um ano; ou seja, quantifica a probabilidade da contraparte incorrer em inadimplemento no ano seguinte. O empréstimo será inadimplente se o principal ou juros estiverem vencidos há noventa dias ou mais ou o empréstimo estiver pendente, mas existirem dúvidas quanto à solvência da contraparte (ativos duvidosos subjetivos).

• Perda por inadimplência, ou "LGD", é a perda surgida na hipótese de inadimplência.

O cálculo de LGD se baseia nas baixas líquidas de empréstimos inadimplentes, levando em conta as garantias associadas aos empréstimos, a receita e despesas associadas ao processo de recuperação e também a época da inadimplência.

• Além disso, antes de dar baixa em empréstimos vencidos (o que é feito apenas depois da Santander Corretora de Seguros esgotar todos os esforços de recuperação), é constituído provisão integral para o valor devedor remanescente do empréstimo de forma que a provisão para perdas com empréstimo cubram totalmente as perdas. Dessa forma, a Santander Corretora de Seguros entende que sua metodologia de provisão para perda com empréstimo foi desenvolvida de forma a corresponder à sua métrica de risco e capturar empréstimos que poderiam potencialmente apresentar redução ao valor recuperável.

j) Ativos não correntes mantidos para venda

Ativos não correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, ou grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação ("Operações descontinuadas"), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano. Os imóveis ou outros ativos não circulantes recebidos pela Santander Corretora de Seguros em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores são considerados como ativos não correntes destinados à venda através da execução de leilões na qual ocorrem normalmente em até um ano.

Ativos não correntes mantidos para venda são mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria. Ativos não correntes mantidos para venda não são depreciados.

Perdas por não-recuperação com um ativo ou grupo de alienação como resultado de uma redução em seu valor contábil para o valor justo (menos os custos de venda) são reconhecidas em "Resultado na alienação de ativos não corrente mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas" na demonstração do resultado. Ganhos com um ativo não corrente destinado à venda decorrentes de aumentos subsequentes no valor justo (menos os custos de venda) aumentam o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado até o valor equivalente às perdas por não-recuperação previamente reconhecidas.

k) Períodos de vencimento residual

A análise dos vencimentos dos saldos de determinados itens nos balanços patrimoniais e das taxas médias de juros no final dos exercícios de 2023 e 2022 é informada na nota 27.a.

l) Ativo tangível

Ativo tangível inclui o valor de móveis, equipamentos de informática (hardware) e outros utensílios de propriedade da Santander Corretora de Seguros, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e, se houver, por quaisquer perdas por não-recuperação (valor contábil líquido superior ao valor recuperável).

A depreciação é calculada pelo método linear, com base no custo de aquisição dos ativos menos o seu valor residual.

A despesa de depreciação do ativo tangível é reconhecida na demonstração do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes taxas de depreciação (com base na média de anos de vida útil estimada dos diferentes ativos):

	Taxa Anual
Instalações, imóveis e equipamentos de uso e sistemas de segurança e de comunicação	10%
Sistemas de processamento de dados (Equipamentos de informática)	20%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10% ou até o vencimento do contrato

A Santander Corretora de Seguros avalia ao final de cada exercício, se há qualquer indicação de que os itens do ativo tangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização, seja por uso ou venda.

Uma vez identificada uma redução no valor recuperável do ativo tangível, este é ajustado até atingir o seu valor de realização através do reconhecimento contábil de uma perda por redução no seu valor recuperável registrada em "Perdas com outros ativos (líquidas)". Adicionalmente o valor de depreciação do referido ativo é recalculado de forma a adequar o valor da vida útil do bem.

Em caso de evidências ou indicação de recuperação do valor de um ativo tangível, a Santander Corretora de Seguros reconhece a reversão da perda por não-recuperação registrada em exercícios anteriores e deve ajustar as despesas de depreciação futuras de acordo com o valor da vida útil do bem. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda por não-recuperação de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda por não-recuperação tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

Despesas de conservação e manutenção relativas ao imobilizado de uso próprio são reconhecidas como despesas no exercício em que forem incorridas.

m) Outros ativos

Inclui o saldo de todos os adiantamentos e receitas provisionadas (excluindo juros provisionados), e o valor de quaisquer outros valores e bens não incluídos em outros itens.

n) Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões

A Santander Corretora de Seguros é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem processos judiciais e administrativos, relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que de acordo com a probabilidade de perda, tem seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da entidade. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos, e acredita que, de forma agregada, não terão impactos significativos no resultado, fluxo de caixa ou condição financeira da Santander Corretora de Seguros.

Dado as incertezas decorrentes dos processos não é praticável determinar a época de qualquer fluxo de saída (desembolso financeiro).

o) Outras obrigações

Outras obrigações incluem o saldo de todas as despesas provisionadas e receita diferida, excluindo juros provisionados, e o valor de quaisquer outras obrigações não incluídas em outras categorias.

p) Remuneração baseada em ações

A Santander Corretora de Seguros possui planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer seus direitos; (2) condições de performance, a quantidade de Units passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance da Santander Corretora de Seguros: Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do redutor pelo RORAC, comparação entre o realizado e o orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração e (3) condições de mercado, uma vez de alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco Santander. A Santander Corretora de Seguros mede o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data de concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

Liquidação em ação

A Santander Corretora de Seguros mede o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, a Santander Corretora de Seguros considera o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

Liquidação em dinheiro

Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), a Santander Corretora de Seguros mensura o valor justo dos serviços prestados e o correspondente passivo incorrido com base na valorização das ações na data de concessão e até que o passivo seja liquidado. A Santander Corretora de Seguros reavalia o valor justo do passivo ao final de cada período de reporte e a data de sua liquidação, com quaisquer mudanças no valor justo reconhecidos no resultado do exercício. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as provisões em "outros passivos" em todo o período de vigência, refletindo no período como os serviços são recebidos, a Santander Corretora de Seguros baseia o passivo total na melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquirida ao final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência com base na melhor estimativa disponível. Periodicamente, a Santander Corretora de Seguros analisa tal estimativa do número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos ao final do período de carência.

q) Reconhecimento de receitas e despesas

Os critérios mais significativos utilizados pela Santander Corretora de Seguros para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir:

q.1) Receitas e despesas com juros e similares

Receitas e despesas com juros e similares são geralmente reconhecidas pelo regime de competência, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.

q.2) Registro contábil comissão pela venda de seguros

Receitas e despesas de tarifas e comissões são reconhecidas na demonstração do resultado utilizando-se critérios que variam de acordo com a sua natureza. Os principais critérios são os seguintes:

• Receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado, são reconhecidas quando pagas.

• Aquelas resultantes de transações ou serviços realizados ao longo de um período de tempo são reconhecidas ao longo da vida dessas transações ou desses serviços.

• As relativas a serviços prestados em um único ato são reconhecidas quando da execução desse único ato.

q.3) Receitas e despesas não financeiras

São reconhecidas para fins contábeis pelo regime de competência.

q.4) Cobranças e pagamentos diferidos

Reconhecidos para fins contábeis pelo valor resultante do desconto dos fluxos de caixa esperados a taxas de mercado.

q.5) Taxas de contratos de empréstimo

Taxas de contratos de empréstimo, particularmente taxas de solicitação e obtenção de empréstimo, são provisionadas e reconhecidas no resultado ao longo do prazo do empréstimo.

r) Impostos sobre renda

O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15%, mais um adicional de 10%, e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) calculada à alíquota de 9%, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

A despesa do IRPJ é reconhecida na demonstração do resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

A despesa do imposto de renda é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer deduções permitidas para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

Ativos fiscais classificados como "Correntes" são valores de impostos a serem recuperados nos próximos 12 meses.

Passivo fiscal inclui o valor de todos os passivos fiscais (exceto provisões para impostos), classificados como "Correntes" - são valores a pagar em relação ao imposto de renda sobre o lucro real do exercício e outros impostos nos próximos 12 meses.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, e créditos e prejuízos fiscais acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real nem o lucro contábil. Outros ativos fiscais diferidos (créditos fiscais e prejuízos fiscais acumulados) somente são reconhecidos se for considerado provável que as entidades terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais possam ser utilizados.

Receitas e despesas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido são contabilizadas como diferenças temporárias.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço patrimonial a fim de determinar se ainda existem, realizando-se os ajustes adequados com base nas constatações das análises realizadas.

A expectativa de realização dos créditos tributários da Santander Corretora de Seguros está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, conforme demonstrada na nota 14.d.

O Programa de Integração Social - PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS são calculados à alíquota combinada de 9,25% sobre certas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir certas despesas financeiras na determinação da base de cálculo do PIS e da COFINS. O PIS e a COFINS são considerados como componentes de lucro (líquidos de certas receitas e despesas); portanto, e de acordo com o IAS 12, eles são contabilizados como impostos de renda.

s) Ativo intangível

O ativo intangível representa ativos não monetários identificáveis (separáveis de outros ativos) sem substância física que resultam de uma operação legal ou softwares desenvolvidos internamente. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais as entidades considerem provável que benefícios econômicos futuros serão gerados.

Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e são subsequentemente mensurados deduzidos de qualquer amortização acumulada e quaisquer perdas por não-recuperação acumuladas.

Outros ativos intangíveis

É um ativo não monetário identificável sem substância física. É decorrente basicamente de desenvolvimento de software, bem como aquisição de direitos que são capazes de gerar benefícios econômicos para a Santander Corretora de Seguros. Podem ter característica de prazo definido ou indefinido.

Outros ativos intangíveis são considerados com vida útil indefinida, quando, com base em uma análise de todos os fatores relevantes, for concluído que não há limite previsível para o período ao longo do qual se espera que o ativo gere entradas de caixa para a Santander Corretora de Seguros, ou uma vida útil finita, em todos os outros casos.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados; em vez disso, ao final de cada período, a entidade revisa a vida útil remanescente dos ativos a fim de determinar se continuam sendo indefinidas e, se esse não for o caso, a mudança deve ser contabilizada como uma mudança na estimativa contábil.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo dessa vida útil utilizando-se métodos similares aos utilizados para depreciar ativos tangíveis. A despesa de amortização é reconhecida sob a rubrica "Depreciação e amortização" na demonstração do resultado.

A Santander Corretora de Seguros avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do ativo intangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização. Identificando qualquer redução no valor recuperável, este é ajustado até atingir seu valor de realização.

A mensuração do valor recuperável de outros ativos intangíveis - software é realizada com base no valor em uso, bem como, a análise da descontinuidade do ativo em relação as atividades da Santander Corretora de Seguros.

t) Ativos Financeiros e Passivos Financeiros

A Santander Corretora é contraparte em operações de comercialização de energia elétrica no Mercado Livre, mercado este regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, com o objetivo de negociar contratos de compra e venda de energia elétrica entre os diferentes agentes do mercado, incluindo geradores, consumidores e outras comercializadoras. Esses contratos estão classificados como Derivativos. Os montantes em 31/12/2023 estão demonstrados na nota 7.

A definição de "instrumento financeiro" segundo o IAS 32 / CPC 38 é a seguinte:

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Ativo financeiro é qualquer ativo que seja:

(a) caixa;

(b) instrumento patrimonial de outra entidade;

(c) direito contratual:

(i) de receber caixa ou outro ativo financeiro de outra entidade; ou

(ii) de troca de ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade sob condições potencialmente favoráveis para a entidade;

Passivo financeiro é qualquer passivo que seja:

(a) uma obrigação contratual de:

(i) entregar caixa ou outro ativo financeiro a uma entidade; ou

(ii) trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade sob condições que são potencialmente desfavoráveis para a entidade;"

Dadas as características fundamentais podemos identificar evidências de que os contratos de comercialização de energia elétrica podem se enquadrar na definição de ativo financeiro e do alcance das normas.

Como os contratos aqui tratados tem por objetivo fixar preços futuros de uma commodity cujo preço de mercado tem volatilidade, entende-se que o tratamento contábil seria o de um termo de commodity.

Os termos de commodity, nos quais ocorre a entrega física do ativo subjacente, tem por princípio as seguintes características principais:

a) O contrato todo deve ser marcado a mercado, refletindo as diferenças de marcação dos riscos ativos e passivos nas respectivas contas contra contas de resultado; e

b) Reconhecimento dos juros implícitos nos contratos, atrelados à ponta pré-fixada.

3. Disponibilidades

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foram considerados como Disponibilidades os saldos correspondentes aos depósitos bancários.

4. Outros valores com instituições de crédito

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos da rubrica "Outros valores com instituições de crédito" nos balanços patrimoniais é a seguinte:

Classificação:	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	72.989	66.824
Outros valores com instituições de crédito	**72.989**	**66.824**
Tipo:	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Certificado de depósitos bancários - CDB	972	972
Depósitos judiciais	62.480	61.469
Outras contas	9.537	4.383
Total	**72.989**	**66.824**

A nota 27.a contém detalhes dos períodos de vencimento residual de empréstimos e recebíveis.

5. Instrumentos de patrimônio

Classificação:	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	1.160.722	2.967.435
Instrumentos de patrimônio	**1.160.722**	**2.967.435**
Tipo:	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Ações de empresas fechadas	2	2
Fundos de investimentos [1]	1.160.720	2.967.433
Total	**1.160.722**	**2.967.435**

[1] Referem-se substancialmente a cotas do Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado (Santander FI SBAC), que é um fundo exclusivo do Grupo Santander cujos principais ativos são operações compromissadas.

6. Empréstimos e adiantamentos a clientes

a) Composição

A composição dos saldos da rubrica "Empréstimos e adiantamentos a clientes" nos balanços patrimoniais consolidados é a seguinte:

Classificação:	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Ativos financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a valor Justo no Resultado	2.750.937	1.331.565
Sendo:		
Adiantamento de Contratos de Energia	2.750.937	1.331.565
Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado	153.078	149.299
Sendo:		
Empréstimos e adiantamentos a clientes ao custo amortizado	196.378	192.599
Provisão para perdas por não recuperação ("impairment")	(43.300)	(43.300)
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquidos	**2.904.015**	**1.480.864**
Empréstimos e adiantamentos a clientes, brutos	**2.860.715**	**1.437.564**
Tipo:		
Outros recebíveis	2.860.715	1.437.564

b) Composição

Classificação:	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	153.078	149.299
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquidos	**153.078**	**149.299**
Empréstimos e adiantamentos a clientes, brutos	**153.078**	**149.299**

A nota 27.a contém detalhes dos períodos de vencimento residual de empréstimos e recebíveis.

c) Detalhes

A seguir, os detalhes, por condição e tipo de crédito, setor do devedor e fórmula da taxa de juros, dos empréstimos e adiantamentos a clientes, que refletem a exposição da Santander Corretora de Seguros ao risco de crédito em sua atividade preponderante, brutos das perdas por não-recuperação:

Por setor devedor:	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Dividendos a Receber	20.466	26.210
Comissão a Receber de seguros Habitacional e Automóveis	129.007	119.568
Valores a Ressarcir	2.821	2.936
Outros recebíveis	784	585
Total	**153.078**	**149.299**

7. Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Negociação demonstrada pelo seu valor nominal e efeitos de marcação a mercado:

	2023			
	Valor Nominal	**Juros**	**MTM**	**Valor Contábil**
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação				
Comercialização de Energia [1]	17.261.619	402.175	1.323.778	1.725.953
SWAP	12.900.373	-	185.246	185.246
NDF	240.331	-	314.229	314.229
Total	**30.402.323**	**402.175**	**1.823.253**	**2.225.428**
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado por meio de Negociação				
Comercialização de Energia [1]	17.261.619	-	-	-
SWAP	13.140.704	-	(262.047)	(262.047)
Total	**30.402.323**	**-**	**(262.047)**	**(262.047)**

[1] Operações de comercialização de energia elétrica.

	2022			
	Valor Nominal	**Juros**	**MTM**	**Valor Contábil**
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação				
Comercialização de Energia (1)	7.369.963	162.745	626.194	788.939
SWAP	16.059	-	5.128	21.187
Total	**7.386.022**	**162.745**	**631.322**	**810.126**
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado por meio de Negociação				
Comercialização de Energia [1]	7.369.963	-	-	-
SWAP	564	-	7.105	7.669
Total	**7.370.527**	**-**	**7.105**	**7.669**

[1] Operações de comercialização de energia elétrica.

8. Participações em Controladas em Conjunto

Controle conjunto

A Santander Corretora de Seguros considera os investimentos classificados como controle conjunto quando possuem acordo de acionistas nos quais define que as decisões estratégicas, financeiras e operacionais exigem o consentimento unânime de todos os investidores.

a) Composição

		Participação em %	
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	**País**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda. (PSA Corretora de Seguros) [1][6]	Brasil	0,00%	50,00%
Hyundai Corretora de Seguros S.A. [2]	Brasil	50,00%	50,00%
Webmotors S.A. [3][5]	Brasil	30,00%	70,00%
TecBan - Tecnologia Bancária S.A. (TecBan) [3]	Brasil	18,98%	18,98%
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A. [4]	Brasil	20,00%	20,00%
Biomas - Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	Brasil	16,67%	0,00%

Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	**2023**	**2022**
PSA Corretora de Seguros [1]	-	540
Hyundai Corretora de Seguros S.A.	1.607	1.254
Webmotors S.A. [2]	106.955	216.661
Webmotors S.A. - Mais Valia [2]	119.962	279.910
TecBan [3]	183.650	181.216
Tecban - Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura	62.433	62.433
CSD - [4]	42.565	42.563
CSD - Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura [4]	42.136	42.135
Biomas - Serviços Ambientais, Restauração E Carbono S.A.	3.585	-
Total	**562.893**	**826.712**

	Resultado de equivalência patrimonial	
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	**01/01 a 31/12/2023**	**01/01 a 31/12/2022**
PSA Corretora de Seguros [1]	1.925	1.021
Hyundai Corretora de Seguros S.A.	353	(6)
Webmotors S.A. [2]	46.709	52.085
TecBan [3]	2.435	11.539
CSD - [4]	2	496
Biomas - Serviços Ambientais, Restauração E Carbono S.A.	(1.414)	-
Total	**50.010**	**65.135**

	2023	
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	**Patrimônio Líquido**	**Resultado**
Hyundai Corretora de Seguros S.A.	2.508	706
Webmotors S.A.	200.820	155.697
TecBan [3]	954.992	12.832
CSD - [4]	212.815	10
Biomas - Serviços Ambientais, Restauração E Carbono S.A.	30.000	(8.490)
Total	**1.401.135**	**160.755**

	2022	
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	**Patrimônio Líquido**	**Resultado**
PSA Corretora de Seguros [1]	1.081	2.042
Hyundai Corretora de Seguros S.A.	2.508	(12)
Webmotors S.A. [2]	309.516	74.407
TecBan [3]	954.773	60.796
CSD - [4]	212.815	2.480
Total	**1.480.693**	**139.713**

[1] Em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado pela Santander Corretora de Seguros e a PSA Services LTD.

[2] Ganho de capital apurado pela diferença entre o valor contábil do investimento e a avalição ao seu valor justo.

[3] Empresas com defasagem de um mês para o cálculo de equivalência patrimonial. Para contabilização do resultado de equivalência patrimonial, utilizada em 31/12/2022 a posição de 30/11/2022.

[4] Em 21 de janeiro de 2022, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora"), em conjunto com outros investidores, adquiriu participações na CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A. ("CSD BR").

[5] Em 28 de abril de 2023, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora") concluiu a operação de venda de ações representativas de 40% do capital social da Webmotors S.A. ("Webmotors") para a Carsales.com Investments PTY LTD ("Carsales") ("Operação"). Com a conclusão da Operação, a Santander Corretora passou a ser titular de 30% e a Carsales de 70% do capital social da Webmotors, vide nota NE 25.

[6] Em 2022 e 2021 conforme o acordo de acionistas, o controle era compartilhado pela Santander Corretora de Seguros e a PSA Services LTD. Em 31 de agosto de 2023 ocorreu a venda da participação societária e com isso Santander Corretora de Seguros deixa de deter a participação societária na Stellantis Corretora.

b) Variação

As variações no saldo desse item nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foram:

Controle conjunto	**2023**	**2022**
Saldo no início do exercício	**826.712**	**703.136**
Adição/(alienação)	(293.363)	84.651
Resultados equivalência patrimonial	50.010	65.135
Dividendos propostos/recebidos [1]	(20.466)	(26.210)
Saldo no final do exercício	**562.893**	**826.712**

[1] Dividendos deliberados pela Webmotors.

9. Ativo tangível

a) Composição

	31/12/2023			31/12/2022		
Outras Imobilizações de Uso	**Custo**	**Depreciação**	**Total**	**Custo**	**Depreciação**	**Total**
Imóveis e Equipamentos de Uso	11.173	(5.346)	5.827	86.836	(37.006)	49.830
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	181	(181)	-	181	(181)	-
Instalações	-	-	-	-	-	-
Sistemas de Transportes e Comunicações	1	(1)	-	1	(1)	-
Sistemas de Processamento de Dados	95	(14)	81	95	(14)	81
Total	**11.450**	**(5.542)**	**5.908**	**87.113**	**(37.202)**	**49.911**

b) Variações

	01/01 a 31/12/2023			01/01 a 31/12/2022		
	Custo	**Depreciação**	**Total**	**Custo**	**Depreciação**	**Total**
Saldo no Início do Exercício	**87.113**	**(37.202)**	**49.911**	**87.102**	**(32.571)**	**54.531**
Adições	-	-	-	11	-	11
Depreciação	-	(1.409)	(1.409)	-	(4.631)	(4.631)
Baixas	(42.594)	-	(42.594)	-	-	-
Saldo no Final do Exercício	**44.519**	**(38.611)**	**5.908**	**87.113**	**(37.202)**	**49.911**

As despesas de depreciação foram contabilizadas na rubrica "Depreciação e amortização", na demonstração do resultado.

10. Ativo intangível - Outros ativos intangíveis

a) Composição

	31/12/2023			31/12/2022		
Outras Imobilizações de Uso	**Custo**	**Amortização**	**Total**	**Custo**	**Amortização**	**Total**
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	6.474	(2.212)	4.262	6.474	(917)	5.557
Total	**6.474**	**(2.212)**	**4.262**	**6.474**	**(917)**	**5.557**

b) Variações

	01/01 a 31/12/2023			01/01 a 31/12/2022		
	Custo	**Amortização**	**Total**	**Custo**	**Amortização**	**Total**
Saldo no Início do Exercício	**6.474**	**(917)**	**5.557**	**5.394**	**-**	**5.394**
Adições	-	-	-	1.079	-	**1.079**
Amortização	-	(1.295)	(1.295)	-	(917)	**(917)**
Saldo no Final do Exercício	**6.474**	**(2.212)**	**4.262**	**6.474**	**(917)**	**5.557**

11. Outros ativos

A composição do saldo do item "Outros ativos" é a seguinte:

	31/12/2023	**31/12/2022**
Ativo Atuarial - Fundo de Pensões (Nota 12.a)	24.241	23.646
Precatórios a Receber	231.431	212.138
Outros	34.038	30.093
Total	**289.710**	**265.878**

12. Provisões para fundos de pensões e obrigações similares

a) Plano de Pensão Complementar

A Santander Corretora de Seguros, patrocina juntamente com o Banco Santander, planos de benefício definido e planos de contribuição definida, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

I) Banesprev - Fundo Banespa de Seguridade Social (Banesprev)

Os planos de benefícios definidos e variáveis administrados pela entidade Benesprev são: Plano I, Plano II, Plano III, Plano IV, Plano V, Plano de Complementação de Aposentadorias e Pensão - Pré 75, Plano Sanprev I, Plano Sanprev II, Plano Sanprev III, DCA, DAB e CACIBAN. Todos os planos estão fechados para novas adesões.

II) Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev)

Entidade fechada de previdência complementar que administrava três planos de benefícios, dois na modalidade de Benefício Definido e um na modalidade de Contribuição Variável, cujo processo de transferência de gerenciamento destes planos para a Banesprev ocorreu em janeiro de 2017. Atualmente, está em curso solicitação do processo de encerramento da autorização de funcionamento junto a PREVIC.

III) Outros Planos

SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi): é uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente.

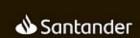
O Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é o único estruturado na modalidade de Contribuição Definida e aberto para novas adesões, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano.

No exercício de 2023, o valor apropriado pela patrocinadora como despesa relativo a Banesprev foi de R$ - 1.865 (31/12/2022 - R$2.859) e para a SantanderPrevi o valor foi de R$ - 34 (31/12/2022 - R$41).

Apuração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

	31/12/2023 Banesprev	**31/12/2022 Banesprev**
Conciliação dos Ativos e Passivos		
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(91.881)	(86.792)
Valor Justo dos Ativos do Plano	245.554	197.576
Sendo:		
Superávit	153.673	110.784
Valor não Reconhecido como Ativo	129.432	87.137
Ativo Atuarial Líquido (Nota 11)	**24.241**	**23.646**
Receitas (Despesas) Reconhecidas	(1.865)	(2.859)
Ganhos e Perdas Atuariais	18.608	7.101
Rendimento Efetivo sobre os Ativos dos Planos	56.517	14.358

b) Plano de Assistência Médica e Odontológica

Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo (Cabesp): entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000, conforme definido em estatuto da Entidade.

Continua...

Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A.

CNPJ nº 04.270.778/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	31/12/2023 Cabesp	31/12/2022 Cabesp
Conciliação dos Ativos e Passivos		
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(130.048)	(128.491)
Valor Justo dos Ativos do Plano	161.399	157.366
Sendo:		
Superávit	31.351	28.875
Valor não Reconhecido como Ativo	31.351	28.875
Passivo Atuarial Líquido	-	-
Contribuições Efetuadas	(2.136)	(2.317)
Receitas (Despesas) Reconhecidas	51	(127)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(14.031)	(13.004)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos dos Planos	13.727	3.599

Abertura dos Ganhos (Perdas) Atuariais por Experiência, Hipóteses Financeiras e Hipóteses Demográficas

31/12/2023	Banesprev	Cabesp
Experiência do Plano	327	8.020
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(5.428)	(9.733)
Mudanças em Hipóteses Demográficas	(731)	289
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	**(5.832)**	**(1.425)**
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	37.690	(971)
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	**37.690**	**(971)**
Mudança no Superávit Irrecuperável	**(29.437)**	**209**

31/12/2022	Banesprev	Cabesp
Experiência do Plano	(35.223)	(3.418)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	7.446	19.203
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	**(27.778)**	**15.785**
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(5.487)	(163.751)
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	**(5.487)**	**(163.751)**
Mudança no Superávit Irrecuperável	**29.670**	**141.770**

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pela Santander Corretora de Seguros em 31 de dezembro de 2023:

Planos:	**Duração (em Anos)**
Banesprev I	7,46
Banesprev II	8,19
Banesprev III	7,15
Cabesp	10,92

Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

31/12/2023	Aposentadoria	Saúde
Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial	8,7%	8,7%
Taxa para Cálculo do Juros sobre os Ativos, para Exercício Seguinte	8,7%	8,7%
Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo	3,0%	3,0%
Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários	3,8%	N/A
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	AT2000 suavizada em 10% [1] e AT2000 [2]	AT2000

[1] Banesprev Plano II

Análise de Sensibilidade

Os pressupostos relacionados às premissas atuariais significativas possuem efeito sobre os valores reconhecidos no resultado e no valor presente das obrigações. Mudanças na taxa de juros, tábua de mortalidade e custo de assistência médica teriam os seguintes efeitos:

Sensibilidade	31/12/2023 Efeito sobre Custo do Serviço Corrente e Juros	31/12/2023 Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações	31/12/2022 Efeito sobre Custo do Serviço Corrente e Juros	31/12/2022 Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações
Taxa de Juros				
(+)0,5%	(569)	(6.714)	(609)	(6.602)
(-)0,5%	623	7.349	667	7.233
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral				
Aplicada (+) 2 anos	(1.055)	(12.447)	(1.066)	(11.596)
Aplicada (-) 2 anos	1.128	13.303	1.132	12.273
Custo Assistência Médica				
(+)0,5%	624	7.358	663	7.190
(-)0,5%	(578)	(6.818)	(615)	(6.667)

13. Provisões

a) Composição

A composição do saldo do item "Provisões" é a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões [1]	65.500	40.021
Total	**65.500**	**40.021**

[1] Inclui basicamente provisões para riscos fiscais e obrigações legais, cíveis e trabalhistas.

b) Variações

As variações no saldo de "Provisões" foram as seguintes:

01/01 a 31/12/2023	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outras	Total
Saldo no início do exercício	**6.530**	**31.178**	**2.312**	**-**	**40.020**
Adições debitadas ao resultado:	2.230	33.059	10.351	537	46.177
Constituição Líquida de Reversão	2.230	33.059	10.351	537	46.177
Baixas por Pagamento	(2.254)	(9.885)	(8.558)	-	(20.697)
Saldo no fim do exercício	**6.506**	**54.353**	**4.106**	**537**	**65.500**
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	4.505	3.890	1.565	-	9.961
Total dos Depósitos em Garantia [1]	**4.505**	**3.890**	**1.565**	**-**	**9.961**

[1] Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão e não contemplam os depósitos em garantia, relativos as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

01/01 a 31/12/2022	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outras	Total
Saldo no início do exercício	**4.784**	**20.109**	**2.946**	**109**	**27.948**
Adições debitadas ao resultado:	10.936	43.060	13.049	-	67.045
Constituição Líquida de Reversão	10.936	43.060	13.049	-	67.045
Baixas por Pagamento	(9.198)	(31.991)	(13.683)	(109)	(54.972)
Saldo no fim do exercício	**6.530**	**31.178**	**2.312**	**-**	**40.021**
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	4.666	4.513	1.486	-	10.665
Total dos Depósitos em Garantia [1]	**4.666**	**4.513**	**1.486**	**-**	**10.665**

[1] Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão de contingência e não contemplam os depósitos em garantia, relativos as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

c) Provisões para processos judiciais e administrativos - Ações trabalhistas

São ações movidas por ex-empregados ou ex-colaboradores terceirizados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas.
As ações trabalhistas são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

d) Provisões para processos judiciais e administrativos - Ações cíveis

São ações judiciais de caráter predominantemente indenizatório e revisionais de crédito.
As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a financiamentos.
As ações revisionais referem-se a operações de crédito, através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais.
As ações cíveis são provisionadas de acordo com a avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base na fase de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

e) Processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária

Os principais processos relacionados a obrigações legais tributárias, registradas em passivos fiscais - correntes, integralmente registradas como obrigação, estão descritos a seguir:
PIS e COFINS - R$4.506 (31/12/2022 - R$4.259): a Santander Corretora de Seguros ajuizou medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e pela Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

f) Passivos contingentes classificados como risco de perda possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como riscos de perda possível, não sendo provisionados.
As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram em R$112.661, sendo os principais processos os seguintes:
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - a Companhia discute administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial. Em 31 de dezembro de 2023, o valor relacionado a essa discussão era de aproximadamente R$21.617.
Desmutualização das Bolsas - IRPJ e CSLL - visa a não incidência do IRPJ e da CSLL dos valores correspondentes à atualização dos títulos patrimoniais convertidos em ações, visto que não representa acréscimo patrimonial, mas de mera permuta. O processo administrativo encerrou desfavoravelmente à Companhia. Os processos judiciais aguardam julgamento. Em 31 de dezembro de 2023, o valor relacionado a essa discussão era de aproximadamente R$30.219.
Desmutualização das Bolsas - PIS e COFINS - cobrança de PIS e COFINS sobre o resultado na venda das ações que substituíram os títulos da BM&F e Bovespa, sob a alegação de que as ações estariam classificadas em conta de ativo circulante. Referidas ações estavam classificadas em conta do ativo permanente, sendo que a venda das mesmas foi excluída da base de cálculo de PIS e COFINS conforme determina o art. 3, § 2, inciso IV da Lei 9.718/1998. Em 31 de dezembro de 2023, o valor era de R$19.205.
Os passivos relacionados a trabalhista com risco de perda possível totalizaram em R$10.989.

14. Ativos e passivos fiscais

a) Imposto de renda e contribuição social

O total dos encargos do exercício pode ser conciliado com o lucro contábil como segue:

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Lucro antes da tributação, líquido da participação no resultado	3.400.972	2.358.218
Lucro antes da tributação	**3.400.972**	**2.358.218**
Alíquota: 25% de imposto de renda e 9% de contribuição social	**(1.156.330)**	**(801.794)**
PIS e COFINS (líquidos de imposto de renda e contribuição social) [1]	(301.177)	(174.098)
Ajustes:	56.616	22.146
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(17.891)	(5.467)
Outros ajustes	(10.741)	17.624
Imposto de renda e contribuição social	**(1.429.523)**	**(941.589)**
Impostos correntes	(1.288.898)	(904.536)
Impostos diferidos	(140.625)	(37.053)
Impostos pagos no exercício	1.185.161	665.232

[1] PIS e COFINS são considerados como componentes da base de lucro (base líquida de determinadas receitas e despesas); portanto, e de acordo com o IAS 12, são contabilizados como impostos sobre a renda.

b) Cálculo efetivo das alíquotas de imposto

As alíquotas efetivas de imposto são:

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Lucro antes da tributação	3.400.972	2.358.218
Imposto de renda	1.429.523	941.589
Alíquota efetiva	42,03%	39,93%

c) Impostos diferidos

Os dados dos saldos dos itens "Ativos Fiscais diferidos" e "Passivos fiscais diferidos" são:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativos fiscais diferidos		
Demais diferenças temporárias	82.791	5.786
Total de ativos fiscais diferidos	**82.791**	**5.786**
Passivos fiscais diferidos		
Depreciação excedente de bens arrendados		
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos	348.463	131.636
Avaliação de títulos disponíveis para venda	37.632	37.873
Outros	11.666	10.069
Total de passivos fiscais diferidos	**397.761**	**179.578**

As movimentações dos saldos dos itens "Ativos Fiscais diferidos" e "Passivos fiscais diferidos" nos últimos dois anos foram:

	Saldos em 31/12/2022	Ajuste no resultado	Ajuste de marcação a mercado refletido no Patrimônio Líquido	Outros movimentos	Saldos em 31/12/2023
Ativos fiscais diferidos	**5.786**	**77.006**	**-**	**-**	**82.792**
Diferenças temporárias	5.786	77.006	-	-	82.792
Passivos fiscais diferidos	**179.578**	**217.631**	**(242)**	**794**	**397.761**
Diferenças temporárias	179.578	217.631	(242)	794	397.761
Total	**(173.792)**	**(140.625)**	**242**	**(794)**	**(314.969)**

	Saldos em 31/12/2021	Ajuste no resultado	Outros movimentos	Saldos em 31/12/2022
Ativos fiscais diferidos	**21.105**	**(15.319)**	**-**	**5.786**
Diferenças temporárias	21.105	(15.319)	-	5.786
Passivos fiscais diferidos	**158.194**	**20.145**	**1.239**	**179.578**
Diferenças temporárias	158.194	20.145	1.239	179.578
Total	**(137.089)**	**(35.464)**	**(1.986)**	**(173.792)**

d) Expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos

31/12/2023	Ativos fiscais diferidos		Passivos fiscais diferidos	
Ano	Diferenças temporárias	Total	Diferenças temporárias	Total
2024	30.978	30.978	97.690	97.690
2025	30.978	30.978	97.690	97.690
2026	12.260	12.260	97.690	97.690
2027	4.984	4.984	97.690	97.690
2028	1.320	1.320	1.167	1.167
2029 a 2033	2.271	2.271	5.834	5.834
Total	**82.791**	**82.791**	**397.761**	**397.761**

15. Outras obrigações

A seguir, a composição do saldo da rubrica "Outras obrigações":

	31/12/2023	31/12/2022
Salários a Pagar	10.128	8.984
Comissão de Seguros	108.639	69.429
Despesas provisionadas e receitas diferidas	619	1.061
Provisão para pagamento baseado em ações (Nota 2.p)	14.179	9.501
Outras Obrigações	102	539
Total	**133.667**	**89.513**

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social, inteiramente integralizado em moeda corrente do País, é de R$3.470.068 (31/12/2022 - R$2.555.533) composto por - 7.184 (31/12/2022 - 7.184) mil ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas de domiciliados no país.
Em 02 de maio de 2023, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R$914.535, totalmente subscrito e integralizado.

b) Reservas

Reserva legal

Do lucro líquido do exercício é destinado 5% para constituição da reserva legal, limitada a 20% do capital social. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.
Caso seja atingido o referido limite, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre a destinação do saldo.

Reserva estatutária

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, são destinados 50% para reserva para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos, com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da Santander Corretora de Seguros e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas as reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

c) Lucro por Ação

O lucro por ação básico da Santander Corretora de Seguros para o exercício é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela quantidade média de ações. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Santander Corretora de Seguros não possuía instrumentos ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo sobre o lucro por ação e, consequentemente, o lucro por ação básico é equivalente ao lucro por ação diluído segundo os requerimentos do IAS33 - Lucro por Ação (CPC 41).

d) Política de Distribuição de Dividendos

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 1% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação.
Em 23 de agosto de 2023, os diretores aprovaram o pagamento de dividendos intermediários da companhia no valor de R$1.600 (um bilhão e seiscentos reais) com base nas reservas de equalização de dividendos e reforço de capital da companhia.
Em dezembro de 2023, foram destacados dividendos no valor de R$19.998 (2,78 por ação ordinária) a serem submetidos à aprovação. O valor dos Dividendos mínimos obrigatórios foi superior em R$1.269.

17. Receitas com juros e similares

A composição dos principais itens de juros e similares auferidos em 2023 e 2022 está demonstrada a seguir:

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Rendas de Aplicações de Fundos de Investimentos	356.662	419.644
Certificado de Depósitos Bancários - CDB	85	21.712
Plano de Previdência	2.399	2.107
Atualização de depósitos judiciais	4.190	3.405
Outros juros	23.272	53.037
Total	**386.608**	**499.905**

18. Despesas com juros e similares

A composição dos principais itens das despesas com juros e similares em 2023 e 2022 está demonstrada a seguir:

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Outros juros	6.719	13.169
Total	**6.719**	**13.169**

19. Receitas de tarifas e comissões

A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Seguros	1.509.045	1.810.432
Outras tarifas e comissões	175.753	72.352
Total	**1.684.798**	**1.882.784**

20. Despesas de tarifas e comissões

A rubrica "Despesas de tarifas e comissões" mostra o valor de todas as tarifas e comissões pagas ou a pagar no ano, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.
A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Despesas com ISSQN	41.845	43.789
Despesas de Serviços com Operações de Seguros	113.711	114.890
Outras tarifas e comissões	13.273	3.796
Total	**168.829**	**162.476**

21. Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)

Os ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros são compostos pelos valores dos ajustes de avaliação dos instrumentos financeiros, exceto aqueles atribuídos aos juros acumulados como resultado da aplicação do método dos juros efetivos e às provisões, e pelos ganhos ou pelas perdas resultantes da venda ou compra dos instrumentos financeiros.
A composição do saldo dessa rubrica, classificadas como ativos/passivos financeiros para negociação, está demonstrada a seguir:

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado	612.065	622.611
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	88.345	(338.389)
Total	**700.410**	**284.222**

22. Variações cambiais (líquidas)

Os ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros são compostos pelos valores dos ajustes de avaliação dos instrumentos financeiros, exceto aqueles atribuídos aos juros acumulados como resultado da aplicação do método dos juros efetivos e às provisões, e pelos ganhos ou pelas perdas resultantes da venda ou compra dos instrumentos financeiros.
A composição do saldo dessa rubrica, classificadas como ativos/passivos financeiros para negociação, está demonstrada a seguir:

	31/12/2023
Receitas com Variações Cambiais	323.215
Despesas com Variações Cambiais	(181.289)
Total	**141.926**

23. Despesas com pessoal

a) Composição

A composição da rubrica "Despesas com pessoal" está demonstrada a seguir:

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Remuneração direta	118.348	99.158
Encargos	37.867	30.624
Benefícios	51.194	43.399
Planos de pensão de benefício definido	30	260
Contribuições aos fundos de pensão de contribuição definida	428	341
Remuneração baseada em ações	732	(865)
Outras despesas de pessoal	1.838	1.928
Total	**210.437**	**174.844**

b) Remuneração com Base em Ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados ao Departamento de Recursos Humanos, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos se exercerem cargos na Diretoria Executiva.

b.1) Plano de Compra de Ações

Plano de Incentivo a Longo Prazo - SOP 2013: é um plano de Opção de Compra com duração de 3 anos. O período para exercício compreende entre 30 de junho de 2016 até 30 de junho de 2018. A quantidade de Units a serem exercidas pelos participantes foi determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: Retorno Total ao Acionista (RTA) e ajustada pelo indicador Retorno sobre Ativo ponderado pelo Risco (RoRWA), comparação entre realizado e orçado em cada exercício. A consecução final do plano foi de 89,61%.

b.1.1) Valor Justo e Parâmetros de Performance para Planos

Para a contabilização dos planos do Programa Local foram realizadas simulações por uma consultoria independente, baseadas na metodologia Monte Carlo, de forma que apresentamos os parâmetros de desempenho para o cálculo de ações a serem concedidas a seguir. Tais parâmetros são associados as suas respectivas probabilidades de ocorrência, que são atualizadas no fechamento de cada período.

Posição RTA	SOP 2013 [1] % de Ações Passíveis de Exercício
1°	100%
2°	75%
3°	50%

[1] O percentual de ações determinado na posição do RTA está sujeito a um redutor de acordo com a execução do Retorno sobre o Ativo Ponderado pelo Risco (RoRWA).

Para a mensuração do valor justo das opções do plano foram utilizadas as seguintes premissas:

	SOP 2013
Método de Avaliação	Black&Scholes
Volatilidade	40,00%
Taxa de Dividendos	3,00%
Período de "Vesting"	3 Anos
Momento "Médio" de Exercício	5 Anos
Taxa Livre de Risco	11,80%
Probabilidade de Ocorrência	60,27%
Valor Justo para Ações	R$5,96

Em 2023, não foram registradas despesas "pro rata" dia (2022 - não foram registradas despesas), referentes aos planos de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP) e ao plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP) (2022 - não foram registradas despesas).

b.2) Remuneração Variável Referenciada em Ações

No plano de incentivo de longo prazo (diferimento) estão determinados os requisitos para pagamento das parcelas diferidas futuras da remuneração variável, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo, incluindo a possibilidade de aplicação de reduções ou cancelamentos em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.
O plano de remuneração variável do Banco Santander é dividido em 2 programas: (i) Coletivo Identificado e (ii) Coletivo não identificado.
i) Coletivo Identificado - Participantes do Comitê Executivo, Diretores estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos no Banco e responsáveis das áreas de controle. O pagamento do diferimento será realizado de duas formas: 50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11).
ii) Coletivo não Identificado - empregados de nível gerencial e outros funcionários da organização que venham a ser beneficiados pelo Plano de diferimento. O valor diferido será pago 100% em dinheiro, indexado a 100% do CDI.

24. Outras despesas administrativas

A composição do saldo deste item é a seguinte:

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Publicidade	7.317	5.190
Ajudas de custo e despesas de viagem	17.068	14.008
Tributos exceto imposto de renda	23	30
Convênio Operacional	51.859	42.005
Prêmios de seguros	854	286
Serviços técnicos especializados	4.698	5.005
Outras despesas administrativas	2.273	1.763
Total	**84.092**	**68.287**

25. Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda

A composição do saldo deste item é a seguinte:

	31/12/2023
Ganhos	**975.328**
Alienação de tangíveis	30.630
Alienação de investimentos [1]	944.697
Perdas	**(20.852)**
Alienação de tangíveis	(20.852)
Total	**954.475**

[1] O Banco Santander, através da sua subsidiária Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora"), vendeu parte de sua participação acionária na Webmotors S.A. para a Carsales, desfazendo-se assim de 40% do capital social da empresa.

26. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Segundo o IFRS 13, a mensuração do valor justo utilizando uma hierarquia de valor justo que reflita o modelo utilizado no processo de mensuração, deve estar de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:
Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações, derivativos listados.
Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes

Nível 1: os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B, NTN-C e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.
Nível 2: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive a extrapolação de dados de mercado observáveis e técnicas de extrapolação. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por títulos privados em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1.
Nível 3: Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, a Santander Corretora de Seguros utiliza modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo próprio. No nível 3 são classificados, principalmente, ações não cotadas em bolsa que não são geralmente negociados em um mercado ativo.

Derivativos

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.
Nível 2: Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente swaps e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado.
No apreçamento dos instrumentos financeiro mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de *Black-Scholes* (opções de taxa de câmbio, opções de índice de taxa de juros, *caps* e *floors*) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).
Nível 3: Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, principalmente, por derivativos exóticos.
A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pela Santander Corretora de Seguros para apurar seu valor justo:

	31/12/2023 Nível 2	31/12/2023 Nível 3	31/12/2022 Nível 2	31/12/2022 Nível 3
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	**4.914.707**	**1.379.486**	**4.583.104**	**705.767**
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1.998.361	752.576	917.101	414.464
Instrumentos de patrimônio	1.134.768	25.954	2.939.783	27.652
Instrumentos de dívida	157.106	-	179.745	-
Derivativos[1]	1.624.472	600.956	546.475	263.651
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	**262.047**	**-**	**7.699**	**-**
Derivativos[1]	262.047	-	7.699	-

[1] Operações de comercialização de energia elétrica.

Ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Os ativos financeiros de propriedade da Santander Corretora de Seguros são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial, exceto empréstimos e recebíveis.
No mesmo sentido, os passivos financeiros de propriedade da Santander Corretora de Seguros exceto os passivos financeiros para negociação e os mensurados ao valor justo - são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial.

i) Ativos financeiros mensurados ao Custo Amortizado

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros da Santander Corretora de Seguros mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos no final do exercício:

Ativo	31/12/2023 Valor Contábil	31/12/2023 Valor Justo	31/12/2022 Valor Contábil	31/12/2022 Valor Justo
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado:				
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito (nota 4) [1]	72.989	72.989	66.824	66.824
Empréstimos e adiantamentos a clientes (nota 6) [1]	153.078	153.078	149.299	149.299
Total	**226.067**	**226.067**	**216.123**	**216.123**

[1] Classificados como operações de Nivel 2.

ii) Passivos financeiros mensurados ao Custo Amortizado

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros da Santander Corretora de Seguros mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos no final do exercício:

Passivo	31/12/2023 Valor Contábil	31/12/2023 Valor Justo	31/12/2022 Valor Contábil	31/12/2022 Valor Justo
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado:				
Outros passivos financeiros	31.481	31.481	52.061	52.061
Total	**31.481**	**31.481**	**52.061**	**52.061**

27. Outras divulgações

a) Vencimento residual

A composição, por vencimento, dos saldos de certos itens do balanço patrimonial é a seguinte:

31/12/2023	À vista	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total
Ativo:						
Disponibilidades	18.093	-	-	-	-	18.093
Instrumentos de dívida	-	-	157.016	-	-	157.016
Instrumentos de patrimônio	-	-	1.160.722	-	-	1.160.722
Outros valores com instituições de crédito [1]	-	-	-	72.989	-	72.989
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	2.484.646	54.164	310.500	54.705	2.904.015
Derivativos	-	574.977	117.931	1.334.711	197.809	2.225.428
Total	**18.093**	**3.059.623**	**1.489.833**	**1.718.200**	**54.705**	**6.538.263**
Passivo:						
Passivos Financeiros	-	31.449	-	32	-	31.481
Derivativos	-	139.813	-	80.270	41.964	262.047
Total	**-**	**171.262**	**-**	**80.302**	**41.964**	**293.528**
Diferença (ativo e passivo)	**18.093**	**2.888.361**	**1.489.833**	**1.637.898**	**12.741**	**6.244.735**

[1] Em 31 de dezembro de 2023 está representado substancialmente por depósitos judiciais e depósitos bancários.

31/12/2022	À vista	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 1 ano	De 3 a 5 anos	Total
Ativo:						
Disponibilidades	9.624	-	-	-	-	9.624
Instrumentos de dívida	-	-	179.745	-	-	179.745
Instrumentos de patrimônio	-	2	2.967.533	-	-	2.967.535
Outros valores com instituições de crédito [1]	-	-	-	66.824	-	66.824
Outros Ativos Financeiros ao valor justo no resultado	-	-	-	-		-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	146.342	107	2.850	-	149.299
Derivativos	-	702.423	47.987	42.762	16.954	810.126
Total	**9.624**	**848.767**	**3.195.372**	**112.436**	**-**	**4.183.153**
Passivo:						
Passivos Financeiros	-	52.061	-	-	-	52.061
Derivativos	-	7.669	-	-		7.669
Total	**-**	**59.730**	**-**	**-**	**-**	**59.730**
Diferença (ativo e passivo)	**9.624**	**1.290.200**	**3.195.372**	**112.436**	**-**	**4.123.423**

b) Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

28. Transações com partes relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na AGO da Santander Corretora de Seguros, realizada em 02 de maio de 2023, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores para o ano de 2023, no valor máximo de R$10, abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações e demais benefícios. A Santander Corretora de Seguros não possui benefícios de rescisão de contrato de trabalho para seu pessoal-chave da administração.

b) Benefícios de Longo Prazo

A Santander Corretora de Seguros, assim como o Banco Santander, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander Espanha, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas (Nota 23.b).

c) Benefícios de Curto Prazo

A Santander Corretora de Seguros é parte integrante do Conglomerado Santander e seus Administradores em 2023 e 2022, foram remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, seu controlador, com os respectivos encargos atribuídos ao controlador.

d) Participação Acionária

A Santander Corretora de Seguros é controlada pelo Banco Santander que possui participação acionária direta de 7.184 mil ações ordinárias, equivalentes a 100% do capital social.

e) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

Continua...

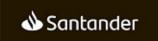
INÊS249

...Continuação

Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A.

CNPJ nº 04.270.778/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	31/12/2023		31/12/2022	
	Controladora [1]	Outras partes relacionadas [2]	Controladora [1]	Outras partes relacionadas [2]
Ativo	**16.212**	**1.181.310**	**59.242**	**26.210**
Disponibilidades e Reservas no Banco Central do Brasil	**16.212**	**-**	**7.546**	**-**
Banco Santander [1]	16.212	-	7.546	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes [3]	**-**	**-**	**-**	**26.210**
Webmotors S.A. [3]	-	-	-	25.189
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda	-	-	-	1.021
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito - AFCA	**-**	**-**	**27.701**	**-**
Banco Santander [1]	-	-	27.701	-
Títulos e Valores Mobiliários	**237.429**	**1.160.720**	**-**	**2.939.783**
Banco Santander [1]	237.429	-	-	-
Fundo SBAC	-	25.952	-	-
SAN PRECA	-	1.134.768	-	2.939.783
Dividendos e Bonificações a Receber	**-**	**20.466**	**-**	**-**
Webmotors S.A. [3]	-	20.466	-	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	**24.655**	-	-	-
Banco Santander [1]	24.655	-	-	-
Outros ativos	**-**	**124**	**23.995**	**-**
Banco Santander [1]	-	-	23.995	-
Santander Capitalização	-	124	-	-
Passivo	**-**	**-**	**(13.461)**	**-**
Dividendos e Bonificações a Pagar	**(19.998)**	**-**	**-**	**-**
Banco Santander [1]	(19.998)	-	-	-
Outros passivos financeiros	**-**	**-**	**(13.461)**	**-**
Banco Santander [1]	-	-	(13.461)	-

	01/01 a 31/12/2023		01/01 a 31/12/2022	
	Controladora [1]	Outras partes relacionadas [2]	Controladora [1]	Outras partes relacionadas [2]
Resultado				
Receitas com juros e similares	**158.420**	**310.236**	**253.315**	**363.641**
Banco Santander [1]	158.420	-	253.315	-
Fundo SBAC [5]	-	310.236	-	363.641
Receitas de Tarifas e Comissões	**288.670**	**1.197.707**	**-**	**1.345.560**
Banco Santander [1]	288.670	-	-	-
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. [4]	-	1.118.503	-	1.269.884
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. [4]	-	79.204	-	75.425
Santander Capitalização S.A.	-	-	-	1
Outras receitas	**101**	**-**	**-**	**125**
Pessoal Chave da Administração	101	-	-	125
Outras receitas e despesas	**(51.859)**	**(543)**	**(50.091)**	**-**
Banco Santander [1]	(51.859)	-	(42.005)	-
Universia Brasil S.A.	-	(2)	(2)	-
Tools Soluções E Serviços Compartilhados Ltda	-	(379)	-	-
Esfera Fidelidade S.A.	-	(37)	-	-
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. [4]	-	-	-	-
Santander Capitalização S.A.	-	(125)	-	-
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda	-	-	(8.084)	-

[1] Controlador (Nota 28.d).
[2] Controlada pelo Banco Santander.
[3] Controlada em Conjunto da Santander Corretora de Seguros.
[4] Banco Santander Espanha exerce influência significativa, detêm o poder de participar das decisões de políticas financeiras e operacionais da investida, mas não controla nem detém controle conjunto da mesma.
[5] Controlado indiretamente pelo Banco Santander (Brasil) e Espanha.

Todos os empréstimos e outros valores com partes relacionadas foram feitos no curso normal dos negócios e em bases sustentáveis, incluindo taxas de juros e garantias e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

29. Gestão do risco

A gestão de riscos da Santander Corretora de Seguros é realizada em conjunto com o processo de gestão do Conglomerado Santander, de acordo com a regulamentação vigente, e visa proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios. Na condução de suas operações, a Santander Participações está exposta, principalmente, aos seguintes riscos:

- Risco de crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial dos clientes ou das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras. O gerenciamento de risco de crédito tem como objetivo manter uma rentabilidade mínima que compense o risco de inadimplência estimado, do cliente e da carteira.
- Risco de mercado é a exposição em fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. A administração dos riscos de mercado permite o acompanhamento dos riscos que podem afetar as posições das carteiras.
- Risco operacional é o risco de perda resultante de inadequação ou falha em processos internos, pessoas, sistemas e/ou de exposição a eventos externos. A gestão e controle do risco operacional buscam o fortalecimento do ambiente de controles internos, a prevenção, mitigação e redução dos eventos e perdas por risco operacional e a continuidade do negócio.
- Risco de compliance é definido como risco legal, ou de sanções regulatórias, de perda financeira ou de reputação que uma instituição pode sofrer como resultado de falhas no cumprimento de leis, regulamentações, códigos de conduta e das boas práticas. O gerenciamento de risco de compliance tem enfoque proativo ao risco de conformidade, com a monitoria, educação e comunicação.
- Risco de reputação é a exposição decorrente de opinião pública negativa, independentemente do fato de essa opinião se basear em fatos ou meramente na percepção do público. O gerenciamento de risco de reputação é realizado através do envolvimento responsável no negócio certo, com os clientes certos.

a) Análise de sensibilidade

A Santander Corretora de Seguros efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros conforme exigências dos órgãos reguladores e as boas práticas internacionais, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente em suas posições.

O quadro resumo apresentado abaixo sintetiza valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos da Santander Corretora de Seguros, referente a carteira "*banking*", para cada um dos cenários da carteira do dia 31 de dezembro de 2023.

Carteira "banking"

Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré-Fixadas	(77)	(387)	(774)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	32	161	322
Energia	Exposições sujeitas à variação do preço de energia.	1.366	34.140	68.280
Total [1]		**1.321**	**33.914**	**67.828**

[1] Valores líquidos de efeitos fiscais.

Cenário 1: uma situação considerada provável pela Administração. Com base nas informações de mercado, foram aplicados choques de 10 pontos base para taxa de juros e 1% para variação de preços (moedas).

Cenário 2: uma situação, com deterioração de 25% na variável de risco considerada.

Cenário 3: uma situação, com deterioração de 50% na variável de risco considerada.

Eventos Subsequentes

a) Aquisição de participação e Investimento na Fit Economia de Energia S.A.

Em 06 de março de 2024, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. concluiu, diante do cumprimento das condições precedentes aplicáveis, a operação para aquisição e investimento na Fit Economia de Energia S.A. ("Companhia"), de forma que passou a deter 65% do capital social da Companhia ("Operação").

b) Aquisição de participação e Investimento na América Gestão Serviços em Energia S.A.

Em 12 de março de 2024, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços ("Santander Corretora") formalizou, em conjunto com os acionistas da América Gestão Serviços em Energia S.A. ("América Energia"), contrato de compra e venda de ações e outras avenças com vistas a aquisição de 70% do capital social total e votante da América Energia. A conclusão da Operação estará sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas usuais em transações similares, incluindo a obtenção das autorizações regulatórias pertinentes.

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente
Ede Ilson Viani

Diretor Vice-Presidente
Reginaldo Antonio Ribeiro

Diretores Executivos

Luiz Masagão Ribeiro Filho | Vanessa Alessi Manzi | Vitor Ohtsuki | Murilo Setti Riedel | Daniel Castilho de Oliveira | Fernando Gomes da Hora

Diretor Técnico
Fernando Corrêa Teófilo

Diretor de Controles Internos
Alvaro Teofilo de Oliveira Neto

CONTADORA
Camilla Cruz Oliveira de Souza CRC nº 1SP - 256989/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas e controladas em conjunto para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Companhia

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de abril de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3

AÇUCAREIRA QUATÁ S.A.

CNPJ Nº 60.855.574/0001-73 - NIRE 35300051556

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - REALIZADA EM 22/03/2024

Data, Hora e Local: 22/03/2024, às 12h00, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.400, 3º andar, Itaim Bibi, Cidade de São Paulo/SP ou ainda de modo digital via videoconferência pela plataforma digital *Microsoft Teams*. **Convocação**: Realizada por escrito, na forma prevista no Artigo 20, §1º, do Estatuto Social da Açucareira Quatá S.A. ("Companhia"). **Presenças**: Presente os seguintes membros do Conselho de Administração: Presidente, Francisco Amaury Olsen, Vice-Presidente, Carmen Tonanni e Conselheiros Luiz Zillo Neto, Miguel Zillo, Antonio José Zillo, José Marcos Lorenzetti e Raphael Lorenzetti Losasso. Presentes, também, os Conselheiros Consultivos Independentes, Britaldo Pedrosa Soares e José Aurélio Drummond Junior. **Mesa**: Sr. Francisco Amaury Olsen – Presidente; e Sra. Carolina Giovani Santos – Secretária. **Ordem do Dia**: Deliberar sobre a renovação do financiamento "Confim" com o ING Group para a Biorigin Europe N.V. **Deliberações:** Abertos os trabalhos e instalada a Reunião, o Presidente da Mesa colocou em exame, discussão e votação a matéria constante da Ordem do Dia, deliberando, os membros do Conselho de Administração, conforme materiais apresentados, aprovados e arquivados na sede da Companhia, aprovaram, por unanimidade, sem quaisquer restrições e/ou ressalvas: **(i)** a renovação do financiamento "Confim" com o ING Group para a Biorigin Europe N.V.; e **(ii)** a autorização para os Diretores praticarem os atos necessários para formalização e/ou implementação das deliberações ora aprovadas. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos para a lavratura desta ata, a qual foi lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os Conselheiros presentes. **Assinaturas:** Francisco Amaury Olsen – Presidente; e Carolina Giovani Santos – Secretária. **Conselheiros:** Francisco Amaury Olsen, Carmen Tonanni, Luiz Zillo Neto, Miguel Zillo, Antonio José Zillo, José Marcos Lorenzetti e Raphael Lorenzetti Losasso. **Conselheiros Consultivos Independentes:** Britaldo Pedrosa Soares e José Aurélio Drummond Junior. A presente ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio. São Paulo/SP, 22/03/2024. Carolina Giovani Santos – Secretária. **Jucesp** nº 142.336/24-5 em sessão de 09/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.

CNPJ/ME nº 87.376.109/0001-06

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

Ficam os acionistas desta Companhia, convocados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), que será realizada no dia 02/05/2024, com início às 09h30 horas, por meio de videoconferência; por questões de segurança, pedimos que envie um e-mail a caixa departamental govcorporativo@zurich-santander.com.br, solicitando o link de acesso até o dia 29/04/2024, em primeira chamada, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(I)** Eleger membros titulares e suplentes do Conselho de Administração; e **(II)** Ratificar a composição dos membros do Conselho de Administração. Encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, cópias dos documentos referentes às matérias a serem deliberadas na AGOE convocada. São Paulo, 22/04/2024. ***Claudio Alberto Chiesa*** – *Presidente do Conselho de Administração*.
(23, 24 e 25/04/2024)

中国能建 ENERGY CHINA

圣诺伦索供水系统有限公司
SISTEMA PRODUTOR SÃO LOURENÇO S.A.

SISTEMA PRODUTOR SÃO LOURENÇO S.A.

CNPJ 18.580.161/0001-67

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas., as demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos.

São Paulo, 28 de março de 2024

A Administração

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	60.760	61.545
Contas a receber de clientes	5	44.826	47.381
Estoque		1.253	660
Contas a receber de concessão	7	252.606	233.833
Impostos a recuperar	8	15.979	8.846
Outros créditos		437	934
Total do ativo circulante		375.861	353.199
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras - caixa restrito	10	81.140	75.203
Contas a receber de clientes - LP	5	–	544
Contas a receber de concessão - LP	7	3.641.733	3.604.927
Impostos a recuperar	8	173.865	234.819
Outros créditos		52	155
Total do realizável a longo prazo		3.896.790	3.915.648
Imobilizado		2.802	2.419
Total do ativo não circulante		3.899.592	3.918.067
Total do ativo		4.275.453	4.271.266

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante			
Fornecedores	9	3.171	47.047
Financiamentos	10	171.797	163.824
Partes relacionadas	6	2.481	1.817
Salários e encargos sociais a recolher		5.259	5.666
Impostos e contribuições a recolher		4.654	4.834
Dividendos a pagar	11.c	43.013	49.979
Total do passivo circulante		230.375	273.167
Passivo não circulante			
Fornecedores	9	547	564
Financiamentos	10	2.401.805	2.453.656
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.b	437.960	344.426
Tributos diferidos	16	293.590	226.351
Total do passivo não circulante		3.133.902	3.024.997
Patrimônio líquido			
Capital social	11.a	468.515	468.515
Reservas de Lucro	11.b	442.661	504.587
Total do patrimônio líquido		911.176	973.102
Total do passivo		3.364.277	3.298.164
Total do passivo e patrimônio líquido		4.275.453	4.271.266

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Notas	Capital social Subscrito	Reservas de Lucros: Reserva legal	Reservas de Lucros: Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		468.515	25.737	389.129	–	883.381
Lucro líquido do exercício		–	–	–	150.311	150.311
Destinações:						–
Reserva legal	11.b (i)	–	7.516	–	(7.516)	–
Dividendos obrigatórios (25%)	11.c	–	–	–	(35.699)	(35.699)
Dividendos propostos	11.c	–	–	(10.611)	(14.280)	(24.891)
Constituição de reserva de retenção de lucros	11.b (ii)	–	–	92.816	(92.816)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022		468.515	33.253	471.334	–	973.102
Lucro líquido do exercício		–	–	–	181.108	181.108
Destinações:						–
Reserva legal	11.b (i)	–	9.055	–	(9.055)	–
Dividendos obrigatórios (25%)	11.c	–	–	–	(43.013)	(43.013)
Dividendos propostos	11.c	–	–	(200.021)	–	(200.021)
Constituição de reserva de retenção de lucros	11.b (ii)	–	–	129.040	(129.040)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023		468.515	42.308	400.353	–	911.176

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Receita líquida de serviços	12	505.464	527.077
Custo dos serviços prestados	13	(29.443)	(68.340)
Lucro bruto		476.021	458.737
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	13	(12.029)	(11.697)
Outras despesas operacionais	13	(6)	–
Lucro operacional antes do resultado financeiro		463.986	447.040
Receitas financeiras	14	56.847	41.318
Despesas financeiras	14	(246.323)	(259.755)
Variação cambial, líquida	14	131	92
Resultado financeiro		(189.345)	(218.345)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		274.641	228.695
Imposto de renda e contribuição social	15.a	(93.533)	(78.384)
Lucro líquido do exercício		181.108	150.311

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações de resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	181.108	150.311
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total	181.108	150.311

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	274.641	228.695
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:		
Depreciação	376	376
Provisão de juros, variações monetárias e custos de financiamentos	246.230	250.640
Variações monetárias	(17)	29
Variação cambial partes relacionadas	(131)	(92)
Receita de aplicações financeiras	(9.688)	(8.968)
Receita de atualização do contas a receber de concessão	(510.594)	(489.941)
Tributos diferidos	67.239	58.328
Perda na alienação de imobilizado	6	–
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Impostos a recuperar	53.821	(62.376)
Contas a receber de clientes	3.099	(41.140)
Estoque	(593)	(287)
Outros créditos	601	(198)
Contas a receber de concessão	455.015	388.853
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(43.876)	44.176
Salários e encargos sociais a recolher	(407)	1.236
Impostos e contribuições a recolher	(180)	734
Partes relacionadas	795	490
	536.337	370.555
Juros pagos	(197.634)	(202.928)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	338.703	167.627
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicação financeira	3.751	11.745
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(765)	(192)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	2.986	11.553
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de dividendos	(250.000)	(48.000)
Amortização de financiamento	(92.378)	(120.935)
Custos de transação de empréstimo	(96)	(96)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(342.474)	(169.031)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(785)	10.149
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	61.545	51.396
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	60.760	61.545
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(785)	10.149

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais - R$)

1. Contexto operacional: O Sistema Produtor São Lourenço S.A. ("Companhia"), sociedade por ações de capital fechado, sediada na cidade de São Paulo, foi constituído em 03 de julho de 2013, tendo por objeto social a prestação de serviços de operação, manutenção, conservação, vigilância e segurança patrimonial do sistema de desidratação, secagem e disposição final do lodo do Sistema Produtor São Lourenço S.A. ("Empreendimento"), inclusive, manutenção, conservação, vigilância e segurança patrimonial das unidades e dos sistemas do Empreendimento, bem como a execução de obras pertinentes ao Empreendimento. Os negócios da Companhia são geridos em conformidade com as disposições do edital de concessão e com as condições e especificações do contrato de parceria público-privada ("Contrato PPP"), celebrado em virtude do procedimento licitatório promovido pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp ("Poder Concedente"). O prazo total do contrato de concessão é de 300 meses (25 anos), composto de uma fase inicial de obras, com valor total de investimento de aproximadamente R$ 2,6 bilhões, e uma fase de operação do empreendimento. Conforme previsto em cláusulas contratuais, o contrato obteve eficácia a partir de 10 de abril de 2014, com o cumprimento das exigências estabelecidas. Em 23 de maio de 2018 por intermédio da celebração de contrato de compra e venda, foi alterado o controle da Companhia Sistema Produtor São Lourenço S.A. que até a presente data era da Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. e da Andrade Gutierrez Engenharia S.A. e passou então a ser da Empresa CGGC Construtora do Brasil Ltda. Esta alteração de controle foi aprovada tanto pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp, quanto pelos agentes financeiros Caixa Econômica Federal, Banco Itaú e Banco BTG Pactual. A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp autorizou o início da fase de operação do sistema a partir do dia 10 de julho de 2018 com a emissão da Autorização de Prestação de Serviços e emissão da Autorização da Operação do Lodo, após a comprovação pela Sabesp da disponibilização da capacidade de tratamento e adução de água. **2. Base de elaboração: Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC):** As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreende as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. **3. Sumário das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia, as quais estão listadas abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis, salvo indicado ao contrário. **Receita operacional: i) Receita de construção e a receita de atualização do contas a receber de concessão: Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas:** a receita de construção e a receita de atualização do contas a receber de concessão são provenientes do contrato de concessão. A Companhia foi contratada para construir o Empreendimento Sistema Produtor São Lourenço S.A. que após sua conclusão começou a emitir faturas mensalmente que normalmente são pagas em 30 dias. A receita é reconhecida ao longo do tempo com base no método de custo incorrido. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos. **ii) A receita de operação ou prestação de serviços: Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas:** as faturas para os serviços de operação são emitidas mensalmente e normalmente são pagas em 30 dias. Os serviços de operação referem-se à manutenção, conservação, vigilância e segurança patrimonial e operação do sistema de desidratação, secagem e disposição final do lodo do empreendimento. **Política de reconhecimento da receita:** a receita é reconhecida na medida em que os serviços são prestados pela Companhia. O estágio de conclusão para determinar o valor da receita a ser reconhecida é mensurado com base em avaliações de progresso do trabalho realizado. Se os serviços sob um único contrato ocorrem em períodos diferentes, a contraprestação será alocada com base em seus preços de venda individuais. O preço de venda individual é determinado com base nos preços de tabela em que a Companhia vende os serviços em transações separadas. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real. Todas as informações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais (R$) e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Benefícios a empregados: Benefícios de curto prazo a empregados:** obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **Instrumentos financeiros: i) Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **ii) Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. A Companhia possui somente ativos financeiros classificados como custo amortizado. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas às condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. **Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia aos fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). **Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas: Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Os passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **i) Desreconhecimento: Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **ii) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social diferidos. O imposto diferido é reconhecido no resultado. **i) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas mensalmente. **Capital social:** Ações ordinárias são classificadas como capital social no patrimônio líquido. Cada ação ordinária nominativa da Companhia confere ao titular direito a um voto nas Assembleias Gerais de Acionistas da Companhia. **Receitas e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: • Receita de juros; • Despesa de juros; e • Atualizações monetárias resultantes de aplicações financeiras, usando o método de taxa efetiva de juros. As variações monetárias ativas ou passivas são decorrentes da cobrança ou pagamento a terceiros, conforme requerido por contrato, reconhecidas pelo regime de competência *pro rata temporis*. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: • Valor contábil bruto do contas a receber de concessão; ou • Ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **Mensuração a valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. **Uso de estimativas e julgamento:** Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente, conforme abaixo: **i) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota Explicativa nº 7 - Contas a receber de concessão; • Nota Explicativa nº 15 (b) - Imposto de renda e contribuição social diferidos; e • Nota Explicativa nº 18 - Provisão para contingências. **ii) Mensuração do valor justo:** Uma série de divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia (Nível 1 ao 3) baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação. A Companhia possui seus instrumentos financeiros classificados no Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte Nota Explicativa nº 17 - Instrumentos financeiros. **Redução ao valor recuperável *(Impairment)*: i) Ativos financeiros não-derivativos: Instrumentos financeiros e ativos contratuais:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. A Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. **3.1 Novas normas e interpretações em políticas contábeis:** Determinadas novas normas e interpretações contábeis foram publicadas, mas não são obrigatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia. Não se espera que essas normas tenham impacto material sobre a Companhia no exercício corrente ou nas futuras demonstrações contábeis.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	2023	2022
Caixa e bancos	56	58
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	60.704	61.487
Total	**60.760**	**61.545**

Em 2023 as aplicações em CDBs apresentaram rentabilidade entre 99% a 101% (99% a 100% em 2022) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com liquidez imediata.

5. Contas a receber de Clientes:

	2023	2022
Prestação de serviços nacional fase de operação saldos a faturar	5.188	12.423
Prestação de serviços nacional fase de operação - saldos faturados	4.128	–
Prestação de serviços nacional fase de construção - saldos faturados	35.510	35.502
Total	**44.826**	**47.925**
Circulante	44.826	47.381
Não circulante	**–**	**544**

Composição por vencimento das contas a receber:

	2023	2022
A vencer	**43.463**	**44.826**
Vencidos		
De 91 a 180 dias	–	2.555
Acima de 360 dias	1.363	544
Total	**44.826**	**47.925**

A Companhia avaliou a perda esperada de crédito para contas a receber de clientes e não constituiu provisão, pois concluiu que não houve impacto material às demonstrações contábeis.

6. Partes relacionadas:

Passivo circulante		2023	2022
Outras contas a pagar:			
China Gezhouba Group Overseas Investiment	(a)	2.481	1.817
Total		**2.481**	**1.817**
Resultado		**2023**	**2022**
Custos de construção e despesas operacionais:			
China Gezhouba Group Overseas Investiment	(a)	(795)	(490)
Variação cambial, líquida:			
China Gezhouba Group Overseas Investiment	(a)	131	92
Total		**(664)**	**(398)**

(a) Refere-se ao reembolso do Seguro Social de profissionais; **Remuneração dos administradores:** O montante reconhecido até 31 de dezembro de 2023 é de R$ 2.664 (R$ 3.106 em 2022), referente a benefícios de curto prazo, como salários, encargos e outros benefícios, registrado na rubrica "Despesas gerais e administrativas" no resultado. Não há benefícios pós-emprego nem remuneração baseada em ações. **7. Contas a Receber de Concessão:** A Companhia registrou os valores a receber em decorrência do direito incondicional de recebimento de contraprestação mensal fixa do contratante do contrato de PPP, a partir do início da fase de operação do projeto (ocorrida em julho de 2018), até o final da concessão. Os serviços de construção realizados pela Companhia (execução das obras) serão remunerados pela contraprestação mensal a ser recebida.

	2023	2022
Saldo inicial	**3.838.760**	**3.737.672**
Adições **(a)**	–	43.347
Atualização **(b)**	510.487	489.941
Amortização **(c)**	(454.908)	(432.200)
Saldo final	**3.894.339**	**3.838.760**
Circulante	252.606	233.833
Não circulante	**3.641.733**	**3.604.927**

(a) Referem-se à receita de construção reconhecida no exercício de 2022; **(b)** A atualização do contas a receber de concessão é calculada com base no método da taxa efetiva e calculada com base em dados reais do projeto e projeções ao longo do período de concessão; **(c)** As amortizações do contas a receber de concessão vêm sendo realizadas desde agosto de 2018 quando se iniciou o recebimento da contraprestação mensal e será recebida até maio de 2039. **8. Impostos a recuperar:** A companhia recebeu da Receita Federal do Brasil durante o ano de 2023, o montante de R$ 137.829 a título de restituição, substancialmente os valores trata-se de restituição de INSS em 06 de março de 2023 no valor de R$ 98.199, e em 13 de junho de 2023 no valor de R$ 25.299 referentes aos processos 19613.737.113/2021-17 e 19613.723.549/2023-91, respectivamente.

9. Fornecedores:

	2023	2022
Fornecedores (a)	2.962	45.152
Outras contas a pagar (b)	756	2.459
Total	**3.718**	**47.611**
Circulante	3.171	47.047
Não circulante	**547**	**564**

(a) Em janeiro de 2023 foi realizado o pagamento dos valores de pleitos do contrato de EPC, relativos ao período de construção das obras do empreendimento, cuja negociação foi concluída logo após a formalização do reequilíbrio do contrato de concessão com a Sabesp ocorrido em dezembro de 2022. **(b)** Substancialmente, refere-se a provisões de custos e/ou serviços de terceiros incorridos.

10. Financiamentos:

Modalidade	Vencimento	Taxa de juros	2023	2022
Repasse de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	Dezembro de 2038	7,50% a.a. + TR	2.612.099	2.658.372
(–) Custos de transação a amortizar **(*)**			(38.497)	(40.892)
Total			**2.573.602**	**2.617.480**
Circulante			**171.797**	**163.824**
Não circulante			**2.401.805**	**2.453.656**

(*) TIR (Taxa interna de retorno) efetiva com o custo de transação 8,4% a.a. + TR. Informações sobre a exposição da Companhia à taxa de juros e risco de liquidez estão incluídas na Nota Explicativa nº 17. Em 04 de dezembro de 2014, foi assinado contrato de financiamento de longo prazo cuja primeira liberação ocorreu em 08 de maio de 2015. O financiamento decorre do repasse de recursos do FGTS, formalizado entre a Companhia, a Caixa Econômica Federal, o Itaú Unibanco S.A. e o Banco BTG Pactual S.A. e é destinado ao financiamento de investimentos para o Sistema Produtor São Lourenço S.A., no âmbito do Programa Saneamento Para Todos - Modalidade Abastecimento de Água. O valor total contratado por essa linha de financiamento é de R$ 2.352.700, tendo sido liberado até 31 de dezembro de 2021 um total de R$ 2.325.375. Houve uma reprogramação do valor contratado na linha de crédito para R$2.289.973, gerando assim uma devolução de R$ 35.402 que ocorreu no dia 22 de dezembro de 2022. O saldo devedor será apurado mensalmente, a partir da contratação, até a sua efetiva liquidação, contemplando os períodos de carência e amortização, até o pagamento integral do financiamento. O período de carência corresponde ao prazo de conclusão das obras, acrescido de até 4 meses, limitado ao total de 48 meses a partir da assinatura do contrato de financiamento. De acordo com essa regra, o início da amortização do financiamento ocorreu em janeiro de 2019. Para o cumprimento do contrato, foi constituída uma conta reserva, não movimentável pelo seu titular, a qual acumula um saldo equivalente as três próximas prestações mensais vincendas do financiamento. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo dessa conta é de R$ 81.140 (R$ 75.203 em 31 de dezembro de 2022), apresentado na rubrica aplicações financeiras - caixa restrito. De acordo com o contrato de financiamento de longo prazo, determinadas condições e obrigações devem ser atendidas, tais como a manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) superior a 1,20 durante a fase de amortização do financiamento, restrições em relação à distribuição de dividendos, limitação de endividamento de curto prazo e mudança acionária da Companhia, e garantias foram prestadas tais como cessão de direitos do contrato de concessão. A Administração monitora essas exigências, as quais foram atendidas em 31 de dezembro de 2023. A movimentação dos financiamentos no exercício é como segue:

	2023	2022
Saldo inicial	**2.617.480**	**2.690.799**
Fluxo com efeito em caixa:		
Pagamento de principal	(92.378)	(120.935)
Pagamento do custo de transação	(96)	(96)
Pagamento de juros	(197.634)	(202.928)
Subtotal - fluxo de caixa	**2.327.372**	**2.366.840**
Variações sem efeito em caixa:		
Provisão de juros e variação monetária	246.230	250.640
Saldo final	**2.573.602**	**2.617.480**

As parcelas de longo prazo, em 31 de dezembro de 2023, vencem como segue:

2025	171.558
2026	171.558
2027	171.558
Após 2028	1.887.131
Total	**2.401.805**

11. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 468.515 (R$ 468.515 em 31 de dezembro de 2022), representado por 512.032.753 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, em ambos os períodos. **b) Reserva de lucros: i) Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

	2023	2022
Reserva legal:		
Lucro líquido do exercício	181.108	150.311
Base de cálculo da reserva legal	181.108	150.311
Constituição da reserva legal (5%)	**(9.055)**	**(7.516)**

ii) Reserva de retenção de lucros: É destinada para a realização de investimentos e/ou distribuição de dividendos acumulados. **c) Dividendos:** O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do período ajustado na forma da lei.

	2023	2022
Dividendos propostos		
Lucro líquido do exercício	181.108	150.311
Constituição da reserva legal Nota Explicativa nº 11.b **(i)**	(9.055)	(7.516)
Base de cálculo dividendos	172.053	142.795
Dividendos mínimos obrigatórios	25%	25%
Dividendos obrigatórios	**43.013**	**35.699**
Dividendos adicionais	**–**	**10%**
Dividendos adicionais propostos	**–**	**14.280**
Total	**43.013**	**49.979**
Movimentação:		
Saldo inicial 01 de janeiro de 2023		**49.979**
Dividendos obrigatórios em 31.12.2023		43.013
Dividendos adicionais (*)		200.021
Dividendos pagos		(250.000)
Saldo final em 31 de dezembro de 2023		**43.013**

(*) Em 29 de novembro de 2023 a Administração da Companhia distribuiu dividendos propostos no valor de R$ 200.021. **12. Receita líquida de serviços:** A seguir está demonstrada a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício:

	2023	2022
Receita de construção	–	43.347
Receita de operação	46.498	47.513
Receita de atualização do contas a receber de concessão	510.487	489.941
Receita bruta	**556.985**	**580.801**
Impostos sobre receitas de construção e atualização do contas a receber de concessão	(47.220)	(49.329)
Impostos sobre receitas de operação - correntes	(4.301)	(4.395)
(–) Impostos sobre receita	**(51.521)**	**(53.724)**
Receita líquida de serviços	**505.464**	**527.077**

13. Informações sobre a natureza de custos e despesas na demonstração do resultado: A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2023	2022
Custos de construção	–	(38.158)
Custos de operação **(*)**	(29.537)	(30.182)
Serviços de terceiros	(2.663)	(2.369)
Salários, encargos sociais e benefícios	(7.454)	(7.543)
Matéria-prima, materiais de uso e consumo e outros	(1.818)	(1.785)
Perda na alienação de imobilizado	(6)	–
Total	**(41.478)**	**(80.037)**

Classificadas como:	**2023**	**2022**
Custo dos serviços prestados	(29.443)	(68.340)
Despesas gerais e administrativas	(12.029)	(11.697)
Outras despesas operacionais	(6)	–
Total	**(41.478)**	**(80.037)**

(*) Referem-se aos custos com materiais, pessoal, serviços de terceiros, seguros e outros no exercício. **14. Resultado financeiro:**

	2023	2022
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	23.770	8.826
Rendimentos de aplicações financeiras - caixa restrito	9.237	8.551
Variação monetária	23.840	23.936
Outras	–	5
Total	**56.847**	**41.318**
Despesas financeiras:		
Juros e amortização dos custos de captação sobre financiamento (Nota Explicativa nº 10)	(246.230)	(250.640)
Variação monetária	(13)	(9.047)
Despesas bancárias	(36)	(62)
Outras	(44)	(6)
Total	**(246.323)**	**(259.755)**
Variação cambial, líquida	131	92
Resultado financeiro	(189.345)	(218.345)

15. Imposto de renda e contribuição social: a) Imposto de renda e contribuição social creditados ao resultado do exercício:

	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	274.641	228.695
Alíquotas (15% para imposto de renda mais adicional de 10% e 9% para contribuição social)	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas nominais	(93.378)	(77.756)
Ajuste para apuração do imposto de renda e da contribuição social efetivos	(155)	(628)
(Despesa) de imposto de renda e contribuição social diferido reconhecidos no resultado do exercício	(93.533)	(78.384)

b) Imposto de renda e a contribuição social diferidos no balanço patrimonial:

Ativo:	31/12/2021 Saldo Inicial	Movimentações: Adições	Movimentações: Reversões	31/12/2022 Saldo Final
Provisões diversas	**1.544**	1.760	(1.484)	**1.820**
Prejuízo fiscal	**388.720**	39.641	–	**428.361**
Saldo	**390.264**	**41.401**	**(1.484)**	**430.181**
Passivo:				
Provisão sobre as receitas de serviços	**(656.306)**	(152.754)	34.453	**(774.607)**
Saldo	**(656.306)**	**(152.754)**	**34.453**	**(774.607)**
Líquido	**(266.042)**	(111.353)	32.969	**(344.426)**

Ativo:	31/12/2022 Saldo Inicial	Movimentações: Adições	Movimentações: Reversões	31/12/2023 Saldo Final
Provisões diversas	**1.820**	1.137	(1.790)	**1.167**
Prejuízo fiscal	**428.361**	26.901	–	**455.262**
Saldo	**430.181**	**28.038**	**(1.790)**	**456.429**
Passivo:				
Provisão sobre as receitas de serviços	**(774.607)**	(158.249)	38.467	**(894.389)**
Saldo	**(774.607)**	**(158.249)**	**38.467**	**(894.389)**
Líquido	**(344.426)**	(130.211)	36.677	**(437.960)**

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos, com base nas projeções da Companhia indicam a realização a partir de 2024. **16. Tributos diferidos:** Em 31 de dezembro de 2023, os saldos dos tributos diferidos são representados pelo reconhecimento de PIS e COFINS de R$ 293.590 (R$ 226.351 em 31 de dezembro de 2022), constituídos sobre as receitas e os custos de construção, em decorrência das diferenças fiscais e societárias entre o reconhecimento e o recolhimento desses tributos. **17. Instrumentos financeiros: Classificação contábil e valores justos:**

Ativos financeiros	Categoria	Nível	2023 Valor Contábil	2023 Valor Justo	2022 Valor Contábil	2022 Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	–	60.760	60.760	61.545	61.545
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	–	44.826	44.826	47.925	47.925
Contas a receber de concessão	Custo amortizado	2	3.894.339	3.894.339	3.838.760	3.838.760
Aplicações financeiras - caixa restrito	Custo amortizado	–	81.140	81.140	75.203	75.203
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	–	3.718	3.718	47.611	47.611
Financiamentos	Custo amortizado	2	2.573.602	2.573.602	2.617.480	2.617.480
Outras contas a pagar Partes relacionadas	Custo amortizado	–	2.481	2.481	1.817	1.817

O valor justo do contas a receber de concessão e do financiamento contratado pela Companhia (Programa Saneamento para Todos) equivale ao valor registrado contabilmente, uma vez que não existem instrumentos similares com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Em relação aos demais saldos contábeis, a Administração considera que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. **Exposição a riscos de taxas de juros:** A Companhia está exposta a Taxa de Juros Referencial (TR) no financiamento. As taxas de juros nas aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. Essas posições estão demonstradas a seguir:

	Indexador	2023	2022
Ativo:			
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	CDI	60.760	61.545
Aplicações financeiras - caixa restrito	CDI	81.140	75.203
Passivo:			
Financiamentos - TR	TR	2.573.602	2.617.480

A Companhia está exposta a riscos em oscilações de taxas de juros em operações de aplicações financeiras e financiamentos, cuja avaliação da Administração está divulgada abaixo na análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros. **Gestão de risco de liquidez:** A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. O financiamento contratado pela Companhia iniciou os desembolsos referentes à amortização do valor principal e parcela de juros em janeiro de 2019. A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros da Companhia, bem como despesas com fornecedores, por faixa de vencimento, incluindo parcelas de principal e juros futuros a serem pagos de acordo com as cláusulas contratuais e projeções futuras:

	2024	2025	2026	2027 em diante	Total
Fornecedores	3.718	–	–	–	**3.718**
Financiamentos	292.956	292.644	292.310	3.470.376	**4.348.286**
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	2.481	–	–	–	**2.481**

Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros: Considerando os instrumentos financeiros mencionados anteriormente, a Companhia desenvolveu uma análise de sensibilidade que apresenta mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerada. Esses cenários poderão gerar impactos nos resultados e/ou nos fluxos de caixa futuros da Companhia, conforme descrito a seguir: • **Cenário-base:** manutenção nos níveis de juros nos mesmos níveis observados em 31 de dezembro de 2023. • **Cenário adverso:** deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2023. • **Cenário remoto:** deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2023. **Premissas:** Conforme descrito anteriormente, a Companhia entende que está exposta principalmente ao risco de variação do CDI e da TR, que são a base para atualização das aplicações financeiras, empréstimos com partes relacionadas e financiamentos. Nesse sentido, a seguir estão demonstrados os índices utilizados nos cálculos de análise de sensibilidade:

Operação	Risco	Cenário-base	Cenário adverso	Cenário remoto
Exposição a índices variáveis:				
Aplicações financeiras - CDI	Redução do índice	8.033	6.025	4.016
Financiamentos - TR **(*)**	Aumento do índice	45.295	56.619	67.943

(*) A análise de sensibilidade considera apenas a variação do componente TR sobre o saldo devedor do financiamento, não considerando a parcela de juros de 7,5% a.a. O cenário-base é considerado pela Administração como o que melhor reflete suas expectativas, sendo este calculado com base em projeções disponibilizadas no mercado financeiro para cálculo dos valores futuros das operações, tendo em conta até 12 meses de vencimento. **18. Provisão para contingências:** Em 31 de dezembro de 2023, inexistem causas cujo prognóstico é de perda provável, consequentemente, nenhuma provisão foi reconhecida. **19. Autorização para conclusão das demonstrações contábeis:** Na reunião da Administração realizada em 28 de março de 2024, foi autorizada a emissão das demonstrações contábeis.

continua →★

圣诺伦索供水系统有限公司
SISTEMA PRODUTOR SÃO LOURENÇO S.A.

SISTEMA PRODUTOR SÃO LOURENÇO S.A.

CNPJ 18.580.161/0001-67

→★ continuação

Diretoria

Marcelo Indame Seabra de Mello - Diretor Presidente

Yi Liu - Representante Legal (Procurador)

Contador

Nelson Nóbrega da Costa - CRC 1SP 202165/0-9

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores do **Sistema Produtor São Lourenço S.A.** - São Paulo - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações financeiras do **Sistema Produtor São Lourenço S.A. ("Companhia" ou "SPSL")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Sistema Produtor São Lourenço S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Auditoria do período anterior:** As demonstrações financeiras da **Companhia** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 15 de fevereiro de 2023 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Administração e Governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

BDO

São Paulo, 28 de março de 2024

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/0-1

Dário Vieira de Lima
Contador - CRC 1 SP 238754/0-6

w w w . s p s l . e c o . b r

Picciorana Participações S.A.

CNPJ nº 19.914.535/0001-04

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2023/2022 *(em milhares de reais)*

Relatório da Diretoria: Srs. Acionistas: Atendendo às disposições legais, a administração da Picciorana Participações S.A. apresenta as suas demonstrações financeiras resumidas referentes ao exercício de 2023/2022. O relatório completo e as notas explicativas encontram-se à disposição na sede da empresa.

A Diretoria

Balanço Patrimonial

Ativo	2023	2022
Circulante	**7.750**	**4.352**
Caixa e equivalentes de caixa	4.569	191
Partes relacionadas	3.109	4.161
Outros ativos	72	–
Não circulante	**55.432**	**43.096**
Investimentos	68.116	55.780
A Realizar	(12.684)	(12.684)
Total do ativo	**63.182**	**47.448**

Passivo	2023	2022
Circulante	**221**	**185**
Tributos a recolher	221	185
	–	**5**
Adto. futuro aumento capital	–	5
	62.961	**47.258**
Capital social	7.066	7.066
Reserva de capital	1.413	1.413
Reserva de lucros	54.482	38.779
Total do passivo	**63.182**	**47.448**

Demonstração Resultados

	2023	2022
Operações continuadas		
Receita Operacional	3.657	2.291
Lucro bruto	**3.657**	**2.291**
Equivalência	22.318	23.759
Despesas administrativas	(3)	(5)
Impostos e Taxas	(359)	(239)
	21.956	**23.515**
Lucro Operacional	**25.613**	**25.806**
Receitas financeiras	105	1
Receitas financeiras líquidas	**105**	**1**
Lucro antes do IRPJ e CSLL	**25.718**	**25.807**
Do exercício	(1.132)	(672)
Lucro do exercício das operações	**24.586**	**25.135**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reserva legal	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	**7.066**	**1.413**	**20.544**	**29.023**
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	–	–	25.135	25.135
Distribuição de Lucros:				
Dividendos pagos/apropriados	–	–	(6.900)	(6.900)
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	**7.066**	**1.413**	**38.779**	**47.258**
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	–	–	24.586	24.586
Distribuição de Lucros:				
Dividendos pagos/apropriados	–	–	(8.883)	(8.883)
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	**7.066**	**1.413**	**54.482**	**62.961**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Descrição	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro Antes dos impostos	25.718	25.807
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Equivalência patrimonial	(25.975)	(26.049)
Juros impostos	–	25
Provisão de imposto de renda e contribuição social	1.132	673
Variações nos ativos e passivos		
Diminuição (aumento) em impostos a recuperar	–	15
(Diminuição) aumento em outros ativos	(72)	–
Aumento (diminuição) em impostos e contribuições	36	(345)
(Diminuição) aumento em outros passivos	(5)	–
Dividendos líquidos	5.260	1.091
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.716)	(1.026)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	**4.378**	**190**
Aumento líquido (redução) de caixa e equivalente de caixa	**4.378**	**190**
Movimentação de caixa e equivalentes de caixa no execício		
No início do exercício	191	1
No fim do exercício	4.569	191
Aumento líquido (redução) de caixa e equivalente de caixa	4.378	190

Diretoria

Ricardo Oliveira Selmi - Diretor Presidente

Ricardo Caveanha Bizigatto - Diretor Vice-Presidente

Contador: João Antonio Denadae - CRC 1SP205278/0-6

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SEMA – SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2024
SEMA-PRO-2023/07140 - SIAG n° 0007140/2023

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso torna público o Edital de Concorrência Eletrônica nº 002/2024, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO DE CONSULTORIA PARA O DETALHAMENTO DOS INDICADORES DAS METAS DO PLANO DE AÇÃO DO PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS DAS UNIDADES DE PLANEJAMENTO E GERENCIAMENTO ALTO PARAGUAI MÉDIO E ALTO PARAGUAI SUPERIOR (PRH P2/P3).**

LANÇAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS: de 24/04/2024, até às 08h45 de 10/05/2024, horário de Cuiabá-MT.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 9h de 10/05/2024, horário de Cuiabá-MT.

O EDITAL disponível em **https://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/sgc/faces/pub/sgc/central/EditalPageList.jsp**. **DÚVIDAS**: (065) 3613-7308 e 3613-3718 (Suporte SIAG) ou pelo endereço eletrônico: **licitacao1@sema.mt.gov.br**.

Cuiabá/MT, 22 de abril de 2024.
EMANUEL FRANCISCO DE SOUZA
Agente de Contratação
SEMA/MT

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SEMA – SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 013/2024/SEMA/MT
SEMA-PRO-2023/12872- SIAG n° 0128720/2023

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso, neste ato representada por seu Pregoeiro, no uso de suas atribuições, torna público o Edital, cujo objeto é a "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE 40 (QUARENTA) PLACAS DE ORIENTAÇÃO (SINALIZAÇÃO) NO PERÍMETRO DA ÁREA TOTAL DA APA ESTADUAL CHAPADA DOS GUIMARÃES**".

LANÇAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS: dia 23 de abril de 2024, até às 08h45min do dia 08 de maio de 2024, como referência o horário de Cuiabá-MT.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 9h de 08 de maio de 2024, (horário de Cuiabá-MT).

EDITAL: Disponível em: **https://aquisicoes.seplag.mt.gov.br**. Dúvidas: (065) 3613-7308, 3613-3718 (SUPORTE SIAG) ou **licitacao1@sema.mt.gov.br**.

Cuiabá – MT, 22 de abril de 2024.
EMANUEL FRANCISCO DE SOUZA
Pregoeiro
SEMA/MT

AÇUCAREIRA QUATÁ S.A.

CNPJ Nº 60.855.574/0001-73 - NIRE 35300051556

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - REALIZADA EM 22/03/2024

Data, Hora e Local: 22/03/2024, às 10h00 na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1400, Itaim Bibi, São Paulo/SP, admitindo-se também a participação remota por videoconferência. **Convocação**: Realizada por escrito, na forma prevista no Artigo 20, §1º, do Estatuto Social da Açucareira Quatá S.A. ("Companhia"). **Presenças**: Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração: Presidente, Francisco Amaury Olsen, Vice-Presidente, Carmen Tonanni e Conselheiros Luiz Zillo Neto, Miguel Zillo, Antonio José Zillo, José Marcos Lorenzetti e Raphael Lorenzetti Losasso. Presentes, também, os Conselheiros Consultivos Independentes, Britaldo Pedrosa Soares e José Aurélio Drummond Junior. **Mesa**: Sr. Francisco Amaury Olsen – Presidente; e Sra. Carolina Giovani Santos – Secretária. **Ordem do Dia**: Deliberar sobre a contratação de financiamento de Nota de Crédito à Exportação ("NCE") ou instrumento equivalente, pela Companhia, com o aval da Companhia Agrícola Quatá ("CAQ"), com o Banco Bocom BBM S.A.. **Deliberações:** Abertos os trabalhos e instalada a Reunião, o Presidente da Mesa colocou em exame, discussão e votação a matéria constante da Ordem do Dia, deliberando, os membros do Conselho de Administração, conforme materiais apresentados, aprovados e arquivados na sede da Companhia, aprovaram, por unanimidade, sem quaisquer restrições e/ou ressalvas: **(i)** A contratação de financiamento de NCE ou instrumento equivalente pela Companhia, com o aval da CAQ, com o Banco Bocom BBM S.A. no montante de R$ 70.000.000,00; e **(ii)** A autorização para os Diretores praticarem os atos necessários para formalização e/ou implementação das deliberações ora aprovadas, incluindo repactuações e renegociações. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos para a lavratura desta ata, a qual foi lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os Conselheiros presentes e pelo Diretor eleito. **Assinaturas:** Francisco Amaury Olsen – Presidente; e Carolina Giovani Santos – Secretária. **Conselheiros:** Francisco Amaury Olsen, Carmen Tonanni, Luiz Zillo Neto, Miguel Zillo, Antonio José Zillo, José Marcos Lorenzetti e Raphael Lorenzetti Losasso. **Conselheiros Consultivos Independentes:** Britaldo Pedrosa Soares e José Aurélio Drummond Junior. A presente ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio. São Paulo/SP, 22/03/2024. Carolina Giovani Santos – Secretária. **Jucesp** nº 142.687/24-8 em sessão de 09/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

AÇUCAREIRA QUATÁ S.A.

CNPJ Nº 60.855.574/0001-73 - NIRE 35300051556

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - REALIZADA EM 27/03/2024

Data, Hora e Local: 27/03/2024, às 10h00, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1400, Itaim Bibi, São Paulo/SP, admitindo-se também a participação remota por videoconferência. **Convocação**: Realizada por escrito, na forma prevista no Artigo 20, §1º, do Estatuto Social da Açucareira Quatá S.A. ("Companhia"). **Presenças**: Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração: Presidente, Francisco Amaury Olsen, Vice-Presidente, Carmen Tonanni, os Conselheiros Luiz Zillo Neto, Miguel Zillo, Antonio José Zillo, José Marcos Lorenzetti, Raphael Lorenzetti Losasso e, também, os Conselheiros Consultivos Independentes, Britaldo Pedrosa Soares e José Aurélio Drummond Junior. **Mesa**: Sr. Francisco Amaury Olsen – Presidente; e Sra. Carolina Giovani Santos – Secretária. **Ordem do Dia**: Re-ratificar a deliberação que constou na Ata da Reunião do Conselho de Administração de 01/03/2024 que aprovou a Antecipação de Recebíveis - Copersucar. **Deliberações:** Abertos os trabalhos e instalada a Reunião, o Presidente da Mesa colocou em exame, discussão e votação as matérias constantes da Ordem do Dia, os membros do Conselho de Administração re-ratificaram a Ata da Reunião do Conselho de Administração de 01/03/2024 às 10h45, protocolada perante a Junta Comercial de São Paulo – JUCESP nº 0.443.728/24-5 em 25/03/2024, para constar conforme segue: **(i)** a aprovação, por unanimidade e sem quaisquer restrições e/ou ressalvas, da formalização do convenio de desconto dos recebíveis Copersucar pela Companhia, em até 100% do saldo de contas a receber (estimado em R$ 316 MM) com o custo de CDI + 2,3% a.a.; **(ii)** a aprovação, por unanimidade e sem quaisquer restrições e/ou ressalvas, da contratação pela Companhia de até R$ 240 MM de fiança, com custo médio de 1,5% a.a. e prazo de até 120 dias. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos para a lavratura desta ata, a qual foi lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os Conselheiros presentes. **Assinaturas:** Francisco Amaury Olsen – Presidente; e Carolina Giovani Santos – Secretária. **Conselheiros:** Francisco Amaury Olsen, Carmen Tonanni, Luiz Zillo Neto, Miguel Zillo, Antonio José Zillo, José Marcos Lorenzetti e Raphael Lorenzetti Losasso. **Conselheiros Consultivos Independentes:** Britaldo Pedrosa Soares e José Aurelio Drummond Junior. Certifico que a ata rerratificada foi registrada na JUCESP sob nº 130.307/24-5 em sessão de 28/03/3024 e que a presente ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio. São Paulo/SP, 01/04/2024. Carolina Giovani Santos – Secretária. **Jucesp** nº 142.457/24-3 em sessão de 09/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

COMUNICADO

Nº: 024.00019528/2024-51
Interessado: COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
Assunto: PAGAMENTO DE DESPESAS COM SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO PARA CEFOR VILA MARIANA.
Trata a presente pagamento de despesas com serviços de fornecimento de energia elétrica para o CEFOR Vila Mariana, conforme solicitação Documento de Formalização de Demanda (DFD) 0019238198.
À vista das manifestações constantes dos autos, destacada a Informação 0024971967, considerando o valor estimado da contratação pretendida referente pagamento de despesas com serviço de fornecimento de água e esgoto para CEFOR Vila Mariana, de acordo com o artigo 74, da Lei 14.133/2021 e atualizações, bem como **AUTORIZO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 08/2024,** ao pagamento de despesas com serviço de fornecimento de água, por intermédio da CIA. DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A, CNPJ 43.776.517/0001-80, no valor total de **R$ 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais).**
Retorne ao Núcleo de Compras para as providências decorrentes.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SETASC - SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2024/SETASC
PROCESSO Nº 0009997/2023

A Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania do Estado de Mato Grosso – SETASC-MT, por meio de seu pregoeiro oficial, designado pela Portaria nº 097/2023/SETASC, torna público, nos termos da Lei n° 14.1333 de 2021 e do Decreto Estadual 1.525/2023, que realizará Procedimento Licitatório, na Modalidade: Pregão Eletrônico, no sistema de Registro de Preços, do TIPO: Menor Preço, cujo OBJETO é **aquisição de filtros de barro cerâmico para filtragem de água.**

LANÇAMENTO E ENVIO DA(S) PROPOSTA(S) NO SIAG: De 23/04/2024 a 08/05/2024 período integral, exceto no dia da abertura da sessão no qual será permitido o envio somente até às 08h45min.
ABERTURA DAS PROPOSTAS no dia 08/05/2024 às 9h00min
INÍCIO DA SESSÃO: 09h00min, através do endereço eletrônico http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br
DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL: O edital estará disponível a partir do dia 23/04/2024 no endereço: **http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br**, no menu "Edital" e no site **www.setasc.mt.gov.br**.

TELEFONES:
Informações sobre o pregão: (65) 94862-9666;
Suporte técnico ao SIAG: 0800-7222701 / (67) 3303-2730 / (67) 3303- 2702
SITE DA REALIZAÇÂO: http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/

***Todos os horários deste aviso são referentes ao horário de Cuiabá-MT (-1 hora de Brasília)**

Cuiabá-MT, 22 de abril de 2024.
Marcos Alexandre Pereira Stocco
Pregoeiro

COMUNICADO

DESPACHO DA SENHORA COORDENADORA DA CRH DIA 16/04/2024
024.00027108/2024-48
INTERESSADO: COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
ASSUNTO: Pagamento de inscrições para os técnicos da SES SP no 37º Congresso COSEMS/SP
Trata a presente Pagamento de inscrições para os técnicos da SES SP no 37º Congresso COSEMS/SP, conforme solicitação Documento de Formalização de Demanda (DFD) 0020179655.
À vista das manifestações constantes dos autos, destacada a Informação 0025190486, considerando o valor estimado da contratação pretendida referente **à INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 04/2024,** de acordo com o artigo 74, da Lei 14.133/2021 e atualizações, bem como **AUTORIZO** a Pagamento de inscrições para os técnicos da SES SP no 37º Congresso COSEMS/SP, por intermédio do Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Estadual, CNPJ 59.995.241/001-60, no valor total de **R$ 29.400,00 (vinte e nove mil e quatrocentos reais).**

COMUNICADO

Despacho senhor coordenador CGA 12/04/2024
024.00017967/2024-29
INTERESSADO: COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
ASSUNTO: Pagamento de contas de utilidade pública Elektro
Trata a presente do Pagamento de contas de utilidade pública Elektro, conforme solicitação Documento de Formalização de Demanda (DFD) 0020305957.
À vista das manifestações constantes dos autos, destacada a Informação 0024841738, considerando o valor estimado da contratação pretendida referente **à INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 03/2024,** de acordo com o artigo 74, da Lei 14.133/2021 e atualizações, bem como **AUTORIZO** o pagamento de despesas com serviço de fornecimento de energia elétrica, por intermédio da **ELEKTRO REDES S.A.,** CNPJ. 02.328.280/0001-97, no valor total de **R$ 46.628,40 (quarenta e seis mil seiscentos e vinte e oito reais e quarenta centavos).**

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

CNPJ Nº 08.075.006/0001-30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO SOCIAL 2023

Senhores Acionistas,

A Administração da ISA Capital do Brasil S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas, acompanhadas do relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

1. PERFIL DA COMPANHIA

A ISA Capital do Brasil S.A. ("ISA Capital" ou "Companhia") é uma Companhia holding nacional, constituída sob a forma de sociedade limitada em 28 de abril de 2006 e transformada em sociedade anônima em 19 de setembro de 2006. Posteriormente, em 4 de janeiro de 2007, obteve junto à CVM - Comissão de Valores Mobiliários o registro de Companhia aberta e permaneceu nessa condição até 27 de maio de 2010, quando cancelou o registro por decisão dos acionistas da Companhia.

O objeto social da Companhia compreende a gestão de participações societárias e a execução de empreendimentos por meio de consórcio ou qualquer outra forma de colaboração empresarial, incluindo investimentos em outras empresas ou projetos, no Brasil e/ou no exterior.

A ISA Capital é controlada pela Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P. ("ISA"), uma Companhia colombiana de capital misto, controlada pelo governo da Colômbia, cuja atividade principal é a operação e manutenção de rede de transmissão de energia, além da participação em atividades relacionadas com a prestação de serviços de energia elétrica.

Desde 26 de julho de 2006, a ISA Capital é a controladora da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("Controlada" ou "CTEEP"), data em que ocorreu a liquidação financeira do leilão público de alienação das ações do bloco de controle da CTEEP, promovido pelo Governo de São Paulo, na Bolsa de Valores de São Paulo (atual B3 e anteriormente denominada como BOVESPA) em 28 de junho de 2006.

Em 25 de maio de 2017 a ISA Capital passou a ser investidora da ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A. ("ISA Investimentos") detendo 700.000 ações ordinárias equivalentes a 0,1% do capital total. A ISA é a controladora com 695.000.000 ações ordinárias.

Em abril de 2019, o Conselho de Administração da Controlada CTEEP aprovou a proposta de desdobramento da totalidade das ações da Companhia na proporção de 1 ação ordinária para 4 ações ordinárias e 1 ação preferencial para 4 ações preferenciais. O desdobramento não implicou na modificação do capital social da Controlada e com isso a quantidade de ações totais que a ISA Capital possui, passou de 59.000.340 para 236.001.360 ações, sendo 230.856.832 ações ordinárias equivalentes a 89,50% do capital votante e 5.144.528 ações preferenciais, perfazendo 35,82% do capital total da CTEEP.

Em 17 de fevereiro de 2020 os acionistas aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social no montante de R$50 (cinquenta reais) mediante emissão de 10 (dez) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal que foram integralmente subscritas pela ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A., em razão da renúncia da ISA do direito de preferência para a subscrição das ações emitidas.

Em 25 de junho de 2021 os acionistas aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social a partir da capitalização do saldo de reservas constantes no balanço patrimonial da Companhia, no montante de R$3.753.832.

2. RECEBIMENTOS DE PROVENTOS DA CONTROLADA EM 2023

A ISA Capital, durante o exercício de 2023, reconheceu resultado de equivalência patrimonial da ordem de R$1.017,8 milhões e reconheceu proventos, a título de dividendos que somam a importância de R$69 mil, e juros sobre capital próprio no montante de R$520,2 milhões.

3. DISTRIBUIÇÃO DE PROVENTOS EM 2023

Os recursos reconhecidos da Controlada CTEEP e de sua investida ISA Investimentos em 2023 permitiram à Companhia anunciar remuneração aos seus acionistas com a distribuição de proventos referente ao exercício de 2023 no montante de R$472,1 milhões correspondentes a juros sobre capital próprio.

4. AUDITORES INDEPENDENTES

Com respeito à prestação de serviços relacionados à auditoria externa, a ISA Capital informa que a Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. prestou apenas serviços relacionados à auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício de 2023.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6.3.6	30.955	27.549	276.774	364.072
Aplicações financeiras	6.4.2	–	–	1.526.208	907.326
Ativo da concessão	5.3	–	–	3.370.449	3.030.059
Estoques		–	–	164.941	91.236
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	7.6	442.257	213.167	–	–
Tributos e contribuições a compensar	12.1	11.254	45.029	279.984	159.264
Créditos com partes relacionadas		179	82	107.610	89.604
Instrumentos financeiros derivativos	21.1.3	–	–	–	816
Outros		–	–	294.797	100.412
		484.645	**285.827**	**6.020.763**	**4.742.789**
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Ativo da concessão	5.3	–	–	22.618.926	20.828.913
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	9.2	–	–	2.371.307	2.175.500
Cauções e depósitos vinculados	14	–	–	42.677	41.298
Estoques		–	–	134.930	48.280
Instrumentos financeiros derivativos	21.1.3	–	–	2.615	–
Outros		–	–	157.966	93.907
		–	**–**	**25.328.421**	**23.187.898**
Investimentos	7.6	6.226.933	5.796.088	4.023.836	3.795.900
Imobilizado	10.1.2	157	93	120.261	115.025
Intangível	10.2.2	–	–	461.636	475.858
		6.227.090	**5.796.181**	**4.605.733**	**4.386.783**
		6.227.090	**5.796.181**	**29.934.154**	**27.574.681**
Total do ativo		**6.711.735**	**6.082.008**	**35.954.917**	**32.317.470**

	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	6.2.2	–	–	75.811	78.060
Debêntures	6.1.2	–	–	570.815	88.833
Arrendamento	6.3.2	9	14	6.277	14.138
Fornecedores		183	562	178.114	112.078
Tributos e encargos sociais a recolher	12.2	48.253	57.541	163.393	254.856
Encargos regulatórios a recolher	13.2	–	–	53.071	63.287
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	15.2.2	401.285	193.460	1.206.878	591.501
Instrumentos financeiros derivativos	21.1.3	–	–	25.926	–
Outros		–	1.419	171.870	130.381
		449.730	**252.996**	**2.452.155**	**1.333.134**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	6.2.2	–	–	633.914	2.012.601
Debêntures	6.1.2	–	–	7.959.755	5.805.235
Arrendamento	6.3.2	49	82	22.151	42.926
Impostos diferidos	8	–	–	6.471.378	6.207.796
Encargos regulatórios a recolher	13.2	–	–	38.163	28.142
Benefício a empregados - Déficit atuarial	11.3	–	–	401.059	153.836
Provisões	14.1.3	–	–	129.803	140.759
Instrumentos financeiros derivativos	21.1.3	–	–	880	–
Outros		–	–	17.654	22.510
		49	**82**	**15.674.757**	**14.413.805**
Patrimônio líquido					
Capital social	15.1	4.593.611	4.593.611	4.593.611	4.593.611
Ágio na transação de capital	15.3	45.063	45.063	45.063	45.063
Outros resultados abrangentes	15.5	(74.383)	(7.733)	(74.383)	(7.733)
Reservas de lucros	15.4	1.697.665	1.197.989	1.697.665	1.197.989
		6.261.956	**5.828.930**	**6.261.956**	**5.828.930**
Participação de acionistas não controladores		**–**	**–**	**11.566.049**	**10.741.601**
Total do patrimônio líquido		**6.261.956**	**5.828.930**	**17.828.005**	**16.570.531**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**6.711.735**	**6.082.008**	**35.954.917**	**32.317.470**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Controladora e Consolidado

	Capital social	Ágio na transação de capital	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Retenção de lucros	Reserva de lucros: Reserva especial de lucros a realizar	Reserva de lucros: Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total	Participação de não controladores	Total
Em 31 de dezembro de 2021	**4.593.611**	**45.063**	**52.891**	**–**	**581.804**	**–**	**(84.777)**	**5.188.592**	**9.634.522**	**14.823.114**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	790.894	–	790.894	1.451.945	**2.242.839**
Destinação dos lucros:										
Constituição reserva legal	–	–	39.545	–	–	(39.545)	–	–	–	**–**
Constituição de retenção de lucros	–	–	–	334.095	–	(334.095)	–	–	–	**–**
Constituição de reserva especial de lucros a realizar	–	–	–	–	189.654	(189.654)	–	–	–	**–**
Juros sobre o capital próprio distribuídos	–	–	–	–	–	(227.600)	–	(227.600)	(449.271)	**(676.871)**
Participação de acionistas não controladores sobre os fundos de investimento exclusivos na controlada	–	–	–	–	–	–	–	–	57.545	**57.545**
Aquisição de participação adicional junto a não controladores	–	–	–	–	–	–	–	–	(92.046)	**(92.046)**
Outros resultados abrangentes na controlada:										
Benefício pós-emprego - Déficit atuarial	–	–	–	–	–	–	133.739	133.739	239.641	**373.380**
Impostos diferidos sobre Benefício pós-emprego	–	–	–	–	–	–	(45.471)	(45.471)	(81.479)	**(126.950)**
Ajuste de instrumento financeiro de controladas, por equivalência patrimonial	–	–	–	–	–	–	(11.873)	(11.873)	(20.693)	**(32.566)**
Imposto diferido sobre Instrumento financeiro	–	–	–	–	–	–	649	649	1.163	**1.812**
Outros	–	–	–	–	–	–	–	–	274	**274**
Em 31 de dezembro de 2022	**4.593.611**	**45.063**	**92.436**	**334.095**	**771.458**	**–**	**(7.733)**	**5.828.930**	**10.741.601**	**16.570.531**
Em 31 de dezembro de 2022	**4.593.611**	**45.063**	**92.436**	**334.095**	**771.458**	**–**	**(7.733)**	**5.828.930**	**10.741.601**	**16.570.531**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	971.776	–	971.776	1.823.475	**2.795.251**
Destinação dos lucros:										
Constituição reserva legal	–	–	48.589	–	–	(48.589)	–	–	–	**–**
Constituição de retenção de lucros	–	–	–	654.944	–	(654.944)	–	–	–	**–**
Constituição de reserva especial de lucros a realizar	–	–	–	–	(203.857)	203.857	–	–	–	**–**
Juros sobre o capital próprio distribuídos	–	–	–	–	–	(472.100)	–	(472.100)	(932.067)	**(1.404.167)**
Participação de acionistas não controladores sobre os fundos de investimento exclusivos na controlada	–	–	–	–	–	–	–	–	51.245	**51.245**
Aquisição de participação adicional junto a não controladores	–	–	–	–	–	–	–	–	1.298	**1.298**
Outros resultados abrangentes na controlada:										
Benefício pós-emprego - Déficit atuarial	–	–	–	–	–	–	(89.715)	(89.715)	(160.838)	**(250.553)**
Impostos diferidos sobre Benefício pós-emprego	–	–	–	–	–	–	30.503	30.503	54.685	**85.188**
Ajuste de instrumento financeiro de controladas, por equivalência patrimonial	–	–	–	–	–	–	(7.438)	(7.438)	(14.112)	**(21.550)**
Imposto diferido sobre Instrumento financeiro	–	–	–	–	–	–	–	–	762	**762**
Outros	–	–	–	–	–	–	–	–	–	**–**
Em 31 de dezembro de 2023	**4.593.611**	**45.063**	**141.025**	**989.039**	**567.601**	**–**	**(74.383)**	**6.261.956**	**11.566.049**	**17.828.005**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita operacional líquida	16.3	–	–	6.215.947	5.450.995
Receita de infraestrutura, operação e manutenção, ganho de eficiência na implementação da infraestrutura e outras, líquidas		–	–	3.470.644	2.878.910
Remuneração dos ativos da concessão, líquida		–	–	2.745.303	2.572.085
Custo dos serviços de implementação da infraestrutura, operação e manutenção e de serviços prestados	17	–	–	(2.506.641)	(2.170.946)
Lucro bruto		**–**	**–**	**3.709.306**	**3.280.049**
(Despesas) receitas operacionais					
Receitas - Revisão Tarifária Periódica, líquidas		–	–	(3.685)	1.825
Gerais e administrativas	17	(666)	(738)	(251.808)	(293.684)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		–	–	(1.239)	(9.505)
Resultado de equivalência patrimonial	7.6	1.017.806	810.500	489.481	511.088
		1.017.140	**809.762**	**232.749**	**209.724**
Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro		**1.017.140**	**809.762**	**3.942.055**	**3.489.773**
Despesas financeiras	18	(48.143)	(23.439)	(1.091.791)	(1.004.838)
Receitas financeiras	18	3.401	5.658	225.491	174.879
		(44.742)	**(17.781)**	**(866.300)**	**(829.959)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**972.398**	**791.981**	**3.075.755**	**2.659.814**
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	19.2	(622)	(1.087)	(65.154)	(115.588)
Diferido	19.2	–	–	(164.105)	(243.842)
		(622)	**(1.087)**	**(229.259)**	**(359.430)**
Lucro líquido do exercício		**971.776**	**790.894**	**2.846.496**	**2.300.384**
Atribuível aos:					
Acionistas controladores		971.776	790.894	971.776	790.894
Acionistas não controladores		–	–	1.823.475	1.451.945
Acionistas não controladores (participação nos fundos exclusivos)		–	–	51.245	57.545
Lucro básico e diluído por ação	15.7	1,15602	0,94084	1,15602	0,94084

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício	**971.776**	**790.894**	**2.846.496**	**2.300.384**
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado				
Benefício pós-emprego - (déficit) atuarial	(89.715)	133.739	(250.553)	373.380
Imposto de renda e contribuição social diferidos	30.503	(45.471)	85.188	(126.950)
Ajuste instrumento financeiro de controladas, por equivalência patrimonial	(7.438)	(11.873)	(21.550)	(32.566)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	649	762	1.812
Total de outros resultados abrangentes, líquido	(66.650)	77.044	(186.153)	215.676
Resultado abrangente do exercício	**905.126**	**867.938**	**2.660.343**	**2.516.060**
Acionistas controladores	905.126	867.938	905.126	867.938
Acionistas não controladores	–	–	1.755.217	1.648.122

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		971.776	790.894	2.846.496	2.300.384
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado (utilizado) nas atividades operacionais					
Depreciação e amortização	17	24	13	24.913	27.511
Imposto de renda e contribuição social diferidos		–	–	164.105	243.842
PIS e COFINS diferidos		–	–	184.773	155.302
PIS e COFINS sobre juros de capital próprio		48.122	23.198	48.122	23.198
Provisão para demandas judiciais		–	–	1.940	21.945
Custo residual de ativo imobilizado/intangível baixado		–	–	(118)	2
Benefício fiscal - ágio incorporado		–	–	37	36
Benefício a empregados - déficit atuarial	11.2	–	–	23.755	62.905
Realização de ativo da concessão na aquisição de controlada	10	–	–	19.854	19.722
Resultado da alienação de bens		–	–	–	(7.452)
Resultado de equivalência patrimonial	7.3	(1.017.806)	(810.500)	(489.481)	(511.088)
Ativos de concessão		–	–	(6.976.264)	(6.242.306)
Transações com acionistas não controladores		–	–	(51.245)	(57.546)
Rendimento de aplicações financeiras		3.219	4.005	(58.260)	(53.541)
Juros, variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos		(161)	(1.281)	1.019.210	944.922
		5.174	**6.329**	**(3.242.163)**	**(3.072.164)**
(Aumento) diminuição em ativos					
Caixa restrito		–	–	10.064	8.621
Ativo da concessão		–	–	4.739.653	3.877.112
Estoques		–	–	(160.355)	(77.585)
Valores a receber - Secretaria da Fazenda		–	–	(195.807)	(207.753)
Tributos e contribuições a compensar		33.775	(38.345)	(120.720)	(80.430)
Créditos com partes relacionadas		(97)	(82)	(97)	(82)
Outros		–	–	(159.223)	81.608
		33.678	**(38.427)**	**4.113.515**	**3.601.491**
Aumento (diminuição) em passivos					
Fornecedores		(379)	(80)	61.741	27.531
Tributos e encargos sociais a recolher		(50.177)	33.836	(183.956)	181.375
Imposto de renda e contribuição social pagos		–	–	(166.233)	(116.249)
Obrigações trabalhistas		–	–	10.130	–
Encargos regulatórios a recolher		–	–	(971)	(8.175)
Provisões		–	–	(24.281)	(19.827)
Outros		(1.333)	617	8.991	7.986
		(51.889)	**34.373**	**(294.579)**	**72.641**
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades operacionais		**(13.037)**	**2.275**	**576.773**	**601.968**
Atividades de investimento					
Aplicações financeiras		(243.812)	(226.158)	(3.229.341)	(3.139.533)
Resgates de aplicações financeiras		240.593	222.153	2.721.262	3.064.882
Imobilizado		(88)	682	(36.572)	(26.381)
Intangível	10.2.2	–	–	(9.485)	(7.055)
Investimento	7.2	–	–	–	(133.500)
Saldos incorporados PBTE e SF Energia		–	–	–	–
Dividendos e juros sobre o capital próprio		213.136	35.072	457.575	174.251
Fluxo de caixa líquido utilizado em atividades de investimento		**209.829**	**31.749**	**(96.561)**	**(67.336)**
Atividades de financiamento					
Adições de empréstimos e debêntures		–	–	2.467.412	926.960
Pagamentos de empréstimos e debêntures (principal)		–	–	(1.311.578)	(812.756)
Pagamentos de empréstimos e debêntures (juros)		–	–	(916.093)	(430.756)
Adições de arrendamento	6.3.2	88	20	88	20
Pagamentos de arrendamento	6.3.2	(14)	(739)	(14.358)	(15.091)
Instrumentos financeiros derivativos		–	–	(1.802)	(18.087)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(193.460)	(303.819)	(791.179)	(401.545)
Fluxo de caixa líquido originado (consumido pelas) das atividades de financiamento		**(193.386)**	**(304.538)**	**(567.510)**	**(751.255)**
Diminuição (aumento) líquido em caixa e equivalentes de caixa		**3.406**	**(270.514)**	**(87.298)**	**(216.623)**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		27.549	298.063	364.072	580.695
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		30.955	27.549	276.774	364.072
Variação em caixa e equivalentes de caixa		**3.406**	**(270.514)**	**(87.298)**	**(216.623)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1 Objeto social

A ISA Capital do Brasil S.A. ("ISA Capital" ou "Companhia") é uma Companhia *holding* nacional, de direito privado, constituída sob a forma de sociedade limitada em 28 de abril de 2006 e transformada em sociedade anônima em 19 de setembro de 2006. Posteriormente, em 4 de janeiro de 2007, obteve junto à CVM - Comissão de Valores Mobiliários o registro de Companhia aberta e permaneceu nessa condição até 27 de maio de 2010, quando cancelou o registro por decisão dos acionistas da Companhia.

A Companhia é controlada pela Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P ("ISA" ou "Controladora") e tem como objeto social a gestão de participações societárias e a execução de empreendimentos por meio de consórcio ou qualquer outra forma de colaboração empresarial, incluindo investimentos em outras empresas ou projetos, no Brasil e/ou no exterior.

Desde 26 de julho de 2006, a ISA Capital é a controladora da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("Controlada" ou "CTEEP"), data em que ocorreu a liquidação financeira do leilão público de alienação das ações do bloco de controle da CTEEP, promovido pelo Governo de São Paulo, na Bolsa de Valores de São Paulo (atual B3 e anteriormente denominada como BOVESPA) em 28 de junho de 2006.

Em 25 de maio de 2017 a ISA Capital passou a ser investidora da ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A. ("ISA Investimentos") detendo 700.000 ações ordinárias equivalentes a 0,1% do capital total. A ISA é a controladora da ISA Investimentos, com 695.000.000 ações ordinárias.

O investimento detido pela Companhia em sua controlada está constituído por 236.001.360 ações, sendo 230.856.832 ações ordinárias equivalentes a 89,50% do capital votante e 5.144.528 ações preferenciais, perfazendo 35,82% do capital total da Controlada.

1.2 Concessões

A Controlada CTEEP possui o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Concessionária	Contrato	Part. (%)	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica: Prazo (anos)	Revisão Tarifária Periódica: Próxima	Índice de correção	Receita Anual Permitida - RAP: R$ mil	Receita Anual Permitida - RAP: Mês base
CTEEP (i)	059/2001		30	31.12.42	5	2024	IPCA	3.672.766	06/23
CTEEP	012/2016		30	20.11.46	5	2027	IPCA	207.419	06/23
CTEEP (projeto Piraquê)	008/2022		30	29.09.52	5	2028	IPCA	313.506	06/23
CTEEP (Projeto Itatiaia) (ii)	012/2023		30	28.09.53	5	2029	IPCA	218.979	RAP Ofertada
CTEEP (Projeto Serra Dourada) (ii)	006/2023		30	28.09.53	5	2029	IPCA	283.817	RAP Ofertada
Controladas									
IEJaguar 6	143/2001	100	30	20.12.31	n/a	n/a	IGPM	18.962	06/23
IEMG	004/2007	100	30	23.04.37	5	2027	IPCA	19.726	06/23
IENNE	001/2008	100	30	16.03.38	5	2028	IPCA	59.405	06/23
IEJaguar 8	012/2008	100	30	15.10.38	5	2024	IPCA	14.248	06/23
IESul	013/2008	100	30	15.10.38	5	2024	IPCA	7.742	06/23
IEJaguar 9	015/2008	100	30	15.10.38	5	2024	IPCA	80.102	06/23
IESul	016/2008	100	30	15.10.38	5	2024	IPCA	19.318	06/23
IEPinheiros	018/2008	100	30	15.10.38	5	2024	IPCA	8.085	06/23
Evrecy	020/2008	100	30	17.07.25	4	2025	IGPM	19.238	06/23
IESerra do Japi	026/2009	100	30	18.11.39	5	2025	IPCA	53.932	06/23
IEItapura	021/2011	100	30	09.12.41	5	2027	IPCA	8.063	06/23
IEItaúnas	018/2017	100	30	10.02.47	5	2027	IPCA	64.960	06/23
IETibagi	026/2017	100	30	11.08.47	5	2028	IPCA	21.485	06/23
IEItaquerê	027/2017	100	30	11.08.47	5	2028	IPCA	62.911	06/23
IEJaguar 6	042/2017	100	30	11.08.47	5	2028	IPCA	13.452	06/23
IEAguapeí	046/2017	100	30	11.08.47	5	2028	IPCA	74.219	06/23
IEBiguaçu	012/2018	100	30	20.09.48	5	2024	IPCA	49.526	06/23
IEItapura	021/2018	100	30	20.09.48	5	2024	IPCA	14.346	06/23
Evrecy	001/2020	100	30	20.03.50	5	2025	IPCA	48.320	06/23
IETibagi	006/2020	100	30	20.03.50	5	2025	IPCA	5.770	06/23

continua

INÊS249

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.
CNPJ Nº 08.075.006/0001-30

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

					Revisão Tarifária Periódica			Receita Anual Permitida - RAP	
Concessionária	Contrato	Part. (%)	Prazo (anos)	Vencimento	Prazo (anos)	Próxima	Índice de correção	R$ mil	Mês base
IEMG	007/2020	100	30	20.03.50	5	2025	IPCA	42.099	06/23
IERiacho Grande	005/2021	100	30	30.03.51	5	2026	IPCA	85.068	06/23
IEJaguar 8 (projeto Jacarandá)	011/2022	100	30	30.09.52	5	2028	IPCA	14.737	06/23
IETibagi (Projeto Água vermelha) (ii)	014/2023	100	30	28.09.53	5	2029	IPCA	7.461	RAP Ofertada
Total CTEEP e Controladas								**5.509.662**	
Controladas em conjunto									
IEMadeira	013/2009	51	30	25.02.39	5	2024	IPCA	361.623	06/23
IEMadeira	015/2009	51	30	25.02.39	5	2024	IPCA	312.946	06/23
IEGaranhuns	022/2011	51	30	09.12.41	5	2027	IPCA	127.864	06/23
IEParaguaçu	003/2017	50	30	10.02.47	5	2027	IPCA	133.525	06/23
IEAimorés	004/2017	50	30	10.02.47	5	2027	IPCA	95.896	06/23
IEIvaí	022/2017	50	30	11.08.47	5	2028	IPCA	362.611	06/23
Total controladas em conjunto								**1.394.465**	
Participação da Companhia no total das controladas em conjunto								**705.257**	

Os contratos de concessão acima, adquiridos até o leilão de 2018, preveem o direito de indenização sobre os ativos vinculados à concessão no término de sua vigência. A partir de 2019 somente os ativos autorizados pela ANEEL, mediante reforços ou melhorias consideram direito de indenização. Para os contratos com revisão tarifária periódica, segundo a regulamentação aplicada pela ANEEL, é previsto o direito à remuneração dos investimentos em ampliação, reforços e melhorias.

(i) Na controlada CTEEP a RAP referente aos ativos do SE (Serviço Existente) de R$1.549.630 na base 06/2022 passou para R$2.377.119 na base 06/2023, conforme estabelecido no Reajuste Anual das concessionárias de transmissão, definida por meio da Resolução Homologatória nº 3.216/23 de 07 de julho de 2023.

(ii) Lotes arrematados no Leilão ANEEL nº 01/2023 de junho de 2023 pela controlada CTEEP, assinatura dos contratos de concessão ocorrida no dia 29 de setembro de 2023.

(a) Lei nº 12.783/2013

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 3 de dezembro de 2012, foi aprovada pelos acionistas da Controlada CTEEP, por unanimidade, a prorrogação do contrato de concessão nº 059/2001, nos termos da Lei 12.783/2013, ficando a concessão prorrogada até dezembro de 2042 e garantindo à CTEEP o direito ao recebimento dos valores relativos aos ativos do NI (*) e do SE (**).

Os valores referentes aos ativos do NI, equivalente a R$2.891.291, conforme Portaria Interministerial nº 580, foram recebidos entre os anos de 2013 e 2015 (nota 5.3).

Para os valores do SE, no ano de 2016, foi emitida Nota Técnica nº 336/2016 da ANEEL que apresenta proposta de regulamentação quanto ao previsto na Portaria nº 120/2016 do MME para a metodologia de cálculo do custo de capital (Ke) e do cálculo da RAP e determina valores e prazos de pagamento para as concessionárias.

Em 30 de maio de 2017, foi emitido Despacho ANEEL nº 1.484/17, que reconheceu como valor destes ativos o total de R$4.094.440, na data-base 31 de dezembro de 2012. O impacto inicial dos valores da RBSE foi reconhecido contabilmente em setembro de 2016 e o complemento do valor reconhecido pela ANEEL foi registrado contabilmente durante o segundo trimestre de 2017, e estão apresentados como "Ativos da concessão".

A Nota técnica nº 108/2020 - SGT/ANEEL de 25 de junho de 2020, recalcula os valores da RAP a partir do ciclo 2020/2021, incluindo a parcela de remuneração do custo de capital (Ke) e operacionalizados os efeitos da revogação das liminares que impediam o pagamento do Ke. Tais valores foram incluídos nos cálculos da RTP e aprovados pela Diretoria da ANEEL pela Resolução Homologatória nº 2.714/2020. Atualmente, existem duas liminares vigentes.

Em 22 de abril de 2021, a ANEEL julgou favoravelmente o recurso administrativo interposto pela Controlada CTEEP contra Resolução Homologatória nº 2.714/2020, que pleiteava o direito a atualização retroativa dos valores da RBSE, e aplicou o reperfilamento do componente financeiro da RBSE conforme Nota Técnica nº 068/2021 (nota 16.6). As premissas válidas a partir do ciclo 2021/2022 são: (i) a conclusão do pagamento da RBSE em 2028; (ii) a redução da amortização dos valores a receber da RBSE durante os ciclos 2021/2022 e 2022/2023; e iii) a remuneração pelo WACC regulatório definido na RTP de 2018, garantido o reconhecimento de R$1,8 bilhões no fluxo a receber que, a valor presente, geraram um acréscimo de R$497.346 no saldo do ativo de contrato correspondente. A partir do ciclo 2023/2024, os fluxos de pagamentos previstos pela ANEEL retornam aos patamares similares aos aprovados na Resolução Homologatória nº 2.714/2020.

Em junho de 2022, a Superintendência Geral de Tarifas da ANEEL emitiu a Nota Técnica nº 85/2022, que trata da análise dos pedidos de reconsideração interpostos no âmbito do pagamento do componente financeiro e reperfilamento do RBSE, tendo ocorrido, neste mesmo mês, decisão monocrática (Despacho nº 1.762/22) deliberada pelo diretor da ANEEL sobre o referido tema. A decisão monocrática foi suspensa e referida Nota Técnica somente tem efetividade após decisão colegiada da Diretoria da ANEEL. Em 27 de abril de 2023, a Superintendência de Gestão Tarifária da ANEEL, emitiu a Nota Técnica nº 85/2023 que trata das manifestações acerca dos cálculos apresentados no âmbito do pagamento do componente financeiro da RBSE na Nota Técnica nº 85/2022-SGT/ANEEL. A Nota Técnica nº 85/2023 não produziu efeitos práticos imediatos e toda e qualquer evolução relacionada ao tema RBSE depende de decisão colegiada em reunião de diretoria da ANEEL. As premissas, metodologias e cálculos considerados até o momento, aprovados por meio da Resolução Homologatória nº 2.851/2021, estão vigentes e permanecem apropriados, conforme entendimento da Administração e se encontram refletidos nessas demonstrações financeiras.

(*) NI - instalações energizadas a partir de 1 de junho de 2000.

(**) SE - instalações de ativos não depreciados existentes em 31 de maio de 2000.

(b) Subestação Centro (CTR)

Em 29 de novembro de 2023, foi julgado recurso da ANEEL pelo TCU (Tribunal de Contas da União), onde a Subestação Centro ("SE Centro") deixa de integrar o contrato de concessão nº 59/2001 da Controlada CTEEP e por ele terá direito a uma indenização (prevista na cláusula 2ª do 8º termo aditivo do contrato de concessão).

A discussão judicial é fruto da retirada da Subestação Centro do contrato de concessão nº 59/2001 para ser objeto de licitação do Leilão nº 02/2022, realizado em 16 de dezembro de 2022.

A indenização será homologada pela ANEEL junto à próxima revisão tarifária do ciclo 2024/2025 e tem como objeto: (i) os ativos que compõem a Base de Remuneração Regulatória resultante da RTP de 2018, serão recebidos via Parcela de Ajuste no ciclo tarifário, em 12 meses; e (ii) o ressarcimento integral dos investimentos realizados entre 2018 até 22 de dezembro de 2023, nos termos do PRORET 9.1, a ser recebido via RAP com vigência até dezembro de 2042, de forma a garantir o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro.

Em 31 de dezembro de 2023, o montante de R$106.208 relacionado aos fluxos de recebimentos da SE Centro constantes na rubrica Ativo da Concessão foram transferidos para a rubrica de "Outros ativos" (ativo circulante e não circulante) na mesma proporção, não impactando nesta data-base os resultados da controlada CTEEP (nota 5.5) e serão atualizados na revisão tarifária do ciclo 2024/2025.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As notas explicativas estão apresentadas e ordenadas de acordo com o entendimento da Administração em relação à relevância das rubricas patrimoniais e de resultado, refletindo o desempenho das atividades operacionais e financeiras da Companhia.

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras individuais, identificadas como "Controladora", e as demonstrações financeiras consolidadas, identificadas como "Consolidado", foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Por não existir diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas, e o patrimônio líquido da controladora e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como volume e capacidade de energia, energia não suprida, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Essas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 19 de abril de 2024.

2.2 Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 7 (R1) e Deliberação CVM nº 189/23, com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da controladora e de cada uma de suas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são apresentadas em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional").

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos e atuariais, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Os principais julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados e detalhados nas respectivas notas explicativas:

- Contabilização de contratos de concessão (nota 5.2.1)
- Momento de reconhecimento do ativo contratual (nota 5.2.2)
- Determinação da taxa de desconto do ativo contratual (nota 5.2.3)
- Determinação da margem de lucro (nota 16.2.1)
- Determinação das receitas de infraestrutura (nota 16.2.2)
- Determinação das receitas de operação e manutenção (nota 16.2.3)
- Análise de riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (nota 14.1)
- Constituição de ativo ou passivo fiscal diferidos (nota 8.1)
- Benefícios a empregados (nota 11.2)

2.5 Procedimentos de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da ISA Capital e de suas controladas, que são consolidadas integralmente a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que deixa de existir.

O controle é obtido quando a Companhia está exposta a, ou tem direitos sobre retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, as participações nas controladas se apresentavam da seguinte forma:

	Data-base das informações financeiras	Participação % 2023	Participação % 2022
Controlada direta			
CTEEP	31.12.2023	35,82	35,82
Controladas indiretas			
Interligação Elétrica Serra do Japi S.A. (Serra do Japi)	31.12.2023	35,82	35,82
Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. (IEMG)	31.12.2023	35,82	35,82
Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A. (IENNE)	31.12.2023	35,82	35,82
Interligação Elétrica Pinheiros S.A. (Pinheiros)	31.12.2023	35,82	35,82
Interligação Elétrica do Sul S.A. (IESul)	31.12.2023	35,82	35,82
Interligação Elétrica Evrecy S.A. (Evrecy)	31.12.2023	35,82	35,82
Interligação Elétrica Itaúnas S.A. (Itaúnas)	31.12.2023	35,82	35,82
Interligação Elétrica Tibagi S.A. (Tibagi)	31.12.2023	35,82	35,82
Interligação Elétrica Itaquerê S.A. (Itaquerê)	31.12.2023	35,82	35,82
Interligação Elétrica Itapura S.A. (Itapura)	31.12.2023	35,82	35,82
Interligação Elétrica Aguapeí S.A. (Aguapeí)	31.12.2023	35,82	35,82
Interligação Elétrica Biguaçu S.A. (Biguaçu)	31.12.2023	35,82	35,82
Interligação Elétrica Riacho Grande S.A. (Riacho Grande)	31.12.2023	35,82	35,82
Interligação Elétrica Jaguar 6 S.A. (Jaguar 6)	31.12.2023	35,82	35,82
Interligação Elétrica Jaguar 8 S.A. (Jaguar 8)	31.12.2023	35,82	35,82
Interligação Elétrica Jaguar 9 S.A. (Jaguar 9)	31.12.2023	35,82	35,82
Fundo de Investimento Referenciado DI Bandeirantes (i)	31.12.2023	28,65 (*)	13,25
Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI (ii)	31.12.2023	20,06 (*)	15,76
Fundo de Investimento Assis Referenciado DI	31.12.2023	35,82 (*)	35,82
Fundo de Investimento Barra Bonita	31.12.2023	35,82	35,82

(*) Considera participação direta e indireta detida pela controlada CTEEP.

(i) Em 31 de dezembro de 2023 a controlada em conjunto Interligação Elétrica do Madeira (IEMadeira), possui 20% de participação do Fundo de Investimento Referenciado DI Bandeirantes.

(ii) Em 31 de dezembro de 2023 as controladas em conjunto Interligação Elétrica do Madeira (IEMadeira), Interligação Elétrica Garanhuns S.A. (IEGaranhuns) e Interligação Elétrica Ivaí S.A. (IEIvaí) possuem 22%, 2%, e 20% respectivamente, de participação do Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI.

Consequentemente essas participações têm reflexo na participação de não controladores nos fundos de investimentos do patrimônio líquido da Controlada CTEEP (nota 7.2) no montante de R$411.572 em 31 de dezembro de 2023.

Eventual alteração no regulamento ou na estrutura dos fundos de investimentos, devem ser alinhados e aprovados pela Controlada CTEEP.

Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas:

- eliminação do patrimônio líquido das controladas;
- eliminação do resultado de equivalência patrimonial; e,
- eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas, e o exercício social dessas empresas coincide com o da controladora.

A participação de acionistas não controladores é apresentada como parte do patrimônio líquido e em lucros acumulados e estão destacadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

As controladas em conjunto são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, conforme CPCs 18 (R2) e possuem acordo de acionistas que define o controle compartilhado.

Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, as participações nas controladas em conjunto, se apresentavam da seguinte forma:

	Data-base informações financeiras	Participação % ISA Capital 2023	Participação % ISA Capital 2022
Controladas em conjunto			
Interligação Elétrica do Madeira S.A. (IEMadeira)	31.12.2023	18,27	18,27
Interligação Elétrica Garanhuns S.A. (IEGaranhuns)	31.12.2023	18,27	18,27
Interligação Elétrica Paraguaçu S.A. (IEParaguaçu)	31.12.2023	17,91	17,91
Interligação Elétrica Aimorés S.A. (IEAimorés)	31.12.2023	17,91	17,91
Interligação Elétrica Ivaí S.A. (IEIvaí)	31.12.2023	17,91	17,91

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis, correspondentes a políticas contábeis materiais, usadas na preparação dessas demonstrações estão apresentadas e resumidas nas respectivas notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios.

3.1 Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão. No entendimento da administração da Companhia, embora reconheça receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

3.2 Demonstração dos Fluxos de Caixa ("DFC")

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A Companhia classifica juros pagos de empréstimos, debêntures e arrendamentos como atividades de financiamento e dividendos recebidos como atividade de investimento, pois entende que são custos de obtenção de recursos financeiros ou retornos sobre investimentos, respectivamente.

4. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

4.1 Revisadas e vigentes:

Norma	Alteração	Correlação IFRS /IAS	Vigência a partir de
CPC 50 - Contratos de Seguros	Nova norma	IFRS 17	01.01.2023
OCPC 07 (R1) - Evidenciação dos Relatórios Contábil Financeiros de Propósito Geral	Divulgação de políticas contábeis	IAS 1	01.01.2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição de estimativas contábeis	IAS 8	01.01.2023
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Declaração de Prática 2 - Fazendo Julgamentos de Materialidade	IAS 1	01.01.2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	Reforma tributária internacional - regras do modelo do pilar dois	IAS 12	01.01.2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única *("single transaction")*	IAS 12	01.01.2023

A Administração da Companhia e suas controladas avaliaram os pronunciamentos acima e não identificaram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

4.2 Revisadas e não vigentes:

Norma	Alteração	Correlação IFRS/IAS	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas			
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	IFRS 10 IAS 28	Não definida
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	IAS 1	(*)
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Apresentação das demonstrações financeiras - Passivo Não Circulante com *covenants*	IAS 1	(*)
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)	IFRS 16	(**)
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa		IAS 7	
CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Acordos de Financiamento de Fornecedores	IFRS 7	(*)

(*) As alterações, que contêm medidas de transição específicas para o primeiro período anual no qual a entidade aplica as alterações, são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada.

(**) As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. Se o vendedor arrendatário aplicar as alterações para um período anterior, ele deve divulgar esse fato.

A Administração da Companhia e suas controladas estão em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

5 ATIVOS DA CONCESSÃO

5.1 Prática contábil

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, ou seja, implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

Os ativos da concessão registram valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a remuneração dos ativos da concessão, a serviços de operação e manutenção e ao Ativo da Lei nº 12.783 - SE, classificados em:

5.1.1 Ativos da Concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho (de operar e manter a infraestrutura de transmissão) é concluída mensalmente, de forma que os valores a receber registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro mensurado a custo amortizado.

5.1.2 Ativos da Concessão - contratual

Todas as concessões da Controlada CTEEP e suas controladas estão classificadas dentro do modelo de ativo contratual, conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, sendo o recebimento do fluxo de caixa, porém, condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Controlada CTEEP opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerido para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual da Controlada CTEEP e suas controladas é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação (*), e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão. Estes fluxos de recebimentos são: (i) remunerados pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto, que varia entre 4,2% e 9,9% ao ano; e (ii) atualizados pelo IPCA/IGPM, conforme determinado pelo respectivo contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito à contraprestação (caixa) vinculado às obrigações de performance de finalização da obra e de operação e manutenção, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e respectivos custos das obras relacionadas à formação deste ativo realizado à medida que os gastos de construção são incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos da concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.

(*) O contrato de concessão nº 059/2001, foi prorrogado até dezembro de 2042 nos termos da Lei 12.783/2013, cujos valores são determináveis conforme condições previstas na Portaria nº 120/16. Este ativo é formado pelo fluxo de caixa regulamentado na Nota Técnica ANEEL nº 336/2016. Os ativos registrados sob a rubrica "Ativo da Lei nº 12.783 -SE", a partir de 1 de janeiro de 2020, passaram a ser classificados como ativo contratual, em conformidade com o Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020.

5.2 Julgamentos e estimativas

5.2.1 Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.

5.2.2 Momento de reconhecimento do ativo contratual

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável, existente em algumas modalidades de contrato, é identificada de forma definitiva quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

5.2.3 Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, a Companhia estima a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato.

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo de capital individual dos projetos.

Estas taxas são estabelecidas na data do início de cada contrato de concessão ou projetos de melhoria e reforços, e se mantêm inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício.

5.3 Composição

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Ativo financeiro		
Serviços de O&M (i)	163.128	270.155
Ativo contratual		
Contas a receber Lei nº 12.783 - SE (ii)		
Componente financeiro (ii)	5.859.736	6.171.689
Componente econômico (ii)	3.222.229	3.566.677
Implementação da infraestrutura (iii)	16.744.282	13.850.451
	25.826.247	23.588.817
	25.989.375	**23.858.972**
Circulante	**3.370.449**	**3.030.059**
Não circulante	**22.618.926**	**20.828.913**

(i) O&M - Operação e Manutenção refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias.

(ii) Contas a receber Lei nº 12.783 - valores a receber relativos aos investimentos do contrato de concessão nº 059/2001 que foi prorrogado nos termos da Lei nº 12.783 cujo direito de recebimento foi subdividido em SE e NI:

Instalações NI

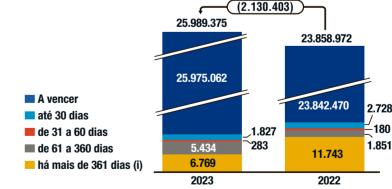
A indenização referente às instalações do NI foi recebida, parte a vista e parte parcelada, via repasses efetuados à Controlada CTEEP pela Eletrobras. No entanto, sobre as parcelas remanescentes existem discussões judiciais quanto à forma de atualização.

Instalações SE

Os valores a receber referentes às instalações do SE apresentam características específicas tendo em vista as condições da renovação, previstas na Portaria nº 120/16 e valores regulamentados pela Nota Técnica ANEEL nº 336/2016, sendo tratado como um ativo contratual segregado dos demais ativos da Controlada CTEEP. O fluxo de caixa futuro da RBSE é composto por: (i) parcela referente ao custo de capital próprio (Ke) (componente financeiro); e (ii) parcela referente à base de remuneração (componente econômico), que possuem prazos de realização distintos, cujos valores foram remensurados em junho de 2020, em conformidade com a Revisão Tarifária Periódica definida na Resolução Homologatória nº 2.714 de 30 de junho de 2020, que incluiu as parcelas de Ke referentes aos ciclos tarifários 2017/2018, 2018/2019 e 2019/2020.

No ciclo 2020/2021 os valores foram recebidos conforme previsto na Resolução Homologatória nº 2.714. Em 22 de abril de 2021, foi homologada a Resolução Homologatória nº 2.851 reconhecendo o direito pelo Ke real e alterando do fluxo de pagamentos referente ao componente financeiro da RBSE, que vem sendo mantido desde julho de 2021 (nota 1.2).

(iii) Implementação da infraestrutura - fluxo de recebimento de caixa esperado referente à remuneração dos investimentos de implementação, reforços e melhorias na infraestrutura de transmissão de energia elétrica, descontado a valor presente e, quando aplicável, inclui parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o fim do prazo da concessão (ativos reversíveis).

5.4 Distribuição por vencimento

A distribuição dos valores a vencer e vencidos demonstrados no gráfico acima apresentam escalas desproporcionais devido a imaterialidade dos valores vencidos em relação ao saldo total.

(i) Os saldos classificados como contas a receber de longo prazo são provenientes, de valores depositados judicialmente por agentes do sistema que por algum motivo estão em desacordo com o faturamento referente à Rede Básica e por isso entram em discussão judicial. A Controlada CTEEP efetua o faturamento de acordo com as autorizações das entidades regulatórias e, desta maneira, não registra nenhuma provisão para perda relacionada a estas discussões. Durante o exercício de 2023 ocorreu redução do saldo, em virtude de recebimentos por decisões favoráveis.

A Controlada CTEEP não apresenta histórico e nem expectativa de perdas em contas a receber, que são garantidas por estruturas de fianças e/ou contratos de constituição de garantia administrados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), portanto, não constituiu perda esperada para créditos de liquidação duvidosa.

5.5 Movimentação

	Consolidado
Saldos em 2021	**21.493.778**
Receita de infraestrutura (nota 16.3)	1.950.337
Ganho (perda) de eficiência na implementação de infraestrutura (nota 16.3)	24.019
Remuneração dos ativos da concessão (nota 16.3)	2.834.253
Receita de operação e manutenção (nota 16.3)	1.432.483
Receitas - Revisão Tarifária Periódica (RTP)	1.214
Recebimentos	(3.877.112)
Saldos em 2022	**23.858.972**
Receita de infraestrutura (nota 16.3)	2.575.028
Ganho (perda) de eficiência na implementação de infraestrutura (nota 16.3)	46.761
Remuneração dos ativos da concessão (nota 16.3)	3.025.127
Receita de operação e manutenção (nota 16.3)	1.333.173
Receitas - Revisão Tarifária Periódica (RTP)	(3.825)
Transferência Subestação SE Centro (nota 1.2 (b)) (*)	(106.208)
Recebimentos	(4.739.653)
Saldos em 2023	**25.989.375**

(*) Transferência efetuada para a rubrica de "outros" em ativo circulante e não circulante.

6. ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Debêntures	8.530.570	5.894.068
Empréstimos e financiamentos	709.725	2.090.661
Arrendamento	28.428	57.064
Dívida bruta	**9.268.723**	**8.041.793**
Caixa e equivalentes de caixa	276.774	364.072
Aplicações financeiras	1.526.208	907.326
Deduções	**1.802.982**	**1.271.398**
Dívida líquida	**7.465.741**	**6.770.395**

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto não se financiam por meio de transações "*forfait*", "*confirming*", "*reverse factoring*", "*payables finance*", *"supplier finance program obligations*", "risco sacado" ou outros mecanismos de financiamento a fornecedores.

6.1 Debêntures

6.1.1 Prática contábil

As debêntures são mensuradas pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos (nota 21.1.3).

continua →★

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

CNPJ Nº 08.075.006/0001-30

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

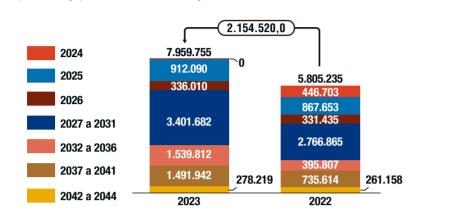
6.1.2 Composição

Emissão	Quantidade de títulos	Green Bonds	Valor total	Data de Emissão	Vencimento	Finalidade	Custos de Captação	Encargos	TIR a.a.	Forma de pagamento	Indicadores Financeiros	Consolidado 2023 Total	Consolidado 2022 Total
5ª - Série Única	300.000	–	300.000	15.02.2017	15.02.2024	Investimento em Reforços	7.397	IPCA + 5,04%	6,9%	Juros Anuais e Principal Bullet	Dív. líq./EBITDA < 3,5 e EBITDA/ Resultado Financ.> 2,0	430.280	408.151
7ª - Série Única	621.000	√	621.000	15.04.2018	15.04.2025	Investimento em Projetos Greenfield	17.123	IPCA + 4,70%	6,5%	Juros Semestrais e Principal Bullet	Não há	845.123	804.803
8ª - Série Única	409.325	√	409.325	15.12.2019	15.12.2029	Investimento em Projetos Greenfield	21.473	IPCA + 3,50%	5,6%	Juros Semestrais e Principal Bullet	Não há	510.097	484.568
9ª - Primeira Série	800.000	–	800.000	15.11.2020	15.11.2028	Working Capital	6.728	CDI + 2,83%	8,3%	Juros Semestrais e Principal 6º, 7º e 8º anos	Não há	809.155	810.145
9ª - Segunda Série	800.000	√	800.000	15.11.2020	15.05.2044	Investimento em Projetos Greenfield e Reforços	37.619	IPCA + 5,30%	9,6%	Juros e Principal Semestrais	Não há	864.564	853.959
10ª - Série Única	672.500	√	672.500	15.02.2021	15.07.2044	Investimento em Projetos Greenfield	34.215	IPCA + 5,07%	9,0%	Juros e Principal Semestrais	Não há	904.834	820.100
11ª - Primeira Série	668.833	√	668.833	15.10.2021	15.10.2031	Investimento em Projetos Greenfield	23.945	IPCA + 5,77%	9,5%	Juros Semestrais e Principal Bullet	Não há	739.966	704.163
11ª - Segunda Série	281.167	√	281.167	15.10.2021	15.10.2039	Investimento em Projetos Greenfield	16.739	IPCA + 5,86%	10,0%	Juros Semestrais e Principal no 16º, 17º e 18º anos	Não há	304.032	289.176
12ª - Série Única	700.000	–	700.000	15.04.2022	15.04.2029	Working Capital	2.147	CDI + 1,55%	13,5%	Juros Semestrais e Principal no 5º, 6º e 7º anos	Não há	716.906	719.003
13ª - Série Única	550.000	–	550.000	15.03.2023	15.03.2030	Working Capital	2.104	CDI + 1,50%	13,2%	Juros Semestrais e Principal Bullet	Não há	568.281	
14ª - Primeira Série	783.786	√	783.786	15.10.2023	15.10.2033	Investimento em Projetos Greenfield	28.384	IPCA + 6,26%	10,6%	Juros Semestrais e Principal no 9º e 10º anos	Não há	764.680	–
14ª - Segunda Série	1.116.214	√	1.116.214	15.10.2023	15.10.2038	Investimento em Projetos Greenfield	57.101	IPCA + 6,44%	10,8%	Juros Semestrais e Principal no 13º, 14º e 15º anos	Não há	1.072.652	–
Total												**8.530.570**	**5.894.068**
Circulante												**570.815**	**88.833**
Não Circulante												**7.959.755**	**5.805.235**

Todas as exigências e cláusulas restritivas *("covenants"* financeiros e não financeiros*)* estabelecidas nas escrituras das emissões estão sendo devidamente observadas e cumpridas pela controlada CTEEP até a presente data.

As debêntures não são conversíveis em ações. O montante de custos de emissão referentes às operações financeiras relacionadas, até 31 de dezembro de 2023, totaliza R$257.937. O saldo de custos remanescentes a serem apropriados a partir de 31 de dezembro de 2023 é de R$203.951.

6.1.3 Distribuição por vencimento

Os vencimentos das parcelas a longo prazo estão distribuídos como segue:

6.1.4 Movimentação

Saldos em 2021	**4.889.102**
Adição	700.000
Custo de transação	(2.147)
Pagamentos de principal	(31.038)
Pagamentos de juros	(341.218)
Juros e variações monetárias	679.369
Saldos em 2022	**5.894.068**
Adição (*)	2.450.000
Custo de transação	(87.588)
Pagamentos de principal	(33.218)
Pagamentos de juros	(451.911)
Juros e variações monetárias	759.219
Saldos em 2023	**8.530.570**

(*) Valores referentes a 13ª e 14ª emissão de Debêntures ocorridas em março e outubro, respectivamente.

6.2 Empréstimos e financiamentos

6.2.1 Prática contábil

Os empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos (nota 21.1.3).

6.2.2 Composição

Contrato	Entidade	Valor da captação	Data início	Encargos	TIR a.a.	Data Final	Finalidade	Forma de pagamento	Garantia	Indicador financeiro	Consolidado 2023	Consolidado 2022
BNDES												
		284.136		TJLP + 1,80% a.a.	8,35%	15.03.2029					102.921	121.158
	CTEEP	105.231	23.12.2013	3,50% a.a.	3,60%	15.01.2024	Plano de Investimentos Plurianual 2012 - 2015	Juros trimestrais até março de 2015 e Pagamento de Principal e Juros mensais a partir de abril 2015	Cessão Fiduciária	Dívida líquida/EBITDA ajustado < 3,5 e Dívida Líquida/ Dívida Líquida + PL < 0,7	853	11.069
Contrato 13.2.1344.1 (*)		1.940		TJLP	6,17%	15.03.2029					33	26
		272.521		TJLP + 2,62%a.a.	7,04%						163.634	181.511
Contrato 17.2.0291.2 (*)	CTEEP	1.378	08.08.2017	TJLP	4,98%	15.03.2032	Plano de Investimentos Plurianual 2016-2019	Principal e Juros mensais a partir de 15 de abril de 2018	Cessão Fiduciária		39	32
Contrato 21.2.0416.1 (*)	CTEEP	567.400	23.01.2022	TLP + 2,01%	8,00%	15.12.2041	Plano de Investimentos Melhorias 2020-2022	Principal e Juros mensais a partir de 15 de julho de 2022	Cessão Fiduciária		334.408	232.054
8ª NPs (**)	CTEEP	1.200.000	06.05.2021	CDI + 1,25%	4,35%	06.05.2024	–	Principal e Juros bullet	–	–	–	1.422.875
BNB	IENNE	220.000	19.05.2010	10,0% a.a.	10,00%	19.05.2030	Financiar os Projetos do Lote A do Leilão 004/2008	Juros trimestrais até maio de 2012 e mensais a partir de junho 2012	Conta reserva mantida no BNB	–	107.837	121.936
Total em moeda nacional											**709.725**	**2.090.661**
Circulante											**75.811**	**78.060**
Não Circulante											**633.914**	**2.012.601**

(*) Para fins de cálculo e comprovação dos indicadores financeiros conforme requerido nos contratos junto ao BNDES, a Companhia consolida todas as controladas e controladas em conjunto (de forma proporcional à participação por ela detida), desde que detenha participação acionária igual ou superior a 10%.

(**) Em 27 de novembro de 2023, a Companhia realizou o resgate antecipado facultativo total das notas promissórias comerciais de sua 8ª emissão.

6.2.3 Distribuição por vencimento

6.2.4 Movimentação

	Consolidado
Saldos em 2021	**2.470.529**
Adições (i)	226.960
Custo de Transação	(2.837)
Pagamentos de principal	(781.718)
Pagamentos de juros	(84.554)
Juros e variações monetárias e cambiais	262.281
Saldos em 2022	**2.090.661**
Adições (ii)	105.000
Pagamentos de principal	(1.278.360)
Pagamentos de juros	(464.182)
Juros e variações monetárias e cambiais	256.606
Saldos em 2023	**709.725**

(i) Valor referente à entrada de empréstimos junto ao BNDES em 21 de março de 2022.

(ii) Valor referente à entrada de empréstimo (segundo desembolso) junto ao BNDES em 16 de agosto de 2023.

6.2.5 Garantias

A Controlada CTEEP participa na qualidade de interveniente garantidora às controladas e controladas em conjunto, no limite de sua participação, em seus contratos de financiamento, conforme abaixo:

Controlada	Participação na controlada	Banco	Modalidade dívida	Saldo devedor em 31.12.2023	Modalidade garantias	Saldo garantido pela CTEEP	Término da garantia
IENNE	100%	Banco do Nordeste	FNE	107.837	Penhor de ações/ corporativa	107.837	19.05.2030
IE Madeira	51%	Banco da Amazônia	Cédula de crédito bancária	248.522	Penhor de ações	126.746	10.01.2033
IE Madeira	51%	BNDES	FINEM e PSI	693.157	Penhor de ações	353.510	15.02.2030
IE Madeira	51%	Itaú/BES	Debêntures de infraestrutura	344.568	Penhor de ações/ corporativa	175.730	18.03.2025
IEGaranhuns	51%	BNDES	FINEM e PSI	94.556	Penhor de ações	48.224	15.12.2028
IE Ivaí	50%	Itaú	Debêntures de infraestrutura	2.267.916	Penhor de Ações	1.133.958	15.12.2043

Além das garantias supracitadas, os contratos de financiamento entre as controladas e controladas em conjunto com os Bancos de Fomento (BNDES/BASA/BNB) exigem a constituição e manutenção de conta de reserva dos serviços da dívida no valor equivalente de três a seis vezes a última prestação vencida de amortização do financiamento, incluindo parcela de principal e juros, classificados sob a rubrica "outros" do ativo no Balanço Patrimonial no Consolidado no montante de R$16.140 (R$29.707 em 31 de dezembro de 2022).

Os contratos de BNDES e debêntures das controladas e controladas em conjunto possuem cláusulas restritivas que exigem o cumprimento de indicadores financeiros, sendo o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), bem como cláusulas de *"cross default"* que estabelecem a antecipação das dívidas na ocorrência do não cumprimento de obrigações contratuais.

Em 31 de dezembro de 2023, inexiste evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas *("covenants* financeiros e não financeiros*")*, da controladora, controladas e controladas em conjunto.

6.3 Arrendamentos

6.3.1 Prática contábil

A Controlada CTEEP como arrendatária avalia, na data de início do contrato, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

A Controlada CTEEP, ao calcular o valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento, usa o custo incremental representado pela taxa de captação da dívida da Companhia na data de início. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação: mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento ou alteração na avaliação da opção de compra do ativo subjacente.

Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

6.3.2 Composição

Contrato	Valor contratual	Data início	Taxa	Data final	Forma de pagamento	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Arrendamento de veículos	17.883	15.03.2019	0,60%a.m.	14.03.2024	principal e juros mensais	–	–	2.209	9.645
Arrendamento de imóveis	43.652	01.06.2019	0,59%a.m.	30.06.2029	principal e juros mensais	58	96	26.219	47.419
Total de arrendamento						58	96	28.428	57.064
Circulante						**9**	**14**	**6.277**	**14.138**
Não circulante						**49**	**82**	**22.151**	**42.926**

6.3.3 Distribuição por vencimento

(20.775)
2024
2025
2026
2027 a 2029
22.151
0
4.365
4.557
13.229
2023
42.926
9.583
7.346
7.304
18.693
2022

6.3.4 Movimentação

	Controladora	Consolidado
Saldos em 2021	**804**	**57.720**
Adições	20	13.419
Pagamentos	(739)	(15.091)
Juros	11	1.016
Saldos em 2022	**96**	**57.064**
Adições	88	996
Baixas (*)	–	(17.451)
Pagamentos	(14)	(14.358)
Juros	(112)	2.177
Saldos em 2023	**58**	**28.428**

De acordo com o requerido nos ofícios circulares nº 02/2019 e nº 01/2020, emitidos em 18 de dezembro de 2019 e 5 de fevereiro de 2020, respectivamente, os efeitos inflacionários nos saldos constantes nas demonstrações financeiras, relacionados ao CPC 06 (R2) são de (considerando saldo atualizado à taxa nominal): (i) direito de uso de R$29.963 na controladora e R$32.012 no consolidado; (ii) passivo de arrendamentos de R$29.263 na controladora e R$31.256 no consolidado; (iii) depreciação de R$12.491 na controladora e R$12.845 no consolidado; e (iv) despesa financeira de R$4.655 na controladora e R$4.665 no consolidado.

(*) Baixa referente à remensuração para refletir alterações do contrato com o fornecedor, abrangendo o período de maio de 2023 a abril de 2026.

Caixa e equivalentes de caixa

6.3.5 Prática contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

Os equivalentes de caixa estão mensurados ao valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária, e estão representados por títulos emitidos pelos bancos, sendo eles: Certificado de Crédito Bancário (CDB) modalidade com taxas atreladas à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6.3.6 Composição

	% do CDI	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Caixa e bancos		57	318	32.467	11.418
Equivalentes de Caixa					
CDB	105%	30.898	27.231	244.307	352.654
Caixa e Equivalentes de Caixa		**30.955**	**27.549**	**276.774**	**364.072**

6.4 Aplicações Financeiras

6.4.1 Prática contábil

As aplicações financeiras são ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (nota 21.1.1.1).

6.4.2 Composição

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fundo de Investimento Bandeirantes Referenciado DI	360.857	269.741
Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI	770.924	584.523
Fundo de Investimento Assis Referenciado DI	375.779	39.483
Fundo de Investimento Barra Bonita Referenciado DI	18.648	13.579
	1.526.208	**907.326**

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto concentraram as suas aplicações financeiras nos seguintes fundos de investimentos:

• Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI Bandeirantes: fundo constituído para investimento exclusivamente pela controlada CTEEP, suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Bradesco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI Coral (Referenciado DI Rubi incorporado pelo Renda Fixa Referenciado DI Coral).

• Fundo de Investimento Xavantes Renda Fixa Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente pela controlada CTEEP, suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento *Special* Renda Fixa Referenciado DI (Corp Referenciado DI incorporado pelo *Special* Renda Fixa Referenciado DI).

• Fundo de Investimento Assis Renda Fixa Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente pela controlada CTEEP, suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Santander e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Santander Renda Fixa Referenciado DI.

• Fundo de Investimento Barra Bonita Renda Fixa Referenciado DI LP: fundo constituído para investimento exclusivamente pela controlada CTEEP, suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco do Brasil e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Top DI Renda Fixa Referenciado DI LP.

Os referidos fundos de investimento possuem liquidez diária, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente dos ativos, destacando-se que eventual risco de mudança de valor estará diretamente atrelado à composição dos fundos, que detêm títulos públicos e privados. As carteiras são compostas por títulos de renda fixa, tais como títulos públicos federais e títulos privados com o objetivo de acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e/ou da taxa SELIC. A rentabilidade média de 2023 da carteira em CDI foi de 107,9% na Controladora e 107,2% no Consolidado.

Os fundos de investimentos são consolidados conforme descrito na nota 2.5 e somam no total dos saldos, valores equivalentes às participações da Companhia, das controladas e controladas em conjunto (IE Madeira, IE Garanhuns e IE Ivaí). Em 31 de dezembro de 2023, o montante de aplicação financeira pertencente às controladas em conjunto, não consolidadas, representava R$411.572. Este saldo é eliminado através da linha de participação de não controladores no Consolidado.

A análise da administração da Companhia quanto à exposição desses ativos a riscos de taxas de juros, dentre outros, é divulgada na nota explicativa 21.4.

7. INVESTIMENTOS

7.1 Prática contábil

Os investimentos em controladas diretas e indiretas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais ("Controladora"), e consolidadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. Já os investimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto consolidadas. As variações ocorridas em outros resultados abrangentes nessas controladas em conjunto, se houver, são reconhecidas como outros resultados abrangentes na Controladora.

7.2 Informações da Controlada CTEEP e da investida ISA Investimentos

	CTEEP 2023	CTEEP 2022	ISA Investimentos 2023	ISA Investimentos 2022
Quantidade de ações em circulação				
Ordinárias - ON	257.937.732	257.937.732	695.700.000	695.700.000
Preferenciais - PN	400.945.572	400.945.572	–	–
Total	**658.883.304**	**658.883.304**	**695.700.000**	**695.700.000**
Patrimônio líquido - consolidado				
Capital social	3.590.020	3.590.020	695.801	695.801
Reservas de capital	78	78	–	–
Reserva especial	588	588	–	–
Outros resultados abrangentes	(207.572)	(21.376)	(1.729)	676
Reservas e Retenção de lucros	5.837.737	3.879.713	566.531	554.020
Reserva especial de lucros a realizar	8.159.289	8.728.429	–	–
Participação de acionistas não controladores	411.572	359.029	–	–
Total	**17.791.712**	**16.536.481**	**1.260.603**	**1.250.497**
Lucro líquido individual do exercício	**2.841.117**	**2.262.245**	**161.993**	**198.750**

7.3 Informações dos investimentos mantidos pela Controlada CTEEP (controladas)

		Data base	Qtde. de ações ordinárias	Participação no capital integralizado %	Capital integralizado	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Patrimônio líquido ajustado (*)	Receita bruta	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
IESerra do Japi	Operacional	2023	89.985.000	100	89.985	479.881	46.228	433.653	–	66.540	53.233
		2022	44.394.000	100	44.394	476.923	59.453	417.470	–	89.458	76.366
IEMG	Operacional Parcial	2023	551.073.000	100	551.073	573.533	46.434	527.099	506.432	160.971	904
		2022	428.907.000	100	428.907	444.851	40.821	404.030	382.018	303.706	(33.587)
IENNE	Operacional	2023	338.984.000	100	338.984	568.708	164.493	404.215	–	69.431	66.191
		2022	338.984.000	100	338.984	526.224	159.480	366.744	–	73.710	47.018
IEPinheiros	Operacional	2023	20.885.000	100	20.885	78.732	10.354	68.378	–	20.247	13.647
		2022	29.606.000	100	29.606	76.300	14.884	61.416	–	94.321	76.191
Evrecy	Operacional Parcial	2023	438.352.000	100	438.352	428.609	47.191	381.418	385.361	149.601	(18.607)
		2022	301.940.000	100	301.940	289.887	26.274	263.613	270.046	196.916	(59.381)
IEItaúnas	Operacional Parcial	2023	342.359.000	100	342.359	609.134	76.777	532.357	–	83.727	29.777
		2022	334.309.000	100	334.309	542.309	40.707	501.602	–	119.693	28.471
IETibagi	Operacional Parcial	2023	180.869.000	100	180.869	295.540	30.965	264.575	–	36.981	30.216
		2022	180.869.000	100	180.869	278.951	37.416	241.535	–	50.633	23.658
IEItaquerê	Operacional	2023	206.096.000	100	206.096	662.896	61.934	600.962	–	81.721	70.129
		2022	206.096.000	100	206.096	642.225	88.558	553.667	–	88.469	72.838
IEItapura	Operacional	2023	106.137.000	100	106.137	199.423	22.281	177.142	–	39.500	21.582
		2022	86.284.000	100	86.284	191.587	13.901	177.686	–	39.484	31.585
IEAguapeí	Operacional	2023	351.108.000	100	351.108	704.497	63.275	641.222	–	100.933	59.268
		2022	351.108.000	100	351.108	710.040	78.586	631.454	–	121.965	107.687
IESul	Operacional	2023	220.660.000	100	220.660	266.241	38.027	228.214	183.052	40.177	8.674
		2022	220.660.000	100	220.660	252.086	30.329	221.757	173.551	30.331	14.821
IEBiguaçu	Operacional	2023	415.551.000	100	415.551	538.217	79.724	458.493	–	68.774	68.831
		2022	415.551.000	100	415.551	516.513	83.075	433.438	–	185.668	42.603
IE Riacho Grande	Pré-Operacional	2023	179.147.000	100	179.147	201.155	41.238	159.917	–	93.727	12.771
		2022	105.150.000	100	105.150	107.140	12.001	95.139	–	48.958	(876)
IEJaguar 6	Operacional	2023	159.865.000	100	159.865	241.708	16.266	225.442	–	16.493	11.393
		2022	196.164.000	100	196.164	257.637	14.395	243.242	–	2.439	2.158
IEJaguar 8	Operacional Parcial	2023	68.058.000	100	68.058	148.877	16.690	132.187	–	39.808	11.210
		2022	46.934.000	100	46.934	112.810	7.571	105.239	–	2.407	2.228
IEJaguar 9	Operacional	2023	202.438.000	100	202.438	528.929	62.766	466.163	–	111.693	83.688
		2022	194.097.000	100	194.097	469.054	47.290	421.764	–	12.471	9.638

(*) Patrimônio líquido ajustado contempla os ajustes a valor justo conforme laudo na data da aquisição.

7.4 Informações dos investimentos mantidos pela Controlada CTEEP (controladas em conjunto)

	2023 IEMadeira	2023 IEGaranhuns	2023 IEParaguaçu	2023 IEAimorés	2023 IEIvaí	2022 IEMadeira	2022 IEGaranhuns	2022 IEParaguaçu	2022 IEAimorés	2022 IEIvaí
Ativo Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	147	2.066	27.233	16.254	92.240	35	3.399	37.487	66.037	46.301
Aplicações financeiras	244.498	11.047	–	–	47.989	217.120	41.207	–	–	100.702
Ativo da concessão	672.021	112.576	138.796	89.384	331.207	639.607	107.539	133.070	85.697	281.029
Outros ativos	106.147	17.456	23.682	17.639	7.632	74.509	20.719	20.687	13.859	39.580
Ativo não circulante										
Ativo da concessão	6.158.807	1.357.443	1.477.860	936.584	3.777.644	6.108.840	1.247.419	1.434.985	909.397	3.343.385
Outros ativos não circulantes	134.334	13.820	5.525	3.705	308.209	142.303	18.177	13.878	4.448	4.210
Passivo circulante										
Empréstimos e financiamentos	157.501	19.170	–	–	–	156.071	28.583	–	–	–
Debêntures	63.977	–	–	–	91.100	67.669	–	–	–	213.888
Outros passivos	357.267	48.087	80.530	47.867	314.696	410.926	14.920	92.388	61.332	61.803
Passivos não circulante										
Empréstimos e financiamentos	784.178	75.386	–	–	–	913.773	93.289	–	–	–
Debêntures	280.591	–	–	–	2.176.816	315.056	–	–	–	2.046.110
Outros passivos	1.668.707	263.048	472.375	317.291	970.476	1.588.596	232.367	445.110	290.060	630.290
Patrimônio líquido	4.003.733	1.108.717	1.120.191	698.408	1.011.833	3.730.323	1.069.301	1.102.609	728.046	863.116

	2023 IEMadeira	2023 IEGaranhuns	2023 IEParaguaçu	2023 IEAimorés	2023 IEIvaí	2022 IEMadeira	2022 IEGaranhuns	2022 IEParaguaçu	2022 IEAimorés	2022 IEIvaí
Receita operacional líquida	712.294	226.921	189.099	124.351	854.193	735.154	180.710	377.493	257.671	556.650
Custos de infraestrutura e O&M	(46.255)	(75.288)	(2.411)	–	(248.512)	(35.361)	(32.856)	(125.384)	(54.763)	(262.389)
Receitas - Revisão Tarifária Periódica, líquidas	–	–		–	(95.360)	–	103.932	–	–	–
Despesas gerais e Administrativas	(24.255)	(8.302)	(7.858)	(4.514)	(20.592)	(15.655)	(9.734)	(4.389)	(3.560)	(6.501)
Resultado financeiro	(111.084)	(4.759)	6.692	4.359	(195.315)	(107.694)	(5.570)	2.250	4.602	(225.791)
Outras receitas (despesas) operacionais	(5.842)	8	–	–	2	24.301	(10.251)	–	–	–
Imposto de renda e contribuição social	(112.990)	(21.002)	(39.312)	(26.926)	(99.296)	(129.188)	(29.499)	(85.058)	(69.321)	(21.388)
Lucro líquido	411.868	117.578	146.210	97.270	195.120	471.557	196.732	164.912	134.629	40.581
Participação acionária CTEEP (%)	**51%**	**51%**	**50%**	**50%**	**50%**	**51%**	**51%**	**50%**	**50%**	**50%**

continua →★

INÊS249

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

7.5 Informações dos investimentos da Companhia

	CTEEP		ISA Investimentos	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Ações possuídas - ON (quantidades)	230.856.832	230.856.832	700.00	700.000
Ações possuídas - PN (quantidades)	5.144.528	5.144.528	–	–
Patrimônio líquido da controlada (consolidado)	17.791.712	16.536.481	1.260.603	1.250.497
(–) Participação dos não controladores	(411.572)	(359.029)	–	–
(–) Reserva especial de ágio	(588)	(588)	–	–
Patrimônio líquido (base equivalência patrimonial)	**17.379.552**	**16.176.864**	**1.260.603**	**1.250.497**
Percentual de participação no capital integralizado	35,8184%	35,8184%	0,10062%	0,10062%
	6.225.077	**5.794.294**	**1.268**	**1.258**
Reserva especial de ágio na incorporação	588	588	–	–
Total do investimento	**6.225.665**	**5.794.882**	**1.268**	**1.258**

7.6 Movimentação dos investimentos

	Controladora		
	CTEEP	**ISA Investimentos**	**Total**
Saldo em 2021	**5.158.211**	**1.306**	**5.159.517**
Equivalência patrimonial	810.300	200	810.500
Dividendos recebidos das controladas	–	(161)	(161)
Dividendos a receber das controladas (*)	–	(24)	(24)
Juros sobre capital próprio recebidos das controladas	–	(30)	(30)
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber (*)	(250.729)	(29)	(250.758)
Resultados abrangentes nas controladas	77.099	(55)	77.044
Saldo em 2022	**5.794.881**	**1.207**	**5.796.088**
Equivalência patrimonial	1.017.643	163	1.017.806
Dividendos a receber das controladas (*)	–	(49)	(49)
Juros sobre capital próprio recebidos das controladas	–	(41)	(41)
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber (*)	(520.164)	(57)	(520.221)
Resultados abrangentes nas controladas	(66.695)	45	(66.650)
Saldo em 2023	**6.225.665**	**1.268**	**6.226.933**

(*) Os valores de proventos totais, já líquidos de impostos, provisionados a receber correspondem a R$442.257 em 2023 e R$213.136 em 2022.

	Consolidado					
	Saldos em 2021	**Integralização de capital**	**Equivalência patrimonial**	**Resultados abrangentes**	**Dividendos**	**Saldos em 2022**
IEMadeira	1.790.615	–	240.495	–	(128.645)	1.902.465
IEGaranhuns	429.968	–	100.332	–	15.043	545.343
IEParaguaçu	455.432	33.000	82.456	–	(19.584)	551.304
IEAimorés	302.196	10.500	67.315	–	(15.988)	364.023
IEIvaí	321.268	90.000	20.290	–	–	431.558
ISA Investimentos	1.306	–	200	(55)	(244)	1.207
Investimento	**3.300.785**	**133.500**	**511.088**	**(55)**	**(149.418)**	**3.795.900**

	Consolidado					
	Saldos em 2022	**Integralização de capital**	**Equivalência patrimonial**	**Resultados abrangentes**	**Dividendos**	**Saldos em 2023**
IEMadeira	1.902.465	–	210.053	–	(70.614)	2.041.904
IEGaranhuns	545.343	–	59.965	–	(39.862)	565.446
IEParaguaçu	551.304	–	73.105	–	(64.313)	560.096
IEAimorés	364.023	–	48.635	–	(63.453)	349.205
IEIvaí	431.558	–	97.560	–	(23.201)	505.917
ISA Investimentos	1.207	–	163	45	(147)	1.268
Investimento	**3.795.900**	**–**	**489.481**	**45**	**(261.590)**	**4.023.836**

8. IMPOSTOS DIFERIDOS

8.1 Prática contábil

Os impostos diferidos ativos decorrentes de diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com o CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, se não for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

8.2 Composição

	Consolidado	
	2023	**2022**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.436.717	4.357.908
PIS diferido	362.872	329.927
COFINS diferido	1.671.789	1.519.961
	2.034.661	1.849.888
	6.471.378	**6.207.796**

8.3 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado	
Ativos/(Passivos)	**2023**	**2022**
Contas a receber Lei nº 12.783 - SE (i)	(1.359.204)	(1.714.735)
Ajustes IFRS (ICPC 01 (R1) e CPC 47) (ii)	(3.456.336)	(2.911.560)
Impostos diferidos - Aquisição SF Energia (iii)	(38.114)	(51.566)
Provisão valores a receber Secretaria da Fazenda	175.527	175.527
Demais diferenças temporárias	241.410	144.426
Total líquido	**(4.436.717)**	**(4.357.908)**

(i) Valores de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a remuneração dos ativos da concessão referente as instalações do SE, que serão incorporados à base de tributação a medida do efetivo recebimento.

(ii) Referem-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre os resultados da operação de implementação da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração dos ativos da concessão (ICPC 01 (R1) e CPC 47 reconhecidos por competência, que são oferecidos a tributação a medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos nº 168 da Instrução Normativa nº 1.700/17 e 36 da Lei nº 12.973/14.

(iii) Valor originado da combinação de negócios na aquisição da SF Energia Participações. Os valores do imposto de renda e contribuição social referem-se ao ganho proveniente de compra vantajosa na aquisição das ações da PBTE pela SF Energia Participações ocorrida em 12 de abril de 2019, anterior a aquisição pela Companhia. A partir da incorporação da SF Energia pela Controlada CTEEP este valor será amortizado pelo prazo de cinco anos.

A Administração da Companhia considera que os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, decorrentes de diferenças temporárias deverão ser realizados na proporção das demandas judiciais, contas a receber e realização dos eventos que originaram as provisões para perda.

8.4 PIS e COFINS diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração dos ativos da concessão apurada sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais, conforme previsto na Lei 12.973/14.

9. VALORES A RECEBER - SECRETARIA DA FAZENDA

9.1 Prática contábil

Os valores a receber da Secretaria da Fazenda são ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado (nota 21.1.1.1).

9.2 Composição

	Consolidado	
	2023	**2022**
Verbas de folha de pagamento - Lei 4.819/58	2.567.905	2.384.441
Processos trabalhistas - Lei 4.819/58	319.657	307.314
Perdas esperadas sobre realização de créditos	(516.255)	(516.255)
	2.371.307	**2.175.500**

Verbas de folha de pagamento - Lei 4.819/58

O plano de complementação de aposentadoria regido, pela Lei Estadual 4.819/58, dispunha sobre a criação do Fundo de Assistência Social do Estado, aplicando-se aos empregados servidores de autarquias, sociedades anônimas em que o Estado de São Paulo fosse detentor da maioria das ações com direito de controle e dos serviços industriais de propriedade e administração estadual, admitidos até 13 de maio de 1974, e previa benefícios de complementação de aposentadorias e pensão, licença-prêmio e salário-família. Como prévia, também, a responsabilidade do Estado pelo custeio integral destes benefícios.

Em 1996, em promulgação da Lei nº 9.361/96 e também do Decreto nº 42.698/97, fica determinado que a folha de pagamento de complementação de aposentadoria e pensão da Lei nº 4.819/58 deve ser processada pelo Estado através do Departamento de Despesa Pessoal do Estado - DDPE, através de dotação orçamentária, reiterando a responsabilidade do Estado.

De 10 de dezembro de 1999 até dezembro de 2003, através do convênio firmado entre a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ-SP) e a CTEEP, os pagamentos destes encargos foram realizados pela Vivest (Fundação CESP). Tal procedimento foi realizado regularmente até dezembro de 2003 pela Vivest (Fundação CESP), mediante recursos da SEFAZ-SP, repassados por meio da CESP e posteriormente da Controlada CTEEP.

Com o término do Convênio em 2003, e a vigência do Decreto nº 42.698/87, a SEFAZ- SP reassumiu a partir de 1º de janeiro de 2004 o processamento e pagamento da folha de complementação de aposentadoria e pensão da Lei nº 4.819/58, processando diretamente os pagamentos dos benefícios, sem a interveniência da CTEEP e da Vivest (Fundação CESP), e passando a observar os critérios do funcionalismo público para pagamento dos benefícios, o que resultou em pagamento de montantes inferiores àqueles historicamente pagos até dezembro de 2003, deixando de pagar verbas até então por ele reconhecidas.

Desde 2005, quando a AAFC obteve decisão judicial para que retornasse a metodologia praticada até dezembro de 2003, a SEFAZ-SP vem repassando à Controlada CTEEP, valor inferior ao necessário para a quitação das verbas pagas aos aposentados.

No período de janeiro de 2005 a dezembro de 2023, a Controlada CTEEP repassou à Vivest (Fundação CESP), o valor total de R$6.901.229 pelo pagamento de benefícios da Lei Estadual 4.819/58, tendo recebido da SEFAZ-SP o valor de R$4.333.324 para a mesma finalidade. A diferença entre os valores repassados à Vivest (Fundação CESP) e ressarcidos pela SEFAZ-SP (Processamento da folha de pagamento), juntamente com os valores relacionados a ações trabalhistas quitados pela Controlada CTEEP e de responsabilidade da SEFAZ-SP (Processos trabalhistas), estão sendo registrados na rubrica Valores a Receber - Secretaria da Fazenda.

Processos trabalhistas - Lei 4.819/58

As ações trabalhistas relativas aos empregados aposentados sob o amparo da Lei 4.819/58, que são de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo, estão sendo quitadas pela CTEEP por força de ato judicial, e então registradas como contas a receber da Secretaria da Fazenda.

Adicionalmente, a Controlada CTEEP também discute o tema em 736 ações judiciais individuais e plúrimas com valor total envolvido da ordem de R$545.213 e caso seja condenada, segundo análise da própria Controlada CTEEP e de seus consultores externos, eventuais valores pagos serão futuramente cobrados da Fazenda Pública do Estado de São Paulo.

Perdas esperadas sobre realização de créditos - SEFAZ

Em 30 de setembro de 2013, a Controlada CTEEP reconheceu uma perda estimada no montante de R$516.255, que teve como fatores determinantes o alargamento de prazo da expectativa de realização de parte do contas a receber do Estado de São Paulo e andamentos processuais, ocorridos naquele período. Apesar dos desdobramentos ocorridos posteriormente ao reconhecimento da referida provisão, a Controlada CTEEP ainda considera adequado o valor provisionado, não tendo havido, até 31 de dezembro de 2023, quaiquer eventos relevantes que indicassem a necessidade de alteração da perda esperada (*impairment*).

9.3 Plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei 4.819/58

(a) Ação Civil Pública em trâmite na 2ª Vara da Fazenda Pública

A alteração na forma de pagamento pela SEFAZ gerou as demandas judiciais por parte dos aposentados, destacando-se a Ação Civil Pública. Com a decisão judicial da 2ª Vara da Fazenda Pública, proferida em junho de 2005, julgando improcedente o pedido, permitindo o processamento da folha e pagamentos das aposentadorias e pensões da Lei nº 4.819/58 pela SEFAZ-SP, a Associação dos Aposentados da Funcesp - AAFC, que representa os aposentados e pensionistas, interpôs recurso de apelação contra a decisão e insurgiu-se contra a competência da Justiça Comum. Em 24 de novembro de 2015, transitou em julgado a decisão do STF que estabeleceu a competência da Justiça Comum para a discussão desta ação.

Assim, em 27 de junho de 2016, foi atribuído efeito suspensivo ao Recurso de Apelação da AAFC esclarecendo que a liminar, obtida na justiça trabalhista (vide item "b" abaixo) deveria ser mantida até o julgamento do mérito do recurso.

A partir do mês de junho de 2016, a Ação Civil Pública passou a tramitar em conjunto com a Ação Coletiva, cujo andamento segue reportado no item (b.(i)) abaixo. Embora tramitem em conjunto, as ações são autônomas.

(b) Ação Coletiva em trâmite perante a 2ª Vara da Fazenda Pública/SP (antiga Reclamação Trabalhista que tramitou na 49ª Vara do Trabalho).

Trata-se de ação coletiva distribuída, pela AAFC simultaneamente à sentença da Ação Civil Pública acima, desta vez, entretanto, perante a Justiça do Trabalho em caso individual que já possuía tutela antecipada. Em 11 de julho de 2005, foi deferida a concessão de tutela antecipada para que a Vivest (Fundação CESP) voltasse a processar os pagamentos de benefícios decorrentes da Lei Estadual 4.819/58, segundo o respectivo regulamento, da forma realizada até dezembro de 2003, figurando a Controlada CTEEP como intermediária entre SEFAZ-SP e Vivest (Fundação CESP).

Atualmente a Ação Civil Pública e a presente Ação Coletiva tramitam apensadas na Justiça Comum por força de decisão obtida pela Controlada CTEEP em conflito de competência perante o STF.

Por força da decisão do Conflito de Competência mencionado acima, a Ação Coletiva foi recebida na 2ª Vara da Fazenda Pública em 20 de maio de 2016 e, no dia 30 de maio de 2016, foi proferida sentença cassando a liminar que obrigava a Controlada CTEEP no pagamento das parcelas mensais, extinguindo-se os pedidos inerentes ao processamento da folha e, julgando improcedente o pedido de ressarcimento de eventuais diferenças devidas aos aposentados e pensionistas da Lei 4.819/58.

A partir do mês de junho de 2016, a Ação Coletiva passou a tramitar em conjunto com a Ação Civil Pública, cujo andamento segue reportado no item (b.1) abaixo. Embora tramitem em conjunto, as ações são autônomas.

(i) Andamento da Ação Civil Pública e Ação Coletiva (itens a e b)

O TJ/SP, em julgamento realizado em 2 de agosto de 2017, por decisão unânime confirmou a sentença de improcedência, condenou a AAFC por litigância de má fé e revogou a liminar.

Cumprindo a decisão unânime acima, a SEFAZ enviou ofício em 8 de agosto de 2017, para a Controlada CTEEP informando a assunção da folha de pagamento dos aposentados e pensionistas da Lei 4.819/58 a partir do mesmo mês. A AAFC interpôs Recursos contra a decisão unânime do TJ/SP, sendo um recurso especial para o STJ e um recurso extraordinário para o STF, ambos com pedido de liminar para suspender os efeitos da decisão unânime do TJ/SP.

O TJ/SP, em 18 de outubro de 2017 e, o STJ, em 31 de outubro de 2017, negaram a liminar pleiteada pela AAFC. Contudo, o STF concedeu a liminar suspendendo os efeitos do acórdão proferido pelo TJ/SP e mandando que as requeridas procedam como faziam antes do julgamento do tema pelo TJ/SP e até que o STF analise o mérito da questão.

Em razão da liminar, a SEFAZ determinou o processamento da folha pela Vivest (Fundação CESP) a partir de dezembro de 2017.

Em abril de 2020 o STJ não conheceu os Recursos Especiais da AAFC, que apresentou novo recurso. A Ministra Relatora do STJ reconheceu a necessidade do STF analisar a discussão judicial antes do STJ para evitar decisões conflitantes e determinou a remessa imediata do processo para o STF julgar os Recursos Extraordinários da AAFC.

Em 26 de dezembro de 2020, foi proferida decisão monocrática pelo Ministro Relator do STF na Ação Civil Pública confirmando a liminar, publicada em 08 de janeiro de 2021, contra a qual a Controlada CTEEP apresentou recurso, pendente de julgamento.

Em 13 de setembro de 2021, o STF proferiu na Ação Coletiva decisão monocrática desfavorável à Controlada CTEEP, nos mesmos moldes da decisão proferida em 26 de dezembro de 2020 na Ação Civil Pública, contra a qual a Controlada CTEEP apresentou recurso, pendente de julgamento.

(c) Ação de cobrança

A SEFAZ-SP vem repassando à Controlada CTEEP, desde setembro de 2005, valor inferior ao necessário para o fiel cumprimento da citada decisão liminar da 49ª Vara do Trabalho, citada no item "(b)" acima.

Em dezembro de 2010, a Controlada CTEEP ingressou com ação de cobrança contra a SEFAZ-SP, visando reaver os valores não recebidos. Em maio de 2013, houve decisão no sentido de extinguir o processo sem analisar seu mérito, o que foi mantido pelo TJ/SP em julgamento de dezembro de 2014.

A Controlada CTEEP apresentou recurso e, em 31 de agosto de 2015, o TJ/SP deu provimento ao recurso da Controlada CTEEP e condenou a SEFAZ-SP a efetuar os repasses da complementação de aposentadoria e pensão nos termos dos ajustes firmados com a Controlada CTEEP e das leis de regência, com exceção das verbas glosadas.

Pretendendo que as verbas glosadas sejam incorporadas à decisão, a Controlada CTEEP apresentou novo recurso para esclarecimentos, o que foi acolhido pelo TJ/SP em julgamento de 1 de fevereiro de 2016, que manteve a decisão de 31 de agosto de 2015 e determinou a aferição, na fase de acertamento, dos valores pendentes de repasse pela SEFAZ-SP.

A SEFAZ-SP, em 7 de março de 2016, apresentou recurso que foi rejeitado em julgamento ocorrido em 4 de julho de 2016, mantendo-se a condenação da SEFAZ-SP que apresentou novo recurso especial também rejeitado pelo TJ/SP em 5 de junho de 2017.

Após o Recurso Especial não ser admitido pelo Tribunal de Justiça/SP a SEFAZ apresentou novo recurso que aguarda análise pelo STJ.

Em agosto de 2018, a Controlada CTEEP obteve decisão no Tribunal de Justiça/SP que impõe obrigação para a SEFAZ não efetuar qualquer glosa no repasse para pagamento dos benefícios da Lei 4.819/58 antes de concluir processo administrativo para apurar irregularidade nos pagamentos. Em março de 2019, o STJ, em decisão liminar e monocrática suspendeu os efeitos da decisão que proibia a SEFAZ de efetuar descontos no repasse à Controlada CTEEP, que voltou a receber o repasse com as glosas e a complementar o valor do pagamento desde abril de 2019. O recurso foi incluído na pauta de julgamento do dia 03 de setembro de 2019, contudo foi adiado sem data designada. As demais movimentações processuais ocorridas não envolviam ou alteraram o mérito da decisão vigente.

Posicionamento CTEEP

A Companhia continua empenhada em obter decisão judicial definitiva que mantenha o procedimento de pagamento direto da folha de benefícios da Lei Estadual 4.819/58 pela SEFAZ-SP e reitera o entendimento da sua área jurídica e de seus consultores jurídicos externos de que as despesas decorrentes da Lei Estadual 4.819/58 e respectivo regulamento são de responsabilidade integral da SEFAZ-SP e prossegue na adoção de medidas adicionais para resguardar os seus interesses.

A administração da Companhia vem monitorando os andamentos e desdobramentos relacionados à parte jurídica do assunto, bem como avaliando continuamente os eventuais impactos em suas demonstrações financeiras.

10. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Imobilizado	157	93	120.261	115.025
Intangível	–	–	461.636	475.858
	157	**93**	**581.897**	**590.883**

10.1 Imobilizado

10.1.1 Prática contábil

O ativo imobilizado da Companhia e suas controladas é representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando o tempo da vida útil-econômica estimado dos bens.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

10.1.1.1 Arrendamento - Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Na determinação do custo do direito de uso, parte-se do valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, adicionam-se os custos diretos incorridos, pagamentos de arrendamento realizados até a data de início e a estimativa do custo para recuperar e devolver o ativo subjacente ao arrendador no final do prazo de arrendamento, menos eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo período do prazo do arrendamento.

10.1.2 Composição

	Controladora				
	Taxas médias anuais de depreciação %	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**2023 Líquido**	**2022 Líquido**
Em serviço					
Arrendamento de edifícios (**i)**	10%	181	(24)	157	93
		181	**(24)**	**157**	**93**

	Consolidado				
	Custo	**Depreciação acumulada**	**2023 Líquido**	**2022 Líquido**	**Taxas médias anuais de depreciação %**
Terrenos	2.060	–	2.060	2.060	–
Edificações	1.246	(980)	266	277	3,44%
Arrendamento de imóveis (i)	56.287	(26.248)	30.039	46.270	10,04%
Máquinas e equipamentos	33.741	(6.280)	27.461	15.002	6,39%
Móveis e utensílios	11.830	(6.359)	5.471	5.986	6,24%
Equipamentos de informática	33.288	(21.955)	11.333	10.948	16,05%
Veículos	11.733	(10.573)	1.160	1.573	14,29%
Arrendamento de veículos (i)	37.199	(35.115)	2.084	8.773	32,60%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	11.828	(4.661)	7.167	8.680	12,79%
Imobilizado em andamento	33.220	–	33.220	15.456	–
	232.432	**(112.171)**	**120.261**	**115.025**	

(i) Taxa de depreciação conforme prazo do contrato de arrendamento.

10.1.3 Movimentação

	Controladora				
	Saldos em 2021	**Adições**	**Depreciação**	**Baixas**	**Saldos em 2022**
Arrendamento de edifícios	788	20	(13)	(702)	93
	788	**20**	**(13)**	**(702)**	**93**

	Controladora				
	Saldos em 2022	**Adições**	**Depreciação**	**Baixas**	**Saldos em 2023**
Arrendamento de edifícios	93	88	(24)	–	157
	93	**88**	**(24)**	**–**	**157**

	Consolidado					
	Saldos em 2021	**Adições**	**Depreciação**	**Baixas**	**Transferências(*)**	**Saldos em 2022**
Terrenos	2.060	–	–	–	–	2.060
Edificações	288	–	(11)	–	–	277
Arrendamento de imóveis	41.620	11.810	(6.458)	(702)	–	46.270
Máquinas e equipamentos	4.968	–	(1.116)	–	11.150	15.002
Móveis e utensílios	6.264	–	(536)	(2)	260	5.986
Equipamentos de informática	11.289	–	(4.315)	–	3.974	10.948
Veículos	2.727	–	(1.357)	–	203	1.573
Arrendamento de veículos	14.369	2.391	(7.987)	–	–	8.773
Benfeitorias em imóveis de terceiros	8.288	–	(1.365)	–	1.757	8.680
Imobilizado em andamento	2.180	27.063	–	–	(13.787)	15.456
	94.053	**41.264**	**(23.145)**	**(704)**	**3.557**	**115.025**

(*) Transferências do intangível.

	Consolidado					
	Saldos em 2022	**Adições**	**Depreciação**	**Baixas**	**Transferências(*)**	**Saldos em 2023**
Terrenos	2.060	–	–	–	–	2.060
Edificações	277	–	(11)	–	–	266
Arrendamento de imóveis	46.270	994	(6.159)	(11.066)	–	30.039
Máquinas e equipamentos	15.002	–	(1.959)	–	14.418	27.461
Móveis e utensílios	5.986	–	(512)	(3)	–	5.471
Equipamentos de informática	10.948	–	(3.917)	–	4.302	11.333
Veículos	1.573	–	(298)	(115)	–	1.160
Arrendamento de veículos	8.773	2	(6.691)	–	–	2.084
Benfeitorias em imóveis de terceiros	8.680	–	(1.513)	–	–	7.167
Imobilizado em andamento	15.456	36.484	–	–	(18.720)	33.220
	115.025	**37.480**	**(21.060)**	**(11.184)**	**–**	**120.261**

(*) Transferências do intangível.

10.2 Intangível

10.2.1 Prática contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida: (i) ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo; (ii) ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

10.2.2 Composição

	Consolidado	
	2023	**2022**
ERP-SAP e softwares (i)	25.054	19.422
Ativo da concessão gerado na aquisição de controlada (ii)	436.582	456.436
	461.636	**475.858**

(i) Refere-se, substancialmente, aos gastos incorridos na atualização do ERP-SAP e direito de uso de softwares, amortizados linearmente, no prazo de 5 anos.

(ii) Refere-se aos intangíveis da concessão, apurados conforme laudos elaborados por consultoria independente, gerados nas aquisições das controladas IEEvrecy, IEMG, IESul, PBTE e SF Energia que têm como fundamento econômico a perspectiva obtenção de benefício econômico futuro advindo dos contratos de concessão das empresas adquiridas, durante o prazo de exploração das respectivas concessões, amortizados de acordo com os prazos remanescentes dos contratos de concessão das controladas, conforme determinado no ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Sendo, IEEvrecy contrato 020/2008, IEMG contrato 004/2007, IESul contratos 013/2008 e 016/2008 e PBTE contrato 012/2016 (incorporado pela Companhia) conforme vencimentos descritos na nota 1.2.

10.2.3 Movimentação

	Consolidado				
	Saldos em 2021	**Adições**	**Amortização/Realização (**)**	**Transferências (*)**	**Saldos em 2022**
Software	2.212	–	(1.232)	2.132	3.112
Licenças	6.563	–	(3.123)	2.129	5.569
Intangível em andamento	11.504	7.055	–	(7.818)	10.741
Intangíveis da concessão	476.158	–	(19.722)	–	456.436
	496.437	**7.055**	**(24.077)**	**(3.557)**	**475.858**

(*) Transferências para ativo imobilizado.

(**) Realização de aquisição de controle IEMG, Evrecy, IESul, SF Energia e PBTE.

	Consolidado				
	Saldos em 2022	**Adições**	**Amortização/Realização (*)**	**Transferências**	**Saldos em 2023**
Software	3.112	–	(1.229)	510	2.393
Licenças	5.569	–	(2.624)	358	3.303
Intangível em andamento	10.741	9.485	–	(868)	19.358
Intangíveis da concessão	456.436	–	(19.854)	–	436.582
	475.858	**9.485**	**(23.707)**	**–**	**461.636**

(*) Realização de aquisição de controle IEMG, Evrecy, IESul, SF Energia e PBTE.

11. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

11.1 Prática Contábil

A Controlada CTEEP patrocina plano de aposentadoria e pensão por morte aos seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, administrados pela Vivest (anteriormente Funcesp), cujo objetivo é suplementar benefícios garantidos pela Previdência Social.

Os pagamentos a plano de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

Na avaliação atuarial dos compromissos deste plano foi adotado o método do crédito unitário projetado, de acordo com o CPC 33 (R1).

A periodicidade dessa avaliação é anual e os efeitos da remensuração dos compromissos do plano, que incluem ganhos e perdas atuariais, efeito das mudanças no limite superior do ativo (se aplicável) e o retorno sobre ativos do plano (excluindo juros), são refletidos imediatamente no balanço patrimonial como um encargo ou crédito reconhecido em outros resultados abrangentes no período em que ocorrem.

Os benefícios de curto prazo compreendem: (i) programa de participação nos resultados; (ii) planos de assistência médica e odontológica; e (iii) outros benefícios usuais de mercado.

11.2 Plano de aposentadoria e pensão - PSAP/CTEEP

Em 15 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração aprovou a retirada do Patrocínio do Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensão ("PSAP/CTEEP"). O processo de retirada do patrocínio se encontra suspenso em razão de liminar em ação judicial movida por sindicatos e uma associação.

Em 13 de novembro de 2023 a VIVEST submeteu à PREVIC pedido de alteração do Regulamento PSAP/CTEEP para substituição do indexador dos benefícios do Plano (de IGP-DI para IPCA) e fechamento do plano para novas adesões. Na hipótese de anuência da PREVIC a Controlada CTEEP não seguirá com o processo de retirada de patrocínio.

A Controlada CTEEP segue acompanhando a evolução da referida retirada de patrocínio, não sendo possível, em 31 de dezembro de 2023, a mensuração de eventuais impactos adicionais nas demonstrações financeiras.

O PSAP/CTEEP abriga os seguintes subplanos:

- Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS) - (Plano "B");
- Benefício definido (BD) - (Plano "B1");
- Contribuição variável (CV) - (Plano "B1").

O PSAP/CTEEP, regido pela Lei Complementar nº 109/2001 e administrado pela Vivest (antiga Funcesp), tem por entidade patrocinadora a própria Controlada CTEEP, proporcionando benefícios de suplementação de aposentadoria e pensão por morte, cujas reservas são determinadas pelo regime financeiro de capitalização.

O PSAP/CTEEP originou-se da cisão do PSAP/CESP B1 em 1 de setembro de 1999 e abrange a totalidade dos participantes transferidos para a Controlada CTEEP. Em 1 de janeiro de 2004 houve a incorporação do PSAP/EPTE pelo PSAP/Transmissão, cuja denominação foi alterada a partir dessa data para PSAP/Transmissão Paulista e a partir de 1 de dezembro de 2014 alterado para PSAP/CTEEP.

O subplano chamado "BSPS" refere-se ao Benefício Suplementar Proporcional Saldado decorrente do Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão PSAP/CESP B, transferido para este Plano em 1º de setembro de 1999, e ao PSAP/Eletropaulo Alternativo, transferido para este Plano, a partir da incorporação do PSAP/EPTE ocorrida em 1 de janeiro de 2004 calculado nas datas de 31 de dezembro de 1997 (CTEEP) e 31 de março de 1998 (EPTE), de acordo com o regulamento vigente, sendo o seu equilíbrio econômico-financeiro atuarial equacionado à época.

O subplano "BD" define contribuições e responsabilidades paritárias entre a Controlada CTEEP e participantes, incidentes sobre 70% do Salário Real de Contribuição destes empregados a fim de manter seu equilíbrio econômico-financeiro atuarial. Esse subplano proporciona benefícios de renda vitalícia de aposentadoria e pensão por morte para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da Previdência Social.

O subplano "CV" define contribuições voluntárias de participantes com contrapartida limitada da Controlada CTEEP, incidentes sobre 30% do Salário Real de Contribuição destes empregados a fim de proporcionar uma suplementação adicional nos casos de aposentadoria e pensão por morte. Na data de início de recebimento do benefício, o subplano de Contribuição Variável (CV) pode tornar-se de Benefício Definido (BD), caso a renda vitalícia seja escolhida pelo participante como forma de recebimento desta suplementação.

11.3 Avaliação atuarial

Para a avaliação atuarial do PSAP/CTEEP, elaborada por atuário independente, foi adotado o método do crédito unitário projetado.

Em 31 de dezembro de 2023 o PSAP/CTEEP apresentava déficit atuarial, calculado em conformidade com metodologia prevista no CPC 33, de R$401.059 (R$153.836 em 31 de dezembro de 2022).

continua →★

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

CNPJ Nº 08.075.006/0001-30

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

As principais informações financeiro-atuariais estão destacadas a seguir:

	Controlada CTEEP	
	2023	**2022**
Valor reconhecido no balanço patrimonial da entidade		
Obrigação de benefício definido	(4.889.433)	(4.658.194)
Valor justo do ativo do plano	4.488.374	4.504.358
Superávit/(Déficit)	**(401.059)**	**(153.836)**
Superávit irrecuperável (Efeito do limite de ativo)	–	–
(Passivo)/Ativo líquido	**(401.059)**	**(153.836)**
Movimentação no superávit irrecuperável		
Superávit irrecuperável no final do ano anterior	–	–
Juros sobre o superávit irrecuperável	–	–
Mudança do superávit irrecuperável durante o exercício	–	–
Superávit irrecuperável no final do ano	–	–
Reconciliação da obrigação de benefício definido		
Obrigação de benefício definido no final do ano anterior	(4.658.194)	(5.058.556)
Custo do serviço corrente	(9.982)	(19.199)
Custo dos juros	(465.713)	(458.470)
Benefício pago pelo plano	414.321	399.272
Contribuição de participante	(2.012)	(3.666)
Ganho/(Perda) atuarial	(167.853)	482.425
Obrigação de benefício definido no final do ano	**(4.889.433)**	**(4.658.194)**
Reconciliação do valor justo do ativo do plano		
Valor justo do ativo do plano no final do ano anterior	4.504.358	4.593.102
Retorno esperado dos investimentos	451.940	414.764
Contribuição paga pela empresa	30.160	3.686
Contribuição de participante	2.012	3.666
Benefício pago pelo plano	(414.321)	(399.272)
Ganho/(Perda) sobre o retorno dos investimentos	(85.775)	(111.588)
Valor justo do ativo do plano no final do ano	**4.488.374**	**4.504.358**
Componentes de (custo)/receita de benefício definido		
Custo do serviço corrente	(9.982)	(19.199)
Juros sobre a obrigação de benefício definido	(465.713)	(458.470)
(Juros)/rendimento sobre o valor justo do ativo do plano	451.940	414.764
Juros sobre o superávit irrecuperável	–	–
Custo da obrigação de benefício definido no resultado da empresa	**(23.755)**	**(62.905)**
Redimensionamento em outros resultados abrangentes ("ORA")		
Ganho/(Perda) atuarial	(167.853)	482.425
Ganho/(Perda) sobre o retorno dos investimentos	(85.775)	(111.588)
Mudança do superávit irrecuperável durante o exercício	–	–
Redimensionamento da obrigação incluído em "ORA"	**(253.628)**	**370.837**
Custo total da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa e em "ORA"	**(277.383)**	**307.932**
Reconciliação do valor líquido do (passivo)/ ativo de benefício definido		
(Passivo)/Ativo líquido no final do ano anterior	(153.836)	(465.454)
Custo da obrigação de benefício definido no resultado da empresa (*)	(23.755)	(62.905)
Redimensionamento da obrigação incluído em "ORA"	(253.628)	370.837
Contribuição paga pela empresa	30.160	3.686
(Passivo)/Ativo líquido no final do ano	**(401.059)**	**(153.836)**
Estimativa de custos para o exercício seguinte		
Custo da obrigação de benefício definido	(44.624)	(23.755)
Valor estimado para o exercício seguinte	**(44.624)**	**(23.755)**
Análise de sensibilidades nas hipóteses adotadas		
Obrigação de benefício definido (taxa de juros - 100 pontos básicos)	5.418.142	5.143.326
Obrigação de benefício definido (taxa de juros + 100 pontos básicos)	4.444.524	4.248.587
Fluxos de caixa esperados para o próximo ano e duração do compromisso		
Contribuição esperada de empresa	61.695	42.967
Contribuição esperada dos participantes	2.967	4.633
Total Previsto de pagamentos de benefício pelo plano:		
Ano 1	372.937	370.512
Ano 2	386.080	384.499
Ano 3	399.920	398.357
Ano 4	413.598	413.105
Ano 5	427.255	427.619
5 anos subsequentes	2.338.051	2.358.420
Duração dos compromissos do plano	**10,0 anos**	**10,3 anos**

(*) Despesa registrada na rubrica despesas gerais e administrativas

Composição da Carteira de Investimentos (em R$)	**2023**	**2022**
Renda fixa	3.945.017	3.449.661
Renda variável	300.586	712.016
Investimentos estruturados	122.156	150.399
Investimentos no exterior	60.341	80.911
Imóveis	46.094	87.574
Operações com participantes	14.180	23.797
	4.488.374	**4.504.358**

Principais premissas financeiras e atuariais		
Taxa de desconto nominal	9,58% a.a.	10,41% a.a.
Taxa de crescimento salarial nominal	0,65% a.a.	5,39% a.a.
Inflação	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Tábua geral de mortalidade	AT-2000 (M/F) (*)	AT-2000 (M/F) (*)
Tábua de entrada em invalidez	Mercer Disability M (**)	Mercer Disability (**)
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-1949 M (*)	AT-1949 (*)
Rotatividade	Exp.Vivest 2013-2021	Exp.Vivest 2013-2021
(*) suavizada em 10%		
(**) suavizada em 30%		
Dados Demográficos		
nº de participantes ativos	1.086	1.221
nº de coligados	138	126
nº de beneficiários assistidos	2.884	2.839

11.4 Contratos com a Vivest

A Controlada CTEEP, com o objetivo de equacionar o déficit atuarial existente no PSAP/CTEEP, em conformidade com a legislação vigente, formalizou instrumentos jurídicos com a VIVEST em 2022, na forma de contratos de confissão de dívida, os quais representam na prática, um compromisso da Controlada CTEEP de garantir o fluxo futuro de pagamentos, na qualidade de patrocinadora dos planos, no valor total de R$398.791, sendo:

• O primeiro contrato, firmado em 7 de março de 2022, no montante líquido de R$11.193, apurado em 31 de dezembro de 2020, constante de Parecer Atuarial específico, corresponde à parcela da ISA CTEEP do déficit do subplano CV do PSAP/CTEEP. O prazo de amortização ficou estabelecido em 16,73 anos (201 meses).

• Em 26 de dezembro de 2022 dois novos contratos foram firmados, nos montantes líquidos de R$372.761 e R$14.837, apurados em 31 de dezembro de 2021, constantes de Parecer Atuarial específico, correspondentes às parcelas da ISA CTEEP dos déficits nos subplanos BSPS e CV do PSAP/CTEEP, respectivamente. Os prazos de amortização foram estabelecidos em 15,75 anos (189 meses) para o déficit do subplano BPSP e 17,60 anos (212 meses) para o déficit do subplano CV.

Estes contratos fazem parte do passivo atuarial determinado pelo atuário independente e possuem cláusulas variáveis com revisão anual em função dos ganhos e/ou perdas atuariais verificados ao final de cada exercício fiscal, não se constituindo em novos passivos ou de natureza financeira. As diferenças observadas entre o passivo atuarial registrado para fins de atendimento à Deliberação CVM nº 110/2022 e os saldos destes contratos em 31 de dezembro de 2023 referem-se exclusivamente ao conjunto de premissas e à metodologia empregadas em cada apuração.

11.5 Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida ISA CTEEP - ISA CTEEP PREV

O ISA CTEEP PREV é um Plano do tipo Contribuição Definida, aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) em 25 de janeiro de 2022, que passou a ser oferecido aos novos colaboradores da Controlada CTEEP e àqueles que não puderam aderir ao PSAP/CTEEP em função da jóia de ingresso, a partir de 1º de fevereiro de 2022.

A contribuição básica de participante varia de acordo com o Salário Real de Benefício (SRC) com percentual máximo variando entre 4% até 9% do SRC.

A contribuição básica de patrocinadora corresponde à 100% da contribuição básica de participante.

Todos os benefícios de renda mensal do Plano serão pagos na forma de renda calculada em quotas ou percentual, apurada a partir do saldo existente na Conta Total do Participante.

12. TRIBUTOS, ENCARGOS SOCIAIS E CONTRIBUIÇÕES

12.1 Tributos e contribuições a compensar

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
IRPJ saldo negativo (i)	–	7.062	–	7.062
Imposto de renda antecipação	–	–	137.284	46.124
Contribuição social antecipação	–	–	67.884	21.826
Imposto de renda retido na fonte	11.254	37.967	18.382	42.765
Contribuição social retida na fonte	–	–	2	2
COFINS	–	–	36.113	26.260
PIS	–	–	7.840	5.701
Impostos parcelados a recuperar	–	–	5.134	4.682
Outros	–	–	7.345	4.842
	11.254	**45.029**	**279.984**	**159.264**

(i) Decorre das retenções sobre resgates de aplicações financeiras e de recebimento de juros sobre capital próprio.

A Companhia prepara anualmente estudo sobre a recuperação destes saldos e analisa também a possibilidade de pedido de restituição dos valores. Com base no estudo realizado, a Companhia manteve em 2022 o registro do saldo no ativo circulante em função da expectativa de utilização nos próximos 12 meses.

12.2 Tributos e encargos sociais a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Imposto de renda	55	58	2.805	3.056
Contribuição social	40	107	2.436	2.204
COFINS	39.533	19.058	79.263	54.404
PIS	8.583	4.137	16.868	11.468
INSS	5	–	13.754	9.218
ISS	–	–	5.167	3.425
FGTS	–	–	1.475	1.098
Imposto de renda retido na fonte	29	34.167	7.234	40.122
Imposto de renda sobre juros sobre capital próprio	–	–	–	105.000
Outros	8	14	34.391	24.861
	48.253	**57.541**	**163.393**	**254.856**

13. ENCARGOS REGULATÓRIOS A RECOLHER

13.1 Práticas contábeis

13.1.1 Taxas regulamentares

Os encargos setoriais abaixo descritos fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica encargos regulatórios a recolher no balanço patrimonial.

• Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com a finalidade de prover recursos para: i) o desenvolvimento energético dos Estados; ii) a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral, nas áreas atendidas pelos sistemas elétricos interligados; iii) promover a universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional. O valor é fixado anualmente pela ANEEL em função da energia elétrica utilizada por unidades consumidoras conectadas às instalações de transmissão. Este valor é recolhido à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e repassado às unidades consumidoras por intermédio da TUST (tarifa de uso do sistema de transmissão) (nota 13.2).

• Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA)

Instituído pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, tem o objetivo de aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica no país, tais como energia eólica (ventos), biomassa e pequenas centrais hidrelétricas. O valor é fixado em função da previsão de geração de energia elétrica pelas usinas integrantes do PROINFA. Este valor é recolhido à Eletrobras e repassado às unidades consumidoras por intermédio da TUST (nota 13.2).

• Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957. Refere-se a um valor anual estabelecido pela ANEEL, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação dos serviços públicos de energia elétrica, como também para financiar a expansão e melhoria desses serviços. Conforme artigo 21 da Lei nº 12.783/2013, a partir de 1º de janeiro de 2013, as concessionárias do serviço de transmissão de energia elétrica com os contratos de concessão prorrogados nos termos da referida Lei ficaram desobrigadas do recolhimento da quota anual da RGR (nota 13.2).

• Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, cogeração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica - P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL (nota 13.2).

• Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Criada pela Lei 9.427/1996 incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e conforme artigo 29 da Lei nº 12.783/2013, a TFSEE passou a ser equivalente a 0,4% do valor do benefício econômico anual.

13.2 Composição

	Consolidado	
	2023	**2022**
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i)	59.655	44.562
Reserva Global de Reversão - RGR (ii)	9.171	12.199
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (iii)	18.004	29.523
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	4.404	5.144
Taxa de Fiscalização ANEEL	–	1
	91.234	**91.429**
Circulante	**53.071**	**63.287**
Não circulante	**38.163**	**28.142**

(i) A Controlada CTEEP e suas controladas reconhecem obrigações relacionadas a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 300/2008 e 316/2008. Conforme Ofício Circular nº 0003/2015 de 18 de maio de 2015, os gastos aplicados em P&D são contabilizados no ativo e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente, submetidos à auditoria e avaliação final da ANEEL. O total aplicado em projetos não concluídos até 31 de dezembro de 2023 soma R$52.462 (R$37.649 em 31 de dezembro de 2022) e está registrado na rubrica de outros ativos.

(ii) Refere-se aos recursos derivados da reserva de reversão, amortização e parcela retida na Controlada CTEEP, das quotas mensais da Reserva Global de Reversão (RGR), relativas a aplicações de recursos em investimentos para expansão do serviço público de energia elétrica e amortização de empréstimos captados para a mesma finalidade, ocorridos até 31 de dezembro de 1971. Anualmente, conforme despacho ANEEL, sobre o valor da reserva incide juros de 5%, com liquidação mensal. De acordo com o artigo 27 do Decreto nº 9.022 de 31 de março de 2017, as concessionárias do serviço público de energia elétrica deverão amortizar integralmente os débitos da RGR a partir de janeiro de 2018 até dezembro de 2026.

(iii) A CDE é um encargo o qual a transmissora tem a obrigação de intermediar o repasse a partir dos valores arrecadados dos consumidores livres.

14. PROVISÕES, CONTINGÊNCIAS, CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Consolidado	
	2023	**2022**
Provisões	(129.803)	(140.759)
	(129.803)	**(140.759)**
Cauções e depósitos vinculados	42.677	41.298
	42.677	**41.298**
Total	**(87.126)**	**(99.461)**

14.1 Provisões e Contingências

14.1.1 Práticas contábeis

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Controlada CTEEP e de suas controladas.

As provisões são reconhecidas quando a Controlada CTEEP e suas controladas têm uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

14.1.2 Demandas judiciais e administrativas

As demandas judiciais e administrativas são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Controlada CTEEP e suas controladas. As provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

14.1.3 Composição

	Consolidado	
	2023	**2022**
Trabalhistas (i)	46.371	43.278
Cíveis (ii)	51.147	45.493
Tributárias - IPTU (iii)	5.070	26.075
Fundiárias (iv)	26.978	25.811
Outros	237	102
	129.803	**140.759**

(i) Trabalhistas

A Controlada CTEEP e suas controladas respondem por certos processos judiciais, perante diferentes tribunais, advindos dos processos trabalhistas por questões de equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade entre outros. O saldo correspondente a estes depósitos em 31 de dezembro de 2023 é de R$24.916 na controladora e R$24.921 no consolidado (R$24.792 e R$24.819 em 31 de dezembro de 2022, respectivamente), conforme nota 14.2.2.

(ii) Cíveis

A Controlada CTEEP está envolvida em processos cíveis relacionados a questões imobiliárias, indenizações, cobranças, anulatórias e ações diversas decorrentes do próprio negócio da entidade, isto é, operar e manter suas linhas de transmissão, subestações e equipamentos nos termos do contrato de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, sendo que o principal valor se refere ao processo relacionado aos valores remanescente da indenização das instalações NI, reclassificado para demandas judiciais no exercício de 2021.

A indenização decorrente da prorrogação do contrato de concessão nº 059/2001 nos termos da Lei nº 12.783/2013, referente às instalações do NI correspondia ao montante original de R$2.891.291, atualizado R$2.949.121, conforme determinado pela Portaria Interministerial nº 580. O equivalente a 50% desse montante foi recebido em 18 de janeiro de 2013 e os 50% restantes foram divididos em 31 parcelas mensais, e que vinham sendo repassados à Controlada CTEEP pela Eletrobras. No entanto, sobre essas parcelas remanescentes, ainda existem discussões quanto à forma de atualização. Atendendo solicitação do TCU (Tribunal de Contas da União), a ANEEL efetuou uma revisão dos valores repassados à título da indenização das instalações do NI a todas as concessionárias e entendeu que ocorreram equívocos no cálculo de atualização, gerando pagamentos a maior para as concessionárias. A Eletrobras, embora reconheça que haja equívocos no cálculo, contestou o entendimento da ANEEL sobre o tema. A Controlada CTEEP, pautada em laudo econômico independente e opinião de seus assessores jurídicos, tem interpretação divergente em relação à forma de atualização aplicada pela ANEEL, e com base nisto mantém registrada a sua melhor estimativa para o valor em questão, no total de R$48.869, excluindo multa e mora que seriam devidos a favor da Controlada CTEEP, tendo em vista atrasos ocorridos nos repasses. A Eletrobras ajuizou ação de cobrança contra a ISA CTEEP e em 17 de dezembro de 2020 foi publicada decisão determinando a devolução do valor recebido a maior pela Controlada CTEEP, com abatimento do valor dos efeitos decorrentes da mora, em razão do pagamento das parcelas da indenização com atraso. A Eletrobras e a Controlada CTEEP interpuseram recurso, pendente de julgamento, e a apuração dos valores dependerá de liquidação no processo.

(iii) Tributárias - IPTU

A Controlada CTEEP está envolvida em processos tributários referente a cobrança de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e efetua provisão para fazer face aos débitos com prefeituras de diversos municípios do Estado de São Paulo. No exercício de 2023, foram liquidados processos do período de 2005 a 2007.

(iv) Fundiárias

Processos cíveis-fundiários relacionados a questões imobiliárias, envolvendo constituição de servidão de passagem, desapropriação, indenizações e ações diversas decorrentes do próprio negócio da entidade, isto é, operar e manter suas linhas de transmissão, subestações e equipamentos, nos termos do contrato de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

14.1.4 Movimentação

	Consolidado					
	Trabalhista	**Cível**	**Tributárias IPTU**	**Fundiárias**	**Outros**	**Total**
Saldos em 2021	**44.860**	**56.490**	**2.589**	**19.175**	**1.644**	**124.758**
Constituição	13.727	442	22.917	14.811	1.973	53.870
Reversão	(8.204)	(17.225)	(36)	(2.833)	(3.627)	(31.925)
Pagamento	(11.650)	(818)	(16)	(7.341)	(2)	(19.827)
Atualização	4.545	6.604	621	1.999	114	13.883
Saldos em 2022	**43.278**	**45.493**	**26.075**	**25.811**	**102**	**140.759**
Constituição	15.974	3.394	204	12.561	123	32.256
Reversão	(12.850)	(638)	(5.667)	(11.161)	–	(30.316)
Pagamento	(4.394)	(296)	(17.484)	(2.107)	–	(24.281)
Atualização	4.363	3.194	1.942	1.874	12	11.385
Saldos em 2023	**46.371**	**51.147**	**5.070**	**26.978**	**237**	**129.803**

14.1.5 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Controlada CTEEP e suas controladas possuem ações de natureza trabalhista, cível, previdenciária e tributária, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como perda possível, para as quais não constitui provisão, no montante estimado de R$974.842 em 31 de dezembro de 2023 (R$1.050.249 em 31 de dezembro de 2022) no consolidado.

	Consolidado	
Classificação	**2023**	**2022**
Trabalhistas	28.111	20.671
Previdenciárias	8.168	3.297
Cíveis	156.917	154.575
Cíveis - Fundiários	16.961	14.552
Cíveis - Nulidade de Incorporação da EPTE pela CTEEP (i)	380.322	558.656
Tributárias - Amortização ágio (ii)	190.234	188.016
Tributárias - CSLL base negativa (iii)	49.243	40.982
Tributárias - IPTU	107.625	60.604
Tributárias - Outros	37.261	8.896
	974.842	**1.050.249**

(i) Nulidade de Incorporação da EPTE pela CTEEP

• Ação Declaratória

Ação Ordinária na qual acionistas minoritários pleiteiam a nulidade da incorporação da Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica (EPTE) pela Controlada CTEEP ou, de forma subsidiária, a declaração de seu direito de recesso e determinação do pagamento do valor de reembolso de suas ações. Após acolhimento do pedido de retirada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, os acionistas minoritários iniciaram cumprimento de sentença, levando a Controlada CTEEP a apresentar impugnação. A impugnação foi julgada parcialmente procedente pelo Tribunal (agosto de 2022) para, em termos práticos, determinar a liquidação dos valores, com posterior devolução das ações pelos minoritários - há recursos no Superior Tribunal de Justiça que discutem essa decisão, incluindo da Controlada CTEEP, que busca a extinção do direito dos minoritários. Em paralelo, foi iniciada a etapa de liquidação de sentença com determinação de produção de prova documental para que se tenha informação idônea e fidedigna da quantidade de ações que os acionistas minoritários possuíam na data da operação societária. Essa prova foi deferida para viabilizar o cálculo de eventual crédito que os minoritários possam ter decorrente de suas respectivas posições acionárias na data da incorporação (31 de outubro de 2001), bem como identificar a quantidade de ações que eles consequentemente deverão devolver à Controlada CTEEP.

Além das defesas apresentadas acima, em 22 de janeiro de 2015 a Controlada CTEEP ingressou com ação rescisória contra a decisão que reconheceu direito de retirada dos acionistas minoritários e obteve decisão liminar condicionando eventual levantamento de valores pelos autores à apresentação de caução idônea. Em 22 de outubro de 2019 a ação rescisória foi julgada improcedente por maioria de votos e a Controlada CTEEP interpôs recurso ao Superior Tribunal de Justiça, que foi admitido e aguarda julgamento.

• Ação de Indenização

Em outubro de 2020, a Controlada CTEEP foi citada de nova ação ajuizada por parte dos acionistas minoritários, pleiteando que a indenização pelo valor das ações seja calculada com base no laudo RBSE. Os acionistas minoritários apresentaram parecer técnico econômico indicando pretensão da causa da ordem de R$133 milhões. A Controlada CTEEP manifestou-se sobre o parecer técnico apresentado pelos minoritários e apresentou parecer técnico-regulatório. Em 25 de agosto de 2022 a ação foi julgada improcedente e foi apresentado recurso pelos acionistas minoritários. Considerando a decisão favorável e o estágio atual do litígio, a probabilidade de perda é classificada como remota.

(ii) Tributárias - Amortização do ágio

Processos decorrentes de autos de infração lavrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) entre 2013 a 2017, competência de 2008 a 2013, referentes à operação de ágio pago pela ISA Capital no processo de aquisição do controle acionário da Controlada CTEEP.

• O caso de 2008 foi julgado pela última instância do CARF (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) com decisão desfavorável. Foi interposta ação judicial, com sentença parcialmente procedente para a Controlada CTEEP (reconheceu a operação para IRPJ mas não para CSLL). Foi interposto recurso para a segunda instância judicial, julgado em 20 de novembro de 2023 com decisão totalmente favorável para a Controlada CTEEP.

• Os casos envolvendo os exercícios de 2009, 2010, 2011 e 2012 tiveram decisão favorável definitiva na Câmara Superior do CARF.

O exercício de 2013 teve decisão parcialmente favorável à Controlada CTEEP no primeiro julgamento. Foi apresentado recurso, julgado em 07 de novembro de 2023 com decisão totalmente favorável para a Controlada CTEEP.

(iii) Tributárias - CSLL Base Negativa

Processo decorrente de auto de infração lavrado em 2007, referente a composição da base negativa da CSLL, oriundo do balanço de cisão parcial da CESP. Processo administrativo com encerramento desfavorável no CARF pelo voto de qualidade. A Controlada CTEEP discute o tema no Judiciário e obteve liminar favorável para suspender a exigibilidade do débito sem apresentação de garantia. Em setembro de 2020, o processo foi julgado de forma desfavorável à Controlada CTEEP e foi apresentado recurso, que ainda pende de julgamento, entretanto, foi proferida decisão favorável à empresa, suspendendo a exigibilidade do débito sem apresentação de garantia.

14.1.6 Processos com probabilidade de perda classificada como remota

14.1.6.1 PIS e COFINS

A Controlada CTEEP defende atualmente autos de infração de PIS e COFINS relativos aos anos de 2003 a 2011, sob o entendimento de que a Controlada CTEEP estaria sujeita ao regime da cumulatividade. A Controlada CTEEP adotava o regime cumulativo até o ano de 2003. Com a mudança da legislação, a partir de outubro de 2003 a regra geral tornou-se a não cumulatividade, com exceção de receitas que se enquadravam em 4 requisitos i) contratos firmados antes de outubro de 2003, ii) com prazo superior a um ano, iii) preço pré-determinado, iv) para aquisição de bens ou serviços. Uma vez que a receita do SE (contrato 059/2001 anterior a Lei nº 12.783/2013) se enquadra nestes requisitos, e atendendo inclusive à orientação da ANEEL, a Controlada CTEEP pediu a compensação dos valores pagos a maior no período em que fez recolhimentos no regime não cumulativo e passou a tributar a parcela da receita do SE pelo sistema cumulativo para PIS e COFINS.

Atualmente, os casos para o período de 2003 a 2010, que atualizados totalizam aproximadamente R$1.614 milhões, foram encerrados no CARF com decisão desfavorável a Controlada CTEEP. No ano de 2022, a Controlada CTEEP ajuizou ação judicial para discutir o mérito do tema para os referidos períodos e obteve decisão liminar suspendendo a cobrança sem a necessidade de apresentação de garantia.

O processo envolvendo o exercício de 2011, teve julgamento desfavorável à Controlada CTEEP na primeira instância do CARF. A Câmara Baixa do CARF determinou que a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional analisasse o laudo elaborado por consultoria especializada, o qual foi analisado e validado. Em setembro de 2022 houve julgamento na Câmara Baixa do CARF com decisão favorável à Controlada CTEEP. A Fazenda apresentou recurso desta decisão, o qual foi inadmitido em 17 de julho de 2023, com arquivamento do processo em 20 de julho de 2023.

14.1.6.2 Cobrança Regressiva Eletropaulo

O débito discutido tem origem em 1989, quando a Eletrobras ajuizou ação ordinária de cobrança contra a Eletropaulo, referente a saldo de contrato de financiamento. Em outubro de 2001, a Eletrobras promoveu execução de sentença referente ao citado contrato de financiamento, cobrando R$429,0 milhões da Eletropaulo e R$49,0 milhões da EPTE, empresa oriunda da cisão parcial da Eletropaulo, realizada em dezembro de 1997. Em novembro de 2001, a Controlada CTEEP incorporou a EPTE e não constituiu provisão para a contingência, por entender que tal débito é de responsabilidade da Eletropaulo face à não transferência desta contingência quando do processo de cisão. No ano de 2018, Eletrobras e Eletropaulo celebraram acordo para quitar o débito, no valor de R$1,4 bilhões para a Eletrobras e no mesmo ano o acordo foi homologado e a CTEEP excluída da lide. Em outubro de 2018 a Eletropaulo recorreu na tentativa de trazer a CTEEP de volta à lide. Em 2019, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro julgou o recurso e confirmou a homologação integral do acordo e a exclusão da CTEEP da lide, decisão já transitada em julgado.

A Controlada CTEEP responde à ação de cobrança regressiva ajuizada pela Eletropaulo em março de 2021 pretendendo o reconhecimento da responsabilidade da Controlada CTEEP por todo débito oriundo do contrato de financiamento firmado entre a Eletropaulo (ENEL) e a Eletrobras e sua condenação no reembolso das parcelas vencidas e vincendas do acordo celebrado pela Eletropaulo e no pagamento de custas e verbas sucumbenciais (até 20% do valor discutido).

Em 2021 foi proferida decisão favorável à Controlada CTEEP, julgando a ação improcedente em 1ª instância. As partes apresentaram recurso. Em setembro de 2023 foi proferida decisão favorável à Controlada CTEEP em 2ª instância, negando provimento ao recurso da Eletropaulo (ENEL). O processo possui valor atualizado de R$2.413 milhões.

14.2 Cauções e depósitos vinculados

14.2.1 Prática contábil

As cauções e depósitos vinculados são ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado (nota 21.1.1.1), contabilizados no ativo não circulante, tendo em vista as incertezas quanto ao desfecho das ações objeto de depósitos e estão registrados pelo valor nominal, atualizados monetariamente, tendo por base a variação de taxa referencial (TR) para depósitos trabalhistas e previdenciários e SELIC para tributários e regulatórios.

14.2.2 Composição

	Consolidado	
	2023	**2022**
Depósitos judiciais		
Trabalhistas (nota 14.1.3 (i))	24.921	24.819
PIS e COFINS (i)	15.285	14.049
Autuações - ANEEL (ii)	2.451	2.307
Outros	20	123
	42.677	**41.298**

(i) Em março de 2015, por meio do Decreto nº 8.426/15, foi restabelecida a alíquota de 4,65% de PIS e COFINS sobre receitas financeiras com aplicação a partir de 1 de julho de 2015. Para o período de julho de 2015 a fevereiro de 2018, a Controlada CTEEP buscou judicialmente evitar a tributação sob o fundamento de que o tributo apenas poderia ser exigido por meio de Lei, conforme previsto na Constituição Federal, em seu artigo 150, inciso I; e que o Decreto nº 8.426/15 também viola o princípio da não cumulatividade previsto no artigo 194, § 12º.

(ii) Referem-se a depósitos, cujos processos têm como objetivo anular autuações da ANEEL as quais a Controlada CTEEP contesta.

continua →★

INÊS249

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

CNPJ Nº 08.075.006/0001-30

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

15.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$4.593.611, representado por 840.625.000 ações ordinárias detidas pela Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P. e 10 ações ordinárias detidas pela Isa Investimentos e Participações do Brasil S.A..

15.2 Dividendos e juros sobre capital próprio

15.2.1 Prática contábil

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

A Companhia pode distribuir juros sobre o capital próprio, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios e estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

15.2.2 Estatuto social - destinação do lucro

A destinação do lucro líquido do exercício está prevista no artigo 34 do Estatuto Social da Companhia. Os dividendos obrigatórios equivalem a 25% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Dessa forma, a Administração propõe a seguinte destinação:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**971.776**	**790.894**
Constituição de reserva legal	(48.589)	(39.545)
Ingresso de proventos prescritos na controlada	–	–
Base de cálculo de distribuição de proventos	**923.187**	**751.349**
Juros sobre capital próprio deliberados	(472.100)	(227.600)
Total de proventos distribuídos	**(472.100)**	**(227.600)**
Saldo de lucro remanescente	**451.087**	**523.749**
Constituição da reserva especial de lucros a realizar	203.857	(189.654)
Constituição da reserva de retenção de lucro	(654.944)	(334.095)
	–	–

Em 2023, o Conselho de Administração deliberou, "ad referendum" da Assembleia Geral, sobre a distribuição de proventos aos acionistas, como segue:

Pagamento	Valor Bruto	Valor Líquido	Provento	Competência	Deliberação
Até 31.05.2024	472.100	401.285	Juros sobre capital próprio	Dez/23	21.12.2023
Total	**472.100**	**401.285**			

Em 2023 a Companhia desembolsou juros sobre capital próprio líquidos pagos até 31 de dezembro de 2023, conforme segue:

Pagamento	Valor Bruto	Valor Líquido	Provento	Competência	Deliberação
13/04/2023	227.600	193.460	Juros sobre capital próprio	Set/22	21.12.2022
Total	**227.600**	**193.460**			

15.3 Ágio na transação de capital

Essa conta tem por finalidade reconhecer as variações do percentual de participação no capital da Controlada CTEEP quando da venda ou compra de ações. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo é de R$45.063 (R$45.063 em 2022) em consonância com o ICPC 09 (R2).

15.4 Reservas e retenção de lucros

	2023	2022
Reserva legal (i)	141.025	92.436
Reserva de retenção de lucros (ii)	989.039	334.095
Reserva especial de lucros a realizar (iii)	567.601	771.458
	1.697.665	**1.197.989**

(i) Reserva legal

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social. Em 2021, os acionistas aprovaram o aumento de capital a partir da utilização do saldo de reservas que no início de 2021 representava o montante de R$126.999.

(ii) Reserva de retenção de lucros

Nessa conta poderá ser alocada a parcela do lucro líquido do exercício que remanescer após sua destinação.

(iii) Reserva especial de lucros a realizar

Essa conta teve origem em 2016 e decorre das operações e procedimentos adotados pela Controlada CTEEP devido aos valores oriundos dos registros (i) valores a receber da RBSE (nota 5), (ii) de ajustes da aplicação do ICPC01 (R1), (iii) adoção inicial do CPC 47; e (iv) equivalência patrimonial, que terão sua realização financeira de lucro em exercícios futuros. Uma vez realizado, caso a reserva especial não seja absorvida por prejuízos posteriores, a controlada CTEEP destinará seu saldo para: (i) aumento de capital, distribuição de dividendo ou constituição de outras reservas de lucros nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 247/1996 para os valores constituídos até a data de revogação da referida Instrução; (ii) distribuição de dividendos para valores constituídos após a revogação da Instrução CVM 247/1996, observadas as propostas da administração a serem feitas oportunamente.

A movimentação do exercício de 2023 é como segue:

Saldo em 2022	**771.458**
Realização	(270.338)
Constituição	66.481
Saldo em 2023	**567.601**

15.5 Outros Resultados Abrangentes (ORA)

Em 2023, a Companhia registrou nessa conta, por meio de equivalência patrimonial, o montante líquido negativo de R$74.383 (em 2022 valor negativo líquido de R$7.733). A Controlada CTEEP reconheceu como resultados abrangentes a remensuração do passivo decorrente do déficit atuarial e os respectivos efeitos tributários apresentado em laudo elaborado por atuário independente. Em 31 de dezembro de 2023, apresenta o valor R$183.800 líquido de impostos (R$18.408 em 31 de dezembro de 2022).

Também estão classificados em Outros Resultados Abrangentes, os instrumentos derivativos de compra a termo de moeda (NDF) para gerenciar o risco de taxa de câmbio do fluxo de caixa da controlada da Companhia e da controlada IERiacho Grande no valor de R$23.772 líquido de impostos, onde a parte efetiva das variações no valor justo do instrumento de *hedge accounting* é registrada no Patrimônio líquido.

15.6 Participação dos acionistas não controladores

Valor composto pela participação dos demais acionistas que não detém o controle da CTEEP no valor do patrimônio e do lucro líquido da Companhia. Aqui também estão refletidos os valores de participação de não controladores nos fundos de investimentos exclusivos que são consolidados pela Controlada CTEEP (nota 6.5.2).

15.7 Resultado por ação

15.7.1 Prática contábil

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41.

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do período pela média ponderada da quantidade de ações emitidas.

15.7.2 Cálculo do resultado por ação

O lucro ou prejuízo básico por ação é calculado por meio do resultado da Companhia, com base na média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O lucro ou prejuízo diluído por ação é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	Controladora	
Lucro líquido do exercício	**971.776**	**790.894**
Média ponderada de ações		
Ordinárias (ON)	840.625.010	840.625.010
Preferenciais (PN)	–	–
	840.625.010	840.625.010
Lucro básico por ação (ON e PN)	**1,15602**	**0,94084**

16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA CONSOLIDADA

16.1 Prática contábil

A Controlada CTEEP e suas controladas registram e mensuram a receita dos serviços que prestam em observância aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

16.2 Julgamentos e estimativas

16.2.1 Determinação da margem de lucro

A margem de lucro é atribuída de forma diferenciada por tipo de obrigação de performance.

A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Controlada CTEEP tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

16.2.2 Determinação das receitas de infraestrutura

Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável.

A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências, sendo que a média histórica não tem representatividade material. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Controlada CTEEP avalia que a sua ocorrência é provável.

16.2.3 Determinação das receitas de operação e manutenção

Para a atividade de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados.

16.3 Composição da receita operacional líquida

	Consolidado	
Receita bruta	**2023**	**2022**
Receita de infraestrutura (a) (nota 5.5)	2.575.028	1.950.337
Ganho (perda) de eficiência na implementação de infraestrutura (b) (nota 5.5)	46.761	24.019
Remuneração dos ativos da concessão (c) (nota 5.5)	3.025.127	2.834.253
Operação e Manutenção (d) (nota 5.5)	1.333.173	1.432.483
Receita de aluguéis e prestação de serviços	36.940	24.393
Total da receita bruta	**7.017.029**	**6.265.485**
Tributos sobre a receita		
COFINS	(489.590)	(404.853)
PIS	(106.295)	(87.874)
Outros	(3.627)	(2.252)
	(599.512)	**(494.979)**
Encargos regulatórios		
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(115.612)	(212.395)
Reserva Global de Reversão - RGR	(6.090)	(6.782)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(39.635)	(32.291)
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	(25.657)	(55.186)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia	(14.576)	(12.857)
	(201.570)	**(319.511)**
	6.215.947	**5.450.995**

(i) Serviços de implementação de infraestrutura

A receita relacionada à obrigação de performance de implementação da infraestrutura para prestação de serviços de transmissão de energia elétrica, incluindo novas instalações, reforços e melhorias, previsto no contrato de concessão de serviços, e é reconhecida à medida que a Controlada CTEEP satisfaz a obrigação de performance, o que é identificado com base nos gastos incorridos acrescendo-se a margem estimada para cada projeto e *gross up* de tributos.

Para o contrato de concessão nº 059/2001 regulamentado pela Lei nº 12.783/2013, a Controlada CTEEP reconhece receita de implementação da infraestrutura também para projetos de melhorias das instalações de energia elétrica, conforme previsto no despacho da ANEEL nº 4.413 de 27 de dezembro de 2013 e Resolução Normativa nº 443 de 26 de julho de 2011.

(ii) Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura

Refletem as variações positivas, que devem ser auferidas com certo grau de confiabilidade, na entrada em operação dos projetos de reforços e melhorias e novos contratos de concessão decorrentes de economias nos investimentos em relação ao estimado no início das obras, revisão de RAP e antecipação do prazo previsto para a entrada em operação determinada pela ANEEL. As demais variações como sobrecustos ou atraso nas obras são reconhecidas quando conhecidos. Em 31 de dezembro de 2023, o ganho de eficiência na Controlada CTEEP refere-se à projetos de reforços e melhorias e na controlada Itaúnas uma perda no contrato 018/2017.

(iii) Remuneração dos ativos da concessão

A receita de remuneração dos ativos refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita de cada projeto aplicada sobre o fluxo futuro de recebimento de caixa, considerando as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões e que remunera o investimento da infraestrutura de transmissão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, é determinada no início dos contratos/projetos e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa e varia entre 4,2% e 9,9% ao ano.

(iv) Operação e manutenção

As receitas da obrigação de performance dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no momento em que os serviços são prestados pela Controlada CTEEP, tendo início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações, reconhecidas conforme a contraprestação dos serviços. Quando a Controlada CTEEP presta mais de um serviço em um contrato de concessão, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços prestados.

16.4 Margem das obrigações de performance

	Consolidado	
	2023	**2022**
Implementação da infraestrutura		
Receita de infraestrutura	2.575.028	1.950.337
Custo de implementação da Infraestrutura	(1.942.958)	(1.708.597)
Margem	632.070	241.740
% Margem percebida	**24,55%**	**12,39%**
Ganho de eficiência	**46.761**	**24.019**
O&M		
Receita de O&M	1.333.173	1.432.483
Custo de O&M	(563.683)	(462.349)
Margem	769.490	970.134
% Margem percebida	**57,72%**	**67,72%**
Remuneração dos ativos da concessão	**3.025.127**	**2.834.253**
Taxa implícita dos ativos de contrato variam		**de 4,2% a 9,9%**

16.5 Parcela Variável - PV e adicional à RAP

A Resolução Normativa nº 906 de 08 de dezembro de 2020, regulamenta a Parcela Variável - PV e o adicional à RAP. A Parcela Variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. Para as duas situações destacadas ocorre o reconhecimento de uma receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

16.6 Revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP

Em conformidade com os contratos de concessão, a cada quatro e/ou cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

Cada contrato tem sua especificidade, mas em linhas gerais, os licitados têm sua RAP revisada por três vezes (a cada cinco anos), quando é revisto o custo de capital de terceiros. Os reforços e melhorias associados aos contratos licitados, são revisados a cada 5 anos. Também poderá ser aplicado um redutor de receita para os custos de Operação e Manutenção - O&M, para captura dos Ganhos de Eficiência Empresarial.

Os contratos de concessão celebrados a partir de 2019 estão sob a versão 3.0 do Proret 9.2, que estabeleceu que os reforços e melhorias dos contratos que não possuem cláusula de revisão, passariam por revisão a cada 5 anos. De modo que o contrato 143/2001, da controlada IEJaguar 6, não está sujeito a Revisão Tarifária Periódica (RTP), não possui reforços ou melhorias e não teve sua RAP afetada.

A revisão tarifária periódica para os contratos de concessão, como o 059/2001, de concessionárias consideradas existentes, acontece a cada 5 anos e compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

- da base de remuneração regulatória para RBNI e RBSE;
- dos custos operacionais eficientes;
- da estrutura ótima de capital e definição da remuneração das transmissoras;
- da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário - Outras Receitas;
- da aplicação do fator "x" (índice definido pela ANEEL no processo de revisão periódica que visa estimular a eficiência e capturar ganhos de produtividade para o consumidor).

As informações das últimas revisões tarifárias periódicas estão descritas abaixo:

Concessionária	Contrato	Resolução homologatória REH	Data da REH	Vigência
CTEEP	059/2001	2.714	30.06.2020	01.07.2020
CTEEP	012/2016	3.050	01.07.2022	01.07.2022
Controladas				
IESerra do Japi	026/2009	2.840	30.03.2021	01.07.2020
IEMG	004/2007	3.050	01.07.2022	01.07.2022
IENNE	001/2008	3.205	13.06.2023	01.07.2023
IEJaguar 8	012/2008	2.556	11.06.2019	01.07.2019
IEJaguar 9	015/2008	2.556	11.06.2019	01.07.2019
IEPinheiros	018/2008	2.556	11.06.2019	01.07.2019
IEItapura	021/2011	3.050	01.07.2022	01.07.2022
Evrecy	020/2008	2.883	22.06.2021	01.07.2018
IESul	013 e 016/2008	2.556	11.06.2019	01.07.2019
IEItaúnas	018/2017	3.050	01.07.2022	01.07.2022
IETibagi	026/2017	3.205	13.06.2023	01.07.2023
IEItaquerê	027/2017	3.205	13.06.2023	01.07.2023
IEJaguar 6	042/2017	3.205	13.06.2023	01.07.2023
IEAguapeí	046/2017	3.205	13.06.2023	01.07.2023
Controladas em conjunto				
IEMadeira	013 e 015/2009	2.556	11.06.2019	01.07.2019
IEGaranhuns	022/2011	3.050	01.07.2022	01.07.2022
IEAimorés	004/2017	3.050	01.07.2022	01.07.2022
IEParaguaçu	003/2017	3.050	01.07.2022	01.07.2022
IEIvaí	022/2017	3.205	13.06.2023	01.07.2023

16.6.1 Resolução Homologatória nº 3.205

A Resolução Homologatória nº 3.205, publicada em 13 de junho de 2023 reposicionou a RAP das controladas IENNE, IETibagi, IEItaquerê, IEJaguar 6, IEAguapeí e controlada em conjunto IEIvaí com impactos contábeis reconhecidos no terceiro trimestre de 2023, totalizando um valor negativo de R$3.685 registrado na rubrica Revisão Tarifária Periódica. No entanto, os efeitos da referida Resolução foram desconsiderados na Resolução Homologatória n° 3.216 (nota 16.5) para o ciclo da RAP 2023/2024. A controlada CTEEP entrou com recurso administrativo junto a ANEEL, pleiteando a consideração do reposicionamento tarifário.

Em 12 de dezembro de 2023, foi publicado o Despacho nº 4.675, onde consta o resultado do referido recurso administrativo, no qual a ANEEL reconhece os efeitos da Resolução Homologatória n° 3.205/23 na RAP das concessões envolvidas. Entretanto, os efeitos serão aplicados a partir do reajuste do ciclo tarifário de 2024/2025.

16.6.2 Postergação da revisão tarifária periódica de 2023

A ANEEL, por meio do Despacho nº 402/2023, decidiu postergar a Revisão Tarifária Periódica para a totalidade do contrato 059/2001 e para os reforços e melhorias dos contratos licitados. O referido Despacho determina que a revisão tarifária irá ocorrer no ciclo tarifário 2024/2025

As datas das próximas revisões tarifárias periódicas da RAP da controlada CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto estão descritas na nota 1.2.

16.7 Reajuste anual da receita

A Resolução Homologatória nº 3.216, publicada em 7 de julho de 2023, estabeleceu novos valores para as receitas anuais permitidas da controlada CTEEP e suas controladas, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1 de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, conforme demonstrado a seguir:

			RAP Ciclo 23/24						
Concessionária	índice	REH 3.067 (*)	Inflação	Reforços Melhorias	RBSE(***)	Outros	REH 3.216	PA	Total
ISA CTEEP	IPCA	3.047.437	119.942	37.927	766.498	–	3.971.804	(91.618)	3.880.186
Controladas em operação (**)	IPCA	590.134	19.801	3.357	–	(4.706)	608.586	6.903	615.489
Total		**3.637.571**	**139.743**	**41.284**	**766.498**	**(4.706)**	**4.580.390**	**(84.715)**	**4.495.675**

(*) RAP do ciclo 2022/2023 onde os valores não contemplam a parcela de ajuste (PA) positiva de R$70.425.

(**) Considerando a RAP das controladas Biguaçu e Itaúnas, que entraram em operação durante o ciclo 2022/2023.

(***) Recomposição integral do componente financeiro, após o reperfilamento previsto na REH 2.851.

A Receita Regulatória da Controlada CTEEP e suas controladas, líquida de PIS e COFINS, apresenta a seguinte composição:

(*) Considerados os valores relacionados à parcela de ajuste (PA)

	Rede Básica				Demais Instalações de Transmissão - DIT					
Contrato de concessão	RBSE	RBNI	Licitada	PA	RPC (²)	RCDM (²)	Licitada	PA	Total 2023 (¹)	Total 2022 (¹)
059/2001	2.403.163	291.723	–	(50.041)	796.391	265.972	–	(34.442)	3.672.766	2.917.317
012/2016	–	–	214.555	(7.136)	–	–	–	–	207.419	199.976
143/2001	–	–	19.355	(393)	–	–	–	–	18.962	19.644
004/2007	–	–	19.745	(19)	–	–	–	–	19.726	24.585
012/2008	–	9	11.395	(180)	–	1.284	1.718	22	14.248	13.709
015/2008	–	28.361	21.794	11.886	–	10.286	534	7.241	80.102	50.297
018/2008	–	209	5.613	841	–	1.846	68	(492)	8.085	6.819
021/2011	–	–	6.174	(375)	–	–	2.265	(1)	8.063	7.879
026/2009	–	7.185	38.827	(920)	–	–	8.831	9	53.932	52.378
001/2008 (**)	–	9	61.309	(1.913)	–	–	–	–	59.405	52.513
020/2008	–	16.197	–	(356)	–	3.396	–	1	19.238	21.564
013/2008	–	–	7.956	(214)	–	–	–	–	7.742	7.237
016/2008	–	4.110	13.964	922	–	–	323	(1)	19.318	19.257
018/2017 (*)	–	–	64.524	(921)	–	–	1.357	–	64.960	–
026/2017 (**)	–	–	22.290	(805)	–	–	–	–	21.485	19.588
027/2017 (**)	–	–	64.935	(2.024)	–	–	–	–	62.911	61.089
046/2017 (**)	–	–	65.548	(1.593)	–	–	9.925	339	74.219	87.613
042/2017 (**)	–	–	15.085	(1.633)	–	–	–	–	13.452	13.718
006/2020	–	–	6.805	(1.035)	–	–	–	–	5.770	6.548
012/2018 (*)	–	–	50.919	(2.155)	–	–	762	–	49.526	–
021/2018	–	–	13.673	673	–	–	–	–	14.346	13.155
	2.403.163	**347.803**	**724.466**	**(57.391)**	**796.391**	**282.784**	**25.783**	**(27.324)**	**4.495.675**	**3.594.886**

(¹) Considerados os valores relacionados a parcela de ajuste (PA).

(²) RPC representa o equivalente a "RBSE" e RCDM representa o equivalente ao "RBNI" para as DITs.

(*) Entrada em operação no exercício de 2022 e no 1° semestre de 2023.

(**) Os efeitos do Despacho nº 4.675/23 serão aplicados a partir do ciclo tarifário de 2024/2025 (nota 16.6.1).

17. CUSTOS DOS SERVIÇOS DE IMPLEMENTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado				
	2023	2022				2023	2022
	Despesa Total	Despesa Total	Custos de implementação e de O&M	Custos dos serviços prestados	Despesas	Total	Total
Honorários da administração	(108)	(37)	–	–	(15.789)	(15.789)	(14.022)
Pessoal	–	–	(343.409)	–	(97.387)	(440.796)	(433.510)
Serviços	(534)	(632)	(1.005.991)	(3.394)	(80.231)	(1.089.616)	(798.863)
Depreciação	(24)	(13)	–	–	(24.913)	(24.913)	(27.511)
Materiais	–	–	(1.027.552)	–	(1.096)	(1.028.648)	(977.214)
Outros	–	(56)	(126.295)	–	(32.392)	(158.687)	(213.510)
	(666)	**(738)**	**(2.503.247)**	**(3.394)**	**(251.808)**	**(2.758.449)**	**(2.464.630)**

Dos custos demonstrados acima, os custos de implementação da infraestrutura da Controlada CTEEP totalizaram R$1.467.070 em 2023 e R$864.965 em 2022, e no consolidado totalizaram R$1.942.958 em 2023 e R$1.708.597 em 2022. A respectiva receita de implementação da infraestrutura, demonstrada na nota 16.4, é calculada acrescendo-se a margem estimada para cada projeto e as alíquotas de PIS e COFINS e outros encargos ao valor do custo do investimento.

18. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas				
Rendimento de aplicações financeiras	3.219	4.005	204.790	151.863
Juros ativos	70	1.522	173	1.991
Variações monetárias	–	–	11.262	2.676
Outras	112	131	9.266	18.349
	3.401	**5.658**	**225.491**	**174.879**
Despesas				
Juros sobre capital próprios	(48.122)	(23.198)	(48.122)	(23.198)
Juros sobre empréstimos	–	–	(44.954)	(77.140)
Juros passivos	(21)	(241)	(601)	(703)
Encargos sobre notas promissórias	–	–	(192.567)	(172.513)
Encargos sobre debêntures	–	–	(532.004)	(417.664)
Variações monetárias	–	–	(257.996)	(298.577)
Outras	–	–	(15.547)	(15.043)
	(48.143)	**(23.439)**	**(1.091.791)**	**(1.004.838)**
	(44.742)	**(17.781)**	**(866.300)**	**(829.959)**

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

19.1 Prática contábil

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e os resultados são oferecidos à tributação conforme previsto na Lei 12.973/14.

A Companhia adota o regime de lucro real trimestral, enquanto a Controlada CTEEP adota o regime de lucro real anual e realiza suas antecipações mensais com base na aplicação dos percentuais de presunção sobre a receita bruta. Já as controladas da CTEEP adotam o regime de lucro presumido.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados, conforme previsto na Lei 12.973/14.

19.2 Conciliação da alíquota efetiva

A conciliação da despesa ou crédito de imposto de renda e contribuição social do exercício com o lucro contábil é a seguinte:

	Controladora						Consolidado	
	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	2023	2022	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	301.800	274.878	205.346	190.374	972.398	791.981	3.075.755	2.659.814
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(102.612)	(93.459)	(69.818)	(64.727)	(330.616)	(269.274)	(1.045.758)	(904.337)
Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças permanentes								
Outras receitas - não tributáveis	–	–	–	–	–	–	10.814	4.184
Juros sobre Capital Próprio	–	–	–	(16.362)	(16.362)	(7.884)	477.397	230.116
Equivalência patrimonial	102.515	93.208	69.458	80.873	346.054	275.570	166.424	173.770
Perdas por baixa de imobilizado	–	–	–	–	–	–	–	–
Perdas sobre inventário físico	–	–	–	–	–	–	–	(1.226)
Efeito adoção lucro presumido controladas (i)	–	–	–	–	–	–	166.451	136.457
Outros	35	81	115	71	302	501	(4.587)	1.606
Imposto de renda e contribuição social efetiva	**(62)**	**(170)**	**(245)**	**(145)**	**(622)**	**(1.087)**	**(229.259)**	**(359.430)**
Imposto de renda e contribuição social								
Corrente	(62)	(170)	(245)	(145)	(622)	(1.087)	(65.154)	(115.588)
Diferido	–	–	–	–	–	–	(164.105)	(243.842)
	(62)	**(170)**	**(245)**	**(145)**	**(622)**	**(1.087)**	**(229.259)**	**(359.430)**
Alíquota efetiva	**0,02%**	**0,06%**	**0,12%**	**0,08%**	**0,06%**	**0,14%**	**7,45%**	**13,58%**

(i) Foi adotado o regime de tributação com base no lucro presumido para apuração do imposto de renda e da contribuição social para as controladas.

continua

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

CNPJ Nº 08.075.006/0001-30

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no exercício são como segue:

20.1 Balanço

				Ativo	(Passivo)	2023	2022
Partes relacionadas	Dividendos	Sublocação, reembolso e compartilhamento despesa (b)	Prestação de serviços (c)	Aplicações financeiras em Fundos de Investimento (nota 6.5.2)	Outros	Total	Total
CTEEP	442.142	–	–	–	(52)	442.090	213.078
ISAI	–	–	102	–	–	102	130
IEMG	–	210	491	–	–	701	435
IEPinheiros	3.241	31	13	–	–	3.285	5.979
IESerra do Japi	12.643	91	133	–	–	12.867	26.820
IEEvrecy	–	207	769	–	–	976	2.507
IENNE	15.720	229	303	–	–	16.252	559
IEItaúnas	7.072	131	1.584	–	–	8.787	62
IETibagi	9.572	79	161	–	–	9.812	12.109
IEItaquerê	16.656	98	84	–	–	16.838	45.022
IEItapura	5.126	66	1.767	–	–	6.959	297
IEAguapeí	14.076	142	348	–	–	14.566	26.046
IESul	2.060	122	83	–	–	2.265	1.547
IEGaranhuns	13.036	–	52	–	–	13.088	43
IEMadeira	44.461	–	–	–	–	44.461	52.161
IEBiguaçu	16.347	181	106	–	–	16.634	6.199
Internexa Brasil	–	–	298	–	–	298	589
IERiacho Grande	–	48	208	–	–	256	101
IEAimorés	9.642	–	–	–	–	9.642	15.987
IEParaguaçu	14.397	–	–	–	–	14.397	19.583
IEIvaí	23.201	723	1.621	–	–	25.545	1.159
IEJaguar 6	2.706	40	257	–	–	3.003	512
IEJaguar 8	2.662	137	50	–	–	2.849	–
IEJaguar 9	20.687	50	111	–	–	20.848	13.897
Eletrobras	(441.215)	–	–	–	(48.869)	(490.084)	(44.139)
Bandeirantes	–	–	–	360.857	–	360.857	269.741
Xavantes	–	–	–	770.924	–	770.924	584.523
Assis	–	–	–	375.779	–	375.779	39.483
Barra Bonita	–	–	–	18.648	–	18.648	13.579
Isa Interconexión	(401.285)	–	–	–	–	(401.285)	(193.460)
Total	**(167.053)**	**2.585**	**8.541**	**1.526.208**	**(48.921)**	**1.321.360**	**1.114.549**

20.2 Resultado

					Receita (Despesa)	2023	2022
Partes relacionadas	Benefícios de curto prazo (a)	Sublocação, reembolso e compartilhamento despesa (b)	Prestação de serviços (c)	Aplicações Financeiras Fundos de Investimento	Outros	Total	Total
Administração	(15.681)	–	–	–	–	(15.681)	(13.985)
CTEEP	–	45	381	–	–	426	(425)
IEMG	–	541	6.156	–	–	6.697	3.919
IEPinheiros	–	467	808	–	–	1.275	2.472
IESerra do Japi	–	371	1.447	–	–	1.818	1.837
IEEvrecy	–	584	2.363	–	–	2.947	4.235
IENNE	–	906	3.262	–	–	4.168	4.515
IEItaúnas	–	307	3.217	–	–	3.524	2.118
IETibagi	–	334	2.557	–	–	2.891	3.073
IEItaquerê	–	382	1.005	–	–	1.387	1.336
IEItapura	–	267	2.714	–	–	2.981	1.976
IEAguapeí	–	543	5.183	–	–	5.726	4.408
IESul	–	434	6.172	–	–	6.606	1.889
IEGaranhuns	–	–	595	–	–	595	522
IEBiguaçu	–	570	2.410	–	–	2.980	1.900
Internexa Brasil	–	–	1.309	–	–	1.309	1.247
IERiacho Grande	–	151	1.397	–	–	1.548	887
IEAimorés	–	–	–	–	–	–	50
IEParaguaçu	–	–	–	–	–	–	99
IEIvaí	–	2.940	11.318	–	–	14.258	1.285
IEJaguar 6	–	76	697	–	–	773	–
IEJaguar 8	–	302	500	–	–	802	–
IEJaguar 9	–	95	662	–	–	757	–
AISCE	–	–	–	–	(20)	(20)	(60)
IABRATE	–	–	–	–	(475)	(475)	(10)
Bandeirantes	–	–	–	35.751	–	35.751	35.782
Xavantes	–	–	–	62.977	–	62.977	67.169
Assis	–	–	–	12.713	–	12.713	9.191
Barra Bonita	–	–	–	1.283	–	1.283	4.438
Total	**(15.681)**	**9.315**	**54.153**	**112.724**	**(495)**	**160.016**	**139.868**

(a) Referente aos honorários da administração, conforme divulgado na Demonstração do Resultado da Companhia apresenta o montante de R$15.681 no consolidado (R$13.985 em 31 de dezembro de 2022).

A política de remuneração da Companhia não inclui benefícios pós-emprego relevantes, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações.

(b) O contrato de sublocação compreende a área sublocada do edifício sede da Companhia, bem como rateio das despesas condominiais e de manutenção, reembolso de serviços compartilhados, entre outras.

O contrato de compartilhamento de despesas com pessoal, implica na alocação proporcional das despesas referentes aos colaboradores compartilhados apenas entre a Companhia e suas controladas.

(c) A Controlada CTEEP mantém contratos de prestação de serviços: ISA Capital - serviços de escrituração contábil e fiscal, apuração de impostos e de departamento pessoal; (ii) IEAguapei, IETibagi, IEItapura, IEItaquerê, Evrecy, IEMG, IEItaúnas, IEPinheiros, IESerra do Japi, IENNE, IESul, IEBiguaçu, IEGaranhuns, IEIvaí, IEJaguar 6, IEJaguar 8 e IEJaguar 9 - prestação de serviços de operação e manutenção de instalações; (iii) Internexa Brasil, controlada do Grupo ISA, há dois contratos de prestação de serviços sendo, cessão de direito de uso, à título oneroso, sobre o uso da infraestrutura de suporte necessária para a instalação de cabos de fibra ótica, serviços auxiliares e suas melhorias e compartilhamento de infraestrutura de tecnologia da informação. Adicionalmente, a Companhia contratou a prestação de serviços do link de internet de 10 Mbps com a Internexa Brasil; (iv) IEAguapei, IETibagi, IEItapura, IEItaquerê, Evrecy, IEItaúnas, IEMG, IENNE, IESUL, IESerra do Japi, IEPinheiros, IERiacho Grande, IEBiguaçu, Ivaí, IEJaguar 6, IEJaguar 8 e IEJaguar 9 - serviços de engenharia, análise de projetos básico e executivo, suporte técnico na aquisição de materiais e equipamentos e gestão da construção de obras de subestações e de linhas de transmissão.

As transações realizadas entre partes relacionadas ocorrem em condições e prazos estabelecidos contratualmente entre as partes e são reconhecidas conforme os termos contratuais específicos, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos, quando aplicável. Não ocorreram transações avaliadas como atípicas e fora do curso normal dos negócios.

A Controlada CTEEP possui Termos de Comodatos com as controladas IEItapura, IEPinheiros e IENNE, com a finalidade de formalizar empréstimos de equipamentos e materiais que as empresas não possuíam em estoque de prontidão.

A Controlada CTEEP celebrou um Acordo de Cooperação não oneroso para a Gestão de Compras com a Interconexión Elétrica S.A. E.S.P, com objetivo de gerar maior sinergia e eficiência na gestão do processo de cotação e negociação para compras do Grupo ISA.

Adicionalmente, a Controlada CTEEP contribui como uma associada mantenedora na Associação de Intercâmbio Sociocultural e Empresarial Brasil - Colômbia (AISCE) que tem por objetivo ser a maior plataforma de relacionamento bilateral entre o Brasil e a Colômbia, fomentando os investimentos sociais, a cultura, e o comércio bilateral.

A Controlada CTEEP, como patrocinadora, celebrou um Termo de Cooperação com o Instituto Abrate de Energia (IABRATE) para execução do projeto de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) do Sistema de Inteligência Analítica do Setor Elétrico (SIASE).

21 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

21.1 Prática contábil

A Companhia e suas controladas aplicam os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

21.1.1 Ativos financeiros

21.1.1.1 Classificação e mensuração

Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

• Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

• Custo Amortizado

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

• Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes compreendem ativos financeiros cujos fluxos de caixa contratuais resultam somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda.

21.1.1.2 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros *(impairment)*

Conforme CPC 48 o modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

21.1.1.3 Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

21.1.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

21.1.3 Identificação dos principais instrumentos financeiros

		Controladora		Consolidado	
Ativos financeiros	Nível	2023	2022	2023	2022
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa	1	30.898	27.231	244.307	352.654
Aplicações financeiras	2	–	–	1.526.208	907.326
Instrumentos financeiros derivativos	2	–	–	2.615	816
Outros Ativos					
Caixa restrito	2	–	–	24.235	34.299
Custo amortizado					
Ativo da concessão - Serviços de O&M	–	–	–	163.128	270.155
Caixa e bancos	–	57	318	32.467	11.418
Valores a receber - Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo	–	–	–	2.371.307	2.175.500
Créditos com partes relacionadas	–	179	82	107.610	89.604
Cauções e depósitos vinculados	–	–	–	42.677	41.298
Outras contas a receber	–	–	–	57.546	58.750
Passivos financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	–	26.806	4.117
Custo amortizado					
Empréstimos e financiamentos					
Circulante	–	–	–	75.811	78.060
Não circulante	–	–	–	633.914	2.012.601
Debêntures					
Circulante	–	–	–	570.815	88.833
Não circulante	–	–	–	7.959.755	5.805.235
Arrendamento					
Circulante	–	9	14	6.277	14.138
Não circulante	–	49	82	22.151	42.926
Fornecedores	–	183	562	178.117	112.078
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	–	401.285	193.460	1.206.878	591.501

Consolidado

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Controlada CTEEP, suas controladas e controladas em conjunto não utilizavam informação de nível 3 para mensurar o valor justo de qualquer ativo ou passivo.

21.2 Instrumentos derivativos e atividades de cobertura - *Hedge*

21.2.1 Prática Contábil

O CPC 48 prevê uma abordagem de contabilização de *hedge* com base na Gestão de Riscos da Administração, fundamentada mais em princípios. A norma prevê que a administração deva avaliar as condições e percentuais de efetividade, trazendo uma visão qualitativa ao processo.

A Controlada CTEEP e suas controladas IEBiguaçu e IERiacho Grande utilizam instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção, como *swaps* de taxa de juros e contrato de câmbio futuro. Esses instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo.

A Companhia designa e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar a contabilidade de *hedge* e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de *hedge*.

Os instrumentos financeiros são classificados como *hedge* de valor justo e *hedge* de fluxo de caixa:

Hedge de valor justo: destinados à proteção da exposição a alterações no valor justo de um ativo ou passivo. As alterações ocorridas no valor justo de um instrumento de *hedge* e do item objeto de *hedge* são reconhecidas no resultado.

Hedge de fluxo de caixa: destinado à proteção da exposição à variabilidade no fluxo de caixa que seja atribuível a um risco específico associado a um ativo ou passivo. Um instrumento financeiro classificado como *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida em outros resultados abrangentes, enquanto qualquer parcela inefetiva é reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. Os montantes acumulados em outros resultados abrangentes são contabilizados, dependendo da natureza da transação originada pelo objeto de *hedge*. Se a transação objeto de *hedge* subsequentemente resultar no reconhecimento de um item não financeiro, o montante acumulado no patrimônio líquido é incluído no custo inicial do ativo ou passivo protegido.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os contratos de câmbio futuro da Controlada CTEEP e das controladas IEBiguaçu e IERiacho Grande foram classificados como *hedge* de fluxo de caixa.

21.2.2 Contratos de hedge

A controlada IERiacho Grande celebrou em dezembro de 2020, com o banco BTG Pactual, contratos de *hedge* na modalidade Termo de Moeda (NDF) no qual a empresa comprou dólar futuro com o *notional* total de USD 32.723. As operações de *hedge* têm como objetivo a proteção de compromissos assumidos (CAPEX) pela controlada em moeda estrangeira.

A Controlada CTEEP celebrou nos meses de julho e setembro de 2023, com o Citibank, contratos de *hedge* na modalidade Termo de Mercadorias (NDF), no qual a empresa fixou o preço do Alumínio em reais, com o *notional total* de R$566.807. As operações têm como objetivo proteger da oscilação de preço do Alumínio, que serão empregados nos lotes 1 e 7 ganhos no leilão 001/2023.

A Companhia e suas controladas classificam os derivativos contratados como *Cash Flow Hedge*, segundo os parâmetros descritos na norma contábil brasileira CPC 48, a Companhia adotou o "*Hedge Accounting*".

A gestão de instrumentos financeiros está aderente à Política de Gestão Integral de Riscos e Diretrizes de Riscos Financeiros da Companhia e suas controladas. Os resultados auferidos destas operações e a aplicação dos controles para o gerenciamento destes riscos, fazem parte do monitoramento dos riscos financeiros adotados pela Companhia e suas controladas, conforme a seguir:

									Consolidado
									31.12.2023
Empresa	Instrumento	Objeto da proteção	Natureza	Contra parte	Contratação	Vencimento último fluxo	Moeda	Notional	Valor justo ajuste (BRL)
Riacho Grande	*Non Deliverable Forward - NDF*	Dólar US$	Compra	BTG Pactual	dez/20	jul/25	USD	25.903	(26.806)
CTEEP	*Non Deliverable Forward - NDF*	Alumínio BRL	Compra	Citibank	jul/23	mai/26	BRL	232.501	8.145
CTEEP	*Non Deliverable Forward - NDF*	Alumínio BRL	Compra	Citibank	set/23	ago/27	BRL	334.306	(5.530)

21.3 Financiamentos

• Índice de endividamento

O índice de endividamento no final do exercício é o seguinte:

	Consolidado	
	2023	2022
Empréstimos e financiamentos		
Circulante	75.811	78.060
Não Circulante	633.914	2.012.601
Arrendamento		
Circulante	6.277	14.138
Não circulante	22.151	42.926
Debêntures		
Circulante	570.815	88.833
Não circulante	7.959.755	5.805.235
Dívida total	**9.268.723**	**8.041.793**
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	1.802.982	1.271.398
Dívida líquida	**7.465.741**	**6.770.395**
Patrimônio líquido	**17.828.005**	**16.570.531**
Índice de endividamento líquido	**41,9%**	**40,9%**

A Controlada CTEEP e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com *covenants* apurados com base nos índices de endividamento (notas 6.2 e 6.3). A Controlada CTEEP e suas controladas atendem em 31 de dezembro de 2023 aos requisitos relacionados a cláusulas restritivas.

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos, considerando os instrumentos financeiros aplicáveis e das debêntures tem suas taxas atreladas à variação da TJLP, do CDI e IPCA e se aproximam do valor de mercado.

21.4 Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Controlada CTEEP e suas controladas podem ser assim identificados:

(i) Risco de crédito - A Controlada CTEEP e suas controladas mantém contratos com o ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a CTEEP e suas controladas mantêm contratos regulando a prestação de seus serviços diretamente aos clientes livres, também com cláusula de garantia bancária, que minimiza o risco de inadimplência.

(ii) Risco de preço - As receitas da Controlada CTEEP e de suas investidas são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA e IGP-M, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica (nota 16.5).

(iii) Risco de taxas de juros - A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação da TJLP, IPCA e do CDI (notas 6.2 e 6.3). Adicionalmente, a Administração da Companhia acompanha a valorização do ativo atuarial do plano de pensão vinculada a taxa de juros que é determinada com base nos dados de mercado para os retornos das NTN-B.

(iv) Risco de taxa de câmbio - A Controlada CTEEP e suas controladas não possuem contas a receber e outros ativos em moeda estrangeira, mas tem operações de aquisição de cabos, bem como prestação de serviços necessários à sua implantação, na Controlada CTEEP e na controlada IERiacho Grande com desembolsos de caixa futuro em dólar, para os quais tem contratado instrumento derivativo de compra a termo de moeda (NDF) para gerenciar o risco de taxa de câmbio do fluxo de caixa.

(v) Risco de captação - A deterioração da situação política e/ou econômica do país acarretaria escassez de crédito, cenário este, que resultaria em uma maior concorrência de recursos no Mercado. A Controlada CTEEP e controladas poderiam então enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de pagamentos adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou a suas obrigações de reembolso de dívida. Se isso acontecesse, a Companhia e suas controladas, para realizar investimentos, teriam que captar recursos a taxas de juros mais altas, prejudicando, assim o seu resultado financeiro.

(vi) Risco de garantia - Os principais riscos de garantia são:

• Gerenciamento dos riscos associados à veiculação de benefícios de aposentadoria e assistência médica via Vivest (antiga Funcesp), entidade fechada de previdência complementar, por meio de sua representação nos órgãos de administração.

• Participação na qualidade de interveniente garantidora, no limite de sua participação, às controladas e controladas em conjunto, em seus contratos de financiamento (nota 6.2).

(vii) Risco de liquidez - As principais fontes de caixa da Controlada CTEEP e suas controladas são provenientes de:

Suas operações, principalmente pela cobrança do uso do sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. O montante de caixa, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e Demais Instalações de Transmissão - DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

A Controlada CTEEP é remunerada pela disponibilização do sistema de transmissão, eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

A Controlada CTEEP gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O recebimento da parcela de indenização das instalações referente ao SE representa importante fonte de geração de caixa para a CTEEP conseguir cumprir seu plano de crescimento futuro. A controlada faz gestão de de temas e alterações nas normas Regulatórias que tragam eventuais impactos no cronograma e valores de recebíveis.

						Consolidado	
						2023	2022
Passivos Financeiros	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
Fornecedores	140.953	6.503	28.915	560	1.186	178.117	112.078
Empréstimos e financiamentos	9.307	18.137	48.367	443.725	190.189	709.725	2.090.661
Debêntures	–	478.792	92.023	6.189.593	1.770.162	8.530.570	5.894.068
Arrendamento	890	2.643	2.744	22.151	–	28.428	57.064
	151.150	**506.075**	**172.049**	**6.656.029**	**1.961.537**	**9.446.840**	**8.153.871**

21.5 Análise de sensibilidade

A Controlada CTEEP realiza a análise de sensibilidade aos riscos de taxa de juros e câmbio. A administração da CTEEP não considera relevante sua exposição aos demais riscos descritos anteriormente.

Para fins de definição de um cenário base da análise de sensibilidade do risco taxa de juros, índice de preços e variação cambial, utilizamos as mesmas premissas estabelecidas para o planejamento econômico-financeiro de longo prazo da Controlada CTEEP. Essas premissas se baseiam, dentre outros aspectos, na conjuntura macroeconômica do país e opiniões de especialistas de mercado.

Dessa forma, para avaliar os efeitos da variação no fluxo de caixa da Companhia, a análise de sensibilidade, abaixo demonstrada, para os itens atrelados a índices variáveis, considera:

Cenário base: Cotação da taxa de juros (curva Pré-DI) em 31 de março de 2024, apurada em 28 de dezembro de 2023, conforme B3 que são informadas nos quadros de Risco de juros e foram aplicadas as variações positivas e negativas 25% (cenário I) e 50% (cenário II).

			Risco de juros - Efeitos no Resultado Financeiro - Consolidado				
				Risco de Elevação dos Indexadores		Risco de Queda dos Indexadores	
Operação	Risco	Saldos em 31.12.2023	Cenário Base	Cenário I	Cenário II	Cenário I	Cenário II
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras e equivalentes de caixa		1.199.984	51.226	59.092	66.812	43.210	35.036
Passivos financeiros							
5ª Emissão de Debêntures	IPCA + 5,04%	430.280	6.815	7.622	8.424	6.001	5.182
7ª Emissão de Debêntures	IPCA + 4,70%	845.124	19.467	22.541	24.900	17.765	15.346
8ª Emissão de Debêntures	IPCA + 3,50%	510.097	10.248	11.678	13.097	14.977	11.524
9ª Emissão de Debêntures - 1ª Série	CDI + 2,83%	809.155	22.001	27.237	32.378	16.664	11.221
9ª Emissão de Debêntures - 2ª Série	IPCA + 5,30%	864.564	21.179	23.614	26.029	18.725	16.249
10ª Emissão de Debêntures	IPCA + 5,07%	904.834	21.659	24.206	26.732	19.092	16.502
11ª Emissão de Debêntures - 1ª Série	IPCA + 5,77%	739.966	23.186	25.735	28.264	20.615	18.023
11ª Emissão de Debêntures - 2ª Série	IPCA + 5,86%	304.032	23.390	25.940	28.469	20.819	18.226
12ª Emissão de Debêntures	CDI + 1,55%	716.906	19.477	24.113	28.664	14.752	9.934
13ª Emissão de Debêntures	CDI + 1,50%	568.281	15.439	19.114	22.722	11.694	7.875
14ª Emissão de Debêntures - 1ª Série	IPCA + 6,26%	764.680	20.513	22.671	24.812	18.337	16.143
14ª Emissão de Debêntures - 2ª Série	IPCA + 6,44%	1.072.652	29.230	32.259	35.263	26.176	23.097
FINEM BNDES	TJLP+1,80% a 2,62%	266.628	4.442	4.832	5.574	3.414	2.677
FINEM BNDES	TLP + 2,01%	334.408	8.874	9.603	10.535	7.718	6.763
Efeito líquido da variação			**(194.694)**	**(222.073)**	**(249.051)**	**(173.539)**	**(143.726)**
Referência para ativos e passivos financeiros							
100% CDI (março de 2024)			11,30%	14,13%	16,95%	8,48%	5,65%
IPCA 12 meses a.a.(dezembro de 2023)			4,62%	5,78%	6,93%	3,47%	2,31%
TJLP a.a. (1º Trimestre de 2024)			4,53%	5,66%	6,80%	3,40%	2,27%

22. SEGUROS

A especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Controlada CTEEP está demonstrada a seguir:

			Controlada	Consolidado
Modalidade	Vigência	Importância segurada - R$mil	Prêmio - R$mil	Prêmio - R$mil
Patrimonial (a)	01/12/22 a 19/12/24	4.777.186	–	14.163
Responsabilidade Civil Geral (b)	19/12/23 a 19/12/24	60.000	–	132
Transportes Nacionais (c)	19/12/23 a 19/12/24	431.582	–	35
Acidentes Pessoais Coletivos (d)	30/04/23 a 30/04/24	92.348	–	5
Automóveis (e)	19/12/23 a 19/12/24	Valor de mercado	–	217
Garantia judicial (f)	08/08/19 a 16/08/28	1.013.815	–	6.293
Responsabilidade Civil D&O (g)	27/02/23 a 27/02/24	100.000	7	195
			7	**21.040**

(a) Patrimonial - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme contratos de Concessão, onde as transmissoras deverão manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.

(b) Responsabilidade Civil Geral - Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia e da Controlada CTEEP.

(c) Transportes Nacionais - Cobertura a danos causados aos bens e equipamentos da Controlada CTEEP, transportados no território nacional.

(d) Acidentes Pessoais Coletivos - Cobertura contra acidentes pessoais a executivos e aprendizes.

(e) Automóveis - Cobertura contra colisão, incêndio, roubo e terceiros.

(f) Garantia Judicial - substituição de cauções e/ou depósitos judiciais efetuados junto ao Poder Judiciário.

(g) Responsabilidade D&O - Cobertura contra eventuais sinistros de responsabilidade civil dos administradores "D&O" *(Directors and Officers Liability)*.

Não há cobertura para eventuais danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos auditores independentes.

23. TRANSAÇÃO QUE NÃO ENVOLVE CAIXA OU EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Arrendamentos	88	20	908	13.399
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	(20.890)	(30.206)
Impostos diferidos sobre instrumentos financeiros derivativos	–	–	88	(223)
Juros sobre o Capital Próprio e dividendos a pagar	401.285	193.460	1.234.398	595.000
Juros sobre o Capital Próprio e dividendos a receber	442.257	213.167	104.737	87.731
Impostos retidos sobre Juros sobre Capital Próprio	–	–	–	105.000
Benefício pós-emprego	–	–	(250.598)	373.380
Impostos diferidos sobre benefício pós-emprego	–	–	85.204	(126.950)
Transferência Subestação SE Centro	–	–	106.208	–

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Liquidação da 5ª emissão de debêntures

A Controlada CTEEP realizou a liquidação da 5ª emissão de debêntures em 15 de fevereiro de 2024, no valor total de R$444.634, sendo R$423.723 de principal e R$20.911 de juros.

Empréstimos e financiamentos

A Controlada CTEEP efetuou um dos desembolsos do contrato 13.2.1344.1 junto ao BNDES, sendo seu pagamento final em 15 de janeiro de 2024 no valor total de R$853, sendo R$851 de principal e R$2 de juros.

Captação de recursos através da 15ª emissão de debêntures

Em 28 de março de 2024, a Companhia concluiu o processo de captação de recursos através da 15ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com valor total de emissão de R$1.327.399, em três séries, sendo (i) R$685.000 para a primeira série, com vencimento final em 15/03/2029 e custo de CDI + 0,73% a.a.; (ii) R$512.099 para a segunda série, com vencimento final em 15/03/2031 e custo de CDI + 0,80% a.a.; e (iii) R$130.300 para a terceira série, com vencimento final em 15/03/2034 e custo de CDI + 0,97% a.a.

Alteração na classificação de contingências tributárias - amortização do ágio

A Controlada CTEEP obteve no exercício de 2013, decisão parcialmente favorável à no primeiro julgamento. Foi apresentado recurso, julgado em 07 de novembro de 2023 com decisão totalmente favorável para a Controlada CTEEP. Com a publicação da decisão em fevereiro de 2024 o prognóstico foi alterado de Possível para Remoto no valor de R$90.576.

Interrupção do Processo de Retirada de Patrocínio do Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão PSAP/CTEEP

Medida decorrente da aprovação pela PREVIC, publicada no Diário Oficial da União em 01/03/2024, de alterações regulamentares essenciais para a gestão dos riscos associados ao PSAP/CTEEP: (i) a mudança no índice de reajuste dos benefícios de aposentadoria (de IGP-DI para IPCA); e (ii) o fechamento do Plano para novas adesões.

A manutenção do patrocínio associada à aprovação pela PREVIC deverá colaborar para a gestão adequada do plano PSAP/CTEEP ao longo do tempo.

continua →★

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

CNPJ Nº 08.075.006/0001-30

→★ continuação

DIRETORIA		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			CONTADORA
MARCELA BRITTO CORREA FIGUEIRÓ Diretora-Presidente	**RENATA DE ARAÚJO WEBER** Diretora Financeira	**SEBASTIAN CASTAÑEDA ARBELAEZ** **Presidente**	**DANIEL ISAZA BONNET** **Conselheiro**	**GABRIEL JAIME MELGUIZO POSADA** **Conselheiro**	**JHENIFER BITTENCOURTT CARDOSO MARIANN** CRC SC-029044/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
ISA Capital do Brasil S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da ISA Capital do Brasil S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Lei nº 4.819/58

Conforme descrito na nota 9, a controlada (Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - "CTEEP") mantém registrado contas a receber com a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ-SP) no montante líquido de R$2.371.307 mil (R$2.175.500 mil em 31 de dezembro de 2022), relativo ao não ressarcimento à Companhia pela SEFAZ-SP dos valores repassados à Vivest (anteriormente denominada Fundação CESP) por conta da Lei nº 4.819/58, que concedeu aos servidores da CTEEP, enquanto sob o controle do Estado de São Paulo, as vantagens já concedidas aos demais servidores públicos. A diretoria da Companhia e da CTEEP vêm monitorando os andamentos e desdobramentos relacionados à parte jurídica do assunto, bem como avaliando continuamente os eventuais impactos em suas demonstrações financeiras. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de março de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-034519/O
Adilvo França Junior
Contador - CRC-1BA021419/O

ISA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES DO BRASIL S.A.

CNPJ Nº 26.896.959/0001-40

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO SOCIAL 2023

Senhores Acionistas, A Administração da ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

1. PERFIL DA COMPANHIA

A ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A. ("ISA Investimentos" ou "Companhia") é uma companhia *holding* nacional, de direito privado, constituída sob a forma de sociedade limitada em 10 de janeiro de 2017 e transformada em sociedade anônima em 27 de abril de 2017. O objeto social da ISA Investimentos compreende a participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades, simples ou empresárias, e em consórcios e empreendimentos comerciais de qualquer natureza. A Companhia tem como acionistas a Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P ("ISA"), com participação de 99,9% do capital social, e a ISA Capital do Brasil S.A. ("ISA Capital") com 0,1%. Em 2 de junho de 2017, a ISA Investimentos recebeu o aporte de capital deliberado por seus acionistas na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 25 de maio de 2017, e desta forma, seu capital social integralizado passou a ser de R$695,7 milhões representado por 695.700.000 ações ordinárias, sendo R$695 milhões pertencente à acionista ISA e R$700 mil pertencente à ISA Capital. Posteriormente, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 13 de abril de 2018, os acionistas aprovaram o aumento do capital social, sem emissão de ações, mediante capitalização do dividendo obrigatório no montante R$101 mil, passando o capital de R$695,7 milhões para R$695,8 milhões. A ISA Investimentos foi constituída com o objetivo inicial de adquirir as 153.775.790 ações ordinárias de emissão da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("TAESA"), alienadas pelo Fundos FIP Coliseu e FIA Taurus, em 27 de dezembro de 2016, conforme Contrato de Compra e Venda de Ações, celebrado entre as partes, naquela data. Em 9 de fevereiro de 2017, a ISA Investimentos aderiu ao Contrato de substituição à ISA e assumiu todos os direitos e obrigações. Em 13 de junho de 2017, ocorreu a liquidação financeira do referido Contrato de Compra e Venda de Ações, ocasião em que a ISA Investimentos passou a ser proprietária das 153.775.790 ações ordinárias de emissão da TAESA, equivalente a 26,03% das ações ordinárias e 14,88% do capital social total daquela Entidade. Pela aquisição das ações, a ISA Investimentos pagou à vista a importância de R$1,019 bilhão, sendo parte dos recursos proveniente de capital próprio e parte por financiamento (debêntures). Ainda em 13 de junho de 2017, a ISA Investimentos aderiu ao Acordo de Acionistas da TAESA, que prevê o controle em conjunto daquela Companhia com a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG). As debêntures que foram depositadas para distribuição pública por meio da MDA (Módulo de Distribuição de Ativos), administrado e operacionalizado na época pela CETIP (Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos), e atualmente denominada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476, sob regime de garantia firme de subscrição, e em 9 de junho de 2017 foram totalmente adquiridas pelo Banco Bradesco BBI S.A.. Em 30 de dezembro 2021 a Companhia liquidou o saldo devedor da dívida com a antecipação da amortização do principal e juros. Para isso, a Companhia desembolsou, no exercício de 2021, a importância de R$108,3 milhões encerrando o exercício social sem saldo a pagar.

2. RECEBIMENTO DE PROVENTOS DA INVESTIDA

A ISA Investimentos, durante o exercício de 2023, reconheceu a título de resultado de equivalência patrimonial a importância de R$192,6 milhões, e reconheceu proventos, a título de dividendos intermediários que somam a importância de R$87,4 milhões e juros sobre capital próprio no montante de R$62 milhões.

3. DISTRIBUIÇÃO DE PROVENTOS

Os recursos recebidos da investida TAESA em 2023 permitiram à Companhia remunerar seus acionistas com a antecipação de distribuição de proventos referente ao exercício de 2023 no montante de R$144 milhões, sendo R$87,7 milhões na forma de dividendos e R$56,3 milhões correspondentes a juros sobre capital próprio.

4. AUDITORES INDEPENDENTES

Com respeito à prestação de serviços relacionados à auditoria externa, a ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A., informa que a Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. prestou apenas serviços relacionados à auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	7.306	7.202
Tributos e contribuições a compensar	7.1	946	4.654
Dividendos a receber	6.4	33.925	9.356
		42.177	**21.212**
Não circulante			
Investimentos	6.3	1.219.335	1.233.550
		1.219.335	**1.233.550**
Total do ativo		**1.261.512**	**1.254.762**

Passivo	Nota	2023	2022
Circulante			
Fornecedores		35	14
Tributos e encargos sociais a recolher	7.2	10	4.155
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar		115	48
Partes relacionadas		102	48
		262	**4.265**
Patrimônio líquido			
Capital social	8.1	695.801	695.801
Reservas de lucros	8.3	572.660	554.020
Outros resultados abrangentes	8.4	(7.211)	676
		1.261.250	**1.250.497**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.261.512**	**1.254.762**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	2023	2022
Resultado de equivalência patrimonial	6.4	**192.562**	**226.592**
Despesas gerais e administrativas	9	(515)	(557)
Amortização da Mais-Valia da concessão	6.4	(24.928)	(24.928)
		(25.443)	**(25.485)**
Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro		**167.119**	**201.107**
Despesas financeiras	10	(5.815)	(2.866)
Receitas financeiras	10	1.667	1.589
Resultado financeiro		**(4.148)**	**(1.277)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**162.971**	**199.830**
Imposto de renda e contribuição social		**(331)**	**(1.080)**
Corrente	11.2	(331)	(1.080)
Lucro líquido do exercício		**162.640**	**198.750**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

			Reservas de Lucros					
	Nota	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Reserva especial	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2021		**695.801**	**39.834**	**319.893**	**238.793**	**–**	**3.344**	**1.297.665**
Outros resultados abrangentes na investida	8.4	–	–	–	–	–	(2.668)	(2.668)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	198.750	–	198.750
Destinação do lucro:								
Constituição de reserva legal	8.3	–	9.937	–	–	(9.937)	–	–
Constituição de reserva especial	8.3	–	–	–	19.238	(19.238)	–	–
Constituição da reserva de retenção de lucros	8.3	–	–	–	–	–	–	–
Juros sobre capital próprio	8.2.2	–	–	–	–	(58.000)	–	(58.000)
Dividendos intermediários	8.2.2	–	–	(73.675)	–	(43.175)	–	(116.850)
Dividendos adicionais propostos	8.2.2	–	–	–	–	(68.400)	–	(68.400)
Em 31 de dezembro de 2022		**695.801**	**49.771**	**246.218**	**258.031**	**–**	**676**	**1.250.497**
Outros resultados abrangentes na investida	8.4	–	–	–	–	–	(7.887)	(7.887)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	162.640	–	162.640
Destinação do lucro:								
Constituição de reserva legal	8.3	–	8.132	–	–	(8.132)	–	–
Constituição de reserva especial	8.3	–	–	–	–	–	–	–
Constituição da reserva de retenção de lucros	8.3	–	–	10.508	–	(10.508)	–	–
Juros sobre capital próprio	8.2.2	–	–	–	–	(56.300)	–	(56.300)
Dividendos intermediários	8.2.2	–	–	–	–	(87.700)	–	(87.700)
Em 31 de dezembro de 2023		**695.801**	**57.903**	**256.726**	**258.031**	**–**	**(7.211)**	**1.261.250**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		**162.640**	**198.750**
Outros resultados abrangentes na investida	8.4	(7.887)	(2.668)
Total dos resultados abrangentes do exercício		**154.753**	**196.082**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2023	2022
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	162.640	198.750
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa utilizado nas atividades operacionais		
Amortização da Mais-Valia (nota 6.4)	24.928	24.928
Resultado de equivalência patrimonial (nota 6.4)	(192.562)	(226.592)
	(4.994)	**(2.914)**
(Aumento) redução de ativos		
Tributos e contribuições a compensar	13.009	1.830
	13.009	**1.830**
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores	75	110
Tributos e encargos sociais a recolher	(12.590)	(6.697)
	(12.515)	**(6.587)**
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades operacionais	**(4.500)**	**(7.671)**
Atividades de investimento		
Dividendos recebidos (nota 6)	87.387	188.616
Juros sobre capital próprio recebidos (nota 6)	52.705	51.190
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento	**140.092**	**239.806**
Atividades de financiamento		
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos (nota 8)	(135.488)	(234.550)
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades de financiamento	**(135.488)**	**(234.550)**
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**104**	**(2.415)**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	7.202	9.617
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	7.306	7.202
Variação em caixa e equivalentes de caixa	**104**	**(2.415)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1 Objeto social

A ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A. ("ISA investimentos" ou "Companhia") é uma companhia *holding* nacional, de direito privado, constituída sob a forma de sociedade limitada em 10 de janeiro de 2017 e transformada em sociedade anônima em 27 de abril de 2017. O objeto social da ISA Investimentos compreende a participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades, simples ou empresárias, e em consórcios e empreendimentos comerciais de qualquer natureza. A Companhia tem como acionistas a Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P ("ISA"), com participação de 99,9% do capital social, e a ISA Capital do Brasil S.A. ("ISA Capital") com 0,1%. Em 2 de junho de 2017, a ISA Investimentos recebeu o aporte de capital deliberado por seus acionistas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de maio de 2017 e passou o seu Capital Social integralizado para R$695.700 representado por 695.700.000 ações ordinárias, sendo R$695.000 da acionista ISA e R$700 mil da ISA Capital. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 13 de abril de 2018, os acionistas aprovaram o aumento do capital social, sem emissão de ações, mediante capitalização do dividendo obrigatório no montante de R$101, passando o capital de R$695.700 para R$695.801. A ISA Investimentos foi constituída com o objetivo inicial de adquirir as 153.775.790 ações ordinárias de emissão da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("TAESA") alienadas pelos Fundos FIP Coliseu e FIA Taurus, em 27 de dezembro de 2016, conforme Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado entre as partes naquela data. Em 9 de fevereiro de 2017 a ISA Investimentos aderiu ao Contrato de substituição à ISA e assumiu todos os direitos e obrigações. Em 13 de junho de 2017 ocorreu a liquidação financeira do referido Contrato de Compra e Venda de Ações, ocasião em que a ISA Investimentos passou a ser proprietária das 153.775.790 ações ordinárias de emissão da TAESA que equivale a 26,03% do total das ações ordinárias e 14,88% do capital social total daquela Sociedade. Pela totalidade das ações a ISA Investimentos pagou à vista a importância de R$1,019 bilhão, sendo parte dos recursos proveniente de capital próprio e parte por financiamento (debêntures). Ainda em 13 de junho de 2017, a ISA Investimentos aderiu ao Acordo de Acionistas da TAESA, que prevê o controle em conjunto daquela Companhia com a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG). Em 17 de fevereiro de 2020, a ISA Investimentos subscreveu e integralizou dez ações de emissão da ISA Capital do Brasil S.A., no valor total de R$50,00 (cinquenta reais). Em 30 de dezembro 2021 a Companhia liquidou o saldo devedor do financiamento (debêntures) com a antecipação da amortização do principal e juros. Para isso, a Companhia desembolsou, no exercício de 2021, a importância de R$108,3 milhões encerrando o exercício social sem saldo a pagar. A Administração avaliou a capacidade da Companhia e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Essas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia possui como outros resultados abrangentes, provenientes por efeito de equivalência na investida, instrumentos financeiros de hedge de fluxo de caixa registrados na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido da TAESA em 31 de dezembro de 2023. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos. Em 19 de abril de 2024, as demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração.

2.2 Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 7 (R1) e Deliberação CVM nº 189/23, com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia, assim como sua investida atuam ("moeda funcional").

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos e atuariais, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

2.4.1. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. O teste de redução ao valor recuperável da Mais-Valia do investimento da Companhia não é aplicável, uma vez que foi registrada com base nos contratos de concessão com prazo de vida útil da TAESA, conforme laudo de PPA na época, e justamente por ser amortizada mensalmente de acordo com o ICPC 09 (R2), por isso não necessita de cálculo de *impairment*. A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não há indícios de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, que se refere basicamente ao montante de Mais-Valia (nota 6).

2.4.2. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Quando aplicável, a Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não existem ações com prognóstico de perda provável e possível.

2.5 Controle em conjunto

A Companhia possui controle, em conjunto com a CEMIG, da investida TAESA, sem o poder de controlar individualmente as políticas financeiras e operacionais da entidade. O resultado da investida é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial, conforme CPCs 18 (R2), 19 (R2) e 36 (R3). A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, a participação na investida TAESA é de 14,8792%.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis, correspondentes a políticas contábeis materiais, usadas na preparação dessas demonstrações estão apresentadas e resumidas nas respectivas notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios.

3.1 Demonstração dos Fluxos de Caixa ("DFC")

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM n° 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. A Companhia classifica juros pagos de empréstimos, debêntures e arrendamentos como atividades de financiamento e dividendos recebidos como atividade de investimento, pois entende que são custos de obtenção de recursos financeiros ou retornos sobre investimentos, respectivamente.

4. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS:

4.1 Revisadas e vigentes:

Norma	Alteração	Correlação IFRS/IAS	Vigência a partir de
CPC 50 - Contratos de Seguros	Nova norma	IFRS 17	01.01.2023
OCPC 07 (R1) - Evidenciação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral	Divulgação de políticas contábeis	IAS 1	01.01.2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição de estimativas contábeis	IAS 8	01.01.2023
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Declaração de Prática 2 - Fazendo Julgamentos de Materialidade	IAS 1	01.01.2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	Reforma tributária internacional - regras do modelo do pilar dois	IAS 12	01.01.2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única *("single transaction")*	IAS 12	01.01.2023

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

4.2 Revisadas e não vigentes:

Norma	Alteração	Correlação IFRS/IAS	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou *joint venture*	IFRS 10 IAS 28	Não definida
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	IAS 1	(*)
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Apresentação das demonstrações financeiras - Passivo Não Circulante com *covenants*	IAS 1	(*)
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Passivo de Locação em um *Sale and Leaseback* (Transação de venda e retroarrendamento)	IFRS 16	(**)
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Acordos de Financiamento de Fornecedores	IAS 7 IFRS 7	(*)

(*) As alterações, que contêm medidas de transição específicas para o primeiro período anual no qual a entidade aplica as alterações, são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. (**) As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. Se o vendedor-arrendatário aplicar as alterações para um período anterior, ele deve divulgar esse fato. A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

5.1 Prática contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo. Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição. Os equivalentes de caixa estão mensurados ao valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária, e estão representados por títulos emitidos pelos bancos, sendo eles: Certificado de Crédito Bancário (CDB) modalidade com taxas atreladas a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5.2 Composição

	% do CDI	2023	2022
Bancos	–	180	111
Equivalentes de Caixa			
CDB	101,3%	7.126	7.091
Caixa e Equivalentes de Caixa		**7.306**	**7.202**

6. INVESTIMENTOS

6.1 Prática contábil

Os investimentos em controladas diretas e indiretas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais ("Controladora"), e consolidadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. Já os investimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto consolidadas. As variações ocorridas em outros resultados abrangentes nessas controladas em conjunto, se houver, são reconhecidos como outros resultados abrangentes na Controladora.

6.2 Informações da controlada em conjunto - TAESA

	2023	2022
Ativo Circulante	**2.891.758**	**2.133.972**
Caixa e equivalentes de caixa	1.143.637	759.706
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	221.191	131.207
Ativo de contrato da concessão	996.485	828.059
Outros ativos	530.445	415.000
Ativo não circulante	**14.235.638**	**13.398.316**
Títulos e valores mobiliários	6.233	5.508
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	37.040	27.181
Ativo da concessão	6.213.715	4.521.653
Investimentos	7.506.246	8.049.262
Outros ativos não circulantes	472.404	794.712
Total do Ativo	**17.127.396**	**15.532.288**
Passivo circulante	**1.637.124**	**880.154**
Empréstimos e financiamentos	6.197	6.446
Debêntures	1.122.333	607.452
Dividendos e JCP a Pagar	228.083	62.880
Outros passivos	280.511	203.376
Passivos não circulante	**8.810.962**	**8.044.824**
Empréstimos e financiamentos	346.697	372.293
Debêntures	7.124.873	6.100.129
Outros passivos	1.339.392	1.572.402
Total do passivo	**10.448.086**	**8.924.978**
Patrimônio líquido	**6.679.310**	**6.607.309**
Receita operacional líquida	1.344.719	1.621.383
Custos operacionais	(220.861)	(199.111)
Receita (despesas) operacionais	(154.328)	(173.862)
Resultado de equivalência patrimonial	1.180.561	998.370
Resultado financeiro	(835.884)	(1.048.170)
Imposto de renda e contribuição social	53.627	324.268
Lucro líquido	**1.367.834**	**1.522.878**
Número de ações (quantidade) na data do Balanço	1.033.496.721	1.033.496.721
Patrimônio líquido		
Capital social	3.042.035	3.042.035
Reservas de capital	598.736	598.736
Reservas de lucros	2.690.847	2.380.800
Dividendos adicionais propostos	390.283	575.329
Outros resultados abrangentes	(42.591)	10.409
Total	**6.679.310**	**6.607.309**

6.3 Informações dos investimentos da Companhia

	TAESA 2023	TAESA 2022
Ações possuídas - (quantidades)	153.775.790	153.775.790
Patrimônio líquido (base equivalência patrimonial)	6.679.310	6.607.309
Percentual de participação sobre capital social	14,8792%	14,8792%
Participação no patrimônio líquido	993.827	983.114
Mais-Valia (i)	389.620	389.620
(–) Amortização - Mais-Valia	(164.112)	(139.184)
Total do investimento	**1.219.335**	**1.233.550**

(i) Valor decorrente da diferença entre o preço da aquisição, e o valor patrimonial da adquirida conforme balanço patrimonial na data-base de 30 de junho de 2017. A Mais-Valia foi considerada como sendo de vida útil definida, tendo em vista que o pagamento da mesma é atribuível aos direitos vinculados aos contratos de concessão detido por aquela investida. Em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial que remete ao CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, uma empresa de consultoria externa foi contratada para a emissão de Laudo de Avaliação do valor justo dos ativos e passivos adquiridos da TAESA, cuja conclusão ocorreu em junho de 2018. O Laudo emitido pela consultoria externa, demonstrou que a avaliação econômica (valor justo) da participação adquirida pela Companhia, na data-base de 30 de junho de 2017 é, significativamente, semelhante ao total do investimento contabilizado, gerando apenas uma reclassificação registrada entre o investimento e a Mais-Valia, efetuado em 30 de junho de 2018. O referido laudo indicou também, que o preço pago, excedente em relação ao patrimônio líquido, refere-se ao "Ativo Intangível - Contratos de Concessão", e deve ser amortizado de acordo com a vida útil média dos contratos de concessão detidos pela investida TAESA. Para fins de amortização da Mais-Valia, a Companhia adotou, inicialmente, o método linear mensal com base no prazo de término de dois principais contratos de concessões da TAESA previstos para 2030. Em junho de 2018, após a conclusão do Laudo, o valor da amortização da Mais-Valia foi reconhecido pela Companhia com base em todos os contratos de concessão da TAESA e devidamente ajustado. O montante amortizado durante o exercício de 2023, foi de R$24.928 (R$24.928 em 2022).

6.4 Movimentação dos investimentos

Saldo em 2021	**1.292.750**
Amortização da Mais-Valia	(24.928)
Equivalência patrimonial	226.592
Dividendos a receber	(9.356)
Dividendos recebidos da investida	(188.616)
Juros sobre capital próprio recebidos da investida	(60.224)
Resultados abrangentes na investida	(2.668)
Saldo em 2022	**1.233.550**
Amortização da Mais-Valia	(24.928)
Equivalência patrimonial	192.562
Dividendos a receber	(33.925)
Reversão de dividendos a receber	9.356
Dividendos recebidos da investida	(87.387)
Juros sobre capital próprio recebidos da investida	(62.006)
Resultados abrangentes na investida	(7.887)
Saldo em 2023	**1.219.335**

7. TRIBUTOS, ENCARGOS SOCIAIS E CONTRIBUIÇÕES

7.1 Tributos e contribuições a compensar

	2023	2022
Imposto de renda retido na fonte	946	4.654
	946	**4.654**

Referente as retenções de imposto de renda sobre resgates de aplicações financeiras e de recebimento de juros sobre capital próprio. A Companhia mantém o registro do saldo no ativo circulante em função da expectativa de utilização do crédito nos próximos 12 meses.

7.2 Tributos e encargos sociais a recolher

	2023	2022
Impostos retidos na fonte	–	4.132
Contribuição social	8	9
COFINS	2	12
PIS	–	2
	10	**4.155**

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

8.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$695.801, representado por 695.000.000 ações ordinárias detidas pela Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P. e 700.000 ações ordinárias detidas pela ISA Capital do Brasil S.A.

8.2 Dividendos e juros sobre capital próprio

8.2.1 Prática contábil

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 - Evento Subsequente e ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. A Companhia distribui juros sobre o capital próprio, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios e estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

8.2.2 Estatuto social - destinação do lucro

A destinação do lucro líquido do exercício está prevista no artigo 35 do Estatuto Social da Companhia, e a Administração propõe a seguinte destinação:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**162.640**	**198.750**
Constituição da reserva legal	(8.132)	(9.937)
Base para distribuição de proventos	**154.508**	**188.813**
Juros Sobre Capital Próprio distribuídos	(56.300)	(58.000)
Dividendos distribuídos	(87.700)	(43.175)
Total de proventos distribuídos	**(144.000)**	**(101.175)**
Saldo do lucro remanescente	**10.508**	**87.638**
Constituição da reserva especial	–	(19.238)
Dividendos adicionais propostos	–	(68.400)
Constituição da reserva de retenção de lucros	(10.508)	–
	–	–

Em 2023, o Conselho de Administração deliberou, "ad referendum" da Assembleia Geral, sobre a distribuição de proventos aos acionistas, como segue:

Pagamento	Valor bruto	Valor líquido	Provento	Competência	Deliberação
28.02.2023	68.400	68.400	Dividendos intermediários	jan/23	23.01.2023
28.09.2023	29.200	24.820	Juros sobre capital próprio	ago/23	31.08.2023
28.09.2023	18.300	18.300	Dividendos intermediários	ago/23	31.08.2023
20.12.2023	27.100	23.035	Juros sobre capital próprio	nov/23	23.11.2023
20.12.2023	1.000	1.000	Dividendos intermediários	nov/23	23.11.2023
Total	**144.000**	**135.555**			

continua →

INÊS249

ISA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES DO BRASIL S.A.

CNPJ Nº 26.896.959/0001-40

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

8.3 Reservas e retenção de lucros

	2023	2022
Reserva legal (i)	57.903	49.771
Reserva de retenção de lucros (ii)	256.726	246.218
Reserva especial (iii)	258.031	258.031
	572.660	**554.020**

(i) Reserva legal
Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.
(ii) Reserva de retenção de lucros
Nessa conta poderá ser alocada a parcela do lucro líquido do exercício que remanescer após sua destinação.
(iii) Reserva especial
Constituída em decorrência da investida TAESA ter alocado parte do lucro líquido do exercício em reserva especial de lucros.
8.4 Outros resultados abrangentes (ORA)
Em 2023, a Companhia registrou nessa conta, por meio de equivalência patrimonial, o montante líquido negativo de R$7.887 (em 2022 valor líquido negativo de R$2.668). A investida TAESA reconheceu como resultados abrangentes as variações do valor justo dos instrumentos financeiros designados como hedge de fluxo de caixa.

9. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2023	2022
Serviços	(309)	(421)
Despesas - Partes relacionadas (*) (nota 12)	(157)	(93)
Outros	(49)	(43)
	(515)	**(557)**

(*) Despesas referente a prestação de serviços pela ISA Capital do Brasil S.A. por meio de contrato de prestação de serviços, abrangendo serviços de escrituração contábil e fiscal, entre outros.

10. RESULTADO FINANCEIRO

	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	1.615	1.391
Juros SELIC IR a recuperar	52	198
	1.667	**1.589**
Despesas financeiras		
PIS e COFINS sobre receita financeira e JSCP	(5.736)	(2.790)
Outros	(79)	(76)
	(5.815)	**(2.866)**
Resultado financeiro	**(4.148)**	**(1.277)**

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

11.1 Prática contábil
O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e os resultados são oferecidos à tributação conforme previsto na Lei 12.973/14. A Companhia adota o regime de lucro real trimestral, porém, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados, conforme previsto na Lei 12.973/14.
11.2 Conciliação da alíquota efetiva
A conciliação da despesa ou crédito de imposto de renda e contribuição social do exercício com o lucro contábil é a seguinte:

	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	162.971	199.830
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(55.410)	(67.942)
Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças permanentes		
Juros sobre capital próprio recebido ou a receber	(21.082)	(20.476)
Amortização da Mais-Valia	(8.476)	(8.476)
Equivalência patrimonial	65.471	77.041
Juros sobre capital próprio pago ou a pagar	19.142	19.720
Outros	24	(947)
Imposto de renda e contribuição social efetiva	**(331)**	**(1.080)**
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(331)	(1.080)
	(331)	**(1.080)**
Alíquota efetiva	**0,20%**	**0,54%**

12. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A transação com partes relacionadas no exercício refere-se à prestação de serviços pela ISA Capital do Brasil S.A. por meio de contrato de prestação de serviços, abrangendo serviços de escrituração contábil e fiscal, entre outros. Durante o ano de 2023, o gasto correspondente foi no montante de R$157 (R$93 em 2022), registrado na rubrica Despesas Gerais e Administrativas (nota 9). Essas operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes e não ocorreram transações avaliadas como atípicas e fora do curso normal dos negócios. A Companhia também registrou dividendos a receber conforme divulgado na rubrica de Dividendos a pagar, no montante de R$33.925 da investida TAESA, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

13.1 Prática contábil
A Companhia aplica os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.
13.1.1 Ativos financeiros
13.1.1.1 Classificação e mensuração
Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:
• Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado: Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
• Custo Amortizado: Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.
• Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes compreendem ativos financeiros cujos fluxos de caixa contratuais resultam somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda.
13.1.1.2 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*)
Conforme CPC 48 o modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.
13.1.1.3 Baixa de ativos financeiros
A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.
13.1.2 Passivos financeiros
Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
13.1.3 Identificação dos principais instrumentos financeiros

	Nível	2023	2022
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado			
Bancos	1	180	111
Equivalentes de caixa (CDB)	2	7.126	7.091
Custo amortizado			
Dividendos a receber	–	33.925	9.356
Passivos financeiros			
Custo amortizado			
Fornecedores	–	35	14
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	–	115	48
Partes relacionadas	–	102	48

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo:
Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não utilizou informação de nível 3 para mensurar o valor justo de qualquer ativo ou passivo.
13.2 Gerenciamento de riscos
Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:
(i) Risco de liquidez - O fluxo de caixa para o compromisso de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio é proveniente dos proventos recebidos da investida TAESA.
(ii) Risco de captação - Para minimizar o risco de captação de recursos, em uma eventual redução dos proventos recebidos da investida, a Companhia monitora permanentemente suas obrigações, avaliando a necessidade de captar empréstimos e ou novos financiamentos.

14. SEGUROS

Em 2023, a modalidade de cobertura de seguros contratada, considerada suficiente pela Companhia para cobrir eventuais sinistros foi a de responsabilidade civil dos administradores "D&O" *(Directors and Officers Liability)*, com vigência de 27 de fevereiro de 2023 a 27 de fevereiro de 2024, importância segurada no montante de R$100.000. As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

15. TRANSAÇÃO QUE NÃO ENVOLVE CAIXA OU EQUIVALENTES DE CAIXA

	2023	2022
Juros sobre o capital próprio/Dividendos a pagar	115	48
Juros sobre o capital próprio/Dividendos a receber	33.925	9.356
Impostos retidos sobre juros sobre capital próprio	9.301	8.700

DIRETORIA

Marcela Britto Correa Figueiró
Diretora-Presidente

Renata de Araújo Weber
Diretora-Financeira

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Gabriel Jaime Melguizo Posada
Presidente

Daniel Isaza Bonnet
Conselheiro

Paula Andrea Marín Gutiérrez
Conselheira

CONTADORA

Jhenifer Bittencourtt Cardoso Mariann
CRC SC-029044/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Administradores da
ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.
São Paulo - SP
Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras
A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de abril de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Adilvo França Junior
Contador - CRC-1BA021419/O